FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 102 ★ Nº 33.964 | QUARTA-FEIRA, 30 DE MARÇO DE 2022 | R$ 5,00

Equipes de resgate observam prédio governamental destruído por bombardeio russo em Mikolaiv, no sul da Ucrânia Nacho Doce/Reuters

Ministro do TSE revoga censura ao Lollapalooza

O ministro do TSE Raul Araújo, que censurou o festival Lollapalooza a pedido do PL, partido de Jair Bolsonaro, derrubou sua própria liminar na noite de segunda. Ele acolheu representação em que a legenda desistia da ação, após repercussão negativa, inclusive de colegas do tribunal eleitoral. Política A5

Sistema eleitoral faz vista grossa para campanhas

Política A4 e A5

Corrupção vai crescer, dizem 53% dos brasileiros

A percepção de crescimento da corrupção no país registrou um salto de 36% para 53% nos últimos três meses, segundo pesquisa Datafolha realizada na semana passada. Para 17% dos brasileiros, os casos vão diminuir. Política A7

Greg Salibian/Folhapress

Elifas Andreato em lançamento de livro em 2018

Rússia anuncia 'redução drástica' de ataques a Kiev

Putin e Zelenski dissimulam metas para alegar êxito; Turquia surge de mediadora

A Rússia anunciou a primeira diminuição, sem motivação humanitária, de ataques desde o começo da guerra na Ucrânia. A pasta da Defesa falou em "reduzir drasticamente a atividade militar em torno de Kiev e Tchernihiv".

A justificativa oficial é facilitar as negociações que recomeçaram em Istambul, com a presença do presidente turco, Recep Tayyip Erdogan. Mas a medida também daria tempo ao Kremlin para adaptar seu discurso.

O ministro russo da Defesa, Serguei Chogu, disse que o "objetivo principal" da ofensiva é a "libertação do Donbass", no leste ucraniano — o que desviaria o foco dos erros militares em Kiev e outros pontos de batalha.

O presidente da Ucrânia, Volodimir Zelenski, também tem alternado suas posições. De um lado, faz cobrança por armas ao Ocidente; de outro, declara que pode aceitar a neutralidade exigida por Moscou. Mundo A10

A pandemia em 29.mar

Dados das 20h

POPULAÇÃO VACINADA

No Brasil

Ao menos uma dose (dose única ou 1ª dose)	84,0%
1º ciclo vacinal completo (dose única ou 2ª dose)	74,6%
Dose de reforço	35,6%

ESTÁGIO DA DOENÇA

Óbitos

Média móvel 217 ↓ -43,9%*

Em 24 h 282

Total 659.294

Casos ↓ -31,0%* (desacelerado)

*Variação em relação a 14 dias

Ilustrada C7

Morre Elifas Andreato

Autor de capas de discos marcantes de artistas da MPB, como Chico Buarque e Elis Regina, o ilustrador e artista gráfico Elifas Andreato morreu por complicações de um infarto, aos 76.

Ilustrada C5

Robert Duvall recusou 'O Poderoso Chefão - Parte 3' por 'questão de grana'

Esporte B10

Sem pontuar, Real Madrid mantém liderança no Ranking Folha Mundial 2021

Esporte B11

Portugal se classifica, e Cristiano Ronaldo irá para sua quinta Copa do Mundo

Auxílio alcança 23% da população, mas valor é criticado

Principal programa federal de transferência de renda, o Auxílio Brasil alcança quase um quarto da população (23%), mas a maioria dos beneficiários (68%) considera insuficientes os valores pagos, diz pesquisa Datafolha. Mercado A13

Atrito com governo deve seguir com Pires na Petrobras

Executivos do mercado de combustíveis afirmam que a chegada de Adriano Pires à Petrobras não vai mudar os atritos com o Planalto. O novo comandante da estatal deve manter a política de preços, mas estuda compensações. Mercado A18

ANÁLISE *Ranier Bragon*

Trocas na petroleira e no MEC têm mesma motivação: evitar corrosão eleitoral A6

Um em 4 brasileiros considera comida em casa insuficiente

Pesquisa realizada pelo Datafolha aponta que 24% dos entrevistados consideram insuficiente a quantidade de comida de que dispõem em casa. Insegurança alimentar é mais aguda no Nordeste e entre desempregados. A13

EDITORIAIS A2

À moda de Bolsonaro

Sobre as trocas de comando no MEC e na Petrobras.

Faz de conta no Ibama

Acerca de atraso na aplicação de multas ambientais.

Helena Nader, em seu laboratório na Unifesp Eduardo Knapp/Folhapress

ENTREVISTA

Helena Nader

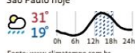
Ciência e educação precisam ser política de Estado

Professora da Unifesp, a biomédica Helena Nader foi eleita presidente da Academia Brasileira de Ciências, primeira mulher a ocupar o cargo nos 106 anos da instituição. "Não pode ser construída a educação com cor político-partidária, isso é um desastre", afirma à Folha. Ciência B6

Doria afirma ter ordenado remoção da nova cracolândia

Cotidiano B1

ATMOSFERA

São Paulo hoje

31° 19°

0h 6h 12h 18h 24h

Fonte: www.climatempo.com.br

ISSN 1414-5723

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Leandro Assis e Triscila Oliveira

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

À moda de Bolsonaro

Demissão no MEC e troca na Petrobras mostram governo sem rumo que não seja interesse eleitoral

A exposição do balcão de negócios no Ministério da Educação tornou insustentável a permanência de Milton Ribeiro no comando da pasta, e Jair Bolsonaro (PL) assinou sua demissão na segunda (28).

O presidente deixou claros os seus objetivos dias antes da exoneração do auxiliar, ao declarar que confiava tanto na honestidade de Ribeiro que colocaria a cara no fogo por ele se fosse necessário.

Bolsonaro não tem interesse em investigar as suspeitas de corrupção no ministério, muito menos quer melhorar a gestão do ensino. Sua prioridade é evitar que o escândalo respingue na campanha à reeleição —e para isso ele quer contar com a ajuda de Ribeiro.

Este caiu após a divulgação do áudio em que, numa reunião com prefeitos que pediam verbas, recomendava que se acertassem com pastores que traficavam favores no MEC. Como explicou, tratava-se de um pedido do próprio Bolsonaro.

Com o afago no colaborador às vésperas da degola, o mandatário procurou garantir, tudo indica, que não haja mais declarações inconvenientes sobre o caso.

Preservar a aliança com os evangélicos é parte essencial da estratégia de Bolsonaro para recuperar sua popularidade e vencer as eleições de outubro. Abafar o escândalo é o que precisa fazer para manter os pastores ao seu lado.

O presidente busca ainda proteger os interesses de seus aliados no centrão, que têm a chave do cofre de onde saem os recursos orçamentários disputados pelos prefeitos arrebanhados pelos pastores.

Os esforços pela reeleição explicam também mais uma turbulenta troca do comando da Petrobras, anunciada no mesmo dia da saída do ministro da Educação.

O presidente decidiu demitir o general Joaquim Silva e Luna porque ele não cedeu a seus apelos para segurar os preços dos combustíveis a qualquer custo, ainda que isso colocasse em risco a confiança dos investidores e a saúde financeira da companhia.

Silva e Luna é o segundo presidente da Petrobras a ser afastado por Bolsonaro pelo mesmo motivo, depois de Roberto Castello Branco. O economista Adriano Pires, indicado para o posto, defende subsídios que amorteçam os efeitos da alta dos combustíveis sem mexer na política de preços da empresa.

A Lei das Estatais e melhorias introduzidas na governança da Petrobras nos últimos anos criaram barreiras que a protegem contra tentações intervencionistas, mas a aposta de Bolsonaro é que ganhará pontos mesmo se o preço da gasolina não baixar.

Ele espera convencer o eleitor de que tentou alguma coisa —e que só não fez mais porque os adversários não o deixam trabalhar. Um governo responsável buscaria alternativas que não comprometessem o futuro da Petrobras, mas o jogo de Bolsonaro é outro. Ele prefere a confusão desde sempre.

Faz de conta no Ibama

Manobra para atrasar aplicação de multas do instituto é estímulo ao crime ambiental

O esvaziamento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) no governo Jair Bolsonaro (PL) se faz sobretudo com omissão. Fiscais autuam infratores apenas para ver multas sob risco de prescrever.

A rota da incúria foi pavimentada pelo presidente e seu então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, com apenas três meses no Planalto, por meio de decreto criando uma etapa de conciliação. O pretexto era incentivar acordos para evitar processos, quando em realidade se visava atrasar a execução.

Levantamento da **Folha**, com base em informações de páginas do Ibama, revelou que há ao menos R$ 1 bilhão em autos de infração de 2020 represados —nem sequer chegaram ao setor de conciliação.

A quantidade pode até ser maior, mas este jornal identificou pelo cruzamento de duas bases de dados 647 autos de multas maiores que R$ 200 mil que não tiveram encaminhamento desde então.

A compilação se lê como um rol de incentivos ao crime ambiental. Infratores do Pará, estado que mais desmata na Amazônia (5.257 km² em 2021, 40% do total), despontam como maiores beneficiários do descaso, com 294 multas sem desfecho, somando R$ 433 milhões.

Há sanções com valor superior a R$ 10 milhões, sendo a maior, de R$ 46,3 milhões, referente à exploração de uma área embargada. Um único indivíduo foi multado por desmatar uma gleba de 2.000 hectares, ou 20 km².

Há 13 madeireiras entre os empreendimentos flagrados. Salles deixou a pasta em junho de 2021, quando a Polícia Federal investigava sua possível cumplicidade com exportação irregular de madeiras nobres da Amazônia.

Mais da metade dessas madeireiras (7) com pendências se localizam em Mato Grosso, segundo colocado em autos que não chegaram à etapa de conciliação (91, totalizando R$ 164 milhões). Depois vêm Rondônia e Amazonas.

Autos de infração já vinham caindo no governo Bolsonaro. E mesmo os que são lavrados caminham para se tornar inócuos.

Tamanho estímulo ao crime ambiental organizado, como no caso do garimpo ilegal, dá no resultado previsível, se não premeditado: um aumento constante do desmatamento desde 2018, ano da vitória eleitoral de Jair Bolsonaro.

A ética no entorno

Hélio Schwartsman

Michelle Bolsonaro, a mulher do presidente da República, disse que o ex-ministro da Educação Milton Ribeiro é honesto. Para a primeira-dama, o ex-chefe do MEC ainda vai provar que é uma pessoa "honesta, justa, fiel e leal." Como formamos nossos juízos éticos?

Nós basicamente olhamos para os lados e vemos o que as pessoas a nosso redor costumam fazer. Não é uma coincidência que os vocábulos portugueses "ética" e "moral" derivem respectivamente das palavras grega ("éthes") e latina ("mores") para "costumes". Consideramos aceitáveis comportamentos que percebemos como praticados pela maioria de nossos pares. É isso o que faz com que a moral varie tanto geográfica e temporalmente. E não surpreende que seja assim, dado que a moralidade é a solução encontrada pela evolução natural para conciliar os impulsos egoístas dos indivíduos com a necessidade de reduzir conflitos dentro do grupo —o dilema de sermos ao mesmo tempo rivais e aliados.

O que isso significa na prática? Quando Michelle Bolsonaro olha para o lado, o que ela vê? O marido, empregador da celebérrima Wal do Açaí, mantinha apartamento funcional de que não necessitava em Brasília "para comer gente". Talvez a exemplo do pai, os enteados Flávio e Carlos são suspeitos de ganhar algum por fora valendo-se de esquemas de "rachadinha", eufemismo para o crime de peculato envolvendo a contratação de funcionários-fantasmas em gabinetes parlamentares. Flávio, é o caso de lembrar, comprou há pouco uma mansão para a qual aparentemente não tinha rendimentos declarados suficientes. A própria primeira-dama teve cheques muito estranhos depositados em sua conta corrente pelo notório Fabrício Queiroz. Os R$ 89 mil se tornaram um "Leitmotiv" do folclore bolsonarista.

Nesse contexto, faz todo o sentido que Michelle Bolsonaro considere Milton Ribeiro honesto. Ele não fez nada que não seja costumeiro no entorno da primeira-dama.

helio@uol.com.br

Excesso de obediência

Bruno Boghossian

Milton Ribeiro caiu por excesso de obediência. Em seus últimos dias no cargo, ele contou que seguia uma orientação de Jair Bolsonaro quando abriu o MEC para os dois pastores que passaram a tocar negociatas na pasta. O ministro também foi gravado dizendo que a preferência dada à dupla de lobistas era um "pedido especial" do presidente.

Não havia falta de sintonia entre chefe e subordinado. Eles andavam de mãos dadas no projeto de aparelhamento do Ministério da Educação e continuaram abraçados quando a crise dos pastores estourou. Bolsonaro chegou a afirmar que botaria "a cara toda no fogo" por Ribeiro, até que precisou queimar o ministro para tentar salvar a própria pele.

O presidente já se livrou de outros auxiliares que pensavam como ele, agiam de acordo com seus interesses e seguiam suas ordens. O caso de Ribeiro não é tão diferente das demissões de Abraham Weintraub, Ernesto Araújo, Ricardo Salles e Eduardo Pazuello —representantes do bolsonarismo em estado puro que se tornaram fontes de prejuízo político.

Weintraub provocou uma crise ao sugerir a prisão dos ministros do STF. Foi demitido por um presidente que desfila em comícios para atacar o tribunal. Já Ernesto teve que deixar o Itamaraty para conter estragos na imagem do país, mesmo sendo um mero operador da diplomacia caótica defendida até hoje pelo chefe.

No Meio Ambiente, Ricardo Salles foi sacrificado quando seu nome apareceu numa suspeita de corrupção para favorecer a exploração ilegal de madeira (atividade que sempre contou com a boa vontade de Bolsonaro). Pazuello, por sua vez, perdeu o posto após obedecer a todas as ordens do presidente na gestão mortífera da pandemia.

Assim como Ribeiro, nenhum desses ministros caiu por falta de alinhamento com o projeto de Bolsonaro. O quinteto só se tornou descartável quando o presidente percebeu que eles poderiam causar danos políticos ao governo. Não é preciso ir muito longe para perceber qual é a fonte original desse desgaste.

A facada como cabo eleitoral

Mariliz Pereira Jorge

A facada de 2018 estará presente na eleição de 2022. Jair Bolsonaro não deixará que ela seja apenas uma lembrança distante, ainda que sombria, do último pleito. A superação faz parte da imagem que ele cultiva do homem que se sacrifica pelo povo e combate a "volta do comunismo" com a própria vida.

Nem 24 horas depois de mais um evento com cara, cores e discurso de lançamento de campanha, só permitida a partir do dia 16 de agosto pela legislação eleitoral, o presidente foi internado devido a "dificuldade de esvaziamento gástrico". Passou a noite no hospital, onde ganhou dieta líquida, recebeu alta na manhã seguinte e embarcou para o Mato Grosso.

Parecia perfeitamente saudável nos vídeos divulgados em suas redes sociais. Mas a internação, mais declarações de apoiadores, inclusive do filho Flávio Bolsonaro, sobre as "consequências da tentativa de homicídio por um ex-militante do PSOL", fizeram o assunto voltar a ser um dos mais comentados nas redes sociais, uma base importante para o bolsonarismo.

Não há embasamento para afirmar que a facada tenha sido decisiva para a eleição em 2018, como apontam adversários e críticos, mas na prática Bolsonaro ganhou passe livre para fugir dos debates, onde seria confrontado, e a simpatia de eleitores que passaram a vê-lo com olhos solidários.

A Polícia Federal já concluiu dois inquéritos que apontam que Adélio Bispo agiu sozinho, mas o clã Bolsonaro não aceita o resultado das investigações e investe na narrativa de que foi um complô da esquerda. Esta por sua vez tem parte da militância que alimenta a fantasia de que a facada foi armação.

Bolsonaro tem obviamente a saúde debilitada, mas não toma conta dela, caso contrário não teria se entupido de camarão e baixado no hospital em janeiro. O entra e sai de hospitais causa forte comoção em sua base. A facada já garantiu espaço como cabo eleitoral.

Alinhando os incentivos

Silvia Matos

Economista e pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV-Ibre)

Nós, economistas, estudamos como as pessoas reagem a incentivos. E aqui não há um julgamento moral. A pergunta que sempre nos fazemos é se os incentivos estão alinhados com os objetivos almejados, como desenvolvimento econômico e social.

O empresário deseja maximizar o lucro. Se os incentivos estão certos, a busca pelo lucro também deve aumentar o investimento, o emprego e a renda. O empresário deve adotar novas tecnologias, contratar uma mão de obra com mais qualidade, aprimorar o processo produtivo e, com isso, haverá ganhos de produtividade ao nível da firma. Se todas as empresas seguem o mesmo caminho, haverá um aumento de produtividade do país, com trabalhadores mais produtivos e com melhores salários.

No entanto, de forma simplificada, se um setor é protegido, pois tem um regime especial, um benefício já estabelecido, o lucro está assegurado. Então não há necessidade de ser eficiente e inovador. Uma boa analogia é a seguinte: por que estudar para a prova se a aprovação está garantida? Até alunos bons e dedicados não vão se esforçar muito, pois não há incentivos para tal atitude.

Raciocínio similar pode ser aplicado aos políticos. Como convencer os políticos das boas políticas públicas? Infelizmente, as cobranças da sociedade e da mídia para que soluções rápidas sejam encontradas geram, na grande maioria das vezes, resultados ruins.

Se existissem órgãos governamentais com os objetivos de disseminar informações, subsidiando a formulação e a avaliação de políticas públicas, e assessorar o governo nas decisões estratégicas, isso não apenas evitaria o improviso nas escolhas de soluções rápidas e mal elaboradas, mas também contribuiria para blindar o governo das pressões dos grupos de interesse.

Podemos ter uma perenidade das boas políticas públicas, convencendo a sociedade e, consequentemente, os políticos de que essa é a estratégia a ser adotada; e essas políticas deixarão de ser de um governo específico e se consolidarão como políticas de Estado. Um exemplo desse fenômeno é a política educacional no Ceará. Governos de diferentes partidos políticos têm mantido as mesmas práticas e têm conseguido colher dividendos políticos dessa estratégia. E toda a sociedade sai ganhando, com o retorno de um gasto público muito eficiente e justo.

Não existem atalhos para o desenvolvimento de um país. Apenas através do crescimento da produtividade conseguiremos chegar lá. Mas isso só é possível com boas políticas econômicas, que consigam alinhar os interesses individuais dos empresários, dos trabalhadores e dos políticos com os interesses coletivos. Esse é o caminho.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

O que os refugiados da Ucrânia podem nos ensinar?

Vivemos sob o mito do país que recebe imigrantes sempre de braços abertos

Maria Alice Setubal (Neca)
Doutora em psicologia da educação (PUC-SP), socióloga e presidente do Conselho da Fundação Tide Setubal

Há semanas assistimos desolados às histórias dramáticas vividas pelos ucranianos que deixam seu país em consequência da guerra, especialmente mulheres e crianças, que muitas vezes estão sujeitas a agressões físicas e sexuais. Diversos são também os relatos de xenofobia e racismo sofridos principalmente por africanos e muçulmanos que buscam sair do território e, muitas vezes, são discriminados e deixados para trás no acesso aos trens nas fronteiras.

Deslocamentos geográficos forçados se traduzem também em fortes deslocamentos emocionais, em desenraizamentos gerados por uma violência traumática e pela ausência de pertencimento na chegada a um outro lugar, onde o idioma, a cultura, a comida e os modos de ser, fazer e sentir são diferentes.

No caso dos ucranianos, há, ainda, a separação das famílias, uma vez que os homens (pais e maridos) e os familiares idosos tiveram que permanecer. Lidar com esse turbilhão de sentimentos e hostilidades, que se mistura com a culpa de fugir e a completa incerteza do futuro, de reencontrar as famílias ou voltar ao seu país, é um drama muito difícil de imaginar para nós, brasileiros.

Se por um lado as cenas de violência e racismo na Ucrânia chocam, vale uma pergunta a nós mesmos: de que forma olhamos para a realidade dos refugiados no Brasil? Somos um país formado por diferentes fluxos migratórios ao longo da nossa história e vivemos sob o mito de um país que recebe de braços abertos. Ser é diferente de parecer. Basta olhar para como recebemos os inúmeros venezuelanos que, por conta da instabilidade econômica, cruzam a fronteira na direção de Rondônia; os haitianos que chegaram em massa e se distribuíram em diferentes regiões do país após desastres naturais; os africanos do Congo e de Camarões; ou, ainda, os sírios refugiados da recente guerra. Sem esquecer a história recente do jovem Moïse Kabagambe, que estava no Brasil desde 2014 como refugiado político e foi assassinado no Rio de Janeiro por cobrar o seu salário.

O país reconheceu 21 mil refugiados em 2019 e um total de 807 mil imigrantes, números muito pequenos em relação à nossa população e ao fluxo de refugiados e imigrantes nos países da Europa e nos Estados Unidos. No entanto, são poucas as políticas públicas e as instituições que os atendem e desenvolvem iniciativas para apoiá-los —e são vários os relatos de discriminação e abandono sofridos por eles.

O abalo experimentado pela perda do lugar de origem em qualquer situação de deslocamento configura-se uma situação dramática em inúmeras dimensões, o que exige diversas ações possíveis, como aponta a publicação "O que o Investimento Social Privado Pode Fazer por Migrações e Refugiados", do Gife (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas), sobre o papel do investimento social privado. Entre elas destacam-se acolhimento, hospitalidade e inclusão social para o acesso a garantias de condições básicas de dignidade e direitos; ensino da língua, acesso ao sistema bancário, moradia e saúde; ações de educação básica, qualificação ao trabalho e ensino superior; cursos profissionalizantes, empreendedorismo, encaminhamento a empregos; enfrentamento do trabalho escravo; construção de uma narrativa de fortalecimento humanitário.

[...]

O país reconheceu 21 mil refugiados em 2019 e um total de 807 mil imigrantes (...). No entanto, são poucas as políticas públicas e as instituições que os atendem e desenvolvem iniciativas para apoiá-los —e são vários os relatos de discriminação e abandono sofridos por eles

Ao lado das dimensões elencadas acima, a saúde mental deve ter prioridade. Acolher e acompanhar essas pessoas e famílias, desenvolvendo uma escuta real que possa ressaltar as memórias boas para que as cenas de violência não fiquem como a única referência, para, assim, ser possível restituir-lhes sua potência, seu lugar como sujeitos. Oferecer um espaço para que possam elaborar e entender o que podem preservar de suas culturas originais e, ao mesmo tempo, o que podem assimilar e aprender da nova cultura do país em que estão vivendo são caminhos para atuação não só no momento da chegada, mas para o acolhimento a longo prazo.

Somos um mundo globalizado, e as guerras, os desastres naturais, as crises nos afetam do ponto de vista econômico, político e ambiental, mas sobretudo social, como seres humanos que todos somos. Há muitas lições a aprender; contudo, nesses cenários, é na nossa dignidade humana que temos que buscar agir para nos sentirmos conectados.

Extradição de Assange aos EUA é ameaça a todos os jornalistas

Precedente criará vulnerabilidade legal, também, para organizações de mídia

Natalia Viana
Jornalista, é cofundadora da Agência Pública de Jornalismo Investigativo e presidente da Ajor (Associação de Jornalismo Digital)

A lamentável decisão da Suprema Corte britânica de não permitir recurso à extradição de Julian Assange, fundador do WikiLeaks, aos EUA, é uma ameaça direta a todos os jornalistas. Vale sempre lembrar: Assange é acusado de 18 crimes, sendo 17 por violar a Lei de Espionagem, obtendo e publicando os documentos diplomáticos que revelaram como se comportam os embaixadores dos americanos pelo mundo. Ele não é americano e nem estava nos EUA à época do vazamento; por isso, o pedido de sua extradição não tem precedentes.

Assange, a quem eu conheci em 2010 quando coordenei a parceria com esta **Folha** e O Globo para publicação no Brasil desse vazamento de inegável interesse público, sempre nos alertou que havia, por trás do emaranhado de acusações contra ele feitas pela Suécia, a "longa manus" dos Estados Unidos, que o queria punir por ter publicado justamente esses documentos, além de ter exposto crimes de guerra no Iraque e Afeganistão. Muita gente —eu, inclusive— achava que era paranoia. Pensava que um país democrático jamais gastaria tanto tempo e dinheiro para prender um publisher que revolucionou o modo como a imprensa deve cobrir grandes vazamentos. Eu estava errada.

Depois do WikiLeaks, grandes vazamentos de informação —da Vaza Jato ao Facebook Papers— têm seguido mais ou menos o mesmo formato. Diversas Redações se juntam para analisar e dar conta de quantidades enormes de dados e documentos, colaborando e publicando conjuntamente. O impacto desse tipo de cobertura é inegável. E quem solidificou o modelo foi Julian Assange, a quem alguns negam, mesquinhamente, o título de jornalista.

Ainda bem, esse não é o caso das principais organizações de defesa do jornalismo no mundo: a Repórteres Sem Fronteiras, a Fundação pela Liberdade de Imprensa, a Federação Internacional de Jornalistas, o Comitê para Proteção de Jornalistas e a Anistia Internacional, entre outras, lamentaram a decisão e apelam para que que os EUA desistam da extradição.

[...]

Exauridos os recursos na Justiça, cabe à ministra do Interior britânica, Priti Patel, autorizar a extradição. (...) A decisão vai facilitar o caminho para que outros governos autoritários, seja o russo, seja de outros países, usem a acusação de "espionagem" para prender jornalistas estrangeiros que ousam investigar seus abusos

Elas são uníssonas em alertar que o precedente estabelecido cria uma vulnerabilidade legal para todos os jornalistas e todas as organizações de mídia do mundo. Se publicar informações secretas do governo norte-americano —ou de qualquer outro governo— é crime, e um crime sem fronteiras, o jornalismo, em si, está sendo criminalizado.

Exauridos os recursos na Justiça, cabe à ministra do Interior britânica, Priti Patel, autorizar a extradição.

E o governo de Joe Biden tem agora em suas mãos a decisão de seguir em frente e permitir a pavorosa cena de um combalido Assange algemado, arrastado para um avião para cruzar o oceano e ser novamente encarcerado depois de mais de uma década —enquanto procura valer-se da liderança moral dos Estados Unidos para promover sanções econômicas à Rússia pela invasão da Ucrânia, em nome da democracia e da liberdade.

Se seguir nesse rumo, não há dúvidas de que a máquina de propaganda russa vai saber usar essa cena para reforçar sua narrativa de que os EUA lideram um "império de mentiras" para justificar seus ataques à Otan e a guerra contra a Ucrânia.

De troco, a decisão vai facilitar o caminho para que outros governos autoritários, seja o russo, seja de outros países, usem a acusação de "espionagem" para prender jornalistas estrangeiros que ousam investigar seus abusos.

Em resumo, o jornalismo mundial sai perdendo.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Explosão da bomba atômica em Nagasaki (Japão), em 1945
Divulgação/Ubu

Que outros?

"Se Putin usar arma nuclear na Ucrânia e vencer, outros farão o mesmo, diz especialista" (Mundo, 29/3). Que "outros"? Sobrará ainda alguém depois da escalada inevitável?

Jonas Nunes dos Santos (Juiz de Fora, MG)

Bem x mal

"Presidente diz que pleito será disputa do bem contra o mal" (Política, 28/3). Faz lembrar os cátaros (puros), considerados hereges pela igreja da Idade Média porque acreditavam que havia dois deuses, ou dois princípios, sendo um bom e outro mau. A sinistra e cruel Inquisição foi então criada para aqueles que até hoje persistem no mesmo credo.

Pedro Portugal (Belo Horizonte, MG)

Na hora dos debates

O presidente vai usar esse álibi de estar passando mal toda vez que houver problemas nos ministérios, para desviar a atenção do povo ("Bolsonaro recebe alta de hospital após passar a noite internado em Brasília", Política, 29/3)? Só falta na hora dos debates também "resolver" passar mal. Chega de enganação!

Tania Tavares (São Paulo, SP)

*

O padrão de vítima de sempre. Toda vez que queima o filme feio, passa mal e vai ao hospital para ficar em observação só para que fiquem com peninha do dodói. Muito macho mesmo.

Alec Bento (São Paulo, SP)

*

A programação estabelecida até as eleições está sendo observada...

Odilon Octavio Santos (Marília, SP)

Projeto educacional

Um país que teve quatro ministros da Educação em pouco mais de três anos —e brevemente terá o quinto— na verdade não teve nenhum. Considerando que a pandemia paralisou a educação por dois anos, com graves consequências principalmente para a população carente, o Brasil seguirá atrasado e desigual por anos a fio. O eleitor consciente precisa cobrar desde já, dos candidatos à Presidência, um projeto educacional emergencial.

Luciano Harary (São Paulo, SP)

*

Alvaro Costa e Silva escancara a realidade deste desgoverno ao demonstrar que o MEC até agora esteve vazio ("O Lollapalooza é só o começo", Opinião, 29/3). Cada ocupante cuidou, a seu modo, de destruí-lo. E assim segue a campanha de reeleição do genocida.

Jonas Nilson da Matta (São Paulo, SP)

Escolher o quinto

Jair Bolsonaro tem por hábito demorar para repor ministros. Ele tem que conciliar os negócios dos evangélicos com os negócios do centrão e com a simpatia dos militares. E, simultaneamente, encontrar alguém que se sujeite a atender seus interesses eleitoreiros. Competência técnica é o que menos conta.

Paulo Bittar (São Paulo, SP)

Brigas internas

A realidade brasileira supera a ficção americana. Na peça "The Best Man" (1960), que depois se transformou no filme "Vassalos da Ambição" (1964), o escritor Gore Vidal retratou uma convenção partidária na qual dois oponentes farão de tudo, desde chantagens até ameaças, para conseguir a indicação do partido para concorrer ao cargo de presidente. Aqui no Brasil, dois governadores desistiram de disputar a reeleição e ambos renunciaram ao cargo. A disputa será dura até a convenção do PSDB, em julho, para a escolha do nome do partido dividido.

Luiz Roberto da Costa Júnior (Campinas, SP)

O tapa

A distinta psicanalista Vera Iaconelli sempre nos brinda com sua sapiência ("Sopapos no Oscar e fora dele", Equilíbrio, 29/3). Na análise do imbróglio envolvendo Will Smith, que esbofeteou o comediante Chris Rock, nos alerta, oportunamente, como o humor pode ser a "arte" de transformar o inaceitável em "normalidade" desumanizadora. Além de fazer a advertência mais importante: mais uma vez uma mulher foi desrespeitada!

Walter Roberto Correia (São Paulo, SP)

*

Há tempos o Oscar vem perdendo prestígio, mas, depois das cenas de violência física na última cerimônia, desandou de vez. A sétima arte não merecia isso.

Erivan Santana (Teixeira de Freitas, BA)

Justiça eleitoral

Perfeitas as considerações de Hélio Schwartsman sobre as anomalias e os absurdos da Justiça Eleitoral, cuja presença no sistema jurídico é uma excrescência, mais uma jabuticaba brasileira ("No espírito da lei", Opinião, 29/3). Além de tratar eleitores e cidadãos como incapazes, nos períodos não eleitorais os magistrados passam os dias a assinar títulos e a receber um subsídio extra. Os membros do Ministério Público que atuam na Justiça Eleitoral fazem menos ainda. Quanto esse complexo de magistrados, promotores, servidores e tribunais custa ao país em que tantos passam fome?

Antonio Carlos Augusto Gama, promotor de Justiça aposentado (Ribeirão Preto, SP)

Lollapalooza

"Ministro do TSE revoga censura ao Lollapalooza e responsabiliza partido de Bolsonaro" (Mônica Bergamo, 29/3). Só para entender... O juiz disse que tomou a decisão apenas confiando no que o acusador (PL) disse? Sem provas? E já foi despejando a multa? Não se deu o trabalho de ouvir os dois lados, de ver as provas, enfim, de julgar devidamente?

Anderson Costa (Osasco, SP)

*

O sujeito foi juiz, desembargador, é ministro de tribunal superior (TSE) e foi induzido ao erro por uma peça de um descabimento cristalino? Qual é o "animus condenantis", excelência? Ou é apenas "se colar, colou"?

Ari Vargas Leal (Campo Grande, MS)

política

PAINEL | *Fábio Zanini*

painel@grupofolha.com.br

Bode expiatório

A demissão do presidente da Petrobras, Joaquim Silva e Luna, amplia as rusgas entre o Exército e a Marinha. Oficiais ouvidos pelo Painel avaliam que o general "pagou o pato" da ineficiência na articulação política do ministro de Minas e Energia, almirante Bento Albuquerque. Criticam, ainda, o processo de fritura e a forma como houve a dispensa. De acordo com esses generais, a substituição pelo economista Adriano Pires não resolverá o problema do preços dos combustíveis.

MAR ABERTO Chamaram a atenção também dos oficiais verde-oliva duas indicações recentes para o conselho de administração da Petrobras, no qual Albuquerque manterá a predominância de nomes ligados à Marinha: o oficial da reserva Ruy Schneider e o almirante Luiz Henrique Cairoli. Com a saída de Silva e Luna, não haverá mais integrantes do Exército no Conselho.

DESTRO Presidido pelo deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), o Instituto Conservador Liberal (ICL) pretende fazer mais uma edição da conferência conservadora Cpac em junho ou julho, às vésperas do início da campanha eleitoral.

BYE BYE Inspirada em um evento americano, a Cpac já teve duas edições brasileiras. Na última, no ano passado, participaram, entre outros, Donald Trump Jr., filho do ex-presidente dos EUA, e Jason Miller, da rede de direita Gettr, que foi interrogado pela Polícia Federal ao deixar o país, no inquérito das milícias digitais.

VEJA BEM O ministro do TSE Raul Araújo afirmou a interlocutores ser um ardoroso defensor da liberdade da manifestação artística e de expressão. Ele foi o responsável pela liminar que proibiu manifestações políticas no festival de música Lollapalooza.

INOCENTE Araújo confidenciou a aliados que foi induzido a erro pelo PL, partido do presidente Jair Bolsonaro, autor do pedido. E que o revogaria caso a legenda não tivesse desistido dele por conta própria.

NEM VEM Aliados do governador João Doria prometem aumentar o tom das críticas a Eduardo Leite caso ele dê início a uma "campanha paralela" no PSDB para presidente. Segundo um secretário estadual, conspirar estando dentro do partido é ainda pior do que se tivesse migrado para outra legenda, como o PSD.

EXPANSÃO Em queda de braço com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), o senador Renan Calheiros (MDB-AL) conseguiu triplicar a bancada estadual do seu partido, de 6 para 17 parlamentares. O motivo foi o rompimento do presidente da Assembleia, Marcelo Vitor, com o grupo de Lira. Ele planeja suceder o governador Renan Filho, que disputará o Senado.

MAMÃE FILIEI Menos de um mês após o vazamento de áudios de teor sexista sobre mulheres ucranianas, o deputado estadual Arthur do Val, o Mamãe Falei, filiou-se à União Brasil. Ele estava sem partido desde que deixou o Podemos em razão do escândalo.

MAMÃE VOLTEI A filiação deixa aberta a possibilidade de que ele se candidate a deputado federal, caso escape do processo de cassação no Conselho de Ética da Assembleia. Tanto o partido como o MBL, ao qual é ligado, avaliam que Do Val segue tendo bom potencial como puxador de votos.

CLÁUSULA No pacote que negociou para ingressar na União Brasil, o MBL incluiu a indicação pelo partido do deputado federal Kim Kataguiri (SP), um de seus principais líderes, como membro da CCJ já a partir deste ano. A comissão é a mais importante da Câmara.

EM CASA O ex-presidente Lula (PT) marcou encontro para 13 de abril com representantes de centrais sindicais alinhadas à sua candidatura, como CUT, Força Sindical e CTB. "É uma reunião de sindicalistas progressistas", diz Miguel Torres, presidente da Força.

PENSE... Lula também tem manifestado intenção de se encontrar com Paulinho da Força, presidente do Solidariedade, para costurar apoio a Fernando Haddad (PT) em SP. Ele quer tentar reverter a tendência atual da sigla de compor com o vice-governador Rodrigo Garcia (PSDB).

SEM... Um grupo de militantes do PSOL lançou documento em que critica a direção do partido por sinalizar apoio à chapa Lula-Geraldo Alckmin (PSB) e por negociar a criação de uma federação com a Rede.

...PAPO A carta já conta com mais de 600 assinaturas, de figuras como os ex-deputados Babá e Milton Temer. O texto diz que o partido "não tem vocação para ser puxadinho do PT e, menos ainda, do Banco Itaú [referência ao apoio da família Setúbal à Rede]."

VISITA À FOLHA Fernando Luiz Zancan, presidente da Associação Brasileira de Carvão Mineral (ABCM), esteve no jornal nesta terça-feira (29). Acompanhava-o Silvio Bressan, sócio-diretor da Fato Relevante Comunicação.

com Guilherme Seto e Juliana Braga

GRUPO FOLHA

FOLHA DE S.PAULO ★★★

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
DO 1º AO 3º MÊS	R$ 1,90	R$ 1,90
DO 4º AO 12º MÊS	R$ 9,90	R$ 9,90
A PARTIR DO 13º MÊS	R$ 29,90	R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa		Assinatura semestral*
	seg. a sáb.	dom.	Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 5	R$ 7	R$ 827,90
DF, SC	R$ 5,50	R$ 8	R$ 1.044,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 6	R$ 8,50	R$ 1.318,90
AL, BA, PE, SE	R$ 9,25	R$ 11	R$ 1.420,90
Outros estados	R$ 10	R$ 11,50	R$ 1.764,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
361.387 exemplares (fevereiro de 2022)

O presidente Jair Bolsonaro (PL) em evento organizado pelo seu partido, em Brasília Evaristo Sá - 27.mar.22/AFP

Bolsonaro, Lula e rivais fazem campanha sob vista grossa do sistema eleitoral

Propaganda na televisão, comícios e carreatas só estão liberados por lei a partir de 16 de agosto, mas, na prática, já estão ocorrendo

Ranier Bragon e Marcelo Rocha

BRASÍLIA Por lei, a corrida eleitoral para a sucessão de Jair Bolsonaro (PL) começará em 16 de agosto. Na prática, os principais postulantes ao Palácio do Planalto já estão há meses em campanha aberta, o que inclui propaganda na TV e no rádio, comícios, motociatas, uso de eventos públicos para promoção política e movimentados grupos de produção e difusão de conteúdo em aplicativos de mensagem.

É possível saber, por exemplo, um a um, os principais pontos da candidatura de Bolsonaro, que já os apresentou em eventos oficiais da Presidência da República e no ato com ares de comício antecipado que protagonizou em Brasília, no último domingo (27).

Ou que "vamos reconstruir o Brasil" porque, "se a gente quiser, a gente pode", mote da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na TV.

Dá para saber também que, se acredita que ninguém está acima da lei e que lugar de político corrupto é na cadeia, "talvez você ainda não tenha percebido, mas, no fundo, a gente acredita nas mesmas coisas", mote do ex-juiz Sergio Moro (Podemos), ou que já passou da hora do Brasil mudar de um voo de galinha para um voo de águia (Ciro Gomes, do PDT).

Há um conjunto de fatores que se combinam para a configuração da atual campanha presidencial antecipada.

Em primeiro lugar, a flexibilização da lei por parte do Congresso Nacional, que em 2015 reduziu à metade o período em que a campanha eleitoral (de 90 para 45 dias), mas inseriu uma série de exceções ao que pode ser considerado campanha antecipada.

Soma-se a isso o clima de acirramento político eleitoral que tomou conta do país em especial a partir de 2018 e o relativamente recente fenômeno das redes sociais e, em especial, dos aplicativos de mensagens instantâneas.

Em meio a esse cenário, a Justiça Eleitoral tem adotado, em geral, posição de leniência, com tendência de considerar crime eleitoral apenas pedidos explícito de voto fora de hora, o que tem contribuído para abusos.

Um dos mais evidentes dele é a propaganda partidária veiculada obrigatoriamente no horário nobre de canais de televisão e rádio de fevereiro a junho deste ano.

O objetivo é promover os partidos e suas ideias, com expressa previsão de que o uso dessas peças "para promoção de pretensa candidatura, ainda que sem pedido explícito de voto, constitui propaganda antecipada ilícita".

Conforme a **Folha** mostrou, praticamente todos os partidos ignoram a lei e usam essa propaganda para promover seus presidenciáveis e principais candidatos —tudo com base na lógica de que o provável ganho eleitoral supera em muito a eventual punição estabelecida, uma multa de R$ 5.000, na maioria dos casos, mais a perda de tempo de propaganda no primeiro semestre de 2023, ou seja, em um ano não eleitoral.

Já foram ao ar —e ainda irão por algum tempo— as propagandas de Lula, Moro e Ciro, entre outros. A do PL de Bolsonaro está agendada para a primeira quinzena de junho.

Além de usarem a televisão e as rádios, na atual disputa os partidos estão emplacando também grandes eventos públicos de lançamentos de pré-candidaturas, mecanismo que não existe na legislação eleitoral e que é classificado por especialistas como clara burla à lei eleitoral, que só permite nesse período, em geral, reuniões internas dos partidos sobre as eleições.

O PL de Bolsonaro fez chamada para um evento desse tipo. Ao reconhecer o risco de caracterização de crime eleitoral por campanha extemporânea, os próprios advogados do partido orientaram que ele fosse remodelado para um evento de filiação.

> **Nós precisamos de um avanço cultural, que cada qual perceba o que pode ou não fazer. Mas vai demorar muito tempo para chegarmos a esse estágio**
>
> **Marco Aurélio Mello**
> ex-ministro do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral

> **TSE e STF vêm tentando dar uma solução, mas é uma questão de difícil consenso. Há um grau de subjetivismo inerente a essa análise, intensificado em razão do contexto político em que vivemos, com toda a atual polarização**
>
> **Joelson Dias**
> advogado que atuou como ministro substituto do TSE

O anúncio foi refeito, mas o próprio Bolsonaro deu declarações públicas depois confirmando que o ato era de "lançamento" de sua pré-candidatura. "Deve ter muita gente lá, muita gente está se inscrevendo. Não precisa se inscrever. Se tiver espaço, vai entrar mesmo quem [não] está inscrito. É o lançamento da pré-candidatura", disse, na véspera.

O evento, aberto ao público em geral e realizado em um centro de convenções que se apresenta como o maior da América Latina, teve locutor de rodeio como animador e clima de campanha eleitoral do começo ao fim. De filiação, quase nada se falou.

No dia anterior, no sábado (26), o ex-presidente Lula foi protagonista do Festival Vermelho, em Niterói (RJ), evento de comemoração dos 100 anos do PC do B, ocasião em que também fez um discurso de quase uma hora, com foco no seu principal adversário, Bolsonaro, a quem chamou de fascista e psicopata.

No mesmo final de semana, o ministro do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) Raul Araújo censurou o festival Lollapalooza a pedido do PL, partido de Bolsonaro, proibindo manifestações políticas e prevendo multa de R$ 50 mil caso artistas se posicionassem contra qualquer candidato ou partido durante os shows.

A legenda, porém, desistiu da ação, e Araújo derrubou sua própria liminar na noite de segunda-feira (28).

Pela lei, as candidaturas serão oficializadas nas convenções partidárias, que vão de 20 de julho a 5 de agosto.

Além dos comícios, há um evidente clima de campanha eleitoral em eventos oficiais em que Jair Bolsonaro tem participado como ocupante da cadeira presidencial.

Em 16 de março, por exemplo, o presidente participou de inauguração até de pedra fundamental de hospital na Bahia, que integra a região mais refratária à sua candidatura, no momento.

Continua na pág. A5

Ministro do TSE revoga censura ao Lollapalooza

Araújo diz que a liminar foi dada na compreensão de que o evento estimulava propaganda política

Mônica Bergamo

SÃO PAULO O ministro do Tribunal Superior Eleitoral Raul Araújo, que censurou o festival Lollapalooza a pedido do PL, o partido do presidente Jair Bolsonaro, derrubou sua própria liminar na noite de segunda (28). Ele acolheu representação em que a legenda desistia da ação.

O PL decidiu recuar depois que Bolsonaro, irritado com a péssima repercussão do caso, se mostrou furioso e ordenou que o presidente do partido, Valdemar Costa Netto, voltasse atrás e retirasse a ação do TSE.

Na decisão, Araújo homologa o pedido de desistência e revoga a liminar que proibia manifestações políticas e previa multa de R$ 50 mil se artistas se posicionassem contra qualquer candidato ou partido durante os shows.

Ele responsabiliza o PL pela tentativa de censura. Segundo ele, sua decisão de multar o evento por causa das manifestações anti-Bolsonaro foi tomada "com base na compreensão de que a organização do evento promovia propaganda política ostensiva estimulando os artistas" a se manifestarem politicamente —o que não era verdade.

Araújo teria chegado a essa conclusão porque "o representante", ou seja, o PL, deu a entender que a organização do Lollapalooza "supostamente estaria estimulando a propaganda eleitoral ostensiva e extemporânea no aludido evento".

Ele destaca no despacho que "os artistas, individualmente", têm "garantida, pela Constituição Federal, ampla liberdade de expressão".

Com a decisão, o caso fica definitivamente encerrado.

A polêmica teve início após Araújo dar uma decisão no último sábado (26) em que estabeleceu que manifestações a favor ou contra qualquer candidato ou partido político estavam proibidas no festival Lollapalooza, sob pena de multa.

A ação foi movida pelo PL após a cantora Pabllo Vittar fazer um gesto com os dedos polegar e indicador, formando a letra L, em apoio ao ex-presidente Lula (PT). Depois, desfilou no meio do público com uma bandeira com o rosto do petista.

No dia seguinte à decisão, artistas a ignoraram e puxaram gritos com críticas a Bolsonaro e elogios a Lula. Na liminar, Araújo afirmou que Pabllo havia feito "clara propaganda eleitoral em benefício de possível candidato ao cargo de presidente da República, em detrimento de outro possível candidato, em flagrante desconformidade com o disposto na legislação eleitoral, que veda, nessa época, propaganda de cunho político-partidária".

A cantora Anitta debochou da multa ao comentar sobre a liminar do TSE em sua conta numa rede social. "50 mil? Poxa... menos uma bolsa. FORA BOLSONAROOOOO. Essa lei vale fora do país? Porque meus festivais são só internacionais", escreveu a cantora.

"Defiro parcialmente o pedido de tutela antecipada formulada na exordial da representação, no sentido de prestigiar a proibição legal, vedando a realização ou manifestação de propaganda eleitoral ostensiva e extemporânea em favor de qualquer candidato", afirmou Araújo em sua liminar.

Um erro na ação elaborada pela campanha de Jair Bolsonaro ao TSE, porém, quase impossibilitou que o Lollapalooza fosse intimado em tempo para cumprir a decisão que tentou censurar manifestação de artistas durante o evento.

Os advogados do PL, partido do presidente, puseram no polo passivo da medida empresas e respectivos CNPJs sem relação com a organização do festival, porém.

A oficial de Justiça responsável por entregar a intimação foi ao endereço comercial citado pelos autores da ação, mas não encontrou o escritório ligado ao Lollapalooza. As tentativas fracassadas ocorreram na parte da manhã e no início da tarde do domingo.

Foi só quando teve de intimar o Lollapalooza a cumprir essa decisão que o TSE percebeu que a campanha de Bolsonaro havia errado o CNPJ da empresa. O grupo acabou então sendo intimado no local do festival, em Interlagos, na zona sul de São Paulo. Só depois disso a T4F Entretenimento, que é a produtora do evento, se manifestou contra a decisão, entrando com pedido de reconsideração na corte eleitoral.

No documento encaminhado ao tribunal, a defesa do festival afirma não ter como fazer cumprir a ordem que "veda manifestações de preferência política" e diz não poder agir como censora privada, "controlando e proibindo o conteúdo" das falas.

As advogadas do Lollapalooza ainda falam sobre o episódio da intimação, dizendo "ressalva-se que a T4F desconhece por completo as duas empresas representadas, que não tem qualquer relação com a atual organização do festival" e afirmou que "contudo, de boa-fé, a T4F se apresenta como produtora do evento".

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no aniversário dos 100 anos do PCdoB, em Niterói Brenno Carvalho - 26.mar.22/Agência O Globo

Continuação da pág. A4

Anteriormente, em evento promovido pelo BTG, em fevereiro, usou sua fala para cobrar apoio do mercado financeiro à sua reeleição, atacando Lula e listando, um a um, os pontos que devem moldar sua campanha eleitoral.

Bolsonaro também reuniu em Brasília, em diferentes eventos, ruralistas e evangélicos, dois segmentos que formam os pilares de sua base, também com o objetivo de fortalecer os laços de sua campanha. Aos evangélicos disse que irá dirigir o país para o caminho que eles definirem.

Em sua live semanal, chegou a listar os ministros que devem deixar os cargos para disputar mandatos eletivos, deixando claro o viés de campanha. "Temos muita esperança no Tarcísio [de Freitas, ministro da Infraestrutura] em São Paulo, mas todos esses aqui realmente têm chance de se eleger", afirmou.

O presidente também é figura comum em motociatas e tem a sua imagem estampada por apoiadores em outdoors, nos quais também é, em menor escala, alvo de adversários —a propaganda eleitoral em outdoor é proibida por lei.

A internet e os aplicativos de mensagens instantâneas são outros importantes espaços da pré-campanha, tudo também à margem de uma autorização legal clara.

Como a **Folha** mostrou, existiam ao menos 20 anúncios no Facebook e no Instagram que promoviam a candidatura de Bolsonaro, com a frase "Bolsonaro 2022" e pedido de voto ou apoio, e sete anúncios no Facebook promovendo a candidatura de Lula, com a frase "Lula 2022".

Como também a **Folha** mostrou, o WhatsApp suspendeu números de telefones de administradores de grupos do portal Lulaverso, criados pela comunicação de Lula e que se estende a WhatsApp, Telegram, Instagram, Twitter e TikTok para impulsionar a figura do petista nas redes.

Bolsonaro lidera a ofensiva eleitoral na internet. Seu canal no Telegram, por exemplo, tem 1,335 milhão de inscritos, contra 54 mil de Lula, 20 mil de Ciro Gomes e apenas 6.000 de Moro, que não atualiza seu perfil nesta rede desde 24 de fevereiro.

"Nós precisamos de um avanço cultural, que cada qual perceba o que pode ou não fazer. Mas vai demorar muito tempo para chegarmos a esse estágio", diz o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral Marco Aurélio Mello.

O advogado Joelson Dias, que atuou como ministro substituto do TSE, falou da tensão existente entre a liberdade de expressão e a necessidade de se coibir o abuso de poder econômico e político nas eleições, seja antes ou durante as eleições.

"Não é de hoje que há essa tensão. TSE e STF vêm tentando dar uma solução, mas é uma questão de difícil consenso. Há um grau de subjetivismo inerente a essa análise, intensificado em razão do contexto político em que vivemos, com toda a atual polarização", afirmou.

Integrantes do Ministério Público Eleitoral ouvidos pela **Folha** dizem entender que a vedação à propaganda eleitoral antes de 16 de agosto também se aplica à internet e aos aplicativos de mensagem.

Os representantes do MPE ponderam, porém, a dificuldade de fiscalização no meio virtual. Segundo eles, os partidos podem ajudar e levar à Justiça Eleitoral eventuais transgressões. Mas frisam, a exemplo dos ex-ministros consultados, o caráter subjetivo nessa avaliação.

Eles apontam o programa de combate à desinformação eleitoral do TSE como uma importante ferramenta. De caráter proativo, o programa conta com a adesão das principais plataformas em atuação no país, incluindo o retardatário Telegram, que assinou a parceria na sexta-feira (25).

A advogada Caroline Lacerda, integrante da equipe que assessora Bolsonaro, respondeu genericamente às perguntas da **Folha**, afirmando que a Lei das Eleições (9.504/1997) elenca, em seu artigo 36-A, as manifestações que não são consideradas campanha antecipada. De acordo com ela, os dispositivos da norma baseiam a atuação dos partidos e candidatos em ano eleitoral.

"Caso haja representação judicial de algum ato do presidente, os julgadores verificarão se estão em desacordo com a lei. É do Poder Judiciário a palavra final sobre a regularidade dos atos", afirmou.

O escritório Aragão e Ferraro, responsável pela campanha de Lula, disse que o PT segue rigorosamente o regramento da legislação eleitoral.

"Prova disto é que não há hoje qualquer ação na Justiça Eleitoral sobre propaganda antecipada referente ao pleito presidencial de 2022 contra o PT ou Lula", afirmou.

Quanto às redes sociais ou canais de apoiadores na internet, acrescentou o escritório, "não há como ter, e nem deveria, qualquer controle da livre expressão de pensamento de pessoas ou grupos. Estes são responsáveis pelo conteúdo que divulgam ou reproduzem".

Como os partidos driblam a lei eleitoral

As campanhas eleitorais só são permitidas a partir de 16 de agosto, mas, na prática, já estão em curso

CAMPANHA EM TV E RÁDIO

- **O que diz a lei**
  Campanha eleitoral só é permitida no horário eleitoral gratuito, de 26 de agosto a 29 de setembro
- **O que acontece na prática**
  Legendas usam as propagandas partidárias, que vão ao ar do final de fevereiro a junho, para promover seus presidenciáveis, em claro tom de campanha, apesar de resolução do TSE considerar propaganda antecipada ilícita o uso desse instrumento para "promoção de pretensa candidatura, ainda que sem pedido explícito de voto"

COMÍCIO

- **O que diz a lei**
  Só é permitido a partir de 16 de agosto
- **O que acontece na prática**
  O PL promoveu neste domingo (27) um grande evento aberto ao público, em Brasília, com locutor de rodeio e discurso de Bolsonaro em tom de campanha. Lula, também com longo discurso, foi a principal estrela no sábado (26) do Festival Vermelho, em Niterói (RJ), evento de comemoração dos 100 anos do PC do B

CARREATAS

- **O que diz a lei**
  Só são permitidas a partir de 16 de agosto
- **O que acontece na prática**
  O presidente Jair Bolsonaro e apoiadores já promoveram várias motociatas, todas com claro cunho de campanha antecipada

CAMPANHA NA INTERNET E EM APLICATIVOS DE MENSAGEM

- **O que diz a lei**
  É permitido aos partidos e candidatos produção e distribuição de conteúdo, vedado o disparo em massa, a partir de 16 de agosto. Pessoas físicas não podem contratar impulsionamento para fins eleitorais
- **O que acontece na prática**
  Grupos organizados de apoio aos candidatos estão ativos há tempos em várias redes, com baixíssima transparência sobre quem está por trás da empreitada. Como a **Folha** mostrou em fevereiro, anúncios pagos no Facebook e no Instagram também promoviam as candidaturas de Bolsonaro e Lula

Bolsonaro põe a cara no fogo por ministro, mas não a reeleição

Saídas de Milton Ribeiro do MEC e do general Silva e Luna da Petrobras visam evitar estrago eleitoral maior

ANÁLISE

Ranier Bragon

BRASÍLIA Quatro dias depois de afirmar que não colocaria só a mão, mas a cara inteira no fogo por seu ministro da Educação, Jair Bolsonaro (PL) deu nesta segunda-feira (28) uma demonstração de que suas supostas convicções pessoais não estão acima de sua busca pela reeleição.

Não só a exoneração de Milton Ribeiro do MEC, mas também o anúncio quase simultâneo da saída do general Joaquim Silva e Luna da Petrobras têm a mesma motivação, ou seja, a tentativa de evitar uma maior corrosão eleitoral em decorrência do escândalo dos pastores-lobistas e da inflação.

Ribeiro deu sequência ao descalabro promovido pelos antecessores na gestão do MEC e deixa para o próximo, o quarto a ocupar a cadeira, um legado de ausência de resultados e de políticas públicas estruturantes, esvaziamento técnico e contaminação ideológica.

Não foi por nenhum desses motivos, porém, que Ribeiro perdeu o cargo.

Jair Bolsonaro e seus aliados têm procurado emplacar o discurso eleitoral de que não existiu corrupção em seu governo, uma afirmação impossível de ser atestada.

Além disso, ela precisa ser inserida em um contexto de reiteradas manifestações e ações contrárias a investigações que possam respingar nele e em familiares, da blindagem do centrão no Congresso e da atitude amistosa do procurador-geral da República, Augusto Aras.

Nesse cenário de narrativas, não é nada agradável para a campanha presidencial a revelação de indícios de um esquema informal de obtenção de verbas envolvendo dois pastores sem cargo público, o que incluía pagamento de propina —e com áudio do ministro dizendo que beneficiava um dos lobistas a mando de Bolsonaro.

Milton Ribeiro foi exonerado sete dias após a **Folha** divulgar o áudio.

Longe da disputa eleitoral, o então ministro do Turismo Marcelo Álvaro Antonio ficou dois anos no cargo, em 2019 e 2020, mesmo indiciado pela Polícia Federal e denunciado pelo Ministério Público no caso das candidaturas laranjas, que foi revelado pela **Folha**.

A saída de Silva e Luna da Petrobras, que deve se concretizar no próximo dia 13, também deixa mais uma vez claro que o discurso liberal na economia e eventuais interesses do mercado também não irão se sobrepor às estratégias eleitorais.

O tema dos combustíveis foi o primeiro a ser abordado pelo adversário Luiz Inácio Lula da Silva na propaganda partidária nacional que o PT começou a veicular no rádio e na TV.

"Meus amigos e minhas amigas, alguém aí na sua casa ganha em dólar? Seu salário sobe quando o dólar sobe? Então por que a Petrobras está reajustando o preço dos combustíveis em dólar", pergunta Lula no vídeo.

A estratégia do PT não é feita ao acaso, como nada é feito ao acaso no ambiente das grandes campanhas políticas nacionais. Tudo se ampara em pesquisas qualitativas, aquelas em que a reação de grupos de eleitores a determinados discursos é medida de forma metódica.

Apesar da longa tentativa do presidente e de sua máquina de propaganda nas redes sociais de atribuir a governadores e a adversários que estiveram no poder antes dele a culpa pela alta do preço da gasolina, do diesel e do gás de cozinha, o Datafolha mostrou na tarde desta segunda-feira que quase 70% dos brasileiros atribuem essa culpa a ele mesmo, Bolsonaro.

Pouco mais de quatro horas depois, às 19h15, o Ministério de Minas e Energia divulgava uma nota oficial confirmando a decisão de remover o general do comando da Petrobras, indicando para seu lugar um economista que já teria defendido a proposta que soa como música aos ouvidos da campanha bolsonarista, a de não repassar a volatilidade do preço do petróleo para o consumidor.

Como informa o colunista da **Folha** Vinicius Torres Freire, para avançar além da troca do comando no sentido eleitoreiro de forçar uma intervenção nos preços da estatal, por exemplo, Bolsonaro teria que passar por cima de regras e estatutos e "cometer uns crimes e contravenções".

Mais do que isso, "teria de convencer a nova direção da empresa a ser cúmplice".

Como mostrou a queda do ministro em relação ao qual se colocaria mão, braço e cabeça no fogo, o risco de se chamuscar aqui e ali parece já estar precificado para quem, como o próprio Bolsonaro disse no comício fora de hora que promoveu em Brasília, no domingo, quer entregar o Brasil ao sucessor somente "bem lá na frente".

[...]

Não só a exoneração de Milton Ribeiro do MEC, mas também o anúncio quase simultâneo da saída do general Joaquim Silva e Luna da Petrobras têm a mesma motivação, ou seja, a tentativa de evitar uma maior corrosão eleitoral em decorrência do escândalo dos pastores-lobistas e da inflação

Presidente Jair Bolsonaro em evento de entrega de títulos de propriedade rural em Ponta Porã (MS) Alan Santos/Divulgação Presidência

Presidente recebe alta após passar a noite em hospital em Brasília e vai a evento em MS

Mateus Vargas, Renato Machado e Ricardo Della Coletta

BRASÍLIA E SÃO PAULO O presidente Jair Bolsonaro (PL) recebeu alta hospitalar na manhã desta terça-feira (29) em Brasília.

Ele se sentiu mal na noite de segunda-feira (28) e foi encaminhado ao Hospital das Forças Armadas, após sentir um desconforto no estômago, segundo o ministro Fábio Faria (Comunicações).

Após a alta, o chefe do Executivo viajou para Ponta Porã (MS), onde participou de uma cerimônia de regularização fundiária.

Bolsonaro era aguardado para participar, na noite de segunda, da cerimônia de filiação ao Republicanos de dois de seus ministros: o titular da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, e Damares Alves, ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos. A mesa dos convidados continha uma plaquinha de identificação com o nome de Jair Bolsonaro, que depois foi retirada.

Durante a sua fala no evento na noite de segunda, Marcos Pereira, presidente do Republicanos, surpreendeu ao informar que Bolsonaro havia faltado para realizar exames, sem dar mais detalhes. Apenas após o evento o deputado federal informou brevemente do que se tratava.

"Ele estava fazendo exames com os médicos da Presidência. Foi o que me informaram. Ela [Michelle Bolsonaro] estava até preocupada querendo ir embora logo para poder ir lá", disse o parlamentar. "Falaram que ele estava com refluxo e dor no estômago."

Ao deixar o evento, Michelle apenas disse que seu marido "está bem, graças a Deus".

Em janeiro deste ano, Bolsonaro ficou internado no Hospital Vila Nova Star, em São Paulo, por três dias, devido a uma obstrução intestinal.

O presidente interrompeu as férias em Santa Catarina após sentir dores abdominais. Ele diz que a obstrução aconteceu por não mastigar camarões que comeu.

Os médicos cogitaram, na época, a possibilidade de uma intervenção cirúrgica. Entretanto a obstrução se desfez e a cirurgia foi descartada. O presidente reagiu bem à dieta líquida. Ele chegou a utilizar uma sonda nasogástrica.

Em julho de 2021, Bolsonaro também foi internado em São Paulo com obstrução no intestino. O presidente teve alta alguns dias depois e não passou por cirurgia.

O problema no intestino é consequência da facada sofrida e 2018 quando era candidato à Presidência.

O relógio avaliado em torno de R$ 80 mil foi usado por Lula em evento do centenário do PC do B no Rio de Janeiro Ricardo Stuckert

Bolsonaristas e Moro ironizam Lula por relógio importado

SÃO PAULO Aliados do presidente Jair Bolsonaro (PL) e o ex-juiz Sergio Moro usaram as redes sociais para ironizar o ex-presidente Lula (PT) pelo uso de um relógio caro em evento do PC do B, neste final de semana, no Rio de Janeiro. A imagem que mostra o relógio do petista, feita por sua equipe, foi publicada pela presidente nacional do PT, a deputada Gleisi Hoffmann, em suas redes sociais.

A foto mostra parte do braço erguido de Lula, com o relógio da marca suíça Piaget no pulso, enquanto acena aos convidados do evento, ao fundo.

"Linda a festa de 100 anos do PCdoB! História de coerência na luta pelos direitos do povo, pela soberania e democracia no Brasil", escreveu a presidente do PT ao postar a imagem.

Bolsonaristas alegam uma suposta contradição entre o discurso de Lula em defesa dos pobres e o relógio caro em seu pulso. Um modelo original desse custa em torno de R$ 80 mil.

Líder nas pesquisas de intenção de voto, Lula repete em seus discursos que pobre gosta e tem o direito de usar produtos de qualidade. Ele fala, por exemplo, sobre o direito das camadas mais pobres de terem renda suficiente para tomar cerveja e comer picanha nos finais de semana.

"O pai dos 'probe' segue a saga da facção!", escreveu o vereador Carlos Bolsonaro, filho do presidente, e, postagem sobre o tema em suas redes sociais.

Ele citou que a foto publicada nas redes sociais de Lula estava com um corte que impede a visualização da marca do relógio.

Já Moro postou a foto de seu relógio, de modelo Casio. E escreveu: "Sem retoque".

Procurada, a assessoria do ex-presidente Lula não quis se manifestar sobre o tema.

Sete ministros de Bolsonaro

Dois caíram por competência, os demais atolaram

Elio Gaspari

Jornalista, autor de cinco volumes sobre a história do regime militar, entre eles "A Ditadura Encurralada"

Em três anos de governo, Jair Bolsonaro empossou sete ministros na Educação e na Saúde. Esse desfile seguiu um padrão. Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich, na Saúde, respeitaram os critérios de competência profissional e acabaram fritos. Os demais atolaram na inépcia e no destrambelho: Eduardo Pazuello e Marcelo Queiroga na Saúde, Ricardo Vélez, Abraham Weintraub e Milton Ribeiro na Educação.

Milton Ribeiro revelou-se um campeão. De um lado, ganha um fim de semana num garimpo ilegal quem for capaz de apontar uma só iniciativa competente que ele tenha patrocinado no MEC. Não mexeu em malfeitorias passadas e meteu-se com pastores das sombras que pediam capilés para tramitar processos junto ao benevolente Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

O ministério que já foi ocupado por Gustavo Capanema, Darcy Ribeiro e Ney Braga acabou nas mãos de um pastor que patrocinava colegas que enfiavam fotografias suas em exemplares da Bíblia. Coisa de deslumbrado.

Existem traficâncias federais, estaduais e municipais, Ribeiro meteu-se em malfeitorias municipais. Os dois pastores que o orientavam levavam prefeitos ao seu ministério, acompanhavam processos para a construção de escolas ou creches e mordiam os alcaides. Num caso, com pedido de um quilo de ouro, segundo a vítima.

Ribeiro parece típico, mas no primarismo de suas falas e no silêncio de suas iniciativas, assemelhou-se a Ricardo Vélez e a Abraham Weintraub. Nenhum desses dois expoentes do primarismo deixou registro de que tenham se metido em pastoreios.

O capitão assumiu dizendo que havia formado um ministério de técnicos. Na educação, atrasou a chegada da internet à rede pública. Em certa medida, até fez o certo quando em seu governo a Controladoria-Geral da União detonou o edital do FNDE que torraria R$ 3 bilhões em equipamentos eletrônicos.

Essa teria sido uma verdadeira traficância federal, mexendo com o equivalente a dez toneladas de ouro. Os 255 alunos da escola Laura de Queiroz, em Itabirito (MG) receberiam 30.030 laptops. Parou de fazer o certo quando não perguntou quem fez o maldito edital.

Bolsonaro cultiva superstições. A cloroquina derrubou dois ministros da Saúde e lesou um terceiro. Felizmente, suas paixões pelo nióbio e pelo grafeno foram contidas. Sua visita a uma empresa americana que pesquisava a transmissão de energia elétrica sem fios ficou no talvez.

Em qualquer época, um ministro deve trabalhar olhando para a gestão de sua pasta e para os desejos do presidente ou do seu círculo de conselheiros. Dos sete ministros da Educação e da Saúde de Bolsonaro, dois (Mandetta e Teich) olharam mais para o serviço. Os outros cinco, pelos mais diversos motivos, olharam mais para o Palácio do Planalto. Ralaram-se.

Ribeiro passará o resto de seus dias lembrando-se que recebeu os pastores das sombras a pedido de Bolsonaro. Faltou-lhe a percepção do limite. O sábio que patrocinava a causa da transmissão de energia elétrica sem fio foi discretamente colocado em seu lugar e o assunto morreu. Ribeiro, julgando-se mais esperto, lidava com pastores que ilustravam Bíblias com sua ilustre figura.

| DOM. Elio Gaspari, Janio de Freitas | SEG. Celso R. de Barros | TER. Joel P. da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | **QUI. Conrado H. Mendes** | SEX. Reinaldo Azevedo, Angela Alonso, Silvio Almeida | SÁB. Demétrio Magnoli

Para 53%, haverá mais corrupção, diz Datafolha

Expectativa de aumento, que estava em 36% em dezembro, saltou em meio ao escândalo no MEC sob Bolsonaro

Joelmir Tavares

SÃO PAULO A percepção de que a corrupção no Brasil vai aumentar daqui para a frente teve nova elevação, segundo pesquisa Datafolha realizada terça (22) e quarta-feira (23). Um percentual de 53% dos entrevistados fez coro a essa avaliação, ante 36% na sondagem anterior, em dezembro de 2021.

Outros 17% acreditam que os casos vão diminuir e 26% pensam que ficarão como estão; 4% não sabem. O levantamento foi feito em meio às denúncias que atingem o Ministério da Educação sob o governo Jair Bolsonaro (PL), com suspeita de envolvimento de pastores em um esquema de propina.

Com uma margem de erro de dois pontos percentuais para mais ou menos, a pesquisa ouviu 2.556 pessoas acima de 16 anos, em 181 cidades de todo o país, e está registrada no TSE sob o número BR-08967/2022.

Os números, colhidos pelo instituto junto com questões sobre a avaliação do governo (que teve queda na reprovação) e as principais preocupações do brasileiro (saúde e economia no topo), mostram uma guinada na comparação com os retratados pelo instituto em dezembro.

Naquela ocasião, o patamar dos que acreditavam em aumento da corrupção no futuro tinha despencado em relação ao levantamento anterior, de setembro (de 61% para 36%). Foi o menor nível desde o início da gestão Bolsonaro.

Na mesma toada, a parcela dos que esperavam diminuição havia subido (de 11% em setembro para 30% em dezembro).

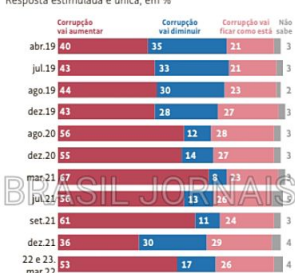
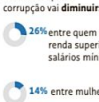
O salto de agora mostra um pessimismo maior, com mais da metade (53%) aguardando piora no cenário, mas ainda distante do pico alcançado em março de 2021 (67%).

Naquela época, além da aliança do presidente com o centrão, o noticiário estava salpicado de revelações sobre os esquemas de "rachadinhas" da família Bolsonaro e o episódio da nebulosa compra de uma mansão de R$ 6 milhões por seu filho Flávio, senador pelo PL-RJ.

Em campanha à reeleição, ameaçada hoje pela liderança do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas pesquisas, Bolsonaro repete quase diariamente que no seu governo não tem casos de corrupção, discurso que ficou abalado nos últimos dias pela crise no MEC.

As entrevistas da pesquisa começaram na terça, quatro dias após a publicação das primeiras denúncias sobre a atuação e a influência dos pastores em liberações de verbas na pasta que era comandada por Milton Ribeiro, exonerado do cargo nesta segunda-feira (28) por causas das revelações.

O tema do MEC, entretanto, não fazia parte diretamente do questionário aplicado pelo instituto.

Na segunda-feira passada (21), a **Folha** revelou um áudio em que o então titular do ministério mencionava um pedido de Bolsonaro para priorizar amigos do pastor Gilmar Santos, que não ocupa cargo público, e falava em apoios, supostamente direcionados para construção de igrejas.

O Planalto montou uma estratégia para se descolar do escândalo. O presidente disse que "bota a cara toda no fogo" pelo ministro e afirmou que o auxiliar é vítima de covardia. Ele resistiu a demitir Ribeiro, que acabou exonerado para tentar reduzir o desgaste do governo.

A Polícia Federal abriu na sexta-feira (25) dois inquéritos que miram o esquema, um para apurar o papel dos pastores —um dos casos incluiria o pedido de 1 kg de ouro em troca de repasses— e outro sobre a eventual participação de Ribeiro. Ele, que também é pastor, nega envolvimento.

Neste domingo (27), em evento do PL com clima de campanha que desafiou a legislação sobre propaganda eleitoral antecipada, Bolsonaro não fez menções diretas ao ministro, mas afirmou que "buscam qualquer gota d'água para transformar num tsunami".

"Todos nós somos humanos. Podemos errar. Quem nunca errou que está na plataforma neste momento?", discursou no palanque, ao lado de parlamentares, ministros e apoiadores.

De acordo com o Datafolha, a expectativa do aumento de corrupção, que na média geral está em 53%, é ainda maior entre mulheres (58%), pessoas com ensino fundamental (59%) e quem ganha até dois salários mínimos (59%). É menor, entretanto, entre aqueles que recebem mais de dez salários (38%).

Já a avaliação sobre diminuição de malfeitos, de 17% na média, é superior entre homens (20%), quem tem ensino superior (20%) e pessoas com renda acima de dez salários (26%). E tem menos adesão entre jovens de 16 a 24 anos (14%), por exemplo.

A corrupção, que, no auge da Operação Lava Jato, entre 2015 e 2017, chegou a ser apontada como o principal problema do país, com menções na casa dos 35%, hoje é citada por apenas 5% dos ouvidos pelo Datafolha. Saúde (22%) e economia (15%) são as maiores preocupações atualmente.

Bolsonaro anunciou em 2020 que acabou "com a Lava Jato porque não tem mais corrupção no governo". O número de prisões efetuadas pela Polícia Federal no âmbito de operações de combate à corrupção vem caindo desde o início do governo do presidente.

Entre 2021 e 2019, a queda foi de 66%. As prisões despencaram sobretudo na gestão do agora ex-diretor da PF Paulo Maiurino, substituído no mês passado no comando da corporação por Márcio Nunes de Oliveira. Foi a quinta nomeação ao cargo feita pela atual gestão federal.

Embora tenha seu governo avaliado como ruim ou péssimo por 46%, Bolsonaro teve melhora nesse quesito, já que em dezembro o percentual era de 53%. A aprovação oscilou positivamente de 22% para 25%, o que ajuda a explicar a melhoria relativa de sua intenção de voto nas eleições.

Na tentativa de reconquistar eleitores que o apoiaram em 2018 e se distanciaram, o atual mandatário usará o tema da corrupção, como os desvios na Petrobras nas gestões anteriores, para tentar reavivar o antipetismo e recuperar o espaço perdido para o partido de Lula.

O petista alcançou, no cenário de primeiro turno, 43% das intenções de voto, ante 26% do presidente. Na rodada anterior do Datafolha, Lula oscilava de 47% a 48%, e Bolsonaro possuía de 21% a 22%.

53% dizem acreditar que corrupção vai aumentar

Resposta estimulada e única, em %

Acreditam que a corrupção vai **aumentar:**

59% entre quem tem renda de até dois salários mínimos

45% entre quem tem ensino superior

Acreditam que a corrupção vai **diminuir:**

26% entre quem tem renda superior a dez salários mínimos

14% entre mulheres

Fonte: Pesquisa Datafolha presencial com 2.556 pessoas com 16 anos ou mais, realizada em 22 e 23 de março. A margem de erro máxima é de dois pontos percentuais para mais ou para menos. A pesquisa está registrada no TSE - BR-08967/2022

Podemos, partido de Sergio Moro, tem contas de 2018 rejeitadas

José Marques

BRASÍLIA O Podemos, partido do ex-juiz e pré-candidato à Presidência da República Sergio Moro, teve as contas de 2018 rejeitadas nesta terça (29) pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e será obrigado a ressarcir os cofres públicos em R$ 1,1 milhão, valor que deve ser atualizado.

A legenda ainda foi condenada a pagar um valor adicional de R$ 83 mil, que também precisa ser atualizado, por gastos que não foram esclarecidos. Ambas as quantias têm que ser bancadas com recursos próprios.

Além disso, as cotas do fundo partidário distribuídas ao Podemos serão suspensas por dois meses. O valor atual recebido pela legenda é de R$ 3,2 milhões mensais.

O principal problema apontado foi que o partido não aplicou os 30% necessários do fundo eleitoral na cota de gênero nas eleições de 2018. Segundo parecer da Procuradoria-Geral Eleitoral, foram destinados apenas 27% às candidaturas femininas pelo partido naquele pleito.

"Portanto, remanesce a irregularidade em relação ao percentual mínimo que deveria ter sido destinado às campanhas das candidatas", diz o parecer. "A irregularidade alcançou o valor total de R$ 1.050.555,01, que deve ser restituído ao Tesouro Nacional", afirma.

Além disso, não houve documentação comprobatória referente a despesas com serviços gráficos no valor de aproximadamente R$ 90 mil.

Segundo Mauro Campbell, ministro relator do caso, "o elevado valor absoluto das irregularidades constitui critério balizador para o julgamento das contas", e por isso a reprovação.

"O partido também descumpriu o repasse de percentual mínimo de 30% dos recursos do fundo eleitoral para a cota de gênero e omitiu gastos eleitorais, que constituiu doação por fonte vedada, falha de natureza grave", disse Campbell em seu voto.

O partido descumpriu o repasse de percentual mínimo de 30% dos recursos do fundo eleitoral para a cota de gênero e omitiu gastos eleitorais, que constituiu doação por fonte vedada, falha de natureza grave

Mauro Campbell, ministro relator do caso no TSE

De acordo com o ministro do TSE, as "falhas verificadas de incontroversa gravidade" são contrárias à transparência, à lisura e ao zelo no uso dos recursos públicos.

Votaram pela rejeição das contas, além de Campbell, os ministros Alexandre de Moraes, Ricardo Lewandowski, Sérgio Banhos e Benedito Gonçalves. O presidente do TSE, Edson Fachin, e o ministro Carlos Horbach votaram pela aprovação das contas do Podemos, mas com ressalva.

Todos eles, porém, decidiram que as sanções aplicadas ao partido eram necessárias.

Moro, que foi o juiz responsável pela Operação Lava Jato e é ex-ministro da Justiça do governo Jair Bolsonaro (PL), se filiou ao Podemos em novembro do ano passado com o intuito de concorrer ao Palácio do Planalto.

No seu ato de filiação, o ex-juiz defendeu o legado da força-tarefa e atacou Bolsonaro, de quem teria sofrido boicote, além do ex-presidente Lula, a quem condenou e prendeu, o retirando da corrida presidencial de 2018.

"Chega de corrupção, chega de mensalão, chega de petrolão, chega de rachadinha, chega de orçamento secreto. Chega de querer levar vantagem em tudo e enganar o povo brasileiro", disse à época.

A presidente do Podemos é a deputada Renata Abreu (SP), cotada para disputar o Governo de São Paulo este ano.

Em São Paulo, o Podemos chegou a virar alvo de uma ação eleitoral que pedia a cassação do mandato de Abreu por suspeita de candidaturas de mulheres que, na prática, não tinham condição financeira de fazer as campanhas que defendiam.

Procurado, o Podemos não se manifestou até a conclusão desta edição.

Bolsonaro e Braga Netto ampliam bônus a militares até para eventos

Decreto permite pagamento por representação em 9 serviços; Defesa nega impacto financeiro

O ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, durante preparativos para operação da Força Aérea Pedro Ladeira - 7.mar.22/Folhapress

Vinicius Sassine e Marianna Holanda

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro (PL) e o ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, assinaram decreto ampliando as possibilidades de pagamento de gratificação de representação aos militares, benefício que incrementa de 2% a 10% a remuneração básica.

Viagens de representação, que garantem o benefício, passam a incluir eventos culturais e desportivos. Militares fora da sede para nove tipos de serviços, como manutenção e avaliação de produtos de defesa, também poderão receber a gratificação em caráter eventual.

O decreto foi assinado no último dia 17 e publicado no Diário Oficial da União do dia seguinte. Revoga decreto da presidente Dilma Rousseff (PT) de 2 de maio de 2016, que já ampliava as possibilidades da gratificação de representação.

O Ministério da Defesa afirmou, em nota, que o decreto não traz inovação sobre o pagamento da gratificação em razão do exercício de cargos de comando, direção ou chefia. "Não haverá novos impactos financeiros", disse.

A pasta não respondeu aos questionamentos da reportagem sobre o impacto aos cofres públicos com as novas possibilidades de pagamentos, quanto é gasto hoje e quantos militares já recebem e poderão vir a receber o benefício.

O Ministério da Economia também não se manifestou.

Quando regulamentou a benesse, em 2016, Dilma tentava se garantir no cargo.

Em 17 de abril daquele ano, a Câmara já havia autorizado a instauração do seu processo de impeachment. E, em 12 de maio, dez dias após o decreto, o Senado aprovou a abertura do processo, com seu afastamento provisório. Ela foi destituída em 31 de agosto de 2016.

Agora, Bolsonaro e Braga Netto ampliaram o escopo de possibilidades de recebimento da gratificação.

O presidente tenta se cacifar para a reeleição, num momento em que pesquisas de intenção de voto mostram o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na liderança.

Ele está decidido a trocar seu vice na chapa pela reeleição. Sairá o general Hamilton Mourão (Republicanos), e um dos mais cotados para a chapa é o general Braga Netto.

O presidente o nomeou ministro da Defesa para garantir maior controle e influência política nas Forças Armadas.

Braga Netto, que era ministro da Casa Civil, substituiu o general Fernando Azevedo e Silva, demitido por Bolsonaro da Defesa em março de 2021, na maior crise militar desde a década de 70. Azevedo dizia tentar blindar as Forças, ante a ingerência do presidente.

A gratificação de representação modificada por Bolsonaro existe desde 2001.

Têm direito ao benefício oficiais-generais; militares em cargos de comando, direção e chefia; quem participa de viagens de representação, instrução e emprego operacional; e militares a serviço de autoridades estrangeiras no país.

Para generais e ocupantes de cargos de comando, o valor da gratificação mensal é de 10% do salário básico. Já a eventual, nos demais casos, é de 2%.

Dilma e seu então ministro da Defesa, Aldo Rebelo, regulamentaram por meio de decreto o pagamento da gratificação de representação. Com isso, ampliaram-se as possibilidades de pagamento.

Ficou previsto que militares em treinamento, vigilância da fronteira e em atuação em operações de GLO (garantia da lei e da ordem) têm direito ao benefício eventual.

O objetivo do governo na época, segundo divulgado na ocasião, era abarcar especialmente militares em GLOs e em grandes eventos como os Jogos Olímpicos do Rio em 2016.

Mais de 38 mil militares que atuaram na segurança do evento internacional poderiam ser beneficiados, conforme divulgado pelo governo na época.

O decreto de Bolsonaro e Braga Netto permite o pagamento de gratificação a militares em viagem de representação para fora da sede inclusive em eventos "de cunho cultural ou desportivo".

Além disso, o texto estabelece mais nove possibilidades de "emprego operacional" fora da sede, com garantia do benefício: serviços de engenharia; cartografia; levantamento topográfico; escolta; perícia; produção de geoinformação; infraestrutura de tecnologia de comunicações; avaliação de produtos de defesa; e atividades de manutenção.

Sobre as chamadas viagens de instrução, o decreto de Dilma estabelecia que tinha direito a gratificação o "militar da ativa que integre o efetivo de estabelecimento de ensino militar ou de parte dele" e que se deslocasse para atividades de ensino fora da sede.

O atual decreto altera esse entendimento de viagem de instrução: "atividade realizada por militar da ativa fora de sua sede, cujo objetivo esteja relacionado com ensino, instrução, orientação técnica ou inspeção de comando".

A regulamentação feita em 2016 afirmava que a gratificação de representação não seria incorporada à remuneração do militar. O decreto de Bolsonaro e Braga Netto limita isso à pensão: "A gratificação de representação não comporá a pensão militar."

Esta previsão já aparece em lei de 2019, que especifica a necessidade de regulamentação sobre a gratificação paga de forma eventual. No caso dos ocupantes de cargos de comando, deve existir regulamentação por parte de cada uma das Forças Armadas, conforme a lei.

O decreto estabeleceu ainda regras para cálculo da remuneração de inativos e de pensionistas.

FHC revê sua trajetória em documentário e manda recados

Ricardo Balthazar

Fernando Henrique Cardoso no documentário "O Presidente Improvável" Divulgação Giros Filmes

SÃO PAULO Indagado sobre os 21 anos em que o país viveu sob ditadura militar, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso responde com a cabeça voltada para o presente. "Como agora, quando polariza você não sabe onde vai dar", diz. "Quem não é polarizado fica no meio, fica ali e sua voz some."

Em outro momento de "O Presidente Improvável", documentário sobre sua trajetória política que estreia nos cinemas nesta quinta-feira (31), ele fala com o ex-ministro da Justiça José Carlos Dias sobre a unidade alcançada pela oposição ao regime autoritário durante o processo de redemocratização.

"Naquele tempo havia realmente uma frente única", diz FHC. Quando o ex-auxiliar lhe pergunta sobre a possibilidade de formar aliança semelhante nos dias de hoje, o tucano é taxativo: "Não se consegue. Hoje tem liberdade, o pessoal não tem mais medo. Naquele tempo, ou ficava junto, ou morria."

O ex-ministro Nelson Jobim lembra de quando estavam na Assembleia Nacional Constituinte, que redigiu a Constituição de 1988. "Fomos vítimas de um regime fechado", diz o ex-presidente. "Valorizávamos mais as regras, as normas, a cultura democrática. Com o tempo, é preciso renovar essa crença".

Dirigido por Belisario Franca, o filme é organizado em torno de uma sequência de conversas que Fernando Henrique teve durante a pandemia com amigos, ex-ministros e colaboradores, do historiador Boris Fausto ao ex-presidente americano Bill Clinton, que participou por videoconferência.

Os 21 encontros, filmados na sede da Fundação FHC, ocorreram entre setembro de 2020 e junho de 2021. O nome de Jair Bolsonaro não é pronunciado em nenhuma cena, mas as tensões criadas por sua ascensão ao poder e pela proximidade das eleições de outubro são indisfarçáveis no pano de fundo.

O filme estreia no dia em que se completarão 58 anos do golpe que depôs o governo João Goulart e abriu caminho para a ditadura militar. A data foi uma escolha dos realizadores para marcar posição contra Bolsonaro, capitão reformado do Exército e defensor do regime autoritário instalado em 1964.

No ano passado, a Ancine (Agência Nacional do Cinema) chegou a vetar o projeto do documentário, o que impediria os produtores de captar recursos para financiá-lo, mas a decisão acabou sendo revista. O filme contou com patrocínio da Prefeitura do Rio de Janeiro e dos bancos BTG Pactual e Itaú.

O petista Luiz Inácio Lula da Silva, líder das pesquisas para o pleito deste ano, aparece em vários momentos. Fernando Henrique, que o venceu em duas eleições presidenciais, conta como se conheceram nos anos 1970 e examina os motivos que levaram ao afastamento entre os dois mais tarde.

"O PT estava em fase de propaganda e ascensão", diz, ao rememorar os anos em que ocupou a Presidência, de 1995 a 2002. "O inimigo tinha que ser o governo. Então, em vez de entender que nós podíamos jogar juntos, jogou contra. Dificultaram muito as coisas. Votaram contra tudo, impiedosamente."

"É claro que para o Brasil seria melhor, eu creio, se tivesse havido uma aliança entre várias forças", diz para o ex-ministro da Defesa Raul Jungmann. "Não era viável isso. Não por razões ideológicas, [mas por] razões de poder. A briga por quem é que vai tomar conta, quem é que manda."

FHC, que disse ter anulado seu voto nas eleições de 2018, afirmou no ano passado que votará em Lula em outubro se for necessário para impedir a reeleição de Bolsonaro. Os dois ex-presidentes se encontraram para um almoço em maio, quando as filmagens do documentário estavam perto do fim.

Fernando Henrique apoiou o governador João Doria (SP) nas prévias realizadas pelo PSDB para definir seu candidato e tem se mantido longe das articulações que visam relançar o nome do governador Eduardo Leite (RS), derrotado nas prévias, se Doria não crescer nas pesquisas de intenção de voto.

Quase todos os interlocutores de FHC que aparecem no documentário são pessoas que têm intimidade com ele, e a maioria o trata com reverência. A intenção dos realizadores foi criar um ambiente confortável para o ex-presidente, em que ele estivesse desarmado quando as câmeras fossem ligadas.

Fernando Henrique exibe bom humor em vários momentos e chega a imitar as vozes do deputado Ulysses Guimarães (1916-1992) e do ex-governador Leonel Brizola (1922-2004) ao narrar alguns episódios. Contam-se nos dedos de uma mão as passagens em que é submetido a questionamento crítico.

Num desses raros momentos de desconforto, o ex-presidente discute seu empenho pela aprovação da emenda constitucional que permitiu sua reeleição em 1998, ao final do primeiro mandato. Ele reconheceu a mudança como um erro histórico pela primeira vez num artigo publicado em setembro de 2020.

O assunto surge no filme durante uma conversa com o ex-ministro da Saúde Barjas Negri, eleito três vezes prefeito de Piracicaba (SP) após deixar o governo. O ex-presidente lamenta ter pressionado o Congresso a aprovar a emenda sem ter considerado consequências de longo prazo para o sistema político.

"Eu não teria forçado tanto a barra quanto forcei", ele diz. "Porque isso tem consequências depois. Dá a sensação, mesmo que não seja verdade, de que o presidente, mal chegou lá, só pensa no outro mandato. Se for um mandato mais longo, mais confortável, e só um mandato, talvez seja mais razoável."

FHC afirma que o ideal seria ampliar o mandato do presidente de quatro para cinco ou seis anos, sem possibilidade de reeleição. Ele diz que decidiu trabalhar pela emenda em 1997 porque as pesquisas da época indicavam que ele teria apoio para continuar no cargo se pudesse se candidatar mais uma vez.

"O povo queria. Tinha pesquisa o tempo todo. A população queria a minha reeleição", afirma. "Não é a reeleição, como instituto da reeleição. Queria a minha reeleição. Ganhei, então está provado que queriam a minha reeleição. Isso será que é suficiente para você mudar uma regra? Talvez não fosse."

O Presidente Improvável
Brasil, 2022. Direção Belisario Franca. Estreia nos cinemas na quinta (31)

Daniel Silveira desafia Moraes, que manda polícia colocar tornozeleira

Bolsonarista descumpre decisão e afirma que ministro do STF tinha que ser 'impichado e preso'

José Marques, Matheus Teixeira e Danielle Brant

BRASÍLIA O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), ordenou na tarde desta terça-feira (29) que a polícia fosse à Câmara colocar tornozeleira eletrônica no deputado Daniel Silveira (União Brasil-RJ).

Moraes havia determinado que Silveira passasse a usar o dispositivo na última sexta (25), por descumprir medidas cautelares e fazer "repetidas entrevistas nas redes sociais e encontro com os investigados nos inquéritos".

O deputado bolsonarista, porém, circulou sem tornozeleira eletrônica pela Câmara, disse que não cumpriria decisão "ilegal" do ministro e afirmou que Moraes tinha que ser "impichado e preso".

Na noite desta terça, a Polícia Legislativa isolou a área próxima ao gabinete de Silveira, o que impediu a imprensa de se aproximar do local. Momentos depois, o parlamentar saiu, acompanhando de assessores, e se encaminhou para o plenário da Câmara com a intenção de dormir no local.

Em sua decisão, Moraes também mandou que Silveira não participasse de "qualquer evento público".

Silveira transitou pelo Salão Verde após falar na tribuna, em discurso no qual chamou o ministro de "sujeito medíocre que desonra o STF".

Ele foi defendido por aliados do presidente Jair Bolsonaro (PL), que qualificaram a ordem do ministro do Supremo de "afronta à democracia".

Silveira foi questionado sobre a decisão de passar a noite no plenário da Câmara. Inicialmente, ele disse que não era relevante. Mas, depois, afirmou que queria ver "até onde vai a petulância de alguém para de fato romper com os outros dois Poderes, porque aqui o plenário é inviolável".

"O deputado é soberano no plenário. Eu quero saber até onde ele vai, se ele quer dobrar essa aposta. Se ele quer mesmo, de fato, mostrar que ele manda nos outros Poderes."

O deputado disse ainda não ter falado com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), sobre o assunto e que a conversa aconteceria "quando ele [Lira] achar que é importante entender isso aqui".

O ministro havia vedado o contato de Silveira com outros investigados do inquérito sobre milícias digitais. Na semana passada, porém, o deputado participou de ato de ativistas conservadores em São Paulo no qual estava o empresário Otávio Fakhoury, presidente do PTB-SP, que também é alvo da investigação no STF.

"Diante do exposto, determino à autoridade policial e à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal (Seape/DF) que procedam à fixação imediata do equipamento de monitoramento eletrônico do deputado federal Daniel Silveira, facultado, se o caso, que este procedimento ocorra nas dependências da Câmara dos Deputados", afirmou Moraes.

Deputado Daniel Silveira (União Brasil-RJ) circula sem tornozeleira eletrônica na Câmara Reprodução

Moraes ainda apontou que o parlamentar descumpriu medida cautelar que havia sido proferida anteriormente ao conceder entrevistas a canais nas redes sociais sem autorização judicial, como havia sido determinado.

Silveira passou sete meses preso em 2021 por ofender integrantes do Supremo em vídeos nas redes sociais.

Nesta terça, após o discurso no plenário, o bolsonarista foi questionado por jornalistas sobre se estaria descumprindo a ordem de Moraes.

"Quem está descumprindo é o Alexandre, não sou eu não. A decisão dele não quer dizer nada. Para ele tomar uma decisão, o juiz tem um qualificativo da inércia e da imparcialidade. Ele é suspeito na causa. Deveria ter se declarado suspeito. Quando ele continua, ele é a vítima, ele é o acusador, ele é o julgador. Isso faz sentido juridicamente para você?", criticou Silveira.

Ele defendeu ainda a inviolabilidade de deputados e senadores prevista na Constituição. "Nós temos tripartição dos Poderes. Se eu tiver que falar isso para o Alexandre de Moraes, que está na Suprema Corte, pode apagar a luz do Congresso, tirar todos os deputados e senadores que o Legislativo são eles. O juiz não está aqui para preencher lacuna legal não. Ele está para cumprir o que existe."

O bolsonarista disse que ficaria na Câmara até que os deputados derrubassem a medida cautelar, "que está ilegal, em desconformidade com a Constituição".

Silveira foi preso em 16 de fevereiro do ano passado por ordem de Moraes por ter publicado na internet um vídeo com ataques a ministros da corte —Moraes, por exemplo, foi chamado por ele de "Xandão do PCC".

Três dias depois, a Câmara ratificou a decisão do STF por 364 votos a 130. A Constituição prevê que, caso um deputado seja preso, caberá à Câmara a palavra final sobre a manutenção da medida. Silveira foi solto após ordem de Moraes em novembro de 2021.

Nesta terça, Silveira acusou o STF de dar continuidade a um inquérito de forma irregular. "Eles estão legislando em lacunas que não existem. Estão tomando o Poder Legislativo de assalto através de uma pessoa, Alexandre de Moraes, que tem que ser impichado e preso. Com toda certeza. Isso é crime contra a nação."

Silveira afirma que usou metáforas para criticar Moraes e nega ter ameaçado o magistrado. "Surra de gato morto é figura de linguagem muito utilizada no Sul. Eu falo isso para minha filha de 5 anos e ela sai rindo", disse.

A mesa diretora da Câmara segura há oito meses a recomendações do Conselho de Ética para suspensão do mandato do bolsonarista. São duas as punições decididas pelo colegiado, mas elas dependem do aval do plenário para serem aplicadas. A maior, de suspensão de seis meses, foi deliberada justamente pelos vídeos com xingamentos a ministros do STF.

Há ainda outra suspensão de dois meses que tem como origem a gravação clandestina, pelo bolsonarista, de uma reunião interna do PSL durante a crise que rachou o partido no primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro. Em outubro de 2019, o ex-PM divulgou o encontro, durante o qual o deputado Delegado Waldir (PSL-GO), então líder do partido na Câmara, chamou o presidente Jair Bolsonaro de "vagabundo".

O presidente da Turquia, Recep Tayyip Erdogan, fala às delegações russa e ucraniana antes do começo do encontro no palácio Dolmabahçe, em Istambul Murat Cetin Muhurdar/Presidência da Turquia/AFP

Rússia anuncia 'redução drástica' de ataques a Kiev e muda foco da guerra

Putin e Zelenski dissimulam metas para tentar cantar vitória; Erdogan surge como mediador

Igor Gielow

SÃO PAULO O Ministério da Defesa da Rússia anunciou a primeira redução de ataques sem motivação humanitária desde o começo da guerra na Ucrânia, em 24 de fevereiro. A pasta diz que vai "reduzir drasticamente a atividade militar em torno de Kiev e Tchernihiv".

A motivação oficial é facilitar as negociações de paz que recomeçaram em modo presencial em Istambul, com a presença do presidente turco, Recep Tayyip Erdogan, nesta terça (29). Mas a medida, se vingar, também dá tempo ao Kremlin para adaptar seu discurso sobre a guerra.

Assim, permitir ao presidente russo, Vladimir Putin, tentar cantar vitória na criticada ação, mirando ganhos no leste e sul do país —isso se não dissimular um rearranjo geral de forças para um plano maior.

Os negociadores ucranianos fizeram a oferta de neutralidade militar, um dos objetivos centrais da Rússia no conflito, evitar a entrada da vizinha na Otan, a aliança militar ocidental. Demandam para tanto o fim das hostilidades e a retirada de forças russas.

Em troca, pedem garantias externas de segurança, algo que segundo o assessor presidencial Mikhailo Podoliak significaria uma proteção análoga à que membros da Otan dão uns aos outros.

A Turquia, misto de rival e aliada de Putin e simpática ao governo de Volodimir Zelenski em Kiev, é uma candidata —mas também é da aliança, o que dificulta a equação.

A presença de Erdogan nas conversas no magnífico palácio otomano de Dolmabahçe, contudo, coloca um peso até aqui inédito na tratativa. Entre os negociadores estava o bilionário russo Roman Abramovitch, que vinha agindo por fora e até foi supostamente envenenado, um episódio obscuro ainda.

O negociador russo, Vladimir Medinski, disse até que uma cúpula Putin-Zelenski poderia ocorrer.

Ele, que rejeitou o termo cessar-fogo para evitar a leitura de capitulação, disse que Kiev pediu para poder entrar na União Europeia, algo que será malvisto em Moscou, por trazer o arcabouço liberal-democrático para uma grande população nas suas fronteiras.

Os ucranianos também aceitam discutir em 15 anos o status da Crimeia, região histórica russa anexada por Putin em 2014. Não há consenso divulgado sobre o Donbass, o leste do país ocupado por separatistas pró-Rússia na guerra civil iniciada naquele mesmo ano, mas Zelenski já sinalizou aceitar o debate.

Já o ministro-adjunto da Defesa russo Alexander Fomin disse que o cessar-fogo parcial visa "criar condições para negociações futuras para alcançar o objetivo de assinar um acordo de paz".

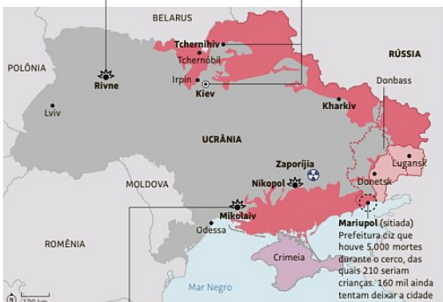
Ninguém comprou isso pelo valor de face. "Temos de estar preparados para alguma grande ofensiva em outras áreas da Ucrânia. E isso não significa que a ameaça a Kiev tenha acabado", disse o porta-voz do Pentágono, Jack Kirby, em tom semelhante ao da Casa Branca.

Houve movimentos de tropas, segundo EUA e Reino Unido, mas nada que caracterize uma retirada. Zelenski, em sua usual fala noturna, disse que houve avanço, mas só. Antes do anúncio, um míssil havia matado 12 pessoas na administração de Mikolaiv (sul).

Putin sempre deixou suas opções abertas na guerra, nunca tendo admitido uma invasão completa com objetivo de ocupação, ainda que a ação sugerisse isso. Nesta terça, antes do anúncio do cessar-fogo, o ministro da Defesa da Rússia, Serguei Choigu, disse que o "objetivo principal" é a "libertação do Donbass".

"O potencial de combate das Forças Armadas ucranianas foi significativamente reduzido, o que possibilita focar nossa atenção e nossos esforços em atingir o objetivo principal, a libertação do Donbass", afirmou.

34º dia de incursões da Rússia sobre a Ucrânia

Fontes: Graphic News e The New York Times

Na semana passada, as Forças Armadas russas já falavam na tal primeira etapa da guerra tendo sido completada. Em campo, o que se viu desde então foram três movimentos. Primeiro, o desengajamento russo de cidades em torno de Kiev, que a Ucrânia clamou para si como vitórias militares, embora a vital Tchernihiv (nordeste da capital) tenha sido cercada.

Segundo, a destruição da resistência residual ucraniana em Mariupol, tornando o fumegante conjunto de ruínas um ponto central da conexão terrestre entre o Donbass e a Crimeia.

Por fim, como Choigu deixou claro, uma virada tática que visa atacar o centro das forças ucranianas junto às fronteiras do Donbass. Se houver reforços suficientes pelo sul, vindos da Crimeia, é possível que os russos tentem cercar esses combatentes —que podem fugir a oeste, para Kiev, ou tentar a sorte.

Mariupol mostra que, apesar da incompetência em vários aspectos, os russos apostam sem restrição em guerra de atrito quando necessário.

O que isso significa? Que Putin pode buscar encerrar o conflito em termos que lhe permitam cantar uma vitória.

No Ocidente, serão apontadas as falhas e os problemas logísticos de sua campanha, mas se o Donbass acabar independente e unido fisicamente à Crimeia, o sonho nacionalista da Nova Rússia na costa do mar Negro estará entregue.

O problema para o russo é que a dimensão de sua guerra, com frentes múltiplas de ataques e a tentativa de cercar Kiev indicam que ele no mínimo quis a capitulação de Zelenski. Não deu certo, e suas forças estavam dispersas demais para um golpe definitivo.

O Kremlin poderá sempre dizer que Putin cumpriu sua palavra quanto a objetivos.

Resta saber o que vão fazer com a promessa de "desnazificar" o vizinho, que nos primeiros dias da campanha viraram um pedido do presidente para que os militares ucranianos derrubassem Zelenski.

Sempre será possível dizer que a pressão militar sobre Kiev sempre foi branda, em comparação com a obliteração de Mariupol. No mais, de fato os russos atingiram a infraestrutura militar ucraniana, destruindo inclusive a base industrial de defesa do país.

Portanto, a derrota de Putin na visão ocidental pode ser uma vitória suficiente para lhe manter o apoio interno. Resta saber qual será esse desenho e o quão disposta a aceitar a excisão da dita Nova Rússia estará Kiev.

"Eles [os russos] parecem ter feito uma guerra geral, não apenas para formalizar uma área que já controlavam. Eles lutam uma guerra desenhada com ambições maiores", afirma George Friedman, da consultoria Geopolitical Futures, um dos principais analistas estratégicos americanos.

Tudo pode ser uma dissimulação, é claro, e Moscou apenas busca ganhar tempo para refazer suas táticas visando o objetivo estratégico de derrubar Zelenski e instalar um regime títere em Kiev. A resistência, contudo, sugere que o plano é pouco palatável, embora na TV estatal russa apresentadores de talk show já falem abertamente em "ter a Ucrânia, queira ela ou não".

Kiev também dissimula suas intenções, como seria esperado. Zelenski uma hora está clamando armas e apoio em visitas virtuais a Parlamentos no mundo todo, noutra concede entrevistas sóbrias dizendo que pode reconhecer a realidade no Donbass e aceitar a neutralidade exigida por Moscou.

Novamente, é jogo de palavras: com o grau de conflito territorial que tem com a Rússia, a Ucrânia nunca seria parte da Otan, exceto que a turma de Bruxelas quisesse contratar a Terceira Guerra Mundial. Mas de qual neutralidade fala Zelenski?

Friedman aposta que ele só tem como opção adotar o modelo sueco, que formalmente não é da Otan mas que tem lado certo na disputa Ocidente-Rússia desde a Guerra Fria.

Central nisso é o pedido feito por garantias de segurança de terceiros para aceitar a rendição sem esse nome, missão que Erdogan chama para si.

Filho faz contato com brasileira desaparecida há 27 dias na Ucrânia

Aline Martins

JOÃO PESSOA A artesã paraibana Silvana Pilipenko, 54, que vivia em Mariupol, cidade sitiada no sul da Ucrânia, e estava desaparecida havia 27 dias, fez contato nesta semana com seus familiares. Eles não tinham notícias dela desde que seu prédio foi bombardeado, no início do mês.

Gabriel Pilipenko, filho da artesã, falou com ela por telefone, segundo a irmã, Rosimeri Vicente. "A internet está ainda muito ruim, e ele conseguiu falar por poucos minutos", disse. Ela não tem detalhes sobre o estado de saúde de Silvana. "A única certeza é que ela estava viva, e a gente fica feliz com isso."

De acordo com a família, a brasileira, que mora na Ucrânia há 27 anos, está indo para a Crimeia, península no sul do país anexada pela Rússia em 2014. Ela viaja com o marido, o ucraniano Vasili Pilipenko, e a sogra, de 86 anos.

Rosimeri diz que ainda não sabe se Silvana ficará na Crimeia, se seguirá para outras cidades ou se tentará voltar ao Brasil.

Desde a invasão russa, em 24 de fevereiro, a artesã paraibana relatava o dia a dia do conflito aos familiares no Brasil, por meio de gravações de vídeos e publicações em sua rede social.

Em um dos vídeos, Silvana citou as principais dificuldades enfrentadas pela população de Mariupol, como a falta de água e energia elétrica e a escassez de alimentos nas prateleiras dos supermercados. Diante disso, chegou a informar para a família que temia que nos dias seguintes não conseguisse manter o contato por falta de internet.

A cidade portuária onde ela vivia é atacada pelos russos desde o começo da guerra e tem uma das situações mais graves da Ucrânia, com atentados a civis e falta de suprimentos básicos.

Segundo a prefeitura, 160 mil pessoas ainda não conseguiram sair de lá. O governo local diz que 5.000 moradores morreram em decorrência dos ataques russos. Entre as vítimas estariam 210 crianças. Os números não puderam ser verificados de forma independente.

Os relatos mais recentes apontam, inclusive, para covas coletivas para enterrar os mortos nos ataques.

O filho de Silvana, que é engenheiro naval, estava a trabalho em Taiwan, mas decidiu deixar a ilha asiática e ir à Europa em busca de informações da mãe. Ele foi para a Alemanha e tinha o objetivo de ir até Odessa, na Ucrânia, mas não prosseguiu diante da série de bombardeios na região.

À **Folha**, o secretário-executivo de Representação Institucional na Paraíba, Adauto Fernandes, informou que há dez dias vinha dialogando com o filho de Silvana. "Na semana passada, a gente participou de uma reunião com o diplomata André Mourão, que está na Ucrânia [...] E ontem a gente recebeu a notícia que o Itamaraty, por meio da ajuda do filho, conseguiu localizá-la", afirmou.

Fernandes disse ainda que a paraibana, seu marido e a sogra receberão uma carta do Itamaraty para tentarem deixar a Ucrânia.

Silvana havia estado no Brasil em janeiro e tinha viagem marcada para retornar em 20 de março.

Peru rejeita 2º pedido de vacância de Castillo, e prática é questionada

Líder esquerdista enfrenta sucessivas crises políticas e trocas ministeriais em pouco mais de oito meses no cargo

Sylvia Colombo

BUENOS AIRES O Congresso do Peru decidiu nas primeiras horas desta terça (29) rechaçar um pedido de vacância do presidente Pedro Castillo Terrones. Foram a favor 55 parlamentares e contra, 54, além de 19 abstenções; eram necessários 87 votos para afastar o presidente, do total de 130.

Essa foi a segunda vez que Castillo enfrentou uma moção de vacância, uma espécie de impeachment —ainda que seja uma figura jurídica distinta— que aponta a "incapacidade moral" para governar. Na primeira, em dezembro, também não se alcançaram os votos necessários.

Desde a posse do esquerdista, a gestão vem sendo marcada por um duro enfrentamento entre Executivo e Legislativo, cujo principal reflexo foram as trocas ministeriais: sem contar mudanças pontuais, por motivos diversos, Castillo precisou formar quatro gabinetes, o mais recente deles tendo sido aprovado pelo Congresso no último dia 9.

A moção foi analisada entre segunda e a madrugada de terça numa sessão que durou mais de oito horas e na qual discursaram 95 parlamentares. Os debates chegaram a ser interrompidos por cerca de uma hora em meio a uma confusão causada depois que a deputada fujimorista Vivian Olivos colocou um cartaz com os dizeres "vacância já" em sua cadeira —os governistas exigiram a retirada da placa.

Do lado de fora do Parlamento, houve manifestações contra e a favor da destituição.

O texto foi apresentado pelo opositor Jorge Montoya, do partido de ultradireita Renovação Popular, com uma série de novas acusações contra o presidente. Entre elas, a de favorecimento a uma empresa para o contrato da construção de uma ponte no valor de US$ 61 milhões —a concessão já havia sido anulada em janeiro por infringir as regras de contratação estatal.

Outra acusação partiu de uma investigação da Procuradoria que aponta a existência de um gabinete ministerial paralelo, formado por congressistas próximos e familiares de Castillo, para acelerar licitações e favorecer certos empresários. A denúncia foi feita pela lobista Karelim López. Na moção constava ainda a acusação de que Castillo havia realizado promoções de militares de modo irregular —outro caso que está sob apuração do Ministério Público.

Em sua apresentação de defesa, no início da sessão, o presidente disse que algumas das acusações listadas são especulações e, por estarem sob investigação, não poderiam ser usados para basear um pedido de vacância "enquanto não houver conclusão judicial". Outras ele qualificou como "fabricações".

Depois de confirmado o resultado, ele pediu que o país "vire a página e trabalhe junto", agradecendo a quem o apoiou e dizendo respeitar a decisão dos opositores que votaram por sua destituição. "Saúdo que a sensatez, a responsabilidade e a democracia tenham prevalecido", escreveu.

> A necessidade de remendar as coisas enquanto as ruas se voltavam contra os políticos teve um custo alto. Ficou claro que a vacância é muito desestabilizadora
>
> **Rosa María Palacios**
> analista política

A figura jurídica da moção de vacância vem sendo questionada por causa da quantidade de vezes em que foi usada nos últimos anos, deixando a impressão de que, no fundo, o Peru não é governado (ou governável) por ninguém.

O artigo da Constituição que a define passou a ser invocado no início da crise política em que o país mergulhou a partir de 2016. O então presidente Pedro Pablo Kuczynski foi alvo de duas moções do tipo (na segunda, ele renunciou antes da votação) e Martín Vizcarra, que o sucedeu, de outras duas; ele acabou afastado.

O mecanismo pressupõe a retirada do presidente do cargo de modo "express", sob o vago conceito de "incapacidade moral". Constitucionalistas peruanos dizem que isso não se aplicaria a casos de corrupção, como foi o de PPK (como é conhecido), envolvido no escândalo da empreiteira brasileira Odebrecht.

"A vacância de Vizcarra, a Presidência fugaz de [Manuel] Merino, outro político afogado em corrupção, e a necessidade de remendar as coisas enquanto as ruas se voltavam contra os políticos tiveram um custo alto", diz à **Folha** a analista política Rosa María Palacios. "Ficou claro que a vacância é muito desestabilizadora para o país.

Até por isso, o pedido de Castillo por virar a página não parece ser assim tão simples. O líder esquerdista tem a aprovação de 18% da população, e uma pesquisa do Ipsos indicava que metade dos peruanos preferia que ele renunciasse —quando considerados os moradores de Lima, a proporção chega a 70%. A aprovação do Congresso é ainda pior: 14%.

Castillo nomeou como primeiro-ministro Aníbal Torres, com a esperança de que possa diminuir as fricções com o Congresso. Político experiente, ele é também um dos homens de confiança de Vladimir Cerrón, o dogmático líder do esquerdista Perú Libre. Na Economia, Óscar Graham, que é um economista respeitado e ortodoxo, aponta para a continuidade em relação à gestão do moderado Pedro Francke.

Ainda assim, algumas trocas foram polêmicas: Hernando Cevallos, que vinha acelerando o processo de vacinação do país, deu lugar na Saúde a Hernán Condori, médico próximo a Cerrón acusado de propagandear produtos sem eficácia para tratar a Covid.

Para Maritza Paredes, diretora do departamento de sociologia da Pontifícia Universidade Católica do Peru, a recuperação da estabilidade democrática do Peru passa por um necessário fortalecimento dos partidos. "Tivemos o fujimorismo, que não se apoiou em partidos, e sim no Exército; depois a guerra do Sendero Luminoso acabou com líderes sindicais e comunitários, foi para cima da classe política", diz. "O Peru não teve uma base de onde pudesse começar a pensar projetos nacionais, como fizeram Evo Morales [na Bolívia] ou Lula [Brasil], que não só prosperaram como figuras políticas como se cercaram de apoios."

Rosa Palacios aponta que, se as denúncias de corrupção contra Castillo se confirmarem, o ideal seria que o Congresso considerasse um processo formal de impeachment. Mas um fator a se levar em consideração para o futuro a curto prazo do líder esquerdista, ainda que sua popularidade seja baixa, são as ruas. "Não há movimentos pedindo a renúncia ou o afastamento, as coisas aos poucos estão melhorando na economia popular, com o retorno ao trabalho dos que eram informais", diz.

Apoiadores fazem ato a favor de Pedro Castillo do lado de fora do Parlamento durante a votação de vacância Ernesto Benavides - 28.mar.22/AFP

TODA MÍDIA | Nelson de Sá

nelson.sa@grupofolha.com.br

Empresas chinesas e indianas veem 'oportunidades' na Rússia

Depois do chanceler chinês, Nova Déli recebe agora o russo, Serguei Lavrov. Na manchete do Times of India, "Índia se mantém ao lado do comércio com a Rússia e Lavrov está para chegar".

O país já comprou quase a mesma quantidade de petróleo russo do ano passado inteiro —e mais que o dobro de óleo de cozinha. E agora quer dobrar também a importação de carvão russo.

Os dois países discutirão como "suavizar os pagamentos comerciais interrompidos pelas sanções ocidentais aos bancos russos". Na CNBC, um líder empresarial indiano havia adiantado que um mecanismo "em rublos e rupias" sairia nesta semana.

Sem o Ocidente, acrescentou ele, existem agora "muitas oportunidades para as empresas indianas". Em seguida, o South China Morning Post destacou que também as "empresas privadas chinesas veem a Rússia como terra de oportunidades, em meio ao êxodo do Ocidente".

Na mesma direção, no alto do Wall Street Journal, "Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos rejeitam chamados para cortar aliança de petróleo com a Rússia". E a CNBC ouviu, do ministro de energia dos Emirados: "A Rússia sempre fará parte desse grupo e é preciso respeitá-los".

AZOV PÓS-GUERRA Reportagem do Financial Times ouve, do fundador do batalhão Azov, elogios ao "herói" ucraniano Stepan Bandera, aliado do nazismo. Informa que "Zelensky concedeu o título de Herói da Ucrânia a um comandante do Azov". Registra que, nos últimos anos, a ONU "documentou que membros do Azov puseram suas armas em prédios civis em Donbas" e que o próprio governo americano o "rotulou como grupo de ódio". E ouve, de um anônimo de Kiev: "São esses os fascistas que queremos governando nosso país depois que esta guerra acabar?".

CONVENÇÕES O New York Times noticiou o vídeo de "soldados que são provavelmente ucranianos batendo e atirando em prisioneiros das forças russas", inclusive "alguns com sacos em suas cabeças". Descreveu como "possível violação das convenções de Genebra". O Washington Post destacou que o governo ucraniano "vai investigar".

VALAS COMUNS
Com destaque na qatari Al Jazeera e outros, mas sem atenção no Ocidente apesar do despacho da Reuters (acima, mostrando centro de detenção num subúrbio de Trípoli), 'investigadores da ONU levantaram evidências de violações de direitos humanos contra prisioneiros na Líbia e buscam confirmar valas comuns com corpos de imigrantes num centro de tráfico' humano; o país está conflagrado desde a intervenção militar da Otan, há 11 anos

Novo ataque em Israel deixa ao menos 6 mortos em Tel Aviv

Série de casos em dez dias eleva preocupações com tensão para o mês de abril

Pedro Lovisi

BELO HORIZONTE Um atirador abriu fogo nos arredores de Tel Aviv, em Israel, e matou cinco pessoas nesta terça-feira (29) —ele foi morto logo após o ataque. É o quarto episódio do tipo nos últimos dez dias no país.

A imprensa local informou a princípio que o autor da ação seria um cidadão árabe-israelense, mas depois apontou se tratar de um homem de 27 anos da Cisjordânia e membro do Fatah, organização palestina. Segundo a mídia israelense, ele havia sido preso em 2015 por negociar armas ilegais e por ter relações com grupos terroristas e liberado seis meses depois.

Horas após o atentado, o grupo islâmico palestino Hamas divulgou um comunicado em que diz que "abençoa a heroica operação contra os soldados da ocupação sionista na chamada área Tel Aviv". A organização também declarou que o ataque "vem no contexto da resposta natural e legítima ao terrorismo da ocupação e seus crimes crescentes contra nossa terra, nosso povo e nossas santidades".

O presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmoud Abbas, por sua vez, condenou o atentado.

Testemunhas disseram que o homem atirou contra varandas de um prédio residencial de Bnei Brak, subúrbio majoritariamente judeu ultraortodoxo da cidade, e depois disparou contra pessoas que estavam na rua.

Um vídeo amador exibido por emissoras de televisão israelenses mostrou o homem vestido de preto carregando um fuzil. Ele foi morto por um policial que patrulhava, de moto, a região. Segundo a imprensa local, outras duas pessoas foram presas mais tarde, sob suspeita de terem auxiliado o atirador.

Um dos mortos foi encontrado em um carro e outras três vítimas, em calçadas próximas. A quinta vítima era um policial de 32 anos, que chegou a receber tratamento médico antes de morrer. Todos são israelenses.

Em sua conta no Twitter, o primeiro-ministro israelense, Naftali Bennett, declarou que o país "está enfrentando uma onda de terror árabe". A polícia do país foi posta em estado máximo de alerta, o que não ocorria desde maio do ano passado, quando estouraram conflitos na Faixa de Gaza.

A mais recente ação do tipo havia ocorrido no domingo (27), quando dois terroristas de origem árabe mataram dois policiais israelenses em Hadera —a 50 quilômetros de Tel Aviv. Eles foram mortos na sequência e ao menos três pessoas ficaram feridas. O grupo Estado Islâmico depois reivindicou a autoria do ataque. Em diferentes declarações, o Hamas e a Jihad Islâmica, outro movimento palestino, aplaudiram o que chamaram de "operação heroica".

Cinco dias antes, um ataque também foi registrado em Bersheba, no sul do país. Um cidadão de origem beduína matou quatro pessoas —uma atropelada e três a facadas— antes de ser morto por um civil armado. O episódio, até então um dos mais mortais do gênero nos últimos anos em Israel, havia sido o terceiro contra cidadãos judeus em menos de uma semana.

> A gente não pode encarar esses ataques como um sinal de que as relações oficiais entre Israel e Palestina estão enfraquecidas. É quase o contrário: quanto mais fortalece o relacionamento no nível institucional, mais grupos que são contrários a esse relacionamento reagem
>
> **Daniel Douek**
> diretor do Instituto Brasil-Israel

Nesta terça, após o atentado, conforme relatou a reportagem do jornal The Jerusalem Post, era possível ouvir israelenses gritando repetidamente "morte aos árabes" e criticando o governo de Bennett, eleito em uma ampla coalizão com a participação de um partido árabe.

As autoridades de Israel estão em alerta para o aumento das tensões entre árabes e israelenses em abril, mês sagrado para os muçulmanos (por causa do Ramadã), judeus (por causa do feriado de Pessach) e cristãos (da Páscoa). Os conflitos do ano passado em Gaza, por exemplo, ocorreram nessa época.

O atentado desta terça acontece também na véspera do Dia da Terra, data em que os palestinos relembram a morte de seis árabes durante protestos contra Israel em 1976. Na época, os manifestantes repudiavam a decisão do governo israelense de expropriar áreas habitadas por árabes na região.

O aumento da frequência de ataques terroristas no Estado de Israel pode também estar ligado ao fortalecimento das relações institucionais entre Israel e países árabes, o que é malvisto por grupos como o Estado Islâmico e o Hamas, aponta o diretor do Instituto Brasil-Israel, Daniel Douek.

"A gente não pode encarar esses ataques como um sinal de que as relações oficiais entre Israel e Palestina estão enfraquecidas. É quase o contrário: quanto mais fortalece o relacionamento no nível institucional, mais grupos que são contrários a esse relacionamento reagem", afirma.

Na segunda (28), por exemplo, o chanceler israelense, Yair Lapid, recebeu no país seus homólogos dos Emirados Árabes, Bahrein, Egito e Marrocos. Participou ainda do encontro o secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken. Na reunião, as autoridades conversaram sobre um acordo nuclear com o Irã —adversário geopolítico de todos os países presentes— e a necessidade de pacificar a relação entre Israel e Palestina.

"Esses países entenderam que a questão palestina se tornou secundária perante a uma ameaça do Irã. Paralelamente, a questão palestina não desaparece, então é muito sintomático que esses ataques aconteçam ao mesmo tempo desse desdobramento diplomático", diz Douek.

Arábia Saudita anuncia trégua de um mês no Iêmen

RIAD (ARÁBIA SAUDITA) | REUTERS A coalizão chefiada pela Arábia Saudita, que apoia o governo iemenita contra os rebeldes houthis na guerra no Iêmen, anunciou nesta terça (29) uma trégua nas operações militares durante o mês de abril, que coincide com o Ramadã, período sagrado para os muçulmanos. O cessar-fogo, anunciado após pedido da ONU (Organização das Nações Unidas), começa às 6h desta quarta (30), no horário local.

A ONU tem trabalhado com a aliança militar liderada pela Arábia Saudita e o movimento Houthi, alinhado ao Irã, para por fim à guerra que se estende desde 2015 e que provoca uma das crises humanitárias mais graves da atualidade, com dezenas de milhares de mortos. A trégua anunciada nesta terça é o passo mais significativo nos esforços de paz em mais de três anos.

A proposta de trégua incluía liberação de um pequeno número de voos comerciais a partir do aeroporto da capital, Sanaa, disseram fontes familiarizadas com o assunto. O terminal está fechado desde 2015.

O plano foi elaborado pelo enviado especial da ONU para o Iêmen, Hans Grundberg, e é apoiado pelos Estados Unidos e outras potências ocidentais, disseram fontes ouvidas pela agência Reuters.

Nesta terça, a Arábia Saudita recebeu grupos aliados envolvidos na guerra, mas os houthis disseram que não participarão das negociações, a menos que sejam realizadas em um país neutro. Os diálogos acontecem no Conselho de Cooperação do Golfo, com sede na capital saudita, e devem levar mais de uma semana. Em comunicado na semana passada, os houthis descreveram os esforços da ONU como positivos.

No sábado (26), os rebeldes houthis haviam anunciado de forma unilateral que iriam suspender os ataques à Arábia Saudita, bem como as ofensivas terrestres no Iêmen, por três dias.

Richard Pohle/Reuters

RAINHA REAPARECE EM EVENTO DE 1 ANO DE MORTE DE PHILIP

A rainha Elizabeth 2ª esteve presente na abadia de Westminster, nesta terça-feira (29), para cerimônia em homenagem a seu marido, o príncipe Philip, morto aos 99 anos no dia 9 de abril de 2021. É apenas o segundo grande evento público presencial que Elizabeth 2ª compareceu desde outubro do ano passado, quando ela precisou ser internada, passou uma noite no hospital e recebeu alta com indicação dos médicos para ficar em repouso. No dia 20 de fevereiro, Elizabeth 2ª também recebeu diagnóstico de Covid-19 —ela se recuperou em março. O outro evento importante ao qual ela compareceu presencialmente desde outubro foi no início das comemorações de seu jubileu de platina, que celebram 75 anos de reinado. A rainha é a mais longeva da história do Reino Unido. Nesta terça, com dificuldades de locomoção, Elizabeth 2ª fez um caminho mais curto até sua cadeira do que tradicionalmente faria em uma ocasião como essa. Além disso, a celebração se limitou a 40 minutos.

Reino Unido aplicará 20 multas por festas no gabinete de Boris

LONDRES | REUTERS A polícia de Londres afirmou nesta terça-feira (29) que aplicará 20 multas relacionadas às festas realizadas no gabinete e na residência do primeiro-ministro, Boris Johnson, que violaram as restrições do lockdown pela pandemia em 2020 e 2021. A divulgação das festas colocou pressão sobre o premiê e gerou uma série de pedidos de renúncia, inclusive de correligionários do Partido Conservador.

Os destinatários das multas não foram identificados, e o gabinete de Boris afirmou nesta terça que o primeiro-ministro não foi notificado. A multa pela participação em reuniões com mais de 15 pessoas durante o lockdown é de 800 libras (R$ 5.000). A polícia disse que mais punições relacionadas ao caso ainda podem ser aplicadas.

A Scotland Yard investiga ao menos 12 festas realizadas em Downing Street, endereço do gabinete oficial do governo, depois de um inquérito interno descobrir que a equipe do premiê fez reuniões, inclusive com bebidas alcoólicas, em períodos nos quais restrições por causa da pandemia proibiam a realização desse tipo de evento —o líder britânico participou de alguns desses encontros.

Os primeiros casos foram revelados pela imprensa britânica no final de 2021.

O escândalo chegou a ameaçar a manutenção de Boris no cargo no início deste ano, quando membros de seu próprio partido pediram que ele renunciasse e a confiança pública em sua liderança despencou —a guerra na Ucrânia depois acabou monopolizando as atenções e, em parte, aliviou a pressão sobre esse caso.

Na época das primeiras revelações, o premiê disse que todas as regras foram seguidas. Depois, se desculpou com o Parlamento por participar de um dos encontros, afirmando que acreditava se tratar de um evento de trabalho. Com o agravamento da crise, ele também se desculpou com a rainha Elizabeth, por causa de uma das festas de sua equipe, realizada na véspera do funeral do marido dela, o príncipe Philip.

A ausência de Boris da lista de multados foi criticada pela oposição. "A responsabilidade é do primeiro-ministro, que passou meses mentindo ao povo britânico. É por isso que ele precisa ir embora", disse Angela Rayner, vice-líder do Partido Trabalhista.

O gabinete do premiê conservador afirmou que Boris vai se pronunciar depois que a polícia concluir a investigação e que vai divulgar as conclusões de um inquérito interno. "O primeiro-ministro já se desculpou com a Casa [Parlamento]", disse um porta-voz do governo.

As pesquisas mais recentes mostram que a popularidade do político melhorou depois de atingir o ponto mais baixo no auge da revelação dos escândalos. "Eles passaram de incrivelmente ruins a meramente medíocres", disse Anthony Wells, chefe de Pesquisa Política e Social Europeia do YouGov, à agência Reuters.

Levantamento do instituto mostrou que 30% dos entrevistados aprovavam o governo Boris, acima dos 22% em janeiro, mas abaixo da média nos últimos dois anos e longe do pico de 66% registrado em abril de 2020.

Auxílio Brasil alcança 23%, mas quem recebe critica valor, mostra Datafolha

Pesquisa aponta descontentamento maior com benefício entre desempregados e autônomos

Maria de Lourdes Gomes de Freitas,36, é beneficiária do Auxílio Brasil no município de Curralinhos, no Pará Karime Xavier - 13.dez.21/Folhapress

Ricardo Balthazar

SÃO PAULO Principal programa do governo federal para transferência de renda aos mais pobres, o Auxílio Brasil alcança quase um quarto da população, mas a maioria dos beneficiários considera insuficientes os valores recebidos, de acordo com pesquisa realizada pelo Datafolha.

O levantamento indica que 23% dos brasileiros vivem em domicílios atendidos pelo programa, lançado em novembro do ano passado como substituto do Bolsa Família e do auxílio emergencial criado para socorrer famílias vulneráveis durante a pandemia, que deixou de ser pago em outubro.

A concentração de beneficiários é maior entre os entrevistados com renda familiar mensal de até dois salários mínimos (R$ 2.424), universo que inclui a população alvo do programa, mas a pesquisa encontrou pessoas que recebem o Auxílio Brasil também em outros segmentos.

No estrato com menor renda familiar, 35% disseram receber o auxílio. Entre os que declaram renda de 2 a 5 salários mínimos, 10% dizem receber benefícios, assim como 3% dos que têm ganhos de 5 a 10 salários mínimos, o que pode ser um indício de falhas na execução do programa.

O Auxílio Brasil paga R$ 400 por mês a cerca de 18 milhões de famílias. Benefícios complementares oferecidos para incentivar inclusão produtiva, iniciação científica de estudantes e prática de esportes permitem ganhos maiores. Em março, o valor médio dos benefícios pagos foi R$ 409,80.

Conforme os critérios estabelecidos pela lei que criou o programa, podem se cadastrar para receber os benefícios famílias em situação classificada como de extrema pobreza, com renda familiar mensal per capita de até R$ 105, ou de pobreza, com ganhos de até R$ 210 por membro da família.

O Datafolha realizou 2.556 entrevistas em 181 municípios na semana passada, na terça (22) e na quarta-feira (23). A margem de erro da pesquisa é de 2 pontos porcentuais, para mais ou para menos.

O levantamento mostra concentração maior de beneficiários do programa em segmentos da força de trabalho que sofreram mais com a pandemia e a crise econômica. Afirmam receber o auxílio 41% dos desempregados, 33% dos assalariados sem carteira assinada e 29% dos autônomos.

A pesquisa aponta também maior número de beneficiários do Auxílio Brasil no Nordeste, onde 37% dos entrevistados afirmam pertencer a famílias que estão no programa. Segundo o Ministério da Cidadania, 48% das famílias que receberam pagamentos em março vivem na região.

Entre os beneficiários do auxílio, 68% dizem que os valores recebidos são insuficientes e apenas 29% os consideram suficientes. O descontentamento é maior nos estratos de renda mais baixa. Em famílias que ganham até dois salários mínimos, 71% dizem que os benefícios são insuficientes.

A insatisfação com o valor é mais acentuada entre desempregados (72%), trabalhadores autônomos (71%) e donas de casa (74%), que estão afastadas do mercado de trabalho. Entre desocupados que não estão à procura de emprego, 84% acham o auxílio insuficiente, de acordo com o Datafolha.

Embora o auxílio emergencial pago na pandemia tenha contribuído para sustentar a popularidade do presidente Jair Bolsonaro entre os mais pobres na crise sanitária, o mesmo ainda não parece ocorrer com o Auxílio Brasil, já que a avaliação do governo é mais negativa entre beneficiários do programa.

Segundo o Datafolha, 25% dos brasileiros consideram o governo Bolsonaro ótimo ou bom. Entre os que recebem o Auxílio Brasil, somente 19% pensam assim. A taxa de reprovação do governo entre os beneficiários do programa, 47%, é equivalente à encontrada na população total, 46%.

O Auxílio Brasil faz parte de um conjunto de iniciativas com as quais Bolsonaro conta para recuperar sua popularidade e se reeleger em outubro. O valor mínimo de R$ 400 pago pelo programa só está garantido até o fim deste ano. A legislação prevê redução dos valores a partir de 2023.

Quantidade de comida em casa é insuficiente para 24%

Um de cada quatro brasileiros afirma que a quantidade de comida disponível em sua mesa foi inferior à necessária para alimentar sua família nos últimos meses, mostra pesquisa realizada pelo Datafolha na semana passada.

De acordo com o levantamento, 24% disseram que a comida foi insuficiente para suas necessidades. Outros 63% declararam que a quantidade foi suficiente, e 13% afirmaram que a quantia ficou acima do que seria necessário.

A sensação de insegurança alimentar é mais aguda para os mais pobres. Entre os que dispõem de até dois salários mínimos (R$ 2.424) como renda familiar mensal, 35% consideraram a quantidade de comida em casa insuficiente.

Segundo a pesquisa, 13% dos que têm renda mensal de dois a cinco salários mínimos (R$ 6.060) e 6% dos que recebem de 5 a 10 salários mínimos (R$ 12.120) também disseram que faltou comida na mesa nos últimos meses.

O Datafolha realizou 2.556 entrevistas em 181 municípios na semana passada, na terça (22) e na quarta-feira (23). A margem de erro da pesquisa é de dois pontos porcentuais, para mais ou para menos.

Pesquisas anteriores mostram que o problema se mantém em níveis semelhantes aos observados no ano passado, quando a estagnação econômica e o aumento do desemprego levaram pessoas a disputar restos de ossos em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Segundo o Datafolha, a insegurança alimentar é maior na região Nordeste, onde 32% dizem que tiveram menos comida do que o necessário nos últimos meses, e menor no Sul, onde 18% consideraram a comida disponível insuficiente.

O levantamento mais recente da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede Penssan), concluído no fim de 2020, mostrou que a pandemia provocou um aumento significativo da insegurança alimentar no país.

Segundo o grupo, 55% dos domicílios conviviam com algum grau de insegurança no fim do primeiro ano da crise sanitária. Em 2018, encontravam-se em situação semelhante os moradores de 37% dos domicílios brasileiros.

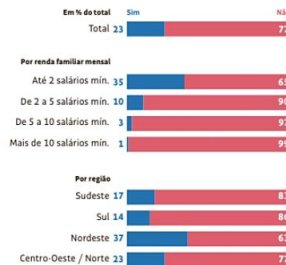
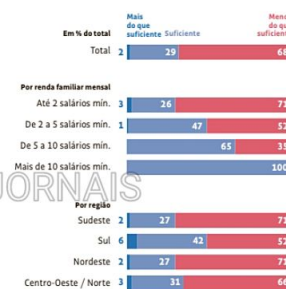
A pesquisa do Datafolha mostra que a insegurança é maior para os ficaram sem trabalho ou se viram mais vulneráveis na pandemia. Entre desempregados, 38% disseram que não tiveram comida suficiente.

Entre os trabalhadores autônomos, 26% apontaram o mesmo problema, assim como 20% dos assalariados sem registro formal e 28% dos desocupados que não estão à procura de trabalho, de acordo com o levantamento.

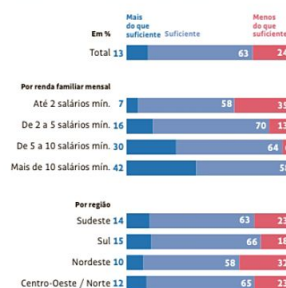
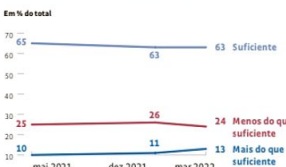
A aceleração da inflação agravou o problema nos últimos meses. Os preços de alimentos e bebidas subiram em média 14,09% em 2020 e 7,94% no ano passado, quando o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) teve variação de 10,06%.

O impacto do Auxílio Brasil

Novo programa social do governo atinge quase um quarto da população, mas maioria dos beneficiários considera insuficientes os valores pagos

Você ou alguém em sua casa recebe o Auxílio Brasil?

Na sua opinião, o valor que recebe do Auxílio Brasil é...

A insegurança alimentar dos brasileiros

Entre os mais pobres, um de cada três afirma que a comida em casa é insuficiente para alimentar sua família

Pensando nos últimos meses, você diria que a quantidade de comida na sua casa para você e sua família foi...

Fonte: Pesquisa realizada pelo Datafolha com 2.556 entrevistas em 181 municípios nos dias 22 e 23 de março. A margem de erro é de 2 pontos porcentuais, para mais ou para menos. A pesquisa está registrada no Tribunal Superior Eleitoral como BR-08967/2022

Bolsonaro pena para contrapor programa social ao Bolsa Família de Lula

ANÁLISE

Fábio Zanini

SÃO PAULO A pesquisa Datafolha mostrou como é complexo criar uma marca social e recolher dividendos políticos dela.

Até o momento, a tentativa do presidente Jair Bolsonaro (PL) de faturar eleitoralmente o Auxílio Brasil revelou-se um fiasco.

No grupo dos que recebem o benefício de R$ 400, Bolsonaro tem avaliação pior que a do conjunto da população brasileira, mostra o levantamento. Apenas 19% consideram seu governo ótimo ou bom neste segmento, contra 25% do total.

Da mesma forma, 62% dos que contam com essa política social dizem que jamais votariam no atual presidente, sete pontos percentuais acima do patamar geral.

A lógica eleitoral está invertida, e numa primeira avaliação é difícil encontrar explicação plausível para esse paradoxo. Para decifrá-lo, a primeira coisa a se fazer é olhar os números de seu principal adversário no pleito de outubro, Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Os números do ex-presidente espelham quase à perfeição os de Bolsonaro nesse quesito.

Lula tem até 59% de intenções de voto entre quem recebe o auxílio, patamar consideravelmente superior ao dado geral da população, de 43%. O petista é rejeitado neste segmento por 25%, contra 37% do total dos brasileiros.

Uma conclusão evidente é que a população ainda não vê o Auxílio Brasil como uma política fundamentalmente diferente de seu antecessor, o Bolsa Família, cria dos governos petistas. O lucro eleitoral segue recaindo sobre Lula.

Embora esteja se esforçando para melhorar na comunicação digital, o PT ainda come poeira dos bolsonaristas nesta área.

Em compensação, na estratégia de comunicação mais tradicional, a de criação de marcas facilmente identificáveis pela população, Bolsonaro pecou, e está sofrendo as consequências desta negligência.

É quase impossível chamar pelo nome um programa de governo de Bolsonaro. Já os petistas tiveram, além do Bolsa Família, o Minha Casa Minha Vida, o Prouni e o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), para ficar apenas em alguns.

Doze anos após a saída de Lula do poder, e seis após o impeachment de Dilma Rousseff, a maioria destas ações continuam sendo o carro-chefe eleitoral do PT.

Bolsonaro colhe os efeitos de anos minimizando a necessidade de políticas sociais e de um discurso que caracteriza os que recebem benefícios governamentais como indolentes, ou coisa pior. Sua credibilidade nessa área é baixa, e a de Lula, altíssima.

É possível que nos próximos meses o Auxílio Brasil passe a ser mais associado pela população como uma ação do atual governo, dando alguma recompensa política para Bolsonaro em termos de pontos nas pesquisas.

Mas a largada capenga do programa, ao menos como ativo eleitoral, mostra que não é fácil simplesmente apagar do mapa o Bolsa Família e seu principal padrinho.

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Horizonte

As companhias aéreas embarcaram na pressão do Cade para elevar o escrutínio sobre a Petrobras no momento de alta da gasolina, do diesel e do gás de cozinha. Abear, Alta, Iata e Jurcaib, entidades que representam empresas aéreas domésticas e internacionais, elaboraram um pedido à autarquia para que o tema do querosene de aviação seja incluído e detalhado no âmbito do inquérito administrativo do Cade que apura possíveis abusos da estatal no mercado de combustíveis.

NUBLADO O aumento do preço do combustível dos aviões tem sido tratado no setor aéreo como uma dor de cabeça muito preocupante, porque tem potencial de elevar o valor das passagens a um nível capaz de inibir o consumo e provocar um corte na oferta de voos. E isso acontece no momento em que o setor ainda não tinha conseguido se reerguer do baque sofrido na pandemia.

BOLEIA A troca no comando da Petrobras, anunciada nesta segunda (28), não agradou os caminhoneiros. O presidente do CNTRC (Conselho Nacional do Transporte Rodoviário de Cargas), Plínio Dias, desconfia de manobra do governo para fugir do foco. "Enquanto os holofotes vão para esse foco, o combustível continua alto", afirma Dias.

PNEU Para Wallace Landim, o Chorão, líder dos caminhoneiros na paralisação de 2018, o governo federal só está ganhando tempo e o que precisaria de fato ser feito é discutir o fim do PPI [que atrela o preço do combustível no Brasil ao dólar]. "Daqui a seis meses, troca de novo. O que o presidente está fazendo é uma falácia", afirma Chorão.

ÓLEO O futuro da política de preços de combustíveis da Petrobras está no roteiro da campanha eleitoral. Em evento com petroleiros no Rio, o ex-presidente Lula criticou a paridade. Bolsonaro já defendeu mudanças na política de preços, mas disse não ter ingerência sobre a estatal, o que os caminhoneiros rebatem.

FREIO "Como ele tem autoridade para tirar e colocar o presidente da Petrobras quando quer, ele pode, sim, acabar com o PPI", diz Chorão, que tem agendado reuniões com presidenciáveis para debater a questão. Até o momento, um dos principais líderes da categoria não declara apoio a ninguém nas eleições de outubro.

BOMBA O nome cotado para assumir a Petrobras no lugar de Joaquim Silva e Luna também não empolgou. Isso porque, no passado, Adriano Pires chegou a declarar que o governo federal era "refém dos caminhoneiros".

POUSO A TSA (Transportation Security Administration), agência federal que cuida da segurança nos aeroportos dos Estados Unidos, doou à Anac meia tonelada de equipamentos para elevar a segurança dos embarques no Brasil. A parceria inclui ainda a vinda de especialistas da TSA para treinamento de agentes de diferentes setores do transporte aéreo em segurança contra atos ilícitos em aeroportos.

BOLSO O Sinafresp (Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de São Paulo) participou de uma manifestação na entrada principal da Alesp na tarde desta terça (29) por não ter sido contemplado pelo reajuste salarial anunciado pelo governo Doria.

FAIXA "Uma das reivindicações em pauta é a atualização do salário do governador do estado, congelado desde 2019, ao qual estão atrelados os reajustes de parcela dos servidores do poder executivo do estado de São Paulo, caso dos auditores fiscais do estado", diz o Sinafresp em nota. O teto da remuneração da categoria está em torno dos R$ 23 mil.

SAQUE A Polícia Civil de Mato Grosso investiga o furto de 490 toneladas de fertilizantes em fazendas da região. O prejuízo estimado é de aproximadamente R$ 1,2 milhão. A operação com o nome de "Piratas do Agro" prendeu temporariamente quatro integrantes de uma quadrilha e investiga o destino dos produtos.

BANDEIRA O plano de saúde da Vale vai passar a cobrir a cirurgia de redesignação sexual a partir desta quinta (31), segundo a empresa. O benefício será válido para todos os funcionários e dependentes trans da companhia no Brasil. Para acessá-lo, o beneficiário precisa ter mais de 21 anos e já estar em um processo de transição de gênero há dois anos.

SALA DE AULA Para estimular o desenvolvimento dos fundos patrimoniais no Brasil, o Idis (Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social) e a Coalizão pelos Fundos Filantrópicos vão criar um monitor, com atualização constante, para acompanhar os números.

com Andressa Motter e Ana Paula Branco

INDICADORES

JUROS
Mar., em % ao mês ■ Mínimo ■ Máximo

	Mínimo	Máximo
Cheque especial	7,73	8,00
Empréstimo pessoal	4,05	8,26

Fonte: Procon-SP

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA
Competência março

Autônomo e facultativo

Valor mín.	R$ 1.212,00	20%	R$ 242,40
Valor máx.	R$ 7.087,22	20%	R$ 1.417,44

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo podem contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria vence em 18.abr

MEI (Microempreendedor)

Valor mín.	R$ 1.212	5%	R$ 60,60

Assalariado	Alíquota
Até R$ 1.212,00	7,5%
De R$ 1.212,01 até R$ 2.427,35	9%
De R$ 2.427,36 até R$ 3.641,03	12%
De R$ 3.641,04 até R$ 7.087,22	14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 20.abr. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição

IMPOSTO DE RENDA

Em R$	Alíquota, em %	Deduzir, em R$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS
Considerando o piso na capital e Grande SP

R$ 1.296,32	Valor, em R$
Empregado	98,48
Empregador	259,25

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vence em 7.abr. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico deve ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS

Guedes diz que troca de presidente da Petrobras não é problema dele

Em Paris para evento da OCDE, ministro afirma que 'novo presidente da Petrobras é menos importante que a privatização' da empresa

Paloma Varón

PARIS O ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou que a troca no comando da Petrobras não é um problema dele e que deseja boa sorte ao novo presidente da companhia.

Guedes participou de entrevista coletiva à imprensa francesa e internacional nesta terça (29), na Embaixada do Brasil em Paris, onde, meio contrariado, comentou a indicação de Adriano Pires para ser o novo presidente da Petrobras: "Não é problema meu".

Em Paris para acelerar o processo de adesão do Brasil à OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), o ministro, que se autodeclarou liberal repetidas vezes, disse sonhar em privatizar a estatal e que "o novo presidente da Petrobras é menos importante que a sua privatização".

Na entrevista, que durou mais de uma hora, em inglês, repetiu que já havia indicado um presidente para a Petrobras no início do mandato de Bolsonaro, Roberto Castello Branco.

Castello Branco afirmaria, depois da sua demissão, em 2021, que teria sido afastado do cargo porque se manifestara a favor da privatização de empresas estatais, o que teria irritado o presidente Jair Bolsonaro (PL).

"Quando eu penso em Petrobras, eu penso que a gente deveria privatizar a Petrobras, mas eu não tenho votos, sou só um ministro da Economia. Eu não tenho nada a comentar sobre a Petrobras", afirmou Guedes.

Quando os jornalistas presentes insistiram no assunto, Guedes disse: "O que eu posso dizer? Desejo boa sorte ao presidente da Petrobras. Estou mais preocupado com a guerra, como vamos atenuar os impactos de preços. Reduzir os impostos é o primeiro passo; pensar em reforçar ajudas para os mais frágeis, se os preços continuarem subindo, deve ser o segundo passo."

Alternando um discurso declaradamente liberal a um discurso social —que agrada ao público europeu—, o ministro afirmou que devem ser privatizadas pelo governo até o final do ano Eletrobras, Correios e os aeroportos do Galeão, Santos Dumont e Congonhas.

Segundo ele, o dinheiro das privatizações deveria servir para ajudar os mais pobres. "Por que não distribuímos, além de renda, nossas riquezas?", questionou o ministro.

Ele comparou a situação do Estado brasileiro com o francês, que tem bilhões de dólares em estruturas e empresas estatais, o que não impede que ainda se veja "alguém dormindo debaixo da Torre Eiffel".

"Faça uma transferência de renda, ou melhor, uma transferência de riqueza (do Estado) para ajudá-lo a comprar uma moradia. Eu acho que é melhor do que ter uma empresa estatal que produz uma commodity, eu prefiro vender e dar o dinheiro para os pobres. Acho que teria um impacto muito maior na economia."

O ministro reagiu também à pesquisa Datafolha em que 75% dos brasileiros responsabilizam o governo Bolsonaro pela alta da inflação. Irritado, disse que "o Datafolha está coletando dados para a eleição de Lula".

"A inflação nos EUA saiu do zero a 8,5%. Na Alemanha, também saiu de zero para 7%. É claramente um fenômeno global e temos dois fatores: o impacto da pandemia, com a contração da cadeia de mantimentos e de fornecedores, menos serviços, e o governo respondeu a isso aumentando as políticas fiscais e monetárias, aumentando a demanda", disse o ministro.

"Então isso gerou inflação, naturalmente, mesmo antes da guerra, mas por causa de Bolsonaro —ou você tem que dizer que nos EUA é por causa de Biden e que na França é por causa de Macron."

Segundo Paulo Guedes, "se você for para a Venezuela e perguntar qual a causa da inflação, vão dizer que é dos americanos. Então eu acho que o Datafolha está fazendo o seu trabalho, sem problema, está coletando dados para dizer que Bolsonaro é um mau presidente e que Lula está voltando, e vai ter dinheiro para todo mundo, inclusive para a imprensa". Acrescentou que estava ficando cansado.

No final da coletiva, o ministro resumiu a visita a diversos diretores e delegados da OCDE. "O Brasil está muito bem posicionado nesta lista de acesso à OCDE".

Em 25 de janeiro deste ano, os 38 membros do Conselho OCDE decidiram convidar o Brasil (junto com mais cinco países: Argentina, Peru, Romênia, Bulgária e Croácia) a dar início ao processo formal de ingresso na organização, que reúne as economias mais avançadas do mundo.

Segundo Guedes, há um reconhecimento de que o Brasil tem feito bom trabalho e de que o país é candidato forte.

+ SILVA E LUNA DIZ QUE PETROBRAS 'NÃO PODE FAZER POLÍTICA PARTIDÁRIA'

Demitido por Jair Bolsonaro (PL), o presidente da Petrobras, general Silva e Luna, disse nesta terça-feira (29) que a empresa não pode fazer "política partidária", e que não há lugar para aventureiro nela. Em palestra no STM (Superior Tribunal Militar), ele disse ainda que "é difícil para a cabeça de muita gente" entender o papel da estatal I e que já explicou para "autoridades de alto nível" a política de preços, mas que elas questionam o motivo de ele não poder fazer política pública na Petrobras.

Lula compara petrolífera a Jesus Cristo e diz que estatal foi 'crucificada' por adversários

Leonardo Vieceli e Douglas Gavras

RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO Com evento com petroleiros no Rio de Janeiro, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) voltou a criticar nesta terça (29) a política de preços da Petrobras e a alta dos combustíveis no Brasil.

Lula disse que a estatal é estratégica para os interesses nacionais e afirmou que a companhia foi alvo de "mentiras" nos últimos anos.

"A primeira coisa que eles fizeram para destruir a Petrobras foi contar todas as mentiras que contaram a ponto de os trabalhadores da Petrobras muitas vezes não conseguirem entrar em um restaurante, porque eram chamados de 'ladrões'", afirmou.

Lula disse que, assim como Jesus Cristo, a petroleira foi crucificada por "narrativas" contrárias às gestões dos governos petistas.

"O que fizeram com a Petrobras foi crucificar a mais importante empresa que nós tínhamos no Brasil, uma empresa que não era de petróleo, era muito mais do que isso."

Lula, que lidera pesquisas de intenção de voto para as eleições presidenciais deste ano, participou de um evento com a FUP (Federação Única dos Petroleiros) em um hotel de Copacabana, zona sul do Rio.

O encontro foi marcado por discursos que atacaram a política de preços da Petrobras e criticaram a troca no comando da estatal —o general Joaquim Silva e Luna foi avisado na segunda (28) que deixará a presidência da companhia.

Ele deve ser substituído pelo diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura, Adriano Pires. "Eu não conheço essa pessoa. Por isso, não vou falar mal do cara que assumiu. Mas vi (...) que ele é lobista, e muito mais ligado às empresas estrangeiras do que às nossas. Faz parte de um grupo seleto de personalidades que não aceita que o petróleo é nosso", afirmou Lula.

A disparada no preço de itens como a gasolina e o óleo diesel foi impulsionada em março pelos efeitos econômicos da guerra entre Rússia e Ucrânia. A inflação dos combustíveis teve desdobramentos políticos, já que quase 7 em cada 10 brasileiros atribui a alta a Bolsonaro, segundo pesquisa Datafolha.

Bolsonaro, que deve tentar a reeleição neste ano, vinha criticando a política de preços da empresa, que leva em consideração o comportamento do petróleo no mercado internacional e a variação do dólar. É o chamado PPI (Preço de Paridade de Importação), implementado no governo Michel Temer (MDB).

Também presente no debate, José Sérgio Gabrielli, que foi presidente da Petrobras durante os governos petistas,

> **"O que fizeram com a Petrobras foi crucificar a mais importante empresa que nós tínhamos no Brasil, uma empresa que não era de petróleo, era muito mais do que isso"**
>
> **Luiz Inácio Lula da Silva**
> ex-presidente da República

disse que "não há nenhuma nação grande que abandone a segurança energética".

Na visão de Gabrielli, não há necessidade de "lucros tão altos": "Para mudar a estratégia da estatal, vamos ter de enfrentar o capital financeiro".

A atuação da petroleira e a carestia dos combustíveis viraram temas recorrentes de aspirantes à Presidência.

Questionado no Rio de Janeiro, o ex-ministro Ciro Gomes (PDT), que também pretende disputar o Palácio do Planalto, lembrou que a paridade de preços internacionais não vem de uma lei ou de uma lógica de mercado.

"O Brasil tira um barril de petróleo por US$ 10 (R$ 47), um dos mais baixos do mundo. Explode um conflito na Ucrânia, o barril passa de US$ 100 (R$ 478), e eles transferem isso para o povo."

Caso seja eleito, ele disse que a petroleira irá revogar a PPI e substituí-la por uma política de custos, com rentabilidade em linha com as empresas estrangeiras, de 6,5%.

Já o ex-juiz Sergio Moro (Podemos) considera a demissão do general Silva e Luna uma "cortina de fumaça": "A queda do preço dos combustíveis depende de uma política econômica séria e não de factoides."

A assessoria do governador de São Paulo, João Doria (PSDB), disse que ele não se pronunciaria sobre a troca de comando na Petrobras.

AGORA

AGORA SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO S.A
CNPJ: 71.923.304/0001-79

Demonstrações Financeiras exercício findo em 31 de dezembro de 2021

AVISO: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras são resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares reais)

	Nota	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	94.014	5.077	94.014	5.077
Contas a receber	5	120.960	104.863	120.980	104.884
Estoques	6	103.828	103.480	103.828	103.480
Tributos a recuperar	7	20.369	18.400	20.576	18.606
Outras contas a receber	8	5.013	8.706	5.417	9.110
Total do ativo circulante		344.184	240.526	344.816	241.158
Ativo não circulante					
Contas a receber	5	6.718	–	6.718	–
Imposto de renda e contribuição social diferido	17	7.649	2.210	7.649	2.210
Bens destinados a venda	9	–	1.465	–	1.465
Tributos a recuperar	7	19.549	19.549	19.549	19.549
Outras contas a receber	8	19.687	3.935	19.687	3.935
		53.603	27.159	53.603	27.159
Investimentos	10	633	633	11	11
Imobilizado	11	33.120	17.171	33.120	17.171
Intangível		128	139	128	139
		33.881	17.943	33.259	17.320
Total do ativo não circulante		87.484	45.102	86.862	44.479
Total do ativo		431.668	285.628	431.677	285.637

	Nota	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante					
Fornecedores	12	98.568	94.307	98.568	94.307
Empréstimos	13	111.846	82.119	111.846	82.119
Obrigações Tributárias	14	20.773	15.444	20.781	15.452
Adiantamento de clientes		6.949	7.229	6.951	7.231
Outras contas a pagar		1.003	129	1.003	129
Provisões diversas		1.607	1.515	1.607	1.515
Total do passivo circulante		240.745	200.744	240.755	200.753
Passivo não circulante					
Empréstimos	13	124.288	49.586	124.288	49.586
Obrigações tributárias	14	6.500	6.222	6.500	6.222
Fornecedores	12	20.408	–	20.408	–
Provisão para contingências	15	1.153	1.153	1.153	1.153
Total do passivo não circulante		152.349	56.960	152.349	56.960
Patrimônio líquido					
Capital social	16	11.000	11.000	11.000	11.000
Reservas de incentivo fiscal		11	11	11	11
Reserva legal	16	832	–	832	–
Reservas de lucros (prejuízos acumulados)		26.730	16.913	26.730	16.913
Total do patrimônio líquido		38.573	27.924	38.573	27.924
Total do passivo e patrimônio líquido		431.668	285.628	431.677	285.637

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Valores expressos em milhares reais)

	Nota	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Receita líquida	18	343.236	271.552	343.236	271.552
Custos dos serviços prestados	19	(259.962)	(211.684)	(259.962)	(211.684)
Lucro bruto		83.275	59.868	83.275	59.868
Despesas operacionais					
Despesas com vendas	19	(26.802)	(16.462)	(26.802)	(16.462)
Despesas administrativas e gerais	19	(13.367)	(10.899)	(13.367)	(10.899)
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas	19	(849)	86	(849)	86
Lucro antes do resultado financeiro		42.256	32.592	42.256	32.592
Resultado financeiro líquido	20	(26.939)	(26.907)	(26.939)	(26.907)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		15.317	5.685	15.317	5.685
Imposto de renda e contribuição social	17	1.332	(328)	1.332	(328)
Lucro do exercício		16.650	5.357	16.650	5.357

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Lucro do exercício	16.650	5.357	16.650	5.357
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente	16.650	5.357	16.650	5.357

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital social Subscrito	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		11.000	11	12.610	(1.053)	22.567
Aumento de capital		–	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	5.357	5.357
Transferência para reservas		–	–	5.357	(5.357)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020		11.000	11	17.967	(1.053)	27.924
Aumento de Capital		–	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	16.650	16.650
Reserva legal	16	–	832	–	–	832
Distribuição de lucros	16	–	–	–	(6.000)	(6.000)
Transferência para reservas		–	–	8.764	(9.596)	(832)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		11.000	843	26.730	–	38.573

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares reais)

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais:					
Lucro líquido do exercício		16.650	5.357	16.650	5.357
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17 A	(5.438)	(2.068)	(5.438)	(2.068)
Depreciações de ativos imobilizados	11	3.847	3.183	3.847	3.183
Amortizações de ativos intangíveis	–	10	58	10	58
Valor residual da baixa de imobilizado e intangível	11	2.294	518	2.294	518
Provisão para perdas com estoques	6 B	692	1.652	692	1.652
(Provisão) reversão de juros a apropriar sobre empréstimos	13	(35.911)	–	(35.911)	–
(Provisão) reversão de custos transacionais	13	(3.979)	–	(3.979)	–
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	–	–	–	–	–
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	5 C	–	4.294	–	4.294
Outras provisões (reversões), inclusive sobre folha de pagamento	–	92	178	92	178
Créditos tributários	–		–	–	–
(Aumento) diminuição no ativo circulante e não circulante					
Contas a receber de clientes	5	(16.096)	(35.560)	(16.096)	(35.560)
Outras contas a receber	8	(2.851)	(5.892)	(2.851)	(5.892)
Impostos a recuperar	7	(1.982)	(7.089)	(1.982)	(7.089)
Estoques	6	(1.040)	(43.756)	(1.040)	(43.756)
Bens destinados a venda	9	1.465	–	1.465	–
Despesas antecipadas	–	(161)	220	(161)	220
Outros ativos circulantes e não circulantes	–	(15.752)	432	(15.752)	432
Aumento (diminuição) no passivo circulante e não circulante					
Fornecedores nacionais	12	(2.238)	5.040	(2.238)	5.040
Fornecedores internacionais	12	6.499	10.465	6.499	10.465
Impostos a recolher	14	5.329	4.903	5.329	4.903
Outras obrigações	–	593	3.248	593	3.248
Outros passivos circulantes e não circulantes	12	20.687	278	20.687	278
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		(27.293)	(54.537)	(27.293)	(54.537)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Dividendos distribuídos	16	(6.000)	–	(6.000)	
(Aquisição) venda de imobilizado	11	(22.089)	(2.239)	(22.089)	(2.239)
(Aquisição) venda de intangível		–	(10)	–	(10)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento		(28.089)	(2.249)	(28.089)	(2.249)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Captação de empréstimos e financiamentos	13	571.734	266.309	571.734	266.309
(Pagamento) de principal no período	13	(444.262)	(202.603)	(444.262)	(202.603)
(Pagamento) de juros no período	13	16.847	(5.813)	16.847	(5.813)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento		144.319	57.894	144.319	57.894
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		88.937	1.107	88.937	1.107
Caixa e equivalentes de caixa					
No início do período	4	5.077	3.970	5.077	3.970
No final do período	4	94.014	5.077	94.014	5.077
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		88.937	1.107	88.937	1.107

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares reais)

	Nota	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Receitas					
Venda de mercadorias e serviços	18	440.390	340.198	440.390	340.198
Outras receitas não operacionais		82	166	82	166
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/(constituição)		–	(4.034)	–	(4.034)
Devoluções de vendas	18	(27.551)	(14.592)	(27.551)	(14.592)
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo das mercadorias vendidas	19	(239.059)	(199.564)	(239.059)	(199.564)
Custo dos serviços prestados	19	(18.074)	(9.512)	(18.074)	(9.512)
Despesas operacionais (exceto pessoal, depreciação e amortização)	19	(12.115)	(5.347)	(12.115)	(5.347)
Perda (recuperação) de ativos		(615)	(46)	(615)	(46)
Valor adicionado bruto		143.058	107.268	143.058	107.268
Depreciação e Amortização					
Despesas com depreciação e amortização	19	(3.737)	(3.419)	(3.737)	(3.419)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		139.321	103.848	139.321	103.848
Valor adicionado recebido em transferência					
Ganho ou (perda) com equivalência patrimonial		–	–	–	(0)
Receitas financeiras	20	5.197	2.402	5.197	2.402
Receitas de aluguéis que não façam parte do objeto social		–	–	–	–
Valor adicionado total a distribuir		144.518	106.250	144.518	106.250
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal e encargos	19	(27.192)	(20.981)	(27.192)	(20.981)
Impostos, taxas e contribuições	18	(68.270)	(54.382)	(68.270)	(54.382)
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros e despesas financeiras	20	(32.136)	(25.274)	(32.136)	(25.274)
Aluguéis		(270)	(255)	(270)	(255)
Participação de debêntures		–	–	–	–
Remuneração de capitais próprios					
Lucros retidos		(16.650)	(5.357)	(16.650)	(5.357)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Agora - Soluções em Tecnologia da Informação e Comunicação S.A. ("Sociedade" ou "Agora Telecom") é uma sociedade nacional fundada em 1993, constituída na forma jurídica de sociedade limitada, a partir de 2021 transformou-se em Sociedade Anônima - S.A., com destaque em soluções tecnológicas.

Com mais de 28 anos de mercado, a Sociedade solidificou-se como uma das principais empresas de TIC no país.

Construiu ao longo de sua trajetória, sólidas parcerias junto à fabricantes mundiais que garantem a excelência na distribuição de produtos e soluções em conectividade, tecnologia da informação e radiocomunicação.

As constantes contribuições ao crescimento sustentável e tecnológico no território nacional renderam à Sociedade prêmios e reconhecimentos de seus parceiros e fornecedores.

Atualmente, é reconhecida como líder na distribuição de produtos de radiocomunicação na América Latina pela Motorola Solutions, maior parceiro Huawei Enterprise e TOP5 mundial em distribuição de soluções em conectividade.

A Agora Telecom trabalha para integrar as mais avançadas tecnologias no desenvolvimento de soluções inovadoras de tecnologia da informação e comunicação contribuindo para uma sociedade mais conectada, informada e segura.

2. Continuidade operacional

A administração avaliou a capacidade da Sociedade em continuar operando num futuro previsível e concluiu que tem a capacidade de manter suas operações e sistemas funcionando normalmente, mesmo diante da pandemia de Covid-19.

3. Planejamento estratégico

A Sociedade elaborou o planejamento estratégico para o triênio de 2022 a 2024, consolidada sobre os pilares:

i. Lançamento de novos produtos e serviços: o core do planejamento estratégico da Sociedade consiste em usar de sua grande expertise técnica, aliada à enorme de base de usuários já disponível e a crescente demanda em ritmo acelerado por velocidade de conexão de internet e em soluções integradas nas mais avançadas tecnologias, para disseminar e disponibilizar uma série de possibilidades tecnológicas em produtos e serviços.

ii. Expansão geográfica e de base de usuários: Conquistar crescimento expressivo de área de atuação e base de usuários, com uso de diferentes estratégias. Uma delas é a consolidação da unidade de negócio denominada Distribuição em soluções Huawei Technologies, que tem por objetivo o desenvolvimento e consolidação da cadeia de canais deste segmento de tecnologia da informação no Brasil.

iii. Investimentos: buscar captação de recursos junto a investidores para viabilizar aquisições e parcerias comerciais com objetivo de crescimento de base, e acelerar desenvolvimento de novas ofertas de produtos e serviços e crescimento de mercado.

4. Base de elaboração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado.

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5. Mudanças de práticas contábeis em relação ao exercício social anterior

A aplicação de novas políticas e práticas contábeis da Sociedade em relação ao exercício anterior, não evidenciou efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

6. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes adiante têm sido aplicadas de maneira consistente pela Sociedade em todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

a) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Sociedade pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional na data do balanço.

b) Instrumentos financeiros

Como resultado da adoção do CPC 48/IFRS 9, os principais impactos para a Sociedade estão relacionados às práticas de gerenciamento de risco de crédito de ativos financeiros não derivativos e o reconhecimento e mensuração de perdas de crédito esperadas.

(i) Ativos financeiros não derivativos - reconhecimento e baixa

A Sociedade reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Sociedade baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

A Sociedade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos avaliados ao custo amortizado são ativos financeiros com pagamentos fixos e calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial são medidos pelo custo amortizado pelo método de juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Abrangem contas a receber de clientes e outros créditos.

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:

Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - Mensuração

A Sociedade reconhece todos os passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou extinta.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

Os passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Sociedade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e fornecedores.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

A Sociedade mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso certos critérios sejam atingidos.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando ocorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações são registradas no resultado.

c) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

A sociedade reconhece uma mercadoria de revenda em estoque como obsoleto mediante o atendimento dos seguintes critérios:

- A comercialização não é parte integrante do portfólio de venda ou a mercadoria é considerada fora de linha, não está sujeita à garantia pelo tempo de fabricação ou assistência técnica por determinação do fabricante;
- Quando haja evidência comprovada de conclusão de projetos e não esteja sujeita à substituição por garantia contratual; não está sujeita à garantia pelo tempo de fabricação ou assistência técnica por determinação do fabricante e a mercadoria não esteja no portfólio de venda;
- Cujo giro de estoque seja igual a zero no período superior a 02 anos; e
- Cuja a venda seja inferior à 30% (trinta por cento) do custo de aquisição.

Uma vez identificado que o produto atende aos critérios de obsolescência especificados conforme política de obsolescência vigente, será feita provisão contábil de perda para redução ao valor de realização dos estoques de 70% do valor do custo do produto em estoque.

A Sociedade mantém estoques de mercadorias de segurança para projetos pontuais, estoque de mercadorias para demonstração do portfólio de venda, bem como estoque de mercadorias em consignação do fabricante para reparos em garantia.

Informações adicionais sobre as mensurações dos estoques obsoletos estão incluídas na Nota Explicativa nº 6 de Estoques.

d) Ativos não circulantes mantidos para venda

Os grupos de ativos não circulantes classificados como mantidos para venda são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo, deduzido dos custos de venda. Os grupos de ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis forem recuperados por meio de uma transação de venda, em vez de por meio de uso contínuo. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o grupo de ativo ou de alienação estiver disponível para venda imediata na sua condição atual.

e) Investimentos

O investimento em controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2). Os demais investimentos permanentes são registrados pelo custo de aquisição deduzido pela desvalorização estimada, quando aplicável.

Ásia - Soluções em Telecomunicações Ltda. ("Ásia")

Controlada com 99,99% de participação, a controlada tem sede à Rua Fradique Coutinho, 50 - 5º andar - Cj. 53 e 54 - Pinheiros - Estado de São Paulo e apresenta como objeto social:

a) A venda, distribuição, exportação, importação, locação, instalação e manutenção de equipamentos destinados a telecomunicações;

b) Representação e venda em consignação de produtos de terceiros, novos ou usados;

c) A prestação de assistência técnica, inclusive assessoria e consultoria técnica, podendo ainda elaborar e desenvolver projetos;

d) Participação em outros empreendimentos ou sociedades, como quotista ou acionista;

e) A administração, compra e venda, e locação de bens móveis e imóveis próprios;

f) A venda, distribuição, exportação, importação, locação, instalação e manutenção de equipamentos destinados a treinamento de pessoal qualificado dos órgãos de segurança pública ou empresas privadas de segurança e proteção patrimonial, incluindo simuladores de tiro;

g) A venda, importação, exportação e desenvolvimento de softwares (programas de computador);

h) A venda, distribuição, exportação, importação, locação, instalação e manutenção de equipamentos destinados à detecção de materiais suspeitos e de câmeras policiais com gravação e armazenamento de som e imagem;

i) A assessoria e consultoria em informática;

j) O processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos e congêneres;

k) Fabricação de equipamentos transmissores de comunicação, peças e acessórios;

l) Fabricação de equipamentos de informática; e

m) Fabricação de aparelhos telefônicos e de outros equipamentos de comunicação, peças e acessórios.

f) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, de perdas de redução ao valor recuperável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos auferidos pela Sociedade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado no período baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Sociedade obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento.

As taxas médias de depreciação, correspondentes as vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativo estão apresentadas na Nota Explicativa nº 11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. Em relação ao período anterior não houve alterações relevantes nas vidas úteis e valores residuais dos ativos.

g) Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros não derivativos - *Impairment*

Ativos financeiros não classificados como ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de *impairment*.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido à Sociedade em que a mesma não consideraria em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras;
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Sociedade considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individual como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda por redução ao valor recuperável.

Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto a perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Sociedade utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos por meio da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(iii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Sociedade, que não são os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

h) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Sociedade tem uma obrigação legal ou contratual que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

i) Reconhecimento de receita de contrato com cliente e custos

A receita de contrato com clientes é reconhecida na extensão em que for altamente provável que benefícios econômicos serão gerados para a Sociedade e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no preço da transação especificada no contrato com o cliente, excluindo impostos ou encargos sobre vendas e são apresentadas líquidas de devoluções que ocorrem no período apurado. Os critérios específicos a seguir devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de mercadorias

A receita de contrato de clientes referente à venda de produtos é reconhecida quando satisfeita a obrigação de performance em momento específico no tempo, ou seja, ao transferir os riscos e benefícios significativos do bem prometido para o cliente. O bem é considerado transferido quando o cliente obtiver o controle desse bem, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Receita de juros

Contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva na rubrica de "Receita financeira".

Receita de serviços

A receita de serviços é reconhecida quando satisfeita a obrigação de performance ao longo do tempo à medida que os serviços são prestados.

Custos das mercadorias e serviços

Os custos das mercadorias vendidas e dos serviços prestados são reconhecidos pelo regime de competência respeitando o reconhecimento de sua respectiva receita conforme CPC16 (R1)/IAS2.

Venda com direito à devolução

A Sociedade transfere o controle dos produtos ao cliente e também concede o direito de devolver o produto por um prazo máximo de 15 dias e concede o reembolso total ou parcial de qualquer prestação paga ou crédito que possa ser aplicado contra valores devidos à Sociedade.

A política interna de devolução e troca de mercadorias (Retorno de Mercadoria Autorizada - RMA) nos termos da Norma NBR ISO 9001:2008, garantem uma variação no valor das contraprestações ao qual a sociedade espera ter direito, uma vez que ocorrem dentro do próprio período de reconhecimento da receita de contrato de clientes.

Garantia

A garantia dos produtos vendidos é a requerida por lei sendo de responsabilidade do fabricante do produto. A sociedade comprometendo-se a realizar, quando necessário, tarefas específicas para fornecer a reposição do produto em garantia ao cliente por intermédio de produtos de estoque em consignação de propriedade do fabricante.

Os efeitos da aplicação da norma não afetaram materialmente as demonstrações contábeis da sociedade em 31 de dezembro de 2021.

j) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Não há o reconhecimento contábil destas diferenças temporárias até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

k) Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda corrente a Sociedade leva em consideração o impacto de incertezas relativas à posição fiscal tomada e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Sociedade acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada.

Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Sociedade a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

l) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Sociedade e determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

7. Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registro contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras.

8. Eventos subsequentes

Não foram evidenciados eventos subsequentes relevantes avaliados até 15 de março de 2022, data em que a emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Sociedade.

Diretoria Estatutária

Severino Gago Sanches Filho	Simone Garcia Ribeiro	Daniela Ferreira de Moraes	Uberlan Teixeira Fernandes
Presidente	Diretora de Negócios Estratégicos	Diretora de Operações	Diretor Administrativo e Financeiro

Contadora

Valeria Garcia
CRC - SP261630/O-8

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas resumidas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no seguinte endereço https://publicidadelegal.folha.uol.com.br/.
O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi emitido em 15 de março de 2022, sem modificação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA

AVISOS DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2022. Processo Nº 042/2022. Tipo Menor Preço, que se trata da Contratação de uma empresa especializada para a Execução da Reforma do Ginásio Poliesportivo "Ganjão", obras de infraestrutura urbana Módulos Esportivos construídos de Quadra de Futebol de Areia, conforme Planilha Orçamentária, Especificações Técnicas, Projeto Básico, Cronograma Físico Financeiro e Memorial Descritivo. Recebimento dos envelopes Documentação e Propostas: às 09h do dia 19/04/2022.

TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2022. Processo Nº 043/2022. Tipo Menor Preço, que se trata da Contratação de uma empresa especializada para execução de serviços de Finalização de Anfiteatro Municipal, conforme Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro e Memorial Descritivo. Recebimento dos envelopes Documentação e Propostas: às 09h do dia 20/04/2022.

TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2022. Processo Nº 044/2022. Tipo Menor Preço, que se trata da Contratação de uma empresa especializada para execução de GRADIS – ORLA, contempla a execução de Guarda-Corpo e Guias e Sarjetas conforme Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro e Memorial Descritivo. Recebimento dos envelopes Documentação e Propostas: às 09h do dia 25/04/2022. Editais e informações no Setor de Licitações, Rua José da Mata, nº 668 - Centro, site: www.colombia.sp.gov.br/licitacoes ou fones: (17) 3335.8517 e (17) 3335.8518.

Colômbia-SP, 29 de março de 2022.
Júlio Cesar dos Santos – Prefeito do Município

Companhia Paulista de Securitização - CPSEC

CNPJ nº 11.274.829/0001-07 - NIRE 35.300.373.367

Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 22 de Março de 2022

I. Data, Local, Hora: Assembleia realizada no dia 22 de março de 2022, às 15:00 horas, na sede da COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO ("Companhia" ou "CPSEC"), situada à Avenida Rangel Pestana nº 300, 9º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **II. Convocação:** Dispensada a publicação em virtude da presença da totalidade de acionistas, nos termos do artigo 124, §4º da Lei federal nº 6.404/1976. **III. Quórum:** Acionistas representando 100% do Capital Social, conforme assinaturas lançadas à fl. 027, do Livro de Presença dos Acionistas. Presentes os acionistas: Estado de São Paulo, representada pelos Procuradores do Estado Sr. Bruno Lopes Megna e Sra. Bruna Tapié Gabrielli; e da Companhia Paulista de Parcerias - CPP, representada pelos Diretores Srs. Diego Jacome Valois Tafur e João Carlos Gonçalves da Silva. **IV. Mesa:** Presidente: Sr. Carlos Antônio Luque. Secretário: Sr. Jorge Luiz Avila da Silva. **V. Ordem do Dia**: (a). Proposta da Administração da Companhia de redução do capital da Companhia por julgá-lo excessivo, nos termos do artigo 173 da Lei 6.404/76, no valor de R$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais), representado por 1.300.000 (um milhão e trezentas mil) ações ordinárias, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos acionistas no Capital Social da Companhia; (b) Alteração do art. 3º, do estatuto social da Companhia, para contemplar a redução de Capital Social deliberada no item 1. acima e sua consolidação; e (c) Autorização aos administradores da Companhia para que pratiquem todos os atos necessários à redução do capital social deliberada nos itens anteriores. **VI. Manifestações:** O Senhor Presidente registrou o cumprimento das formalidades legais determinadas pela Lei Federal nº 6.404/76. Aos acionistas foram apresentados a Proposta da Administração, e as manifestações favoráveis registradas na 44ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração e na 6ª Reunião Extraordinária do Conselho Fiscal. Tais documentos estão arquivados na sede. Na anexa Informação CGE-G 005/2022, por ocasião da circularização provocada, o Contador Geral da Fazenda Estadual manifestou-se sobre a posição dos valores devidos pelo Estado de São Paulo à CPSEC, decorrentes de ocorrência de eventos de indenização do PEP. Os assuntos objeto da ordem do dia foram encaminhados ao prévio exame do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, que analisou os documentos e se manifestou por meio do anexo Parecer CODEC nº 012/2022 (Processo Eletrônico SFP-PRC-2022/06120). **VII. Deliberações:** O voto do acionista Estado de São Paulo foi proferido nos exatos termos do Parecer CODEC nº 012/2022, e o voto do acionista Companhia Paulista de Parcerias foi proferido de acordo com os termos da ata da 237ª Reunião de Diretoria, de 15 de março de 2022. Assim, por unanimidade, foram **aprovados os itens (a), (b) e (c) da ordem do dia**, de modo que o *caput* do artigo 3º do estatuto social da companhia passa a vigorar com a seguinte redação, cujo texto integral segue consolidado anexo: *"ARTIGO 3º - O capital social é de R$ 283.095.600,00 (duzentos e oitenta e três milhões, noventa e cinco mil e seiscentos reais), dividido em 2.830.956 (dois milhões, oitocentos e trinta mil e novecentos e cinquenta e seis) ações ordinárias de classe única, nominativas e sem valor nominal."* **VIII. Encerramento:** a presidência considerou finda a reunião e determinou que fosse lavrada a presente ata, a qual, lida e aprovada, segue assinada pelos membros da mesa, dela tirando-se cópias autênticas para os fins legais. São Paulo, 22 de março de 2022. Mesa: Carlos Antônio Luque - Presidente, Jorge Luiz Avila da Silva - Secretário. Acionistas: ESTADO DE SÃO PAULO p.p. Procuradores do Estado: Bruno Lopes Megna e Bruna Tapié Gabrielli; COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS p.p. Diretores: Diego Jacome Valois Tafur e João Carlos Gonçalves da Silva.

LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S.A.

CNPJ/ME nº 60.886.413/0001-47 - NIRE 35.300.035.402

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 31/07/2021

Data, Hora e Local: Realizada em 31/07/2021, às 12h, na sede da **Liquigás Distribuidora S.A.** ("Companhia"), na Av. Paulista, 1.842, Condomínio Cetenco Plaza - Torre Norte, 6º Andar, 12º andar, CEP 01310-923, na Cidade de SP, SP. **Presença:** Presente a acionista que representa a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura desta ata e do Livro de Registro de Presença de Acionistas. **Convocação:** Dispensada a publicação de anúncios de convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei 6.404/76, conforme alterada de tempos em tempos ("Lei das S/A"), diante da presença da acionista representando 100% do capital social votante da Companhia, conforme assinaturas lançadas no Livro de Registro de Presença de Acionistas. **Mesa:** Os trabalhos foram presididos por Antonio Carlos Moreira Turqueto, e secretariados por Luciano Dequech. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a aprovação do "*Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Liquigás Distribuidora S.A. com versão do Acervo Cindido para Gasônia Participações e Distribuidora de GLP Ltda.*" ("Protocolo"), celebrado na presente data, pelos administradores da Companhia e da **Gasônia Participações e Distribuidora de GLP Ltda.**, sociedade empresária unipessoal limitada, com sede Rua O, nº 500, Sala A, Bairro Distrito Industrial, na cidade de Cuiabá, MT, CEP 78098-410, CNPJ 37.351.035/0001-85, registrada perante a JUCEMAT NIRE 51201739153 ("Gasônia"), que estabelece a justificativa e os termos e condições da cisão parcial e desproporcional da Companhia (a "Cisão Parcial"), com versão para a Gasônia de seu acervo cindido, constituído pelo estabelecimento comercial descrito no Anexo A do Protocolo (o "Acervo Cindido"); **(ii)** a ratificação da nomeação e contratação da **BDO RCS Auditores Independentes SS**, CNPJ 54.276.936/0001-79, registrada no CRC-SP 2 SP013846/O-1, com sede na cidade de SP, na Rua Major Quedinho, 90 - Consolação ("Empresa Avaliadora"), para realizar a avaliação do Acervo Cindido, conforme descrito no Anexo B do Protocolo ("Laudo de Avaliação"); **(iii)** a análise e aprovação do Laudo de Avaliação relativo ao Acervo Cindido, elaborado pela Empresa Avaliadora; **(iv)** a aprovação da Cisão Parcial, com versão do Acervo Cindido à Gasônia, nos termos do Protocolo, com a consequente redução do capital social da Companhia; **(v)** a alteração do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; e **(vi)** a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários para que a Cisão Parcial seja implementada nos termos do respectivo Protocolo. **Deliberações**: Instalada a Assembleia Geral Extraordinária, após discussão e votação das matérias constantes da ordem do dia, a acionista aprovou a lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, como faculta o §1º do artigo 130 da Lei das S/A. Na sequência, a acionista, sem quaisquer restrições e/ou ressalvas, decidiu: **(i)** Aprovar o Protocolo, o qual estabelece os termos e condições gerais da Cisão Parcial, as suas justificativas e os critérios de avaliação do Acervo Cindido, e que integra a presente ata como Anexo I; **(ii)** Aprovar a ratificação da nomeação e contratação da Empresa Avaliadora, a qual, previamente consultada, aceitou o encargo e apresentou a sua avaliação do Acervo Cindido da Companhia, com base no seu valor contábil, conforme balanço patrimonial da Companhia levantado com data-base de 30/06/2021 ("Data Base Cisão"), com estrita observância do que estabelecem os critérios contábeis e a legislação societária atualmente em vigor; **(iii)** Aprovar o Laudo de Avaliação na forma do Anexo B do Protocolo, elaborado pela Empresa Avaliadora, o qual determinou que o valor do Acervo Cindido, calculado pelo seu valor patrimonial contábil, é de R$ 6.846.562,86; a. Eventuais variações patrimoniais ocorridas no Acervo Cindido, entre a Data Base Cisão e a presente data, se existentes, serão absorvidas pela Gasônia, efetuando-se os lançamentos necessários nos respectivos livros contábeis e fiscais. **(iv)** Aprovar a Cisão Parcial, com efeitos a partir de 31/07/2021, nos termos e condições constantes do Protocolo, com a versão de todos os elementos integrantes do Acervo Cindido, pelo valor apurado no Laudo de Avaliação para a Gasônia; **(v)** Em razão da Cisão Parcial, aprovar a redução no capital social da Companhia no montante do Acervo Cindido, ou seja, em R$ 6.846.562,86, mediante o cancelamento de 47.090 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, na forma do artigo 229, §5º da Lei das S/A, sendo todas de titularidade da **Copagaz – Distribuidora de Gás S.A.**, sociedade por ações com sede na Rua Guararapes, 1.855, 12º andar, Brooklin Novo, CEP 04561-004, na Cidade de SP, SP, CNPJ 03.237.583/0001-67, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 35300391781 ("Copagaz"), passando o capital social dos atuais R$ 589.886.137,75, dividido em 7.561.321 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R$ 583.039.574,89, dividido em 7.514.231 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. **(vi)** Em razão da redução no capital social da Companhia deliberada nos termos dos itens (v) acima, a acionista aprova a alteração do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte nova redação: "***Artigo 5º** – O capital social da Companhia é de R$ 583.039.574,89, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 7.514.231 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.*" **(vii)** Autorizar os administradores da Companhia promovam todos os atos necessários à implementação das deliberações aprovadas nesta Assembleia Geral. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos aprovada e assinada. Mesa: Antonio Carlos Moreira Turqueto - Presidente; Luciano Dequech - Secretário. Acionista: **Copagaz – Distribuidora de Gás S.A.** *(por seu Diretor Presidente Antonio Carlos Moreira Turqueto)*. Mesa: Antonio Carlos Moreira Turqueto - *Presidente da Mesa*. Luciano Dequech - *Secretário da Mesa*. Acionista: **Copagaz – Distribuidora de Gás S.A.** - *p.* Antonio Carlos Moreira Turqueto. **JUCESP** - 156.721/22-3 em 23/03/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

comgas

Companhia Aberta

CNPJ/ME: 61.856.571/0001-17 - NIRE: 35.300.045.611

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - Edital de Convocação

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Companhia de Gás de São Paulo - Comgás ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia Geral") a ser realizada no dia 28 de abril de 2022, às 10h00, de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 21-C da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 ("ICVM 481/09"), conforme alterada, inclusive pela Instrução CVM nº 622, de 17 de abril de 2020 ("ICVM 622/20"), sem prejuízo do uso dos boletins de voto a distância como meio para o exercício do direito de voto, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (A) **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** Aprovação das contas dos Administradores e do Relatório da Administração, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2021; **(ii)** Aprovação da Destinação do lucro líquido referente ao exercício social encerrado em 31.12.2021; **(iii)** Aprovação do Orçamento de Capital referente ao exercício de 2022; **(iv)** Fixação do número de membros do Conselho de Administração; **(v)** Eleição dos membros do Conselho de Administração; **(vi)** Instalação do Conselho Fiscal da Companhia; **(vii)** Fixação do número de membros do Conselho Fiscal da Companhia; **(viii)** Eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia; **(ix)** Ratificação da remuneração global anual dos Administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia referente ao exercício 2021; e **(x)** Aprovação da remuneração global anual dos administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício de 2022. (B) **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** Alteração da sede social da Companhia. **1. Instruções Gerais:** A Companhia informa que, em decorrência da pandemia do coronavírus (COVID-19) e as medidas recomendadas pelas autoridades para prevenir a sua propagação, incluindo evitar a aglomeração de pessoas, realizará a Assembleia Geral de modo exclusivamente digital, nos termos da ICVM 622/20. A administração da Companhia recomenda que os seus Acionistas optem pela participação por meio dos boletins de voto a distância disponibilizados pela Companhia nos termos da ICVM 481/09 e conforme instruções contidas no Manual e Proposta da Administração divulgados pela Companhia. A Companhia informa que disponibilizará um sistema eletrônico de participação remota que permitirá que os Acionistas participem da Assembleia Geral sem a necessidade de se fazerem presentes fisicamente. A participação dos Acionistas na Assembleia Geral está condicionada à apresentação dos documentos solicitados no Manual divulgado pela Companhia, de acordo com a forma de participação escolhida pelo Acionista, que, conforme acima exposto, poderá optar por participar por meio eletrônico na plataforma digital ou por boletim de voto a distância. O sistema eletrônico para participação remota estará disponível para acesso a partir das 09:30h do dia 28 de abril de 2022. Por meio da plataforma digital, o Acionista terá acesso ao vídeo da mesa e aos áudios da sala de conferência onde será realizada a Assembleia Geral e poderá manifestar-se via áudio. As orientações e os dados para conexão no sistema eletrônico, incluindo a senha necessária, serão enviados aos acionistas que manifestarem interesse em participar remotamente por meio do e-mail Investidores@comgas.com.br, aos cuidados da Área de Relações com Investidores da Companhia, até o dia 26 de abril de 2022 (inclusive). Nesse mesmo e-mail os Acionistas deverão enviar também os documentos indicados no Manual. Encontra-se à disposição dos Acionistas nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e de relações com investidores da Companhia (ri.comgas.com.br), em observância ao parágrafo único do artigo 121, caput do artigo 133 e aos artigos 9º e seguintes da Instrução CVM nº 481/09, cópia do Manual e da Proposta da Administração, dos boletins de voto a distância e dos documentos pertinentes às matérias que serão debatidas na Assembleia Geral. São Paulo, 29 de março de 2022. **Rubens Ometto Silveira Mello** - Presidente do Conselho de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Aviso de Licitação – Pregão nº 033/2022 – Processo nº 076/2022

Objeto: Registro de preços para aquisição de suprimentos de informática (cartuchos e toners originais e compatíveis). Tipo: Menor preço – Recebimento das propostas e sessão de lances: 12 de abril de 2022 às 08h30 – O edital encontra-se disponível no site www.lencoispaulista.sp.gov.br – Informações: Praça das Palmeiras nº 55, Lençóis Paulista, Fone: 14-3269.7022/3269.7088, Fax 14-3263.0040. Lençóis Paulista, 29 de março de 2022. LUIZ FERNANDO DE CAMPOS – Secretário de Suprimentos e Licitações.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DIVISÃO DE SUPRIMENTOS – DAP

Processo nº PCSP-PRC-2021/07619 – Concorrência nº 02/2021

Encontra-se aberto na Divisão de Suprimentos do Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil do Estado de São Paulo, procedimento licitatório, na modalidade CONCORRÊNCIA, tipo menor preço, para Prestação de Serviços referentes a execução de obras de reforma dos prédios que abrigam as Delegacias de Polícia dos 16º, 73º e 89º Distritos Policiais da capital. A sessão pública ocorrerá no dia 05/05/2022, às 13h00m na sede do Palácio da Polícia, localizado na Rua Brigadeiro Tobias, 527, - Centro – São Paulo/SP. Interessados podem tomar conhecimento e obter a documentação relativa ao certame por meio do sítio eletrônico www.imprensaoficial.com.br, através do link Negócios Públicos. Quaisquer dúvidas ou pedidos de informação devem ser solicitados por e-mail divsupcompras.eqc@policiacivil.sp.gov.br ou por telefone 11 3311-3709.

MUNICÍPIO DE NHANDEARA

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2022 - PROCESSO Nº 720/2022

O Município de Nhandeara comunica a todos os interessados que se encontra aberta a licitação na modalidade Tomada de Preços nº 003/2022, Processo nº 720/2022. Resumo do objeto: Contratação de empresa, por empreitada global, para execução de obras e serviços de infraestrutura urbana com 19.819,88 m² de recapeamento asfáltico, do tipo CBUQ, em diversas vias do Município de Nhandeara, nos termos do Convênio nº 100311/2022, firmado entre o Município e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Regional. Encerramento: 18/04/2022, às 09h00m. Valor estimado: R$ 1.224.889,16. Fonte do Recurso: Estadual e Municipal. Visita técnica facultativa. Os interessados poderão obter o Edital completo no endereço eletrônico www.nhandeara.sp.gov.br e no Setor de Licitações do Município de Nhandeara – Fone (17) 3467-4990. Nhandeara-SP, 29 de março de 2022. José Adalto Borini - Prefeito Municipal.

Prefeitura do Município de Caieiras
Secretaria de Administração - Diretoria de Compras

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2022

ÓRGÃO: Município de Caieiras. **EDITAL:** 017/2022. **OBJETO:** Registro de Preços para eventual aquisição de ferro, conforme anexos. **MODALIDADE:** Pregão Presencial. **DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES:** o dia 11/04/2022 às 09h00min e **ABERTURA DOS ENVELOPES:** na mesma data e horário. As empresas interessadas poderão solicitar o envio do Edital via e-mail, bem como ficará disponível no Site do Município de Caieiras www.caieiras.sp.gov.br. Os e-mails para envio do Edital são: licitacao@caieiras.sp.gov.br ou licitacao.caieiras@gmail.com. Maiores informações pelo telefone 4445-9240, no horário das 09h00min às 16h00min. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.

Caieiras, 29 de Março de 2022.
SAMUEL BARBIERI PIMENTEL DA SILVA
Diretor de Compras e Licitações

MUNICÍPIO DE NHANDEARA

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2022 - PROCESSO Nº 744/2022

O Município de Nhandeara comunica a todos os interessados que se encontra aberta a licitação na modalidade Tomada de Preços nº 005/2022, Processo nº 744/2022. Resumo do objeto: Contratação de empresa, por empreitada global, para execução de obras e serviços de infraestrutura em vias urbanas com pavimentação asfáltica, galerias pluviais, guias e sarjetas, calçamento e sinalização horizontal e vertical na Rua do Emissário, no Município de Nhandeara, conforme condições constantes no edital e nos termos do Contrato de Repasse nº 912452/2021/MDR/CAIXA, firmado entre o Município e a União Federal, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Regional. Encerramento: 18/04/2022, às 14h00m. Valor estimado: R$ 627.451,13. Fonte do Recurso: Federal e Municipal. Visita técnica facultativa. Os interessados poderão obter o Edital completo no endereço eletrônico www.nhandeara.sp.gov.br e no Setor de Licitações do Município de Nhandeara – Fone (17) 3467-4990. Nhandeara-SP, 29 de março de 2022. José Adalto Borini - Prefeito Municipal

Prefeitura do Município de Caieiras
Secretaria de Administração - Diretoria de Compras

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL nº 018/2022

ÓRGÃO: Município de Caieiras. **EDITAL: 018/2022. OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de instalação e manutenção técnica preventiva e corretiva nos equipamentos odontológicos das Unidades de Saúde, com fornecimento de mão de obra e peças de reposição, conforme Termo de Referência. **MODALIDADE:** Pregão Presencial. **DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES:** dia 11/04/2022 as 14h00min e **ABERTURA DOS ENVELOPES:** na mesma data e horário. As empresas interessadas poderão solicitar o envio do Edital via e-mail, bem como ficará disponível no Site do Município de Caieiras www.caieiras.sp.gov.br (Portal de Transparência). Os e-mails para envio do Edital são: licitacao@caieiras.sp.gov.br ou licitacao.caieiras@gmail.com. Maiores informações pelo telefone 4445-9240, no horário das 09h00min às 16h00min. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.

Caieiras, 29 de Março de 2.022.
SAMUEL BARBIERI PIMENTEL DA SILVA
Diretor de Compras e Licitações

Prefeitura Municipal de Jaboticabal - SP

CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA DO ENVELOPE DE Nº 1 – HABILITAÇÃO - PÓS ANÁLISE DE RECURSO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 11/2021

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) da Prefeitura Municipal de Jaboticabal informa aos interessados, que após a análise das razões recursais, a CPL vem convocar as Organizações Sociais (OS) participantes para a realização da sessão de continuidade abertura dos Envelopes de nº 01 (Habilitação), que ocorrerá no **dia 01/04/2022 às 14h00**, na sala de Reuniões do Departamento de Gestão de Material e Patrimônio da Prefeitura de Jaboticabal. Esta decisão deverá ser publicada na imprensa oficial e no Portal da Transparência de Jaboticabal.

Jaboticabal, 29 de março de 2022.
ANGELA PAULA GIMENEZ DE OLIVEIRA

Prefeitura Municipal de Jaboticabal - SP

DECISÃO ADMINISTRATIVA
P.A. nº 3191-7/2022 (Recurso) e do
P.A. nº 3558-1/2022 (Contrarrazões)
ao
Chamamento Público nº 010/2021 - P.A. nº 7467-5/2021

Após análise das razões de recurso apresentadas através do Processo Administrativo nº 3191-7/2022, por parte da O.S. **IDAB – INSTITUTO DIVA ALVES** contra a decisão que impossibilitou o seu credenciamento, bem como o da **O.S. ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CISNE** junto ao **CHAMAMENTO PUBLICO Nº 010/2021** – Processo de seleção de Organização Social qualificada visando a celebração de parceria para gerenciamento, operacionalização e execução de ações e serviços em saúde na Unidade Pronto Atendimento – UPA I de Jaboticabal; das contrarrazões apresentadas pela **O.S. GRUPO FUTURO – GESTÃO DE SAÚDE (P.A nº 3558-1/2022)**, e, ainda, do parecer jurídico, anexado aos autos, **DECIDO pelo NÃO PROVIMENTO DO RECURSO E PROVIMENTO DAS CONTRARRAZÕES**, determinando o prosseguimento do referido certame.

Publique-se esta decisão, dando ciência às recorrentes.

Após, encaminhe-se os autos à CPL, para conhecimento e prosseguimento da marcha processual.

Cumpra-se.
Jaboticabal, 29 de março de 2022
EMERSON RODRIGO CAMARGO

CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA SOCIEDADE AMIGOS DA URBANIZAÇÃO SERRA DOS CRISTAIS

QUE SE REALIZARÁ NO PRÓXIMO DIA 09/04/2022

PREZADOS PROPRIETÁRIOS:

Pela presente ficam, V.Sas. convocados para participarem da Assembleia Geral Ordinária da Sociedade Amigos da Urbanização Serra dos Cristais, que se realizará no próximo dia **09/04/2022** (nove de abril do ano de dois mil e vinte e dois), na Área de Lazer, sito à Rodovia Anhanguera, Km 45,5 – Cajamar/SP, às **09h30min** em primeira convocação, sendo necessário a presença de um número mínimo de 50% dos proprietários e às **10h00min** em segunda e última convocação, com a presença de qualquer número de proprietários, a fim de deliberarmos sobre:

1. **Aprovação das contas do ano de 2021.**
2. **Eleição de membros da Diretoria, Conselho Deliberativo, e Conselho Fiscal.**
3. **Deliberações sobre a previsão orçamentária para o exercício e definição do valor da taxa associativa/ manutenção.**
4. **Deliberação/Aprovação de taxa extraordinária para a reforma da futura administração.**
5. **Deliberação/Aprovação de instalação de barreiras nas ruas para redução de velocidade dos veículos.**
6. **Deliberação/Aprovação do uso do espaço de conveniência.**
7. **Deliberação/Aprovação da Norma de Utilização do Quiosque.**

Obs.: Os proprietários que se encontram em débito com a Sociedade Amigos da Urbanização Serra dos Cristais estão impedidos de votar e participar da Assembleia, conforme art. 51 do Estatuto.

Cajamar, 30 de março de 2022
Jameson Fernandes Sanches de Melo Presidente
Assinatura no Original

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

AVISO DE SUSPENSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 0324/2021/SQA-DR20-DA, POR DETERMINAÇÃO DO TCE (TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO), PREGÃO SUSPENSO EM 28/03/2022

Comunicamos que fica SUSPENSO o **PREGÃO ELETRÔNICO nº. 0324/2021/SQA-DR20-DA**, destinado ao COMANDO DE POLICIAMENTO RODOVIÁRIO – CPRv, denominada PREGÃO ELETRÔNICO, que tem como objeto a **AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO PARA O COMANDO DE POLICIAMENTO RODOVIÁRIO – CPRv**, a referente ao Processo nº 977117/2021 marcada para o **dia 29/03/2022, às 09:00 horas**, a qual se desenvolveria pelo portal BEC com sítio eletrônico **www.bec.sp.gov.br**

UNIVERSO ONLINE S.A. - CNPJ/ME nº 01.109.184/0001-95 - Aviso aos Acionistas - Informamos que se encontram à disposição dos acionistas, na sede da Universo Online S.A. ("Companhia"), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.384, 6º andar, Jardim Paulistano, CEP 01451-001, São Paulo/SP, os documentos relativos ao exercício findo em 31.12.2021 da Companhia, nos termos do artigo 133 da Lei nº 6.404/76. São Paulo/SP, 30 de março de 2022. Victoria Rozsavolgyi Bertolin (Diretora Presidente).

ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE DOS TRABALHADORES ELETRICITÁRIOS (SBEL) - CNPJ 41.461.582/0001-90 - EDITAL - Ficam convocados os sócios fundadores e diretores desta entidade, para comparecerem na Assembleia Geral, que será realizada no dia **31 de Março de 2022**, na sede da Associação, sito à Rua Thomaz Gonzaga, 50 - Bairro Liberdade - São Paulo - Capital, às **11h**, com qualquer número, para tratar da seguinte **"ORDEM DO DIA": 1)** Apresentação, discussão e votação do Balanço Patrimonial - Ano-Base 2021. **São Paulo, 29 de Março de 2022. Eduardo de Vasconcellos Correia Annunciato (Chicão), Presidente**.

Departamento Autônomo de Água e Esgotos

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial nº 019/2022
Processo DAAE nº 0681 de 16/03/2022

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de gestão e abastecimento de combustíveis. Data e horário da abertura: Dia 13/04/2022, às 10h00min (Dez Horas). **LOCAL:** Departamento Autônomo de Água e Esgotos, situado na Rua Domingos Barbieri, 100, Fonte Luminosa, Araraquara-SP. O Edital poderá ser retirado na íntegra através do site: www.daaearaquara.com.br – link: Painel de Licitações.

Araraquara, 29 de Março de 2022.
Donizete Simioni - Superintendente

COMUNICADO PÚBLICO

A CLARO S.A. comunica aos seus clientes do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, na modalidade Local, que rupturas de cabos ópticos impediram a prestação regular do serviço a alguns de seus usuários das localidades de Araraquara, Barretos, Barrinha, Batatais, Bebedouro, Catanduva, Cravinhos, Fernandópolis, Franca, Ibitinga, Ituverava, Jaboticabal, Jales, Jardinópolis, Matão, Mirassol, Monte Alto, Orlândia, Pontal, Ribeirão Preto, São Carlos, São Joaquim da Barra, São José do Rio Preto, Serrana, Sertãozinho e Votuporanga - SP no dia 28/03/2022, a partir das 07h06 (horário de Brasília). A CLARO S.A. adotou imediatamente todas as providências necessárias para a regularização do serviço, normalizando-o integralmente às 10h10 (horário de Brasília).

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria de Esportes

CONCORRÊNCIA Nº 01/2022 (COM INVERSÃO DE FASES) PROCESSO SESP Nº SESP-PRC-2022/00122. IMPLANTAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE PISTA DE ATLETISMO DENTRO DA "VILA OLÍMPICA MÁRIO COVAS". **TIPO DE LICITAÇÃO:** MENOR PREÇO. **DATA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES:** Apenas no Dia 02/05/2022, até às 10h00min. **DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES:** Dia 02/05/2022, às 10h30min. **HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA:** 02/05/2022, às 10h00min (entrega dos envelopes) e às 10h30min (abertura da Sessão Pública). **LOCAL:** Secretaria de Esportes - Centro de Administração – Praça Antônio Prado, 09 – 13º andar – Centro – São Paulo – Capital. O EDITAL COMPLETO e seus anexos estarão disponíveis no site da Secretaria link: https://www.esportes.sp.gov.br. Caso de indisponibilidade de acesso a internet, a licitante poderá trazer pessoalmente o DVD-R ou Pen drive (+ de 4GB) para cópias dos documentos, com prévio agendamento. **Maiores Informações:** Tel.: 3241-5822 – Ramal 1203 ou 1021 ou 1025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCHAS

- Aviso de Retificação e Prorrogação de Prazo do Pregão Presencial Nº10/2022.

A Prefeitura Municipal de Conchas, torna publico que tendo em vista pedido de impugnação do edital comunica a retificação e prorrogação de prazo de encerramento da licitação modalidade Pregão Presencial nº10/2022, objetivando o registro de preços visando aquisições futuras de materiais de higiene, limpeza e descartáveis para todas as Secretarias Municipais. O edital retificado se encontra disponível para download no site oficial da Prefeitura www.conchas.sp.gov.br, ou solicitar pelo email: licitacao2@conchas.sp.gov.br / licitacao3@conchas.sp.gov.br. Os documentos de credenciamento e os envelopes nº01-proposta comercial e nº02-documentos de habilitação deverão ser entregues no Setor de Licitações da Prefeitura, localizado na Rua Minas Gerais, nº707 - Centro - Conchas – SP, às 09h00min do dia 19 de Abril de 2022. Informações: (14) 3845-8011. Júlio Tomazela Neto - Prefeito Municipal.

Prefeitura Municipal de Jaboticabal - SP

A Prefeitura Municipal de Jaboticabal/SP, torna público o PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2022 – COTA RESERVADA DE ATÉ 25% PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - que tratará do **REGISTRO DE PREÇOS visando a aquisição de MATERIAIS CIRÚRGICOS, HOSPITALARES e FILMES DE RAIO-X, para o atendimento as necessidades das Unidades de Saúde Municipais**. O encerramento dar-se-á no dia **12 de abril de 2022 às 08h30**. O edital estará à disposição dos interessados, gratuitamente, no Portal da Transparência de Jaboticabal, o qual poderá ser acessado através do endereço eletrônico: **transparencia.jaboticabal.sp.gov.br**

Jaboticabal, 29 de março de 2022.
EMERSON RODRIGO CAMARGO
Prefeito

Prefeitura Municipal de Jaboticabal - SP

DECISÃO ADMINISTRATIVA
P.A. nº 3192-5/2022 - Recurso ao
Chamamento Público nº 011/2021 - P.A. nº 7469-1/2021

Após análise das razões de recurso apresentadas através do Processo Administrativo nº 3192-5/2022, por parte da O.S. **IDAB – INSTITUTO DIVA ALVES** contra a decisão que impossibilitou o seu credenciamento junto ao **CHAMAMENTO PUBLICO Nº 011/2021** – Processo de seleção de Organização Social qualificada visando a celebração de parceria para gestão compartilhada em execução de ações e serviços de saúde de forma complementar, objetivando o desenvolvimento, manutenção, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde e dos equipamentos vinculados aos atendimentos no centro de especialidades médicas e demais unidades de saúde, e, ainda, do parecer jurídico, anexado aos autos, **DECIDO** pelo **NÃO PROVIMENTO**, determinando o prosseguimento do referido certame.

Publique-se esta decisão, dando ciência à recorrente.

Após, encaminhe-se os autos à CPL, para conhecimento e prosseguimento da marcha processual.

Cumpra-se.
Jaboticabal, 29 de março de 2022
EMERSON RODRIGO CAMARGO

Prefeitura Municipal de Jaboticabal - SP

CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA DO ENVELOPE DE Nº 1 – HABILITAÇÃO - PÓS ANÁLISE DE RECURSOS E CONTRARRECURSO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 10/2021

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) da Prefeitura Municipal de Jaboticabal informa aos interessados, que após a análise das razões e contrarrazões recursais, a CPL vem convocar as Organizações Sociais (OS) participantes para a realização da sessão de continuidade abertura dos Envelopes de nº 01 (Habilitação), que ocorrerá no dia 01/04/2022 às 09h00, na sala de Reuniões do Departamento de Gestão de Material e Patrimônio da Prefeitura de Jaboticabal. Esta decisão deverá ser publicada na imprensa oficial e no Portal da Transparência de Jaboticabal.

Jaboticabal, 29 de março de 2022.
ANGELA PAULA GIMENEZ DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão Municipal de Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2022

OBJETO: Registro de preços para futuras e eventuais aquisições do medicamento cemiplimabe para atender Ação Judicial contra o Município de Itapira/SP. DATA DE ABERTURA: 13 de abril de 2022, às 08 horas. Vaden Vieira, Secretário Municipal de Saúde.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2022

OBJETO: Registro de preços para futuras e eventuais aquisições do medicamento nintedanibe para atender Ação Judicial contra o Município de Itapira/SP. DATA DE ABERTURA: 13 de abril de 2022, às 14 horas. Vaden Vieira, Secretário Municipal de Saúde.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 067/2022

OBJETO: Aquisição de bebedouro e freezer, destinados a Secretaria de Saúde do Município de Itapira/SP. DATA DE ABERTURA: 12 de abril de 2022, às 08 horas. Vaden Vieira, Secretário Municipal de Saúde.

Os editais estarão disponíveis aos interessados através do site www.itapira.sp.gov.br. Demais esclarecimentos na Secretaria de Recursos Materiais, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 as 17h00, no endereço Rua João de Moraes, nº 508, Centro, Itapira/SP, ou pelo telefone (19) 3843-9180, ou pelo e-mail licitacoes@itapira.sp.gov.br. Itapira, 29 de março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Extrato da 1ª REPUBLICAÇÃO Edital do Tomada de Preços nº 012/2022

Edital – 012/2022 - Órgão – Prefeitura Municipal de Holambra – Modalidade – Tomada de Preços – Objeto – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONTINUAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DA ESTRADA MUNICIPAL HBR 253 - CONVÊNIO DADE Nº 000242/2021 - Vigência Contrato 12 (doze) meses – Após suspensão para modificação do edital, a administração pública reestabelece data do credenciamento e da abertura das propostas e documentação – 18/04/2022, às 09:00 h. – Valor da pasta – R$ 10,00. – Valor da pasta – R$ 10,00. Holambra, 29 de março de 2022 - **Yessika Eltink** - Diretora de Obras e Desenvolvimento Urbano e Rural.

Extrato da 1ª REPUBLICAÇÃO Edital do Tomada de Preços nº 011/2022

Edital – 011/2022 - Órgão – Prefeitura Municipal de Holambra – Modalidade – Tomada de Preços – Objeto – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RESTAURO E REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DOS PIONEIROS - CONVÊNIO DADETUR Nº 000252/2021 - Vigência Contrato 12 (doze) meses – Após suspensão para modificação do edital, a administração pública reestabelece data do credenciamento e da abertura das propostas e documentação – 19/04/2022, às 09:00 h. – Valor da pasta – R$ 10,00. – Valor da pasta – R$ 10,00. Holambra, 29 de março de 2022 - **Yessika Eltink** - Diretora de Obras e Desenvolvimento Urbano e Rural.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO BEC Nº 015/2022 - PROCESSO Nº 4232/2022 - OFERTA DE COMPRA Nº 874700801002022OC00017

Órgão – Prefeitura Municipal de Holambra – Modalidade – PREGÃO ELETRÔNICO, sob nº 015/2022 do tipo menor preço unitário, cujo o Objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS CÁRNEOS, DESTINADOS AO NÚCLEO DE ATENÇÃO E ORIENTAÇÃO TERAPÊUTICA AO TRABALHO (NAOTT) - Vigência 12 (doze) meses, cuja a data de início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 30/03/2022 as 09:00h, estando a sessão de disputa agendada para o dia 18/04/2022 as 09:00h, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo" - Sistema BEC/SP através do sítio www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 30/03/2022. Holambra, 29 de março de 2022 - **VIVIANE FILOMENA FURGERI** - DIRETORA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO BEC Nº 016/2022 - PROCESSO Nº 1233/2022 - OFERTA DE COMPRA Nº 874700801002022OC00019

Órgão – Prefeitura Municipal de Holambra – Modalidade – PREGÃO ELETRÔNICO, sob nº 016/2022 do tipo menor preço unitário, cujo o Objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES, DESTINADOS AOS PACIENTES COM MANDADO JUDICIAL - Vigência 12 (doze) meses, cuja a data de início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 30/03/2022 as 09:00h, estando a sessão de disputa agendada para o dia 19/04/2022 as 09:00h, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo" - Sistema BEC/SP através do sítio www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 30/03/2022. Holambra, 29 de março de 2022 - **WALMIR MARCELO IGLECIAS** - DIRETOR DE SAÚDE.

Aviso de ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - Extrato - Carta Convite nº 001/2022

Diante da Adjudicação e decorrido o prazo recursal sem a interposição de nenhum recurso, a Comissão de Licitações comunica a HOMOLOGAÇÃO do objeto da Carta Convite nº 001/2022, cujo o objeto: AQUISIÇÃO DE 2000 QUILOS DE PEIXES VIVOS DESTINADOS A CAMPEONATO DE PESCA A SER REALIZADO EM COMEMORAÇÃO A SEMANA SANTA, adjudicou o item à empresa PISCICULTURA PEIXE BRAVO LTDA ME no valor deR$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais), por ter apresentado o menor preço por item. Holambra, 29 de março de 2022. **Fernando Henrique Capato** - Prefeito Municipal.

Extrato do Edital do Pregão Presencial nº 016/2022

Edital – 016/2022 – Órgão – Prefeitura Municipal de Holambra – Modalidade – Pregão Presencial do tipo MENOR PREÇO POR LOTE - objetivando **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO (STFC) ENGLOBANDO SERVIÇO DE TELEFONIA FIXA ANALÓGICA, TRONCO DIGITAL, INTERNET BANDA LARGA, LINK DEDICADO E PONTOS DE WIFI PUBLICOS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DA EST NCIA TURISTICA DE HOLAMBRA** - Vigência 12 (doze) meses – Data do credenciamento e da abertura das propostas e documentação – 11/04/2022 às 09:00 h. – Valor da pasta – R$ 10,00 ou gratuitamente pelo site: www.holambra.sp.gov.br. Holambra, 29 de março de 2022. **SERGIO CELEGATTI** - CHEFE DE GABINETE.

Finamax

Finamax S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 00.411.939/0001-49

Demonstrações Contábeis para o Semestre e Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2021 e o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de reais - R$)

Relatório da Administração: Senhores Acionistas: Cumprindo as disposições legais e estatutárias submetemos a apreciação de V.Sas., as demonstrações contábeis referente semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, juntamente com o relatório do auditor independente, sem ressalvas, emitido pela **"Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes"**.

Jundiaí - SP, 30 de março de 2022.

Balanços Patrimoniais

Balanços Patrimoniais	Nota explicativa	2021	2020 Reapresentado
Ativo			
Circulante		**234.466**	**233.284**
Disponibilidades	3.b	55.835	53.555
Instrumentos Financeiros	4	77.291	84.044
Fundo de renda fixa		71.907	78.666
Letras Financeiras		5.384	5.378
Operações de crédito		95.394	90.755
Operações de crédito - setor privado	5	103.688	100.266
(–) Provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa	5.a / 6	(8.294)	(9.511)
Ativos fiscais correntes e diferidos		3.961	3.516
Crédito Tributário	14	3.961	3.516
Outros créditos		1.016	272
Diversos		1.016	272
Outros valores e bens		969	1.132
Outros valores e bens		969	1.132
Não circulante		**70.247**	**69.978**
Operações de crédito		66.094	64.604
Operações de crédito - Setor privado	5	71.675	71.374
(–) Provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa	5.a / 6	(5.581)	(6.770)
Ativos fiscais correntes e diferidos		3.441	4.303
Crédito Tributário	14	3.441	4.303
Permanente		**712**	**1.071**
Imobilizado de uso		426	626
Outras imobilizações de uso		3.669	3.704
(–) Depreciações acumuladas		(3.243)	(3.078)
Intangível		286	445
Ativos intangíveis		1.769	1.670
(–) Amortizações acumuladas		(1.483)	(1.225)
Total do ativo		**304.713**	**303.262**

Balanços Patrimoniais	Nota explicativa	2021	2020 Reapresentado
Passivo			
Circulante		**70.639**	**77.020**
Depósitos a prazo	7	50.156	52.273
Acionistas domiciliados no País		50.156	52.273
Recursos de aceites cambiais	7	15.804	19.467
Recursos de aceites cambiais		15.804	19.467
Outras obrigações	8	4.679	5.280
Fiscais e previdenciárias		617	829
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio a pagar		–	456
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	15	212	51
Credores diversos - País		3.850	3.944
Não circulante		**168.820**	**161.269**
Depósitos a prazo	7	92.331	87.875
Acionistas domiciliados no país		92.331	87.875
Recursos de aceites cambiais	7	76.489	73.394
Recursos de aceites cambiais		76.489	73.394
Patrimônio líquido	9	**65.254**	**64.973**
Capital social	9.a / b	55.500	53.500
De domiciliado no país		55.500	53.500
Reservas de lucros		9.754	3.654
Lucros acumulados		–	7.819
Total do passivo e patrimônio líquido		**304.713**	**303.262**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Nota explicativa	Capital realizado	Reservas de lucros – Legal	Reservas de lucros – Outras	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		51.000	2.270	2.332	6.594	62.196
Aumento de capital	9.b	2.500	(168)	(2.332)	–	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	3.737	3.737
Destinações: Apropriação de reservas		–	187	1.756	(1.943)	–
Juros sobre o capital próprio	11	–	–	–	(960)	(960)
Saldos em 31 de dezembro de 2020 - Reapresentado		53.500	2.289	1.756	7.428	64.973
Aumento de capital	9.b	2.000	(244)	(1.756)	–	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	281	281
Destinações: Apropriação de reservas		–	14	7.695	(7.709)	–
Juros sobre o capital próprio	11	–	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021		55.500	2.059	7.695	–	65.254
Saldos em 30 de junho de 2021		55.500	2.077	–	8.048	65.625
Aumento de capital	9.b	–	–	–	–	–
Prejuízo líquido do semestre		–	–	–	(371)	(371)
Destinações: Apropriação de reservas		–	(18)	7.695	(7.677)	–
Juros sobre o capital próprio	11	–	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021		55.500	2.059	7.695	–	65.254

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado	Notas explicativa	2º Sem./2021	2021	2020 Reapresentado
Receitas da intermediação financeira		33.663	63.004	71.565
Operações de crédito	5.d	29.150	56.175	68.678
Resultado de aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários	4	4.513	6.829	2.887
Despesas da intermediação financeira		(15.623)	(25.321)	(28.610)
Operações de captação no mercado	7	(7.654)	(10.858)	(7.517)
Provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa	6	(7.969)	(14.463)	(21.093)
Resultado bruto da intermediação financeira		18.040	37.683	42.955
Outras receitas (despesas) operacionais		(18.236)	(37.447)	(37.693)
Receitas de prestações de serviços	10.a	2.368	3.894	2.644
Despesas de pessoal	10.b	(4.086)	(7.912)	(7.430)
Outras despesas administrativas	10.c	(13.306)	(26.973)	(25.084)
Despesas tributárias	10.d	(1.270)	(2.472)	(2.908)
Outras receitas operacionais	10.e	31	104	612
Outras despesas operacionais	10.f	(1.973)	(4.088)	(5.527)
Resultado operacional		(196)	236	5.262
Resultado não operacional		291	640	159
Resultado antes da tributação sobre o lucro		95	876	5.421
Imposto de renda - corrente	14	210	(95)	(1.592)
Imposto de renda - diferido	14	(310)	(260)	548
Contribuição social - corrente	14	106	(84)	(970)
Contribuição social - diferido	14	(472)	(156)	329
Prejuízo/lucro líquido do semestre/exercício		(371)	281	3.736
Número de ações (por lote de mil ações)	9.a	3.700	3.700	3.700
Prejuízo/Lucro líquido por ação - R$		(0,10)	0,08	1,01

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração do Resultado Abrangente	2º Sem 2021	2021	2020 Reapresentado
(Prejuízo)/lucro líquido do semestre/exercício	(371)	281	3.736
Outros resultados abrangentes	–	–	–
Resultados abrangentes do semestre/exercício	(371)	281	3.736

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração dos Fluxos de Caixa	Nota explicativa	2º Sem./2021	2021	2020 Reapresentado
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
(Prejuízo)/Lucro líquido do semestre/exercício		(371)	281	3.736
Ajustes ao lucro/prejuízo líquido do semestre/exercício		8.685	15.589	23.239
Depreciação e amortização		250	531	542
Provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa	6	7.969	14.463	21.093
Provisão para imposto de renda e contribuição social	14	466	595	1.604
Lucro líquido do semestre/exercício Ajustado		8.314	15.870	26.975
Variação nos ativos e passivos		(6.529)	(12.972)	3.331
(Aumento) redução de operações de crédito		(23.057)	(20.591)	34.048
(Aumento) redução de títulos e valores mobiliários		11.862	6.753	2.555
(Aumento) redução de outros créditos		177	(327)	186
(Aumento) Redução de outros valores e bens		3	162	545
(Redução) Aumento de depósitos a prazo		1.082	2.339	(19.007)
(Redução) Aumento de recursos de aceites cambiais		4.157	(568)	(11.022)
(Redução) Aumento recursos de obrigações e fiscais e previdenciárias		(32)	(212)	(79)
(Redução) Aumento de outras obrigações		(721)	162	(1.553)
Impostos de renda e contribuiçao social pagos		–	(690)	(2.342)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		1.785	2.898	30.306
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado de uso		(62)	(77)	(76)
Aquisição de intangível		(24)	(99)	(124)
Alienação de imobilizado de uso		4	4	4
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(82)	(172)	(196)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de juros sobre o capital próprio	11	–	(456)	(1.373)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		–	(456)	(1.373)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		1.703	2.270	28.737
No início do semestre/exercício	3.e	54.132	53.565	24.828
No fim do semestre/exercício	3.e	55.835	55.835	53.565
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		1.703	2.270	28.737

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional: A Finamax S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Sociedade"), constituída em 1994, com sede na rua Rangel Pestana, 681 - Centro, na cidade de Jundiaí-SP, opera como sociedade de crédito, financiamento e investimento, de acordo com a autorização do Banco Central do Brasil - BACEN em 9 de janeiro de 1995. **2. Apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis são elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, que contemplam as disposições contidas na legislação societária e com os critérios estabelecidos pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, do BACEN. A fim de adequar-se às normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu pronunciamentos contábeis, e suas respectivas interpretações. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN estão relacionados abaixo e foram considerados na preparação das informações contábeis inseridas nessas demonstrações contábeis. • CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - Resolução 4.144/12; • CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução 3.566/08; • CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa - Resolução 4.818/20; • CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - Resolução 4.534/16; • CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução 4.818/20; • CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução 3.989/11; • CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - Resolução 4.007/11; • CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução 4.818/20; • CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Resolução 3.823/09; • CPC 27 - Ativo Imobilizado - Resolução 4.535/16; • CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - Resolução 4.877/20; • CPC 41 - Resultado por Ação - Resolução 4.818/20; • CPC 46 - Mensuração do Valor Justo - Resolução 4.748/19; Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.818/20 e na Resolução BCB nº 2/20 que revogaram, respectivamente, a Resolução CMN nº 4.720/19 e a Circular BACEN nº 3.959/19, e também a Resolução CMN nº 4.966/21, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, devem preparar suas Demonstrações Contábeis seguindo critérios e procedimentos mencionados nestes normativos, que tratam da divulgação de Demonstrações Contábeis intermediárias, semestrais e anuais, bem como de seu conteúdo que inclui os balanços patrimoniais e as demonstrações de resultado, de resultado abrangente, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido, as notas explicativas e a divulgação de informações sobre os resultados não recorrentes: As demonstrações contábeis da Sociedade, foram elaboradas de acordo com os normativos aplicados a sua característica e atuação, seguindo, quando aplicável, os normativos do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BCB); que incluem a aplicação de estimativas contábeis, por parte da Administração, no que se refere à constituição de provisões para créditos de liquidação duvidosa, avaliação a valor justo dos instrumentos financeiros, realização de créditos tributários, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. A Sociedade revisa periodicamente suas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela diretoria da Sociedade em 30 de março de 2022. **Normas recentemente emitidas, aplicáveis ou a serem aplicadas em períodos futuros: a) Normas aplicáveis a partir de 01.01.2021:** • Resolução CMN nº 4.747, de 29 de agosto de 2019: Estabelece critérios para reconhecimento e mensuração de ativos não financeiros mantidos para venda pelas Instituições Financeiras. Caracteriza-se como ativo não financeiro mantido para venda o ativo não abrangido no conceito de ativo financeiro que atenda às seguintes condições: I - seja realizado pela sua venda, esteja disponível para venda imediata em suas condições atuais e sua alienação seja altamente provável no período máximo de um ano; ou II - tenha sido recebido pela instituição em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução não destinados ao próprio uso. • Resolução CMN nº 4.818, de 29 de maio de 2020. A norma consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras. A referida Resolução entrou em vigor a partir de 01.01.2021, exceto para o disposto nos artigos 10 e 11, que somente produzirão efeitos a partir de 01.01.2022, sendo vedada sua aplicação antecipada. • Resolução CMN nº 4.877, de 23 de dezembro de 2020. A norma estabelece os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de obrigações sociais e trabalhistas pelas instituições financeiras, estabelecendo que as instituições devem observar o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, na mensuração, reconhecimento e divulgação de benefícios a empregados. **b) Normas a serem aplicadas em períodos futuros:** • Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020: A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. A Resolução CMN nº 4.817/2020 entra em vigor em 01.01.2022. • Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021: A norma estabelece os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. Dentre as disposições normativas, essa norma recepcionou o CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes, norma que especifica como e quando serão reconhecidas as receitas de contratos, assim como requer que as entidades forneçam dados mais relevantes aos usuários das informações contábeis. A Resolução CMN nº 4.924/2021 entra em vigor em 01.01.2022. • Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: A Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. A Resolução nº 4.966/2021 entra em vigor em 01.01.2025, exceto para alguns itens normativos, cuja vigência é a partir de 01.01.2022. Os itens normativos vigentes a partir de 01.01.2022 contemplam os seguintes aspectos, aplicáveis às instituições sujeitas à norma: • determinou a elaboração e remessa ao Bacen de plano para a implementação da regulamentação contábil estabelecida nessa Resolução (art. 76), até 30.06.2022; • facultou a elaboração e divulgação de demonstrações financeiras consolidadas no padrão contábil Cosif, adicionalmente às demonstrações no padrão contábil internacional, conforme o disposto na Resolução CMN nº 4.818/2020; • determinou que a mensuração de investimentos mantidos para venda ocorra pelo valor contábil deduzido de provisões para redução ao valor recuperável ou pelo valor justo deduzido das despesas para venda, dos dois o menor (art. 24). **3. Resumo das principais práticas contábeis:** a) Receitas e despesas: As receitas e despesas estão registradas segundo regime de competência. b) Caixa e equivalentes de caixa: São representadas por disponibilidades em moeda nacional que incluem caixa e contas correntes em bancos e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de vencimento até 90 dias, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, classificadas como equivalentes de caixa.

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e equivalentes de caixa	55.835	53.555
Caixa	2	4
Depósitos bancários	893	1.004
Aplicações interfinanceiras de liquidez	54.940	52.557

c) Instrumentos Financeiros: • Aplicações Interfinanceiras de liquidez: Representadas por depósitos interfinanceiros, registrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos até a data do balanço, deduzido, quando aplicável, de provisão para desvalorização; • Títulos e valores mobiliários: Conforme determinação da Circular BCB nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários, são classificados conforme o descrito abaixo: **I. Títulos para negociação:** Na categoria títulos para negociação, devem ser registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. **II. Títulos mantidos até o vencimento:** Na categoria títulos mantidos até o vencimento, devem ser registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira da instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. **III. Títulos disponíveis para venda:** Na categoria títulos disponíveis para venda, devem ser registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas categorias a). e b). Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados pro rata die, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período. As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os títulos e valores mobiliários detidos pela Sociedade estavam classificados como "títulos para negociação". d) Operações de crédito: A carteira de crédito inclui as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento. As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, inclusive, exigidas pelas normas do CMN e BACEN, em destaque a Resolução CMN 2682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). As operações classificadas como de risco nível H são baixadas contra a provisão existente, após decorridos seis meses de classificação nesse nível de risco, desde que apresente atraso superior a 180 dias. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para perdas associadas ao risco de crédito é considerada suficiente pela Administração e atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999. e) Outros valores e bens - Ativos não financeiros mantidos para venda e Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Outros valores e bens referem-se, principalmente, a bens não de uso próprio, compostos por veículos recebidos em dação de pagamento. A partir de 01.01.2021, os bens não de uso próprio foram reclassificados para ativos não financeiros mantidos para venda, conforme Resolução CMN nº 4.747/2019. São reconhecidos inicialmente nas adequadas rubricas contábeis, conforme o prazo esperado de venda, na data do seu recebimento pela Sociedade, sendo avaliados pelo menor valor entre: (i) o valor contábil bruto da respectiva operação de crédito de difícil ou duvidosa solução; e (ii) o valor justo do bem, avaliado conforme regulamentação específica, líquido de despesas de venda. A eventual diferença entre o valor contábil do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução, líquido de provisões, e o valor justo é reconhecida no resultado do período. Os ativos não financeiros são revisados para verificar se há alguma indicação de que possam ter sofrido desvalorização, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Havendo indicação de desvalorização, a Sociedade estima o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre o seu valor justo, menos os custos para vendê-lo, e o seu valor em uso. f) Ativos e passivos circulantes, realizáveis e exigível a longo prazo: Os ativos são reconhecidos pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos e provisões necessariamente constituídas. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos. g) Imobilizado de uso e intangível: A depreciação é calculada pelo método linear com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. O intangível é representado por benfeitorias em propriedade de terceiros e pela aquisição e desenvolvimento de sistemas informatizados, sendo amortizados à alíquota de 10% ao ano e 20% ao ano, respectivamente. O imobilizado de uso é composto por móveis e equipamentos de uso e equipamentos de comunicação, depreciados a alíquota de 10% ao ano, e veículos e computadores, depreciados a alíquota de 20% ao ano. A depreciação do imobilizado de uso e a amortização do intangível são contabilizadas em Outras Despesas Administrativas. Os ativos não financeiros são revisados em bases anuais para verificar se há alguma indicação de que possam ter sofrido desvalorização, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Até 31 de dezembro de 2021, não teve nenhum ativo permanente com indícios de perda em seu valor recuperável. h) Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente: O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre bases tributáveis e alíquotas, segundo a legislação pertinente a cada um desses encargos, sendo elas 25% para o IRPJ e 15% para a CSLL. A partir de 01 de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, a alíquota de CSLL foi majorada para 20%, conforme lei nº 14.183, de 14 de julho de 2021. i) Ativos Fiscais Diferido: Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos, são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020, suportados por estudo de capacidade de realização, vigente a partir de 01.01.2021. Observando o disposto na resolução nº 4.924 de 25 de junho de 2021 e conforme CPC 23 de 26 de junho de 2009, abaixo demonstramos os impactos retrospectivos da adoção inicial do reconhecimento dos Ativos Fiscais Diferidos (nota explicativa 14).

Reapresentação do balanço patrimonial de 31.12.2020

	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo			
Circulante	229.768	3.516	233.284
Ativos Fiscais correntes e diferidos	–	3.516	3.516
Crédito Tributário	–	3.516	3.516
Não circulante	65.675	4.303	69.978
Ativos Fiscais correntes e diferidos	–	4.303	4.303
Crédito Tributário	–	4.303	4.303
Total do ativo	**295.443**	**7.819**	**303.262**

	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Passivo			
Patrimônio líquido	57.154	7.819	64.973
Lucros acumulados	–	7.819	7.819
Total do passivo e patrimônio líquido	**295.443**	**7.819**	**303.262**

Reapresentação da demonstração do resultado do exercício findo em 31.12.2020

	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Crédito tributário IR	–	548	548
Crédito tributário CSLL	–	329	329
Lucro líquido do exercício	**2.859**	**877**	**3.736**
Lucro líquido por ação - R$	0,77	0,23	1,01

Reapresentação da demonstração dos fluxos de caixa de 31.12.2020

	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Lucro líquido do exercício	2.859	877	3.736
Ajustes ao lucro líquido do exercício	24.116	(877)	23.239
Provisão para imposto de renda e contribuição social	2.481	(877)	1.604

j) Depósitos e captações no mercado aberto: Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die. O resultado correspondente é registrado em despesas com operações de captação no mercado. k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para risco são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios: **Ativos contingentes:** não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; **Passivos contingentes:** classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, os classificados como prováveis são provisionados e divulgados em nota explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação; **Provisões:** referem-se a valores reconhecidos quando há expectativa da obrigação presente e que possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação a ser liquidada; e **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias):** referem-se as demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente. l) Lucro por ações: O lucro por ação é calculado com base em critérios e procedimentos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado por Ação, considerando o que for aplicável às instituições financeiras, conforme determina a Resolução CMN nº 4.818/20. m) Resultado não recorrente: Conforme Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, entende-se como resultado não recorrente, aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Considerando a definição acima, a Sociedade não possui resultados não recorrentes. **4. Aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários:** A Sociedade adotou como estratégia de atuação adquirir depósitos interfinanceiros e títulos e valores mobiliários com o propósito de mantê-los disponíveis para negociação, todas as aplicações possuem liquidez diária.

Tipo de aplicação	Saldo em 31.12.2021	Saldo em 31.12.2020
Aplicações interfinanceiras de liquidez		
Depósitos interfinanceiros	54.940	52.557
Títulos e valores mobiliários		
Fundos de renda fixa	71.907	78.666
Letras financeiras	5.384	5.378
Total aplicado	132.231	136.601

Os depósitos interfinanceiros são remunerados a taxas entre 100% e 106% da variação do CDI e a rentabilidade dos fundos busca acompanhar a variação do CDI. As receitas com juros das aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários estão apresentadas a seguir:

Tipo de aplicação	2º Sem. 2021	31.12.2021	31.12.2020
Depósitos interfinanceiros	1.716	2.426	1.132
Fundos de renda fixa	2.618	4.151	1.598
Letras Financeiras	179	252	157
Total de receitas	4.514	6.829	2.887

A composição da carteira por tipo de aplicação e vencimento está demonstrada abaixo:

Vencimento em Dias	31.12.2021 – Valor Mercado – Sem Vencimento	31.12.2021 – Valor Mercado – até 180	31.12.2021 – Valor Mercado – Acima de 360	31.12.2021 – Total – Valor de custo	31.12.2021 – Total – Valor de mercado	31.12.2021 – Total – Marcação a mercado	31.12.2020 – Total – Valor de custo	31.12.2020 – Total – Valor de mercado	31.12.2020 – Total – Marcação a mercado
CDI - Liquidez Diária (*)	–	27.360	27.580	53.612	54.940	1.328	52.175	52.557	382
Cotas de fundos de investimentos (**)	71.907	–	–	52.608	71.907	19.299	52.608	78.666	18.439
Letras Financeiras	–	2.256	3.128	5.000	5.384	384	5.000	5.378	378

(*) As aplicações em CDI, possuem vencimento fixado e 26% da carteira está com liquidez diária e até 31/03/2022 teremos 86% da carteira com liquidez diária; (**) As cotas em fundo de investimento, não possuem vencimento e estão com resgate em D+1. **5. Operações de crédito:** A composição da carteira de crédito da Sociedade, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, nos termos da Resolução nº 2.697 é demonstrada como segue:

a) Por tipo de operações:	31.12.2021	31.12.2020
Empréstimos e títulos descontados	43.525	36.737
Financiamentos	131.838	134.903
	175.363	171.640
(–) Provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa (Nota 6)	(13.875)	(16.281)
Saldo líquido da carteira	161.488	155.359
Circulante	103.688	100.266
Não Circulante	71.675	71.374
Saldo da carteira	175.363	171.640

b) Por tipo de cliente:	31.12.2021	31.12.2020
Pessoa física	174.185	170.737
Indústria	212	201
Comércio	670	302
Serviços	296	400
Saldo da carteira	175.363	171.640

c) Por faixa de vencimento:	31.12.2021	31.12.2020
Vencidas	11.749	12.172
A vencer até 90 dias	29.333	27.786
De 91 a 360 dias	62.606	60.308
Acima de 360 dias	71.675	71.374
Saldo da carteira	175.363	171.640

d) Composição das rendas	2º Sem.2021	31.12.2021	31.12.2020
Empréstimos	9.047	16.576	22.318
Financiamentos	16.178	31.855	38.460
Recuperação de Crédito	3.925	7.744	7.900
Total	29.150	56.175	68.678

Não há concentração de crédito liberado a um mesmo cliente. Não há avais e fianças concedidos pela Sociedade em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020. **6. Provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com os critérios da Resolução CMN nº 2.682/99, após análise criteriosa da administração. No exercício de 2021, houve uma constituição de provisão no montante de R$ 14.463 (no exercício de 2020, R$ 21.093). No entanto, no exercício de 2021, foram baixadas para prejuízo operações de crédito no montante de R$ 16.869 (R$ 23.449 em 31 de dezembro de 2020), passando o saldo da provisão para R$ 13.875 no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2021 (R$ 16.281 em 31 de dezembro de 2020).

	2º Sem. 2021	31.12.2021	31.12.2020
Saldo Inicial	12.937	16.281	18.637
Constituição/(reversão) líquida	7.969	14.463	21.093
Baixa para prejuízo	(7.031)	(16.869)	(23.449)
Saldo Final	13.875	13.875	16.281

No segundo semestre de 2021, houve a recuperação de créditos baixados para prejuízo no montante de R$ 3.925 e no exercício de 2021, no montante R$ 7.744 (nota 10.e) (R$ 7.900 em 31 de dezembro de 2020), lançados em outras receitas operacionais na demonstração do resultado. A posição da carteira de crédito da Sociedade em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, por níveis de risco e a provisão para créditos de liquidação duvidosa, correspondentes estão demonstradas a seguir:

Níveis de risco	% de Provisão	Saldo da carteira 31.12.2021	Saldo da carteira 31.12.2020	Provisão constituída 31.12.2021	Provisão constituída 31.12.2020
A	0,50	128.066	121.794	640	609
B	1,00	13.377	13.609	134	136
C	3,00	11.193	11.567	336	347
D	10,00	5.853	6.023	585	603
E	30,00	4.107	3.340	1.232	1.002
F	50,00	2.465	2.429	1.233	1.215
G	70,00	1.958	1.701	1.371	1.192
H	100,00	8.344	11.177	8.344	11.177
Total		175.363	171.640	13.875	16.281

7. Captação de recursos: Estão demonstrados pelo saldo dos valores captados, atualizados até 31 de dezembro de 2021 e por prazo de vencimento.

Vencimentos	Depósitos a prazo	Recursos de aceites cambiais	Saldo em 31.12.2021	Saldo em 31.12.2020
Até 90 dias	2.844	2.553	5.397	7.658
De 91 a 360 dias	47.312	13.251	60.563	64.082
Mais de 360 dias	92.331	76.489	168.820	161.269
Total	142.487	92.293	234.780	233.009

As carteiras de captação de depósito a prazo e de letras de recursos cambiais, possuem uma remuneração média de 106% do CDI e 102% do CDI, respectivamente. Os saldos com partes relacionadas, estão demonstrados na nota 13.a. As despesas com captação no mercado estão apresentadas a seguir:

	2º Sem. 2021	31.12.2021	31.12.2020
Depósito a prazo	4.618	6.515	4.459
Letra de Câmbio	2.894	4.061	2.760
Despesa com registro - Fundo Garantidor de Crédito	142	282	298
Total	7.654	10.858	7.517

8. Outras obrigações: O saldo de outras obrigações está composto por:

	31.12.2021	31.12.2020
Pis/Cofins	188	202
Impostos sobre serviços	277	489
Encargos trabalhistas	152	138
Total fiscais e previdenciárias	617	829
Pagamentos a processar	194	237
Fornecedores	2.319	2.456
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (nota 15)	253	93
Juros Sobre Capital Próprio	–	456
Despesas de pessoal	1.169	1.105
Outros	127	104
Total credores diversos	4.062	4.451
Total outras obrigações	4.679	5.280

9. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social é representado por 3.700.000 ações ordinárias sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado na data do balanço, por acionistas domiciliados no país. b) Aumento de capital: Em 14 de Junho de 2021, o BACEN homologou o aumento de capital no valor de R$2.000, passando o capital para R$55.500, mediante a incorporação do saldo da conta de reservas de lucros. Em 27 de outubro de 2020, o BACEN homologou o aumento de capital no valor de R$2.500, passando o capital para R$53.500, mediante a incorporação do saldo da conta de reservas de lucros. c) Reserva Legal: A Reserva Legal é constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social, de acordo com o art. 193 da lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976; d) Reservas de Lucros - Outras: Após a destinação dos dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, e a constituição de reserva legal, o saldo, se houver, será destinado à conta de "Reservas de Lucros - Outras", para destinação futura a ser definida pela Assembleia Geral. **10. Receitas e despesas operacionais:** a) Receitas de prestações de serviços:

	2º Sem. 2021	31.12.2021	31.12.2020
Tarifa de cadastro	2.318	3.815	2.590
Outras	50	79	54
Total	2.368	3.894	2.644

b) Despesas de pessoal:	2º Sem. 2021	31.12.2021	31.12.2020
Ordenados e salários	2.807	5.386	4.978
Encargos sociais	796	1.560	1.378
Benefícios	481	953	1.054
Treinamentos	2	13	20
Total	4.086	7.912	7.430

c) Outras despesas administrativas:	2º Sem. 2021	31.12.2021	31.12.2020
Serviços do sistema financeiro	7.578	15.838	15.384
Serviços de terceiros	1.652	3.106	2.602
Serviços de processamento de dados	2.167	3.970	3.201
Despesas de transportes	335	662	690
Despesas de comunicação	238	552	821
Despesa de depreciação	132	274	300
Despesa de amortização	117	257	242
Outras	1.087	2.314	1.844
Total	13.306	26.973	25.084

d) Despesas Tributárias:	2º Sem. 2021	31.12.2021	31.12.2020
COFINS	990	1.959	2.386
PIS	161	318	388
ISS	119	195	134
Total	1.270	2.472	2.908

e) Outras Receitas Operacionais:	2º Sem. 2021	31.12.2021	31.12.2020
Reversão de provisão para riscos e outras	31	97	106
Outros	–	7	506
Total	31	104	612

f) Outras Despesas Operacionais:	2º Sem. 2021	31.12.2021	31.12.2020
Despesas financeiras	516	969	1.093
Descontos concedidos	1.296	2.958	4.401
Outros	171	171	33
Total	1.983	4.098	5.527

11. Juros sobre o capital próprio: No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade não constituiu provisão para juros sobre o capital próprio (R$ 960 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020). O valor deliberado foi contabilizado, conforme estabelecido na Resolução nº 4.706 de 19 de dezembro de 2018 do Banco Central do Brasil. **12. Gerenciamento de risco:** A Sociedade, atendendo às disposições da Resolução nº 4.557 do Banco Central do Brasil, possui estrutura de gerenciamento de riscos compatível com seu porte e natureza de suas operações, e está capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos relevantes a que está sujeita, sendo os principais riscos: a) Risco de crédito: O Gerenciamento de Risco de Crédito, prevê a possibilidade de ocorrência de perdas devido ao não recebimento de contrapartes ou de credores de valores contratados. O gerenciamento de risco de crédito é realizado com base na Política de Risco da Sociedade, aprovada pela diretoria, tem o propósito de estabelecer estratégias, rotinas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação de exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que a Sociedade atua. b) Risco de mercado: O Gerenciamento de Risco de Mercado, prevê a possibilidade de ocorrências de perdas resultantes da flutuação nos valores e taxas de mercado, contemplando a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a exposição a risco da Sociedade. O processo de gerenciamento e controle do risco de mercado na Sociedade é regido pela Política de Risco, aprovada pela Administração, e segue os parâmetros definidos na RAS para o período de avaliação; c) Risco operacional: O Gerenciamento de Risco Operacional, prevê que sejam identificados os principais riscos operacionais de cada uma das unidades das Áreas Comerciais e Administrativas; identificado o risco, o mesmo é avaliado em função da probabilidade e impacto de sua ocorrência, para que, posteriormente, ações de controle e/ou mitigação fossem determinadas com base nas presentes análises. d) Risco de liquidez: O Gerenciamento de Risco de Liquidez, prevê o descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira da Sociedade, em honrar seus compromissos. A Gestão do Risco de Liquidez da Sociedade é regida pela Política de Risco, aprovada pela diretoria, onde são estabelecidos os limites para os índices de disponibilidade sendo o monitoramento e avaliação do fluxo de caixa da Sociedade realizado pela Administração. e) Gerenciamento de Capital: Prevê a avaliação e a adequação do Patrimônio de Referência (PR) para fazer face aos riscos assumidos nas operações e a necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Sociedade. A estrutura responsável pelo gerenciamento de capital da Sociedade é adequada ao porte e à complexidade de suas operações. **13. Partes relacionadas:** a) A carteira de captação via depósito a prazo, com saldo de R$142.487 em 2021 (R$ 140.148 em 31 de dezembro 2020), é composta, exclusivamente, por aplicações dos acionistas e gerou despesas de captação no montante de R$ 4.618 no 2º semestre de 2021 e R$6.515 no exercício de 2021 (R$4.459 em 31 de dezembro 2020). Da carteira de Letras Cambiais, o saldo de R$19.098, em 2021 (R$8.472 em 2020), é composto por aplicações de partes relacionadas e gerou despesas de captação no montante de R$ 591 no 2º semestre de 2021 e R$ 725 no exercício de 2021 (R$ 260 em 31 de dezembro de 2020). b) Despesas com partes relacionadas estão assim compostas:

	2º Sem. 2021	31.12.2021	31.12.2020
Urbitec Construções (*)	53	107	104
Oliva participações (**)	129	262	248
Total	182	369	352

(*) A Urbitec presta serviço de conservação do canteiro central da Avenida Jundiaí, uma das principais avenidas da cidade de Jundiaí, onde a Sociedade mantém placas de divulgação. (**) A Oliva Participações, é proprietária do prédio onde está instalada uma filial da Sociedade, e o valor é referente à locação do imóvel. c) Remuneração do pessoal-chave da administração: No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve pagamento de remuneração variável e os benefícios proporcionados na forma de remuneração fixa, conforme as responsabilidades de seus administradores estavam assim compostos:

	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração	907	863
Encargos sociais	204	194
Total	1.111	1.057

A Sociedade não proporciona benefícios de curto e longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho, remuneração baseada em ações ou remunerações variáveis para o pessoal-chave da Administração. Conforme legislação em vigor, não foram concedidos financiamentos, empréstimos ou adiantamentos para diretores e respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau. **14. Imposto de renda e contribuição social:** Abaixo demonstramos a reconciliação do cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:

	2º Sem. 2021	31.12.2021	31.12.2020
Resultado antes da tributação sobre o lucro	95	876	5.421
Juros sobre o capital próprio	–	–	(960)
Adições	4.229	8.314	8.838
Provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa	4.040	8.123	8.795
Outras Adições	189	191	43
Exclusões	(5.116)	(8.715)	(6.832)
Realização de provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa	(3.968)	(6.639)	(4.926)
Recuperação de provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa	(1.117)	(1.980)	(1.800)
Reversão provisão risco provável	(31)	(96)	(106)
Resultado Antes dos Impostos	(792)	475	6.467
IR/CSLL - Correntes	316	(179)	(2.562)
IR/CSLL - Diferidos	(782)	(416)	877

De acordo com a medida provisória nº 1.034 de 01 de março de 2021, convertida na lei 14.183 de 14 de julho de 2021, a alíquota da CSLL foi majorada, para o período de julho/2021 a dezembro/2021, em 5%, passando de 15% para 20%. A partir de 2021, devido a edição da Resolução 4.842 de 30 de julho de 2020, a Administração adotou o reconhecimento dos créditos tributários das diferenças temporárias provenientes das provisões para perdas com crédito de liquidação duvidosa. Abaixo a composição dos valores:

Créditos Tributário - PCLD	IRPJ	CSLL	31.12.2021
Base de Cálculo	18.505	18.505	18.505
Alíquota	25%	15%	40%
Total	4.626	2.776	7.402

Movimentação dos Créditos Tributários	IRPJ	CSLL	TOTAL 31.12.2021	TOTAL 31.12.2020
Saldo Inicial	4.887	2.932	7.819	6.941
Constituições	3.615	2.170	5.785	8.437
Realizações/Reversões	(3.876)	(2.326)	(6.202)	(7.559)
Saldo Final	4.626	2.776	7.402	7.819

O saldo previsto de utilização para o ano de 2021 foi de R$ 3.516, e foi utilizado o valor de R$ 2.640. O estudo técnico elaborado demonstra a capacidade da Sociedade em gerar lucros tributáveis suficientes para compensar os créditos tributários existentes. A expectativa de realização dos créditos tributários no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 segue abaixo demonstrada:

Exercício	Saldo	Valor Presente
2022	3.960	3.810
2023	3.113	2.732
2024	327	272
2025	2	1
Saldo Total	**7.402**	**6.815**

O valor presente dos créditos tributários foi calculado com a utilização da taxa Selic fixada e vigente em 31 de dezembro de 2021, que era 9,25% a.a. A Instituição optou por não reconhecer os créditos tributários oriundos das provisões de contingências, composto por ações judiciais classificadas com risco provável de perda, conforme nota explicativa nº 15. O valor não reconhecido é de R$ 95 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 23 em 31 de dezembro de 2020). A opção de não reconhecimento desses créditos, se dá devido à dificuldade de mensuração da data de realização do crédito, visto que dependem de sentença judicial, que podem ser contestadas. **15. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e passivos contingentes:** A Sociedade é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível e tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades, sendo também parte em processos de natureza trabalhista. As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito da empresa com base nas opiniões da Administração e dos assessores jurídicos. A Sociedade tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável, registrada na conta de outras obrigações, no montante de R$ 212 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 51 em 31 de dezembro de 2020) referente à processo de natureza cível. Não há processos de natureza tributária ou trabalhista com classificação de perda provável em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020. Os processos de natureza cível com classificação de perda possível totalizavam R$ 683 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 514 em 31 de dezembro de 2020). Os processos de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizam R$ 286 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 1.000 em 31 de dezembro de 2020). Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em ações de clientes pleiteando indenização por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, devolução de valores pagos em razão de revisão de cláusulas contratuais de encargos financeiros, bem como revisão de taxa juros. Não há processos de natureza tributária com classificação de perda possível. As variações dos saldos estão demonstradas abaixo:

	Processos Classificados como Provável	Processos Classificados como Possível
Saldo Inicial =>	51	1.514
Baixa por Pagamento =>	–	(22)
Provisão/(Baixa Processos) =>	161	(523)
Saldo Final =>	212	969

16. Limites operacionais: As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência compatível com os riscos de suas atividades. A partir de dezembro de 2019, a instituição fez a opção pelo enquadramento no grupo de instituições da segmentação S5, calculando seu risco de Basileia de acordo com o modelo simplificado, de acordo com os modelos e padrões definidos pelo Banco Central do Brasil, abaixo demonstramos os valores:

	31.12.2021	31.12.2020
Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5)	**64.968**	**56.709**
RWARCSIMP - Risco de Crédito	38.338	34.361
RWAROSIMP - Risco Operacional	3.799	4.104
Patrimônio Mínimo Requerido	**42.137**	**38.465**
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	**259.303**	**256.436**
Patrimônio Requerido para o RWA	**42.137**	**38.465**
Índice de Basileia	**25,06%**	**22,11%**

Os índices de requerimento fixados pelo Bacen na Resolução 4.813 de 30 de abril de 2020 é de 16,25% para a data base de 31 de dezembro de 2021 (15% em 31 de dezembro de 2020); **17. Outros assuntos:** O cenário global foi marcado pela Pandemia da COVID-19, decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020, que acabou atingindo a economia de forma intensa; No Brasil, diversas medidas foram adotadas pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) e Banco Central do Brasil (BACEN), como a redução de juros de 4,50% a.a. (dezembro/2019) para 2,25% a.a. (junho/2020) e para 2,00% a.a. (agosto/2020), mantendo esse percentual até março/2021, depois voltou a aumentar para 2,75% a.a. (março/2021), parar 3,50% a.a. (maio/2021), para 4,25% a.a. (junho/2021), para 5,25% a.a (agosto/2021), para 6,25% a.a (setembro/2021), para 7,75% a.a (outubro/2021) e para 9,25% a.a. (dezembro/2021) o Conselho Monetário Nacional e o Governo Federal aprovaram, em reuniões extraordinárias, medidas para ajudar a economia brasileira a enfrentar os efeitos adversos provocados pela Pandemia. Nossas operações, ocorrem no mercado doméstico e, consequentemente, nosso resultado foi impactado pelas condições econômicas advindas da COVID-19; dentre esses impactos podemos destacar a redução da carteira no período de 2020, com reflexo na queda das rendas de operação de crédito em 2021. Ações foram tomadas com o objetivo de minimizar o impacto da pandemia sobre as operações da Sociedade e nossos colaboradores, destacando que

continua →☆

Campanha eleitoral já ameaça 2023

Ideias ruins para Petrobras, reajuste de servidor e corte de imposto podem ser problema

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da **Folha**. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

A campanha eleitoral, fantasias econômicas ou demagogias descaradas podem causar problemas sinistros para quem vai governar a partir de 2023. Alguém pode acreditar que, a partir do ano que vem, vai voltar a correr leite e mel de cofres sem fundo do governo ou que a "força de vontade política" vá resolver as penúrias e falta de investimento que ajudam a encalacrar o país desde 2014, pelo menos. Acho que não.

A campanha mal começou e já há planos de aumentos de servidores, ideias ruinosas para a Petrobras e reduções malucas de impostos, um jogral cantado pelo governo e por candidatos a presidente que detestam o governo.

Considere-se o caso da Petrobras. Suponha-se que as ideias de tabelar seus preços e obrigar a empresa a construir novas refinarias à matroca não sejam em si um problema para a companhia (sim, estamos no reino da fantasia). Bem administrada, a Petrobras é uma vaca leiteira, rende muito dinheiro para o governo, assim como o negócio do petróleo inteiro. Se a empresa parar de render, de dar lucro (isso se não der prejuízo), o governo perde dezenas de bilhões de receita. Apenas os dividendos de 2021 vão render R$ 37,3 bilhões para o governo.

É o equivalente a 42% da despesa deste ano com o Auxílio Brasil. Por falar nisso, o Auxílio Brasil, ora em R$ 400, cai pela metade em 2023. Será preciso arrumar dinheiro para pagar esse dinheirinho que evita a fome de 18 milhões de famílias. De onde?

A grande discussão eleitoral até aqui é o preço de combustíveis (fala-se menos de botijão de gás, que é coisa de pobre mesmo). A fim de baixar o preço de gasolina e diesel em cinquenta centavos, seria necessário dar um subsídio de pelo menos R$ 52 bilhões de reais por ano, cerca de metade do lucro da Petrobras em 2021, provavelmente extraordinário.

Uma emenda constitucional rola sorrateiramente no Congresso. Permite a volta do quinquênio, um reajuste automático a cada cinco anos, para o pessoal da Justiça e do Ministério Público, que não ganha exatamente mal. Já apareceram emendas para estender o benefício a todos os servidores. Juízes em geral, estaduais e federais, fazem lobby por algum reajuste.

Funcionários do Banco Central decidiram fazer greve a partir de Primeiro de Abril. Algumas carreiras do Ministério da Economia pensam em parar. Jair Bolsonaro havia prometido aumento para policiais federais. O favor para a sua base eleitoral nas polícias irritou os demais servidores, sem reajuste faz tempo, mas que andavam calados desde a epidemia.

Não há previsão orçamentária para reajustes. Dado o limite do teto de gastos, mesmo desmoralizado, não é possível fazer gambiarra que permita aumentos. Talvez nem dê tempo, considerado o calendário político, eleitoral e legal, embora os cúmplices de Bolsonaro no comando do Congresso possam aprovar mesmo a reforma da natureza, de um dia para outro, em uma madrugada de tratoragem no plenário.

Bolsonaro diminui impostos: IPI, PIS/Cofins de combustíveis etc. Diz que "devolve recursos à sociedade", pois a arrecadação do governo aumentou além do previsto. É uma idiotice. Não há dinheiro sobrando. O governo tem déficit e vai pagar juros de pelo menos 12% ao ano para financiá-lo (a ricos, aliás).

Em 2023, um governo prestante teria de fazer mudança profunda na despesa e na receita do governo: gastar menos nisso, mais naquilo (fome, saúde, escola, algum investimento, ciência), aumentar impostos, mudar vários deles, criar regras fiscais novas e críveis. Para sair da lama, precisamos de mudanças imensas. No reino da fantasia, governo e candidatos planejam apenas criar um problema fiscal que terá consequências sinistras.

Atritos entre Petrobras e governo devem continuar

Na avaliação de interlocutores, porém, Pires tem chance de construir alternativa

Julio Wiziack e Fábio Pupo

BRASÍLIA Executivos do mercado de combustíveis e pessoas próximas ao economista Adriano Pires, indicado pelo governo para ser presidente da Petrobras, afirmam que ele deverá seguir com a política de preços da empresa, defendendo, inclusive, reajustes periódicos e com intervalos pequenos.

Os repasses da escalada de petróleo para o consumidor foram justamente a causa do atrito entre o presidente demitido da estatal, general Joaquim Silva e Luna, e o Palácio do Planalto.

Por isso, investidores institucionais e grandes fundos ouvidos pela **Folha** avaliam que os atritos com o governo tendem a se repetir com Pires no comando.

No entanto, acreditam que a proximidade de Pires com o Congresso abrirá caminho para um "plano B" —a criação de algum mecanismo de compensação sempre que o petróleo estiver muito alto.

Isso faria os repasses serem mantidos sem uma intervenção mais contundente na petroleira.

Cálculos feitos pela **Folha** com base em dados da ANP (Agência Nacional de Petróleo) e da própria Petrobras indicam que a companhia deixou de ganhar ao menos R$ 17 bilhões com essa política no acumulado do ano até fevereiro.

Com ampla experiência no mercado de óleo, gás e energia, Pires teria condições políticas e técnicas de conseguir articular uma saída que não signifique usar o caixa da Petrobras para fazer populismo com o preço dos combustíveis.

O executivo sempre manteve interlocução com parlamentares como diretor do CBIE (Centro Brasileiro de Infraestrutura) na discussão e, em alguns casos, até na estruturação de projetos de lei, como consultor.

Segundo interlocutores do indicado para a presidência da estatal, para fazer os reajustes, ele vai trabalhar pela aprovação de um fundo privado que, provavelmente, será abastecido com recursos de dividendos e royalties da Petrobras.

A outra fonte possível para abastecer esse fundo seria mais renúncia tributária —algo que compromete o Orçamento da União— ou a criação de um novo imposto.

Os possíveis movimentos de Pires têm sido acompanhados pelo mercado desde sua indicação, que não foi feita por Guedes nem pelo ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque. Foi chancelado pelo ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira (PP-PI), e pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), caciques do Progressistas.

As medidas em estudo geram desconforto na equipe do ministro Paulo Guedes (Economia), que já se manifestou em diferentes ocasiões contra a criação de um fundo ou uso de subsídios para conter preços.

O aumento de preços é uma das maiores preocupações do governo, pois os reajustes, cada vez mais altos, são interpretados como um risco à reeleição do presidente, e têm gerado pressão dentro do próprio governo por uma solução para amenizar o impacto no bolso do consumidor final.

Pesquisa Datafolha divulgada nesta semana mostra que, para a maioria dos brasileiros (68%), o governo de Bolsonaro tem responsabilidade pela alta no preço dos combustíveis.

CVM abre inquérito sobre troca no comando da empresa

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO A CVM (Comissão de Valores Mobiliários) decidiu abrir investigação sobre a divulgação da troca no comando da Petrobras. O processo avaliará se a comunicação ao mercado seguiu as regras estabelecidas para companhias abertas.

As primeiras informações sobre a demissão do general Joaquim Silva e Luna da presidência da empresa começaram a circular no meio da tarde de segunda (28), ainda com o mercado aberto e antes de comunicado oficial da Petrobras.

A estatal só enviou comunicado sobre o fato à CVM após as 20h, em texto que apresentava nova lista de indicados para o conselho de administração da companhia e indicava que o economista Adriano Pires foi escolhido pelo governo para assumir a presidência.

Processo semelhante foi aberto após a demissão do presidente anterior da estatal, Roberto Castello Branco, anunciada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) em live no Facebook e só confirmada pela Petrobras no dia seguinte.

As declarações levaram a empresa a perder R$ 102,5 bilhões em valor de mercado em apenas um dia, com os investidores temendo intervenção na gestão da companhia e em sua política de preços dos combustíveis.

A investigação foi aberta pela gerência de Acompanhamento de Empresas da CVM e tem como objeto a supervisão de notícias, fatos relevantes e comunicados. A autarquia não comenta processos abertos.

A indicação de Pires será apreciada pelos acionistas da Petrobras em assembleia agendada para o dia 13 de abril. Nela, os acionistas avaliarão também a indicação do presidente do Flamengo, Rodolfo Landim, para presidir o conselho de administração.

Silva e Luna chegou a ser indicado para o conselho, mas a lista do governo foi refeita diante do mal-estar causado pelos mega-aumentos nos preços dos combustíveis, anunciados no último dia 11 como resposta à escalada das cotações do petróleo após o início da guerra na Ucrânia.

A relação de Bolsonaro com a Petrobras é alvo de outros processos abertos na CVM.

Em outubro de 2021, a autarquia havia aberto um processo para investigar declarações de Bolsonaro sobre privatização da estatal, que tiveram forte impacto nas negociações de ações da companhia na Bolsa de São Paulo.

A Petrobras foi levada a publicar um comunicado afirmando que questionou o governo sobre estudos para privatização e, uma semana depois, recebeu resposta do Ministério da Economia contradizendo a afirmação de Bolsonaro sobre estudos para a privatização.

Outro processo foi aberto no mesmo mês, logo após Bolsonaro dizer que a estatal estava prestes a anunciar novos reajustes nos preços dos combustíveis. Depois, em dezembro, a CVM abriu nova investigação depois que o presidente da República afirmou em entrevista ao site Poder 360 que a estatal anunciaria uma série de reduções nos preços dos combustíveis, começando naquela semana.

Bolsa brasileira

Variação diária do Ibovespa, em pontos

Fonte: Bloomberg

Bolsa tem melhor resultado desde agosto com estatal e cessar-fogo

Clayton Castelani

SÃO PAULO Investidores demonstraram otimismo nesta terça-feira (29) com avanços nas negociações de paz entre Rússia e Ucrânia.

Bolsas da Europa e dos Estados Unidos subiram e a maior parte das moedas de países emergentes teve valorização frente ao dólar, demonstrando disposição do mercado para aplicações mais arriscadas.

O rublo russo apresentou ganho de 9,25% à vista frente à divisa americana, ocupando a melhor colocação entre as moedas de países emergentes.

No Brasil, o dólar fechou em queda de 0,35%, a R$ 4,7570. Na cotação mínima do dia, chegou a cair a R$ 4,7160.

A Bolsa de Valores passou por um dia de recuperação após, na véspera, ter sofrido a primeira queda depois de oito sessões em alta. O Ibovespa subiu 1,07%, a 120.014 pontos, no melhor resultado do índice de referência do mercado acionário do país desde 27 de agosto.

O avanço de 2,22% nas ações mais negociadas da Petrobras respondia pela maior contribuição positiva à alta do Ibovespa.

No primeiro pregão após a indicação do economista Adriano Pires para substituir o general Joaquim Silva e Luna no comando da companhia, o viés positivo das negociações dos papéis da empresa sinalizava a aprovação do mercado ao escolhido pela gestão do presidente Jair Bolsonaro (PL).

A recuperação da Petrobras resistiu à queda de 1,26% do barril do petróleo Brent, cotado a US$ 111,06 (R$ 531,96) no início da noite desta segunda. Na véspera, a commodity havia caído 6,77%.

+ Cliente resgatou R$ 1,65 milhão esquecido em banco, diz BC

Enquanto muitos brasileiros encontraram centavos no Sistema Valores a Receber, uma pessoa resgatou R$ 1,65 milhão esquecido em uma instituição financeira. O valor é referente a cotas de consórcio. Segundo o diretor de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta do Banco Central, Mauricio Moura, esse foi o maior valor recuperado nas três primeiras semanas de funcionamento da ferramenta da autoridade monetária para sacar dinheiro esquecido.

Cadeias produtivas frágeis surpreendem FMI

Diretora-gerente da entidade financeira, Kristalina Georgieva afirma estar preocupada com inflação dos alimentos

Roberto Dias

DUBAI A diretora-gerente do FMI (Fundo Monetário Internacional), Kristalina Georgieva, desenhou o tamanho da surpresa com o cenário negativo para a economia mundial na recuperação após o pico da pandemia de Covid.

"Esperávamos que a economia crescesse e que a inflação baixasse. Conseguimos o exato contrário", afirmou ela durante o World Government Summit, encontro anual realizado em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos. "Não sabíamos que as cadeias produtivas estavam tão frágeis", disse Georgieva.

A expectativa por um ciclo mais longo de juros baixos acabou abandonada quando o FMI se deu conta do tamanho do problema inflacionário.

"Nossas políticas não estão escritas em pedra. Elas refletem as condições que vemos", afirmou Georgieva, acrescentando que, em retrospectiva, a reação poderia ter sido diferente no ano passado.

Ainda assim, a economista elogiou as ações de bancos centrais de todo o mundo no início da pandemia. "Previmos no começo de 2020 que a economia mundial cairia 10%, o que significa depressão", disse. "E isso não ocorreu, porque os bancos centrais deram suporte."

Para 2022, a previsão do fundo, anunciada antes de estourar a guerra na Ucrânia, era que a economia mundial crescesse 4,4% neste ano, o que representa uma desaceleração em relação ao ano passado.

O foco do FMI agora é fornecer dinheiro barato em empréstimos de longo prazo para países de baixa renda e alto endividamento, sobretudo os que dependem sobremaneira da importação de alimentos, como Egito e Líbano.

"Eu vivi a inflação alta na Bulgária [seu país natal]. A poupança da minha mãe evaporou-se em 48 horas. Conheço a dor que está sendo sentida em países onde a comida está se tornando escassa", afirmou, dizendo-se comprometida com uma solução que dilua a tensão após o conflito militar. "Sei o quanto uma guerra fria reduz o potencial do mundo."

Ela lembrou que o FMI destinou US$ 650 bilhões no ano passado aos chamados "special drawing rights", reserva artificial de moeda criada e mantida pelo órgão para ser usada em socorro de seus integrantes.

O fundo agora está pedindo contribuições adicionais de seus membros por conta do cenário da guerra. O efeito contaminante do conflito, disse ela, "espalha-se para longe e rapidamente."

Georgieva mencionou também aí a Bulgária, antigo satélite soviético. "Meu país natal é dependente de gás da Rússia. A inflação está subindo, as pessoas estão ansiosas, e há temor de que a guerra se espalhe."

Ao ser entrevistada no palco, Georgieva passou por uma situação comum a outros palestrantes do evento: foi cobrada por um jornalista norte-americano para punir a Rússia de acordo com a capacidade do órgão que representa. No caso dela, o autor da indagação assertiva foi Richard Quest, da CNN. Ela esquivou-se, dizendo que isso depende de uma decisão dos membros do fundo.

O jornalista Roberto Dias viajou a convite da Agência de Notícias dos Emirados Árabes Unidos

---

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJAMAR

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
P.A. 14.491/2021 - Pregão Eletrônico nº 03/2022

Objeto: Aquisição de equipamentos e mobiliário para suprir a demanda dos dispensários de medicamentos de todas as Unidades de Saúde de Cajamar. Na modalidade pregão, aquisição entrega única.
O.C: 824100801002022OC00005 e 824100801002022OC00006
Tipo: Menor Preço por Item.
Data de Disponibilização do Edital e Início do Prazo para envio da Proposta Eletrônica: 30/03/2022.
Data e Hora de Abertura para Sessão Pública: 12/04/2022 às 09h00 (Horário Oficial de Brasília - DF). **Endereço Eletrônico:** www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br.
Edital disponível também em: www.cajamar.sp.gov.br

Cajamar, 28 de março de 2022
Patrícia Haddad - Secretária Municipal da Saúde

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALINHOS

RESUMO DE EDITAL

PROCESSO DE COMPRAS Nº 47/2022 - TOMADA DE PREÇOS Nº 04A/2022
OBJETO: Contratação de empresa especializada, para realização de serviços técnicos de instalação de rede, telefonia e circuito fechado de TV, com cabeamento e infraestrutura, no Laboratório Municipal, localizado à Rua Luiz Bissoto, nº 110, Bairro Bom Retiro, no município de Valinhos/SP, contemplando "as built", mão de obra, materiais, equipamentos, ferramental e tudo mais que se fizer necessário à total realização dos serviços.
PRAZO PARA CADASTRO: Até as 16h00 do dia 12/04/2022.
DATA/HORA DE ENTREGA DO(S) ENVELOPE(S): Até as 09h00 do dia 18/04/2022.
DATA/HORA DE ABERTURA DO(S) ENVELOPE(S): Dia 18/04/2022, às 09h30.
PROCESSO DE COMPRAS Nº 476/2021 - TOMADA DE PREÇOS Nº 15A/2021
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de pavimentação asfáltica e demais serviços complementares nos seguintes locais: **Rua Abraão Aum, Rua José Barrozo, Rua Ernesto Eduardo, Rua Joana Calegari Bugin** e **Rua Oscar Constantino Rodrigues,** no Bairro Jardim Itapuã, no município de Valinhos/SP, com fornecimento de todos materiais, equipamentos, ferramental, mão de obra e tudo mais que se fizer necessário à total execução dos serviços.
PRAZO PARA CADASTRO: Até as 16h00 do dia 13/04/2022.
DATA/HORA DE ENTREGA DO(S) ENVELOPE(S): Até as 09h00 do dia 19/04/2022.
DATA/HORA DE ABERTURA DO(S) ENVELOPE(S): Dia 19/04/2022, às 09h30.
Os editais poderão ser consultados gratuitamente no site www.valinhos.sp.gov.br. Informações: 19 3871-1213.

CRISLÂNIO LOPES DA SILVA
Secretário de Licitações

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA POR TELECONFERÊNCIA COM OS TRABALHADORES PELA PLATAFORMA ZOOM MEETINGS

FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S/A

Pelo presente edital, a Diretoria Colegiada do **SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE ENERGIA ELÉTRICA DE CAMPINAS** representada pelo seu Presidente Claudinei Donizeti Ceccato, considerando-as atuais condições de proliferação do vírus da Covid-19 e o dever de não causar aglomerações em função da pandemia de Covid-19; considerando o disposto no inciso II do Artigo 17 da Lei 14.020/2020, CONVOCA todos os trabalhadores da empresa citada acima lotados em todos os municípios que integram a sua base territorial, associados ou não a participar da ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA a ser realizada pela plataforma zoom meetings, a saber: no dia 04/04/2022 às 18h00 em primeira convocação e 18h30 em segunda convocação para trabalhadores do Centro de Operações São Paulo (Campinas), da Usina Luiz Carlos Barreto (Estreito) e da Subestação Itaberá, e Araraquara, no endereço **https://us02web.zoom.us/j/84057144425** para tratar da seguinte **Ordem do Dia:** a) deliberação e aprovação da Pauta de Reivindicações a ser encaminhada à empresa, b) autorização para a diretoria do Sindicato firmar Acordo Coletivo de Trabalho com a empresa empregadora; c) Autorização para a diretoria do Sindicato requerer protesto judicial, bem como para instaurar processo de dissídio coletivo perante a Justiça do Trabalho; d) Aprovação e/ou Ratificação da Taxa Negocial, e) Aprovação de que a divulgação de futuras convocações e/ou consultas sobre a Campanha Salarial 2022 sejam feitas oficialmente através do **site sinergiaspcut.com.br**, dispensando a convocação em Jornal de Grande Circulação. f) Assuntos gerais do interesse dos trabalhadores. E para que o presente edital chegue ao conhecimento de todos os trabalhadores interessados, determino a sua publicação em jornal de grande circulação e em veículo oficial de comunicação do Sindicato no site sinergiaspcut.com.br.

Campinas, 30 de março de 2022
CLAUDINEI DONIZETI CECCATO - Presidente

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM DEPÓSITOS DE DISTRIBUIÇÃO DE BEBIDAS DE SÃO PAULO, GUARULHOS, OSASCO, ITAPECERICA DA SERRA, SANTO ANDRÉ, SÃO BERNARDO DO CAMPO, SÃO CAETANO DO SUL e DIADEMA. - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA NEGOCIAÇÃO COLETIVA 2022/2023 - Pelo presente edital de assembleia geral extraordinária para negociação coletiva de 2022/2023, o Sindicato dos Trabalhadores em Depósitos de Distribuição de Bebidas de São Paulo, Guarulhos, Osasco, Itapecerica da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema, inscrito no CNPJ sob o nº 00.892.762/0001-40, com sede na Rua Capitão Cavalcanti, nº 107, Bairro Vila Mariana, São Paulo-SP, CEP 04017-000, representado nos termos do artigo 37, II, do Estatuto Social, por seu diretor presidente, Sr. José Aparecido Biazon, brasileiro, casado, motorista, RG nº 15.881.811-8-SSP/SP, CPF nº 046.708.248-05, nos termos dos artigos 3, II e III, 14, I, 16, VIII e IX, 19, 22, 24, 26 e 30, do Estatuto Social, convoca todos os trabalhadores (associados ou não) das seguintes empresas: Spal Indústria Brasileira de Bebidas S/A, Av. Eng. Alberto de Zagottis, 352, Jardim Anhanguera, São Paulo, Rua Tibúrcio de Souza, 2782, Itaim Paulista, São Paulo e Rua Lima Barreto, 378, Vila Monumento São Paulo; Fadel Transportes e Logística Ltda., Av. Presidente Wilson, 274, Mooca, São Paulo; Log 20 Logística S/A, Av. Presidente Wilson, 274 - sala 02, Mooca, São Paulo; Continental Bom Dia Distribuidora Ltda., Rua Mario Marchetti, 68, Itapecerica da Serra; Cervejaria Petrópolis S/A, Rua Eng. Albert Leimer, 289, Parque Industrial São Geraldo, Guarulhos, Rua Forte do Rio Branco, 455, Parque São Lourenço, São Paulo, Rua José Barros Magaldi, 1247, Jardim Novo Santo Amaro, São Paulo, Rua Bogaert, 148, Vila Vermelha, São Paulo, Rua São Quirino, 912, Vila Guilherme, São Paulo, Av. Kenkiti Simomoto, 757, Vila Leopoldina, São Paulo, Rua Carlos Ayres, 436, Bairro Independência, São Paulo e Dr. Assis Ribeiro, 5135, Vila Silvia; HNK BR Logística e Distribuição Ltda., Rua Karan Simão Racy, 10, Parque Fongaro, São Paulo, Rod. Presidente Dutra, km 224, Porto da Igreja, Guarulhos; PDV Distribuição & Vendas de Alimentos Ltda., Rua Dona Ana Neri, 179, Mooca, São Paulo; Empório M&L Comércio de Alimentos e Bebidas Ltda., Rua Princesa Isabel, 94 Brooklin Paulista, São Paulo; Carmona Logística e Distribuição Ltda., Rua Mata Machado, 777, Vila Califórnia, São Paulo; New Juice Distribuidora de Bebidas Ltda., Av. Das Nações Unidas, 21476, Vila Almeida, São Paulo; Comércio e Distribuição de Água Mineral Cid. Jerusalém, Rua Antonio Pádua de Oliveira, 29, Vila Libanesa, São Paulo; Beaune Importadora Ltda., Av. Maforrej, 825, Vila Leopoldina, São Paulo; Transportadora de Águas Santo Elias Ltda., Av. Benedito Andrade, 219, Pirituba, São Paulo; 4 Du Apoio Administrativo Ltda., Av. Imirim, 64 sala 04, Residencial da Serra, Barueri; Transportes Guaianazes Ltda., Av. Eng. Alberto de Zagottis, 352, Jardim Anhanguera, São Paulo; Transportes J.A. Emanuel Ltda., Rua Prof. Miguel Russiano, 298, Vila Aricanduva, São Paulo; Transportes Clarismundo Ltda., Av. Tereza Cristina, 118, Vila Monumento, São Paulo; Transportes Fonseca Carvalho Ltda., Av. Tereza Cristina, 118, Vila Monumento, São Paulo; Transportes Jetulandia Ltda., Av. Tereza Cristina, 118, Vila Monumento, São Paulo, Transisabela Transportes Ltda., Rua Tiburcio de Souza, 2782, Itaim Paulista, São Paulo; Transportes P.H. Luana Ltda., Rua Três, 246, Palhereiros, São Paulo; Transportes Rodoviários de Cargas Franietti Ltda., Av. Tereza Cristina, 118, Vila Monumento, São Paulo; Murici Transportes e Logística Eireli, Rua Felício Geraldo Nicolau, 270, Vila Carrão, São Paulo; Transportes Guabeira Ltda., Av. Teresa Cristina, 114, Vila Monumento, São Paulo e, todos os demais trabalhadores nas empresas representadas pelo Sindicato do Comércio Atacadista de Álcool e Bebidas do Estado de São Paulo, Rua Afonso Sardinha, 95 - 11º andar - conj. 114, São Paulo, para participarem de Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada na sede da Federação dos Trabalhadores em Transportes Rodoviário do Estado de São Paulo, localizada na Av. Duque de Caxias, 108, Santa Ifigênia, São Paulo, SP, no dia 24/04/2022, às 10:00h em primeira convocação e às 11:00h em segunda convocação com qualquer número de presentes dos membros da categoria (associados ou não), conforme artigo 22 e 24 do Estatuto Social, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Leitura e aprovação da ata de assembleia anterior; b) Debate e aprovação das cláusulas a serem reivindicadas, objetivando a renovação em 01/05/2022 das normas coletivas aplicáveis no âmbito da categoria profissional representada; c) Debate e aprovação ou não das contribuições da categoria profissional destinada ao sindicato, a ser fixada na norma coletiva; d) Concessão de poderes à diretoria do Sindicato para negociação, formalização de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou, se necessário, instauração de dissídio coletivo. São Paulo, 29 de abril de 2022. José Aparecido Biazon - Diretor Presidente. José Aparecido Biazon - Diretor Presidente.

Compass Comercialização S.A.

CNPJ nº 19.046.324/0001-99

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais - R$)*

Balanços Patrimoniais	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	29.628	26.497	29.658	49.153
Títulos e valores mobiliários	38.671	17.950	38.671	32.525
Contas a receber de clientes	36.663	93.040	36.663	126.389
Instrumentos financeiros derivativos	69.576	96.595	69.576	96.595
Recebíveis de partes relacionadas	1.399	1.678	1.399	1.786
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	5.582	14.271	5.582	15.830
Outros tributos a recuperar	61.112	20.599	61.143	20.630
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	–	842	–	–
Outros ativos	4	116	5	115
Ativo circulante	**242.635**	**271.588**	**242.697**	**343.023**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	203.970	67.721	203.970	67.726
Investimentos em controladas	62	37.817	–	–
Imobilizado	176	201	176	201
Intangível	95.070	95.106	95.070	95.106
Ativo não circulante	**299.278**	**200.845**	**299.216**	**163.033**
Total do ativo	**541.913**	**472.433**	**541.913**	**506.056**

Balanços Patrimoniais	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Passivos				
Instrumentos financeiros derivativos	317.699	286.018	317.699	286.018
Fornecedores	74.893	103.911	74.893	135.546
Ordenados e salários a pagar	2.781	2.556	2.781	2.556
Imposto de renda e contribuição social correntes	450	10.607	450	12.423
Outros tributos a pagar	–	227	–	357
Pagáveis a partes relacionadas	2.327	6.009	2.327	6.009
Outras contas a pagar	101	3.971	101	4.013
Passivo circulante	**398.251**	**413.299**	**398.251**	**446.922**
Patrimônio líquido				
Capital social	516.105	166.105	516.105	166.105
Prejuízos acumulados	(372.443)	(106.971)	(372.443)	(106.971)
Patrimônio líquido atribuível aos:				
Acionistas controladores	143.662	59.134	143.662	59.134
Total do patrimônio líquido	**143.662**	**59.134**	**143.662**	**59.134**
Total do passivo e patrimônio líquido	**541.913**	**472.433**	**541.913**	**506.056**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1 de janeiro de 2020	105	(1)	104
Resultado líquido do exercício	–	(106.970)	(106.970)
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	–	(106.970)	(106.970)
Contribuição e distribuições para os acionistas			
Aumento de capital	166.000	–	166.000
Total de transações com os acionistas	166.000	–	166.000
Saldo em 31 de dezembro de 2020	166.105	(106.971)	59.134
Saldo em 1 de janeiro de 2021	166.105	(106.971)	59.134
Resultado líquido do exercício	–	(265.472)	(265.472)
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	–	(265.472)	(265.472)
Contribuições e distribuições de e para os acionistas			
Aumento de capital (nota 9)	350.000	–	350.000
Total de contribuições e distribuições de e para os acionistas	350.000	–	350.000
Saldo em 31 de dezembro de 2021	516.105	(372.443)	143.662

Demonstrações do Resultado	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Receita operacional líquida	638.468	82.404	620.495	775.479
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(1.021.774)	(117.096)	(1.003.772)	(927.913)
Resultado bruto	**(383.306)**	**(34.692)**	**(383.277)**	**(152.434)**
Despesas gerais e administrativas	(20.666)	(10.666)	(21.060)	(12.819)
Outras receitas (despesas), líquidas	(858)	36	(858)	27
Despesas operacionais	**(21.524)**	**(10.630)**	**(21.918)**	**(12.792)**
Resultado antes do resultado da equivalência patrimonial, do resultado financeiro líquido e dos impostos	(404.830)	(45.322)	(405.195)	(165.226)
Equivalência patrimonial em associadas	(191)	(77.136)	–	–
Resultado de equivalência patrimonial	**(191)**	**(77.136)**	**–**	**–**
Despesas financeiras	(209)	(45)	(267)	(163)
Receitas financeiras	3.509	164	3.644	2.429
Resultado financeiro líquido	**3.300**	**119**	**3.377**	**2.266**
Resultado antes do IR e CS	**(401.721)**	**(122.339)**	**(401.818)**	**(162.960)**
Corrente	–	–	–	(12.204)
Diferido	136.249	15.369	136.346	68.194
Imposto de renda e contribuição social	**136.249**	**15.369**	**136.346**	**55.990**
Resultado líquido do exercício	**(265.472)**	**(106.970)**	**(265.472)**	**(106.970)**

Demonstrações de Resultados Abrangentes	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Resultado líquido do exercício	(265.472)	(106.970)	(265.472)	(106.970)
Resultado abrangente total do exercício	(265.472)	(106.970)	(265.472)	(106.970)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes do IR e CS	(401.721)	(122.339)	(401.818)	(162.960)
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	81	–	81	–
Equivalência patrimonial em associadas	191	77.136	–	–
Resultado nas alienações de imobilizado e intangível	–	(324)	–	(309)
Transações com pagamento baseado em ações	119	–	119	–
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	(1.595)	(95)	(1.623)	(2.507)
Provisão de bônus e participação no resultado	25	2.052	25	2.052
Perdas não realizadas em operações de *trading*, líquidos	58.701	19.751	58.701	175.105
	(344.199)	**(23.819)**	**(344.515)**	**11.381**
Variação em:				
Contas a receber de clientes	56.530	(24.824)	89.879	35.158
Outros tributos a recuperar	(39.519)	(3.448)	(39.653)	14.087
Imposto de renda e contribuição social	(1.292)	42	(1.683)	(31.836)
Partes relacionadas, líquidas	(3.403)	4.413	(3.320)	(12.799)
Fornecedores	(29.017)	43.617	(60.611)	38.305
Ordenados e salários a pagar	(1.410)	2.556	(1.410)	2.470
Outros passivos financeiros	–	–	–	(47.735)
Outros ativos e passivos, líquidos	(2.810)	1.785	(2.772)	1.648
	(20.921)	**24.141**	**(19.570)**	**(702)**
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	**(365.120)**	**322**	**(364.085)**	**10.679**
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aporte de capital em controladas	–	(60.000)	–	–
Redução de capital em subsidiárias	33.600	–	–	–
Aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido	–	(99.385)	–	(94.631)
Títulos e valores mobiliários	(19.292)	(17.836)	(5.506)	(32.347)
Caixa recebido na operação de incorporação	–	37.332	–	–
Dividendos recebidos de subsidiárias	3.526	–	–	–
Adições ao imobilizado, intangível, ativos de contrato	(21)	(40)	(21)	(40)
Outros	438	–	116	–
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento	**18.251**	**(139.929)**	**(5.411)**	**(127.018)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Recursos provenientes via aumento de capital	350.000	166.000	350.000	166.000
Dividendos pagos	–	–	–	(508)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**350.000**	**166.000**	**350.000**	**165.492**
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa	**3.131**	**26.393**	**(19.496)**	**49.153**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**26.497**	**104**	**49.153**	**–**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**29.628**	**26.497**	**29.658**	**49.153**
Informação complementar				
Impostos de renda e contribuição social pagos	–	–	–	–

Diretoria Executiva

Sergio Luiz da Silva – Diretor Presidente
Ricardo Niemeyer Hatschbach – Diretor Executivo

Contador

Rodrigo Dueñas Agostinho – CRC SP-258629/O-5

TRSP - Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S/A

CNPJ nº 34.840.096/0001-18

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais - R$)*

Balanços Patrimoniais	31/12/2021	31/12/2020
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	263.883	5.784
Títulos e valores mobiliários	330.880	3.843
Instrumentos financeiros derivativos	1.044	–
Recebíveis de partes relacionadas	2.307	457
IR e CS a recuperar	3.910	31
Outros ativos	12	76
Ativo circulante	**602.036**	**10.191**
IR e CS diferidos	15.994	664
Direito de uso	3.760	–
Imobilizado	253.586	11.275
Ativo não circulante	**273.340**	**11.939**
Total do ativo	**875.376**	**22.130**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2021	**17.205**	**(1.288)**	**15.917**
Resultado líquido do exercício	–	(29.758)	(29.758)
Total de outros resultados abrangentes do exercício	–	**(29.758)**	**(29.758)**
Aumento de capital	20.000	–	20.000
Total de contribuições e distribuições para os acionistas	**20.000**	–	**20.000**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**37.205**	**(31.046)**	**6.159**
Saldo em 1º de janeiro de 2020	**5**	–	**5**
Resultado líquido do exercício	–	(1.288)	(1.288)
Total de outros resultados abrangentes do exercício	–	**(1.288)**	**(1.288)**
Aumento de capital	17.200	–	17.200
Total de contribuições e distribuições para os acionistas	**17.200**	–	**17.200**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**17.205**	**(1.288)**	**15.917**

Balanços Patrimoniais	31/12/2021	31/12/2020
Passivos		
Fornecedores	52.473	4.452
Ordenados e salários a pagar	3.424	88
IR e CS correntes	598	158
Outros tributos a pagar	1.802	162
Pagáveis a partes relacionadas	778	1.221
Arrendamentos	394	–
Outras contas a pagar	48.413	132
Passivo circulante	**107.882**	**6.213**
Debêntures	717.651	–
Instrumentos financeiros derivativos	40.233	–
Arrendamentos	3.451	–
Passivo não circulante	**761.335**	–
Total do passivo	**869.217**	**6.213**
Patrimônio líquido		
Capital social	37.205	17.205
Prejuízos acumulados	(31.046)	(1.288)
Total do patrimônio líquido	**6.159**	**15.917**
Total do passivo e patrimônio líquido	**875.376**	**22.130**

Demonstrações de Resultados	31/12/2021	31/12/2020
Despesas gerais e administrativas	(13.808)	(2.081)
Despesas operacionais	**(13.808)**	**(2.081)**
Resultado antes do resultado financeiro líquido e dos impostos	**(13.808)**	**(2.081)**
Despesas financeiras	(24.972)	(16)
Receitas financeiras	24.851	145
Variação cambial líquida	(75)	–
Derivativos	(31.084)	–
Resultado financeiro líquido	**(31.280)**	**129**
Resultado antes do IR e CS	**(45.088)**	**(1.952)**
Diferido	15.330	664
IR e CS	**15.330**	**664**
Resultado líquido do exercício	**(29.758)**	**(1.288)**

Demonstrações de Resultados Abrangentes	31/12/2021	31/12/2020
Resultado líquido do exercício	**(29.758)**	**(1.288)**
Resultados abrangentes totais do exercício	**(29.758)**	**(1.288)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do IR e CS	(45.088)	(1.952)
Ajustes para:		
Amortizações	146	–
Transações com pagamento baseado em ações	127	–
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	40.800	(68)
Provisão de bônus e participação no resultado	1.980	203
	(2.035)	**(1.817)**
Variação em:		
Outros tributos, líquidos	(1.265)	282
Fornecedores	48.946	2.563
Partes relacionadas	(2.292)	764
Ordenados e salários a pagar	(127)	(115)
Outros ativos e passivos, líquidos	(191)	1.944
	45.071	**5.438**
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**43.036**	**3.621**
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários	(319.239)	(3.767)
Adições ao imobilizado	(187.264)	(11.275)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	**(506.503)**	**(15.042)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	693.754	–
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos	(117)	–
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos	8.222	–
Amortização de principal sobre arrendamento mercantil	(62)	–
Pagamento de juros sobre arrendamento mercantil	(231)	–
Aumento de capital	20.000	17.200
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**721.566**	**17.200**
Acréscimo em caixa e equivalentes de caixa	**258.099**	**5.779**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.784	5
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	263.883	5.784
Informação complementar		
IR e CS pagos	–	1

Diretoria

Nelson Roseira Gomes Neto - Diretor Presidente
Ricardo Niemeyer Hatschbach - Diretor Executivo - **José Carlos Broisler Oliver** - Diretor Executivo
Frederico Suano Pacheco de Araújo - Diretor Executivo

Contador

Rodrigo Dueñas Agostinho - CRC SP-258629/O-5

mercado

Preço dos medicamentos deve subir 10,89% em abril

Reajuste deve ser anunciado na quinta-feira (31); setor diz que repasses não são automáticos

Filipe Andretta

CURITIBA Farmacêuticos têm alertado seus clientes que o preço dos remédios deve subir em breve. Isso porque o órgão do governo responsável por definir o reajuste máximo dos medicamentos deve anunciar nos próximos dias uma alta, que deve chegar a 10,89%.

O cálculo para atualizar os valores é feito uma vez por ano pela Cmed (Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos) e tem como base a inflação acumulada em 12 meses até fevereiro no IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), que fechou em 10,54%.

Além da inflação, a Cmed leva em conta outros três fatores, que analisam questões como a produtividade, a competitividade e o aumento de custos específicos para o setor farmacêutico.

Dois desses fatores já foram divulgados e não vão interferir no cálculo nem para mais nem para menos. Em relação ao último fator, o impacto é de 0,35%, de acordo com o Sindusfarma (Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos), totalizando 10,89%.

Fabricantes e revendedores poderão subir os preços dentro da nova margem definida pela Cmed apenas após a publicação de portaria por parte do governo federal, regulamentando o reajuste. Nesta quinta, é esperado o anúncio oficial do aumento de preços.

Diferentemente de anos anteriores, não devem ser anunciados três níveis de reajuste, que eram definidos conforme o tipo de remédio. Ou seja, todos os medicamentos deverão ter um aumento autorizado de 10,89%.

A mudança deve prejudicar o consumidor, uma vez que os diferentes níveis eram uma forma de segurar a alta de preços de certos tipos de remédio. Até então, a prática era de autorizar um aumento maior para os que têm maior concorrência, como é o caso dos genéricos. Em 2021, os aumentos autorizados foram de 10,08%, 8,44% e 6,79%, por exemplo.

O preço final ao consumidor depende ainda da indústria e das próprias farmácias. Em nota, o Sindusfarma afirma que o reajuste não será automático nem imediato.

"É importante o consumidor pesquisar nas farmácias e drogarias as melhores ofertas dos medicamentos prescritos pelos profissionais de saúde", diz Nelson Mussolini, presidente do sindicato. "Dependendo da reposição de estoques e das estratégias comerciais dos estabelecimentos, aumentos de preço podem demorar meses ou nem acontecer."

As indústrias farmacêuticas também afirmam que os medicamentos costumam ter reajuste abaixo da inflação média — no IPCA acumulado de 12 meses até fevereiro, os produtos farmacêuticos subiram 6,65%.

Em 2020, o governo adiou o reajuste no teto do preço de medicamentos por causa da pandemia. Em 2021, o aumento foi aplicado normalmente.

O governo de Jair Bolsonaro (PL) avaliou alterar a forma de reajuste, permitindo que os preços fossem modificados a qualquer momento, mas houve resistência da equipe econômica, contrária a intervenções no mercado.

Havia duas propostas: uma da Cmed, que indicava possibilidade de aumento excepcional após alta de insumos, e outra do Ministério da Saúde, que sugeriu medida provisória para permitir revisões de preços fora de hora.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

CNPJ nº 02.380.162/0001-28

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

Bebedouro, 27 de Março de 2022. A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO 2020 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante		**15.659**	**15.055**
Caixa e equivalentes de caixa	5	10.509	10.272
Contas a receber	6	4.817	4.523
Impostos a recuperar		36	37
Adiantamentos a fornecedores e outros		54	35
Despesas antecipadas		243	188
Não circulante		**44.189**	**56.326**
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	8	2.991	4.834
Depósitos judiciais		2.115	1.216
Reembolso de seguros	13	2.864	3.434
Imobilizado		199	268
Intangível	9	36.020	46.574
Total do ativo		**59.848**	**71.381**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
Circulante		**8.958**	**18.512**
Empréstimos e financiamentos		-	22
Arrendamento mercantil		-	11
Fornecedores		1.448	1.396
Credores pela concessão	12	124	116
Obrigações sociais e trabalhistas	11	3.447	3.495
Obrigações tributárias	10	753	705
Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar	10	2.737	2.484
Dividendos a Pagar	14	-	9.822
Adiantamento de clientes		352	320
Outras contas a pagar		97	141
Não circulante		**3.895**	**4.416**
Provisão para contingências	13	3.895	4.416
Patrimônio líquido	14	**46.995**	**48.453**
Capital social		33.300	32.900
Reserva estatutária		2.612	2.612
Reserva legal		6.660	6.580
Reserva de lucros		4.423	6.361
Total do passivo e patrimônio líquido		**59.848**	**71.381**

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	15	84.664	82.599
Custo dos serviços prestados	16	(40.560)	(39.247)
Lucro bruto		**44.104**	**43.352**
Receitas/(despesas) operacionais			
Depreciações e amortizações	16	(352)	(475)
Administrativas e gerais	16	(9.235)	(11.842)
Outras receitas operacionais		329	178
		(9.258)	**(12.139)**
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros		**34.846**	**31.213**
Receitas financeiras	17	520	244
Despesas financeiras	17	(663)	(1.166)
Resultado financeiro líquido		**(143)**	**(922)**
Lucro líquido antes do IRPJ e da CSLL		**34.703**	**30.291**
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	8	(10.342)	(8.020)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	8	(1.842)	(2.628)
		(12.184)	**(10.648)**
Lucro líquido do exercício		**22.519**	**19.643**

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**22.519**	**19.643**
Resultados abrangentes	**22.519**	**19.643**

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

Atividades operacionais	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**22.519**	**19.643**
Ajustado por: Depreciação e amortização	12.538	13.203
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	1.842	2.629
Apropriação da outorga variável	1.388	1.357
Valor residual do ativo imobilizado baixado	3	108
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	8
Juros sobre provisão para contingências	444	328
Constituição de provisão para contingências	495	2.285
Baixa provisão para contingências	(1.292)	(4.025)
Lucro líquido do período ajustado	**37.937**	**35.536**
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(294)	(595)
Impostos a recuperar	2	-
Despesas antecipadas	(55)	6
Outros ativos circulantes e não circulantes	(348)	1.585
Fornecedores	53	(293)
Obrigações sociais e trabalhistas	(48)	275
Impostos e contribuições a recolher e prov. para IR e CS	301	812
Outras contas a pagar - circulante e não circulante	(11)	55
Pagamento de provisão para contingências	(170)	(1.172)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**37.367**	**36.209**
Atividades de investimentos		
Adições do intangível	(1.917)	(2.063)
Caixa liq. consumido pelas ativid. de investimentos	**(1.917)**	**(2.063)**
Atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(33.800)	(27.000)
Liquidação da outorga fixa e variável	(1.380)	(1.351)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(33)	(84)
Caixa liq. consumido pelas ativid. de financiamentos	**(35.213)**	**(28.435)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**237**	**5.711**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	10.272	4.561
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	10.509	10.272
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**237**	**5.711**

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO 2020 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	**32.600**	**6.520**	**2.368**	**13.908**	-	**55.396**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	19.643	**19.643**
Destinação do lucro:						-
Dividendos obrigatórios conforme estatuto	-	-	-	(9.822)	-	**(9.822)**
Dividendos conforme AGE de 14 de maio de 2020	-	-	-	(14.209)	-	**(14.209)**
Dividendos conforme AGE de 10 de novembro de 2020	-	-	-	(2.555)	-	**(2.555)**
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	19.643	**(19.643)**	-
Constituição de reserva legal / estatutária	-	60	244	(304)	-	-
Aumento de capital social conforme AGE	300	-	-	(300)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**32.900**	**6.580**	**2.612**	**6.361**	-	**48.453**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	22.519	**22.519**
Destinação do lucro:						
Dividendos propostos conforme AGE de 04/03/2021	-	-	-	(6.000)	-	**(6.000)**
Dividendos propostos conforme AGE de 05/05/2021	-	-	-	(362)	-	**(362)**
Dividendos propostos conforme AGE de 22/06/2021	-	-	-	(1.815)	-	**(1.815)**
Dividendos propostos conforme AGE de 09/09/2021	-	-	-	(8.000)	-	**(8.000)**
Dividendos propostos conforme AGE de 12/10/2021	-	-	-	(3.000)	-	**(3.000)**
Dividendos propostos conforme AGE de 18/11/2021	-	-	-	(3.000)	-	**(3.000)**
Dividendos propostos conforme AGE de 22/12/2021	-	-	-	(1.800)	-	**(1.800)**
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	22.519	(22.519)	-
Constituição de reserva legal / estatutária	-	80	-	(80)	-	-
Aumento de capital social conforme AGE	400	-	-	(400)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**33.300**	**6.660**	**2.612**	**4.423**	-	**46.995**

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

1. Contexto operacional: A Concessionária de Rodovias TEBE S.A. ("Companhia" ou "TEBE") foi constituída em 12 de janeiro de 1998, e iniciou suas atividades em 02 de março do mesmo ano, de acordo com o Termo de Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) regulamentado pelo Decreto Estadual nº 41.841 de 06 de junho de 1997. A Companhia tem como atividade preponderante a manutenção e operação do Lote 3 da malha rodoviária de ligação entre os municípios de Catanduva e Bebedouro, Taquaritinga e Pirangi e Bebedouro e Barretos. O contrato de concessão tem como objetivo a execução e gestão dos serviços delegados, serviços de apoio aos serviços não delegados e dos serviços complementares, pelo prazo de 240 meses com início em março de 1998 e término em fevereiro de 2018. Em 21 de dezembro de 2006, foi assinado entre a TEBE e a ARTESP o Termo Aditivo e Modificativo nº 11 ao Contrato de Concessão, alterando o prazo da Concessão de 240 para 324 meses. Tal alteração fundamentou-se no reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. Em complementação ficou formalizado desconto correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor mensal do ônus fixo, devido pela contratada, no período de março de 2007 a fevereiro de 2018, no montante de R$ 133 (cento e trinta e três mil reais), em valor presente fixado na base de julho de 1997. O regime jurídico do contrato de concessão confere ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER a prerrogativa de fiscalizar a execução dos serviços delegados e aplicar sanções motivadas pela sua inexecução parcial ou total. É assegurado, tanto à Companhia como ao Poder Concedente, o direito à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro original do contrato, segundo cláusulas contratuais específicas. Em 15 de dezembro de 2011, foi assinado entre a TEBE e a ARTESP o Termo Aditivo e Modificativo nº 19/11 ao Contrato de Concessão, alterando o índice de reajuste das tarifas de pedágio do Contrato de Concessão, de Índice Geral de Preço de Mercado (IGPM) para Índice Nacional de Preços ao [illegible]

ANTÔNIO CARLOS CHINELATO – Diretor Presidente
HENRIQUE BORGES DA CUNHA – Diretor de Obras e Engenharia
FERNANDO ROMERO DE GIOVANNI – Gestor de Controladoria - Contador CRC nº 1SP176810/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da **Concessionária de Rodovias Tebe S.A.** Bebedouro – SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Concessionária de Rodovias Tebe S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, [illegible]

... de concessão por mais sete anos. Por meio da Portaria nº 25 de 03 maio de 2018, a Agência Reguladora de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP), iniciou os procedimentos de devolução da concessão ao poder cedente. Em decorrência da referida portaria, a Companhia por meio dos seus assessores jurídicos, logrou êxito com medida liminar com efeito suspensivo da devolução da concessão e em 03 de fevereiro de 2020, a Companhia obteve decisão favorável no Superior Tribunal de Justiça, por meio da tutela provisória pelo recurso [illegible]

Ribeirão Preto, 16 de março de 2022

BDO RCS Auditores Independentes SS – CRC 2 SP 013846/O-1
Marcos Vinicius Galina Colombari – Contador CRC 1 SP-262247/O-8

As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas na íntegra foram publicadas na versão Digital deste jornal, e encontram-se à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia

Persio Arida inicia conversas para agenda Lula-Alckmin

Economista se reuniu com o ex-senador petista Aloízio Mercadante

Alexa Salomão, Catia Seabra e Julia Chaib

BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO O economista Persio Arida e presidente da Fundação Perseu Abramo, o ex-senador petista Aloízio Mercadante, se encontraram na semana passada. A reunião ocorreu após convite de Mercadante e foi interpretada como um movimento diplomático de aproximação que busca ampliar a agenda econômica da aliança entre ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin (PSB) na campanha presidencial deste ano.

O movimento é considerado delicado. A resistência, afinal, é recíproca.

Ligado a gestões do PSDB, Arida é um dos pais do Plano Real, foi presidente do BNDES e do Banco Central no governo de Fernando Henrique Cardoso. Sempre esteve no lado oposto ao do PT e é um crítico ao receituário do partido. No entanto, é economista da confiança de Alckmin e foi coordenador de seu programa econômico na campanha presidencial de 2018. Ambos se respeitam e se admiram.

O mais complicado é equilibrar visões econômicas. Persio está no grupo que acredita ser necessário uma nova regra fiscal, uma espécie de revisão do teto de gastos, o que, de certa forma, o alinha com boa parte dos economistas petistas.

No entanto, é um crítico ao excesso de despesas. Defende que o gasto seja focado em programas sociais mais eficientes e uma revisão de despesas obrigatórias, incluindo salários e Previdência, algo que o PT já não tem tanta disposição em mexer.

O economista e ex-presidente do BC Persio Arida
Mathilde Missioneiro - 5.out.21/Folhapress

Ministro do governo de Dilma Rousseff e cotado para coordenação do programa de governo de Lula, Mercadante diz ter ouvido a visão de Persio sobre a conjuntura e eventuais propostas econômicas.

"Ficamos de aprofundar, mas ele não tem compromisso com nenhuma candidatura ou programa, mas está aberto a conversar com o campo democrático", diz o petista, lembrando que os dois estudaram juntos há 50 anos na Faculdade de Economia e Administração da USP.

Economia é dos temas caros a Alckmin e, segundo a **Folha** apurou, ele tem interesse em dar contribuições nesta área. Parte disso inclui aproximar economistas do PSDB ao grupo petista.

Além de Persio, mira Armínio Fraga, outro economista ligado a governos do PSDB. Igualmente crítico às gestões petistas, até agora ele tem rejeitado se aproximar de todos os candidatos nesta eleição.

A abordagem de Alckmin inclui reforçar a ideia que o momento é de união em favor da democracia, mas entre os mais desconfiados ainda não está claro se ele será ouvido de fato ou apenas usado pelo PT na campanha e posteriormente escanteado.

Persio foi sócio fundador e presidente do banco BTG e também é muito respeitado no mercado financeiro. Alguns integrantes do PT avaliam que uma aproximação com ele seria um excelente sinal para investidores e ajudariam a quebrar resistências entre empresários.

Nesse aspecto, avalia essa ala, Persio agora poderia ter o mesmo efeito deflagrado há 20 anos por Antonio Palocci, o ex-ministro da Fazenda que contribuiu favoravelmente na eleição e no primeiro mandato de Lula.

A expectativa é que nos próximos dias haverá anúncio de encontros com indicados por outros partidos, como PC do B e PSOL.

VOGEL SOLUÇÕES EM TELECOMUNICACOES E INFORMÁTICA S/A. - CNPJ: 05.872.814/0001-30

Relatório da Administração

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Vogel Soluções Em Telecomunicações e Informática S/A. apresenta, a seguir, as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Os membros da Diretoria encontram-se à disposição para prestar esclarecimentos a respeito desses documentos. São Paulo-SP, 17 de março de 2022. A Administração.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	18.127	13.661
Contas a receber	5	36.340	28.677
Estoques		4.493	4.709
Tributos a recuperar		5.140	5.467
Outros créditos		2.392	4.976
Total do ativo circulante		66.492	57.490
Ativo não circulante			
Contas a receber	4	2.209	1.226
Direito indenizatório de provisões	6	932	12.389
Tributos a recuperar		12.628	17.246
Outros créditos		6.828	5.679
Total do realizável a longo prazo		22.597	36.540
Imobilizado	7	408.125	397.300
Intangível	8	100.179	110.323
Ativo de direito de uso IFRS 16 (CPC 06)	9	88.758	139.074
Total do ativo não circulante		619.659	683.237
Total do ativo		686.151	740.727

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Fornecedores		9.032	24.513
Salários, provisões e encargos sociais	10	12.283	11.546
Imposto de renda e contribuição social a pagar		7.642	7.642
Impostos taxas e contribuições	11	3.962	5.426
Passivo de arrendamento - IFRS 16	9	45.522	49.677
Outras obrigações		10.262	254.909
Total do passivo circulante		88.703	353.713
Passivo não circulante			
Títulos a Pagar		2.902	2.920
Passivo de arrendamento - IFRS 16	9	43.235	76.705
Provisões		37.008	23.445
Outras obrigações		16.255	18.535
Total do passivo não circulante		99.400	121.605
Patrimônio líquido	12		
Capital social		604.663	409.971
Prejuízos acumulados		(384.374)	(281.166)
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC		277.759	136.604
Total do patrimônio líquido		498.048	265.409
Total do passivo e do patrimônio líquido		686.151	740.727

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações de patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Em milhares de reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	409.971	17.512	(224.445)	203.038
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	119.092	-	119.092
Resultado líquido do exercício	-	-	(56.715)	(56.715)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	409.971	136.604	(281.160)	265.415
Aumento de capital com Adiantamento para futuro aumento de capital	194.692	141.155	-	335.847
Resultado líquido do exercício	-	-	(72.592)	(72.592)
Ajuste de Exercícios anteriores	-	-	(30.622)	(30.622)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	604.663	277.759	(384.374)	498.048

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto o lucro básico e diluído por ação, em Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	180.756	180.570
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	(73.336)	(74.145)
Resultado bruto	107.420	106.425
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas com vendas	1.338	(5.252)
Despesas gerais e administrativas	(169.654)	(133.269)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	1.900	3.586
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(58.996)	(28.510)
Resultado financeiro líquido	(13.595)	(28.210)
Despesas financeiras	(15.029)	(30.638)
Receitas financeiras	1.434	2.428
Resultado líquido do exercício	(72.591)	(56.720)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado líquido do exercício	(72.591)	(56.720)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(72.591)	(56.720)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 - (Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(72.592)	(56.720)
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	110.061	75.043
Perda com imobilizado e intangível	(167)	(305)
Encargos financeiros líquidos	13.595	28.210
Provisão para créditos com perda esperada	-	-
Constituição de provisões	1.978	1.308
	52.875	47.536
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) em contas a receber	(38.549)	(29.903)
(Aumento) em tributos a recuperar	(19.459)	(24.583)
(Aumento) em estoques	(4.493)	(4.709)
(Aumento) redução em outros ativos circulantes e não circulantes	(1.058)	(394)
Aumento em fornecedores	9.032	24.513
Aumento em obrigações sociais	1.427	1.750
Aumento em adiantamento de clientes	2.168	2.190
Aumento (redução) em impostos taxas e contribuições	12.016	13.498
Aumento em outros passivos circulantes e não circulantes	26.839	30.181
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais	40.798	60.079
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Em ativo imobilizado e intangível	(45.718)	(80.499)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos aplicados nas atividades de investimentos	(45.718)	(80.499)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC	277.759	136.604
Pagamento de arrendamento mercantil, Empréstimos, Financiamentos	(254.712)	(102.523)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (aplicados) pelas atividades de financiamentos	23.047	34.081
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	18.127	13.661
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	13.661	34.098
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	18.127	13.661

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 - (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional - A Vogel Soluções em Telecomunicações e Informática S.A. ("Vogel" ou "Companhia") foi constituída em 9 de setembro de 2003 e atualmente possui sede na Rua do Bosque, 185, Barra Funda, São Paulo - SP, tendo por objeto social a prestação de serviços de telecomunicações. Autorização - ANATEL - Os serviços ofertados pela Companhia, bem como as tarifas cobradas, são regulamentados pela ANATEL, órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil, de acordo com a Lei Geral de Telecomunicações e seus respectivos regulamentos, e possui a seguinte autorização:

Outorga	Área de abrangência	Vencimento
Autorização para prestação de Serviço de Comunicação Multimídia – SCM	Todas as regiões do Brasil.	Indeterminado

2. Bases de preparação e apresentação das demonstrações financeiras - a) Base de preparação - As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), convergentes com os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). b) Base de mensuração - As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. c) Moeda funcional e moeda de apresentação - As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da sociedade. d) Uso de estimativas e julgamentos - As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, bem como as informações sobre incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro abrangem as seguintes rubricas: • Contas a receber (nota explicativa nº 5); • Imobilizado (nota explicativa nº 7); • Ativo intangível (nota explicativa nº 8); • Ativo de direito de uso (nota explicativa nº 9).

3. Resumo das principais políticas contábeis - As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão em conformidade com a legislação Brasileira e com as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, mantendo consonância com as principais diretrizes de mensuração, avaliação e registro dos ativos, passivos e das transações operacionais ocorridas no exercício e estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela controladora Algar Telecom S.A. e demais empresas ligadas. a) Imobilizado e Intangível - Vida útil média estimada - A depreciação e a amortização são reconhecidas no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada para o ativo, conforme segue

	Vida útil média em anos 31/12/2021	31/12/2020
Imobilizado:		
Edifícios e benfeitorias (i)	30	3
Equipamentos de transmissão(ii)	23	23
Equipamentos de comutação	9	9
Equipamentos de terminais	8	8
Móveis e utensílios	8	8
Equipamentos de energia e climatização	10	10
Infraestruturas	11	11
Equipamentos de processamento de dados	7	7
Intangível:		
Sistemas de informação	8	8

i) As vidas úteis das benfeitorias são de acordo com os prazos dos contratos de locação dos imóveis.
b) Arrendamento - Ao firmar os contratos, a Companhia avalia se esses contratos são ou contêm arrendamentos. O contrato é, ou contém, um arrendamento se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado, por um prazo estipulado, em troca de uma contraprestação definida. Os seguintes requisitos são considerados na avaliação dos contratos de arrendamento: • A existência de ativo expressamente identificado no contrato ou implicitamente especificado, com identificação no momento em que é disponibilizado para a Companhia; • A Companhia tem o direito de obter, substancialmente, todos os benefícios econômicos do uso do ativo identificado, ao longo do período contratual; • A Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo identificado durante todo o prazo do contrato. No início de um contrato de arrendamento, as empresas arrendatárias reconhecem um passivo de arrendamento referente às contraprestações a serem transferidas, assim como é reconhecido um ativo de direito de uso, que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento. Não são reconhecidos ativos e passivos para os contratos com prazos que não ultrapassam 12 meses, e para os casos de arrendamento de ativos de baixo valor. Para efeito desta política, a Companhia definiu, na adoção da norma contábil, como baixo valor os montantes até R$ 20 (vinte mil reais). c) Novas normas e interpretações - Normas e interpretações novas e revisadas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios subsequentes: • Alteração da reforma da taxa de juros referência à IFRS 9 (CPC 48) e IFRS 7 (CPC 40 (R1)); • IFRS 16 (CPC 06 (R2)) —Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19. Na avaliação da Companhia essas normas não tiveram impactos relevantes em suas demonstrações financeiras. Novos pronunciamentos, alterações e interpretações emitidos pelo CPC e normas publicadas e ainda não vigentes, aplicáveis à Companhia. • Alteração das normas IAS 1 (CPC 26) – Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante (Vigência a partir de 1º de janeiro de 2023); • Alteração da norma IFRS 3 (CPC 15 (R1)) – Referências a estrutura conceitual (Vigência a partir de 1º de janeiro de 2022); • Alteração da norma IAS 16 (CPC 27) – Imobilizado (Vigência a partir de 1º de janeiro de 2022); • Alteração da norma IAS 37 (CPC 25) – Contrato oneroso (Vigência a partir de 1º de janeiro de 2022); • Alteração das normas IAS 1 (CPC 26) – abrangendo a apresentação das demonstrações financeiras e declaração da prática 2 da IFRS – Exercendo julgamentos de materialidade e divulgação de políticas contábeis (Vigência a partir de 1º de janeiro de 2023); • Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro— Definição de Estimativas Contábeis (Vigência a partir de 1º de janeiro de 2023); • Alterações à IAS 12 – Tributos sobre o Lucro - Imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação (Vigência a partir de 1º de janeiro de 2023)A Companhia entende que essas novas alterações não terão impacto relevante nas suas demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	3.185	4.588
Aplicações financeiras	14.942	9.073
	18.127	13.661

5. Contas a receber

	31/12/2021	31/12/2020
Valores faturados	45.710	40.359
Valores não faturados	1.175	2.172
	46.885	42.531
Ajuste a valor presente	-	-
Provisão para perda esperada	(10.545)	(13.855)
	36.340	28.676
Ativo Circulante	36.340	28.676
Ativo não circulante	-	-

A movimentação da provisão para perdas com créditos é apresentada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	(13.855)	(12.551)
Constituição de provisão no exercício	(13.033)	(16.467)
Baixa contra contas a receber	16.343	15.163
Saldo final	(10.545)	(13.855)

6. Direito indenizatório e provisões - Conforme previsto em cláusula do contrato de compra e venda, os riscos com fatos geradores ocorridos anteriormente à transferência do controle societário da Vogel para adquirente Algar Soluções, foram assumidos pelos ex-sócios da Sociedade, dando origem a um direito indenizatório de provisões reconhecido na adquirente. O direito indenizatório, no montante de R$ 932, em 31/12/2021, originado da assunção dos riscos tributários pelos vendedores desta sociedade, foi reconhecido, pela própria sociedade, em rubrica específica do ativo não circulante. A Companhia possuía provisões tributárias, em 31/12/2021, no montante de R$ 8.008 (R$ 2.083 em 31/12/2020).

7. Imobilizado - a) Imobilizado - valor líquido contábil

	Terrenos e benfeitorias	Equipamentos de comunicação	Equipamentos de informática	Instalações	Infraestrutura	Móveis e utensílios	Ferramentas e outros	Máquinas e equipamentos	Obras em andamento e outros	Total
					31/12/2021					
Custo	2.048	5.596	9.298	27.898	448.602	2.578	6.713	36.617	65.981	605.331
Depreciação acumulada	(1.109)	(2.147)	(9.298)	(14.930)	(134.954)	(2.096)	(6.592)	(26.080)		(197.206)
Saldo líquido	939	3.449	-	12.968	313.648	481	121	10.537	65.982	408.125
					31/12/2020					
Custo	2.048	2.667	9.297	27.898	417.575	2.568	6.708	36.557	53.229	558.547
Depreciação acumulada	(967)	(1.699)	(8.470)	(12.318)	(105.800)	(1.592)	(8.272)	(22.129)	-	(161.247)
Saldo líquido	1.081	968	827	15.580	311.774	977	1.564	14.428	53.229	397.300

b) Movimentação do custo

	Terrenos e benfeitorias	Equipamentos de comunicação	Equipamentos de informática	Instalações	Infraestrutura	Móveis e utensílios	Ferramentas e outros	Máquinas e equipamentos	Obras em andamento e outros	Total
31/12/2019	1.997	2.663	9.186	27.898	228.441	2.497	6.707	28.644	176.269	484.302
Adições	51	4	110	-	189.133	72	1	7.914	65.252	262.537
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	(188.292)	(188.292)
31/12/2020	2.048	2.667	9.297	27.898	417.575	2.568	6.708	36.557	53.229	558.547
Adições	-	2.929	1	-	39.502	9	5	60	41.167	83.673
Baixas	-	-	-	-	(8.474)	-	-	-	(28.414)	(36.888)
31/12/2021	2.048	5.596	9.298	27.898	448.602	2.578	6.713	36.617	65.982	605.332

c) Movimentação da depreciação

	Terrenos e benfeitorias	Equipamentos de comunicação	Equipamentos de informática	Instalações	Infraestrutura	Móveis e utensílios	Ferramentas e outros	Máquinas e equipamentos	Obras em andamento e outros	Total
31/12/2019	(826)	(1.332)	(7.413)	(9.706)	(87.266)	(1.342)	(8.119)	(18.759)	-	(134.763)
Adições	(141)	(368)	(1.057)	(2.612)	(18.534)	(250)	(154)	(3.370)	-	(26.486)
31/12/2020	(967)	(1.699)	(8.470)	(12.318)	(105.800)	(1.592)	(8.272)	(22.129)	-	(161.247)
Adições	(142)	(448)	(828)	(2.612)	(29.154)	(505)	(211)	(3.952)	-	(37.852)
Transferências *	-	-	-	-	-	-	1.891	-	-	1.891
31/12/2021	(1.109)	(2.147)	(9.298)	(14.930)	(134.954)	(2.096)	(6.592)	(26.080)	-	(197.206)

(*) As transferências referem-se a reclassificações entre as rubricas do imobilizado.

8. Intangível - a) Movimentação do custo

Custo	31/12/2019	Adições	31/12/2020
Sistemas de Informação	170.376	6.088	176.464
Total	170.376	6.088	176.464

Custo	31/12/2020	Adições	31/12/2021
Sistemas de informação	176.464	1.546	178.010
Total	176.464	1.546	178.010

b) Movimentação da amortização

Amortização	31/12/2020	Adições	31/12/2021
Sistemas de informação	(66.141)	(11.690)	(77.831)
	(66.141)	(11.690)	(77.831)

Amortização	31/12/2019	Adições	31/12/2020
Sistemas de informação	(54.806)	(11.335)	(66.141)
	(54.806)	(11.335)	(66.141)

c) Valor líquido contábil - Intangível

Valor líquido	31/12/2021	31/12/2020
Sistemas de informação	100.179	110.323
	100.179	110.323

Valor líquido	31/12/2020	31/12/2019
Sistemas de informação	100.323	115.570
	100.323	115.570

9. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento - CPC 06 (IFRS 16) - Os principais saldos relativos à IFRS 16, constantes nas presentes demonstrações financeiras estão apresentados na tabela a seguir:

Ativo de direito de uso (31/12/2021)

Classes de ativos	Saldo 31/12/2020	Adições	Saldo 31/12/2021
Custo			
Arrendamento Mercantil	169.996	9.241	179.237
	169.996	9.241	179.237
Depreciação			
Arrendamento Mercantil	(30.922)	(59.557)	(90.479)
	(30.922)	(59.557)	(90.479)
Total líquido	139.074	-	88.758

Passivo de arrendamento (31/12/2021)

Classes de ativos	Saldo 31/12/2020	Pagamentos	Baixas	Juros	Transferências	Saldo 31/12/2021
Passivo curto prazo						
Arrendamento Mercantil	49.677	(48.242)	-	10.618	33.470	45.523
	49.677	(48.242)	-	10.618	33.470	45.523
Passivo longo prazo						
Arrendamento Mercantil	76.705	-	-	-	(33.470)	43.235
	76.705	-	-	-	(33.470)	43.235
Total do passivo	126.382	(48.242)	-	10.618	-	88.758

Pagamentos mínimos (31/12/2021)

	Em 1 ano	De 2 a 5 anos	Total
Valores mínimos a pagar	43.829	64.804	108.633
Despesas de juros	(6.768)	(13.107)	(19.875)
	37.061	51.696	88.758

Contratos por prazo e taxas de descontos

Prazos dos contratos	Taxa anual Sem garantia	Taxa anual Com garantia (*)	Prazos dos contratos	Taxa anual Sem garantia	Taxa anual Com garantia (*)
1 ano	2,91%	2,41%	16 anos	8,67%	8,17%
2 anos	4,01%	3,51%	17 anos	8,77%	8,27%
3 anos	4,81%	4,31%	18 anos	8,87%	8,37%
4 anos	5,46%	4,96%	19 anos	8,94%	8,44%
5 anos	6,03%	5,53%	20 anos	9,03%	8,53%
6 anos	6,51%	6,01%	21 anos	9,09%	8,59%
7 anos	6,85%	6,35%	22 anos	9,15%	8,65%
8 anos	7,20%	6,70%	23 anos	9,21%	8,71%
9 anos	7,48%	6,98%	24 anos	9,27%	8,77%
10 anos	7,75%	7,25%	25 anos	9,32%	8,82%
11 anos	7,93%	7,43%	26 anos	9,37%	8,87%
12 anos	8,10%	7,60%	27 anos	9,42%	8,92%
13 anos	8,28%	7,78%	28 anos	9,47%	8,97%
14 anos	8,45%	7,95%	29 anos	9,51%	9,01%
15 anos	8,55%	8,05%	30 anos	9,55%	9,05%

10. Salários, provisões e encargos sociais

	31/12/2021	31/12/2020
Salários e ordenados	1.869	2.590
Encargos sociais sobre salários e ordenados	2.184	2.948
Férias e encargos	4.899	5.983
Outras obrigações	3.331	25
	12.283	11.546
Passivo circulante	12.283	11.546

11. Impostos taxas e contribuições

	31/12/2021	31/12/2020
ICMS	2.091	3.970
PIS e COFINS	576	630
INSS	72	133
IRRF	73	79
ISS	61	166
FUST e FUNTEL	237	233
Outros	852	215
	3.962	5.426

12. Patrimônio líquido - O capital social em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 604.663. E o montante de Prejuízos acumulados é de R$ 384.374 não tendo reservas legal e reserva de incentivos fiscais no ano.

Diretoria

Diretor Presidente - **Jean Carlos Borges**
Diretor Vice-Presidente de Negócios - **Osvaldo César Carrijo**
Diretor Vice-Presidente de Finanças, Relações com Investidores e Jurídico - **Tulio Toledo Abi Saber**
Diretora de Talentos Humanos - **Ana Paula Rodrigues Marques de Oliveira**
Diretor de Tecnologia - **Luis Antônio Andrade Lima**
Diretor de Estratégia e Regulatório - **Renato Paschoareli**

Contadora

Gislaine Aparecida Antonio Santana - CRC-1SP 310583/0-6

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

STAMPUS ESTAMPARIA USINAGEM E FERRAMENTARIA LTDA, CNPJ nº 50.092.436/0001-26 , (empresa baixada no cadastro da Receita Federal), CONVOCA todas as pessoas, que lhe prestaram serviço no período de 03/1980 a 06/1982, a comparecerem à Rua Esmeraldo Tarquinio, nº 163, CEP 13034-375, Campinas - SP, munidos de documentos comprobatórios do vínculo (CTPS, PIS/PASEP), para regularização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS junto à Caixa Econômica Federal.

MUNICIPIO DE BÁLSAMO

Aviso de Licitação

Órgão: Prefeitura Municipal de Bálsamo Objeto: Aquisição de Materiais Permanentes para a Unidade Básica de Saúde ESF Dr. Denir Zamariolli, localizada na Rua Júlio Mansueto Cavalin nº 146 – Bairro Jardim Cristina – Bálsamo – SP. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 05/2022 – Processo 20/2022 – Tipo: Menor Preço por Item. Abertura: 11/04/2022, Horário 14H00 Edital completo e demais informações serão obtidas na Secretaria desta Prefeitura Municipal, de 2ª a 6ª feira, das 8:00 às 12:00 horas ou no site www.balsamo.sp.gov.br. Carlos Eduardo C. Lourenço - Prefeito Municipal.

PREFEITURA DE BOITUVA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 10/2022

ACHA-SE ABERTA NA PREFEITURA DE BOITUVA, TOMADA DE PREÇOS 10/2022, REFERENTE AO RECAPEAMENTO RUA LUIZ BATISTELA. OS ENVELOPES "DOCUMENTAÇÃO", "PROPOSTA" SERÃO RECEBIDOS NO SETOR DE LICITAÇÕES ATÉ ÀS 10:00 HS DO DIA 14/04/2022, COM ABERTURA PREVISTA PARA ÀS 10H05 MIN DO MESMO DIA. MAIORES INFORMAÇÕES ESTARÃO À DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS NA SEDE DA PREFEITURA, SITA AV. TANCREDO NEVES, Nº 01 CENTRO – BOITUVA/SP, NO HORÁRIO DAS 08:30 ÀS 17:00 HORAS, PELO TELEFONE (015) 3363-8812 OU ATRAVÉS DO SITE WWW.BOITUVA.SP.GOV.BR. PREFEITURA DE BOITUVA, EM 29 DE MARÇO DE 2022. RAFAEL GÓES BISCARO – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 11/2022

ACHA-SE ABERTA NA PREFEITURA DE BOITUVA, TOMADA DE PREÇOS 11/2022, REFERENTE AO **RECAPEAMENTO ASFÁLTICO NAS VIAS RUA MANOEL DA SILVA VIANNA, RUA MARIA MESCOLOTTO MELARÉ, RUA PROFª DORA MARIA GIULIA PIEROTTI HONORATO, AVENIDA ANTÔNIO CARLOS DALMAZZO, RUA ANTÔNIO OLIMPIO DE BARROS E RUA DEMÉTRIO GALVÃO**. OS ENVELOPES "DOCUMENTAÇÃO", "PROPOSTA" SERÃO RECEBIDOS NO SETOR DE LICITAÇÕES ATÉ ÀS 10:00 HS DO DIA 18/04/2022, COM ABERTURA PREVISTA PARA ÀS 10H05 MIN DO MESMO DIA. MAIORES INFORMAÇÕES ESTARÃO À DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS NA SEDE DA PREFEITURA SITA AV. TANCREDO NEVES, Nº 01 CENTRO - BOITUVA/SP, NO HORÁRIO DAS 08:30 ÀS 17:00 HORAS, PELO TELEFONE (015) 3363-8812 OU ATRAVÉS DO SITE WWW.BOITUVA.SP.GOV.BR. PREFEITURA DE BOITUVA, EM 29 DE MARÇO DE 2022. RAFAEL GÓES BISCARO – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS TP 07/2022

ACHA-SE ABERTA NA PREFEITURA DE BOITUVA, TOMADA DE PREÇOS 07/2022, **REFERENTE REFORMA DO GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES**. OS ENVELOPES "DOCUMENTAÇÃO", "PROPOSTA" SERÃO RECEBIDOS NO SETOR DE LICITAÇÕES ATÉ ÀS 10:00 HS DO DIA 20/04/2022, COM ABERTURA PREVISTA PARA ÀS 10H05 MIN DO MESMO DIA. MAIORES INFORMAÇÕES ESTARÃO À DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS NA SEDE DA PREFEITURA, SITA AV. TANCREDO NEVES, Nº 01 – CENTRO – BOITUVA/SP, NO HORÁRIO DAS 08:30 ÀS 17:00 HORAS, PELO TELEFONE (015) 3363-8812 OU ATRAVÉS DO SITE WWW.BOITUVA.SP.GOV.BR. PREFEITURA DE BOITUVA, EM 29 DE MARÇO DE 2022. JOÃO ALFREDO MARQUES – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTES.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

DIRETORIA DE OPERAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL N.º 305/2021-TP

Acha-se aberta no Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo, licitação na modalidade de **Tomada de Preços** - tipo: Menor Preço Contratação de obras e serviços para estabilização do talude no km 122 e implantação de muro de concreto armado no km 124 da SP-088 – Rodovia Professor Alfredo Rolim de Moura, no Município de Paraibuna, valor do orçamento de R$ 379.195,44 pelo prazo de 06 meses.

O edital poderá ser consultado pela internet, no site **www.der.sp.gov.br**. A versão completa do Edital poderá ser retirada das 09 às 17 horas, na Avenida do Estado, nº 777 – 2º andar – sala 2012, mediante entrega no ato de um CD-R para aquisição da versão em mídia eletrônica.

Os envelopes contendo a proposta de preços (envelope 1) e documentação (envelope 2) serão recebidos, em Sessão Pública até as **14h30 do dia 19/04/2022, na sede do DER/SP**, no 2º andar, Sala de Licitações – ala A, com início da Sessão de Abertura logo após o vencimento do prazo de entrega dos envelopes, na mesma data e local, na presença de interessados.

As empresas interessadas poderão obter maiores esclarecimentos e informações na sede do DER/SP, na Avenida do Estado, 777 - 2º andar - sala 2012 - Comissão Julgadora de Licitações - CJL, na cidade de São Paulo - SP, ou através dos telefones 0XX(11) 3311.1583, 0XX(11) 3311.1580, 0XX(11) 3311.1584 nos dias úteis das 9 às 12 e das 14 às 17 horas ou através do e-mail **ecolicitacoes@der.sp.gov.br**.

As informações estarão disponíveis no site **http://www.e-negociospublicos.gov.br** ou **www.der.sp.gov.br**.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

DIRETORIA DE OPERAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL N.º 381/2021-TP

Acha-se aberta no Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo, licitação na modalidade de **Tomada de Preços** - tipo: Menor Preço Contratação de serviços de substituição de bueiro de concreto por bueiro metálico, pelo método não destrutivo, no km 66+700, da SP-066 – Rodovia Henrique Eroles, município de Guararema, incluindo a elaboração de projeto executivo, valor do orçamento de R$ 670.735,35 pelo prazo 04 meses.

O edital poderá ser consultado pela internet, no site **www.der.sp.gov.br**. A versão completa do Edital poderá ser retirada das 09 às 17 horas, na Avenida do Estado, nº 777 – 2º andar – sala 2012, mediante entrega no ato de um CD-R para aquisição da versão em mídia eletrônica.

Os envelopes contendo a proposta de preços (envelope 1) e documentação (envelope 2) serão recebidos, em Sessão Pública até as **11h00 do dia 14/04/2022, na sede do DER/SP**, no 2º andar, Sala de Licitações – ala A, com início da Sessão de Abertura logo após o vencimento do prazo de entrega dos envelopes, na mesma data e local, na presença de interessados.

As empresas interessadas poderão obter maiores esclarecimentos e informações na sede do DER/SP, na Avenida do Estado, 777 - 2º andar - sala 2012 - Comissão Julgadora de Licitações - CJL, na cidade de São Paulo - SP, ou através dos telefones 0XX(11) 3311.1583, 0XX(11) 3311.1580, 0XX(11) 3311.1584 nos dias úteis das 9 às 12 e das 14 às 17 horas ou através do e-mail **ecolicitacoes@der.sp.gov.br**.

As informações estarão disponíveis no site **http://www.e-negociospublicos.gov.br** ou **www.der.sp.gov.br**.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO. O **SIEMACO GUARULHOS - SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO, LIMPEZA URBANA E MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES PÚBLICAS E PRIVADAS DE GUARULHOS, ARUJÁ, SANTA ISABEL, GUARAREMA E MAIRIPORÃ E TRABALHADORES EM TURISMO E HOSPITALIDADE DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca todos os profissionais **EMPREGADOS DAS EMPRESAS DE "COLETA INDUSTRIAL / GRANDES GERADORES"**, associados ou não ao sindicato profissional, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, que será realizará no dia **04 DE ABRIL DE 2022, ÀS 14H00 (QUATORZE) HORAS**, em primeira convocação, na sede da Entidade Sindical, situada a R. Caraguatatuba, nº 122, Vila Rachid, Guarulhos/SP, CEP: 07012-090, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a)** Leitura e aprovação da ata anterior; **b)** Discussão e votação do rol de reivindicações a ser encaminhada a Entidades Patronal, SELUR - SINDICATO DAS EMPRESAS DE LIMPEZA URBANA NO ESTADO DE SÃO PAULO e/ou Empresas Empregadoras, cuja data base é 1º de maio; **c)** Conceder poderes para diretoria firmar Convenção Coletiva, Acordo Coletivo, Termos Aditivos, se necessários, com o sindicato patronal ou empresas empregadoras; **d)** Autorização para diretoria requerer mediação, arbitragem e instaurar processo de dissídio coletivo perante a Justiça do Trabalho, Ministério Público do Trabalho e/ou Órgão competente; **e)** Delegação de poderes à Federação dos Trabalhadores em Serviços, Asseio e Conservação Ambiental, Urbana e áreas Verdes no Estado de São Paulo, para conduzir o processo negocial, bem como instaurar dissídio coletivo caso malogrem as negociações e defende-la em dissídio proposto em face dos mesmos junto ao Egrégio Tribunal Regional do Trabalho, caso necessário; **f)** Decretação de Estado de Greve; **g)** Discussão, deliberação e aprovação do percentual e forma de recolhimento da contribuição profissional anual mensal / negocial, de acordo com o artigo 513-E da CLT a ser descontado de todos os empregados da categoria profissional, bem como, sobre o direito de oposição dos empregados não associados a entidade sindical; **h)** Deliberar sobre à assembleia permanente até o final da campanha salarial; **i)** Assuntos Gerais. Em razão da pandemia da COVID-19, recomenda-se observar as instruções das autoridades sanitárias para prevenção à disseminação do vírus, tais como: Uso de mascarás; Lavar as mãos com água e sabão ou higienizador à base de álcool; Manter pelo menos 1 metro de distância entre você e qualquer pessoa que esteja tossindo ou espirrando; Fique em casa se não se sentir bem. Não havendo quórum suficiente para a instalação da Assembleia em 1ª convocação, a mesma será realizada uma hora após, com qualquer número de presentes. Guarulhos, 30 de março de 2022. **Jhonatan Silva Moura** - Presidente.

SÃO PAULO TURISMO S/A

CNPJ/MF Nº 62.002.886/0001-60 - NIRE 35300015967

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, **às 10h (dez horas)** do dia **14 de abril de 2022 (quinta-feira)**, virtualmente, via plataforma Microsoft Teams, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

1) Alteração do endereço da sede administrativa da Companhia
2) Eleger o Sr. Cesar Angel Boffa de Azevedo para o cargo vago no Conselho de Administração da SPTURIS, conforme indicação realizada pela Prefeitura Municipal de São Paulo.

A solicitação do link para participação na AGE deverá ser feita pelo e-mail **anapaula@spturis.com** até as 18h00 do dia 13/04/2022, dia anterior a realização da AGE.

I. Participação Pessoal:

Detentores de ações: conforme disposto na Instrução CVM 481/2009, art. 5º, os acionistas que pretendam participar da assembleia, pessoalmente ou por meio de procuradores, deverão apresentar, até às 10h do dia 12/04/2021 (02 dias úteis de antecedência da realização da assembleia), na Rua Boa Vista, 280 – 11º andar – Centro, São Paulo/SP, aos cuidados da Secretaria de Governança Corporativa, os seguintes documentos:

- documento de identificação com foto; e
- extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia.

Acionistas pessoas jurídicas:

- cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ex.: ata de eleição de diretores);
- documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto;
- extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia; e
- no caso de fundos de investimento, devem ser apresentados **(i)**: o último regulamento consolidado do fundo, **(ii)** estatuto ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata de eleição dos diretores, termo(s) de posse e/ou procuração) e **(iii)** documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) do administrador ou gestor com foto.

II. Acionistas representados por procuração:

- além dos documentos acima indicados, procuração com firma reconhecida, a qual deverá ter sido outorgada há menos de um ano para um procurador que seja acionista, administrador da companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, de acordo com o previsto no parágrafo 1º do art. 126 da Lei nº 6404/7;
- os acionistas pessoas jurídicas poderão ser representados conforme seus estatutos/contratos sociais; e
- documento de identificação do procurador com foto.

III. Acionistas Estrangeiros

- acionistas estrangeiros deverão apresentar a mesma documentação que os acionistas brasileiros, ressalvado que os documentos societários da pessoa jurídica e a procuração deverão ser notarizados e traduzidos na forma juramentada.

São Paulo, 24 de março de 2022

RODRIGO KLUSKA ROSA – Diretor Gestão e de Relação com Investidores

GUILHERME TADEU PONTES BIRELLO – Diretor de Estruturação de Negócios

CENTRO DE IMAGEM DIAGNÓSTICOS S.A.

CNPJ/ME nº 42.771.949/0018-83 - NIRE 35300051760-1
Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Srs. Acionistas do **CENTRO DE IMAGEM DIAGNÓSTICOS S.A.** ("Companhia") para reunir-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 10 horas, a ser realizada no Hotel Pullman & Grand Mercure São Paulo Vila Olimpia, Sala São Paulo 7, localizada na Rua Olimpíadas, nº 205, Vila Olímpia, Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04551-000 ("Hotel"), a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia ("AGOE"): Em sede de Assembleia Geral Ordinária: **(i)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do relatório anual da administração e dos pareceres dos auditores independentes e do Conselho Fiscal da Companhia; e **(ii)** Fixar o limite de valor da remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2022. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: **(i)** Deliberar sobre a proposta de reforma do estatuto social da Companhia. **Informações Gerais: Local da Assembleia:** A administração esclarece que optou pela realização da AGOE no Hotel, próximo à sua sede, para maior comodidade e conforto de seus acionistas, tendo em vista não possuir um espaço físico adequado para comportar muitos acionistas em sua sede. Importante mencionar que o Hotel fica localizado a apenas 190 metros de distância, a pé, da sede da Companhia, de modo que os acionistas não enfrentarão dificuldades ou esforços adicionais para acesso ao local, em comparação com o que ocorreria caso a Assembleia fosse realizada na sede da Companhia. Nesse sentido, o mapa abaixo indica o trajeto e o tempo estimado de locomoção entre a sede da Companhia e o Hotel:

Participação na AGO: Poderão participar da AGOE os acionistas titulares de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores. Em conformidade com o artigo 6º, parágrafo 3º, do Estatuto Social da Companhia, para tomar parte e votar na AGOE, o acionista deverá provar, mediante documentação enviada por e-mail à Companhia (para o endereço eletrônico ri@alliar.com), a sua qualidade de acionista com direito a voto, apresentando, preferencialmente, com até 2 (dois) dias de antecedência da data da AGOE: (i) extrato atualizado que comprove sua participação acionária fornecida pela instituição custodiante; e (ii) documento de identidade com foto, acompanhando da comprovação de poderes, conforme aplicável. Por esse mesmo meio e prazo, os procuradores dos acionistas deverão exibir as respectivas procurações. Os documentos referidos neste parágrafo, dispensada a autenticação e o reconhecimento de firma, deverão ser enviados para o endereço eletrônico da Companhia (ri@alliar.com) até o momento da abertura dos trabalhos da respectiva AGOE. Sem prejuízo do disposto acima, caso V. Sa. compareça à AGOE até o momento da abertura dos trabalhos, em posse dos documentos necessários, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente. Reforçamos a recomendação de que a participação dos acionistas na AGOE seja realizada por meio do preenchimento dos Boletins de Voto a Distância (conforme indicado no item abaixo) ou, alternativa e excepcionalmente, por meio da constituição de procuradora, advogada da Companhia, a qual se voluntariou para representar os acionistas interessados em participar na AGOE, nos termos da Proposta da Administração. Os termos do instrumento de mandato deverão ser acordados diretamente por tal acionista com o procurador, não devendo tal representação ser considerada como um pedido público de procuração, conforme previsto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 481"). Informações detalhadas sobre o procurador estão disponíveis no Manual para Participação dos Acionistas. **Voto a Distância:** A Companhia adotará na AGOE o procedimento de voto a distância, nos termos do artigo 121, parágrafo único, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e da Instrução CVM 481. Nesse sentido, o acionista que optar por exercer seu direito de voto a distância poderá: (a) transmitir as instruções de preenchimento para seus respectivos custodiantes, caso as ações estejam depositadas em depositário central, hipótese na qual deverão ser observados os procedimentos adotados por cada custodiante; (b) transmitir as instruções de preenchimento ao agente escriturador da Companhia, Itaú Corretora de Valores S.A., caso as ações não estejam depositadas em depositário central; ou (c) preencher os Boletins de Voto a Distância, conforme modelo disponibilizado pela Companhia, e encaminhar, para o endereço eletrônico da Companhia (ri@alliar.com) até 27 de abril de 2022 (i) uma cópia digitalizada dos Boletins devidamente preenchidos, rubricados e assinados; e (ii) os documentos que comprovem a sua identidade indicados acima. **Documentos à Disposição dos Acionistas:** A Companhia informa que os documentos relacionados às deliberações previstas neste Edital de Convocação, incluindo a Proposta da Administração e os demais documentos exigidos pelo artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações e pela Instrução CVM 481, encontram-se à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (http://ri.alliar.com), nos sites da B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) São Paulo, 29 de março de 2022. **Sergio Tufik** - Presidente do Conselho de Administração.

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

DORA PLAT, leiloeira oficial inscrita na JUCESP nº 744, com escritório à Av. Angélica, nº 1.996, 6º andar, Higienópolis, em São Paulo/SP, devidamente autorizada pela atual Credora Fiduciária **BARI COMPANHIA HIPOTECÁRIA**, inscrita no CNPJ sob nº 14.511.781/0001-93, situada à Avenida Sete de Setembro, nº 4.751, Sobre loja 02, Batel, Curitiba/PR, nos termos do Instrumento Particular Cédula de Crédito Imobiliário Integral no 6595-1, Série 2018, datada de 18/09/2018, conforme averbações 17, e 18 da referida matrícula, no qual figura como Fiduciante **CÁSSIA CILENE RUFATO**, brasileira, do lar, divorciada, RG nº 4.240.198-6-SSP/PR, CPF nº 719.224.749-91, residente em Presidente Prudente/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO**, de modo On-line, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, **no dia 14 de abril de 2022, às 10:10 horas, o leilão será realizado exclusivamente pela Internet, através do site www.zukerman.com.br**, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 380.442,96 - (trezentos e oitenta mil e quatrocentos e quarenta e dois reais e noventa e seis centavos)**, o imóvel abaixo descrito, com a propriedade já consolidada em nome da credora Fiduciária, **Prédio Residencial**, constituído pelo lote de terreno, nº 22 (vinte e dois) da quadra nº 10 (dez) do Loteamento denominado Jardim Maracanã, situado na cidade de Presidente Prudente, com a área de 252,00m², e com as seguintes medidas e divisas: - mede 12,00 (doze) metros de frente para a Rua D; mede 21,00 (vinte e um) metros do lado esquerdo, com o lote nº 21; mede 21,00 (vinte e um) metros do lado direito, com o lote nº 23, e mede 12,00 (doze) metros de fundos, com o lote nº 10, fechando a área de 252,00m². **Av.09/ 15.102**- Para constar que foi construído um prédio residencial de alvenaria com a área de 111,31m² (cento e onze metros e trinta e um centímetros quadrados) de construção, que do emplacamento municipal recebeu o nº 289 da referida Rua Aníbal Pimenta na cidade de Presidente Prudente. Cadastro Municipal sob nº 05061900. **Imóvel objeto da matrícula nº 15.102 do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Presidente Prudente /SP. Observação:** Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 e parágrafo único, da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **20 de abril de 2022**, no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 194.025,91 - (cento e noventa e quatro mil e vinte e cinco reais e noventa e um centavos).** Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.zukerman.com.br e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção **HABILITE-SE**, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do www.zukerman.com.br , respeitado o lance mínimo e o incremento estabelecido, na disputa pelo lote do leilão. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que o imóvel se encontra, e eventual irregularidade ou necessidade de averbação de construção, ampliação ou reforma, será objeto de regularização e os encargos junto aos órgãos competentes, correrão por conta do adquirente. **O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que outros interessados, já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão.** O arrematante pagará no ato, à vista, o valor total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. A Ata de arrematação será firmada em até 05 dias da data do leilão e a Escritura Pública de Compra e Venda será lavrada em até 60 dias, em Tabelionato de Notas a ser indicado pela Credora Fiduciária. O horário mencionado neste edital, no site do leiloeiro, catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação, consideram o horário oficial de Brasília/DF. **Pelo presente, fica intimada a alienante fiduciante: CÁSSIA CILENE RUFATO,** já qualificada, ou seu representante legal ou procurador regularmente constituído, acerca das datas designadas para a realização dos públicos leilões, caso por outro meio não tenha sido cientificado. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

PODER JUDICIÁRIO DE ALAGOAS

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

AVISO DE EDITAL
CONCORRÊNCIA Nº 001/2021
"TÉCNICA e PREÇO"

OBJETO: Contratação de agência de publicidade e propaganda para prestação de serviços de publicidade, compreendendo o estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão de execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação referentes às atividades do Poder Judiciário de Alagoas.Proc.2021/6916.

DATA: 17 de maio de 2022.

HORA: 9h (horário local).

LOCAL: Auditório do Pleno Desembargador Gerson Omena Bezerra, situado na Praça Marechal Deodoro da Fonseca, 1º andar, Anexo II ao Prédio-Sede deste Tribunal, Centro, Maceió/AL.

CONDIÇÕES DE RETIRADA: o Edital encontra-se à disposição dos interessados para consulta e/ou retirada, no site **www.tjal.jus.br**, em Licitações.

O invólucro nº 1 será padronizado e fornecido pelo Tribunal de Justiça do Estado Alagoas mediante solicitação formal da licitante à Comissão pelo e-mail **licitacao@tjal.jus.br** ou de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 12h ou das 14h30 às 17h, no endereço Tribunal de Justiça de Alagoas, Edifício Anexo I, 1º andar, sala 12 – Praça Marechal Deodoro, Maceió-AL, CEP 57020-919.

Maceió, 29 de março de 2022
Kátia Maria Diniz Cassiano
Presidente CPL

Companhia Brasileira de Distribuição

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/ME nº 47.508.411/0001-56 – NIRE 35.300.089.901

NÍVEL 1

Edital de Convocação
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da Companhia Brasileira de Distribuição ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada de modo exclusivamente digital e remoto no dia 27 de abril de 2022, às 15:00 horas, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia. Em sede de Assembleia Geral Ordinária: I. Tomada das contas dos administradores e exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; II. Proposta para destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; III. Fixação de 9 (nove) membros para o mandato do Conselho de Administração; IV. Proposta de eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia e indicação do Presidente e dos Co-Vice-Presidentes; e V. Fixação da remuneração global anual dos administradores e do Conselho Fiscal da Companhia, caso os acionistas requeiram a sua instalação. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: I. Proposta de realocação do montante de R$ 1.843.934.426,56, decorrente de incentivos fiscais outorgados à Companhia nos anos de 2017 a 2020, inicialmente destinados à Reserva de Expansão prevista no Estatuto Social da Companhia, para a Reserva de Incentivos Fiscais conforme prevista no Art. 195-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada; e II. Proposta de alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir os aumentos de capital aprovados em reunião do Conselho de Administração. O percentual mínimo de participação no capital votante necessário à solicitação do sistema de voto múltiplo para eleição de membros do Conselho de Administração será de 5% (cinco por cento), conforme Instrução CVM 165. A requisição do referido processo de voto múltiplo deverá ser encaminhada por escrito à Companhia até 48 (quarenta e oito) horas antes da data marcada para a realização da Assembleia. Informamos que permanecem à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, nas páginas de relações de investidores da Companhia (www.gpari.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br), toda documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na Assembleia ora convocada, incluindo a proposta da administração e manual de participação para esta Assembleia ("Proposta da Administração e "Manual de Participação"). Participação na Assembleia Geral via sistema eletrônico: Os Acionistas que desejarem participar da Assembleia por meio da plataforma digital deverão acessar o endereço eletrônico https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=580E807EA785, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, conforme indicados abaixo, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 25 de abril de 2022. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o Acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do email utilizado para o cadastro. Os seguintes documentos deverão ser encaminhados pelos acionistas por meio do endereço eletrônico indicado acima: (a) extrato atualizado contendo a respectiva participação acionária expedido pelo órgão custodiante com no máximo 03 (três) dias de antecedência da Assembleia; (b) para pessoas físicas: documento de identidade com foto do acionista; (c) para pessoas jurídicas: (i) estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (ii) documento de identidade com foto do representante legal; (d) para fundos de investimento: (i) regulamento consolidado do fundo; (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iii) documento de identidade com foto do representante legal; (e) caso qualquer dos Acionistas indicados nos itens (b) a (d) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicades acima, deverá encaminhar (i) procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia; (ii) documentos de identidade do procurador presente, bem como, no caso de pessoa jurídica ou fundo, cópias do documento de identidade e ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato que comprovem os poderes de representação. Para esta Assembleia, a Companhia aceitará procurações outorgadas por Acionistas por meio eletrônico, assinadas preferencialmente com uso da certificação ICP-Brasil. Participação na Assembleia Geral por meio de boletim de voto à distância: Nos termos da Instrução CVM 481, conforme detalhado na Proposta da Administração e Manual de Participação, os Acionistas que tenham interesse em exercer o seu direito de voto por meio do boletim de voto à distância deverão enviar as instruções de voto (a) diretamente à Companhia por e-mail, acompanhadas dos documentos indicados nos itens (a) a (e) acima; (b) por meio (i) dos seus respectivos agentes de custódia (caso prestem esse tipo de serviço); ou (ii) do Agente Escriturador, por meio dos canais por ele disponibilizados. Para o Boletim de Voto à Distância produzir efeitos o dia 20 de abril de 2022,ou seja, 7 (sete) dias antes da data da Assembleia, deverá ser o último dia para o seu recebimento por uma das formas acima indicadas, e não o último dia para seu envio. Se o Boletim de Voto à Distância for recebido após o dia 20 de abril de 2022, os votos não serão computados. A Companhia não exigirá a entrega física do documento e algumas outras formalidades que estão previstas no Formulário de Referência da Companhia, conforme termos constantes da Proposta da Administração e Manual de Participação. Assim, em caso de eventuais dissonâncias entre a Proposta da Administração e Manual de Participação e o item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia com relação à documentação e formalidades para participação nas assembleias gerais da Companhia, devem prevalecer as disposições da Proposta da Administração e Manual de Participação. Informações detalhadas sobre a participação do acionista diretamente, por seu representante legal ou procurador devidamente constituído, bem como as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na Assembleia, inclusive orientações para envio do Boletim e ainda, orientações sobre acesso à plataforma digital e regras de conduta a serem adotadas na Assembleia constam da Proposta da Administração e Manual de Participação.

São Paulo, 28 de março de 2022.

Guillaume Marie Didier Gras
Vice-Presidente de Finanças e Diretor de Relações com Investidores do GPA

SENDAS DISTRIBUIDORA S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/ME nº 06.057.223/0001-71 - NIRE 33.300.272.909

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da Sendas Distribuidora S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada **de modo exclusivamente digital no dia 28 de abril de 2022, às 15:00 horas**, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: Em sede de Assembleia Geral Ordinária: I. Tomada das contas dos administradores e exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; II. Proposta de orçamento de capital da Companhia para o exercício de 2022; III. Proposta para destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, incluindo a realocação de valores destinados para reservas de lucros para a reserva de incentivos fiscais; e IV. Fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício de 2022. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: I. Aumento do capital social da Companhia no valor de R$463.731.717,03 (quatrocentos e sessenta e três milhões, setecentos e trinta e um mil, setecentos e dezessete reais e três centavos), mediante a capitalização de reservas de lucro, sem a emissão de novas ações, com a consequente alteração da redação do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia e sua consolidação. Informamos que permanecem à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, nas páginas de relações de investidores da Companhia (www.ri.assai.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), toda documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na Assembleia ora convocada, incluindo a proposta da administração e manual de participação para a Assembleia ("Proposta da Administração e Manual de Participação"). Participação na Assembleia por meio da plataforma digital: Os Acionistas que desejarem participar da Assembleia por meio da plataforma digital deverão acessar o *website* da Companhia, no endereço https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=447C8E395D7E, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, conforme indicados abaixo, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 26 de abril de 2022. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o Acionista receberá seu *login* e senha individual para acessar a plataforma por meio do *e-mail* utilizado para o cadastro. Os seguintes documentos deverão ser encaminhados pelos acionistas por meio do endereço eletrônico indicado acima: (a) extrato atualizado contendo a respectiva participação acionária expedido pelo órgão custodiante com no máximo 3 (três) dias de antecedência da Assembleia; (b) para pessoas físicas: documento de identidade com foto do acionista; (c) para pessoas jurídicas: (i) estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (ii) documento de identidade com foto do representante legal; (d) para fundos de investimento: (i) regulamento consolidado do fundo; (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iii) documento de identidade com foto do representante legal; e (e) caso qualquer dos Acionistas indicados nos itens (b) a (d) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar (i) procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia; (ii) documentos de identidade do procurador presente, bem como, no caso de pessoa jurídica ou fundo, cópias do documento de identidade e ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato que comprovem os poderes de representação. Para esta Assembleia, a Companhia aceitará procurações outorgadas por Acionistas por meio eletrônico, assinadas preferencialmente com uso da certificação ICP-Brasil. Participação na Assembleia por meio de boletim de voto a distância: Nos termos da Instrução da CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada, e conforme detalhado na Proposta da Administração e Manual de Participação, os Acionistas que tenham interesse em exercer o seu direito de voto, por meio do boletim de voto a distância, deverão enviar instruções de votos a distância (a) diretamente à Companhia pelo *e-mail* adm.societario@assai.com.br, acompanhadas dos documentos indicados nos itens (a) a (e) acima ou (b) por meio (i) dos seus respectivos agentes de custódia (caso prestem esse tipo de serviço) ou (ii) do Agente Escriturador, por meio dos canais por ele disponibilizados. Em todos os casos, para o Boletim de Voto a Distância produzir efeitos, o dia 21 de abril de 2022 (ou seja, 7 (sete) dias antes da data da Assembleia) deverá ser o último dia para o seu recebimento por uma das formas acima indicadas, e não o último dia para seu envio. Se o Boletim de Voto a Distância for recebido após o dia 21 de abril de 2022, os votos não serão computados. A Companhia não exigirá a entrega física dos documentos e algumas outras formalidades que estão previstas no Formulário de Referência da Companhia, conforme termos constantes da Proposta da Administração e Manual de Participação. Assim, em caso de eventuais dissonâncias entre a Proposta da Administração e Manual de Participação e o item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia com relação à documentação e formalidades para participação nas assembleias gerais da Companhia, devem prevalecer as disposições da Proposta da Administração e Manual de Participação. Informações detalhadas sobre a participação do acionista diretamente, por seu representante legal ou procurador devidamente constituído, bem como as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na Assembleia, inclusive orientações para envio do Boletim e ainda, orientações sobre acesso à plataforma digital e regras de conduta a serem adotadas na Assembleia constam da Proposta da Administração e Manual de Participação. São Paulo, 29 de março de 2022. **Jean-Charles Henri Naouri** - Presidente do Conselho de Administração.

TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.

CNPJ/ME nº 03.014.553/0001-91 – NIRE 35.300.159.845 – Companhia Aberta

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

O Conselho de Administração da TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. ("Companhia"), por seu Presidente, o Sr. João Villar Garcia, convida os Senhores Acionistas da Companhia para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada às **10h00min do dia 29 de abril de 2022**, na sede da Companhia, localizada na Rua Olimpíadas, nº 205, cj. 143, sala Triunfo, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Brasil, CEP 04551-000, para deliberar sobre a Ordem do Dia detalhada abaixo. **Diante do atual cenário da COVID-19 no país, estamos atentos às orientações das autoridades competentes de modo a enfrentar essa situação da forma mais adequada possível. Neste sentido, recomendamos o uso do voto a distância pelos Senhores Acionistas. Assembleia Geral Ordinária:** (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas na Companhia, acompanhadas do Relatório da Auditoria Externa Independente, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (ii) Deliberar sobre a Destinação do Resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (iii) Deliberar a proposta de Orçamento de Capital para o ano de 2022, para fins do Artigo 196 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."); (iv) Eleger o Conselho Fiscal da Companhia para o exercício de 2022 e fixar sua remuneração; e (v) Fixar a Remuneração Global dos administradores da Companhia para o exercício de 2022. **Assembleia Geral Extraordinária:** (i) Alteração do endereço da sede da Companhia; e (ii) Deliberar sobre a proposta de alteração do Estatuto Social para refletir a alteração de endereço, adaptar os dispositivos estatutários pertinentes ao Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, e demais alterações estatutárias detalhadas na Proposta da Administração divulgada ao mercado nesta data, com a consequente consolidação do Estatuto Social. **Informações Gerais:** • Poderá participar da Assembleia o acionista da Companhia, diretamente ou por meio de seus procuradores devidamente constituídos, desde que as ações detidas estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, Banco Itaú S.A., consoante dispõe o Artigo 126 da Lei das S.A.. • Os acionistas, por si ou por seus representantes, deverão se apresentar no local de realização da Assembleia com antecedência ao horário de início indicado no Edital de Convocação, portando comprovante atualizado da titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia no período de 5 (cinco) dias corridos antecedentes à realização da Assembleia, bem como, os seguintes documentos: **(i) Pessoas Físicas:** documento de identificação com foto; **(ii) Pessoas Jurídicas:** cópia autenticada do último Estatuto ou Contrato Social consolidado, da documentação societária que outorgue poderes de representação (ata de eleição dos diretores/procuração) e documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); **(iii) Fundos de Investimento:** cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e do Estatuto ou Contrato Social do seu administrador/gestor, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração) e documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). • No caso de representação do acionista por procurador, este deverá apresentar-se no local de realização da Assembleia com antecedência ao horário de início indicado no Edital de Convocação, portando documento de identificação com foto e instrumento de mandato com poderes especiais para representação na Assembleia, outorgados nos termos do art. 126 da Lei das S.A., devendo referido instrumento de mandato ter o reconhecimento de firma do acionista. • Os acionistas encontrarão ainda as instruções para outorga de procuração na Proposta da Administração, no Formulário de Referência e no Manual para Participação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 2022, que está disponível na página de Relações com Investidores da Companhia (www.triunfo.com/ri), na página da CVM (www.cvm.gov.br) e na página da B3 (www.b3.com.br). • Solicita-se que os documentos necessários à participação dos acionistas na Assembleia, mencionados acima, sejam preferencialmente depositados na sede da Companhia, localizada na Rua Olimpíadas, 205, cj. 143, Vila Olímpia, cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP 04551-000, aos cuidados do Departamento Jurídico, com antecedência mínima de 03 (três) dias corridos, nos termos do Art. 24 do Estatuto Social da Companhia. • O acionista que desejar poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação a distância, nos termos da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 ("ICVM 481"), enviando o correspondente boletim de voto a distância conforme as orientações constantes do item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia e Manual para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. • Permanecem à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, na página de Relações com Investidores da Companhia (ri.triunfo.com); na página da CVM (https://www.gov.br/cvm) e na página da B3 (www.b3.com.br) toda documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, incluindo o Boletim de Voto a Distância e as orientações para seu preenchimento e envio, nos termos do artigo 133 da Lei das S.A. e Artigo 6º da ICVM 481, e demais disposições da legislação aplicável. São Paulo, 28 de março de 2022. **João Villar Garcia** – Presidente do Conselho de Administração. (28, 29 e 30/03/2022)

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL SALGADO/SP
SETOR DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS

A prefeitura Municipal de General Salgado/SP, comunica aos interessados que se encontra aberto a Tomada de Preços nº 09/2022,cujo objeto é a contratação de empresa para Reforma e adequação do Prédio da 3ª Idade no município de General Salgado, nos termos do Convênio nº 100373/2022- que entre si celebram o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Regional, por sua Subsecretaria de Convênios com os Municípios e Entidades não Governamentais e o Município de General Salgado, considerando o menor preço global. O encerramento dar-se-á no dia 20 de abril de 2022 às 9:15hs e a abertura dos envelopes às 9:30 hs do mesmo dia. Para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente Edital que poderá ser retirado aos interessados na participação do certame, no setor de licitações da Prefeitura Municipal, de segunda a sexta feira, no horário de expediente (das 9:00 às 11:00 hs e das 13:00 às 16:00 horas) ou pelo site www.generalsalgado.sp.gov.br, sendo que também uma via será afixada em local de costume desta repartição pública. Local e Data: General Salgado, 29 de Março de 2022. Mauro Gilberto Fantini-Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP
EXTRATO DO CONTRATO Nº 116/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Fernandópolis. CONTRATADA: Preluz Eletricidade e Serviços Eireli - EPP - VALOR: R$ 157.355,65 - ASSINATURA: 14/03/2022 - OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de rede elétrica em tensão secundária (220 v) e iluminação pública na Avenida Brasil em Fernandópolis/SP, com fornecimento de material e mão de obra; conforme Memorial Descritivo, Memória de Cálculo, Orçamento, Cronograma Físico - Financeiro e Projeto (Lote 01). MODALIDADE: Tomada de Preços nº 001/2022.

Fernandópolis, 29 de março de 2022.
CIBELE BERGER SANCHES CARBONE
Gerente de Suprimentos

Edital de Recolhimento da Contribuição Sindical Anual - Pelo presente edital, o Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional no Estado de São Paulo - SENALBA/SP, faz saber aos senhores empregadores das Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional no Estado de São Paulo, que conforme dispõe o art. 582 da Consolidação das Leis do Trabalho, o desconto da **Contribuição Sindical** de seus empregados, deve ser efetuado até o dia 31 de março do corrente ano e recolhido através da respectiva guia emitida pela Caixa Econômica Federal e remetida por esta entidade. Deverá ser descontada de todos os empregados 01 (um) dia de serviço a título de Contribuição Sindical, compreendendo a remuneração do empregado para todos os efeitos legais, além da importância fixa estipulada, as gratificações, prêmios, adicionais, comissões ou outras vantagens a quaisquer títulos pagas pelo empregador. Ficam os interessados cientificados, desde já que o não recolhimento da Contribuição Sindical, de seus empregados até o dia 29 de abril de 2.022, importará na multa de 10% (dez por cento) nos trinta primeiros dias, com adicional de 2% (dois por cento) ao mês subsequente, juros de 1% (um por cento) e atualização monetária conforme estabelece o artigo 600 da Consolidação das Leis do Trabalho. As guias de recolhimento já estão sendo expedidas, devendo os empregadores que não as receber até o dia 30 de março, solicitá-las a este Sindicato, através do endereço eletrônico cobranca@senalba.com.br ou emiti-las no site sindical.caixa.gov.br. São Paulo, 29 de março de 2.022. **Luiz Guedes da Conceição Aparecida** - Diretor Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220016

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20220016, de interesse da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de parafusos aço inox e aço baixo carbono, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 2882022, até o dia 13/04/2022, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 23 de Março de 2022. JORGE LUIS LEITE SARAIVA DE OLIVEIRA - PREGOEIRO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura do Município de Cotia torna público p/ conhecimento dos interessados que na sala de Licitações do Depto de Compras e Licitações, sito à Estrada Boa Vista, 575 Condomínio Boa Vista – Galpão 11 e 12 - Jd. Atalaia – Cotia/SP, Rod. Raposo Tavares nº 36.720, que será realizada em ato público a licitação descrita abaixo:
1) PA nº993/2022.PPnº17/2022.às 14:00 horas do dia 12/04/2022.OBJETO: Contratação de empresa especializada para locação de gases medicinais e comprimidos armazenados em cilindros. O edital já está disponível para a retirada dos interessados, através do sítio da Prefeitura Municipal de Cotia, www.cotia.sp.gov.br/editais-cotia/ ou pessoalmente no prédio da Secretaria Municipal de Licitações e Logística, no mesmo endereço acima.
a) Magno Sauter - Secretário Municipal de Saúde
2) PA nº28.737/2022.PPnº16/2022.às 9:30 horas do dia 18/04/2022.OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de lavadora e secadora de pisos. O edital já está disponível para a retirada dos interessados, através do sítio da Prefeitura Municipal de Cotia, www.cotia.sp.gov.br/editais-cotia/ ou pessoalmente no prédio da Secretaria Municipal de Licitações e Logística, no mesmo endereço acima.
a) Givaldo da Costa – Secretário Municipal de Esportes e Juventude

AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA INTERNACIONAL No 20220001 - IG No 1140631000

A Secretaria da Casa Civil torna público a Concorrência Pública Internacional No 20220001 de interesse da Secretaria do Turismo, cujo objeto a execução de obra de duplicação da rodovia CE-085, no trecho: entr. CE- 163 (Gualdrapas) - entr. CE-168 (Barrento), com extensão de 26,2 km, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. ENDEREÇO E DATA DA SESSÃO PARA RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES: Avenida Dr. José Martins Rodrigues, 150 – Edson Queiroz, no dia 18/05/2022 às 9h. FORNECIMENTO DO EDITAL: no site www.seplag.ce.gov.br ou na Central de Licitações do Estado do Ceará (endereço acima), munido de umPen Drive. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 28 de Março de 2022. MARIA BETÂNIA SABOIA COSTA - VICE PRESIDENTE DA CCC

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBUNA - SP
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial Nº. 0012/2022 - Edital Nº 0020/2022. Objeto: contratação de serviços de fornecimento de cópias monocromáticas e colorida (outsourcing), com fornecimento de equipamentos, sistema de gerenciamento de impressões efetivamente realizadas, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos com substituição de peças, componentes e materiais utilizados na manutenção, e fornecimento de insumos de alta qualidade com impressão uniforme e sem manchas, de acordo com as especificações e demais disposições dos anexos V e VIII. Critério de Julgamento: Menor Preço Por Lote. Encerramento e abertura: 09:00 horas do dia 13/04/2022.

Modalidade: Pregão Presencial Nº. 0013/2022 - Edital Nº 0021/2022. Objeto: contratação de Empresa Especializada em fornecimento de antivírus Critério de Julgamento: Menor Preço Por Item. Encerramento e abertura: 09:00 horas do dia 18/04/2022.

Modalidade: Pregão Presencial Nº. 0014/2022 - Edital Nº 0022/2022. Objeto: Aquisição de motocicleta para utilização dos vigias do Departamento Municipal de Serviços Municipais. Critério de Julgamento: Menor Preço Por Item. Encerramento e abertura: 09:00 horas do dia 19/04/2022.

Informações: Telefone (12) 3974-2080, Ramal 4 e E-mail: licitacao@paraibuna.sp.gov.br.

Paraibuna, 30 de março de 2022.
Victor de Cassio Miranda - Prefeito Municipal.

COMUNIDADE DE MASSACHUSETTS
Tribunal de Justiça
Departamento de Sucessões e Vara de Família
Convocação por Publicação e Correio

Divisão do ESSEX — NO. DO DOCUMENTO: ES20A0066SJ

Ademilson Sales — Requerente
v.
Sabrina D Caldeira — Requerida

Para a requerida acima de mencionada: Sabrina D. Caldeira

Uma reclamação foi apresentada a este tribunal pelo requerente, Ademilson Sales, buscando que o tribunal constate que a criança é dependente do Tribunal, constate que a criança tem menos de 21 anos, constate que a criança é solteira acham que a reunificação da Criança com o Pai Um não é uma opção viável devido a: negligência e abandono pela requerida. Entrar uma sentença de acordo com G.L. c. § 39M Ordenar que a Criança seja encaminhada ao Serviço de Liberdade Condicional para os seguintes serviços: educacional, médico e aconselhamento insira quaisquer outras ordens que o Tribunal julgue necessárias para a proteção contra abuso, abandono e negligência, e para o bem-estar, cuidados, apoio, saúde e segurança e as melhores Interesse da Criança. Insira uma ordem de reparação solicitada abaixo, a saber: Incorporar a moção para conclusões especiais de fato e lei no julgamento.

Você é requerido a se apresentar Andrew George Lattarulo, Esq. - cujo endereço é 235 Marginal St., Chelsea, MA 02150 sua resposta até o dia 10 de maio de 2022. Se não o fizer, o tribunal procederá à audiência e julgamento desta ação.

Você também deve arquivar uma cópia de sua resposta no escritório do Registro deste Tribunal em Salem, MA 01970

Testemunha, Jennifer M.R. Ulwick, Esquire, Primeira Juíza do referido Tribunal em Salem, neste dia 7 de março de 2022.

MUNICIPIO DE BÁLSAMO
Aviso de Licitação

Órgão: Prefeitura Municipal de Bálsamo Objeto: Aquisição e Instalação de Equipamentos destinados à Implantação do Projeto "Academia ao Ar Livre", na Praça Denise Bosqueti s/nº – Bairro Residencial São Pedro – Bálsamo – SP. Modalidade: Pregão Presencial nº 03/2022 – Processo 19/2022 – Tipo: Menor Preço Global. Abertura: 11/04/2022, Horário 09H00 Edital completo e demais informações serão obtidas na Secretaria desta Prefeitura Municipal, de 2ª a 6ª feira, das 8:00 às 12:00 horas ou no site www.balsamo.sp.gov.br. Carlos Eduardo C. Lourenço - Prefeito Municipal.

SECRETARIA DE PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE
GERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS
NÚCLEO DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS

Acha-se aberto, no INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - à Av. Ibirapuera, n.º 981 - 6º andar, o **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 219/2022 - PROCESSO IAMSPE N.º 5756/2021 - OFERTA DE COMPRA Nº 532101530552022OC00088 - PARA AQUISIÇÃO DE: ALIMENTO NUTRICIONAL PARA DIETA ENTERAL OU ORAL.** O encerramento e abertura dar-se-ão no **dia 11/04/2022 às 9:00 HS.** Os interessados deverão acessar, a partir de **30/03/2022,** o endereço eletrônico **www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br**, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e de credenciamento de seus representantes. O EDITAL DA PRESENTE LICITAÇÃO ENCONTRA-SE DISPONÍVEL TAMBÉM NO SITE **WWW.E-NEGOCIOSPUBLICOS.COM.BR**. SÃO PAULO, 29 MARÇO 2022.

SECRETARIA DE PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE
GERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS
NÚCLEO DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS

Acha-se aberto, no INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - à Av. Ibirapuera, n.º 981 - 6º andar, o **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 222/2022 - PROCESSO IAMSPE N.º 6656/2021 - OFERTA DE COMPRA Nº 532101530552022OC00076 - PARA AQUISIÇÃO DE: FIBRINOGÊNIO + APROTININA + CÁLCIO + TROMBINA.** O encerramento e abertura dar-se-ão no **dia 12/04/2022 às 9:00 HS.** Os interessados deverão acessar, a partir de **31/03/2022**, o endereço eletrônico **www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br**, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e de credenciamento de seus representantes. O EDITAL DA PRESENTE LICITAÇÃO ENCONTRA-SE DISPONÍVEL TAMBÉM NO SITE **WWW.E-NEGOCIOSPUBLICOS.COM.BR**. SÃO PAULO, 29 MARÇO 2022.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - O Presidente do **SINDICATO DOS TRABALHADORES EM HOTÉIS, BARES E RESTAURANTES DE ÁGUAS DE LINDÓIA E REGIÃO**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca todos os associados quites com seus direitos sindicais para participarem da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 04 de abril de 2022 às 9h30min, em 1ª convocação na sede do Sindicato à Rua das Rosas, nº 832, Vila Assumpção, Águas de Lindóia - SP, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) leitura e aprovação da ata anterior; b) Leitura, discussão e aprovação da aquisição de imóvel próprio para as instalações da sub sede no Município de Mogi Guaçú. b) Ratificação dos atos já praticados pela diretoria. A votação será conforme Estatuto Social. Na falta de quorum a mesma será realizada em 2ª convocação, às 10h00min com qualquer número de presentes no mesmo dia e local acima citado. Águas de Lindóia, 29 de março de 2022. **Antonio Carlos da Silva Filho** - Diretor Presidente.

EQUATORIAL ENERGIA S/A
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 03.220.438/0001-73
NIRE 2130000938-8
AVISO AOS ACIONISTAS

Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas da Equatorial Energia S.A., na Alameda A, QDA SQS, s/nº, Loteamento Quitandinha, Altos do Calhau, São Luís, Maranhão, e na página de Relações com Investidores dentro da página da Companhia na internet (http://www.equatorialenergia.com.br), os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei nº 6.404, de 15.12.76, relativos ao exercício findo em 31.12.2021.

Brasília, 24 de março de 2022
Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

equatorial ENERGIA

EQUATORIAL MARANHÃO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 06.272.793/0001-84
AVISO AOS ACIONISTAS

Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas da Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A., na Alameda A, QDA SQS, s/nº, Loteamento Quitandinha, Altos do Calhau, São Luís, Maranhão, e na página de Relações com Investidores dentro da página da Companhia na internet (www.equatorialenergia.com.br), os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei nº 6.404, de 15.12.76, relativos ao exercício findo em 31.12.2021.

São Luís, 24 de março de 2022
Tatiana Queiroga Vasques
Diretora de Relações com Investidores

equatorial ENERGIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE AVAÍ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2022 – EDITAL Nº 011/2022
PROCESSO Nº 011/2022 – TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: A presente licitação tem por finalidade a contratação de Empresa para prestação de serviços técnicos junto a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Avaí- SP, em conformidade com especificações, cronograma e anexos que integram este edital. **DATA DA REALIZAÇÃO: 14/04/2022. HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO: 07h00. LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO: Sala da Comissão de Licitações** – Praça Major Gasparino de Quadros nº 460 – Centro – CEP 16.680-000 – Telefone (14) 3287-1134. A sessão será conduzida pelo Pregoeiro, com o auxílio da Equipe de Apoio. Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos na sessão de processamento logo após o credenciamento dos interessados. **ESCLARECIMENTOS: Seção de Licitações,** localizada na Praça Major Gasparino de Quadros nº 460 – Centro – CEP 16.680-000 – Telefone (14) 3287-1134, e-mail: licitacao@avai.sp.gov.br. Os esclarecimentos prestados serão disponibilizados na página da Internet: www.avai.sp.gov.br.

AVAÍ, SEGUNDA-FEIRA, 28 DE MARÇO DE 2022.
HELLEN FERNANDES RODRIGUES COELHO - PREFEITA MUNICIPAL DE AVAÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3158/2022
TIPO: MENOR PREÇO

Objeto: Aquisição de medicamento para paciente da rede pública em atendimento a demanda judicial. Licitação exclusiva para micro empresas e empresas de pequeno porte, em atendimento à Lei Complementar Nº 123/06 alterada pela Lei Complementar Nº 147/14. Data da Sessão: 12/04/2022. Horário de início da sessão: 09:00 Horas. Local da realização da sessão: Sala de reuniões da Secretaria de Administração - Rua Sebastião Silvestre Neves, 214 - Centro - São Sebastião-Sp. Secretaria de Administração - Departamento de Suprimentos. Taxa para adquirir o edital: r$ 4,00 (quatro reais), ou disponível gratuitamente no site www.saosebastiao.sp.gov.br São Sebastião, 28 de Março de 2022. Reinaldo Alves Moreira Filho Secretário Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220023

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20220023 de interesse da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de hipoclorito de cálcio tablete 65%, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 2602022, até o dia 13/04/2022, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 24 de Março de 2022. JORGE LUIS LEITE SARAIVA DE OLIVEIRA - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220014

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20220014, de interesse da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Tubos PRFV, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 2902022, até o dia 13/04/2022, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 24 de Março de 2022, VALDA FARIAS MAGALHÃES - PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220066

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20220066 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de equipamento hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 662022, até o dia 13/04/2022, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 24 de Março de 2022. JOSÉ CÉLIO BASTOS DE LIMA - PREGOEIRO

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Acha-se aberta no **CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA**, a licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2022**, OC.**102401100632022oc00066**, referente ao Processo nº 2022/10203, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de **contratações, denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – BEC/SP"**, cujo objeto é a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA EM AMBIENTE ESCOLAR realização** do pregão será no dia **13 de abril de 2022**, a partir das **09 horas**. O edital na íntegra, estará disponível para consulta e/ou retirada no site www.bec.sp.gov.br e https://dca.cps.sp.gov.br/licitacoes/.

MUNICIPIO DE BÁLSAMO
Aviso de Licitação

Órgão: Prefeitura Municipal de Bálsamo Objeto: Registro de Preços para a Aquisição de Materiais, para a Manutenção dos Serviços Urbanos. Modalidade: Pregão Presencial nº 05/2022 – Processo 22/2022 – Tipo: Menor Preço Por Item. Abertura: 13/04/2022, Horário 09H00 Edital completo e demais informações serão obtidas na Secretaria desta Prefeitura Municipal, de 2ª a 6ª feira, das 8:00 às 12:00 horas ou no site www.balsamo.sp.gov.br. Carlos Eduardo C. Lourenço - Prefeito Municipal.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - O Presidente do **SINDICATO DOS TRABALHADORES EM HOTÉIS, BARES E RESTAURANTES DE ÁGUAS DE LINDÓIA E REGIÃO**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca todos os associados quites com seus direitos sindicais para participarem da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 04 de abril de 2022 às 11h00min, em 1ª convocação na sede do Sindicato à Rua das Rosas, nº 832, Vila Assumpção, Águas de Lindóia - SP, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) leitura e aprovação da ata anterior; b) Leitura, discussão e aprovação da Prestação de Contas referente o exercício de 2021, balanço financeiro e social, acompanhada do respectivo parecer do Conselho Fiscal. A votação será conforme Estatuto Social. Na falta de quorum a mesma será realizada em 2ª convocação, às 11h30min com qualquer número de presentes no mesmo dia e local acima citado. Águas de Lindóia, 29 de março de 2022. **Antonio Carlos da Silva Filho** - Diretor Presidente.

Departamento Autônomo de Água e Esgotos
AVISO DE LICITAÇÃO
Tomada de Preços nº 002/2022
Processo DAAE nº 693 de 17/03/2022

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de serviços de automação de registros de manobras de redes entre setores e do índice pluviométrico, conforme especificações constantes nos anexos do Edital. Data e horário da abertura: Dia 14/04/2022, às 10h00min (Dez Horas). **LOCAL:** Departamento Autônomo de Água e Esgotos, situado na Rua Domingos Barbieri, 100, Fonte Luminosa, Araraquara-SP. O Edital poderá ser retirado na íntegra através do site: www.daaeararaquara.com.br – link: Painel de Licitações.

Araraquara, 28 de Março de 2022.
Engº Alexandre Coan Pierri - Superintendente

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCHAS
Aviso de Licitação
Pregão Eletrônico Nº03/2022

A Prefeitura Municipal de Conchas comunica que se encontra aberta licitação modalidade Pregão Eletrônico nº03/2022, Objetivando a aquisição de ASPIRADOR CIRÚRGICO (Aspirador de Secreções Elétrico Portátil), para uso junto ao Hospital Municipal, através do Governo Federal/Fundo Nacional da Saúde, por intermédio do Ministério da Saúde, **Proposta de Aquisição de Equipamento/Material Permanente nº11991.412000/1200-03**. A sessão pública será realizada através do Portal de Compras do Governo Federal www.comprasgovernamentais.gov.br, às 09h30min do dia 12 de Abril de 2022. O edital se encontra disponível nos sites www.conchas.sp.gov.br / www.comprasgovernamentais.gov.br. Informações: Setor de Licitações Fone: (14) 3845-8011 ou endereço através do eletrônico: licitacao3@conchas.sp.gov.br ou pmclicitacao@conchas.sp.gov.br. Júlio Tomazela Neto - Prefeito Municipal.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1049316-92.2019.8.26.0100 - (A) MM. Juiz(a) de Direito da 43ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Miguel Ferrari Junior, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Clemente Tarqui Alcon, boliviano, Comerciante, RNE nº V462015-Z, CPF nº 231.651.488-05, que lhe foi proposta uma Ação de Execução de Título Executivo Extrajudicial por parte de Circuito de Compras São Paulo Spe S/A, alegando em síntese: Referida ação visa a execução do débito dos aluguéis e encargos em aberto oriundo do contrato de locação. Encontrando-se o executado em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para a Executada quitar a quantia devidamente atualizada até a data do seu efetivo pagamento, no prazo de 3 dias (art. 827, §1º, do CPC), caso em que a verba honorária devida será reduzida pela metade. O prazo para pagamento começará a fluir no primeiro dia útil seguinte ao término do prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital, quando o executado será considerado citado. Por fim, por meio do presente edital ficará a parte executada ciente do prazo de 15 dias para oferecer embargos, contados da data em que se efetivar a citação, na forma deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de março de 2022.

Sindicato dos Motoristas e Trabalhadores do Ramo de Transporte de Empresas de Cargas Secas e Molhadas e Diferenciados do Comércio, Indústria, Gás (Somente Motoristas), Estabelecimentos Bancários e Financeiros de Osasco e Região. Assembleia Geral Ordinaria Prestação de Contas - Edital de Convocação. Pelo presente edital, ficam convocados, todos associados em dia com suas obrigações estatutárias para participarem da Assembleia Geral Ordinária que se realizará no dia 12 de Abril de 2022, às 15h00min, em primeira convocação, e não atingindo quórum, uma hora após em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes na forma estatutária, à Rua dos Marianos, n.º 123, Centro. Osasco, para tratar da seguinte Ordem do Dia: 1º- Leitura e discussão da ata da assembleia anterior; 2º - apresentação do Relatório de Atividades da Diretoria bem como as contas referentes ao exercício de 2021, acompanhados do balanço contábil e demais peças que o compõe, além do Parecer dos Membros do Conselho Fiscal. Osasco, 30 de março de 2022. **Reginaldo Nunes dos Santos** - Diretor Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCHAS
Aviso de Licitação
Concorrência Nº01/2022.
Aviso de Licitação – Concorrência nº01/2022.

O Prefeito Municipal de Conchas, torna público que se encontra aberta licitação modalidade Concorrência Nº01/2022, objetivando a seleção de empresa do segmento industrial, comercial ou de serviços, para instalação e funcionamento no Município através da concessão de direito real de uso do imóvel localizado na Rua Pernambuco, Centro – Conchas – SP, matrícula nº14.352 – Ficha 01. O edital na íntegra se encontra disponível para download (sem custos) no site oficial da Prefeitura www.conchas.sp.gov.br ou requerer através do e-mail licitacao3@conchas.sp.gov.br; ou licitacao2@conchas.sp.gov.br. Data de Encerramento: 17 de Maio de 2022, às 09:30 horas. Telefone p/ contato: (14)3845-8011/8014. Júlio Tomazela Neto - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCHAS
Aviso de Licitação
Pregão Eletrônico Nº04/2022

A Prefeitura Municipal de Conchas comunica que se encontra aberta licitação modalidade Pregão Eletrônico nº04/2022, Objetivando o registro de preços visando aquisição futura de **enxoval hospitalar para o Hospital Municipal de Conchas. Período 12 meses**. A sessão pública será realizada através do Portal de Compras do Governo Federal www.comprasgovernamentais.gov.br, às 09h30min do dia 13 de Abril de 2022. O edital se encontra disponível nos sites www.conchas.sp.gov.br / www.comprasgovernamentais.gov.br. Informações: Setor de Licitações Fone: (14) 3845-8011 ou endereço através do eletrônico: licitacao3@conchas.sp.gov.br ou pmclicitacao@conchas.sp.gov.br. Júlio Tomazela Neto - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCHAS
Aviso Prorrogação de Prazo
Pregão Eletrônico Nº02/2022

A Prefeitura Municipal de Conchas comunica a prorrogação de prazo do Pregão Eletrônico nº02/2022, objetivando o Registro de preços visando aquisições futuras de alimentos não perecíveis, carnes, embutidos e afins, para compor a merenda escolar e refeições das demais secretarias municipais". Período 12 meses. A Sessão pública será realizada através do Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br, para o às 09h30min do dia 11 de Abril de 2022. O Edital na íntegra se encontra disponível no site oficial da Prefeitura www.conchas.sp.gov.br e no site www.comprasgovernamentais.gov.br. Para maiores informações entrar em contato com o Setor de Licitações através do telefone (14) 3845-8011 ou endereço eletrônico: licitacao2@conchas.sp.gov.br / licitacao3@conchas.sp.gov.br. Júlio Tomazela Neto – Prefeito Municipal.

Município da Estância Turística de Piraju
AVISO DE LICITAÇÃO
LEILÃO ELETRÔNICO N. 01/2022

Objeto: Alienação de veículos, maquinários, embarcação Tijuco Preto e sucatas, considerados inservíveis ao Município de Piraju. **Início dos lances e vencimento:** a partir do dia 30/03/2022 até 25/04/2022, às 10h. **Cadastramento e registro de lances:** exclusivamente eletrônico por meio do site www.gilsonleiloes.com.br. **Edital** disponível nos sítios eletrônicos www.estanciadepiraju.sp.gov.br/licitacoes/editais e www.gilsonleiloes.com.br. **Mais informações:** Setor de Licitações da Prefeitura: Pç. Ataliba Leonel, 173, Centro; fone (14) 3305-9006.

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PIRAJU/SP, 25 DE MARÇO DE 2022.
José Maria Costa - PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE SANTO ANASTÁCIO
Chamamento - Súmula - Pregão Presencial nº 10/2022

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA NOS DOCUMENTOS DE INTERNAÇÕES HOSPITALARES, BEM COMO DEMAIS DOCUMENTOS DA SEC. DE SAÚDE.**
ABERTURA/SESSÃO: 11/04/2022 às 08h30min.
O Edital estará à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.santoanastacio.sp.gov.br, no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, sito na Rua Barão do Rio Branco, 220, centro, ou solicitar pelo e-mail: licitacaosantoanastacio@gmail.com. Informações pelo tel.(18) 3263-9425.
Download do edital em: http://186.233.125.85:8079/comprasedital/

Santo Anastácio, 29 de março de 2022.
JOSÉ BONILHA SANCHES – Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SANTO ANASTÁCIO
"RETIFICADO"
Chamamento – Súmula – Tomada de Preços nº 03/2022

OBJETO: Construção de um Galpão Metálico – Recinto de Exposições FAISA – Convênio nº 101535/2021.
CADASTRAMENTO DAS EMPRESAS: Deverá ser efetuado até às 11:00 horas do dia 18 de abril de 2022.
ENCERRAMENTO: 19/04/2022, às 08h30min.
ABERTURA DOS ENVELOPES: 19/04/2022 às 08h40min.
O Edital estará à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.santoanastacio.sp.gov.br, no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, sito na Rua Barão do Rio Branco, 220, centro, ou solicitar pelo e-mail: licitacaosantoanastacio@gmail.com. Informações pelo tel.(18) 3263-9425.

Santo Anastácio, 29 de março de 2022.
JOSÉ BONILHA SANCHES – Prefeito Municipal

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE PAPEL, CELULOSE, PASTA DE MADEIRA PARA PAPEL, PAPELÃO E CORTIÇA DE CAIEIRAS. E-mail: sticaieiras@terra.com.br - **Site:** www.stipapelcaieiras.com.br - Rua Domingos do Carmo Leite nº 116 - Centro - Caieiras - Fone: 4605-2038/ 4442-5422 - **EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA:** Pelo presente Edital, ficam convocados todos os funcionários da empresa KLABIN S A, a comparecerem no dia 01 de abril de 2022 as 09h00m, em primeira convocação e caso não haja número legal as 13h00m em segunda convocação com qualquer número de trabalhadores presentes, em sua sede social, sito a Rua: Domingos do Carmo Leite nº 116 - Centro - Caieiras - São Paulo para se reunirem em Assembleia específica para tratar de Assunto: Renovação do Acordo de Compensação de Horas de Trabalho (Banco de Horas) e possíveis condições de renovação do acordo. Caieiras, 30 de março de 2022. **Anderson Donizeti Cardoso** - Presidente.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 04.895.728/0001-80
AVISO AOS ACIONISTAS

Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas da Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. na Rodovia Augusto Montenegro, km 8,5, Belém, e na página de Relações com Investidores dentro da página da Companhia na internet (www.equatorialenergia.com.br), os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei nº 6.404, de 15.12.76, relativos ao exercício findo em 31.12.2021.

Belém, 24 de março de 2022
Tatiana Queiroga Vasques
Diretora de Relações com Investidores

equatorial ENERGIA

Anauê, je suis liberô, ce billet est vrai!

Nova esquerda brasileira insiste em tentar roubar o termo liberal

Helio Beltrão
Engenheiro com especialização em finanças e MBA na Universidade Columbia, é presidente do Instituto Mises Brasil

O declínio das ideias socialistas por estas bandas tem promovido uma cerimoniosa procissão de socialistas das vertentes menos puristas para se autoproclamarem "liberais", como ilustram artigos recorrentes nesta **Folha**. *Constrangidos por décadas de desastre, restou-lhes abandonar, por sobrevivência, o rótulo original e adotar roupagem moderna de aluguel. A escolha foi o liberalismo em ascensão.*

Como dizia Schumpeter, é "um supremo elogio, ainda que não proposital, que os inimigos do sistema de livre-iniciativa decidam confiscar o termo liberal para significar o contrário do que representa". Ao espremer o pseudoliberal —que chamarei de Fabiano—, sai um conteúdo avermelhado indistinguível da social-democracia.

"Liberalismo" para o Fabiano é algo como vestir fantasia de índio em um Carnaval financiado com dinheiro público. E sempre com direito a apito do "papai-Estado" que, espera, magicamente vai prover as coisas essenciais (segundo o Fabiano, o Estado "encontra" ou "inventa" dinheiro) e servirá de instrumento para redesenhar a sociedade em prol de seus "nobres" objetivos.

Roberto Campos dizia que todo cidadão com formação marxista parece um francês falando tupi-guarani quando se torna liberal. "Anauê, je suis liberô, ce billet est vrai!".

E o que é o liberalismo? Segundo Ludwig von Mises (Liberalismo, LVM Editora), os pensadores do século 18 e início do século 19 formularam um programa que serviu de guia para políticas públicas na Inglaterra e nos Estados Unidos, e depois no resto do mundo.

Ainda que não tenha sido completamente implementado, a breve supremacia das ideias liberais mudou a face do planeta. É baseado na ideia de que a sociedade civil é basicamente autorregulada quando os cidadãos são livres para agir dentro das fronteiras de seus direitos individuais: o "laissez faire, laissez passer". É muito mais abrangente que a economia ou o livre mercado, pois centra-se nas pessoas comuns e em sua busca por felicidade e prosperidade.

Por que brigar pelo nome liberal? Para manter uma coerência conceitual ao lidar com a história intelectual. Segundo a classificação de tipos ideais weberiana, há uma linha coerente em Locke, Hume, Smith, Jefferson, Burke, Turgot, Bastiat, Nabuco, Cairu, Mises, Campos e o liberalismo contemporâneo brasileiro. Mas o Fabiano gostaria, social-democraticamente, de substituí-la por uma interseção dos conjuntos formados por Keynes, Popper, Mill, Rawls e Merquior.

O foco passaria à supremacia da "expressão individual" e de uma "igualdade" imposta de cima para baixo, que difere integralmente da igualdade perante a lei. O conceito fundamentalmente liberal de propriedade privada (e da liberdade de seu uso) seria omitido em prol do chamado "bem comum", das decisões centralizadas e do intervencionismo. O liberalismo seria diluído a ponto de perder a significância. Não existiria consenso a respeito do campo de atuação do Estado.

O golpe não vingará.

Toda a discussão sobre "liberalismo" da turma do Fabiano é sobre o que o presidente falou ou o que o Lula defende. O costume de supervalorizar o chefe do Executivo revela seu DNA iliberal —a velha dependência de um "pai do povo". Já deveriam saber que do Executivo só vem mesmo casuísmo: um plano setorial aqui, um aumento de alíquota acolá, um decretozinho proibitivo aqui, um segura-preço ali...

Os liberais têm um sedimentado programa para o país e seguirão buscando as vias políticas para tocá-lo, com foco no Congresso e Casas Legislativas, onde as mudanças estruturais são negociadas. Contudo, devem ocupar todos os espaços possíveis na administração pública. A lacração virtual pode ficar com os Fabianos de sofá, cada vez mais politicamente corretos e próximos ao PT.

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcos Vasconcellos, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, Cecilia Machado | QUA. Helio Beltrão | **QUI. Cida Bento,** Solange Srour | SEX. Nelson Barbosa | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

LinkedIn recua e passa a permitir anúncio de vaga para minorias

Mudança ocorre após críticas a retirada de publicação que dava preferência a negros e indígenas

Fernanda Brigatti e Daniela Arcanjo

SÃO PAULO Após derrubar um anúncio que dava preferência a candidatos negros e indígenas, a rede social voltada para trabalho LinkedIn recuou e passou a aceitar divulgação de vagas para minorias.

Em nota, a plataforma agradece o retorno da comunidade brasileira e diz que atualizou a sua política global de anúncios para "permitir a divulgação de publicações que expressem preferência por profissionais de grupos historicamente desfavorecidos na contratação em países onde esta prática é considerada legal".

A mudança ocorreu após o caso ser noticiado pela **Folha**, há duas semanas, e se tornar alvo de ação civil pública da Educafro, da Frente Nacional Antirracista e do Centro Santo Dias de Direitos Humanos, da Arquidiocese de São Paulo.

No documento, as entidades afirmam que a pretexto de evitar discriminação, a empresa consegue o efeito "exatamente inverso": reforçar a discriminação histórica e tradicional de minorias no mercado de trabalho brasileiro.

As entidades afirmam ainda que o STF (Supremo Tribunal Federal) já julgou a constitucionalidade das ações afirmativas e sua compatibilidade com o princípio da igualdade.

A vaga derrubada que deu início à discussão foi aberta pelo Laut (Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo) e buscava contratar alguém para a coordenação do setor administrativo e financeiro. O anúncio dizia dar preferência a uma pessoa negra ou indígena.

Após tirar o anúncio do ar, o LinkedIn disse que suas políticas não permitiam vagas que excluíssem ou demonstrassem preferência por profissionais. A restrição valia, segundo a empresa, para quaisquer tipos de características, fossem elas idade, gênero, raça, etnia, religião ou orientação sexual.

Em 2020, um programa de trainees exclusivos para negros, do Magazine Luiza, também foi alvo de críticas.

Em setembro daquele ano, a Defensoria Pública da União entrou com uma ação civil pública para cobrar R$ 10 milhões da empresa, sem sucesso.

Depois da rede de varejo, outras empresas lançaram programas de seleção similares, com reserva de vagas para candidatos negros ou seleções exclusivas. A **Folha** organiza, neste ano, a segunda edição para um treinamento destinado a profissionais negros. A primeira foi em 2021.

> **"** Atualizamos nossa política global de anúncios de vagas para permitir a divulgação de publicações que expressem preferência por profissionais de grupos historicamente desfavorecidos na contratação em países onde esta prática é considerada legal. No Brasil, agora são permitidas vagas afirmativas, inclusive para pessoas negras e indígenas
>
> **LinkedIn**
> em comunicado

MOTORISTAS DE APLICATIVOS FAZEM GREVE NO RIO
Em dia de paralisação de funcionários do transporte público, motoristas de aplicativos como Uber e 99 também cruzaram os braços nesta terça (29) na capital fluminense Mauro Pimentel/AFP

País cria 328,5 mil empregos em fevereiro, em ritmo inferior a 2021

Fábio Pupo

BRASÍLIA O país registrou a criação líquida de 328,5 mil empregos com carteira assinada em fevereiro, o que representa uma queda de 17% em relação ao mesmo mês do ano passado. Além disso, os salários iniciais dos trabalhadores voltaram a cair.

O saldo neste mês é resultado de 2 milhões de contratações e 1,6 milhão de desligamentos e foi divulgado por meio do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), apresentado nesta terça-feira (29) pelo Ministério do Trabalho e Previdência.

Em janeiro, o resultado já havia sido 38% menor do que um ano antes. Para o ministério, a desaceleração é natural após um 2021 de melhora na economia, o fim de medidas emergenciais e a normalização dos dados.

Bruno Dalcolmo, secretário-executivo do Ministério do Trabalho e Previdência, afirma que os dados neste ano tendem a seguir o desempenho da atividade (o mercado espera que o país cresça 0,5% neste ano).

"As empresas não vão continuar contratando naquele ritmo do ano passado para sempre, aí [passar a ser] uma questão de crescimento natural da economia", afirmou.

Segundo ele, no entanto, há uma retomada forte das contratações enquanto os desligamentos permanecem relativamente estáveis —por isso, disse, os números merecem comemoração. "É um processo consistente com a retomada da economia brasileira", afirmou.

Após um crescimento em janeiro (que sucedeu um aumento marginal em dezembro), os salários de admissão voltaram a cair —retomando a trajetória de quedas consecutivas registradas de junho a novembro de 2021.

A remuneração média para quem foi contratado em fevereiro foi de R$ 1.878,66, 3% menos do que em janeiro e 2,4% inferior a um ano antes (já considerando dados corrigidos pela inflação). Segundo os técnicos, a menor remuneração costuma ser observada em momentos de expansão.

"Quando aumenta o número de admissões, aumenta a base de trabalhadores contratados e normalmente aumenta o número de contratados com menor renda. Esse é um movimento que acaba sendo comum", afirmou Luis Felipe de Oliveira, secretário de Trabalho.

Justificativa semelhante é dada para o aumento nos pedidos de seguro-desemprego, que chegaram a 550,2 mil em fevereiro (4% mais do que em janeiro e 13% mais do que um ano antes). Segundo os técnicos, uma economia mais aquecida provoca mais movimentação e mais fluxo de entradas e saídas do mercado de trabalho.

Todos os setores sustentaram a criação de postos de trabalho no mês. O destaque foi o setor de serviços (215,4 mil novas vagas), liderado pela seção de educação (66,5 mil vagas abertas).

Os técnicos do ministério afirmam que o arrefecimento da pandemia e a flexibilização das medidas sanitárias estimulou a contratação de profissionais da educação.

Em seguida, ficaram indústria (43 mil), construção (39,4 mil), agropecuária (17,4 mil) e comércio (13,2 mil).

Por divisão geográfica, também houve resultado positivo em todas as regiões. O Sudeste liderou (com abertura de 162,4 mil postos) e foi seguido por Sul (82,8 mil), Centro-Oeste (40,9 mil), Nordeste (28 mil) e Norte (12,7 mil).

Os dados neste ano tendem a ser limitados pelo fim gradual dos efeitos do programa emergencial de manutenção de emprego e renda.

Onyx Lorenzoni, ministro do Trabalho e Previdência, afirmou nesta terça que o país deve criar até 2 milhões de vagas formais em 2022 —embora a área técnica tenha afirmado que essa é apenas uma expectativa e que a pasta não divulga previsões.

Analistas calculam um número mais modesto. A LCA Consultores projetaram no mês passado a criação de 895 mil vagas em 2022.

Emprego formal tem desaceleração em relação a 2021

*Até janeiro de 2022, considera também dados entregues fora do prazo
**Dados atualizados pelo INPC | Fonte: Caged

1 em cada 3 crianças com deficiência é vítima de agressão

Pesquisa analisou dados de quase 17 milhões de menores de 18 anos em 25 países; violência emocional é a mais comum

Ana Bottallo

SÃO PAULO Um em cada três crianças e adolescentes portadores de deficiência (motora, sensorial ou cognitiva) já sofreu algum tipo de violência, seja ela física, psicológica ou sexual. O dado faz parte de um estudo global divulgado recentemente.

A pesquisa, publicada no último dia 15 no periódico especializado The Lancet Child & Adolescent Health, concluiu que, em todo o mundo, 31,7% das crianças e adolescentes de 0 a 18 anos foram vítimas de violência. Além disso, o trabalho aponta que o risco de uma criança ou adolescente com deficiência ser vítima de uma agressão é duas vezes maior em comparação àquelas que não possuem deficiência.

Os dados até então disponíveis sobre violência nesse grupo eram de um relatório da OMS (Organização Mundial da Saúde), de 2013, que indicou um risco 3,7 vezes maior para crianças e adolescentes com deficiência sofrerem agressões, e uma estimativa de prevalência de 26,7%.

Em menos de dez anos, houve, portanto, um aumento de 5% na taxa de prevalência, apesar de um risco relativo menor de sofrer violência do que o encontrado antes no relatório da OMS, por incluir mais países na amostra.

A pesquisa do tipo metanálise foi baseada 386 artigos publicados contendo as palavras "deficiência", "violência", "crianças" e "adolescentes" nas línguas inglesa e chinesa de agosto de 2010 a setembro de 2020. Os estudos que não possuíam dados sobre o tipo de violência sofrida ou de deficiência portadora foram excluídos.

Ao final, o levantamento possuía registros de 16,8 milhões de crianças e adolescentes com deficiência, de 25 países, que haviam sofrido algum tipo de violência.

Os pesquisadores também identificaram que as crianças com algum tipo de deficiência mental (34,4%) ou com algum impedimento cognitivo ou de aprendizado (33%) são as que mais sofrem violência, enquanto as com deficiências sensoriais (27,4%), físicas (25,6%) ou de doenças crônicas (20,5%) são relativamente menos vulneráveis.

Quanto aos tipos de violência mais comuns sofridos por esses indivíduos, o maior número de registros reporta violência emocional (36,2%), seguida por física (31,7%), negligência ou abandono (19,4%) e, por fim, sexual (11,3%).

Segundo a pesquisa, quase 4 em cada 10 crianças e adolescentes com deficiência sofrem agressão de seus colegas. O bullying (37,7%) e o cyberbullying (23,4%) são os tipos mais frequentes de violência nesse contexto.

Outros agressores identificados são adultos que praticam maus-tratos (26,4%) e contatos íntimos (14,4%). O artigo destaca ainda que o risco de sofrer violência física, emocional ou sexual pelos parceiros é cerca de quatro vezes maior em adolescentes com deficiência do que entre aqueles que não são portadores de necessidades especiais.

A estimativa de violência nesse grupo de indivíduos com algum tipo de vulnerabilidade, segundo os autores, possibilita identificar fatores que podem estar ligados ao problema e, assim, criar políticas públicas voltadas para as potenciais vítimas.

Para o psicólogo Denis Ferreira, professor do Centro Universitário Várzea Grande em Cuiabá e doutorando em Saúde Coletiva na Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, na última década cresceram os estudos que buscam traçar os indicadores de violência em crianças e adolescentes com deficiência e também em pessoas com essas condições na população como um todo, o que ajuda a identificar como esse grupo é um dos que mais estão sujeitos a esse tipo de abuso.

"Por que o risco é maior nesse grupo? Essas crianças têm dificuldade de se comunicar e de serem levadas a sério por portarem alguma deficiência cognitiva, por às vezes estarem institucionalizadas e, por isso, serem consideradas mais violentas e problemáticas", diz. "Uma criança que é surda e muda, por exemplo, ela não vai conseguir comunicar que sofre violência sexual, e isso é usado pelos agressores", explica.

Como em quase todos os indicadores de saúde, a pesquisa apontou também índices mais altos de violência em países de renda média e baixa em comparação aos países de renda mais alta.

"Costumo dizer que a violência não é só um tiro ou uma facada, é também a desigualdade, a falta de acesso à escola, à saúde, aos direitos. E com crianças e adolescentes com deficiência não é diferente, especialmente em um contexto em que muitos não têm sequer acesso aos espaços de educação ou de cuidado", avalia o psicólogo.

De acordo com um levantamento de 2020, cerca de 11,2% das crianças e adolescentes em todo o mundo possuem alguma deficiência mental, sensorial ou epilepsia grave.

Segundo a pediatra e responsável pelo ambulatório pediátrico de doenças crônicas e complexas do Instituto da Criança, ligado ao Hospital das Clínicas de São Paulo, Maria Lúcia Bourroul, esses índices de violência são alarmantes e expõem outro obstáculo, o olhar médico.

"Em nosso ambulatório são raros os relatos de violência sofridos pelos nossos pacientes. Isso significa que não existem? Não, é preciso considerar que muitas vezes para identificar uma agressão é preciso um olhar especializado do pediatra sobre como aquele adoecimento pode estar ligado a um passado de violência ou abuso", afirma.

Bourroul reforça ainda a importância de programas de apoio a crianças e adolescentes vítimas de violência.

"Com frequência há uma situação de esgotamento dos pais ou dos cuidadores por causa das necessidades especiais da criança, e isso pode levar a uma negligência, que é muitas vezes também difícil de ser detectada. Essa negligência pode ser emocional, psicológica", afirma.

Para ela, os números devem estar subnotificados, especialmente para as violências do tipo emocional. "Além do levantamento da OMS, temos hoje dados que uma em cada dez famílias tem uma pessoa portadora de deficiência. É um contingente enorme de pessoas para ser ignorado e violentado", avalia.

Violência sofrida por crianças e adolescentes com algum tipo de deficiência

Estudo apontou que 1 em cada 3 crianças sofreu violência em algum momento de sua vida

Prevalência geral de violência em crianças e adolescentes com algum tipo de deficiência, a partir de dados globais de 2010 a 2020
Em %

Um terço das crianças com deficiência sofreu algum tipo de violência; em 2013, esse número era **26%**

Tipo de violência mais comum entre as crianças e adolescentes com deficiência
Em %

Tipo	%
Violência emocional	36,2
Violência física	31,7
Violência sexual	11,3
Negligência ou abandono	19,4

Prevalência de violência por tipo de deficiência em crianças e adolescentes*
Em %

Tipo de deficiência	%
Deficiência mental	34,4
Deficiência cognitiva ou de aprendizado	33
Deficiência sensorial (por ex.: surdez)	27,4
Deficiência física ou de mobilidade	25,6
Doenças crônicas	20,5

*Os valores não somam 100% porque as vítimas podem sofrer de mais de um tipo de deficiência| Fonte: The Lancet Child & Adolescent Health, Fang et al. 2022

> Por que o risco é maior nesse grupo? Essas crianças têm dificuldade de se comunicar e de serem levadas a sério por portarem alguma deficiência cognitiva, por às vezes estarem institucionalizadas e, por isso, serem consideradas mais violentas e problemáticas
>
> **Denis Ferreira**
> psicólogo

Vista aérea da praça Princesa Isabel, no centro de São Paulo Danilo Verpa - 23.mar.22/Folhapress

Doria diz ter ordenado retirada de barracas da nova cracolândia em SP

Arthur Rodrigues

SÃO PAULO O governador João Doria (PSDB) afirmou nesta terça-feira (29) que orientou a retirada de tendas para coibir o tráfico na praça Princesa Isabel, no centro de São Paulo, para onde migraram usuários de drogas da cracolândia. A afirmação foi feita em evento para inauguração de passagem entre a estação da Luz da CPTM e a Sala São Paulo, batizada de Boulevard João Carlos Martins, em homenagem ao pianista e maestro brasileiro.

Doria disse ter orientado o secretário da Segurança Pública, general João Campos, e membros da pasta para que haja a retirada, após ver cenas da praça Princesa Isabel em uma reportagem na TV.

"Onde você tem tenda, você tem o tráfico. Então a orientação que dei ao secretário de Segurança Pública, junto com a Guarda Civil Metropolitana, porque esse é um tema da prefeitura, não é um tema do estado, foi: barracas, não", afirmou.

Na praça, porém, antes dos usuários de drogas, havia uma grande quantidade de pessoas que ficaram sem moradia durante a crise econômica causada pela pandemia.

Questionada sobre quando fará a retirada das tendas, a Secretaria da Segurança Pública não informou uma data. Disse que realiza ações permanentes contra o tráfico e a prisão de criminosos na região central de São Paulo.

Na nota, a SSP afirma que desde o início da atual gestão, 3,8 toneladas de drogas foram retiradas das ruas da região, além da apreensão de armas. "Atualmente na sua 5ª fase, a operação Caronte já permitiu a prisão de 93 traficantes de drogas e a instauração de sete inquéritos policiais, que contam com um robusto conjunto probatório", afirma a pasta.

"Durante essas ações, todas as estruturas eventualmente utilizadas pelo tráfico de drogas são desmontadas", afirma trecho da nota.

Doria também se recusou a falar de política. "Vocês tão louquinhos para falar de política, de Eduardo Leite, PSDB, sucessão, tal, mas esse não é o nosso tema de hoje, nosso tema de hoje é cultura", disse.

Segundo o governo, os 210 metros de percurso no boulevard têm cobertura de vidro, sistema de iluminação projetado com lâmpadas led e fitas representando os dormentes uma via férrea. Além disso, há um projeto paisagístico com jardim vertical e bancos de madeira no estilo dos usados na estação e sistema de som com música clássica no caminho.

Ocupada por famílias de trabalhadores que perderam renda durante a pandemia da Covid-19 e acabaram indo morar nas ruas, a praça Princesa Isabel se tornou um novo núcleo da cracolândia.

Até o último dia 23 de março, a Prefeitura de São Paulo havia contabilizado 255 barracas na praça. O local é estratégico, uma vez que a copa das árvores impede a visualização do local por drones e câmeras. Além disso, a praça tem muitas rotas de fuga, o que dificulta operações policiais contra o tráfico.

Nos antigos endereços da cracolândia, no entorno da praça Júlio Prestes, os frequentadores eram encurralados na rua Helvetia e na alameda Cleveland durante abordagens policiais. Duas vezes por dia, agentes especiais da GCM (Guarda Civil Metropolitana) obrigavam o fluxo a se deslocar para permitir a limpeza das ruas pelos funcionários da prefeitura. Muitas vezes a movimentação terminava em conflito. Já na Princesa Isabel, a facilidade em deixar o local é um atrativo mesmo aumentando a visibilidade do tráfico devido à proximidade com vias movimentadas da capital paulista.

Como acontecia no entorno da Júlio Prestes, o comércio próximo da Princesa Isabel já se reorganizou para encerrar o expediente mais cedo, enquanto moradores passaram a evitar sair durante a noite, fruto do medo da violência na região.

> Onde você tem tenda, você tem o tráfico. Então, a orientação que dei ao secretário de Segurança Pública, junto com a Guarda Civil Metropolitana, porque esse é um tema da prefeitura, não é um tema do estado, foi: barracas, não
>
> **João Doria (PSDB)**
> governador de São Paulo

Oscar vai para a escuta coletiva

'No Ritmo do Coração' tem chamado para ampliação dos espaços para ouvir o outro

Jairo Marques

Jornalista, especialista em jornalismo social pela PUC-SP. É cadeirante desde a infância

Há multidões de pessoas em torno de tudo que supostamente funciona de maneira convencional se virando como pode para se ajustar ao ritmo cotidiano de acordar, de comer, de estudar, de trabalhar, de amar e de tentar viver alguma felicidade.

Em geral, pouco se dá conta dos esforços individuais de mães que carregam seus filhos no colo para que eles simplesmente cheguem a algum lugar, nada se sabe da labuta de famílias que zelam por seus velhos com dependência extrema, passamos longe de entender como um casal sobrevive após uma mudança repentina da condição de um ou de outro, pessoas com síndrome de Down, autismo? Raros? Puxa, que difícil deve ser...

No ganhador do Oscar 2022, "No Ritmo do Coração", embora a realidade de uma família surda esteja devidamente adocicada com romance, humor e música, o chamado principal é sobre a ausência —por incrível que pareça o trocadilho é muito pertinente— de uma escuta coletiva para questões que parecem ser absolutamente "problema dos outros".

Uma garota ouvinte, com pais e um irmão surdos, tem de se virar entre seus sonhos e a dependência de sua habilidade de ouvir para ajudar no funcionamento da casa. Vira tudo uma sessão da tarde, há um tanto de distanciamento da realidade tecnológica, mas o debate fundamental está na obra.

O momento histórico que vivemos, embora em solavancos e com ruídos de bombas e de ações virulentas, está colocando a necessidade de se ampliar as oportunidades para "gentes" de todos os tipos em todas as áreas. O sofrimento e a labuta silenciosos de diversidades, porém, resistem encalacrados em famílias, em enfadonhos exemplos de superação, em soluções alternativas e não estruturais.

Não cabe a mim discutir critérios técnicos, cinematográficos a respeito do mérito da principal estatueta da mais badalada premiação do cinema ter ido para um filme que debate uma questão da deficiência comunicacional, mas preciso aplaudir o fato de uma discussão em torno das responsabilidades coletivas sobre questões que parecem individuais esteja sob os holofotes, sentada, falando em língua e sinais, no tapete vermelho.

Em algumas ocasiões, é somente dando visibilidade a uma causa, dando espaço a um pensamento dissonante que se ampliam os entendimentos —ou os embates— sobre ele. Se feito com legitimidade, sem enroLLação, a chance de evoluir conceitos é enorme.

O mesmo vale para o fato de o Oscar de ator coadjuvante ter ido para um homem surdo, sinalizado —Troy Kotsur. No mínimo, muita gente vai tentar pensar que existem pessoas extremamente talentosas que falam por gestos, que precisam de maneiras outras de existir, de atuar em frente às câmeras ou na vida que se tem aí fora.

É importante demais para as diferenças que haja campos de multiplicidade, que se rompam bolhas do "cada um com seus problemas" e que assumamos mais o valor humano do direito de ser quem é, mas dançando no mesmo baile, com oportunidade, com voz —ou gesto ou legenda ou comunicação alternativa ou audiodescrição ou a bordo de uma cadeira de rodas.

Pegando emprestado, mais uma vez, uma pérola da empatia criada pela antropóloga e colega Mirian Goldenberg, trata-se de "escutar bonito" para tentar reagir lindamente, levando transformação para o outro e para o coletivo, avançando no sentido mais nobre de ser vivente, aquele que dita o ritmo de amar.

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, Maria Homem | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | **QUI. Sérgio Rodrigues** | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

Novo plano de carreira para professores de SP é aprovado

Segundo o governo, proposta elevará o piso salarial da categoria em 73%

Carlos Petrocilo e Isabela Palhares

Professores protestam na Assembleia contra projeto de lei Ronny Santos/Folhapress

SÃO PAULO Com clima tenso do lado de fora e no plenário da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), deputados aprovaram nesta terça-feira (29) o projeto que institui plano de carreira para professores do ensino médio e fundamental, diretores de escola e supervisores educacionais da rede estadual pública.

Houve 49 votos favoráveis e apenas um contra. Nesta noite, ainda ocorreria a análise de emendas ao projeto.

A proposta é do governador João Doria (PSDB), que pretende sancioná-la antes de deixar o Palácio dos Bandeirantes para se dedicar à sua candidatura à Presidência da República. Também deve deixar o cargo o secretário de Educação, Rossieli Soares, que pretende concorrer a deputado federal pelo PSDB.

Servidores, professores e integrantes da Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) protestaram contra a proposta, principalmente após a fala do deputado Vinícius Camarinha (PSDB), líder do governo na Assembleia.

O presidente da Casa, o deputado Carlão Pignatari (PSDB) chegou a dizer que, se não houvesse silêncio da plateia, todos poderiam ser convidados a se retirar do plenário. "Professor não se comporta dessa maneira", devolveu Camarinha, depois de ter sido chamado de mentiroso.

O trunfo do projeto, na avaliação do governo, é o de tornar a carreira de docente mais atraente com a possibilidade de elevar o piso salarial da categoria no estado em 73%. Desde 2020, o piso salarial de professores da rede estadual paulista é de R$ 2.886,24, valor mínimo estabelecido pelo governo federal para docentes. Com a proposta, o valor passa para R$ 5.000.

A nova carreira é opcional, e os servidores têm até dois anos para aderir. Os temporários e novos ingressos serão automaticamente enquadrados no modelo aprovado.

Após a sanção do governo, a regulamentação da nova carreira deverá ser feita em no máximo 60 dias. Já o aumento de 10% será pago retroativo à data-base de 1º de março.

Um dos pontos criticados por opositores é o de que, com a mudança, educadores passam a integrar o regime de remuneração por subsídio, o que exclui a incorporação de gratificações, bônus ou prêmios atualmente existentes.

Para quem não aderir ao plano, o projeto estabelece reajuste salarial de 10%, o mesmo percentual a ser aplicado para os aposentados.

Deputados de oposição queriam uma votação para cada proposta, a da nova carreira e a do reajuste, e classificaram a junção como chantagem do governo. "A separação [das propostas] é uma questão de justiça", disse a deputada estadual Professora Bebel (PT), que preside a Apeoesp.

Em seu discurso, Camarinha disse que a adesão ao plano de carreira é facultativa e pediu que os seus pares se atentassem para a necessidade de aumentar os vencimentos dos aposentados.

"As pessoas vão ter o direito de permanecer na carreira antiga, com seus quinquênios, e ainda vão receber mais 10%. Agora, item fundamental, os nossos aposentados estão há dez anos sem reajuste. Deputados, coloquem a mão na consciência para aprovarem esse projeto", afirmou o líder.

No mês passado, a associação ingressou com ação no Tribunal de Justiça pleiteando uma reposição salarial de 33%, sob justificativa de adequar o salário-base dos professores do estado ao piso nacional. Ainda não houve decisão.

Segundo Patrick Tranjan, subsecretário de Articulação Regional da Secretaria Estadual de Educação (Seduc), o salário líquido, isto é, com deduções de impostos e contribuições, será de R$ 3.770, enquanto o piso nacional, atualmente, é de quase R$ 3.000.

O salário bruto, para o professor que atua no PEI (Programa de Ensino Integral), será de R$ 7.000. Uma das grandes vitrines de Doria na educação, a modalidade passa por expansão no estado. De acordo com Rossieli Soares, o estado passará das atuais 2.050 escolas em tempo integral para 3.000 até 2023. O formato, aplicado hoje em 464 cidades, atingirá 494 municípios.

Outra vantagem da nova carreira, de acordo com Tranjan, será o adicional de complexidade que pode chegar a R$ 3.000 para os profissionais que optarem por atuar em escolas em regiões periféricas.

"A proposta torna a carreira mais atraente, a gente precisa de cada vez mais jovens interessados em ser docentes".

Para receber os benefícios, os servidores terão de passar por provas a cada dois anos. O processo de avaliação será feito pela secretaria estadual.

Outro dispositivo, contestado pela oposição, é o que disciplina o magistério no PEI. De acordo com trecho do artigo 51, é permitida, no interesse da administração escolar, o imediato encerramento da atuação do docente nas escolas.

Capitólio reabre cânions com menos lanchas e veto a dia de chuva

Isac Godinho

BELO HORIZONTE Mais de 80 dias após a queda de uma rocha sobre lanchas que passeavam pela região dos cânions de Capitólio, no sul de Minas Gerais, o lugar volta a receber turistas nesta quarta (30). A volta das embarcações ao local acontece com normas mais rígidas para garantir a segurança de turistas e trabalhadores.

Pelas novas regras, só cinco embarcações poderão navegar pela área dos cânions por vez —antes do acidente eram 40. Passeios também ficam vetados em caso de chuvas ou de qualquer indício de deslocamento de solo ou rochas.

O novo ordenamento do local foi baseado em relatórios parciais de estudos feitos na área por geólogos. A avaliação está em fase de finalização.

Os estudos geológicos da área estão sendo realizados por uma equipe coordenada pelo presidente da Federação Brasileira de Geólogos, Fábio Reis, que é professor da Unesp (Universidade Estadual Paulista). Fazem parte do grupo novo especialistas na área, de instituições como USP (Universidade de São Paulo), o IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) e a UFG (Universidade Federal de Goiás).

Segundo a professora da UFG Joana Sánchez, que integra a equipe, análises são necessárias para mapear as áreas de risco e evitar futuros acidentes. Para ela, locais com maior risco de novas quedas devem ficar fechados.

"A gente fez a avaliação técnica estrutural, descendo e medindo tudo com uma bússola mesmo. E aí fomos avaliar as fraturas das rochas e para que direção as fraturas estão. O nosso trabalho é verificar onde está quebrado e se pode cair. Fazemos a análise toda do maciço para entender se tem risco e se esse risco é alto ou baixo", explica Sánchez, doutora em geologia.

A partir de propostas da equipe em relatório preliminar, o prefeito da cidade, Cristiano Geraldo da Silva (PP), publicou decreto para reabertura parcial da visitação dos cânions. Após a conclusão dos estudos geológicos, será realizado um plano final de monitoramento, para a liberação definitiva da área.

Outro ponto sugerido pelos cientistas incorporado às regras de reabertura foi a contratação de equipe para fazer inspeção geológica diária da área, monitorando indícios de erosões e movimentações que sinalizem possíveis riscos.

Todos os passageiros das embarcações deverão assinar termo de anuência e consentimento das novas regras. Também será obrigatório uso de capacete de proteção e colete salva-vidas durante todo o trajeto. Antes do acidente, apenas crianças e idosos eram obrigados a utilizar coletes.

A área dos cânions será dividida em dois trechos. O primeiro, mais amplo, permitirá quatro lanchas por vez e terá distância de segurança de 20 metros das bordas do lago. Já o segundo, mais estreito, permitirá uma embarcação por vez e distância de segurança de 7 metros, sem possibilidade de parada nesse trecho.

Os limites de segurança serão sinalizados no local, para orientar a navegação. A entrada será por ordem de chegada e haverá controle de acesso e fiscalização das embarcações no início de cada trecho.

A gente fez a avaliação técnica estrutural, descendo e medindo tudo com uma bússola mesmo. Nosso trabalho é verificar onde está quebrado e se pode cair

Joana Sánchez
geóloga e professora da UFG

Além das sugestões dos geólogos, a Polícia Civil também deu orientações para a segurança do turismo a partir das investigações após o acidente.

"Vimos possibilidades de melhoria na segurança do município e dos municípios limítrofes. E apontamos algumas. É nossa contribuição após um evento triste, mas que gerou investigação muito grande", afirma o delegado Marcos Pimenta, responsável pelo caso.

A investigação da Polícia Civil concluiu que o acidente teve causas naturais. No início do mês, o inquérito foi finalizado e determinou que não houve influência humana na queda do paredão. Dez pessoas morreram no acidente.

Conforme a perícia geológica realizada pela corporação, a queda do paredão foi causada pela correnteza na parte inferior das rochas e também pela ação do vento e das chuvas na parte superior do bloco que se desprendeu.

Segundo o delegado, decisões do que deve ou não ser feito no turismo ficam a cargo da prefeitura.

De acordo com Lucas Arantes, secretário de desenvolvimento econômico sustentável da cidade, responsável pelo setor de turismo, a cidade acatou as recomendações e quer se tornar uma referência em turismo de natureza seguro.

Para o professor Múcio Figueiredo, da UFSJ (Universidade Federal de São João Del Rei), o planejamento precisa ser pensado a partir do conhecimento geológico da região, das informações climáticas e meteorológicas e das questões socioeconômicas.

Doutor em geologia ambiental e conservação de recursos naturais, diz que a exploração do turismo de natureza no Brasil se desenvolveu sem um normas e leis definidas, como há em outros países. Por isso, os desafios para se garantir um turismo seguro são ainda maiores.

EstúdioFolha
projetos patrocinados
educação

Cursinhos oferecem turmas em abril e maio

Saiba em quais situações essas opções podem ser úteis para você se preparar para os vestibulares de inverno ou para os de fim de ano

Há universidades que aplicam vestibulares no meio do ano, em geral, com provas nos meses de junho e julho. São os chamados vestibulares de inverno. Além disso, as provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) já têm data definida: 13 e 20 de novembro. De olho em quem vai tentar o vestibular no meio do ano e nos que desejam estar mais bem preparados para o Enem, cursinhos pré-vestibulares oferecem novas turmas nos meses de abril e maio.

João Pitoscio Filho, coordenador do setor de Apoio e Orientação do Curso Etapa, informa que as turmas de abril e maio têm o conteúdo do primeiro semestre condensado em 10 ou 12 semanas. "Assim o estudante verá boa parte do conteúdo cobrado nesses vestibulares de inverno", diz. Já para quem mira o fim do ano, começar em abril ou maio é melhor do que deixar para o segundo semestre. "Os estudantes ganham tempo de preparação", afirma.

Com mais de 35 anos de experiência na preparação de alunos para o vestibular em diversos cursinhos, o professor e coach Claudio Recco diz que é preciso avaliar cada caso. "Em tese, o aluno que vai prestar o vestibular de meio de ano já deveria estar se preparando desde janeiro. Mas há situações específicas, como aquele que não passou no vestibular do fim do ano passado e vai tentar agora. Acredito que alunos que decidiram só agora prestar o vestibular de inverno e estão despreparados são exceções", pondera.

Em qualquer situação, Recco recomenda se informar sobre o vestibular que vai prestar, analisar como é a prova, quais são as disciplinas de maior peso, confrontar isso com suas deficiências e fazer uma boa revisão dessas matérias nesses dois meses que antecedem o vestibular. "Sempre é preciso ter planejamento e foco e, quando o tempo para preparação é apertado, isso é ainda mais importante", diz.

Para Poly Giardino, fundadora e presidente do Instituto Empreeduca, que entre as atividades oferece um cursinho online destinado a alunos e ex-alunos da rede pública, estratégia e plano de estudo são fatores essenciais para conquistar um lugar na universidade. Isso vale para quem faz cursinho ou estuda por conta própria. "O primeiro passo é saber o que quer e, depois, montar uma estratégia, ter foco e muita dedicação", afirma.

Para a psicóloga Priscila Isabel Dunstan, que trabalha com educação há 32 anos, as turmas de abril e maio ajudam principalmente aqueles alunos recém-formados no Ensino Médio, que estão com o conteúdo fresco na cabeça e precisam de uma revisão. "Para quem terminou o Ensino Médio há mais tempo e precisa de uma preparação maior, dois meses não vão funcionar. É melhor ter foco nos vestibulares do fim do ano", afirma.

Na opinião dos especialistas ouvidos pelo Estúdio Folha, as modalidades de cursinhos presenciais ou EAD são igualmente eficientes, a depender do perfil do aluno. E, nesse sentido, o autoconhecimento vale ouro. Estudantes com foco, disciplinados, capazes de manter uma rotina, sem procrastinar tarefas, não terão problemas com o EAD. Já os que têm dificuldade em manter foco e disciplina de estudo devem optar pelo presencial para ter esse suporte direto do professor.

Outra dúvida entre os que se preparam para o vestibular é se devem conciliar o 3º ano do Ensino Médio com o cursinho. Para os especialistas, a decisão deve considerar o perfil do aluno e a carga de estudos e de horários que ele precisa cumprir na escola. O segredo é manter o equilíbrio porque não adianta se sobrecarregar e comprometer a qualidade do estudo e até a saúde física e emocional.

Ilustrações: Henrique Atalle

Insper APRESENTA

Vestibular de junho no Insper será presencial digital

Modelo reúne o melhor da tecnologia, dos aprendizados da pandemia e da interação presencial para proporcionar mais conforto aos candidatos durante as provas

Estudantes que desejam conquistar uma das vagas dos cursos de graduação do Insper – Administração, Ciências Econômicas, Direito, Engenharia da Computação, Engenharia Mecânica e Engenharia Mecatrônica – podem fazer sua inscrição no site da instituição para o vestibular de junho a partir do dia 11 de abril. Depois de quatro vestibulares online, seguindo os protocolos da pandemia de Covid-19, os candidatos voltarão a fazer a prova presencialmente, no Insper e em mais quatro localidades. "Com base em nosso aprendizado na pandemia, decidimos adotar o modelo presencial digital", explica Tadeu da Ponte, coordenador do vestibular do Insper.

Outra novidade é a entrada do curso de Direito no calendário semestral, após dois vestibulares anuais. "Para montar um novo curso, nossos professores trabalham em torno de três anos. Depois, preferem manter o foco na primeira turma, antes de abrir para entradas semestrais", explica Ponte. É por essa razão que o curso recém-criado de Ciências da Computação não estará no vestibular de junho.

O coordenador destaca que o tema tecnologia com foco em sistemas de informação é transversal em todos os cursos e que a graduação de Direito, por exemplo, diferencia-se no mercado por trazer amplo conhecimento sobre o assunto, cada vez mais necessário a esses profissionais.

O vestibular presencial digital está alinhado à visão de futuro do Insper. "Queremos caminhar para um vestibular cada vez mais personalizado, com múltiplas datas, em que os candidatos possam agendar o dia da prova", afirma. Os aprendizados da pandemia colocaram o Insper mais próximo desse objetivo. Para aplicar o vestibular remoto, em diferentes datas, foi preciso investir em um algoritmo, com recursos de Inteligência Artificial, capaz de administrar de modo personalizado um robusto banco de questões. O algoritmo seleciona as questões em tempo real, quando o candidato está fazendo a prova. A seleção é feita com base em critérios que consideram as respostas de cada candidato e, ainda, a manutenção da abrangência do conteúdo e do grau de dificuldade equivalente para todos.

Divulgação/Insper

Alunos do Insper durante aula na instituição

"O retorno ao presencial no modelo digital é uma decisão do Insper que reúne o melhor dos dois mundos", diz Ponte. Para ele, os benefícios da tecnologia são muitos, mas o presencial traz mais conforto e tranquilidade ao candidato. No vestibular do fim do ano passado, o Insper deu a opção aos candidatos de fazer as provas nas instalações da faculdade, de maneira digital, como fariam em casa. "Eles se sentiram mais tranquilos na faculdade porque quando estão em casa, além de se concentrar na prova, precisam se preocupar com eventuais falhas de conexão da internet ou problemas com o computador. Aqui, qualquer problema de infraestrutura é resolvido por nós. Além disso, fazer a prova em casa, com a presença da família, é uma tensão a mais", diz.

Essa preocupação com o conforto do aluno permanece na graduação. "É senso comum entre educadores que todos os estudantes do país, cada um de acordo com seu perfil pessoal e socioeconômico, retornam da pandemia com lacunas de aprendizagem e emocionais", afirma Ponte. Nesse cenário, o programa MultiInsper, que faz aconselhamento psicopedagógico, está ainda mais ativo. "Além de atividades coletivas, há o atendimento individual que o aluno pode procurar ou ser convidado", informa. Outra atividade importante na graduação é a recuperação das aprendizagens para os alunos que ingressam. "Temos uma revisão de matemática, com avaliações formativas até o aluno atingir 80% de aproveitamento. Na sala, o professor observa cada aluno, personaliza essa revisão de um modo que seria impossível no online", conclui.

SERVIÇO

Vestibular Insper/ junho de 2022

Cursos: Administração, Direito, Economia e Engenharias

Inscrições: de 11 de abril a 3 de junho

Divulgação da data e turno das provas da primeira fase: até 8 de junho

Provas da primeira fase: de 11 a 19 de junho, realizadas em Belo Horizonte/MG, Fortaleza/CE, Ribeirão Preto/SP, Rio de Janeiro/RJ e São Paulo/SP

Convocação para segunda fase: 22 de junho

Provas da segunda fase: 30 de junho a 3 de julho, realizadas no campus do Insper em São Paulo

Divulgação de aprovados em:

- primeira chamada – 18.jul
- segunda chamada – 29.jul
- terceira chamada – 3.ago

EstúdioFolha
projetos patrocinados
educação

Vestibulares de inverno exigem preparação total do estudante

Apesar de menos concorridos em termos de demanda de candidatos, eles cobram o mesmo conteúdo dos exames de fim de ano

No período de junho a julho, entram em cena os vestibulares de inverno nas universidades que oferecem exames semestrais. O número de instituições com essa opção é menor em comparação com os exames do fim do ano. Mas, se a faculdade e o curso fizerem parte do interesse do estudante, vale a pena tentar, na opinião do professor e coach Claudio Recco.

"Caso o estudante tenha prestado o vestibular de fim de ano e não tenha passado, terá, inclusive, elementos para refletir sobre seus pontos fracos e investir neles, aumentando suas chances de sucesso", afirma Recco.

Para João Pitoscio Filho, coordenador do setor de Apoio e Orientação do Curso Etapa, a vantagem desse tipo de vestibular é que, geralmente, é menos concorrido. "Isso acontece porque muitos estudantes optam por não participar desse processo seletivo, dirigindo seu foco para o fim do ano", diz. Regina Fernandes, coordenadora do curso de Gestão de Recursos Humanos da Universidade Guarulhos (UNG), também afirma que a concorrência nos vestibulares de inverno é um pouco menor. "Há alunos que estão no meio do último ano do Ensino Médio e se inscrevem como treineiros para conhecer as provas e testar seu desempenho", informa.

Mas, segundo Regina, é preciso ficar alerta: o conteúdo cobrado nos vestibulares de inverno é o mesmo do pedido no de fim de ano e há casos em que o estudante ainda não viu toda a matéria. A principal orientação para esses casos, segundo Pitoscio, é se preparar como se estivesse prestando um vestibular de fim de ano. "É necessário alterar o cronograma de estudos para poder ver toda a matéria durante o primeiro semestre", diz.

Recco destaca que a meta do aluno deve ser estar preparado da melhor forma possível. "Clareza de objetivos é essencial. O estudante precisa saber qual é a carreira e a universidade que deseja. Se a oportunidade para o que deseja está sendo oferecida no meio do ano, deve tentar e seguir as regras básicas para montar sua estratégia de estudo: ler o edital para entender qual é a forma de acesso; como serão as provas; quais matérias têm mais peso", afirma.

Segundo Poly Giardino, fundadora e presidente da Empreeduca, é fundamental dar especial atenção à redação, um aspecto importante para a maioria dos vestibulares. "Além das disciplinas que terão mais peso, da redação e da interpretação de texto, é bom estar atualizado com os principais temas da atualidade", diz.

A maior parte das universidades com vestibulares de inverno são privadas, então, vale pesquisar sobre as possibilidades de financiamento pelo Prouni ou de bolsas de estudos oferecidas pela instituição.

Muitas vezes o exame de meio de ano funciona para o vestibulando como uma forma de aliviar a pressão, diz a psicóloga Priscila Isabel Dunstan. "Isso no caso dos estudantes, por exemplo, que não passaram na faculdade que desejavam no vestibular do fim do ano e tentam um outro curso e faculdade no meio do ano. Nesse caso, quando passam, se sentem menos pressionados e, muitas vezes, acabam tentando o vestibular novamente no fim do ano", diz. Igualmente importante é estar preparado para um eventual resultado negativo.

A menor concorrência dos vestibulares de inverno, segundo os especialistas, não se aplica a carreiras mais concorridas, como Medicina. Para essas, a demanda não muda.

EstúdioFolha
projetos patrocinados
educação

Enem muda para se alinhar ao Novo Ensino Médio

Novo modelo traz avaliações em duas etapas: a primeira com provas objetivas e interdisciplinares de conhecimentos gerais e redação, e a segunda com avaliações objetivas e discursivas de conhecimentos específicos

O novo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi anunciado pelo Ministério da Educação (MEC) em 17 de março. As mudanças, de acordo com o MEC, foram realizadas para alinhar o Enem ao Novo Ensino Médio, que começou a ser implementado nas escolas e tem prazo de conclusão até 2024. Entre as mudanças no Ensino Médio estão: aumento da carga horária, nova grade curricular e ensino voltado para a formação profissional. Além disso, menor número de aulas expositivas, maior participação dos alunos, aumento de projetos, atividades práticas, cursos e oficinas.

O novo Enem propõe ampliar a oportunidade de quem se formou em um curso técnico de fazer um curso superior. Segundo o MEC, entre as novas características estão valorizar a capacidade de reflexão do aluno, contemplar sua capacidade curricular, proporcionar uma nova oportunidade de vida e melhora profissional e possibilitar que o estudante escolha seu projeto de vida, aptidões e objetivos.

Para isso, o Enem terá sua estrutura organizada em dois eixos: Investigação Científica e Projetos e Processos de Intervenção Social. As provas acontecerão em duas etapas. Na primeira, serão avaliações objetivas e interdisciplinares de conhecimentos gerais e redação. Na segunda, avaliações objetivas e discursivas de conhecimentos específicos, que foram organizados em quatro blocos: 1) Linguagens e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; 2) Matemática e suas Tecnologias e Ciências da Natureza e suas Tecnologias; 4) Ciências da Natureza e suas Tecnologias. Os estudantes poderão optar por um dos quatro blocos.

Eduardo Anizelli/Folhapress - 04.11.2018

Candidatos durante entrada da prova do Enem, na Uninove da Barra Funda, em São Paulo

No primeiro dia de provas, as questões serão objetivas, de múltipla escolha, sobre todas as disciplinas do Ensino Médio. O MEC informou que serão cobradas mais habilidades interpretativas do que conteudistas (ou teóricas) dos participantes. No segundo dia, o estudante responderá apenas questões relativas ao bloco que escolheu na inscrição do Enem. As instituições de ensino superior ficarão responsáveis por definir a qual bloco pertence cada curso de graduação oferecido.

Também estão previstas questões discursivas na segunda etapa, a exemplo do que acontece em vestibulares, como os da Fuvest e da Unicamp. Essa mudança, no entanto, poderá acontecer só depois de 2024 já que exige maior número de corretores e mais questões no Banco Nacional de Itens.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) ficará responsável por definir uma nova Matriz de Referência para o Enem, que é a mesma desde 2009, e a quantidade de questões em cada uma das etapas.

ciência

Eduardo Knapp/Folhapress

Helena Bonciani Nader, 74
Nascida em São Paulo, é bacharel em ciências biomédicas pela Unifesp e licenciada em ciências biológicas pela USP. É doutora em ciências biomédicas pela Unifesp, onde é professora desde 1989. Tem pós-doutorado em ciências biológicas pela Universidade do Sul da Califórnia (EUA). Foi pró-reitora de Graduação da Unifesp de 1999 a 2003, de Pós-Graduação e Pesquisa de 2007 a 2008 e presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência de 2011 a 2017

Helena Nader

Investimento em educação deve ser uma política de Estado, não de governo

Para a primeira mulher eleita presidente da Academia Brasileira de Ciências, interrupção de programas atrapalha o avanço do país

ENTREVISTA

Ana Bottallo

SÃO PAULO Investimento em ciência e educação deve ser contínuo e não depender de ações específicas do governo ou do partido no poder. Cortes na área e a interrupção abrupta de programas de internacionalização são alguns dos pontos que atrapalham o avanço do país, segundo a biomédica Helena Nader.

Professora da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), foi eleita na manhã desta terça (29) presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC) —é a primeira mulher a ocupar o cargo nos 106 anos da instituição.

Como presidente, Nader afirma que pretende reconstruir a educação brasileira, desde o ensino pré-escolar até o superior.

"Precisamos de uma revolução na educação que começa na pré-escola e vai até a pós-graduação. É preciso recuperar o pensar crítico e incentivar as crianças a pensarem desde uma idade muito jovem", avalia a cientista.

Além disso, a atual fuga de cérebros de pesquisadores brasileiros, processo em que pessoas altamente qualificadas com pós-graduação buscam oportunidades no exterior, preocupa por também ter matizes internas. "Não é só a fuga para o exterior que me preocupa, mas dentro do próprio país vejo muitos jovens recém-formados que deixam de buscar a pós-graduação, estão perdidos", diz.

A biomédica conversou com a **Folha** em seu laboratório no Instituto de Farmacologia e Biologia Molecular da Unifesp, em São Paulo, sobre os desafios que espera da presidência da ABC, os obstáculos impostos às mulheres pesquisadoras e quais perspectivas aguarda para a ciência e educação brasileiras em um ano de eleições presidenciais.

*

> É preciso recuperar o pensar crítico e incentivar as crianças a questionarem desde uma idade muito jovem

A senhora foi eleita a primeira mulher a presidir a ABC, com 398 votos a favor (de um total de 420 votos, com 22 abstenções). Que impacto trará à entidade? Espero trazer impactos para a sociedade como um todo, em especial para as meninas mais novas, para que entendam que não há limites para ser quem você quer. Vivemos no Brasil um enorme retrocesso nos direitos das mulheres, o atual presidente [Jair Bolsonaro, do PL] não leva em consideração nossos direitos, as vitórias conquistadas pelas mulheres, com declarações tanto dele quanto da ministra Damares [Alves, da Cidadania, Mulher e Direitos Humanos] bastante nocivas.

Ser a primeira mulher presidente de uma instituição centenária não significa uma mudança propriamente, mas um reconhecimento para a sociedade de como chegamos lá. Sou mulher, mãe, avó, orientadora, viúva, e vou continuar lutando pelos direitos das mulheres, que inclui tudo, não é só direito à educação.

Qual o seu principal desafio na presidência da ABC? Na academia, é a reconstrução da educação básica. Nós da ABC produzimos conteúdo e publicamos na forma de livros ou materiais para depois embasar políticas públicas. A ciência é a base, mas o principal é a educação. E a ciência na educação serve para gerar espírito crítico nas crianças, fazê-las pensar, questionar.

Precisamos de uma revolução na educação que começa na pré-escola e vai até a pós-graduação. É preciso recuperar o pensar crítico e incentivar as crianças a questionarem desde uma idade muito jovem.

Como enxerga o impacto na educação do atual governo e o que diz sobre a queda do Ministro da Educação, Milton Ribeiro? A educação brasileira caminha a passos largos para trás. O Estado brasileiro é laico. É preciso garantir a laicidade como prevista na Constituição brasileira. Para quem não gosta disso, mude a Constituição, mas por enquanto, precisamos agir de acordo.

Qual o papel das entidades científicas na diversidade? É uma preocupação nossa, e em todas as esferas. O assédio sexual e também o moral, que é tão grave quanto, estão na nossa mente. Estamos trabalhando com um grupo liderado pela professora Márcia Barbosa [física da UFRGS] que escreveu um código de ética que será incluído no estatuto da ABC. Esse estatuto terá, inclusive, ações de como lidar com a desinformação científica.

Em relação à diversidade, no último ano os novos membros que entraram da ABC já foram mais diversos, a maioria que entrou foram mulheres. Precisamos contar com essas pessoas porque isso é essencial para aumentar o conhecimento e também dos povos tradicionais, os indígenas, quilombolas, todos.

Nos três anos do governo Bolsonaro, quais os impactos que a colaboração científica internacional sofreu no país? Em primeiro lugar o programa Ciência sem Fronteiras foi um projeto audacioso com impactos muito positivos. É claro que teve erros, mas o impacto na internacionalização da ciência brasileira foi muito grande, e várias colaborações permaneceram dessas idas.

O problema é que no Brasil não existe fluxo contínuo, e ele foi abruptamente cortado. Ciência e educação precisam ser política de Estado, e não de governo. Não pode ser construída a educação com cor político-partidária, quando isso ocorre é um desastre.

Agora, durante o governo Bolsonaro, houve a continuidade de um programa de internacionalização de universidades excelente que é o Print, então não posso dizer que é tudo ruim. É claro que a pandemia atrapalhou principalmente por conta da mobilidade, mas é um caminho a se seguir.

Como enxerga os cortes de cerca de 92% no orçamento da ciência realizados no ano passado? Não foi por falta de comunicação com o Ministério da Economia. É muito triste, me revolta até, porque na hora de fazerem discurso a favor da ciência fazem, mas não praticam. Os cortes são violentos e causam efeitos no futuro.

Durante a pandemia da Covid, o Fundo Monetário Internacional disse que é preciso investir em ciência, só assim iríamos conseguir sair da pandemia. Pensamos que se o FMI diz isso, alguém vai ouvir, mas nada mudou, infelizmente.

O que pensa sobre o investimento privado em ciência? Acho que a parceria público-privada é fundamental, e precisamos buscar isso através de leis que já existem no Brasil. Muitas empresas acabam desistindo de investir em ciência no Brasil porque há uma má compreensão da lei.

Por exemplo, a Embrapa é uma das maiores empresas do Brasil, e ela foi criada no período da ditadura. E eu não defendo os ditadores, eu lutei muito contra os militares na época, mas eles tiveram uma sacada que foi enviar os engenheiros agrônomos para fora do país, fazer doutorado, se especializar e voltar para cá e aplicar. Hoje somos o país número um em produção de soja. Isso deveria servir também para outras áreas, como a da saúde. O Brasil está muito atrasado nisso.

Hoje temos um caminho reverso, de pesquisadores que saem e não voltam? A fuga de cérebros para o exterior é patente, mas vou ser sincera, o que me preocupa não é só a fuga para o exterior, mas dentro do próprio país vejo muitos jovens recém-formados que deixam de buscar a pós-graduação, estão perdidos. Os estudantes estão entrando menos na universidade e os que saem estão procurando menos a pós-graduação. Isso é um retrocesso muito grande.

Costumo dar um exemplo que é a construção de uma estrada, se for paralisada por falta de verba, ninguém gosta de parar uma obra, você pode até ter dificuldades mais para frente, mas retoma. Educação e ciência não recuperam. O aluno que você deixou de formar não forma mais. Por isso meu objetivo principal e pelo qual vou lutar é o reajuste das bolsas de pós-graduação.

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Veterinário era amigo dos animais do Bexiga

TARCÍSIO DE BARROS ARANHA (1961-2022)

Tatiana Cavalcanti

SÃO PAULO O mineiro Tarcísio de Barros Aranha não era um veterinário comum. Tagarela, piadista e bom de papo, ele às vezes aparentava ter um mau humor engraçado quando clientes desesperados tocavam sua campainha após o expediente com um bicho debilitado. Não deixou de atender nenhum.

Obcecado em obter o diagnóstico de seus fiéis clientes, Tarcísio era conhecido como o Doutor House dos gatos, em referência ao personagem da série de TV que era o rei dos diagnósticos médicos impossíveis.

Muitos bichos desacreditados, com chances mínimas de sobreviver, praticamente ressuscitavam quando chegavam ao charmoso sobrado no Bexiga, na região central de São Paulo, consultório onde os "milagres" aconteciam.

"Ele não tinha paz. Lia artigos para se atualizar e explicava tudo em detalhes aos 'pais' dos pets. Ele poderia ser um professor", afirma a enfermeira Ágata Lechar Aranha, 27, filha do veterinário.

Tarcísio mostrava e explicava tudo que estava fazendo com o animal e deixava alguns donos, os mais fortes, assistirem às castrações dos bichanos. Ele também não media esforços para cuidar dos bichos da vizinhança, com o suporte de ONGs.

Ágata cursou enfermagem na mesma faculdade em que o pai fez veterinária, a UEL (Universidade Estadual de Londrina), e quando morava lá fazia chamadas de vídeo com ele, o que influenciou em sua carreira.

"Ficávamos horas discutindo os casos, geralmente pacientes renais. Eu levei todo esse jeito dele para minha profissão, refletiu na minha prática. Tenho muito orgulho em ser como ele", afirma Ágata.

A advogada Bárbara Ratis Moreira Candeo, 49, que tratava seus gatos com o veterinário havia mais de 20 anos, diz que Tarcísio era prático. "Quando eu levava os gatos para vacinar, ele aproveitava e olhava tudo. Ele era diferenciado pelo carinho que ele tinha com os 'cabeçudos', como ele costumava chamá-los."

Ágata conta que desde criança frequentava a clínica do pai, quando ainda era na rua Augusta, e uma noite ajudou no nascimento de ninhada de cães.

A enfermeira afirma que vai manter a clínica aberta com a ajuda de colegas veterinários. "É como ter ele ali conosco", diz Ágata.

Tarcísio estava internado quando morreu, em 13 de março de 2022, em decorrência de aneurisma da aorta abdominal, que o levou a um choque hipovolêmico. Ele tinha 60 anos e deixa dois filhos, Ágata e Enrico, a mulher, Adriana, e uma legião de bichos que ajudou a salvar.

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

PARABENIZAMOS NOSSOS ESTUDANTES PELAS

Aprovações NAS PRINCIPAIS UNIVERSIDADES *Brasileiras*

Somos uma **ESCOLA INTERNACIONAL,** com opções de currículo, que conecta tecnologia, inteligência socioemocional, idiomas, sustentabilidade e conceitos fundamentais de cada área do saber para desenvolver múltiplos **talentos** e entregar excelentes **resultados**!

USP

1º Lugar GERAL POLI – Eng. da Computação
1º Lugar – Odontologia
2º Lugar – Biotecnologia
2º Lugar – Eng. de Alimentos
4º Lugar – Ciência da Computação
8º Lugar – Medicina
9º Lugar – Farmácia

Administração: 2 | Biotecnologia: +1
Ciências Sociais: 2 | Economia: 2
Educomunicação: 1 | Engenharias: +8
Gestão Ambiental: 1 | Letras: 1 | Música: 1

FEDERAIS e ESTADUAIS

1º Lugar UFMG – Eng. de Produção
1º Lugar UFSC – Letras Alemão
2º Lugar UNIFESP – Administração
2º Lugar UNESPAR – Ciências Contábeis
2º Lugar UFCG – Eng. de Biossistemas
2º Lugar UFOP – Eng. Geológica
2º Lugar UFSCAR – Matemática
3º Lugar UFSC – Química Tecnológica
4º Lugar UNIFESP – Administração
4º Lugar UFRJ – Engenharia Metalúrgica
4º Lugar UFU – Matemática
5º Lugar UFMG – Eng. de Produção
5º Lugar UNIFESP – Letras
6º Lugar UFSCAR – Física
9º Lugar UNIFEI – Eng. Mecânica
10º Lugar UFRJ – Ciências Biológicas

UNIFESP – Ciências Atuariais: 1 | Letras: +1
Ciências Ambientais: 1 | Farmácia: 1
Filosofia: 1 | Ciências Econômicas: 1
UFSCAR – Administração: 2 | Química: 1
UFABC – Ciência e Tecnologia: 2
UFMG – Engenharia: +1
UFRJ – Ciências Sociais: 1 | Engenharia: 2
Letras: 1
UFF – Ciências Econômicas: 1 | Ciências Sociais: 1
CEFET – Engenharia: 1 | **UFG** – Engenharia: 1
UFPR – Engenharia: 1 | **IFSP** – Matemática: 1
UFRB – Cinema e Audiovisual: 1
UFRPE – Ciências Biológicas: 1
UFSM – Ciências Econômicas: 1

UNESP

1º Lugar – Eng. Civil
1º Lugar – Física
1º Lugar – Odontologia
4º Lugar – Eng. Biotecnológica
4º Lugar – Eng. de Produção Mecânica
5º Lugar – Eng. de Bioprocessos e Tecnologia
9º Lugar – Letras

Biologia: 1 | Ciência da Computação: 1
Ciências Biológicas: 1 | Engenharias: +6
Física de Materiais: 1 | Pedagogia: 1

FGV

1º Lugar – Administração
Redação Nota 10,0 – Direito

Administração: +10 | Adm. Pública: 3
Ciências Econômicas: 1 | Direito: 6
Economia: 2 | Relações Internacionais: 4

IBMEC

2º Lugar – Direito

Administração: 14 | Direito: +5
Economia: 4 | Relações Internacionais: 1

ESPM

1º Lugar – Publicidade e Propaganda
3º Lugar – Publicidade e Propaganda
8º Lugar – Cinema

Administração: 9 | Audiovisual: 2
Design: 1 | Jornalismo: 2 | Publicidade e Propaganda: +20 | Relações Internacionais: 3
Sistemas de Informação: 1

INSPER

Administração: 13 | Ciências Econômicas: 1
Direito: 7 | Economia: 2 | Engenharias: 11

MACKENZIE SP E CAMPINAS

Administração: 8 | Arquitetura: 5
Ciência da Computação: 1 | Ciências Econômicas: 2 | Direito: 16 | Economia: 3
Engenharias: 14 | Fisioterapia: 1
Jornalismo: 1 | Nutrição: 4 | Pedagogia: 2
Psicologia: 3 | Publicidade e Propaganda: 2
Química: 1

UNICAMP

1º Lugar – Eng. de Produção
5º Lugar – Matemática aplicada a Negócios
10º Lugar – Eng. de Produção

Administração Pública: 1 | Letras: 1
Ciência da Computação: 1 | Engenharias: +10

PUC SP E CAMPINAS

3º Lugar – Psicologia

Administração: 5 | Biomedicina: 1
Ciências Contábeis: 1 | Ciências Sociais: 1
Ciências Econômicas: 5 | Direito: 29
Economia: 1 | Engenharias: 3 | Farmácia: 2
Fisioterapia: 1 | Jornalismo: 1 | Logística: 1
Medicina: 2 | Medicina Veterinária: 1
Pedagogia: 1 | Psicologia: +7
Relações Internacionais: 2
Publicidade e Propaganda: 1

BELAS ARTES

3º Lugar – Design de Moda

Arquitetura: 5 | Cinema: 1 | Design de Animação: 2 | Design de Games: 1
Design Gráfico: 1 | Jornalismo: 1 | Moda: 1
Publicidade e Propaganda: 1
Relações internacionais: 1

FAAP

1º Lugar – Administração
1º Lugar – Economia
1º Lugar – Moda
2º Lugar – Jornalismo
3º Lugar – Design Gráfico

Administração: +7 | Animação: 2
Arquitetura: 1 | Ciências Econômicas: 1
Cinema: 2 | Design: 2 | Direito: 2
Moda: +2 | Publicidade e Propaganda: 2
Relações Internacionais: 1

S. LEOPOLDO MANDIC

Medicina: 7 | Odontologia: 1

+de 700 *aprovações*

Acesse os nossos canais e confira a lista completa de aprovações:

 /colegioportoseguro

 /vportoseguro

 portoseguro.org.br

ambiente

Pauta ambiental tem apoio de ex-ministros e oposição de Aras

PGR se manifestou contra o próprio MPF; ex-titulares do Meio Ambiente fazem périplo no Supremo e no Senado

José Marques e Renato Machado

BRASÍLIA Uma série de ações questionando atos do governo federal em temas ambientais, pautada para julgamento nesta semana pelo STF (Supremo Tribunal Federal), terá oposição integral do procurador-geral da República, Augusto Aras.

Aras é contra as sete ações previstas para serem analisadas entre a quarta (30) e a quinta-feira (31) em plenário, inclusive em uma apresentada pela própria PGR (Procuradoria-Geral da República) na gestão anterior, de Raquel Dodge.

O julgamento é visto como recado do Supremo ao que especialistas apontam como desmonte de políticas públicas ambientais na gestão Bolsonaro, em especial sobre desmatamento da Amazônia.

As ações em pauta são defendidas por um fórum de ex-ministros do Meio Ambiente dos governos Fernando Henrique Cardoso, Lula, Dilma Rousseff e Michel Temer. Também têm o apoio de entidades ligadas à causa ambiental e de artistas.

Esses ex-ministros se reuniram com ministros do Supremo na semana passada e com o presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para discutir propostas no Legislativo sobre o tema.

Seis das sete ações no STF têm relatoria da ministra Cármen Lúcia, que já deu duros recados a Aras ao mandar que se manifestasse sobre a possibilidade de abertura de inquérito sobre Bolsonaro no escândalo do Ministério da Educação.

Um dos processos pautados foi protocolado no STF em maio de 2019 pelo então vice-procurador-geral da gestão Dodge, Luciano Mariz Maia. Nele, a PGR pedia que fosse declarada inconstitucional resolução de 2018, ainda da gestão Temer, do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente).

Segundo o entendimento anterior da PGR, a norma "não regulamenta de forma minimamente eficaz e adequada os padrões de qualidade do ar".

"[A resolução prevê] valores de padrões iniciais muito permissivos, deixando de fixar prazos peremptórios para o atingimento das sucessivas etapas de padrões de qualidade de ar e apresentando procedimento decisório vago", disse Maia.

Em agosto de 2020, após a mudança no comando da PGR, Aras disse que não havia conflito de fundo constitucional a respeito da validade jurídica do ato, mas "dissenso quanto aos aspectos técnicos que fundamentam a política pública de qualidade do ar". Pediu que o STF negasse o pedido do próprio órgão que comanda.

Questionada pela **Folha**, a PGR disse que as explicações e argumentos sobre as ações "estão expostos nas respectivas manifestações do PGR".

As outras ações que estão na pauta questionam atos do governo Bolsonaro. A primeira que deve ser julgada foi apresentada por PDT, PT, PV, PSB, PC do B, Rede e PSOL e afirma que, por meio de ações e de omissões, a gestão Bolsonaro não tem executado políticas públicas para o combate ao desmatamento da Amazônia Legal e tem violado direitos fundamentais dos indígenas.

Ao se manifestar contra o processo, Aras disse que o instrumento processual apresentado pelos partidos ao STF não é adequado e que pressupõe demandar obrigações genéricas ao Poder Executivo.

Também diz que as informações apresentadas pela Presidência da República e pelo Ministério do Meio Ambiente nos autos "elencam uma série de medidas adotadas pelo Governo Federal para lidar com o atual cenário de desmatamento na Floresta Amazônica".

Outra ação da Rede que diz que Bolsonaro e o ministro do Meio Ambiente —na época, Ricardo Salles— foram omissos no combate ao desmatamento.

Já uma ação do PSB aponta "comportamento omissivo lesivo do Poder Público" em não dar andamento ao funcionamento do Fundo Amazônia" e usar recursos em conta que legalmente deviam financiar projetos de preservação na região.

Em ambas as ações, Aras repetiu que o governo federal listou medidas tomadas sobre os temas e que "substituir a atuação dos Poderes Legislativo e Executivo pelas ações pretendidas pelos requerentes representaria ingerência do Judiciário" nessas questões.

Outra ação, do Partido Verde, diz que Bolsonaro retirou atribuições do Ibama e militarizou a política ambiental brasileira. A PGR pediu rejeição sem análise do temas.

A chamada pauta verde do STF é defendida por entidades como a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), que diz que cada ação "é importante para o correto direcionamento das importantes questões socioambientais e climáticas no atual cenário de desmonte das políticas públicas brasileiras".

O Instituto Talanoa, dedicado a políticas climáticas, diz que "o julgamento da procedência das ações poderá gerar efeito positivo sobre o ambiente institucional e de implementação de políticas públicas climáticas e ambientais, com impacto no nível de emissões brasileiras, nesta década".

+ Ações pautadas para julgamento no STF

- Pede que o governo execute políticas públicas de combate a desmatamento da Amazônia e fortaleça Funai, Ibama e ICMBio
- Contra decreto que retirou autonomia do Ibama para fiscalizar operação contra desmatamento
- Contra decreto que excluiu a sociedade civil do conselho deliberativo do FNMA (Fundo Nacional do Meio Ambiente)
- Diz que Bolsonaro e Ricardo Salles foram omissos no combate ao desmatamento, pede execução do orçamento dos órgãos ambientais e criação de plano de contingência
- Aponta comportamento lesivo do Poder Público "em não dar andamento ao Fundo Amazônia"
- Contra resolução de 2018 que não regulamenta os padrões de qualidade do ar
- Contra a concessão automática, sem análise humana, de alvará de funcionamento e licenças a empresas

Filme da Covid ainda não tem roteiro

Evolução do vírus não permite concluir que variantes serão menos agressivas

Esper Kallás

Médico infectologista, é professor titular do departamento de moléstias infecciosas e parasitárias da Faculdade de Medicina da USP e pesquisador

Vírus mortal. Basta uma rápida procura por essa expressão em filmes e aparece uma longa lista, começando por "Contágio", talvez o filme mais realista de uma suposta terrível pandemia, passando por "Doze Macacos", até o apelativo "Guerra Mundial Z", onde infectados viram zumbis à procura de cérebros.

Em muitos deles, imagina-se um vírus que ganhou agressividade para aniquilar humanos, em muitos casos com requintes sombrios. Mas tudo para satisfazer o desejo dos produtores dos filmes e atrair a audiência fascinada pelo drama.

Da ficção para a realidade, vale refletir sobre os fatos. E, claro, contextualizar na atual pandemia.

Todas as espécies passam por processo de evolução, dirigido pela seleção natural. Em outras palavras, não é o mais forte ou o mais sábio que prevalece, mas o que se adapta melhor, como disse Charles Darwin em seu célebre livro de 1859, "A Origem das Espécies".

Com os vírus não seria diferente. Aliás, a velocidade com que se multiplicam é tão grande de que fica muito mais fácil documentar o processo evolutivo. Em humanos leva muito mais tempo, fazendo com que a demora e sutileza nas mudanças, embora contundentes, façam alguns duvidarem da evolução das espécies advogando pela fantasia criacionista.

O crescente número de variantes do coronavírus que causa Covid, o Sars-CoV-2 leva, inevitavelmente, à pergunta: o que acontecerá com sua capacidade de causar doença?

Usando letras gregas, a OMS vem classificando as variantes de preocupação. Isso porque foram ganhando mais capacidade de transmissão, respeitando o princípio de evolução. Assim, foram substituindo as anteriores. Outra vez, a melhor adaptada, prevalece.

A agressividade da doença não seguiu o mesmo caminho. Foi flutuando para cada variante. Esperado? Sim, pois a capacidade de agredir o paciente pouco faz diferença para o vírus. Quando começa a pior fase da doença, em geral na segunda semana após o início dos sintomas, a principal fase da transmissão já passou.

Foi essa reflexão que fez um grupo de pesquisadores há dois dias. Ao analisarem dados da Inglaterra pelas diferentes variantes, mostram que o caminho da agressividade tem sido aleatório.

Houve uma certa esperança de que o vírus rumava, com o acúmulo de mutações, para se transformar em um germe pouco agressivo com a chegada da ômicron. Muitos chegaram a achar que a "solução" para a pandemia viria com um vírus menos agressivo. Alguns estudos sugerem, de fato, que é um vírus mais brando, tanto em modelos em animais, como também visto nos casos de Covid-19 em alguns países.

Cedo demais para afirmar. Reflexo disso foi a disparada de internações e mortes em alguns lugares, principalmente onde a cobertura vacinal em pessoas de mais idade era baixa, como Hong Kong, Alemanha e Áustria.

Há grande exercício dos estudiosos da evolução viral para tentar ver o que teremos a frente. Diferente dos produtores e roteiristas de filmes, é preciso se basear em dados sobre as modificações do vírus até agora e simular para qual lado novos ocorrerão.

Novas variantes virão, sempre buscando mais transmissibilidade, quer seja aumentando a quantidade de vírus nas vias respiratórias altas (nariz, garganta, pois aumentam a disseminação em um espirro, por exemplo), quer seja driblando as defesas construídas por vacinas ou mesmo por infecções por variantes que já circularam. Que preço os vírus irão cobrar em vidas humanas?

O futuro continua incerto.

| **DOM.** Reinaldo José Lopes, Marcelo Leite | **QUA.** Atila Iamarino, Esper Kallás

ABANDONO DE EMPREGO

Solicitamos o comparecimento de **MARIA JOSE ALVES PINTO DA SILVA**, portador(a) da Carteira de Trabalho 90784, Série 10/ PI, ao endereço abaixo, no prazo de 48 horas. O não comparecimento caracterizará o abandono de emprego, conforme o Artigo 482, letra I da CLT. **ECOLIMP SISTEMAS DE SERVIÇOS LTDA.** Av. Paulista, 2202 – 8º andar - Bela Vista, São Paulo - SP, CEP. 01310-300. Data: 30/03/2022.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0011421-34.2021.8.26.0007O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VII - Itaquera, Estado de São Paulo, Dr(a). Alessander Marcondes França Ramos, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) CARLOS ROBERTO COELHO SANTOS JUNIOR, Brasileiro, com endereço à Rua do Fluor, 1233, Casa, Cidade Tiradentes, CEP 08471-530, São Paulo - SP que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Fundação Santo André. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 12.875,45, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 03 de dezembro de 2021.

A Empresa de Ônibus **PASSARO MARRON S.A.** tornou público que a aprovação da execução da obra se deu em 15/01/2021 pelo nº 2021/0028.300, com o início às suas obrigações da **LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO nº LAI 06/CLA-SVMA/2019,** sendo cumpridas as exigências, com as instalações de Lava rodas e seu PCS para finalidade de Instalação, com validade 12/07/2024 para a atividade de Garagem de Ônibus na Av. Ordem e Progresso, 1.001 a 1.251, Jardim das Laranjeiras, São Paulo SP- CEP 02518-130.

unesp **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"**
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS – Campus Araraquara
Chamamento Público nº 01/2022-FCL/CAr.

A **Faculdade de Ciências e Letras da Unesp – Campus de Araraquara** torna público que está aberto o Chamamento Público, no período de 30/03/2022 à 29/04/2022, objetivando a seleção de proposta apresentada por Organização da Sociedade Civil (OSC) interessada em celebrar termo de colaboração, tendo por objeto o desenvolvimento de atividades ou ações referentes a conjunção de esforços para a instalação, o fornecimento de refeições, funcionamento e manutenção do Restaurante Universitário desta Faculdade. As propostas deverão ser apresentadas até o dia 29/04/2022, das 08h às 11h e das 14h às 17h, mediante protocolo junto à Seção Técnica de Comunicações da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp – Campus de Araraquara, situada na Rodovia Araraquara - Jaú, km 01, bairro: Campos Ville, Araraquara – SP, CEP: 14800-901, sala 10 - Ala Sul, do prédio da Administração. A íntegra do instrumento convocatório e seus respectivos modelos, adendos e anexos podem ser obtidos através do site https://www.fclar.unesp.br/, ou solicitados através do e-mail materiais.fclar@unesp.br. Informações adicionais deverão ser encaminhadas à Comissão de Seleção no e-mail anteriormente mencionado – Telefone (16) 3334-6317 (Proc. 209/2022).

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

C.N.P.J. 60.633.674/0001-55

AVISO DE COTACÃO

R 63100.2022 - Elaboração e desenvolvimento dos projetos básico e executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes e comissionamentos, a pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do Núcleo de Tecnologias Avançadas para Bem-estar e Saúde Aplicados às Ciências da Vida - NUTABES.

Obs: A Pesquisa de Mercado Observará a Lei Complementar 123 e 147 para Possível Licitação Destinada a ME/EPP. Recebimento das propostas até 01/04/2022 - 17h, através do fax (11) 3767-4032 ou e-mail srsimon@ipt.br e jorgecar@ipt.br.

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através dos telefones: (11) 3767-4219/4288 - CAD/DACE/LICITAÇÃO.

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº 026/2022
Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE TRÂNSITO PARA SINALIZAÇÃO VERTICAL"
Processo Administrativo: 9.418/2021
Data e Hora do Pregão: 13/04/2022 às 10h00 (Horário Oficial de Brasília - DF)
Local: Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, Sala de Reuniões da Secretaria de Administração, sito à Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000, 1º Andar, Vila Mirim - Praia Grande/SP.
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL COM RESERVA DE COTA PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE
A Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, através da Secretaria de Serviços Urbanos, Secretaria de Trânsito e Secretaria de Cultura e Turismo, torna público que, na data, horário e local acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, com critério de julgamento de MENOR VALOR UNITÁRIO.
Valor total para retirada do edital: R$ 159,34 (cento e cinquenta e nove reais e trinta e quatro centavos)
Local e horário para pagamento da taxa: Banco Santander - das 10h00 às 16h00 e Banco Bradesco - das 10h00 às 16h00.
Local e horário para retirada do edital: Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000, 1º Andar, Vila Mirim - Praia Grande/SP, junto ao Departamento de Licitações, das 09h00 às 16h00 horas, ou, gratuitamente na íntegra através do site www.praiagrande.sp.gov.br.

Praia Grande, 29 de março de 2022.
MARCELO CHAVES DE FREITAS - Resp. p/ Secretaria de Trânsito

EDITAL DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL – "LOTEAMENTO SANTA MARTA RIBEIRÃO PRETO/SP" BCO leilões

ROGÉRIO BOIAJON, Leiloeiro Oficial - JUCESP nº 954, autorizado por JARDIM SANTA MARTHA I SPE LTDA., CNPJ: 12.425.124/0001-06, com sede na Rua Garibaldi, 2050, Ribeirão preto/SP, CIPASA DESENVOLVIMENTO URBANO S.A., CNPJ: 05.262.743/0001-53, com sede na Rua Joaquim Floriano, 466, 15º Andar, São Paulo/SP e WTB EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, CNPJ: 02.998.089/0001-13, com sede na Rua Maringá, 438, Sala 7, Ribeirão Preto/SP, Faz saber que, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514/1997, que institui a alienação fiduciária de bem imóvel, realizará o leilão na modalidade exclusivamente **ONLINE** do lote abaixo, que integra o loteamento denominado "**Loteamento Santa Marta Ribeirão Preto/SP**", registrado na matrícula nº 134.912 perante o 2º Oficial de Registro de Imóveis de Ribeirão Preto/SP, em 1ª praça terá início em 11/04/2022, a partir das 10:00 horas [illegible] ... em igualdade de condições. A eventual desocupação do imóvel é de responsabilidade do arrematante. São ainda de responsabilidade do arrematante todas as despesas relativas à aquisição do imóvel no leilão, mas não se limitando ao pagamento de comissão do Leiloeiro de 5% (cinco por cento) sobre o valor de arrematação, que será realizado no ato da arrematação, responsabilizando-se, ainda, pelas despesas com Escritura Pública ou Particular com a Constituição de Alienação Fiduciária em Garantia, Imposto de Transmissão de Bem Imóvel (ITBI), eventuais foro, taxas, alvarás, certidões, emolumentos, IPTU e outros débitos etc. Os imóveis serão vendidos no estado em que se encontram e sem qualquer garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações extrajudiciais eletrônicas e vistoriar o bem, não podendo o arrematante alegar desconhecimento das condições, características e estado de conservação. **As comunicações ao devedor fiduciante nos endereços físicos do contrato bem como eletrônico informando as datas, local e horário da praça foram enviadas na forma do artigo 27, Parágrafo 2º - A, da Lei 9.514/97.** Mais informações no escritório do leiloeiro ou através dos telefones (11) 3157-0883 ou (11) 95483-1583. Rogério Boiajon, matrícula 954 e contato@bcoleiloes.com.br.

MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA INTERNACIONAL Nº 025-2/20 - PROCESSO Nº 28.973/20

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO E EXECUÇÃO DE OBRAS PARA A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO DO CORREDOR NORDESTE, NO TRECHO ENTRE A AV. JOÃO XXIII À AV. FRANCISCO R. FILHO COM AV. PEDRO ROMERO, INCLUINDO A CONSTRUÇÃO DE UM VIADUTO SOBRE A VIA FÉRREA, NO DISTRITO DE CÉZAR DE SOUZA, NO MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES - COMO ETAPA DO PROGRAMA VIVA MOGI.

O MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES, por intermédio da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana - SMIU, torna público, para conhecimento dos interessados, que após adequações no Edital da Concorrência Pública Internacional nº 025-2/20 e seus anexos, fica REABERTO o prazo para apresentação dos envelopes "DOCUMENTAÇÃO" e "PROPOSTA". Os envelopes mencionados serão recebidos na Secretaria Municipal de Gestão Pública da Prefeitura, na Av. Ver. Narciso Yague Guimarães, 277 – 1º andar (Edifício-Sede da Municipalidade), até às 09 horas do dia 04 de maio de 2022. A abertura do envelope "DOCUMENTAÇÃO" será realizada nesta mesma data às 09 horas e 30 minutos. O Edital, com seus arquivos e anexos, encontra-se à disposição para download no site da Prefeitura (www.mogidascruzes.sp.gov.br/licitacao), ficando também disponível para exame e cópia no endereço acima, devendo trazer Pen Drive para sua cópia.

Mogi das Cruzes, em 29 de março de 2022.
ALESSANDRO SILVEIRA - Secretário Municipal de Infraestrutura Urbana

AVISO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

O MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES, por intermédio do Secretário Municipal de Infraestrutura Urbana, torna público que está promovendo a seguinte licitação, na modalidade "PREGÃO ELETRÔNICO":
EDITAL Nº 022/2022 - PROCESSO Nº 5471/22
OBJETO: AQUISIÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA E TRATOR MINI CARREGADEIRA
As propostas serão abertas em sessão pública que ocorrerá exclusivamente em ambiente eletrônico, na internet, no endereço: http://www.licitacoes-e.com.br, às 08:00 horas do dia 13 de abril de 2022. O edital e seus anexos encontram-se à disposição para download no site da Prefeitura (www.mogidascruzes.sp.gov.br/licitacao) e no referido endereço (licitações-e).

Mogi das Cruzes, em 29 de março de 2022.
ALESSANDRO SILVEIRA - Secretário Municipal de Infraestrutura Urbana

A Empresa Vencimed Serviços Médicos S/S Ltda, CNPJ 04.886.433/0001-47, torna publico que solicita o comparecimento dos Sócios em assembleia a realizar-se em 14/04/22, ás 20:00, na Av. Cupecê , nº 1408, Jardim Prudência - SP, para as seguintes deliberações: a) Dissolução da Sociedade; b) Acerto das dividas quitadas.

COOPEMA
Cooperativa de Trabalho dos Profissionais em Meio Ambiente
CNPJ 03.584.032/0001-70

Nº de Associados: 17 Data:12/04/2022

Convocação da 23ª Assembleia Geral Ordinária – AGO

Convocamos os senhores associados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, na data supra, à Av José César de Oliveira,181-10º andar. cj 1005, Vila Leopoldina, São Paulo - SP, às 9:00 horas, 9:30 horas e 10:00 horas, respectivamente em primeira, segunda e terceira e última convocação, para deliberarem sobre a ordem do dia: a) Pronunciamento da Diretoria; b) Prestação de contas do Exercício Social de 2021 e decisão sobre a cobertura do resultado deficitário do ano findo; c) Eleger os Cooperados para ocuparem os cargos Conselho Fiscal ano de 2022/23 e d) Decisão sobre alternativas para 2022.
Luiz Carlos da Costa - Presidente

Companhia Lithographica Ypiranga

Em Liquidação
CNPJ/MF 60.829.157/0001-56 - NIRE 35.300.040.058
Convocação - Assembleia Geral Ordinária - Artigo 213

Convoco os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, na forma do artigo 213 da Lei nº 6.404/76, a realizar-se na sede social na Rua Tagipuru, 235, 1º andar, sala 14, São Paulo/SP, em 29/04/2022, às 12hs, para prestar-lhe contas dos atos e operações praticados no período e apresentar-lhe o relatório e o balanço do estado da liquidação. São Paulo, 24/03/2022.**Walney de Araújo Moura - Liquidante.**

CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO
CNPJ nº 62.463.005/0001-08 - NIRE nº 3530002780-9
PÁTRIA AMADA BRASIL

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 03/2022

Processo: 061/2020. Objeto: Concessão Remunerada de Uso de áreas vagas no Entreposto de Guaratinguetá, conforme descrição constante no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Obtenção do Edital: a partir de 30/03/2022, através do site www.ceagesp.gov.br, opção "Licitações" e na SELIC - Seção de Licitações. Visita: até 16/05/2022. Sessão: em 17/05/2022 às 09h30 na Av. Dr. Gastão Vidigal, nº 1.946, Prédio da Administração (EDSED III), 2º andar, SELIC – Seção de Licitações, São Paulo – SP.

Maria Valdirene Rodrigues da Silva Carlos
Presidente da Comissão Julgadora

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

PREGÃO PRESENCIAL N.º 021/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 10.263/2021
OBJETO: "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO COM INSTALAÇÃO DE LUMINÁRIA DE BALIZAMENTO EM CONCRETO"
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR VALOR GLOBAL
LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA
COMUNICADO DE ADIAMENTO DA LICITAÇÃO
Comunico a todos os interessados que o CONSELHO REGIONAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO apresentou impugnação ao Edital supramencionado, conforme o Processo Administrativo nº 5.042/2022, e para revisão deste, informo que a data do recebimento dos envelopes PROPOSTA e DOCUMENTAÇÃO designada para o dia 01/04/2022 às 10h00 (Horário Oficial de Brasília - DF), será transferida para DATA A SER MARCADA.
Informamos ainda que após a análise, será agendada nova data. O Edital poderá ser retirado GRATUITAMENTE por quem já o adquiriu presencialmente e também estará disponível para consulta e download gratuito no site www.praiagrande.sp.gov.br.
Este comunicado encontra-se disponível para consulta e download gratuito no site www.praiagrande.sp.gov.br.

Praia Grande, 28 de março de 2022.
SORAIA M. MILAN - Secretária Municipal de Serviços Urbanos

AVISO DE VENDA

Leilão Público nº 092/2022/114.0296-SP

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, por meio da CEPAT- CN Patrimônio e Bens de Terceiros, torna público aos interessados que licitará pela maior oferta e por meio de propostas, lotes dados em garantia de contratos de Penhor, podendo conter, em conjunto ou isoladamente, joias, relógios, canetas, moedas, barras de ouro e demais objetos, vinculados a contratos de Penhor emitidos na(s) Agencia Americana/SP, Agencia Campinas/SP, Agencia Limeira/SP, Agência Piracicaba/SP, Agência Rio Claro/SP, Agência Valinhos/SP, Agência Cidade do Sol/SP, Agência AV. das Amoreiras/SP, Agência Via Brasil/SP, Agência Amparo/SP, Agencia Atibaia/SP, Agencia Bragança Paulista/SP e Agência Jundiaí/SP, Justiça Federal de Americana/SP, vencidos há mais de 30 dias. O Edital de Leilão, contendo as condições para habilitação, valores, prazos e demais disposições regulamentares do qual é parte integrante o presente Aviso de Venda, estará à disposição dos interessados de 30/03/2022 a 18/04/2022, em horário bancário, na(s) a página da CAIXA na Internet https://vitrinedejoias.caixa.gov.br. A exibição das imagens dos lotes ocorrerá no(s) dia(s) 12/04/2022 a 18/04/2022, no site da CAIXA na internet, no endereço https://vitrinedejoias.caixa.gov.br. As propostas são efetuadas nos terminais de autoatendimento localizados em qualquer agência da CAIXA, no(s) dia(s) 18/04/2022, horário de funcionamento da agencias. A divulgação do resultado da Leilão será efetuada no dia 19/04/2022, em primeira chamada, e no(s) dia(s) 25/04/2022, para as demais convocações, nos mesmos locais onde foi divulgado o Edital de Leilão e na página da CAIXA na Internet, no endereço https://vitrinedejoias.caixa.gov.br, opção Resultados. São Paulo, 25 de março de 2022.

A COMISSÃO

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira inscrita na JUCESP sob o nº 836, com escritório Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de bem imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10142395103, no qual figura como **Fiduciante DOMINGOS LUIS QUINTILIANO**, CPF/MF nº 056.237.528-70, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 14 de abril de 2.022, às 15h30min, às 15h30min, à Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP**, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 792.291,78** (Setecentos e Noventa e Dois Mil [illegible]) ... [illegible] ... HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. (HP_1675-02)

EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
CNPJ nº 02.302.101/0001-42 - NIRE nº 35300153243 - Companhia Aberta
Capital Subscrito e Integralizado R$ 285.411.308,35
Convocação

Ficam os Acionistas convocados para, na forma do disposto no Artigo 5º do Estatuto Social, em Assembleias Geral Ordinária e Extraordinária, a serem realizadas no dia **25 de abril de 2022, às 11 horas,** em sua sede social situada na Avenida Jornalista Roberto Marinho, 85 - 16º andar, São Paulo - SP, de forma parcialmente digital, conforme Instrução CVM nº 481, de 17/12/2009 e alterada pela Instrução CVM nº 622 de 17/4/2020, deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: 1.** Tomar conhecimento, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício de 2021, acompanhadas dos Pareceres do Auditor Independente e do Conselho Fiscal; **2.** Deliberar sobre a destinação de resultados e distribuição de dividendos; **3.** Eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal. **Em Assembleia Geral Extraordinária: 1.** Fixar a remuneração dos Administradores, dos membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria. **Informações gerais:** 1) Participação na AGO/E: os Acionistas, seus representantes legais ou procuradores poderão participar da Assembleia sob qualquer das seguintes formas: a) *Presencial*: na sede da empresa, mediante apresentação de documentação comprobatória de sua condição de acionista ou representante/procurador. Preferencialmente, enviar de forma antecipada a documentação por e-mail para conferência. b) *Virtual*: por meio de sistema eletrônico que permite participar e votar. As orientações e os dados para conexão, incluindo a senha necessária para acesso, serão enviados aos Acionistas que, por e-mail, manifestarem o interesse por essa forma de participação e enviarem a documentação comprobatória de sua condição de acionista ou representante/procurador até às 11h00 do dia 21/04/2021. c) *Voto a distância*: os Boletins de Voto a Distância (BVD) podem ser enviados diretamente à Companhia (preferencialmente via e-mail), por meio dos agentes de custódia, ou ao escriturador das ações da Companhia (Banco Bradesco), devendo o BVD ser recebido até o dia 18 de abril de 2022, de acordo com as instruções detalhadas contidas no Manual da Assembleia. A apresentação de documentos assim como a solicitação de participação na AGO/E por sistema eletrônico devem ser entregues na sede da Companhia ou, preferencialmente, encaminhadas ao e-mail riemae@emae.com.br. 2) Voto múltiplo: para a adoção do processo de voto múltiplo na eleição de membros do Conselho de Administração é necessário que seja requerido por acionistas que representem, no mínimo, 5% do capital votante, nos termos das Instruções CVM 165/91 e 282/98. 3) Documentos e informações: os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas e as instruções detalhadas para credenciamento e participação presencial ou remota estão à disposição dos acionistas na sede da Empresa e nos websites de RI da Companhia (http://emae.globalri.com.br/pt), da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br).

São Paulo, 23 de março de 2022
LUIZ CARLOS LUSTRE
Presidente do Conselho de Administração

Vidroporto S.A.

CNPJ/ME nº 48.845.556/0001-05 – NIRE 35.300.107.799
Aviso aos Acionistas

Encontram-se à disposição dos Srs. Acionistas da **Vidroporto S.A.**, na sede da sociedade, localizada à Rodovia Anhanguera, s/nº, Km 226,8, Bairro Sem Denominação, Porto Ferreira-SP, CEP 13.660.970, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6.404/1976, relativos ao exercício findo em 31/12/2021. Porto Ferreira, SP, 29/03/2022. **Edson Luis Rossi** – *Diretor Presidente.* (29, 30 e 31/03/2022)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA

AVISO DE LICITAÇÃO - REPUBLICAÇÃO
Pregão Eletrônico n.º 049/2022 – Proc. Adm. nº. 186/2022

Objeto: Registro de Preços para o fornecimento parcelado de MATERIAL DE APOIO ESPORTIVO e RECREATIVO, atendendo à solicitação das Secretarias Municipais de: Atividade Física, Esporte e Lazer; de Educação; e de Desenvolvimento Social, pelo período de 12 meses. **O Município de Santana de Parnaiba faz saber que, em virtude de problemas técnicos, não foi possível disponibilizar o edital da licitação supra na data estipulada, motivo pelo qual se republica o aviso devolvendo os prazos legais. Do Edital:** O edital completo poderá ser consultado e/ou obtido a partir do dia 30/03/2022, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, bem como por meio do site www.santanadeparnaiba.sp.gov.br, na aba empresas, licitações. Início da sessão de disputa de lances: **Dia 11/04/2022, às 10h00min**.

Santana de Parnaíba, 29 de março de 2022.
ORDENADOR DE PREGÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PG SABESP MO 00506/22 - Prestação de serviços contínuos, voltados à recuperação de créditos vencidos, de clientes/usuários com imóveis localizados nas áreas dos atendimentos comerciais (Butantã, Pirajussara, Taboão da Serra, Cotia, Itapevi, Vargem Grande Paulista), por meio de ações de cobrança administrativa e de serviços de engenharia de corte do fornecimento de água, supressão da ligação por débito, restabelecimento e religação do fornecimento de água, com exceção de "favelas, entidades públicas e grandes consumidores" - UN Oeste - Diretoria Metropolitana M. Edital Completo disponível para "download" a partir de 31/03/2022 no site www.sabesp.com.br/fornecedores, mediante obtenção de senha e Credenciamento (condicionante à participação) no acesso "cadastre sua empresa". Problemas c/ site, tel: (11) 3388-9046, 3388-9332, ou inf.: Rejane H. Poiato (11) 9-4104-5837. Envio das "Propostas" a partir da 00h00h de 15/04/2022 até 09h00 de 18/04/2022, no site acima. Às 09h00 será dado início à Sessão Pública. SP, 30/03/2022 - UN Oeste MO.

Água. Sabendo usar, não vai faltar.

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

CNPJ/ME nº 33.042.730/0001-04 - NIRE: 35300396090 - *Companhia Aberta*
Edital de Convocação
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 29 de abril de 2022

Ficam os senhores acionistas da Companhia Siderúrgica Nacional ("Companhia") convocados para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") a realizar-se no dia 29 de abril de 2022, às 11h, de modo exclusivamente digital, nos termos da Instrução CVM 481/09, conforme alterada, por meio da plataforma *Ten Meetings* ("Sistema Eletrônico"), cujo link será disponibilizado pela Companhia aos acionistas no Manual para Participação na Assembleia, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **I. Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Relatório Anual da Administração, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes e dos Pareceres do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **(ii)** a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e a distribuição de dividendos; e **(iii)** a remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2022. **II. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, a fim de refletir o aumento de capital social aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 9 de março de 2022; e **(ii)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Participação dos Acionistas na AGOE e Apresentação de Documentos:** Poderão participar da AGOE os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, por meio do Sistema Eletrônico ou, ainda, via Boletim de Voto a Distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da AGOE, formas e documentos necessários para participação constam no Manual para Participação na Assembleia e nos Boletins de Voto a Distância (AGO e AGE) e, juntamente com a documentação relativa às matérias da ordem do dia, estão disponíveis nos *websites* de Relações com Investidores da Companhia (www.csn.com.br/ri), da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). **Participação Por Meio do Sistema Eletrônico:** A AGOE será realizada de modo exclusivamente digital, nos termos da Instrução CVM 481/09, sendo que a participação dos acionistas se dará por meio do Sistema Eletrônico, nos termos indicados abaixo. Os acionistas que desejarem participar da AGOE deverão acessar o *link* disponibilizado no Manual para Participação na Assembleia, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação na AGOE, conforme indicados abaixo, até as 11h do dia 27/04/2022. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. **(a)** Extrato atualizado contendo a respectiva participação acionária expedido pelo órgão custodiante com, no máximo, 3 (três) dias de antecedência da AGOE; **(b)** Para pessoas físicas: documento de identidade com foto do acionista; **(c)** Para pessoas jurídicas: (i) estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (ii) documento de identidade com foto do representante legal; **(d)** Para fundos de investimento: (i) regulamento consolidado do fundo; (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iii) documento de identidade com foto do representante legal; e **(e)** Caso qualquer dos acionistas indicados nos itens (b) a (d) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar: (i) procuração com poderes específicos para sua representação na AGOE, que deverá ter sido outorgada há menos de 1 (um) ano; (ii) documentos de identidade do procurador presente, bem como, no caso de pessoa jurídica ou fundo, cópias do documento de identidade e ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato que comprovem os poderes de representação. Para esta AGOE, a Companhia aceitará procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico, assinadas com uso da certificação ICP-Brasil. **Participação por Voto a Distância:** Nos termos dos artigos 21-A e seguintes da Instrução CVM 481/09, conforme detalhado no Manual para Participação na Assembleia, os acionistas da Companhia poderão encaminhar por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador das ações da Companhia ou diretamente à Companhia, a partir desta data e até o dia 22/04/2022 (inclusive), suas instruções de voto em relação às matérias da ordem do dia da AGOE, mediante o preenchimento e envio dos Boletins de Voto a Distância (AGO e AGE), cujos modelos foram disponibilizados separadamente, nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e de Relações com Investidores da Companhia (www.csn.com.br/ri). Tendo em vista a realização de modo exclusivamente digital, a AGOE será considerada como realizada na sede social da Companhia, nos termos da Instrução CVM 481/09. Os acionistas da Companhia interessados em acessar as informações ou sanar dúvidas relativas às matérias acima deverão contatar a área de Relações com Investidores da Companhia, por meio do e-mail: invrel@csn.com.br. São Paulo, 29 de março de 2022. **Benjamin Steinbruch -** Presidente do Conselho de Administração.

Rossi Residencial S.A.

CNPJ/MF nº 61.065.751/0001-80 – NIRE 35.300.108.078
Código CVM nº 01630-6 – *Companhia Aberta*
Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 28 de abril de 2022

O Conselho de Administração da Rossi Residencial S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Henri Dunant, 873, 6º andar, conjuntos 601 a 605 – Santo Amaro, CEP 04709-111, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.108.078, inscrita no CNPJ sob nº 61.065.751/0001-80 ("Companhia"), vem pelo presente, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e dos artigos 1º, 3.º, 4.º e 5.º da Instrução CVM nº 481/09 ("ICVM 481/09"), alterada pela Instrução CVM nº 622/20 ("ICVM 622/20"), convocar os senhores Acionistas para reunirem-se em **Assembleia Geral Ordinária** ("Assembleia Geral") **a ser realizada às 15h do dia 28/04/2022, de modo exclusivamente digital, por meio da Plataforma Digital a ser disponibilizada pela Companhia**, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **a.** deliberar sobre as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório anual dos auditores independentes referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro 2021; **b.** tomar as contas dos administradores consubstanciadas no relatório da administração referente ao exercício social findo em 31/12/2021; **c.** deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social da Companhia encerrado em 31/12/2021; **d.** deliberar sobre a fixação do número de membros do conselho fiscal da Companhia; **e.** deliberar sobre a eleição dos membros do conselho fiscal da Companhia; e **f.** deliberar sobre a fixação da remuneração global a ser paga aos administradores da Companhia no exercício de 2022. Nos termos do art. 126, da Lei das S.A., para participar da Assembleia Geral os acionistas deverão apresentar à Companhia os seguintes documentos: (a) documento de identidade (RG, CNH, passaporte ou expedidas por conselhos de classe), desde que contenham foto de seu titular; (b) comprovante atualizado da titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido pela instituição financeira prestadora dos serviços de escrituração das ações da Companhia; (c) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato expedido pela Central Depositária de Ativos da B3, ou pelos agentes de custódia, contendo a respectiva participação acionária; e (d) na hipótese de representação do acionista, original ou cópia autenticada de procuração com firma reconhecida, ou assinada digitalmente, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil, devidamente regularizada na forma da lei. O representante da acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia autenticada ou certidão emitida pelo Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial, conforme o caso, dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) do contrato ou estatuto social; e (b) do ato societário de eleição do administrador que (b.i) participar da Assembleia Geral como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) procuração para que terceiro represente a acionista pessoa jurídica. No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na Assembleia Geral caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo a respeito de quem é titular de poderes para exercício do direito de voto das ações e ativos na carteira do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos referidos documentos societários acima mencionados, deverá apresentar cópia simples do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente. Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem ter reconhecimento das assinaturas por Tabelião ou Notário Público, legalizados em Consulado Brasileiro, caso o país no qual o documento foi firmado seja signatário da Convenção de Viena, apostilados, traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial e registrados no Registro de Títulos e Documentos, nos termos da legislação em vigor. Para fins de melhor organização da Assembleia Geral, a Companhia, nos termos do § 3.º do artigo 11 do estatuto social, recomenda o depósito na sede social, via correio ou endereço eletrônico com solicitação de confirmação de recebimento, com antecedência de 72 horas contadas da data da realização da Assembleia Geral, dos documentos acima referidos. Ressalta-se que **é facultado aos Acionistas participar da Assembleia Geral via boletim de voto a distância**. Neste caso, até o dia 22/04/2022 (inclusive), o acionista deverá transmitir instruções de preenchimento, enviando o respectivo boletim de voto a distância: (a) ao escriturador das ações de emissão da Companhia; (b) aos seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou (c) diretamente à Companhia. Para informações adicionais, o acionista deve observar as regras previstas na Instrução CVM nº 481/2009 e os procedimentos descritos no boletim de voto à distância disponibilizado pela Companhia. A **participação dos Acionistas se dará via Plataforma Digital**, por si ou por procurador devidamente constituído, ainda que não realizem o depósito prévio dos documentos, bastando apresentarem tais documentos na abertura da Assembleia Geral, conforme o disposto no § 2.º do artigo 5.º da ICVM 481/09. Neste caso, o Acionista poderá simplesmente participar da Assembleia, tenha ou não enviado o boletim de voto à distância, observando-se que, caso já tenha enviado o Boletim e deseje votar na Assembleia, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim serão desconsideradas. Os Acionistas deverão enviar a solicitação do *link* para o e-mail ri@rossiresidencial.com.br, com aviso de confirmação de recebimento, com, no mínimo, 3 dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 25/04/2022. Nos termos do artigo 5º, § 3º da IN CVM 481, não será admitido o acesso à Plataforma Digital de Acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto. Os documentos relativos às matérias a serem discutidas na Assembleia Geral e sobre as regras e procedimentos para participação e/ou votação na Assembleia, inclusive orientações sobre acesso à Plataforma Digital, encontram-se à disposição dos acionistas para consulta na sede da Companhia e nas páginas eletrônicas da Companhia (http://ri.rossiresidencial.com.br), da B3 (http://www.b3.com.br) e da CVM (http://www.cvm.gov.br) na rede mundial de computadores, em conformidade com as disposições da Lei das S.A. e da regulamentação aplicável. São Paulo, 28/03/2022.

Marcello Joaquim Pacheco
Presidente do Conselho de Administração

(28, 29 e 30/03/2022)

Felipe Melo levanta troféu da Libertadores após Palmeiras bater Flamengo no Uruguai Juan Mabromata - 27.nov.21/AFP

Tradicionais campeões são batidos, e Real Madrid reina no Ranking Folha

Mesmo sem pontuar em 2021, em que Chelsea e Palmeiras foram os que mais se destacaram, equipe espanhola lidera com folga

SÃO PAULO Em um ano no qual os mais tradicionais vencedores da Europa e os times sul-americanos com mais glórias internacionais não conquistaram títulos fora de seus territórios, o Ranking **Folha** do futebol mundial ficou com seu topo inalterado. A liderança ainda é do Real Madrid, que tem larga vantagem sobre os concorrentes.

Em 2021, a equipe branca ficou com o segundo lugar no Campeonato Espanhol e venceu a Supercopa da Espanha. Mas só as finais internacionais contam pontos neste ranking —uma lista histórica publicada desde 2002, que considera torneios de representatividade, cunho oficial e sequência.

Treze vezes campeão da Champions League, quatro vezes campeão mundial pela Fifa e três vezes campeão do Torneio Intercontinental, o Real Madrid contabiliza 1.630 pontos. É enorme a vantagem para o segundo colocado, o Milan, que soma 1.010. Bayern (960), Boca Juniors (960) e Barcelona (945) completam o top 5.

Pelos critérios do ranking, o ano perfeito de um time europeu, com títulos na Supercopa da Europa, na Champions League e no Mundial, vale 160 pontos. Ou seja, serão necessárias várias temporadas para que qualquer agremiação ameace o primeiro colocado.

O Real Madrid, claro, não pretende ficar estacionado. Dirigida pelo italiano Carlo Ancelotti, que já tem três títulos da Champions no currículo, a formação espanhola está nas quartas de final da principal competição europeia. Depois de ter eliminado o Paris Saint-Germain, enfrentará o atual campeão Chelsea.

No ranking, nenhum dos rivais mais próximos pontuou na edição de 2021. Os 14 primeiros colocados —há um brasileiro no grupo, o São Paulo, em décimo, com 620— ficaram estagnados. A primeira posição na qual houve alguma movimentação foi a 15ª: vice-campeão da Liga Europa, o Manchester United somou 10 pontos, chegou a 490 e se igualou ao Santos.

Quem mais pontuou foi o Chelsea. Em maio, ao bater o Manchester City por 1 a 0, gol de Havertz, e conquistar a Champions, levou 70 pontos. Em agosto, após 1 a 1 com o Villarreal, teve melhor desempenho nos pênaltis, levantou a Supercopa da Europa e ganhou mais 10 pontos.

O clube londrino contabilizou mais 80 pontos já em 2022, em fevereiro, quando foi realizado o Mundial, atrasado em virtude de problemas no calendário durante a pandemia. Mais uma vez, contou com gol de Havertz para erguer uma taça. Na prorrogação, o alemão definiu a vitória por 2 a 1 sobre o Palmeiras, nos Emirados Árabes Unidos.

Derrotado pelo Corinthians no Mundial de 2012, o Chelsea teve sucesso em sua segunda tentativa no torneio. Assim, com os 160 pontos de 2021, alcançou 410. Teve uma subida significativa, indo do 28º para o 21º lugar, deixando para trás Benfica, Flamengo, Porto, Atlético de Madrid, Cruzeiro, Internacional e Al Ahly.

Superado pelo time de Thomas Tuchel na decisão, o Palmeiras ainda está na frente da agremiação inglesa. Foram 120 pontos no ano: 70 pela conquista da Libertadores, a terceira do clube e a segunda consecutiva, 50 pelo vice-campeonato mundial. Com 420 pontos, subiu da 24ª para a 19ª posição, empatando com o Grêmio.

Além de Flamengo (23º), Cruzeiro (26º) e Internacional (26º), ultrapassados por Chelsea e Palmeiras, caíram no ranking Atlético-MG (de 49º para 50º), Fluminense (de 100º para 102º), São Caetano (de 116º para 118º), Botafogo (de 172º para 175º), Chapecoense (de 172º para 175º), CSA (de 246º para 248º), Goiás (de 246º para 248º) e Ponte Preta (de 246º para 248º).

Permaneceram em suas respectivas posições São Paulo (10º), Santos (15º), Corinthians (30º) e Vasco (38º). Já o Athletico Paranaense, que conquistou 20 pontos com o segundo título de sua história na Copa Sul-Americana, chegou a 80, pulando da 91ª para a 67ª colocação, empatado com nove times.

A edição 2021 do Ranking Folha do futebol mundial é a primeira com a presença do Red Bull Bragantino. Derrotado pelo Athletico na decisão da Sul-Americana, somou seus 10 pontos iniciais na lista. Ocupa a congestionada 248ª posição, onde estão outras 48 agremiações, de todos os continentes.

Para entrar na lista, é necessário que o time tenha chegado à final de algum campeonato internacional que atenda os parâmetros estabelecidos. Torneios amistosos ou disputados esporadicamente, sem perspectivas de novas edições, não são considerados. Não rendem pontos competições como Copa Rio, Copa Suruga e Copa Flórida.

Pontuação

	Campeão	Vice
· Mundial de clubes	80	50
· Torneios Intercontinentais	60	-
· Liga dos Campeões/Libertadores	70	40
· Recopa/Copa da Uefa/ Liga Europa/Supercopa/ Copa Mercosul/Copa Conmebol/ Copa Sul-Americana/ Torneio Sul-Americano (1948)	20	10
· Copa dos Campeões da África, Ásia e Concacaf	15	8
· Recopa de África, Ásia e Concacaf (inclui Giants Cup)/ Intertoto (de 1962 a 1967)/ Copa Merconorte/ Inter Fairs/Copa CAF/ Copa das Confederações	10	5
· Supercopa da Europa/ Recopa Sul-Americana	10	-
· Copa dos Campeões da Oceania (1987 a 2005)/Copa AFC	7	3
· Copa Inter-Americana/ Copa Afro-Asiática/ Supercopa de África e Ásia	5	-
· Copa dos Campeões da Oceania (desde 2006)/Recopa da Oceania	4	2
· Copa dos Presidentes	2	1

Melhores de 2021

■ Estreantes no ranking

	Clube/país	Pontos
1º	Chelsea (ING)	160
2º	**Palmeiras (BRA)**	**120**
3º	Manchester City (ING)	40
3º	**Flamengo (BRA)**	**40**
5º	Al Ahly (EGI)	20
5º	**Athletico (BRA)**	**20**
5º	Villarreal (ESP)	20
8º	Al Hilal (SAU)	15
8º	Monterrey (MEX)	15
10º	Defensa y Justicia (ARG)	10
10º	Manchester United (ING)	10
10º	Raja Casablanca (MAR)	10
10º	**Red Bull Bragantino (BRA)**	**10**
14º	América (MEX)	8
14º	Kaizer Chiefs (AFS)	8
14º	Pohang Steelers (CDS)	8
17º	Comunicaciones (GUA)	7
17º	Al-Muharraq (BAH)	7
19º	JS Kabylie (ALG)	5
20º	Motagua (HON)	3
20º	Nasar Qarshi (UZB)	3

21º lugar é a posição atual do Chelsea, maior pontuação da temporada 2021, no Ranking Folha

19ª posição é a colocação do Palmeiras, segundo time que mais pontuou em 2021

67º posto é ocupado pelo Athletico no ranking, após somar 20 pontos da Copa Sul-Americana

Ranking Folha Mundial 2021

Ranking	Alteração	Clube	País	Pontos
1º	— 0	Real Madrid	Espanha	1.630
2º	— 0	Milan	Itália	1.010
3º	— 0	Bayern	Alemanha	960
3º	— 0	Boca Juniors	Argentina	960
5º	— 0	Barcelona	Espanha	945
6º	— 0	Liverpool	Inglaterra	790
7º	— 0	Peñarol	Uruguai	750
8º	— 0	Independiente	Argentina	725
9º	— 0	Juventus	Itália	660
10º	— **0**	**São Paulo**	**Brasil**	**620**
11º	— 0	River Plate	Argentina	615
12º	— 0	Ajax	Holanda	580
13º	— 0	Inter de Milão	Itália	570
14º	— 0	Nacional	Uruguai	540
15º	▲ 2	Manchester United	Inglaterra	490
15º	— **0**	**Santos**	**Brasil**	**490**
17º	▼ -1	Olimpia	Paraguai	485
18º	— 0	Estudiantes	Argentina	445
19º	— **0**	**Grêmio**	**Brasil**	**420**
19º	▲ **5**	**Palmeiras**	**Brasil**	**420**
21º	▲ 7	Chelsea	Inglaterra	410
22º	▼ -2	Benfica	Portugal	370
23º	▼ **-2**	**Flamengo**	**Brasil**	**360**
24º	▼ -3	Porto	Portugal	320
25º	▼ -2	Atlético de Madrid	Espanha	310
26º	▼ **-2**	**Cruzeiro**	**Brasil**	**300**
26º	▼ -2	**Internacional**	**Brasil**	**300**
28º	▼ -1	Al Ahly	Egito	272
29º	▼ -1	Atlético Nacional	Colômbia	250
30º	— **0**	**Corinthians**	**Brasil**	**240**
31º	— 0	Borussia Dortmund	Alemanha	210
32º	— 0	Mazembe	R. D. do Congo	191
33º	— 0	Feyenoord	Holanda	175
34º	— 0	América de Cali	Colômbia	170
34º	— 0	LDU	Equador	170
36º	— 0	Valencia	Espanha	165
36º	— 0	Vélez Sarsfield	Argentina	165
38º	— 0	Racing	Argentina	160
38º	— **0**	**Vasco**	**Brasil**	**160**
38º	— 0	San Lorenzo	Argentina	160
41º	— 0	Hamburgo	Alemanha	150
41º	0	Nottingham Forest	Inglaterra	150
43º	▲ 4	Raja Casablanca	Marrocos	148
44º	▼ -1	Cruz Azul	México	146
44º	▼ -1	Zamalek	Egito	146
46º	▼ -1	Estrela Vermelha	Sérvia	140
46º	▼ -1	Olympique de Marselha	França	140
48º	▲ 1	América	México	138
49º	▼ -1	Colo-Colo	Chile	135
50º	▼ -1	**Atlético-MG**	**Brasil**	**130**
51º	— 0	Tigres	México	129
52º	— 0	Celtic	Escócia	120
52º	— 0	Espérance	Tunísia	120
52º	— 0	Sevilla	Espanha	120
55º	— 0	Steaua Bucareste	Romênia	118
56º	— 0	Étoile du Sahel	Tunísia	115
57º	▲ 5	Al Hilal	Arábia Saudita	114
58º	▼ -1	Tottenham	Inglaterra	110
59º	▼ -1	Arsenal	Inglaterra	107
60º	▼ -1	Anderlecht	Bélgica	106
61º	▼ -1	B. Mönchengladbach	Alemanha	100
61º	▼ -1	Lanús	Argentina	100
63º	— 0	Pachuca	México	90
64º	▲ 16	Monterrey	México	85
64º	— 0	PSV Eindhoven	Holanda	85
66º	▼ -1	Al Ain	Emirados Árabes	81
67º	▼ -1	Asante Kotoko	Gana	80
67º	▼ -1	Aston Villa	Inglaterra	80
67º	▲ **24**	**Athletico**	**Brasil**	**80**
67º	▼ -1	Barcelona de Guayaquil	Equador	80
67º	▼ -1	Cobreloa	Chile	80
67º	▼ -1	Deportivo Cali	Colômbia	80
67º	▼ -1	Fiorentina	Itália	80
67º	▼ -1	Newell's Old Boys	Argentina	80
67º	▼ -1	Parma	Itália	80
67º	▼ -1	Stade Reims	França	80
77º	▼ -2	Chivas	México	78
78º	▼ -2	Argentinos Juniors	Argentina	75
78º	▲ 2	Kabylie	Argélia	75
78º	▼ -2	Leeds	Inglaterra	75
81º	▼ -3	Wydad Casablanca	Marrocos	71
81º	▼ -3	Deportivo Saprissa	Costa Rica	71
83º	▼ -3	Canon Yaoundé	Camarões	70
83º	▼ -3	Eintracht Frankfurt	Alemanha	70
83º	▼ -3	Once Caldas	Colômbia	70
83º	▼ -3	Sampdoria	Itália	70
83º	▼ -3	Paris Saint-Germain	França	70
88º	▼ -1	Pumas UNAM	México	68
89º	▼ -1	Kashima Antlers	Japão	65
90º	▼ -1	Hafia	Guiné	61
90º	▼ -1	Alajuelense	Costa Rica	61
92º	▼ -1	Bayer Leverkusen	Alemanha	60
92º	▼ -1	Independiente del V.	Equador	60
92º	▲ 80	Manchester City	Inglaterra	60
92º	▼ -1	Roma	Itália	60
96º	▼ -1	Seongnam Ilhwa	Coreia do Sul	56
97º	▼ -1	Toluca	México	54
97º	▼ -1	Transvaal	Suriname	54
99º	▼ -1	Sfaxien	Tunísia	53
99º	▼ -1	Olimpia	Honduras	53
99º	▲ 11	Pohang Steelers	Coreia do Norte	53

Portugal garante 5ª Copa de Cristiano Ronaldo

Com 2 gols de Bruno Fernandes, país bate Macedônia do Norte e se classifica, assim como a Polônia de Lewandowski

SÃO PAULO Portugal garantiu nesta terça-feira (29) sua sexta participação seguida em Copas do Mundo. Em casa, a equipe liderada por Cristiano Ronaldo não deu chance para a zebra, bateu a Macedônia do Norte por 2 a 0 e ficou com uma das vagas na disputa da repescagem do continente.

Coube ao meia Bruno Fernandes marcar os dois gols da partida, o primeiro deles após uma assistência do camisa 7, no Estádio do Dragão, na cidade do Porto.

As arquibancadas estavam lotadas e havia clima de esperança e tensão desde os primeiros minutos. Afinal, a Macedônia do Norte chegou a essa fase após superar a Itália na abertura do mata-mata, com vitória em Palermo, por 1 a 0.

O temor de novo fiasco diante de uma nação que está só na 67ª posição do ranking da Fifa e nunca disputou uma Copa, porém, começou a cair por terra aos 32 minutos, quando saiu o primeiro gol. Depois do intervalo, a conta foi fechada aos 20 minutos.

Cristiano Ronaldo, ao lado do zagueiro Pepe, festeja classificação de Portugal para a Copa no estádio do Dragão Miguel Vidal/Reuters

Aos 37 anos, Cristiano Ronaldo agora terá a chance de brilhar em sua quinta participação em Mundiais. Maior artilheiro de uma seleção masculina em todos os tempos (115 gols) e jogador que mais vestiu a camisa de Portugal (186), Cristiano Ronaldo já disputou quatro Copas.

A estreia dele foi em 2006, na edição realizada na Alemanha. Então com 21 anos, o craque marcou um gol no torneio em que a equipe dele terminou em quarto, a melhor colocação do país desde o terceiro lugar na Copa de 1966.

Depois, o astro esteve nas Copas da África do Sul (2010), Brasil (2014) e Rússia (2018). Ao todo, marcou sete gols em 17 jogos em Mundiais. Em solo africano, a equipe caiu nas oitavas de final. Em território brasileiro, foi eliminada na fase de grupos. Na última edição, voltou a cair nas oitavas.

Em solo russo, Cristiano Ronaldo marcou três gols logo na estreia no empate com a Espanha, por 3 a 3. Com isso, igualou a marca de Pelé e dos alemães Miroslav Klose e Uwe Seeler, que também marcaram em quatro Mundiais seguidos.

Atualmente, ele é o líder daquela que é apontada como a melhor geração de Portugal, responsável por dar ao país o primeiro título oficial, com a Eurocopa de 2016, além de ter conquistado a Liga das Nações da Uefa de 2018/19.

O plantel atual conta com atletas que são titulares em grandes clubes da Europa, como Bruno Fernandes e Dalot, companheiros de Ronaldo no Manchester United, João Cancelo, Rúben Dias e Bernardo Silva do Manchester City, João Félix, do Atlético de Madrid, entre outros, todos fundamentais para levar a seleção portuguesa para mais uma Copa.

Também nesta terça, a Polônia venceu a Suécia e conquistou sua vaga no Mundial. Robert Lewandowski e Piotr Zielinski fizeram os gols da vitória por 2 a 0.

A última vaga da Europa no torneio será definida entre País de Gales e o vencedor do duelo entre Ucrânia e a Escócia. O confronto teve de ser adiado como consequência da guerra iniciada pela Rússia contra os ucranianos. O jogo deverá ser disputado até junho, em data a ser definida pela Fifa.

Na sexta-feira (1º), às 13h (de Brasília), a entidade máxima do futebol vai sortear no Qatar os grupos do Mundial.

Senegal repete dose nos pênaltis e tira Egito e Salah do Qatar

Nas Eliminatórias da África, Senegal venceu o Egito nesta terça (29) nos pênaltis (3 a 1), depois de ter ganhado a partida por 1 a 0 no tempo normal —devolvendo o placar do jogo de ida, na casa dos egípcios.

Hamdi Fathi, logo aos quatro minutos, fez o gol no tempo regulamentar. Nas penalidades, Mohamed Salah perdeu a primeira cobrança do Egito. Seu colega no Liverpool, Sadio Mané converteu o chute da vitória dos senegaleses.

Após a partida, torcedores de Senegal invadiram o campo para celebrar. Salah precisou ser protegido por seguranças.

A vitória senegalesa repete a final da Copa Africana de Nações, no início do ano, quando Senegal venceu nos pênaltis por 4 a 2, após 0 a 0.

Gana também carimbou seu passaporte nesta terça. Fora de casa, empatou com a Nigéria por 1 a 1 e ficou com a vaga devido ao gol como visitante —o jogo de ida foi 0 a 0.

Em casa, Marrocos bateu República Democrática do Congo por 4 a 1 e também se classificou —o jogo de ida foi 1 a 1.

Após vencer fora por 1 a 0, a Tunísia segurou o 0 a 0 diante de Mali, como mandante, e é outro país africano classificado.

A última vaga do continente foi para Camarões. Na prorrogação, fez 2 a 1 na Argélia e se beneficiou de ter feito dois gols como visitante. No tempo normal, Camarões venceu por 1 a 0, devolvendo o placar da ida.

Inglês internacionaliza Canadá na volta ao Mundial

Luciano Trindade

SÃO PAULO Em 2018, quando assumiu a seleção masculina do Canadá, o técnico John Herdman era um dos poucos a crer na possibilidade de classificar o país para a Copa no Qatar.

Com uma participação em Mundiais, no México, em 1986, a nação que perdeu os três jogos não tinha esperanças. Mas foi com vídeos dessa campanha, incluindo a trajetória nas eliminatórias, que o inglês iniciou o trabalho de convencer não só os atletas mas o país de que era possível voltar à Copa.

"Ainda não consigo acreditar", disse ele no domingo (27), no estádio BMO Field, em Toronto, onde o Canadá fez 4 a 0 na Jamaica e carimbou sua vaga para a Copa deste ano.

O treinador inglês tinha dez anos quando o Canadá jogou no Mundial. Na época, ele vivia em Consett, cidade vizinha à de seu time do coração, o Newcastle United, na Inglaterra.

Mais de três décadas depois, foi com os canadenses que ele construiu relação de idolatria. Ele já havia levado a seleção feminina do país a dois bronzes seguidos em Olimpíadas (2012 e 2016), além de ouro no Pan-2011, batendo o Brasil na final.

No trabalho com os homens, Herdman usou parte da fórmula que levou os canadenses ao Mundial no México, apostando em time internacional. Atletas nascidos em seis países diferentes naturalizados canadenses, além de 22 que têm dupla nacionalidade, integraram o plantel que conquistou a vaga na Concacaf, que abrange América do Norte, América Central e Caribe.

O trio Aphonso Davies, Cyle Larin e Jonathan David, que atuam no futebol europeu, explica o êxito da geração. Na última convocação de Herdman para as Eliminatórias, 15 dos 25 atletas jogam na Europa.

Três países vão direto para o Qatar —EUA e México, segundo e terceiro, respectivamente, estão perto das outras duas vagas. Como o Canadá será sede da Copa de 2026, com EUA e México, o país garante duas participações consecutivas. "E nós estamos apenas começando", avisou o treinador.

O Canadá fecha as Eliminatórias nesta quarta (30), ante o Panamá —empate assegura o primeiro lugar na Concacaf.

O técnico inglês John Herdman, que levou o Canadá à Copa do Mundo após 36 anos Dan Hamilton - 27.mar.22/USA Today Sports

Após rixa com Evo Morales, Brasil goleia na altitude

BOLÍVIA 0
BRASIL 4

SÃO PAULO Após polêmica entre Tite, o ex-jogador Marco Etcheverry e até o ex-presidente Evo Morales sobre jogos na altitude de La Paz (3.600 m), o Brasil goleou nesta terça (29) por 4 a 0 a Bolívia. Na primeira etapa, marcaram Lucas Paquetá, aos 23, e Richarlison, aos 45 minutos. Depois do intervalo, foi a vez de Bruno Guimarães, aos 21, e Richarlison de novo, nos acréscimos.

Foi só a terceira vitória na capital boliviana. A última fora em 97, na Copa América, e a primeira em 81, nas Eliminatórias. O Brasil foi a 45 pontos, a melhor campanha da história da disputa.

Vai começar o espetáculo

No futebol, o show se inicia quando terminam os estaduais

Tostão

Cronista esportivo, participou como jogador das Copas de 1966 e 1970. É formado em medicina

Além da epidemia de Covid, que não terminou, o Brasil vive a epidemia da insanidade, da falta de bom senso, da falta de conhecimento, das decisões tendenciosas, do radicalismo, das mentiras e da distorção dos fatos. Muitas pessoas só enxergam e escutam o que querem.

Escrevi que Neymar, quando recua demais, tem, no mínimo, quatro jogadores pela frente, dois volantes e dois zagueiros. Contra o Chile, mais adiantado, recebia a bola entre os dois setores, com apenas dois zagueiros para chegar ao gol. Um leitor deduziu que eu tenho preconceito contra centroavantes. Pelo contrário, adoro os ótimos centroavantes.

Neste fim de semana, terminam os estaduais. O novo presidente da CBF, se quer mostrar que não tem nada a ver com as promíscuas administrações anteriores, deve diminuir o tempo dos estaduais, melhorar os estádios e os gramados, acabar com as partidas na mesma data dos jogos da seleção e muitos outros detalhes.

O Grêmio tem tudo para ser o campeão gaúcho. Em Minas Gerais, o Atlético possui mais chances, mas a rivalidade, a emoção do clássico e as boas atuações do Cruzeiro diminuem a superioridade técnica. Fora de campo, quanto mais escuto e leio sobre as negociações do Cruzeiro para a venda do clube, mais confuso fico. O rombo, o buraco, é muito mais embaixo.

No Rio, o Flamengo é o favorito contra o Fluminense. O Tricolor estava muito bem, invicto por bom tempo, mas perdeu a paz, após a decepcionante eliminação na Libertadores e a má atuação na derrota para o Botafogo. No Flamengo, existe uma desconfiança nas mudanças na escalação e na maneira de jogar feitas pelo técnico Paulo Sousa.

São Paulo e Palmeiras fazem a final do Paulista. Contra o Bragantino, o Palmeiras explorou bastante os enormes espaços deixados pelo adversário, com os velozes Rony e, principalmente, Dudu, com o auxílio dos passes precisos de Marcos Rocha. O lateral, que sempre foi um bom armador, aprendeu, com Abel Ferreira, a marcar.

O São Paulo melhorou e tem jogado um futebol vibrante e organizado, como o do Palmeiras. Falta mais brilho individual em comparação com os melhores times brasileiros. O jovem Rodrigo Nestor, desde o ano passado, tem sido o principal destaque do time. Está cada dia melhor. O passe preciso, de primeira, entre os zagueiros, para o lateral Wellington finalizar, foi espetacular. Ele une lucidez e técnica, características importantes para se tornar um ótimo jogador. Aliás, enfim, temos visto jovens e excelentes armadores nas equipes brasileiras, como Nestor, Danilo, do Palmeiras, Allan, do Atlético, e outros.

O Corinthians, eliminado pelo São Paulo, não pressionou, não finalizou e não marcou. Não fez nada. É inadmissível também que o time gaste tanto dinheiro para contratar bons reforços e não tenha, na reserva, um lateral direito mediano, razoável, para substituir Fagner, contundido. As justificativas de que o time estava cansado e que tem tido pouco tempo treinar são compreensíveis, mas não são boas desculpas para os erros na escalação e nas substituições feitas pelo técnico.

No Brasil, quando não há epidemia, falam que as coisas começam para valer depois do Carnaval. No futebol, o espetáculo se inicia quando terminam os estaduais e começam o Brasileirão, a Libertadores, as melhores partidas da Copa do Brasil e os mata-matas da Liga dos Campeões da Europa, que, cada vez mais, fascinam o público brasileiro. O mundo é um só. Basta um clique.

| DOM. Juca Kfouri, Tostão | SEG. Juca Kfouri, Paulo Vinicius Coelho | TER. Renata Mendonça | QUA. Tostão | **QUI. Juca Kfouri** | SEX. Paulo Vinicius Coelho, Sandro Macedo | SÁB. Marina Izidro

VIRADA PSICODÉLICA

Marcelo Leite
folha.com/viradapsicodelica

Investidor aposta em varejo de terapias psicodélicas no Brasil

Marco Algorta, 43, nasceu em São Paulo, estudou aqui e na França, trabalhou em clube canábico de Madri, foi dono do bar Tres Perros em Montevidéu, obteve a primeira licença uruguaia para exportar canabis medicinal com alto teor de THC e vendeu a empresa Cannapur para a canadense Khiron. Agora senta praça no Brasil como empresário psicodélico.

Seu novo empreendimento, Bienstar Welness Corp., anunciou nesta terça-feira (29) a primeira de uma série de parcerias com médicos brasileiros para erguer uma rede de psicoterapia assistida por psicodélicos. Para começar, com ibogaína e cetamina, que têm uso legal no país.

O acordo pioneiro se deu com Bruno Rasmussen Chaves, que já tratou com ibogaína mais de 2.500 dependentes químicos, em Santa Cruz do Rio Pardo e Ourinhos (SP), desde 1997. A Bienstar comprou-lhe a clínica BRC Saúde Mental e Terapias Assistidas e, ao mesmo tempo, nomeou o brasileiro como seu diretor clínico (CMO, de "chief medical officer").

A substância psicodélica provém originalmente da casca da raiz de uma planta africana, Tabernanthe iboga. No Gabão, rituais bwiti a empregam em ritos de passagem, pois ela teria o condão de levar a pessoa até o reino dos mortos.

Em 1962, o dependente de heroína norte-americano Howard Lotsof constatou que a ibogaína cortava os sintomas da síndrome de abstinência. Tornou-se um apóstolo do preparado, que se espalhou por clínicas semiclandestinas para drogadictos.

No Brasil, a Anvisa concede autorizações especiais, caso a caso, para tratamento com ibogaína. Esse amparo legal, ao lado do porte do mercado nacional de saúde e da excelência em pesquisa psicodélica, atraiu a atenção de Algorta e seus investidores.

O empresário quer evitar que a América Latina desperte tarde demais para as terapias psicodélicas, como acredita ter ocorrido com a maconha medicinal. "Novamente, era coisa de gringo usando conhecimento não gringo", diz, referindo-se à ibogaína e à ayahuasca, utilizada há séculos por povos indígenas sul-americanos e pesquisada na USP e na UFRN como tratamento experimental para depressão.

"Vamos desde já pôr uma bandeira nossa na América Latina. Não é para gringo ver", afirma o uruguaio-brasileiro, beneficiário ele próprio de um psicodélico (psilocibina).

"Eu me perdoei. Precisava agradecer", conta. "Meu terapeuta disse que eu tinha avançado dez anos em um dia."

Após vender o negócio canábico para a Khiron em 2019, Algorta ainda trabalhou alguns anos para a empresa canadense. Saiu em janeiro deste 2022 para se dedicar integralmente à Bienstar, que atraiu US$ 1,2 milhão (R$ 5,7 milhões) em investimentos.

Um sexto do valor (US$ 200 mil) veio de financiadores do Uruguai. US$ 500 mil foram aplicados pela empresa psicodélica canadense Nova Mind, que pesquisa coisas como LSD para transtorno de ansiedade. Outros US$ 500 mil procedem do fundo Plaza Capital — em ambos os casos, por iniciativa do panamenho Raymond Harari.

A outra substância em mira, cetamina (ou ketamina), é um anestésico de largo uso que vem sendo empregado como antidepressivo de ação rápida. A Bienstar negocia com anestesistas, psiquiatras e psicólogos para abrir clínicas especializadas nesse tratamento com cetamina, que prolifera comercialmente nos EUA.

Embora de uso legal aqui, ambas as drogas comportam riscos. A ibogaína pode desencadear arritmias cardíacas fatais, se ministrada sem acompanhamento médico. A cetamina tem potencial para dependência e, ao se tornar popular entre jovens britânicos, causou danos permanentes em alguns septos nasais e bexigas urinárias por abuso.

Além do Brasil, a Bienstar está de olho nos mercados mexicano, panamenho, peruano e uruguaio. A empresa tem sede no Brasil, pela massa crítica psicodélica, e no Uruguai, onde a situação financeira é mais estável e se pode manter conta bancária em moeda estrangeira, explica Algorta.

O investidor considera a ciência por trás dos psicodélicos mais aparelhada para medir efeitos e apresentá-los a autoridades reguladoras. "A [pesquisa com] cânabis começou nos anos 1970; a psicodélica, muito antes", diz, referindo-se a vários estudos com LSD, psilocibina e MDMA antes da proibição nas décadas de 1970 e 1980.

Algorta vê mais diferenças que semelhanças entre o ramo canábico e o psicodélico. Mas pretende usar a experiência adquirida no primeiro para evitar percalços — como o impedimento legal a receber na conta bancária da sócia, Agustina Loinaz, US$ 60 mil recebidos pela Cannapur em fomento do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

Diante do preconceito existente, apesar do entusiasmo por vezes exagerado com o renascimento psicodélico, a Bienstar planeja investir não só em clínicas, mas em educação médica e esclarecimento do público. Para isso, programa realizar em novembro no Rio de Janeiro um evento internacional com luminares brasileiros e estrangeiros da ciência psicodélica.

"O Brasil tem oito ou nove dos cem 'top players' de [estudos] psicodélicos", destaca Algorta. "É um celeiro."

O AGRO É $HOW
Máquinas agrícolas chegam a Ribeirão Preto para feira Agrishow, maior evento nacional do agronegócio; edição ocorre depois de dois anos suspensa pela pandemia Joel Silva /Fotoarena/Folhapress

A guerra da equação cúbica

Duelo durou noite adentro e reservou louros ao vencedor

Marcelo Viana
Diretor-geral do Instituto de Matemática Pura e Aplicada, ganhador do Prêmio Louis D., do Institut de France

Na segunda metade dos anos 1530, Girolamo Cardano ficou sabendo que um certo Niccolò Tartaglia, da cidade de Brescia, teria descoberto a solução de algumas equações cúbicas. Usando de truques, insultos, elogios e promessas, conseguiu convencer o outro matemático a visitá-lo em Milão, em 1539.

Durante a visita, Tartaglia revelou o segredo das equações $x^3+px=q$ e $x^3+q=px$, mediante a promessa de que seria o primeiro a publicar. Mas, em 1542, Cardano descobriu que Scipione del Ferro, da Universidade de Bolonha, já sabia resolver $x^3+px=q$ décadas atrás. Considerou-se então desobrigado da promessa, e incluiu a solução dessa equação no seu livro Artis Magnae, publicado em 1545, atribuindo-a a del Ferro e Tartaglia.

Este último ficou furioso, compreensivelmente, passando a atacar Cardano em seus escritos. Cardano não respondeu, mas seu jovem discípulo Ludovico Ferrari assumiu esse papel, atacando Tartaglia e o desafiando para um duelo matemático. Ele próprio dera uma grande contribuição à Artis Magnae: a solução das equações $x^4+ax^2+b=cx$ (Rafael Bombelli mostrou depois que o método funciona para toda equação de grau 4).

Ferrari queria um duelo ao vivo, mas Tartaglia, que era gago desde a infância, insistia que fosse por escrito. Além disso, pobre, pedia que a aposta pudesse ser depositada na forma de livros, no lugar de ouro. Não tem como não simpatizar com o coitado...

Mas Tartaglia acabou acedendo a enfrentar Ferrari em pessoa e, mais ainda, na própria base deste, em Milão. Talvez tenha sido forçado pela necessidade, esperando ganhar dinheiro e fama caso vencesse o duelo. O encontro foi na igreja de Santa Maria, às 22h de 10 de agosto de 1548, e não sabemos bem o que aconteceu.

Tartaglia afirmou que foi impedido de falar pelos amigos de Ferrari. As discussões se estenderam noite adentro, sobre pontos matemáticos obscuros, até que todos tiveram que partir. Tartaglia voltou a Brescia no dia seguinte, temendo pela própria vida.

Parece que Ferrari foi declarado vencedor do duelo. Sua estrela brilhou a partir daí, tendo recebido várias ofertas de emprego, inclusive do imperador Carlos V do sacro império romano-germânico. Acabou aceitando trabalhar para o cardeal de Mântua, Ercole Gonzaga. Problemas de saúde o forçaram a se aposentar cedo, e faleceu em 1565, aos 43 anos. Tartaglia morrera oito anos antes. Cardano viveu até 1576.

ACERVO FOLHA

Há 100 anos 30.mar.1922

Portugueses decolam para tentar a 1ª travessia aérea do Atlântico Sul

Na tentativa de realizar a primeira travessia aérea do Atlântico Sul, levantaram voo nesta quinta-feira (30) os aviadores portugueses Sacadura Cabral, como piloto, e o cartógrafo Gago Coutinho, como timoneiro-observador.

A travessia comemora o centenário da independência do Brasil.

Eles partiram às 7h das docas de Bom Sucesso, em Lisboa, com destino ao Rio de Janeiro a bordo de um hidroavião Fairey.

Os aviadores devem fazer escalas durante a viagem, como nas ilhas Canárias e em Cabo Verde. Todos os navios de guerra que se acharem até o fim da viagem na rota do avião foram avisados de ficarem de vigia para possível auxílio ou passar informações.

Folha da Noite

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

A foto no crachá

Marcos Mion ganha nome no Caldeirão, bate pico de audiência com novo quadro e diz que ainda sonha interpretar Hamlet

ilus

O apresentador Marcos Mion Fábio Rocha/Divulgação

Tony Goes

SÃO PAULO Marcos Mion não esconde a empolgação por ter sido contratado pela Globo, em agosto. Muito religioso, o apresentador chegou a pagar uma promessa. Ao longo de três dias, em dezembro, percorreu a pé os 110 quilômetros de uma estrada de terra, do sul de Minas Gerais até Aparecida do Norte, em São Paulo.

O amor pela Globo é correspondido. A partir deste mês, o programa Caldeirão, que ele passou a comandar depois que Luciano Huck foi deslocado para as tardes de domingo, incorpora seu nome no título e passa a se chamar Caldeirão com Mion. Em abril, a atração ganhará mais tempo, ficando duas horas e meia no ar.

Mas por que "com Mion", e não "do Mion"? "Acredito que seja uma nova diretriz da Globo, para valorizar o produto e deixar a porta aberta para uma eventual rotatividade", afirma ele, por videoconferência. Mas esclarece que não pretende sair tão cedo. "Daqui a uns 20 anos, pode ser 'com outra pessoa'", ele diz, rindo.

A nova fase do programa é marcada pela estreia do Caldeirola, uma competição de talentos com um júri de celebridades. É o primeiro quadro do Caldeirão que envolveu o apresentador em sua criação.

Foi a estreia deste quadro que levou o Caldeirão a atingir a sua maior audiência do ano —13,5 pontos, 22% maior do que a média dos quatro programas anteriores, segundo o Painel Nacional de Televisão.

"O Boninho, o LP Simonetti e o Geninho Simonetti, meus três diretores, começaram a criar o novo Caldeirão sem saber quem iria apresentar. Quando eu cheguei, o programa já estava pronto. Só precisei ir para o estúdio gravar."

"Eles deixaram bem claro que eu seria um apresentador temporário. Mas a minha agenda interna era diferente. Eu tinha três meses para mostrar como eles precisam de mim."

Quando o ano passado começou, Marcos Mion ainda surfava no sucesso de A Fazenda, o reality da Record que comandou durante três temporadas. No entanto, em fevereiro, uma notícia surpreendeu o mercado —a emissora tinha decidido rescindir o contrato com o apresentador.

A minha agenda interna era diferente. Eu tinha três meses para mostrar como eles precisam de mim [na Globo]

Marcos Mion
apresentador

"Eu gostaria de saber por que saí da Record. Até hoje eu não sei, sendo muito sincero. Mas já passei do momento de esperar por uma resposta."

Na época, a especulação era a de que Mion teria se desentendido com Rodrigo Carelli, diretor do núcleo de reality shows da emissora. O apresentador, contudo, nega.

Continua na pág. C2

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

MUITA CALMA

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, não queria, até a terça (29), definir uma data precisa para rebaixar o status da Covid-19 no Brasil de pandemia para endemia. De acordo com ele, uma medida brusca poderia atingir políticas públicas —daí a cautela, apesar das afirmações do presidente Jair Bolsonaro de que isso poderia ocorrer até o fim de março.

CALMA 2 Queiroga compara a situação à de um voo de cruzeiro. "Quando o avião cai? No pouso e na decolagem. Estamos no momento de chegada. Precisamos ter prudência para que a aeronave não se espatife justamente no fim da viagem", diz ele.

NA PISTA "O avião que comando tem 210 milhões de pessoas a bordo", afirma ainda o ministro. "É preciso cuidado."

LISTA Queiroga diz que, apenas no Ministério da Saúde, mais de cem medidas e portarias deixam de valer com o fim da pandemia. Além das normas editadas pela pasta, há outras centenas de regras baixadas por estados e municípios que também perderão a eficácia.

PRATELEIRA Uma das áreas afetadas é a da compra de vacinas e remédios, que com a pandemia podem ser feitas de forma emergencial, sem aprovação definitiva da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

RODADA Por isso, o ministro diz que manteve conversas com a Câmara dos Deputados, o Senado e o Supremo Tribunal Federal para avançar no assunto.

MENOS É MAIS As câmeras corporais, instaladas nos uniformes de policiais de 18 Batalhões da PM de São Paulo, já conseguiram evitar 88 mortes desde a sua implementação, entre 2020 e 2021. O dado, inédito, é de um estudo assinado pelos pesquisadores Renato Sérgio de Lima e Samira Bueno, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

LINHA Os números foram coletados no Ministério Público de SP. Para chegar à estimativa, os professores compararam o histórico de mortes e como elas evoluiriam sem a intervenção da política pública que implantou as câmeras nesses batalhões. Elas captam as imagens dos policiais quando estão em serviço.

LINHA 2 "É um programa que evita mortes", diz Lima. "Ele muda a forma como a polícia lida com a criminalidade. Mortes que poderiam até mesmo ser justificadas perante a Justiça são evitadas. A PM passa a atuar para reprimir, mas sem matar", acredita ele.

LINHA 3 A queda nos batalhões que instalaram as câmeras corporais foi acentuada, mas, mesmo nos números gerais, a letalidade no estado caiu, de 814 óbitos em 2020 para 570 em 2021.

*

O estudo será agora publicado em edição especial da GV Executivo, revista da FGV-EASP.

NOS PALCOS

1

Fotos Ronny Santos/Folhapress

2

3

Os atores Reynaldo Gianecchini 1 e Tainá Müller 2 apresentaram a peça "Brilho Eterno", do diretor Jorge Farjalla, em sessão para convidados, na noite desta segunda (28), no Teatro Procópio Ferreira. A atriz Mariana Ximenes 3 esteve presente

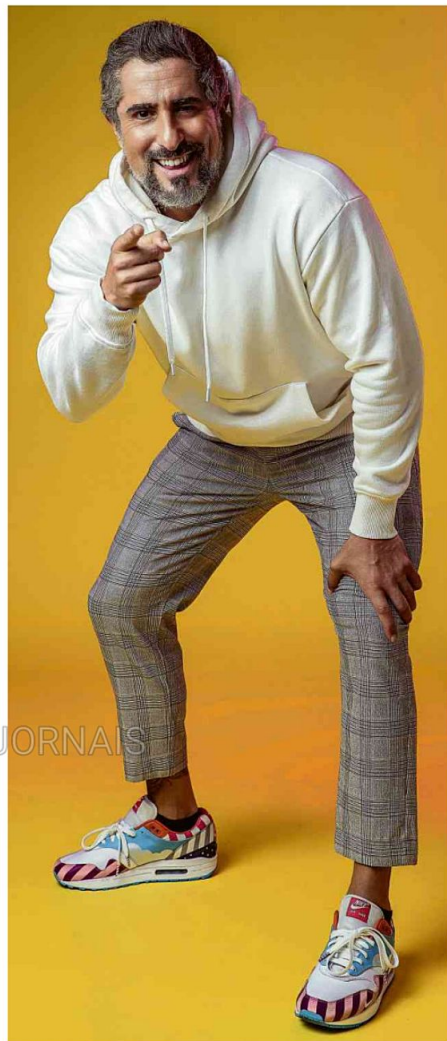
PLEITO O partido Novo vai realizar um encontro nacional em São Paulo no sábado (2) para anunciar as pré-candidaturas da sigla para as eleições, inclusive a de Luiz Felipe d'Avila à Presidência. O cientista político assumiu a pré-candidatura após a desistência de João Amoêdo em meio ao racha entre bolsonaristas e antibolsonaristas no partido.

ESTREIA A atriz Renata Castro Barbosa vai fazer seu primeiro trabalho no streaming: a série "Magia de Aruna", produzida pelo Disney+. Na produção, ela será Teresa, mãe da protagonista Mima.

MÚSICA Com o ator e cantor Tom Karabachian ao violão, Reynaldo Gianecchini e Tainá Müller dançaram e cantaram "Malvadão 3", do rapper Xamã, no palco do Teatro Procópio Ferreira, em São Paulo, na noite desta segunda (28) [ver fotos acima]. Eles foram acompanhados por uma plateia animada e repleta de celebridades, como Claudia Raia, Rodrigo Simas e Carlos Alberto de Nóbrega, que foram prestigiar a sessão para convidados da peça "Brilho Eterno".

MÚSICA 2 "Malvadão" não faz parte do espetáculo, mas do aquecimento dos atores, feito de forma aberta ao público, com o objetivo de estimular e conectar os espectadores à montagem. Outros sucessos também foram entoados, como "Amor I Love You", de Marisa Monte, e "O Último Romântico", de Lulu Santos.

ARTES CÊNICAS Com direção de Jorge Farjalla, a peça é livremente inspirada no filme "Brilho Eterno de uma Mente Sem Lembranças", de 2004. Gianecchini é Jesse, e Tainá é Celine. Após o fim do relacionamento, eles decidem usar uma droga para apagar da memória o amor que viveram.

com Bianka Vieira, Bruno B. Soraggi, Karina Matias e Manoella Smith

O apresentado Marcos Mion Fábio Rocha/Divulgação

A foto no crachá

Continuação da pág. C1

"Zero treta com o Carelli. Eu o conheço desde a MTV, a gente sempre se deu bem. Mas Deus sabe o que faz. Nada disso teria acontecido na minha vida se eu não tivesse saído de lá."

De fato, deu sorte. Seu desligamento da Record, no fim do ano passado, aconteceu no mesmo momento em que Fausto Silva anunciava que deixaria a Globo. Veio então uma dança das cadeiras, com Luciano Huck substituindo Faustão no Domingão, e Mion substituindo Huck no Caldeirão.

Não é a primeira vez que o apresentador passa pela Globo. Sua estreia na telinha foi como ator na série "Sandy & Junior", em 1999. Mas ele só alcançou notoriedade ao se transferir para a MTV Brasil, no ano seguinte, em que comandou diversos programas e depurou seu estilo irônico.

Em 2009, foi para a Record, onde seu programa Legendários ficou no ar de 2010 a 2017. Também apresentou alguns realities. Ao mesmo tempo, nunca se afastou do teatro, atuando em várias peças.

O eterno alto astral contrasta com os abalos que Mion sofreu na vida. Em 1994, seu irmão mais velho morreu ao cair do vão livre do Masp, onde comemorava a aprovação no vestibular de medicina. Em 1996, o futuro apresentador voltava de uma festa com um amigo. O carro em que estavam foi atingido por uma moto, e o amigo morreu.

Mion se casou com a designer de moda Suzana Gullo em 2005. No mesmo ano nasceu Romeu, o primeiro filho do casal, que dois anos depois recebeu um diagnóstico de distúrbio no espectro autista. Ele ainda teve dois filhos depois —Donatella, nascida em 2008, e Stefano, em 2010.

Gullo, sua mulher, enfrentou um câncer de mama em 2016. A experiência despertou a religiosidade de Mion. "Eu fazia o sinal de cruz quando o avião levantava e esquecia de fazer quando pousava. Mas, quando a Suzana ficou doente, senti a presença de Deus e de Nossa Senhora nas nossas vidas."

Mion tornou público o autismo de seu primeiro filho em 2014. "Deus me transformou num ativista no momento em que me mandou um filho autista. Entendi rapidamente que eu tinha que aproveitar o grande megafone que a minha carreira me deu. Toda vez que mostro meu filho nas redes sociais, eu sei que estou ajudando muita gente, de uma forma ou de outra. É o meu propósito, e eu sei que é o dele também."

O novo Caldeirão não é seu único projeto para este ano. No fim de abril, estreia no canal Multishow o reality Túnel do Amor, que Mion gravou no ano passado. E ainda há o sonho de voltar ao palco.

"Quero fazer 'Hamlet' enquanto dá tempo, com direção do Ulysses Cruz. O personagem tem uns 20 anos, mas nenhum ator dessa idade tem o estofo psicológico para encarar. Só que já estou com 42. Daqui a pouco, passo do ponto."

No Lollapalooza, o rock revive no pop e no emo

Acostumado a trazer figurões do estilo mais tradicional, festival paulistano se inclinou mais ao mainstream e ao rap

Laura Lewer e Lucas Brêda

SÃO PAULO Na noite do último sábado, dezenas de milhares de pessoas no Lollapalooza, em São Paulo, cantavam a plenos pulmões o hit "7 Things", que Miley Cyrus lançou em 2008 e que, na MTV, passava entre um clipe do Panic! At the Disco e outro de Beyoncé. Naquela época, Cyrus estava com um pé em cada um desses universos — era uma cantora pop recém-saída da Disney, mas gritava por cima de guitarras sobre um romance do qual não conseguia se desvencilhar.

No dia mais concorrido da edição "pós-pandêmica" do festival no Brasil —foram 103 mil presentes, segundo a organização—, o evento se abria pela primeira vez para uma cantora pop mainstream dessa magnitude, mas eram as guitarras distorcidas que davam o tom no palco. De certa forma, o rock continua presente no Lollapalooza, mas agora tem mais força nas mãos de artistas do pop e no revival cada vez mais explícito do pop punk e do emo.

Desde a sua primeira edição brasileira, há dez anos, o Lolla tem recebido figurões de um rock mais tradicional, que fizeram sucesso há pelo menos 20 anos —de lá para cá tocaram no evento bandas como Foo Fighters, Pearl Jam e os irmãos que um dia formaram o Oasis, Liam e Noel Gallagher. Mas, paralelamente, tem tornado todo o resto do lineup mais inclinado ao pop, além de apostar alto na música eletrônica e ter feito acenos ao rap.

A apresentação um tanto morna dos Strokes na sexta, apesar de reunir uma plateia significativa, passou longe de representar a euforia e a urgência que esse mesmo tipo de show tinha há dez anos. Já havia sido assim quando a banda tocou por aqui em 2017 e também nas passagens mais recentes de nomes como o The Killers, Kings of Leon e Arctic Monkeys, e até mesmo com o Libertines, neste ano — apesar dos hits, a banda não tem mais a mesma pegada de seus tempos áureos.

Ao mesmo tempo em que o rock de outros tempos parece cada vez mais anacrônico para o público do Lolla, a história é outra quando ele vem de quem o incorpora de outra forma em suas músicas.

Ainda que impulsionado pelas saudades das grandes aglomerações depois de dois anos de isolamento social, o público presente no show de Miley Cyrus, por exemplo, foi muito mais vibrante e emocionado do que o de outras figuras mais clássicas que já fecharam o festival. Isso só elevou os ares épicos da performance.

Num show simbólico, a americana traduziu no palco duas tendências que a música pop tem retomado de alguns anos para cá e que andam de mãos dadas —o revival sonoro e estético do rock e outro revival das décadas de 1970 e 1980.

Visualmente, a fase atual de Miley Cyrus evoca uma mistura do auge de Debbie Harry, do Blondie, banda que inclusive apareceu no setlist, com um cover de "Heart of Glass", com algo de Cherie Currie, a vocalista de voz rasgada do The Runaways, que apostava nos macacões colados no corpo e muito couro. O último álbum de Cyrus, "Plastic Hearts", de 2020, inclusive, tem uma música criada em parceria com Joan Jett, lendária guitarrista da banda de mulheres.

Até a presença de Anitta no show para cantar sua recente "Boys Don't Cry", um pop com sintetizadores que remetem a outros tempos e tem um pé no rock oitentista —e também no emo— foi uma clara alusão a isso. A cereja do bolo foi a total conversão de "See You Again" em uma música de rock, sem nenhum indício de que ela foi feita há 15 anos para a trilha sonora pop da série infantil "Hannah Montana", estrelada por Miley Cyrus.

Vários outros acenos ao gênero musical e ao pop punk foram feitos pelas cantoras pop durante o festival. Na sexta-feira, por exemplo, Doja Cat incluiu no repertório "Bottom Bitch", que começa com um sample de "What's My Age Again", do Blink-182; no mesmo dia, no palco eletrônico, a estreante Ashnikko mostrou para o público "L8r Boi", música que repagina "Sk8er Boi", hit de 20 anos atrás de Avril Lavigne, com batidas de hip-hop e novos versos feministas.

Com algumas exceções, essas guitarras que soaram no festival tinham um destino bem específico —o pop punk e o emo. No domingo, Lucas Silveira, vocalista do Fresno e ícone desse movimento no Brasil, disse que "revival é o caralho, a gente sempre esteve aqui". Ele não está errado. O Fresno é uma das poucas bandas que alcançaram o sucesso mainstream nos anos 2000 e se mantém até hoje fiel ao estilo que o consagrou, ainda que sem se limitar a ele.

A frase também valeria para os shows de A Day to Remember e Alexisonfire, bandas mais pesadas e de diferentes vertentes do emo, mas que são veteranos e levaram um público que os acompanha há anos ao festival. Mas há muita gente fazendo o caminho inverso, e também jovens que agora emulam a estética de 15 anos atrás.

O Machine Gun Kelly, que tocou para uma plateia bem cheia, no palco principal, na sexta, era trapper até um dia desses. Num movimento bastante improvável para a indústria dos dias de hoje, ele passou a fazer mais sucesso depois que trocou o Auto-Tune e as batidas eletrônicas por guitarras cor-de-rosa e baterias no estilo Travis Barker —o famoso baterista do Blink-182 que é uma espécie de padrinho desse novo momento do pop punk.

Barker não esteve no Lolla —e talvez nunca esteja, já que, desde que sofreu um acidente, não viaja mais de avião. Mas sua presença foi sentida mesmo assim, do sample de Blink usado por Doja Cat, passando pelas canções com participação ou produção dele de Machine Gun Kelly, ou MGK, e Jxdn e até na influência sobre outros bateristas no evento.

MGK é um artista do tipo retrô, que emula o pop punk e o emo na estética e no som, com músicas como "Emo Girl", uma ode a uma garota emo. Já Jxdn, sucesso no TikTok, até na grafia do nome —como se fosse um usuário de rede social— parece ter sido criado por um algoritmo. Ele não tem o visual semigótico e tocou no Lolla com uma camiseta do Brasil e calças largas, mas suas músicas ecoam Blink e Simple Plan —ainda que sua plateia seja de uma geração que estava nascendo quando esses grupos começavam a ganhar espaço no rádio e na TV.

Essa é uma movimentação que vai além do próprio Lolla —o Rock in Rio, por exemplo, já escalou Green Day, Avril Lavigne e Fall Out Boy para celebrar esta nostalgia no festival carioca em setembro.

Para manter a coerência, o Lollapalooza deveria enviar um barco até a Califórnia para trazer Travis Barker e o Blink-182 pela primeira vez ao Brasil. E a experiência de sucesso com Miley Cyrus, quem sabe, poderia abrir caminho para um show de Olivia Rodrigo, nova estrela pop que tem pelo menos um hit, "Good 4 You", no estilo pop punk.

MELHORES MOMENTOS

Adeus, Taylor
O Lolla foi marcado pela morte do baterista do Foo Fighters, Taylor Hawkins, dois dias antes da banda se apresentar no festival. Artistas homenagearam o músico em seus shows e o festival acabou com uma bateria iluminada em cima do palco

Caos
Na sexta-feira, uma tempestade interrompeu o show da banda The Wombats, atrasou a programação e fez uma estrutura cair em cima de um homem. Os shows foram novamente interrompidos no domingo por causa do mau tempo

Furacão Miley
O melhor e mais emocionante show do evento foi o de Miley Cyrus, que fez performance histórica e cantou hits, homenageou o amigo Taylor Hawkins, ajudou num pedido de casamento e dançou com Anitta no palco

'Lulapalooza'
O show de Pabllo Vittar no primeiro dia de festival pautou o resto do evento —por causa de uma toalha estampada com o rosto do ex-presidente Lula, o TSE, a pedido do partido do presidente Jair Bolsonaro, o PL, quis proibir que artistas se manifestassem politicamente no palco nos dias seguintes. O pedido inflamou ainda mais os artistas e o público

Rappers contra Bolsonaro
No lugar do show do Foo Fighters, o festival escalou um timaço de nomes do rap brasileiro —tocaram Emicida, Planet Hemp, Mano Brown e outros. Os artistas homenagearam Taylor Hawkins, visitaram clássicos do gênero e falaram com frequência contra Bolsonaro e sobre a tentativa de censura do TSE

Show em tributo ao baterista Taylor Hawkins, do Foo Fighters Adriano Vizoni/Folhapress

Pabllo Vittar faz gesto em referência ao 'L', do ex-presidente Lula Rubens Cavallari/Folhapress

Miley Cyrus e Anitta cantando juntas no palco do Lollapalooza AgNews

Diane Keaton e Al Pacino em cena do filme 'O Poderoso Chefão', dirigido por Francis Ford Coppola e lançado em 1972 Fotos Divulgação

Al Pacino compara o papel em 'O Poderoso Chefão' a loteria

'Levei uma vida inteira para aceitar', declara ator que viveu Michael Corleone

ENTREVISTA

Dave Itzkoff

NOVA YORK | THE NEW YORK TIMES É difícil imaginar "O Poderoso Chefão" sem Al Pacino. Sua atuação contida no papel de Michael Corleone, que se tornou um herói de guerra respeitável apesar da família corrupta, passa quase despercebida na primeira hora do filme —até que ele se afirma e vai assumindo controle da operação criminal dos Corleone, além do próprio filme.

Mas tampouco haveria Al Pacino sem "O Poderoso Chefão". O ator era um astro em ascensão do teatro nova-iorquino e tinha apenas um papel no cinema em seu currículo —no drama sobre drogas "Os Viciados", de 1971— quando Francis Ford Coppola contrariou a vontade do estúdio que produzia o filme, o Paramount Pictures, para dar ao novato o papel do príncipe reflexivo de seu épico sobre a máfia.

"O Poderoso Chefão" estreou em Nova York em 15 de março de 1972, e hoje, 50 anos mais tarde, é fácil imaginar que Pacino não teria interesse em falar sobre isso. Mas o ator de 81 anos se mostrou filosófico e até saudoso ao falar do filme em entrevista por telefone.

"Estou aqui porque fiz 'O Poderoso Chefão'", disse ele, de sua casa em Los Angeles. "Para um ator, é como ganhar na loteria. No fundo, não tive nada a ver com o filme a não ser representar o papel."

Pacino falou mais sobre como foi ser contratado para o filme e como foi gravar, o peso do legado de seu papel e por que ele nunca mais representou outro personagem como Michael Corleone.

*

Como surgiu o papel de Michael Corleone? Naquele momento da minha vida, não tive escolha. Francis queria que eu fizesse o personagem. Eu tinha feito um filme apenas. E não estava tão interessado em fazer cinema quanto eu ficaria depois. Minha cabeça estava em outro lugar.

Me senti deslocado nos primeiros filmes que fiz. Me recordo de dizer 'falam tanto que o cinema é real, mas não é'. Porque há fios ligados a você em todo lugar. Além do mais, você tem que refazer! É real e não é real ao mesmo tempo. Não é tão fácil se acostumar com isso.

Você não achou possível que Coppola fosse fazer o filme? "O Poderoso Chefão" já era um projeto grande. Era um livro importante. Quando você é ator, nem sequer chega a pôr os olhos nessas coisas. Elas não existem para você.

E ele disse que não apenas ia dirigir o filme como também [começa a gargalhar] queria que eu fizesse. Desculpe, não foi minha intenção dar risada. É que pareceu tão absurdo. Lá estava eu, falando com alguém que eu imaginava que devia estar meio maluco. Falei "qual trem devo pegar?". Achei melhor fazer de conta que estava acreditando no cara. E ele queria que eu fizesse Michael.

Falei "okay, Francis, ótimo". Sabe como as pessoas falam com você quando você está perdendo o juízo? Dizem "sim, é claro, sim!". Mas ele não estava perdendo o juízo. Era a verdade. E me deram o papel.

Quando você entrou para as filmagens de "O Poderoso Chefão", trabalhando ao lado de gente como Caan e Duvall, que tinham bastante experiência de cinema, e Marlon Brando, a quem admirava muito, como fez para se afirmar, para se destacar no meio deles? Refleti sobre o papel. Pensei que aquele era um personagem que poderia ser muito forte se saísse do nada. Naturalmente, não podia mencionar isso a ninguém, mesmo porque eu não sabia como articular. E quando li o roteiro, senti como estivesse tudo mapeado para mim.

Como assim? Ele não aparece muito. Está ali, mas não chega a aparecer. Acho que foi muito um processo de ir crescendo até aquele discurso em que ele diz que vai pegar aqueles caras [o chefão do tráfico Sollozzo e o policial corrupto Captain McCluskey], e todo mundo começa a rir dele.

Houve algum momento enquanto vocês estavam fazendo "O Poderoso Chefão" em que você percebeu que o filme seria tão grande quanto é? Lembra aquela cena do funeral de Marlon, quando o põem no chão? As filmagens tinham acabado naquele dia —o sol já estava se pondo.

Então eu estava feliz, é claro, porque podia ir para casa e tomar uns goles. Estava indo para meu trailer, pensando "eu estava bem hoje, não tive diálogos para decorar, não tive obrigações, estava ótimo".

E dei de cara com Francis Ford Coppola sentado sobre um túmulo, chorando como um bebê. Fui até ele e perguntei "qual é o problema, Francis, o que aconteceu?". E ele diz "não vão me deixar fazer outra tomada". Ou seja, não iam deixar refilmar a cena. Pensei 'acho que estou num filme bom'. Porque ele tinha aquela paixão pelo filme. Era isso.

Então você fica à vontade agora com os elogios que recebeu e continua a receber por sua atuação em "O Poderoso Chefão"? Sem dúvida. Eu me sinto profundamente honrado com isso. Realmente. Foi um trabalho no qual tive muita sorte de participar. Mas levei uma vida inteira para aceitar isso e seguir em frente. Não é como se eu tivesse representado o papel do Superman.

Tradução de Clara Allain

À esq., Robert Duvall e John Marley em cena de 'O Poderoso Chefão', clássico do cinema que fez 50 anos em março

Só faria a 'Parte 3' por dinheiro, diz ator Robert Duvall, aos 91

Ator que interpretou Tom Hagen no clássico de Francis Ford Coppola tem boas memórias dos primeiros filmes

Henrique Artuni

SÃO PAULO Entre os tiroteios, mortes e frases clássicas repetidas à exaustão pelos fãs de "O Poderoso Chefão", sobra pouco espaço para Tom Hagen, o conselheiro e advogado dos Corleone. Mas se engana quem acha que, por isso, ele é menos icônico.

Num filme repleto de sombras e salas escuras como o clássico de Francis Ford Coppola, que completou 50 anos neste mês, o personagem vivido por Robert Duvall é fundamental para que a máfia mantenha sua fachada de legalidade.

Já nos bastidores do filme, enquanto a pressão sobre o diretor e o ator principal, Al Pacino, eram gigantescas e davam uma atmosfera de insegurança à produção, Duvall, então aos 40 anos, dez deles na indústria cinematográfica, não tinha dúvidas sobre aquele trabalho.

"Só de ver um terço do filme, eu pensei 'nós fizemos algo importante, vai ter um grande impacto'", lembra o ator, em entrevista a este repórter por telefone.

Ele conta só ter sentido algo similar quando estrelou a minissérie "Os Pistoleiros do Oeste", de 1989, baseada no livro "The Lonesome Dove", de Larry McMurtry.

"É um faroeste que reflete sobre religião e o Texas", sintetiza Duvall, que se tornou um ícone cultural do estado americano por esse trabalho —ainda que não tenha nascido ou morado por lá.

"Eu não estava inseguro, quem estava era o Coppola. Ele tinha de dirigir o filme sob circunstâncias estranhas", lembra, como um eufemismo do risco de ser demitido a qualquer momento, a Paramount pronta para substituir o diretor e crente de que James Caan —que interpreta Sonny— deveria viver Michael —e não um certo Pacino, iniciante de raízes italianas.

"Mas [Coppola] queria fazer de um jeito e seguiu esse caminho, mesmo com as possíveis repercussões do estúdio. E é ótimo trabalhar para ele, um grande diretor", diz Duvall, que também já experimentou essa posição em filmes como "O Apóstolo", de 1997, "O Tango e o Assassino", de 2002, e o faroeste "Cavalos Selvagens", de 2015.

Aliás, além de ter se tornado um "ranger" honorário pelo Texas em 2011 —uma espécie de xerife—, Duvall não esconde o entusiasmo por caubóis ao saber que dá entrevista para um veículo do país com uma das maiores festas de rodeio do mundo, em Barretos, no interior paulista.

"Minha mulher [a atriz Luciana Pedraza] é faixa marrom em jiu-jitsu brasileiro e está a caminho da faixa preta", tergiversa Duvall, que completou 91 anos em janeiro deste ano, citando a cônjuge que também estrelou filmes dele.

Voltando a Coppola, a admiração mútua não impediu certos atritos. Apesar do papel coadjuvante de Duvall, o final de "O Poderoso Chefão 2" deixa clara a discórdia entre Michael e o Corleone adotivo que se manteve mais fiel à família que algumas ovelhas da prole de don Vito. Numa possível continuação, a disputa se daria entre os dois.

Quinze anos depois do segundo filme, Duvall foi chamado para interpretar Hagen novamente, mas os entraves comerciais do estúdio fizeram com que ele recusasse o papel.

Como afirma em entrevistas desde a década de 1990, "O Poderoso Chefão Parte 3", para ele, não chega aos pés dos outros dois, e todos os atores ali só o teriam feito pelo dinheiro.

Em especial pelo fato de que Duvall receberia cinco vezes menos que Pacino no filme e ficaria um pouco abaixo de Diane Keaton nesse quesito. Pode ter pesado também para ele o fato de, em 1990, ele já ter recebido um Oscar de melhor ator por "A Força do Carinho" —enquanto Al Pacino só receberia a estatueta em 1993, com "Perfume de Mulher".

"Não tem nada a ver com o Oscar", afirma o ator. "Foi uma questão de grana. Se eles não pagam, eu não atuo", crava, com um trocadilho que se perde na tradução —"if they don't pay, then you don't play".

"Você pega os trabalhos conforme eles vêm. Posso fazer um filme pequeno ou grande, antes ou depois de um Oscar. Eles não queriam me pagar, então não ia me preocupar de não estar no filme", conta, sem arrependimentos.

A decisão, porém, fez com que Coppola e Mario Puzo, escritor do romance que deu origem ao filme, tivessem de encontrar uma solução às pressas —tanto que a morte de Hagen é citada bem "en passant" no filme.

Mas, ao contrário da vindoura série "The Offer", que promete contar os bastidores de "O Poderoso Chefão" de maneira ficcionalizada, Duvall —que mal ouviu falar dela— guarda memórias singelas e anedotas da convivência com Marlon Brando —"ele era um 'padrinho' ('godfather') para os jovens atores, como eu, Dustin Hoffman e Gene Hackman"— e James Caan —"só sua presença deixava tudo bem".

Com o ator mais experiente, aliás, Duvall aparece em uma das fotos de bastidores mais curiosas e hilárias, segurando o script de Brando do peito para baixo. "Ele dizia que conseguia ser mais espontâneo se ele lesse as falas", lembra.

Já Caan, com seu humor nova-iorquino, metralhava piadas as quais Brando demorava para entender, antes de sair gargalhando. "O primeiro 'Poderoso Chefão' foi mais divertido", defende Duvall.

Hoje, se se depara com o filme na TV, para, admira sua beleza, mas também parece contemplar o clássico certa melancolia.

"Às vezes vivemos no passado, porque ele pode ser maravilhoso e até ajudar o presente", diz Duvall. "Mas eu me lembro do 25º aniversário do filme, e agora estamos no 50º. O tempo passa."

Acima, a obra 'A Primeira Missa', e, ao lado, 'Macunaíma 33', ambas de Luiz Zerbini Fotos Divulgação

Telas de Luiz Zerbini reimaginam o que é o Brasil

Artista que ganha exposição no Masp traz obras que retratam um país distinto a partir de grandes embates históricos

Carolina Moares

SÃO PAULO A história no Brasil parece dar voltas em espiral. Os yanomamis que padeciam de doenças trazidas por garimpeiros mais de 50 anos atrás, por exemplo, voltaram a sofrer um aumento da malária e da desnutrição infantil crônica no ano passado. A própria atividade de garimpeiros é incentivada por promessas do presidente Jair Bolsonaro de legalizar sua ocupação.

Mas, nas pinturas do artista paulistano Luiz Zerbini, a mesma história pode não ser exatamente a mesma, como sua nova exposição no Masp explora. A primeira missa do Brasil agora tem ao centro uma indígena —e os tons acinzentados são reservados aos portugueses, quase numa inversão dos canibais estereotipados de Théodore de Bry.

A guerra de Canudos também sai do registro preto e branco da foto clássica de Flávio de Carvalho, com aqueles sujeitos já rendidos e na miséria. São figuras com tons, vestimentas e histórias próprias, enredados numa magia botânica da caatinga brasileira, com mulungus e umbuzeiros floridos. Outras cores, protagonistas e histórias.

Organizada por Adriana Pedrosa e Guilherme Giufrida, "A Mesma História Nunca É a Mesma" é a primeira exposição do artista num museu de São Paulo, sua cidade natal.

"Sinto que tenho responsabilidade por ser daqui. São Paulo se coloca como protagonista, nessa ideia de locomotiva, mas é uma desgovernada, levando a gente para um buraco", afirma o artista.

"Mas aqui está o poder econômico, e é também o lugar onde tem que se começar a inversão desses valores. Não tenho como fugir da minha origem, ainda que dê vontade."

Os cerca de 50 trabalhos apresentados no museu são inéditos em sua maioria e começaram a partir da pintura "A Primeira Missa", feita por ele em 2014 para uma mostra no Instituto Tomie Ohtake.

"É um ano emblemático, na sequência das manifestações de 2013, em que começa essa efervescência que dura até hoje, um pouco a reinvenção dos discursos sobre o Brasil, na direita e na esquerda", diz um dos organizadores da mostra, Guilherme Giufrida.

No bicentenário da independência do Brasil, em que parecem estar ainda mais em disputa ideias que se tem do país e do ser brasileiro, Zerbini apresenta essas reconstruções de grandes embates da história nacional, como o massacre de Haximu e a própria guerra de Canudos.

As obras foram montadas numa grande estrutura de madeira desenhada por Lina Bo Bardi para uma mostra sobre Candido Portinari nos anos 1970. O suporte, no entanto, foi elevado a uma altura maior, que tenta dialogar com o porte das grandes copas de árvores numa floresta. As estacas cruas também foram alteradas por uma série de desenhos do Zerbini.

Essa ornamentação na estrutura repete o excesso de cores que inverte o sentido da arte "oficialesca" nas pinturas. Ao mesmo tempo, é um passo mais distante do modernismo, avesso aos ornamentos.

Desde 2014, quando fez a nova primeira missa protagonizada por uma indígena, Zerbini aponta que foi uma sequência desastrosa de eventos que levou à eleição de Bolsonaro, que disputará novo mandato. "Mas a situação dos indígenas passa por todos os governos, vai além da política. Eles sofrem desde sempre", diz ele.

"Agora, com Bolsonaro, realmente se escancarou e se declarou [esse ataque]. Mas a gente não teve capacidade de, quando ele disse que faria isso, entender que não era para deixar acontecer."

O próprio retrato do massacre de Haximu, que vitimou indígenas yanomamis nos anos 1990, mudou de perspectiva durante o processo em função da investida recorrente do presidente contra povos originários. O artista conta que ele estava pintando um genocídio como evento histórico quando reapareceram as centenas de balsas de garimpo no rio Tapajós.

"Zerbini está figurando a catástrofe, as figuras que a gente tem que combater enquanto grupo", diz Giufrida. "Este é um período muito vivo também com a entrada de novos sujeitos, subjetividades e perspectivas nos últimos anos."

E não são só as pessoas que aparecem como sujeitos dessa usurpação colonizadora —as plantas também aparecem como personagens dessas histórias coloniais.

O café, a cana-de-açúcar e outras plantas que compõem esses ciclos econômicos brasileiros são retratadas com flores e frutos, numa vivacidade que as distancia de um debate sobre commodities. "Esse universo de personagens não humanos é uma outra maneira de recontar a história do Brasil. Eles também estavam aqui na chegada dos portugueses", afirma o organizador da mostra.

É um debate latente também na literatura —a Flip do ano passado dedicou sua programação a essa discussão com autores que dão protagonismo aos vegetais, como Alejandro Zambra, de "Bonsai" e "A Vida Privada das Árvores", e o biólogo Stefano Mancuso, de "Revolução das Plantas".

Também faz parte da exposição no Masp o conjunto de monotipias que ele fez para a edição de "Macunaíma" publicada pela editora Ubu, com a impressão feita a partir das próprias plantas secas, como se elas pintassem o papel.

"Em 'Macunaíma', de novo, veio a história do passado para o presente com o Makunaima de Jaider Esbell", diz Zerbini, lembrando a grafia dos próprios makuxis para a entidade considerada um dos filho do Sol. Esbell, artista makuxi, morto no ano passado, retomou a história de seu tataravô, que teria sido o indígena a fazer os relatos que culminaram no livro de Mário de Andrade. O artista questionava a pecha do herói sem nenhum caráter que ele ganhou na literatura brasileira.

"Esbell conta que o avô falou para ele que se sabia que tudo isso ia acontecer e que as pessoas se apropriariam do livro e que não iam ganhar nada com isso. Mas que, no futuro, ele ia conseguir fazer com que a história de Macunaíma voltasse já com condições de rever a história do Brasil, e fazer algo que eles não foram capazes de fazer décadas atrás."

A Mesma História Nunca É a Mesma

Masp - av. Paulista, 1.578. De qua. a dom., das 10h às 18h; ter., das 10h às 20h. De 1º de abril a 5 de junho. A partir de R$ 50. Grátis às terças

Elifas Andreato elevou a música a um lugar entre o real e o onírico

Ilustrador que concebeu álbuns de Adoniran Barbosa a Zeca Pagodinho sabia a importância de uma vitrine

ANÁLISE

Lucas Nobile

De "A" a "Z", ou de Adoniran Barbosa a Zeca Pagodinho, Elifas Andreato coloriu a música popular brasileira. Ilustrador e artista gráfico morto nesta terça-feira, ele se dedicou nos últimos 50 anos a enriquecer obras musicais que, por si só, já eram ricas.

Numa era pré-videoclipes e coreografias virais de internet, a arte de Andreato representava a identidade visual, a cara dos álbuns. Dos anos 1970 para cá, fica difícil imaginar alguém que não conheça ao menos uma capa de disco assinada por Elifas Andreato.

Isso acontece com os mais antigos, que iam às hoje desaparecidas lojas de LPs e acabavam levando "um Elifas" para casa ao comprar um álbum de Chico Buarque ou de Elis Regina. E acontece também com os mais novos, que podem não ligar o nome à pessoa, mas já esbarraram numa capa feita pelo artista paranaense ao escutar discos de Criolo —"Espiral de Ilusão", de 2017—, ou Fabiana Cozza —"Canto da Noite na Boca do Vento", de 2019.

Andreato desenvolveu sua arte em tempos em que tal ofício era muito menos digital e literalmente mais manual. À parte a destreza com as mãos, a chave do talento de Elifas Andreato estava no onírico, na imaginação. Sem limitar sua criatividade, ele deixava as gravadoras às voltas com as novidades gráficas que propunha.

O formato de 30 por 30 centímetros das capas favorecia. Alguns discos tinham ainda capa dupla, contracapa e encartes, com espaço de sobra para abrigar as suas ousadias.

Em alguns casos, ele ia além e elevava o nível do jogo. Basta lembrar, por exemplo, dos icônicos "Lápis de Cor", de Fátima Guedes, com espirais na lombada do LP, e "A Arca de Noé", de Vinicius de Moraes e Toquinho, que trazia na capa uma linha pontilhada para ser recortada e a sugestão para o ouvinte "faça você mesmo a capa do seu disco".

A inventividade não aparecia apenas no resultado, estava presente também nas diferentes técnicas. No clássico "Clementina e Convidados", de 1979, o artista usou uma caixa de argila para ilustrar na capa a pegada de um pé no chão de terra, sublinhando a força da ancestralidade na obra e na figura de Clementina de Jesus.

Já em "Paulinho da Viola", de 1978, apenas o bojo de um cavaquinho em madeira, simbolizando a paixão do compositor pela marcenaria e pela lutheria —a arte de construir instrumentos musicais.

Além da originalidade, Andreato era capaz de sintetizar na capa a essência daqueles álbuns. Como quem faz o cartaz de um filme ou a capa de um livro, ele sabia que mais do que complementar o conteúdo musical sua arte era a vitrine dos discos.

Ao bater o olho na imagem de um casal negro dançando em primeiro plano —com um jovem Pixinguinha, ao fundo, tocando seu saxofone—, o ouvinte já intuía a torrente sonora que sairia de "Confusão Urbana, Suburbana e Rural", álbum de Paulo Moura lançado em 1976, com capa de Elifas Andreato.

Retratista, realista e fantástico, em mais de 50 anos de carreira Andreato colaborou com artistas de variados estilos musicais. Não há, porém, ligação mais forte do que a que ele teve com o samba. No gênero, ao lado do grande Lan, Andreato foi praticamente imbatível. Boa parte dos maiores sambistas teve capas de discos feitas por ele.

Além dos já lembrados Adoniran Barbosa —e a famosa história da capa não lançada em que o compositor paulista foi retratado de maneira tão poética quanto certeira por Andreato, como um palhaço— e Zeca Pagodinho, foi com Paulinho da Viola e Martinho da Vila que o artista gráfico estabeleceu suas parcerias mais marcantes e longevas. Só para esses dois foram mais de 30 capas com a assinatura de Andreato.

A lista de colaborações históricas vai de Clara Nunes a Elton Medeiros —no disco de 1973, com um arco-íris saindo das mãos de Medeiros segurando sua caixinha de fósforos—, de Clementina de Jesus a João Nogueira, passando por Beth Carvalho, Jair Rodrigues e Dona Ivone Lara. As memórias musicais, visuais e afetivas da música brasileira se tornaram maiores pelas mãos de Elifas Andreato.

Marcelo Coelho
A coluna não é publicada hoje excepcionalmente

Capas de discos feitas por Elifas Andreato Reprodução

CHICO BUARQUE

A bifa e o tabefe

O tapa se distingue do soco por não machucar o rosto tanto quanto magoa a alma

Gregorio Duvivier

É ator e escritor. Também é um dos criadores do portal de humor Porta dos Fundos

Esta semana, o tapa que Will Smith deu na cara do Chris Rock gerou uma discussão sem fim, dividindo o país e o planeta entre aqueles que defendiam que foi um tapa e aqueles que acreditavam que fosse um soco. A discussão deu lugar a outras: todo soco de mão aberta é tapa? Quais os limites da bifa?

Precisei assistir ao VAR pra decidir. Cheguei à conclusão de que se trata de um híbrido entre o soco e o tapa, também conhecido como tabefe, botadão, ou cola-brinco. O antropólogo Orlando Calheiros lembrou que no Rio o golpe é conhecido como tapa de PM, o famoso soco de mão aberta. Enquanto o simples tapa na cara permite que os dedos ultrapassem o rosto sem mudar sua angulação, o tabefe, ao contrário, leva a palma, e não os dedos, ao encontro da face alheia, carregando o crânio numa diagonal descendente em direção ao chão.

Há quem se refira ao tapa, quando caprichado, apenas no feminino. O artigo feminino, no português, pode funcionar como um aumentativo. Assim como a barca distingue-se do barco por ser maior, prefiro tomar um bico a uma bicuda, antes tomar um tapa a levar no rosto uma senhora tapona.

Ainda que seja um tabefe, a mão aberta inocenta Will. O tapa se distingue do soco por não machucar o rosto tanto quanto magoa a alma. A bifa não ficará pra história ao lado do soco de Vargas Llosa em García Márquez ou a mordida de Suárez. A tapona de Will Smith ficará guardada na mesma estante do sapato que o jornalista atirou na cabeça do Bush, da taça de vinho que Kátia Abreu jogou na cara de José Serra, das notas de dinheiro que um comediante fez chover na cara do presidente da Fifa, da cabeçada de Zidane.

Houve quem dissesse que o tapa era armado. Parecia mesmo encenação — como todo tapa. O tabefe pertence mais a um palco que a um ringue. Está mais pra performance que pra luta. Enquanto o soco transforma o receptor numa vítima, o tapa faz dele uma criança.

É possível superar um soco. Não é possível se esquecer de um tapa. Chris Rock sabe disso: fez uma série inteira sobre o medo de apanhar. Não sei se todo o mundo, hoje, odeia o Chris. Não consigo odiar. Apanhar é seu destino inescapável, sua sina.

Mas vamos falar de coisa boa. Um tapa pode, também, unir um país. Pelas últimas pesquisas, e pelo Lollapalooza, a imensa maioria do Brasil parece empenhada em esbofetear uma mesma pessoa. Que esse tapa venha sob a forma de numa derrota acachapante no primeiro turno.

Catarina Bessel

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | TER. Manuela Cantuária | QUA. Gregorio Duvivier | **QUI. Flávia Boggio** | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE EM CASA

Tony Goes

tonygoes@uol.com.br

Novo elenco de 'Saia Justa' inclui Sabrina Sato, de saída da Record

Saia Justa

GNT, 22h45, 14 anos

O programa de debates entre mulheres muda quase todo o seu elenco fixo. Só a anfitriã, Astrid Fontenelle, continua. No lugar de Gaby Amarantos, Monica Martelli e Pitty, entram as atrizes e apresentadoras Larissa Luz, Luana Xavier e Sabrina Sato, recém-saída da Record.

Saul Klein e o Império do Abuso

Canal MOVdoc no YouTube, grátis

Realizada pela MOV, a produtora de vídeos do UOL, esta série documental em três episódios traz depoimentos de supostas vítimas de Saul Klein, o herdeiro das Casas Bahia. O empresário é acusado pelo aliciamento e estupro de 14 mulheres. A direção é de Paula Sacchetta.

Eiffel

Amazon Prime Video, 16 anos

Romain Duris vive o engenheiro Gustave Eiffel, que assinou, entre várias obras importantes, a torre parisiense que leva seu nome. Esta suntuosa cinebiografia foi indicada ao César, o Oscar francês, nas categorias de figurino, design de produção e efeitos visuais.

Faz-Me Rir

Netflix, 16 anos

Fanny Herrero, criadora da aclamada série francesa "Dix pour Cent", também é a responsável por esta nova sitcom, que acompanha a luta de quatro jovens comediantes para alcançar o sucesso em Paris.

A Gangue

Telecine Premium, 22h, 16 anos

Três amigos crescem num dos bairros mais violentos de Los Angeles. Quando adultos, participam de uma noitada selvagem que trará consequências terríveis para todos.

Assalto ao Banco da Espanha

Globo, 23h30, 14 anos

Freddie Highmore, da série "The Good Doctor", faz um jovem engenheiro convidado a participar de um grande roubo em Madri, durante a final da Copa do Mundo. Produção espanhola filmada em inglês, inédita na TV aberta.

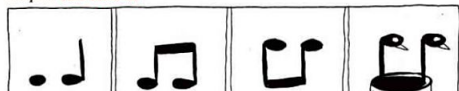
Limiar

Canal Brasil, 0h30, 12 anos

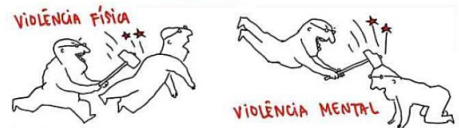
A cineasta Coraci Ruiz registra neste documentário a transição de gênero de sua própria filha, que percebeu na adolescência que queria ser homem.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê *Laerte*

Daiquiri *Caco Galhardo*

Níquel Náusea *Fernando Gonsales*

A Vida Como Ela Yeah *Adão Iturrusgarai*

Não Há Nada Acontecendo *André Dahmer*

Viver Dói *Fabiane Langona*

Péssimas Influências *Estela May*

SUDOKU

texto.art.br/fsp

DIFÍCIL

	9							6
				5			8	
		8	4	7				2
	4		5			9		
	5		9		7		2	
		9			1		7	
7				8	4	1		
	8			2				
5							6	

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

CRUZADAS

HORIZONTAIS

1. Em localização à frente / Beto Guedes, músico **2.** Abreviatura do oficial que comanda um regimento / Som indistinto e sem harmonia **3.** Que é rigorosamente como deveria ser / Arrebatamento súbito e efêmero **4.** (Matem.) Número sob o símbolo de um radical **5.** Diz-se de pássaro que canta, que gorjeia **6.** Ação oxidante da água do mar **7.** Dan Stulbach, ator e apresentador paulistano / Normas Gerais **8.** Localizado no sul **9.** Nuvem de pó **10.** O esporte de Rafale Nadal / O pedido do público para repetição de uma música **11.** Nicho doméstico, com imagem religiosa **12.** Jarro de cerâmica para guardar água / Desforrado, cuja ofensa foi reparada **13.** (Astr.) Emissão atmosférica.

VERTICAIS

1. Ajustada, adequada / A parte mais elevada **2.** Afligir, maltratar / Que está acima ou vai além de (alguém ou algo) **3.** Famoso personagem das "Mil e uma Noites" / Composição musical para instrumento **4.** Um barril cortado ao meio / Pequena ave canora do Brasil **5.** Tirar algo do lugar para pôr outro / Consequência de uma piada engraçada **6.** O sujeito de viajo ou economizo / Voar pra cá e pra lá, sem rumo certo / (Fisiot.) Reeducação Postural Global **7.** Inferior em número ou quantidade / Relativo às bordas da boca **8.** O ator e cantor sertanejo Rolando / O sambista Nogueira **9.** Qualquer pequeno corpo arredondado / As passadas não movem moinho / Orson Welles, ator.

HORIZONTAIS: 1. Avante, BG, **2.** Cel, Rumor, **3.** Exato, Elã, **4.** Radicando, **5.** Trinador, **6.** Maresia, **7.** DS, NG, **8.** Austral, **9.** Poeirada, **10.** Tênis, Bis, **11.** Oratório, **12.** Pote, Pago, **13.** Airglow. **VERTICAIS: 1.** Acertada, Topo, **2.** Vexar, Súpero, **3.** Aladim, Sonata, **4.** Tina, Teitei, **5.** Trocar, Riso, **6.** Eu, Adejar, RPG, **7.** Menos, Labial, **8.** Boldrin, Diogo, **9.** Grão, Águas, OW.

SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO S.A.

Companhia Aberta • CNPJ 46.119.855/0001-37 • www.sanasa.com.br

Sede Administrativa

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.
As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: a) https://correio.rac.com.br/publicidade-legal; b) https://www.sanasa.com.br/conteudo/demonstracoes.aspx?f=V; c) https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmConsultaExternaCVM.aspx?tipoconsulta=CVM&codigoCVM=16241; d) https://publicidadelegal.folha.uol.com.br/

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA ou Companhia) submete à apreciação dos seus acionistas o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, acompanhadas das notas explicativas, parecer do Conselho Fiscal, relatório dos auditores independentes e relatório anual resumido do Comitê de Auditoria Estatutário.

Mensagem da Administração

O ano de 2021 ainda foi fortemente impactado pela pandemia da COVID-19, que impôs grandes desafios sem precedentes em quase cinco décadas de nossa história. Mas graças ao comprometimento e dedicação de nossos 2.131 empregados próprios e 1.314 empregados terceirizados, estamos sendo capazes de superar essas dificuldades, concentrando-nos em oferecer a melhor solução de saneamento para a população do município de Campinas.

A receita operacional líquida da Companhia apresentou um crescimento de 4,88% em relação ao ano anterior, ao passo que o EBITDA registrou uma retração de 3,42%, influenciado principalmente pelo aumento da inadimplência dos consumidores e pelo fato de não termos reajustado as tarifas de água, esgoto e serviços no ano de 2021.

A lucratividade e rentabilidade também foram impactadas negativamente em decorrência do aumento significativo nos preços dos insumos de produção, com destaque para a energia elétrica, combustíveis e produtos químicos para tratamento, levando-nos a adotar diversas medidas para a gestão de gastos, que incluiu a vedação de aumentos decorrentes de dissídio coletivo.

No tocante ao relacionamento com os clientes, mantivemos a iserção da cobrança da tarifa de água e esgoto para as famílias de baixa renda, cadastradas na tarifa social, que consomem até 10 metros cúbicos, beneficiando uma população de cerca de 82 mil habitantes.

A busca da SANASA pela universalização do saneamento no município de Campinas foi marcada pela melhoria e ampliação dos serviços, crescimento da população atendida, aumento da rede de abastecimento de água e da coleta de esgoto com investimentos de mais de R$ 185 milhões em 2021. Foram quase 10 mil novos acessos aos serviços de fornecimento de água tratada e mais de 8 mil aos serviços de coleta e afastamento de esgoto. Para assegurar a universalização do saneamento e a excelência na prestação dos serviços de saneamento, o Conselho de Administração da SANASA aprovou o plano de investimentos para os próximos cinco anos, com aportes que serão suportados pela geração de caixa da Companhia e pela captação de recursos no mercado.

Chegamos ao final de 2021 preparados para demonstrar nossa capacidade de geração de valor aos *stakeholders*. O ano de 2022 também será de superação, mas estamos convictos de que temos a força necessária para vencer os desafios, mantendo o compromisso de contribuir para a qualidade de vida da população de Campinas e região.

1. Perfil Corporativo

A SANASA é responsável pelo serviço de abastecimento de água (captação, adução, tratamento, reservação e distribuição de água potável) do município de Campinas, Estado de São Paulo. A empresa capta água dos Rios Atibaia (98,61%) e Capivari (1,39%) para abastecer toda a cidade.

Atualmente, a SANASA atende com água potável encanada 99,81% da população urbana de Campinas, por meio de cinco estações de tratamento que possuem capacidade de tratamento de até 4.600 litros/segundo. O volume de água potável produzido em 2021 foi de mais de 102 milhões de metros cúbicos, transportado por meio de 4.771,75 km de adutoras e redes de distribuição e armazenado em 73 reservatórios distribuídos pela cidade (26 elevados e 47 semienterrados), com capacidade total de 142.098,37 m³. Esse sistema contempla 374.749 ligações de água e 527.902 economias, todas equipadas com hidrômetros.

Além disso, a Companhia também é responsável pelo sistema de esgotamento sanitário, que atende a 96,42% da população urbana da cidade, com 347.612 ligações e 481.954 economias, por meio de 4.428,59 km de redes, emissários e interceptores, além de 109 Estações Elevatórias de Esgoto, 21 Estações de Tratamento de Esgoto e 2 Estações de Produção de Água de Reúso (EPAR). A capacidade instalada de tratamento de esgoto é de 95%, e do esgoto coletado, 89,94% são tratados.

Indicadores	Quantidade	Unidade
Gerais		
População do Município de Campinas (*)	1.223.237	Habitantes
Número de Empregados Próprios (SANASA) em 31/12/2021	2.131	Funcionários
Número de Empregados Terceirizados em 31/12/2021	1.314	Funcionários
Agências de Atendimento ao Público	11 fixas e 2 móveis	Unidade
Água		
População Atendida com Água	99,81%	Percentual
Economias de Água	527.902	Unidade
Ligações de Água	374.749	Unidade
Extensão da Rede de Água	4.771,75	km
Volume de Água Captada e Bombeada (acumulado em 2021)	108.686.479	m³
Volume de Água Tratada e Distribuída (acumulado em 2021)	102.307.653	m³
Volume de Outorga Rio Atibaia	4.700	l/s
Volume de Outorga Rio Capivari	366,67	l/s
Captações de Água	2	Unidade
Estações de Tratamento de Água (ETAs)	5	Unidade
Capacidade de Tratamento das ETAs	4.600	l/s
Estação de Tratamento de Lodo de ETAs (ETL)	1	Unidade
Centros de Reservação e Distribuição	42	Unidade
Reservatórios	73	Unidade
Volume de Reservação	142.098,37	m³
Índice de Perdas na Distribuição (IPD)	20,57%	Percentual
Índice de Perdas de Faturamento (IPF)	11,76%	Percentual
Esgoto		
População Atendida com Coleta e Afastamento de Esgoto	96,42%	Percentual
Capacidade Instalada de Tratamento de Esgoto	95,00%	Percentual
Índice de Tratamento de Esgoto	89,94%	Percentual
Economias de Esgoto	481.954	Unidade
Ligações de Esgoto	347.612	Unidade
Extensão da Rede de Esgoto	4.428,59	km
Estações Elevatórias de Esgoto (EEEs)	109	Unidade
Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs)	21	Unidade
Estações de Produção de Água de Reúso (**)	2	Unidade

* Estimativa IBGE 2021

** 1 em fase de operação e 1 em fase de pré-operação

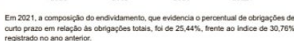
2. Desempenho Econômico-financeiro

A receita operacional líquida apresentou um acréscimo de 4,88%, quando comparada ao ano de 2020, influenciada, principalmente, pela flexibilização do Plano São Paulo contra a COVID-19, que resultou no retorno das aulas presenciais das escolas estaduais, municipais e particulares do Estado de São Paulo, a partir de 02/08/2021, além do fim das restrições de horários e capacidade de ocupação das atividades de comércio e prestação de serviços, a partir de 17/08/2021.

A estrutura tarifária da Companhia é dividida em categorias residencial, comercial, pública e industrial. A receita é composta majoritariamente pela prestação de serviços a clientes residenciais no município de Campinas, representando 67,99% das receitas de água e 66,31% das receitas de esgoto.

O EBITDA (*Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*), que representa a geração de caixa operacional, atingiu a importância de R$ 243.884 mil em 2021, contra R$ 252.513 mil no ano anterior, o que representa uma redução de 3,42%. A margem EBITDA, que é calculada por meio da divisão do EBITDA pela Receita Líquida, atingiu 25,63% em 2021, ante 27,83% em 2020. Esse resultado é decorrente da retração das outras receitas operacionais em 29,93%, pelo reconhecimento da habilitação do crédito referente ao indébito tributário gerado pelo processo da imunidade tributária federal, junto à Receita Federal do Brasil, em 12/05/2020, através do processo administrativo nº 10166.724116/2020-51, no valor de R$ 25.976 mil. Soma-se a isso, o fato de a Companhia não ter reajustado suas tarifas de água, esgoto e preços públicos dos demais serviços em 2021, diante da crise econômica gerada pela pandemia do novo coronavírus. Vale ressaltar que a Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí publicou, em 29 de dezembro de 2021, a Resolução ARES-PCJ nº 409, que reajusta os valores das tarifas da Companhia em 15,92%, a partir de fevereiro de 2022.

Reconciliação do EBITDA (R$ mil)	2018	2019	2020	2021
Resultado Líquido do Exercício	**162.534**	**179.185**	**146.914**	**93.096**
(±) Tributos sobre o lucro	13.330	15.466	9.340	6.400
(+) Resultado financeiro	50.757	52.529	21.865	73.076
(+) Depreciações e amortizações	59.979	75.872	74.394	71.312
(=) EBITDA	**286.600**	**323.052**	**252.513**	**243.884**
(+) Receita Operacional Líquida	918.125	970.090	907.244	951.540
(=) Margem EBITDA (%)	**31,22%**	**33,30%**	**27,83%**	**25,63%**

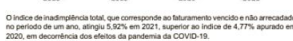
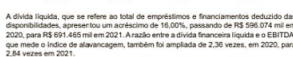
A SANASA registrou uma diminuição de 36,63% no lucro líquido, que foi de R$ 93.096 mil em 2021 (R$ 146.914 mil em 2020). A margem líquida, calculada por meio da divisão do resultado líquido pela receita operacional líquida, foi de 9,78%, ante uma margem líquida de 16,19% apurada no ano de 2020.

Em 2021, a composição do endividamento, que evidencia o percentual de obrigações de curto prazo em relação às obrigações totais, foi de 25,44%, frente ao índice de 30,76% registrado no ano anterior.

A rentabilidade sobre o patrimônio líquido foi de 16,73%, ante uma rentabilidade de 26,51% obtida no ano anterior.

A dívida líquida, que se refere ao total de empréstimos e financiamentos deduzido das disponibilidades, apresentou um acréscimo de 16,00%, passando de R$ 596.074 mil em 2020, para R$ 691.465 mil em 2021. A razão entre a dívida financeira líquida e o EBITDA, que mede o índice de alavancagem, também foi ampliada de 2,36 vezes, em 2020, para 2,84 vezes em 2021.

O índice de inadimplência total, que corresponde ao faturamento vencido e não arrecadado no período de um ano, atingiu 5,92% em 2021, superior ao índice de 4,77% apurado em 2020, em decorrência dos efeitos da pandemia da COVID-19.

3. Investimentos (CAPEX)

A SANASA realizou um montante de investimentos de R$ 185.132 mil em 2021, superior em 46,55% ao valor efetivado no ano anterior (R$ 126.329 mil), sendo 71,83% destinados às obras de abastecimento de água, 22,90% aos sistemas de coleta, afastamento e tratamento de esgoto e os 5,27% restantes aplicados em outros investimentos.

Nos sistemas de abastecimento de água foram investidos R$ 132.976 mil, com destaque para a execução das seguintes obras (concluídas e/ou em andamento): execução da subadutora PUCC e derivações; reservatório e CRD Carlos Lourenço; execução de obra de rede de distribuição de água no Instituto Biológico e Parque Ecológico; substituição de redes nos bairros Jardim Independência, Jardim Garcia, Vila Pe. Manoel da Nóbrega, Jardim Paulicéia, Jardim São Vicente, Jardim São Pedro, Jardim São Gabriel, Vila Tupi, Vila Georgina, Jardim Samambaia, Jardim Esmeraldina, Jardim Dom Vieira, Jardim Leonor, Bonfim, Jardim Botafogo, Vila Castelo Branco, Parque Imperial e na Av. Luiz de Tella no Distrito de Barão Geraldo.

No que se refere aos sistemas de coleta, afastamento e tratamento de esgoto foram investidos R$ 42.401 mil, com destaque para a execução das seguintes obras (concluídas e/ou em andamento): Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Boa Vista; Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) San Conrado; execução de rede coletora de esgoto no loteamento Novo Gramado; execução de remanejamento de redes e ligações de esgoto interferentes com as obras do BRT (Corredores Campo Grande e Ouro Verde); execução de rede de esgoto e direcionamento ao sistema de tratamento no bairro Chácara Santo Antonio do Maracaju; execução do interceptor de esgoto do Jardim Santa Marcelina e Estação Elevatória de Esgoto com linha de recalque e prolongamento de rede de esgoto no Jardim Satélite Iris (sub-bacia 6).

Em 31/12/2021, o imobilizado da Companhia, líquido das depreciações, atingiu o montante de R$ 1.247.680 mil.

4. Desempenho Operacional

Em 2021 a SANASA alcançou um volume faturado de água de 87.310 mil m³, 4,85% superior ao apurado no ano de 2020. O Índice de Perdas na Distribuição (IPD), que representa o percentual do volume de água tratado e não consumido, foi de 20,57% em 2021, bem abaixo da média de perdas das empresas de saneamento brasileiras (40,14%, segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS de 2020). Já o Índice de Perdas de Faturamento (IPF), que indica o percentual do volume de água tratado e não faturado, atingiu a marca de 11,76% em 2021, também inferior à média de perdas de 37,54% das empresas brasileiras, segundo o SNIS.

5. Relacionamento com os Colaboradores

O número de empregados da SANASA contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que era de 2.216 no encerramento do exercício de 2020, passou para 2.131 em dezembro de 2021, representando uma redução de 3,84%. Em 2021, 141 empregados se desligaram da Companhia, sendo 57,45% através do Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI), que se trata de um importante instrumento para valorização e reconhecimento da dedicação e história de cada empregado.

Em sua maioria os empregados são do gênero masculino, brancos e possuem, em média, 46 anos de idade. O tempo médio dos empregados na Companhia é de 16 anos. As mulheres representavam 19,10% do total de empregados e ocupavam 31,43% dos cargos de liderança. Já os negros e pardos ocupavam 27,12% do efetivo e 5,71% dos cargos de liderança. Além disso, a Companhia propicia oportunidade de trabalho a 35 estagiários e 58 jovens aprendizes. A rotatividade de pessoal (*turnover*) em 2021 foi de 4,62%.

6. Relacionamento com os Auditores Independentes

A Companhia está sujeita a uma Política para Contratação de Serviços Extra Auditoria, aprovada pelo Conselho de Administração em 18/12/2018, que se consubstancia em princípios que preservam a independência do auditor, nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003. A referida política disciplina os procedimentos de contratação envolvendo a atual empresa de auditoria independente para a realização de serviços extra auditoria, estabelecendo, dentre outras coisas, que a contratação deverá ser submetida à aprovação do Comitê de Auditoria Estatutário. Tal documento define, ainda, uma lista de serviços não relacionados à auditoria externa cuja contratação é vedada.

Em 2021, a SANASA pagou à Taticca Auditores Independentes S.S. uma remuneração total de R$ 64,4 mil, sendo: R$ 52,4 mil para a prestação de serviços de auditoria contábil das demonstrações financeiras; e R$ 12 mil pela auditoria do relatório de sustentabilidade e balanço social do exercício de 2020. A Taticca Auditores Independentes S.S. nos comunicou que a prestação do serviço não relacionado à auditoria das demonstrações financeiras não afetou a sua independência e integridade necessárias à execução dessa atividade.

continua ›››

SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO S.A.

Companhia Aberta • CNPJ 46.119.855/0001-37 • www.sanasa.com.br

SANASA CAMPINAS — PREFEITURA DE CAMPINAS

Estação Produtora de Água de Reúso - EPAR Boa Vista

continuação ›››

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

ATIVO	2021	2020
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	2.168	2.572
Aplicações financeiras	82.826	16.657
Contas a receber e fornecimentos a faturar	207.024	194.926
Estoques	16.670	32.745
Impostos e contribuições a compensar	3.197	36.518
Antecipações salariais	3.286	2.759
Despesas antecipadas	681	898
Outras contas a receber	131	217
Total do Ativo Circulante	**315.983**	**287.292**
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a Longo Prazo		
Bancos - Contas vinculadas	13.034	18.106
Contas a receber de clientes	78.632	75.724
Ativos fiscais diferidos	8.360	8.139
Depósitos judiciais	29.603	29.335
Outras contas a receber	980	410
Total do Realizável a Longo Prazo	**130.609**	**131.714**
Investimentos	**252**	**261**
Imobilizado	**1.247.680**	**1.125.238**
Intangíveis	**28.043**	**26.202**
Total do Ativo Não Circulante	**1.406.584**	**1.283.415**
TOTAL DO ATIVO	**1.722.567**	**1.570.707**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	2020
CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	116.779	126.069
Fornecedores	45.190	48.126
Salários e encargos sociais	54.040	71.268
Impostos e contribuições a recolher	19.704	15.321
Provisões para benefícios a empregados	13.288	19.981
Dividendos e JCP a pagar	28.346	–
Receitas diferidas	10.251	11.546
Débito faturamento residencial - ARES PCJ 352/2020	2.131	11.353
Outras contas a pagar	5.878	9.531
Total do Passivo Circulante	**295.607**	**313.195**
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	659.680	489.234
Tributos parcelados	–	76
Tributos diferidos	11.327	11.588
Receitas diferidas	159.502	169.783
Provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	3.715	3.992
Provisões para benefícios a empregados	30.876	28.939
Outros	1.466	1.236
Total do Passivo Não Circulante	**866.566**	**704.848**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social realizado	453.185	453.185
Reservas de capital	3.399	3.399
Reservas de lucros	79.167	96.080
Dividendo adicional proposto	26.659	–
Outros resultados abrangentes	(2.016)	–
Total do Patrimônio Líquido	**560.394**	**552.664**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.722.567**	**1.570.707**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto, resultado por ação em reais)

	2021	2020
Receitas de Vendas e Serviços	**951.540**	**907.244**
Custos dos Serviços Vendidos	**(528.598)**	**(511.999)**
Resultado Bruto	**422.942**	**395.245**
Despesas/Receitas Operacionais		
Despesas com vendas	(106.353)	(83.799)
Despesas administrativas	(182.932)	(188.862)
Outras despesas/receitas operacionais	38.915	55.535
	(250.370)	**(217.126)**
Resultado antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	**172.572**	**178.119**
Resultado Financeiro		
Receitas financeiras	27.654	57.610
Despesas financeiras	(100.730)	(79.475)
	(73.076)	**(21.865)**
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	**99.496**	**156.254**
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(6.683)	(10.749)
Diferido	283	1.409
	(6.400)	**(9.340)**
RESULTADO DO EXERCÍCIO	**93.096**	**146.914**
Resultado por ação ordinária-básico e diluído	**0,21**	**0,32**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

	Capital Social Realizado	Reservas de Capital	Reservas de Lucros: Incentivos Governamentais	Reservas de Lucros: Para Investimentos	Reservas de Lucros: Legal	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Dividendo Adicional Proposto	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**453.185**	**3.399**	**11.395**	**79.393**	**8.390**	–	–	–	**555.762**
Resultado do exercício	–	–	–	–	–	146.914	–	–	146.914
Destinação do resultado do exercício:									
Incentivos governamentais	–	–	11.347	–	–	(11.347)	–	–	–
Reserva legal	–	–	–	–	6.778	(6.778)	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(7.727)	–	–	(7.727)
Dividendos e juros de capital próprio	–	–	–	(40.003)	–	(102.282)	–	–	(142.285)
Reserva de lucros para investimentos	–	–	–	18.780	–	(18.780)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**453.185**	**3.399**	**22.742**	**58.170**	**15.168**	–	–	–	**552.664**
Resultado do exercício	–	–	–	–	–	93.096	–	–	93.096
Destinação do resultado do exercício:									
Ganhos e perdas atuariais	–	–	–	–	–	–	–	(2.215)	(2.215)
Tributos sobre ganhos e perdas atuariais	–	–	–	–	–	–	–	199	199
Incentivos governamentais	–	–	11.587	–	–	(11.587)	–	–	–
Reserva legal	–	–	–	–	4.075	(4.075)	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(4.646)	–	–	(4.646)
Dividendos e juros de capital próprio	–	–	–	(55.004)	–	(23.700)	–	–	(78.704)
Dividendo adicional proposto	–	–	–	–	–	(26.659)	26.659	–	–
Reserva de lucros para investimentos	–	–	–	22.429	–	(22.429)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**453.185**	**3.399**	**34.329**	**25.595**	**19.243**	–	**26.659**	**(2.016)**	**560.394**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

	2021	2020
1 - RECEITAS	**1.013.838**	**985.890**
1.1) Abastecimento de água e saneamento	948.297	903.227
1.2) Prestação de serviços	38.816	35.394
1.3) Redes de água e esgoto	5.577	7.820
1.4) Outras receitas (despesas) operacionais	38.915	55.535
1.5) Receitas relativas à construção de ativos próprios	28.477	9.613
1.6) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão/(constituição)	(46.244)	(25.699)
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**(275.398)**	**(249.766)**
2.1) Matérias-primas consumidas	(29.242)	(29.017)
2.2) Custos dos serviços vendidos	(185.213)	(156.053)
2.3) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(60.943)	(64.696)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	**738.440**	**736.124**
4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	**(71.312)**	**(74.394)**
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3 - 4)	**667.128**	**661.730**
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**27.653**	**57.610**
6.1) Receitas financeiras	27.653	57.610
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	**694.781**	**719.340**
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**694.781**	**719.340**
8.1) Empregados	**363.065**	**368.318**
8.1.1) Remuneração direta	259.537	261.644
8.1.2) Benefícios	84.823	87.040
8.1.3) F.G.T.S.	18.705	19.634
8.2) Tributos	**123.188**	**119.316**
8.2.1) Federais	114.929	111.647
8.2.2) Estaduais	3.192	2.770
8.2.3) Municipais	5.067	4.899
8.3) Remuneração de capitais de terceiros	**115.432**	**84.792**
8.3.1) Juros	73.974	55.952
8.3.2) Aluguéis	14.702	5.317
8.3.3) Outras despesas financeiras	26.756	23.523
8.4) Remuneração de capitais próprios	**93.096**	**146.914**
8.4.1) Juros sobre o capital próprio	23.700	24.734
8.4.2) Dividendos	31.305	85.275
8.4.3) Lucros Retidos	38.091	36.905

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

	2021	2020
Fluxos de caixas das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido antes do imposto de renda e contribuição social	99.496	156.254
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas Atividades Operacionais:		
Depreciações e amortizações	71.312	74.395
Custo das baixas do ativo imobilizado	212	111
Provisão para perdas na realização de créditos	40.198	25.465
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.046	234
Tributos diferidos e a compensar	(472)	(1.409)
Juros sobre financiamentos	85.500	61.440
Subvenções governamentais realizadas	(11.584)	(11.347)
Encargos financeiros antecipados	1.476	1.478
Encargos financeiros sobre arrendamentos	2.763	3.891
Juros sobre tributos parcelados	207	819
Variações monetárias sobre financiamentos	9.400	7.024
Ajustes dos planos de benefícios a empregados	(2.015)	–
Provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	(277)	463
	302.262	**318.818**
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber e fornecimentos a faturar	(63.310)	(33.470)
Estoques	16.075	(14.785)
Contas a pagar fornecedores	(30.433)	(22.033)
Contas a pagar a empregados ou por conta de empregados	(33.254)	(3.732)
Despesas antecipadas	(366)	(30)
Juros pagos	(82.503)	(60.104)
Imposto de renda e contribuição social	31.012	(50.552)
Depósitos vinculados	5.072	(7.686)
	(157.707)	**(192.392)**
Caixa líquido gerado pelas Atividades Operacionais	**144.555**	**126.426**
Fluxos de caixa das Atividades de Investimento		
Compra de ativo imobilizado	(185.132)	(126.329)
Caixa líquido consumido pelas Atividades de Investimento	**(185.132)**	**(126.329)**
Fluxo de caixa das Atividades de Financiamento		
Financiamentos obtidos	409.285	189.989
Arrendamentos	29.502	–
Encargos financeiros	(7.672)	–
Pagamentos de dividendos	(55.004)	(160.013)
Amortizações de financiamentos	(245.835)	(48.884)
Pagamento de arrendamentos financeiros	(23.934)	(9.392)
Subvenções governamentais	–	295
Caixa líquido gerado (consumido) pelas Atividades de Financiamento	**106.342**	**(28.005)**
Aumento (redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	**65.765**	**(27.908)**
Saldo Inicial do Caixa e Equivalentes de Caixa	19.229	47.137
Saldo Final do Caixa e Equivalentes de Caixa	84.994	19.229

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A. (SANASA ou Companhia) é uma sociedade de economia mista, de capital aberto e sem ações negociáveis, desde 29 de abril de 1997, conforme registro obtido junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), sob o código nº 1624-1. Constituída de acordo com a Lei Municipal nº 4.356, de 28 de dezembro de 1973, regulamentada pelo Decreto nº 4.437, de 14 de março de 1974, a SANASA possui participação majoritária da Prefeitura Municipal de Campinas (PMC) e tem como finalidades principais planejar, executar e operar serviços públicos de abastecimento de água e coleta de esgotos sanitários no Município de Campinas.

Em consonância com a Lei Municipal nº 11.941, de 07 de abril de 2004, foram introduzidas alterações nos objetivos da SANASA, ampliando suas finalidades para: a) fiscalização de instalações prediais de água e esgotos dos imóveis situados no Município de Campinas; b) promoção de educação em saneamento, meio ambiente e áreas correlatas, difundindo os conhecimentos inerentes às suas atividades fins em ações integradas com o Município, Estado e União.

Através da Lei Municipal nº 13.007, de 18 de julho de 2007, os objetivos da SANASA tiveram novas alterações, ficando autorizada a prestar serviços em qualquer Município localizado no território brasileiro, bem como no exterior, além de poder participar de Companhias públicas ou de sociedades de economia mista, nacionais e internacionais, constituir subsidiárias e coligar-se ou participar de qualquer empresa privada ligada, direta ou indiretamente, ao saneamento básico.

A SANASA, por ser uma empresa de economia mista, não está sujeita à falência ou recuperação judicial, conforme disposto no artigo 2º, Inciso I, da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.

2 BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos Administradores da Companhia em 25 de março de 2022.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras, conforme descrito na nota explicativa nº 5, que são mensuradas pelo valor justo através do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas, julgamentos e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota nº 12 – Ativo imobilizado e arrendamento
- Nota nº 13 – Ativo intangível
- Nota nº 14 – Empréstimos, financiamentos e arrendamentos
- Nota nº 18 – Benefícios a empregados
- Nota nº 19 – Provisões

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Instrumentos financeiros

a.1) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

a.2) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio

SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO S.A.

Companhia Aberta • CNPJ 46.119.855/0001-37 • www.sanasa.com.br

SANASA CAMPINAS — PREFEITURA DE CAMPINAS

Estação de Tratamento de Água - ETA 1 e 2

continuação ›››

do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

a.3) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes, outros créditos, partes relacionadas, entre outros.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente das disponibilidades, para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os instrumentos financeiros do grupo de "Empréstimos e Recebíveis", abrangem principalmente contas a receber e partes relacionadas. Já o grupo de "Custo Amortizado", abrange principalmente, fornecedores, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas da Companhia.

a.4) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida, ou de realizar o ativo e quitar o passivo, simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos.

a.5) Capital Social

a.5.1) Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

b) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os instrumentos financeiros do grupo de "Empréstimos e Recebíveis", abrangem principalmente contas a receber e partes relacionadas. Já o grupo de "Custo Amortizado", abrange principalmente, fornecedores, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas da Companhia. Para os instrumentos financeiros mensurados pelo "Valor justo por meio do Resultado" que abrangem caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras, a divulgação do valor justo está na nota explicativa nº 28.

c) Gerenciamento de risco financeiro

c.1) Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes da Companhia.

c.2) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações, associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

c.3) Risco Operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia, infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

c.4) Administração de Capital

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a depósitos bancários, fundos de renda fixa e fundos de investimentos.

d) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques.

e) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais, máquinas, equipamentos, mão de obra direta e indireta.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

e.1) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

e.2) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas na nota explicativa nº 12.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f) Ativo intangível

f.1) Ativos intangíveis com direitos de uso

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, representados por: a) Permissão de uso de solo e b) Direito de uso de *softwares*.

f.2) Amortização

A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto ao custo, deduzido o valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data que estes estão disponíveis para uso.

g) Ativos arrendados

A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arredamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (valor abaixo de 5 mil dólares). Para esses arrendamentos, a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa incremental no arrendamento.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento incluem:

- Pagamentos fixos de arrendamento (incluindo pagamentos em substância fixos), deduzidos de eventuais incentivos de arrendamentos a receber;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou uma taxa, inicialmente mensurados utilizando-se o índice ou a taxa na data de início;
- O valor estimado devido pelo arrendatário em garantias de valor residual;
- O preço de exercício das opções de compra do bem, se o arrendatário tiver certeza razoável do exercício das opções; e
- Pagamento de multas pelo término do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção para término do arrendamento.

  O passivo de arrendamento é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado.

  A Companhia remensura o passivo de arrendamento (e faz um ajuste correspondente ao respectivo ativo de direito de uso) sempre que:

- O prazo de arrendamento for alterado ou houver um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que resulte em uma mudança na avaliação do exercício da opção de compra do bem, nesse caso, o passivo de arrendamento é remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada.
- Os pagamentos de arrendamento são alterados devido a mudanças do índice ou na taxa ou uma mudança no pagamento esperado no valor residual garantido, sendo, nesse caso, o passivo de arrendamento remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto não alterada (a menos que a mudança nos pagamentos de arrendamento resulte da mudança na taxa de juros variável, sendo, nesse caso, utilizada a taxa de desconto revisada).
- O contrato de arrendamento é modificado e a alteração no arrendamento não é contabilizada como um arrendamento separado, sendo, nesses casos, o passivo de arrendamento remensurável com base no prazo de arrendamento do arrendamento modificado descontando-se os pagamentos de arrendamentos revisados usando taxa de desconto revisada na data efetiva da modificação.

Natureza dos arrendamentos da Companhia:

A Companhia arrenda uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE Capivari), com duração de 20 anos, no montante líquido de R$ 39.502 (passivo de arrendamento). O contrato deste arrendamento prevê que os pagamentos aumentem a cada ano pela inflação. No fim deste contrato todos os bens passarão a pertencer à Companhia, no estado que se encontram, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema de tratamento de esgoto do Capivari, esta reversão será gratuita e automática, livre de quaisquer ônus ou encargos. A Companhia também aluga veículos de passageiros, vans, furgões, máquinas operatrizes, e equipamentos, no montante líquido de R$ 41.067. Em todos estes contratos, os prazos de aluguel não ultrapassam 5 anos. Não é prática da Companhia exercer a opção de compra do bem arrendado no final do contrato.

O contrato de aluguel de veículos dá o direito de usar os veículos para o prazo contratual estipulado. O arrendador deve substituir todos os veículos de imediato e de forma automática, quando completarem 120.000 quilômetros percorridos por outros veículos zero quilômetro nas mesmas condições estabelecidas no início do contrato.

h) Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus funcionários os seguintes benefícios pós-emprego:

- Previdência privada;
- Assistência médica;
- Indenização por aposentadoria por invalidez;
- Auxílio funeral;

Os referidos benefícios estão descritos na nota explicativa nº 18.

***i) Redução ao valor recuperável* – Impairment**

i.1) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros.

i.2) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros, exceto os estoques e contribuição social diferida, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes, através da taxa de desconto antes de impostos, que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

Em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, sendo provável a exigência de recursos econômicos para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas possíveis quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

k) Receitas Operacionais

k.1) Receita de abastecimento de água e saneamento

As receitas de serviços de abastecimento de água e saneamento são reconhecidas no resultado por ocasião do consumo de água ou pela prestação de serviços de coleta e tratamento de esgoto. As receitas são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas dos abatimentos, descontos e tributos incidentes sobre a mesma. A Companhia reconhece a receita quando satisfazer à obrigação de performance ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente.

k.2) Receita de prestação de serviços

As receitas de prestação de serviços incluem:

k2.1) Receita de Construções

As receitas de construções são reconhecidas pelo mesmo montante dos custos das construções, relativo a obras de sistemas de água e esgoto, repassados por empreendedores.

k2.2) Outras Receitas de Prestação de Serviços

Abrange as prestações de serviços ligadas ao abastecimento de água e coleta de esgoto, tais como: ligação de água e esgoto, religação de água, extinção de ligação, instalação de hidrômetros, teste de estanqueidade, análise de PH, aferição de hidrômetro, exame físico-químico e bacteriológico de água, vistoria para alvará de uso, etc.

k3) Receita de Redes de Água e Esgoto

Neste grupo são contabilizadas as receitas oriundas dos contratos de obras de redes de água e esgoto solicitados e pagos pelos consumidores.

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

l) Subvenção governamental

A subvenção governamental relacionada a ativos deve ser apresentada no balanço patrimonial em conta de passivo, como receita diferida, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado. A receita de subvenção governamental é reconhecida em base sistemática e racional, ao longo da vida útil do ativo, e confrontada com as despesas correspondentes, nos termos do pronunciamento técnico CPC 07 (R1) – Subvenção e Assistências Governamentais, ratificado pela Deliberação CVM nº 646/10.

m) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados através da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente do arrendamento quando o ajuste do arrendamento é confirmado.

n) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e atualizações monetárias sobre parcelamento da receita tarifária, prestações de serviços, aplicações financeiras, outras receitas e o desconto a valor presente das provisões e são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros, e são reconhecidas no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda, até janeiro de 2009, e a contribuição social sobre o lucro líquido do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A partir do dia 11 de fevereiro de 2009, a Companhia ficou desobrigada de apurar, provisionar e recolher imposto de renda, através do deferimento parcial da medida judicial de Imunidade Tributária, conforme mencionada na nota explicativa nº 19.4 (d).

A despesa com contribuição social compreende os tributos correntes e diferidos. A contribuição social (corrente e diferida) é reconhecida no resultado a menos que esteja relacionada a itens diretamente relacionados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Contribuição Social ativa diferida é originada da diferença temporária entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil, em conformidade com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, que considera o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e eles se relacionam a imposto de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de contribuição social diferida são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

o.1) IFRIC 23/ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/CS) correntes e diferidos, à luz do CPC 32, nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos. A Companhia entende que todos os ajustes tributários efetuados na apuração da Contribuição Social não apresentam tema passível de questionamento pelas autoridades fiscais federais, quais sejam decorrentes de interpretação tributária diversa.

p) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média das ações ordinárias no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, se aplicável, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41.

q) Informações por segmento

Dada a peculiaridade da Companhia, que atua em um setor considerado pela legislação como serviço público essencial, as decisões de investimentos da Companhia estão pautadas, principalmente, pela responsabilidade social e ambiental. Desta forma, são considerados como único segmento os serviços públicos de água e esgoto. O fator principal que faz com que o controle gerencial da Companhia seja o conjunto das atividades de água e de esgoto é a existência de subsídio cruzado na prestação de serviços de fornecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgoto. A Companhia não administra os resultados operacionais de água e esgoto separadamente e não possui informação financeira individualizada disponível.

r) Ajuste a valor presente

As contas a receber de contratos de prestação de serviços e parcelamento de contas de água, esgoto e prestação de serviço registrados no circulante e no não circulante são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de pagamento prefixada nas datas das respectivas transações.

s) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

t) Novas normas, alterações e interpretações em vigor para exercícios iniciados em (após) 01 de janeiro de 2021:

Alteração da norma IAS 1 – Classificação de passivos como Circulante ou Não circulante. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não Circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Melhorias anuais nas normas IFRS 2018-2020: Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IAS 16 – Imobilizado: Resultado gerado antes do atingimento de condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IAS 37 – Contrato oneroso: Custo de cumprimento de um contrato. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação dos custos relacionados ao cumprimento de um contrato oneroso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IFRS 3 – Referências à estrutura conceitual: Esclarece alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual do IFRS. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IFRS 17 – Contratos de seguro: Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IFRS 4 – Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9: Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária da aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IAS 1 e IFRS Practice Statement 2, Divulgação de Políticas Contábeis: Esclarece aspectos a serem considerados na divulgação de políticas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IAS 8 – Definição de estimativas contábeis: Esclarece aspectos a serem considerados na definição de estimativas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IAS 12 – Imposto Diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação: Esclarece aspectos a serem considerados no reconhecimento de impostos diferidos ativos e passivos relacionados a diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MARCOS JOSÉ BERNARDELLI – Presidente do Conselho
MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES JUNIOR – Conselheiro
PEDRO BENEDITO MACIEL NETO – Conselheiro
VALDEMIR MOREIRA DOS REIS JÚNIOR – Conselheiro
ITAMAR BLEY – Conselheiro
ANTÔNIO CARLOS BARBOSA FILHO – Conselheiro
VICENTE PORTO VILELA – Conselheiro
REBECA TADEUSA MACHADO BORGES – Conselheira

DIRETORIA EXECUTIVA

MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES JUNIOR – Diretor Presidente
PEDRO CLÁUDIO DA SILVA – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
PAULO JORGE ZERAIK – Diretor Administrativo
FERNANDO SÉRGIO MANCILHA NEVES – Diretor Comercial
MARCO ANTÔNIO DOS SANTOS – Diretor Técnico

CONTROLADORIA

ANTONIO MOREIRA FRANCO JUNIOR – Gerente de Controladoria - CRC 1SP219088/O-3
JEAN CARLOS PEREIRA – Contador - CRC 1SP180441/O-0

continua ›››

SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO S.A.

Companhia Aberta • CNPJ 46.119.855/0001-37 • www.sanasa.com.br

SANASA CAMPINAS — PREFEITURA DE CAMPINAS

CCA - Centro de Conhecimento da Água / Museu da Água

continuação ›››

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA), em cumprimento às atribuições legais e estatutárias, procederam aos exames do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas. Com base nos exames efetuados e considerando as informações prestadas pela Administração, assim como o Relatório, com opinião não modificada, da Taticca Auditores Independentes S.S., de 25 de março de 2022, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das Demonstrações Financeiras da SANASA, do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a serem apreciadas pela Assembleia Geral de Acionistas.

Campinas, 29 de março de 2022.

SINVAL ROBERTO DURIGON **ADERVAL FERNANDES JÚNIOR** **MICHEL ABRÃO FERREIRA**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores e Acionistas da
Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A. - SANASA
Campinas - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A. ("Companhia" ou "SANASA"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos valores adicionados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

a) Provisão para benefícios pós-emprego

Conforme Nota Explicativa n.º 18 (d), apresentada nas demonstrações financeiras, a Companhia adota o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, ratificado pela Deliberação CVM n.º 695/2012 para Previdência Privada, Assistência Médica, Indenização por aposentadoria por invalidez e Auxílio funeral. Para a avaliação atuarial dos benefícios pós-emprego no exercício de 2021, a Companhia substituiu o atuário anterior, contratando novo prestador de serviços especializados, para efetuar a avaliação atuarial dos benefícios, para fins de suportar a atualização dos passivos atuariais estimados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Mantivemos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância do valor da obrigação presente com os planos e o elevado grau de julgamento em relação a premissas atuariais empregadas em sua determinação.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram dentre outros, análises por nossos especialistas atuários sobre:

- Adequacidade aos requerimentos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1);
- Análise das premissas adotadas nas projeções atuariais;
- Análise do método atuarial utilizado no cálculo das obrigações;
- Análise das premissas nas projeções das obrigações à luz das boas práticas e do perfil da Companhia;
- Reuniões virtuais com o atuário da SANASA e os gestores da área de Contabilidade da Companhia.

Adicionalmente, efetuamos a análise e avaliação da movimentação contábil dos principais componentes do laudo contábil-atuarial entre os exercícios de 2020 e 2021, das obrigações atuariais e dos ativos dos planos de benefícios.

Baseamos nossa conclusão sobre as estimativas registradas no passivo da Companhia, relacionadas a benefícios pós-emprego, nas informações estatísticas contidas no relatório elaborado pelo especialista terceiro contratado pela Companhia.

Em adição aos testes acima, informamos que foi também objeto de nossa avaliação:

- Verificação da adequabilidade e coerência das justificativas, inclusive a existência de estudos de aderências utilizadas pelo consultor atuarial para a escolha das premissas;
- Comparação com as premissas utilizadas no período anterior; e
- Comparação com a frequência da premissa pelo mercado, assim como das boas práticas atuariais.

b) Subvenções governamentais

Conforme divulgado em Nota Explicativa n.º 20, a Companhia possui um saldo de receita diferida oriunda de subvenções governamentais destinadas à infraestrutura dos sistemas de abastecimento de água e saneamento, no montante de R$ 169.452 mil em 31 de dezembro de 2021 (181.039 mil em 31 de dezembro de 2020). Os valores investidos nessas obras foram registrados no ativo imobilizado, tendo como contrapartida no balanço patrimonial um passivo de igual valor. Este valor vem sendo apropriado ao resultado em base sistemática e racional durante a vida útil.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:

Foram avaliados os critérios de contabilização e apresentação no balanço patrimonial e os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado, em atendimento aos termos do Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistências Governamentais, ratificado pela deliberação CVM n.º 646/2010.

Em nossos exames, verificamos que não houve recebimentos de valores relacionados a subvenções nos exercícios de 2021 e 2020. Nós analisamos as movimentações ocorridas no período, que se referem a execução das obras de saneamento e esgoto.

c) Redução ao valor recuperável - *Impairment*

A Companhia possui registrado o montante em 31 de dezembro de 2021 no valor de R$ 1.247.680 mil (em 31 de dezembro de 2020 no valor de R$ 1.125.238 mil) referente a ativos imobilizados. A administração avalia anualmente o risco de *impairment* de seus ativos. A avaliação quanto à recuperabilidade do ativo imobilizado e intangível e a definição da Unidade Geradora de Caixa (UGC) incorpora julgamentos significativos em relação a fatores associados à prestação de serviço futuro e premissas econômicas como taxa de desconto e taxas de inflação.

Conforme divulgado em Nota Explicativa n.º 12 (c), foi desenvolvido pela Companhia um relatório de teste de recuperabilidade das unidades geradoras de caixa, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) sobre Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Deliberação CVM nº 639, de 7 de outubro de 2010. Considerando a natureza da área de atuação da Companhia ser de serviço público essencial e as decisões de investimentos estarem ligadas a responsabilidades de ordem social e ambiental, foram definidos como unidade geradora de caixa os serviços públicos de água e esgoto, que apresentou margem bruta positiva. Através das análises efetuadas, a Companhia concluiu não existir indicação de uma possível desvalorização dos ativos.

Devido à relevância do total do ativo imobilizado da Companhia, e o nível de incerteza para a determinação do impairment relacionado, que pode impactar o valor destes ativos nas demonstrações financeiras, consideramos este tema um assunto significativo para a auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: entendimento e avaliação dos processos de avaliação e adequação da divulgação; capitalização do imobilizado e intangível através de teste documental em base amostral das movimentações dos bens tangíveis e intangíveis; avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas na análise de recuperabilidade e a conclusão da Companhia. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste do valor recuperável do imobilizado, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do imobilizado, adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa n.º 12, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto.

d) Provisões Fiscais, Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis

Conforme divulgado em Nota Explicativa n.º 19, a Companhia é parte em processos judiciais de natureza fiscal, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. Em virtude da complexidade e relevância das ações em andamento, além do elevado grau de julgamento requerido na avaliação e estimativas para a mensuração das provisões para passivos contingentes e impacto nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como relevante para nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:

- Avaliamos, com base em testes, a suficiência das provisões reconhecidas por meio da análise dos critérios e premissas utilizados para mensuração da provisão para passivos contingentes, considerando dados e informações históricas, a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia (obtidas através de procedimentos de confirmação), além do envolvimento de nossos especialistas tributários, trabalhistas e previdenciários na extensão que julgamos necessária para a conclusão das respectivas análises;
- Avaliamos as divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para registro e divulgação da provisão para passivos contingentes estão adequados no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Informação Suplementar - Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluírmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Nós realizamos a leitura e não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluírmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo (SP), 25 de março de 2022.

TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-03.22.67/O-1

Aderbal Alfonso Hoppe
Sócio
Contador CRC-1SC020036/O-8-T-SP

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO PARA O EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

O Comitê de Auditoria Estatutário - CAE da SANASA foi instituído na reunião do Conselho de Administração de 29 de junho de 2018. Sua constituição contempla 5 membros independentes, sendo um deles integrante do Conselho de Administração, eleitos para um mandato de 2 anos, sendo permitidas, no máximo, 3 reconduções consecutivas.

O CAE tem como objetivo atuar como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento do Conselho de Administração, sem poder decisório ou atribuições executivas, reportando-se diretamente ao referido Conselho e agindo com autonomia e independência no exercício de suas funções, pautando-se em:

- Opinar sobre contratação e destituição de auditor independente;
- Supervisionar as atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da Companhia;
- Supervisionar as atividades nas áreas de controle interno, auditoria interna e elaboração das demonstrações financeiras;
- Monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações e das informações e medições divulgadas pela Companhia;
- Avaliar e monitorar exposições de risco da Companhia, podendo requerer, entre outras, informações detalhadas sobre políticas e procedimentos de remuneração da administração, uso de ativos da Companhia, gastos incorridos em nome da Companhia;
- Avaliar e monitorar, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas;
- Elaborar relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e as recomendações do CAE, registrando, se houver, as divergências significativas entre administração, auditoria independente e CAE em relação às demonstrações financeiras;
- Avaliar a razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais, bem como o resultado atuarial dos planos de benefícios mantidos pelo fundo de pensão, quando a Companhia for patrocinadora de entidade fechada de previdência complementar.

Durante o exercício 2021, o CAE realizou 18 (dezoito) reuniões, em que foram abordados, em especial, assuntos relacionados à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e seus desdobramentos de natureza societária e fisco-tributários, da gestão de riscos e de controles internos e transações envolvendo partes relacionadas. As principais atividades desenvolvidas foram as seguintes:

- Avaliação da integridade das demonstrações financeiras da Companhia;
- Avaliação dos pontos indicados no relatório circunstanciado de recomendações de melhoria da estrutura de controles internos emitido pela auditoria independente;
- Acompanhamento do plano de atividades da auditoria interna;
- Parecer sobre contratação de serviço extra auditoria;
- Avaliação do relatório de sustentabilidade de 2020, que tem como tema "Água: essencial no combate à COVID-19";
- Conhecimento da estrutura e atividades desenvolvidas pela Gerência de Novos Negócios e Gerência de Operação e Esgoto;
- Reunião com a equipe do Comitê Gestor do Plano Misto de Benefícios Previdenciários dos trabalhadores da SANASA, sendo abordado o regulamento que disciplina e estabelece normas de concessão e custeio dos benefícios, bem como os direitos e obrigações da patrocinadora, dos participantes e assistidos; e
- Acompanhamento das ações relativas à renegociação de débitos com consumidores inadimplentes do programa "SANASA em Dia".

As opiniões e julgamentos do CAE repousam nos dados e informações que lhe são apresentadas pela Administração da Companhia. Com relação à Auditoria Independente, o CAE não identificou situação que pudesse afetar sua independência. Quanto à estrutura de controles internos e a gestão de riscos, o CAE considera haver uma cobertura satisfatória para o porte e complexidade dos negócios da Companhia. Com relação à Auditoria Interna, os resultados de sua atuação no transcorrer de 2021 não revelaram desvios ou falhas significativas nos procedimentos relacionados com a efetividade dos controles internos adotados pela Companhia, bem como quanto à aderência às políticas e práticas estabelecidas pela Administração e no atendimento de normas e regulamentos aplicáveis à atividade.

Os membros do CAE analisaram as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, com as correspondentes Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. Após discussões e esclarecimentos pertinentes, os membros do CAE concluíram que as demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), recomendando a sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Campinas, 28 de março de 2022.

Eder Massoco
Coordenador do CAE

Paulo Cezar Teixeira de Magalhães
Membro do CAE

Paulo de Tarso Lauandos Zakia
Membro do CAE

Roberto Mota Júnior
Membro do CAE

Valdemir Moreira dos Reis Júnior
Membro do CAE

entrevias

Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.

CNPJ/ME nº 26.664.057/0001-89 - NIRE nº 35.3.0049866-6

Demonstrações Financeiras 2021

www.entrevias.com.br

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais - R$ mil, exceto prejuízo poração)

INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE OS EFEITOS ADVERSOS RELACIONADOS AO CORONAVÍRUS

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou estado de emergência global em razão da disseminação da COVID-19. Durante o mês de março de 2020, as autoridades governamentais de várias jurisdições impuseram confinamentos ou outras restrições para conter o vírus. No Brasil, as medidas de restrições contaram com fechamento de parte do comércio e serviços considerados não essenciais. A atividade exercida pela Empresa é considerada essencial e, portanto, as atividades não foram interrompidas pelas autoridades. Até a aprovação destas informações financeiras intermediárias, os indicadores financeiros demonstram a manutenção de parte substancial das suas receitas e margens. Adicionalmente, nos exercícios de 2020 e 2021, a Companhia direcionou esforços principalmente à redução de despesas, custos fixos e variáveis, preservação do caixa e manutenção de sua posição de liquidez, suficientes para o atravessamento da crise instalada.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Resultado Operacional

Desempenho Operacional (Mil)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
VEPs[1]	**14.685**	**14.493**	**1,3%**	**55.478**	**52.321**	**6,0%**
Veículos Leves	5.866	5.760	1,8%	20.882	19.531	6,9%
Veículos Pesados	8.819	8.733	1,0%	34.596	32.791	5,5%
Tráfego[2]	**8.194**	**8.081**	**1,4%**	**29.951**	**28.144**	**6,4%**
Veículos Leves	6.003	5.898	1,8%	21.420	20.069	6,7%
Veículos Pesados	2.191	2.184	0,3%	8.531	8.075	5,7%
Tarifa Média (R$)	**9,38**	**8,34**	**12,5%**	**8,95**	**8,32**	**7,5%**

[1] VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo
[2] Refere-se a quantidade de veículos pagantes que transitaram pelas praças de pedágio da Companhia

Variação no transporte de Veículos Dessazonalizado [1,2]	Leves	Pesados	VEPs Total
Acumulado no ano (Jan-Dez/21 sobre Jan-Dez/20): Brasil	10,1%	7,3%	9,4%

[1] Considera apenas o fluxo das rodovias sob concessão privada e o efeito de dias úteis, ano bissexto e identificação de outliers
[2] Informações obtidas a partir dos dados estatísticos da ABCR, disponível em: http://www.abcr.org.br

Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias - ABCR e da Tendências Consultoria (Índice ABCR Brasil) -, para as rodovias sob o regime de concessão privada, mostram um aumento de 9,4% no fluxo total de veículos no ano.

No quarto trimestre do ano, as oito praças de pedágio da Entrevias registraram 14.6 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs), um aumento de 1,3% na comparação com o mesmo período de 2020. Os veículos pesados apresentaram aumento de 1,0%. Nos veículos leves houve um aumento de 1,8%.

DESEMPENHO FINANCEIRO

Receita Operacional

Receita Operacional (R$ mil)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
Receita Bruta	**211.924**	**194.918**	**8,7%**	**841.184**	**719.962**	**16,8%**
Receitas com Pedágio	138.746	120.952	14,7%	503.899	435.818	15,6%
Receitas Acessórias	506	962	-47,5%	1.655	4.066	-59,3%
Receita de Construção	72.639	72.843	-0,3%	334.055	279.835	19,4%
Outras	34	162	-78,9%	1.574	243	5,5
Receita Bruta Ajustada[1]	**139.286**	**122.075**	**14,1%**	**507.129**	**440.126**	**15,2%**
Deduções da Receita Bruta	(12.121)	(10.539)	15,0%	(43.809)	(38.023)	15,2%
Receita Líquida Ajustada[1]	**127.165**	**111.536**	**14,0%**	**463.320**	**402.103**	**15,2%**

A Receita Líquida Ajustada do 4T21 apresentou um aumento de 14% frente a verificada no 4T20.

Custos e Despesas

Custos e Despesas (R$ mil)[1]	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
Pessoal	(9.456)	(10.108)	-6,4%	(44.069)	(43.190)	2,0%
Conservação & Manutenção	(4.448)	(3.465)	28,4%	(15.876)	(15.255)	4,1%
Serviços de Terceiros	(16.472)	(14.670)	12,3%	(62.083)	(61.388)	1,1%
Seguros	(659)	(815)	-19,1%	(2.942)	(3.268)	-10,0%
Locações de imóveis e máquinas	(107)	(86)	24,4%	(298)	(754)	-60,5%
Outras despesas operacionais	(4.993)	(2.022)	147,0%	(10.940)	(10.748)	1,8%
Custos & Despesas Administráveis	**(36.136)**	**(31.166)**	**15,9%**	**(136.210)**	**(134.603)**	**1,2%**
Outorga Variável + Ônus de Fiscalização	(4.159)	(7.293)	-43,0%	(16.240)	(26.334)	-38,3%
Depreciação & Amortização	(20.451)	(19.618)	4,2%	(80.729)	(75.212)	7,3%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados[2]	**(60.745)**	**(58.077)**	**4,6%**	**(233.179)**	**(236.149)**	**-1,3%**
Custo de Construção (IFRS)	(72.639)	(72.843)	-0,3%	(334.055)	(279.836)	19,4%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(16.783)	(17.447)	-3,8%	(65.317)	(72.785)	-10,3%
Provisões Regulatória, Cível e Trabalhista	(1.377)	(1.021)	34,9%	(11.537)	(1.927)	498,7%
Custos & Despesas Operacionais	**(151.544)**	**(149.388)**	**1,4%**	**(644.087)**	**(590.696)**	**9,0%**

[1] A abertura entre custos e despesas operacionais consta da NE 20
[2] Desconsidera os impactos do IFRS em relação ao Custo de Construção, à Provisão de Manutenção e às Provisões Regulatórias, Cíveis e Trabalhistas

Os Custos & Despesas Operacionais aumentaram 1,4% no 4T21 comparado ao 4T20. Na data do dia 1º de fevereiro de 2021, passou a produzir efeito o Termo Aditivo 01/2021, que tem por objeto implantar medidas com objetivo de mitigar efeitos adversos no equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, em especial decorrentes da aplicação de isenção de pedágio sobre os eixos suspensos dos veículos de transporte de cargas que circulassem vazios nas vias terrestres federais, estaduais, distritais e municipais. Com a produção de efeitos do Aditivo, a partir do dia 01/02/2021, no âmbito do Contrato de Concessão, a Entrevias passou a: (i) cobrar tarifas reajustadas em 2,91%; e (ii) estar isenta da cobrança de outorga variável de 3% sobre as receitas da Companhia auferidas mensalmente.

Composição dos Custos e Despesas Administráveis — 4T21: 45,8%; 26,2%; 12,3%; 15,9% — 2021: 45,6%; 32,4%; 11,7%; 10,4%

Serviços de Terceiros | Pessoal | Conservação & Mensuração | Outros

EBITDA e Margem EBITDA

EBITDA E MARGEM EBITDA (R$ mil)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
Lucro (Prejuízo) Líquido	(47.740)	(42.518)	12,3%	(164.193)	(107.843)	52,3%
Despesas e Receitas Financeiras Líquidas	120.521	100.611	19,8%	400.705	256.261	56,4%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(24.522)	(23.100)	6,2%	(83.225)	(57.176)	45,6%
Depreciação e Amortização	20.451	19.618	4,2%	80.729	75.212	7,3%
EBITDA ICVM 527	**68.710**	**54.610**	**25,8%**	**234.016**	**166.454**	**40,6%**
Margem EBITDA	**54,0%**	**49,0%**	**5,1 p.p.**	**50,5%**	**41,4%**	**9,1 p.p.**
Provisão de Manutenção (IFRS)	16.783	17.447	-3,8%	65.317	72.785	-10,3%
Provisão para Contingências	1.377	1.021	34,9%	11.537	1.927	498,7%
EBITDA Ajustado[1]	**86.870**	**73.079**	**18,9%**	**310.870**	**241.166**	**28,9%**
Margem EBITDA Ajustada[1]	**68,3%**	**65,5%**	**2,8 p.p.**	**67,1%**	**60,0%**	**7,1 p.p.**

[1] Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Provisão de Manutenção e às Provisões para Contingências O EBITDA Ajustado do 4T21 foi de R$ 86.8 milhões, aumento de 18.9% comparado ao mesmo período de 2020.

Variação do EBITDA Ajustado (R$ Mil) — 2020: 241.166; Receita Líquida Ajustada: 61.217; Custos e Despesas Administrativas: (1.606); Outorga Variável + Ônus de Fiscalização: 10.093; 2021: 310.870

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R$ mil)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
Resultado Financeiro	**(120.521)**	**(100.611)**	**19,8%**	**(400.705)**	**(256.261)**	**56,4%**
Receitas Financeiras	**4.950**	**1.874**	**164,2%**	**13.593**	**7.992**	**70,1%**
Juros sobre aplicações financeiras	4.837	1.848	161,7%	12.673	7.822	62,0%
Outros	113	25	344,7%	919	170	440,7%
Despesas Financeiras	**(125.471)**	**(102.484)**	**22,4%**	**(414.298)**	**(264.253)**	**56,8%**
Juros e variação monetária sobre debêntures	(120.039)	(97.158)	23,5%	(394.625)	(243.132)	62,3%
Amortização de custos com emissão de debêntures	(1.586)	(1.732)	-8,4%	(6.700)	(7.184)	-6,7%
Juros de arrendamento	(97)	(232)	-58,1%	(635)	(855)	-25,8%
Outros	(3.750)	(3.363)	11,5%	(12.338)	(13.082)	-5,7%

Inflação e Juros	2021	2020	Δ
IPCA Últimos 12 meses	10,06%	4,54%	5,5 pp
CDI Acumulado Últimos 12 meses	4,39%	2,75%	1,6 pp

https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=series-historicas
https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores&aba=5

O Resultado Financeiro Líquido teve um incremento negativo de 19,8% no 4T21 comparado ao 4T20.

Resultado do Exercício

Resultado Líquido (R$ mil)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
Lucro/Prejuízo do Exercício	(47.740)	(42.518)	12,3%	(164.193)	(107.843)	52,3%

O resultado do 4T21 foi de Prejuízo Líquido de R$ 47.7 milhões. Houve um aumento do prejuízo comparado ao resultado de 4T20, que foi de R$ 42.5 milhões.

4T20: (42.518); EBITDA: 14.100; Depreciação e Amortização: (833); Resultado Financeiro: (19.911); IR & CSLL: 1.422; 4T21: (47.740)

Disponibilidades e Endividamento

Investimentos (R$ mil)	2021	2020	Δ
Dívida Bruta	**(2.290.431)**	**(1.981.189)**	**15,61%**
Curto Prazo	**(3.413)**	**(2.210)**	**54,42%**
Debêntures	(3.413)	(2.210)	151,47%
Longo Prazo	**(2.287.018)**	**(1.978.979)**	**15,57%**
Debêntures	(2.287.018)	(1.978.979)	15,57%
Disponibilidades	**195.789**	**329.425**	**-40,57%**
Caixa e equivalentes de caixa	108.606	216.980	-49,95%
Aplicações Financeiras Vinculadas[1]	87.183	112.444	-22,47%
Dívida Líquida Ajustada	**(2.094.642)**	**(1.651.764)**	**26,81%**

[1] Aplicações financeiras - consideram Certificados de Depósitos Bancários Pós-fixado compromissados

Principais Investimentos

Investimentos (R$ mil)	2021	2020	Δ
Investimento Total	**2.223.152**	**1.977.765**	**12,41%**
Imobilizado	**14.156**	**10.992**	**28,78%**
Intangível	**2.208.996**	**1.966.773**	**12,32%**
Direito de Concessão (Investimento)	2.198.967	1.951.954	12,65%
Software/Direito de Uso	3.933	2.938	33,87%
Direitos de Uso - IRFS 16	6.096	11.881	-48,69%

SOBRE A COMPANHIA

A Entrevias

A Entrevias Concessionária de Rodovias S.A., foi constituída em 4 de outubro de 2016, tendo por objeto único e exclusivo a exploração, mediante concessão onerosa, do sistema rodoviário constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote Florinea-Igarapava, também referido como Lote Centro-Oeste Paulista, compreendendo a prestação de serviços de operação, conservação, manutenção e realização dos investimentos necessários, com a sede na Rodovia Attilio Balbo, KM 327,5 - Sertãozinho - SP. O lote rodoviário administrado pela Entrevias cruza as microrregiões de Assis, Borborema, Marília, Ituverava, Pongaí, São Joaquim da Barra, Sertãozinho, Novo Horizonte e Ribeirão Preto. A economia da região é predominantemente voltada à agricultura, silvicultura e exploração florestal. Outros setores representativos são os de construção, alimento e bebidas e transporte e armazenagem. O projeto envolve o desenvolvimento de infraestrutura em transporte, especificamente por meio da prestação de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário que integra o trecho.

Relacionamento com os Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a KPMG Auditores Independentes foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2021: auditoria das informações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); e revisão das informações financeiras anuais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). A Companhia não contratou os auditores independentes para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações financeiras e serviços de auditoria para abertura de capital. A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional. As informações contábeis aqui apresentadas no Relatório da Administração e nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Considerações Finais

A empresa e seus administradores têm como objetivo principal oferecer serviços de alto nível, com excelência na gestão e operação do trecho concedido, atendendo os anseios do usuário, dos acionistas, do poder público e dos diversos entes da sociedade interessados por sua operação.

Declaração da Diretoria (Instrução CVM 480)

Em atendimento ao disposto no inciso II do §1º do artigo 29 e nos incisos V e VI do §1º do artigo 25, ambos da Instrução CVM nº 480/09, pelo presente instrumento, os diretores da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia") abaixo designados declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as Informações Financeiras Intermediárias da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Sertãozinho, 21 de março de 2022

Diretor de Relações com Investidores

Gilson Carvalho

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	Nota explicativa	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	108.606	216.980
Aplicações financeiras vinculadas	4	87.183	112.444
Contas a receber	5	34.661	27.398
Contas a receber de partes relacionadas	14	1.135	165
Estoques	6	9.030	7.752
Adiantamento a fornecedores		3.681	6.338
Despesas antecipadas		1.586	1.658
Outros ativos		4.384	4.301
Total do ativo circulante		250.267	377.036
Não Circulante			
Outros ativos		10	12
Impostos a recuperar	7.a	15.894	14.734
Impostos diferidos	8	233.768	150.543
Imobilizado	9	14.156	10.992
Intangível	10	1.593.092	1.633.676
Infraestrutura em andamento	10	615.904	333.096
Total do ativo não circulante		2.472.824	2.143.054
Total do Ativo		**2.723.091**	**2.520.090**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	2021	2020
Circulante			
Fornecedores	11	37.971	33.426
Credor pela concessão	12	2.936	1.820
Adiantamento de clientes		2.199	307
Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais		7.025	7.797
Impostos, taxas e contribuições	7.b	10.693	8.623
Outras contas a pagar		122	35
Contas a pagar com partes relacionadas	14	419	144
Passivo de arrendamento	16	2.398	2.307
Provisão para manutenção	15	15.944	15.045
Debêntures	13	3.413	2.210
Total do passivo circulante		83.120	71.714
Não Circulante			
Provisão para manutenção	15	190.199	148.814
Passivo de arrendamento	16	2.991	9.805
Provisão para riscos processuais	17	22.354	9.176
Debêntures	13	2.287.018	1.978.979
Total do passivo não circulante		2.502.562	2.146.774
Patrimônio Líquido			
Capital social integralizado	18	580.628	580.628
Prêmio de opção sobre debêntures conversíveis	13	11.509	11.509
Prejuízos acumulados		(454.728)	(290.535)
Total do patrimônio líquido		137.409	301.602
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**2.723.091**	**2.520.090**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

	Nota explicativa	2021	2020
Receita Líquida	19	797.375	681.938
Custos dos Serviços Prestados	20	(601.086)	(545.174)
Lucro Bruto		196.289	136.765
Despesas Operacionais			
Despesas administrativas	20	(37.483)	(39.634)
Outras despesas	20	(5.518)	(5.889)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		153.287	91.242
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	21	13.593	7.992
Despesas financeiras	21	(414.298)	(264.253)
Despesas Financeiras Líquidas		(400.705)	(256.261)
Prejuízo do Exercício antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(247.418)	(165.019)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	83.225	57.176
Prejuízo do Exercício		(164.193)	(107.843)
Prejuízo por ação - básico e diluído	22	(0,28)	(0,19)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

	2021	2020
Prejuízo do Exercício	(164.193)	(107.843)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	(164.193)	(107.843)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Nota explicativa	2021	2020
Receitas			
Com arrecadação de pedágio	19	505.554	439.884
Com construção	19	334.057	279.835
Outras receitas	19	1.572	243
		841.183	719.962
Insumos Adquiridos de Terceiros			
Custo de construção de obras	20	(334.057)	(279.835)
Despesa operacional		(93.127)	(86.217)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(74.383)	(77.822)
Ônus variável da concessão		(16.240)	(26.334)
Valor adicionado (consumido) bruto		323.376	249.755
Retenções			
Depreciação e amortização	20	(80.729)	(75.212)
Valor adicionado (consumido) líquido produzido pela Companhia		242.647	174.542
Valor Adicionado Recebido em Transferência			
Receitas financeiras	21	13.593	7.992
Valor adicionado (consumido) total a distribuir		256.240	182.534
Distribuição do Valor Consumido			
Pessoal		44.100	43.440
Proventos		26.028	26.404
Benefícios		8.885	8.610
FGTS		1.946	1.839
Outros encargos		7.241	6.586
Impostos, taxas e contribuições		(39.415)	(19.152)
Federais		18.465	16.058
Municipais		25.344	21.965
Imposto Diferido		(83.225)	(57.176)
Remuneração de capitais a terceiros		415.749	266.090
Juros e remuneração sobre debêntures - Partes relacionadas	21	401.510	250.316
Despesas financeiras	21	12.788	13.937
Aluguéis		1.451	1.837
Atribuído aos acionistas		(164.193)	(107.843)
Prejuízos acumulados		(164.193)	(107.843)
Valor consumido		256.240	182.534

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social Subscrito	Prêmio de opção sobre debêntures conversíveis	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	**580.628**	**11.509**	**(182.692)**	**409.445**
Prejuízo do exercício	-	-	(107.843)	(107.843)
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	**580.628**	**11.509**	**(290.535)**	**301.602**
Prejuízo do exercício	-	-	(164.193)	(164.193)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	**580.628**	**11.509**	**(454.728)**	**137.409**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	Nota explicativa	2021	2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Prejuízo do exercício		(164.193)	(107.843)
Ajustes:			
Depreciação e amortização	9 e 10	80.729	75.259
Valor líquido do intangível e imobilizado baixado		(340)	797
Provisão manutenção	15	74.444	79.882
Provisão para riscos processuais	17	13.177	2.320
Encargos financeiros e variação monetária sobre as debêntures	13	401.325	250.097
Receita financeira de títulos e valores mobiliários		(805)	(2.875)
Juros sobre contratos de arrendamento	16	635	1.065
Impostos diferidos	8	(83.225)	(57.176)
Variação nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber		(8.233)	(1.026)
Estoques		(1.278)	(3.531)
Impostos a recuperar		(1.159)	(1.335)
Adiantamento a fornecedores		2.657	(4.936)
Despesas antecipadas		72	(117)
Outros ativos		(81)	(875)
Fornecedores e Contas a pagar com partes relacionadas		(50.921)	18.517
Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais		(772)	672
Credor pela concessão - outorga variável		1.116	(238)
Impostos, taxas e contribuições		2.070	702
Outras contas a pagar		1.980	(944)
Juros pagos	13	(85.934)	(78.456)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		181.263	169.958
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aplicações financeiras vinculadas		26.066	(8.195)
Aquisições de imobilizado	9	(5.972)	(3.008)
Aquisições de intangível e infraestrutura em andamento	25	(299.707)	(280.256)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(279.613)	(291.459)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Pagamento (captação) de debêntures, líquido do custo de captação	13	(6.149)	(11.126)
Pagamento (principal) dos contratos de arrendamento mercantil	16	(3.241)	(3.134)
Pagamento (juros) dos contratos de arrendamento mercantil	16	(635)	(1.065)
Caixa líquido gerado nas (aplicado pelas) pelas atividades de financiamento		(10.025)	(15.325)
Redução do Saldo de Caixa e Equivalentes ee Caixa		**(108.375)**	**(136.826)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	3	**216.980**	**353.806**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício	3	**108.606**	**216.980**
Redução do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(108.375)**	**(136.826)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil e constituída em 4 de outubro de 2015. A Companhia não possui ações de sua emissão negociadas publicamente. A Companhia tem por objeto único e exclusivo a exploração, mediante concessão onerosa, do sistema rodoviário constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 28 Florinea - Igarapava, também referido como Lote Centro-Oeste Paulista, compreendendo a prestação de serviços de operação, conservação, manutenção e realização dos investimentos necessários. A Companhia está localizada na Rodovia Atílio Baldo SP 322, Km 327,500, Pista Leste, S/N - Sertãozinho - SP. A Companhia tem como única controladora direta a Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A., que por sua vez tem como controladora a Infraestrutura Investimentos e Participações S.A. e controladora final o Pátria III - Fundo de Investimento em Participações. As receitas de pedágio compreendem o perímetro de 299 quilômetros entre os municípios de Bebedouro - SP, Sertãozinho - SP, Ribeirão Preto - SP e Igarapava - SP, o trecho sul, entre os municípios de Borborema - SP e Florinea - SP. 1.1. Contrato de Concessão Em 6 de junho de 2017, foi celebrado o Contrato de Concessão com prazo de 30 anos, relativo à Concorrência Pública Internacional 03/2016 para a exploração, mediante concessão onerosa, do sistema rodoviário constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o LoteFlorinea - Igarapava, também referido como Lote Centro-Oeste Paulista. O projeto envolve o desenvolvimento de infraestrutura em transporte, especificamente por meio da prestação de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário que integra o trecho. Pela exploração do sistema rodoviário, a Companhia assumiu o compromisso de pagar: • A outorga fixa totalizou R$1.376.512 e foi paga em 2 parcelas, sendo reconhecida como Direito de exploração, classificada no ativo intangível. • O valor da outorga variável correspondente a 3% das receitas brutas mensais auferidas pela concessionária (pedágio, acessórias e rendimentos financeiros) bem como, 3% sobre a mesma base à título de taxa de fiscalização. A outorga variável está atualmente isenta por prazo indeterminado, conforme Termo aditivo 01/2021. A data de início da operação do trecho existente se deu em 5 julho de 2017 formalizada pela assinatura do termo de transferência, com prazo de 30 anos a contar desta data e adicionalmente o projeto abrange investimentos obrigatórios relacionados à duplicação de 211 quilômetros de faixas rodoviárias entre o Município de Florinea e o Município de Borborema e também a construção de faixas adicionais, dispositivos de retorno e de outras estruturas rodoviárias e o projeto compreende também investimentos em Serviços de Atendimento aos Usuários - SAU. Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. O contrato de concessão da Companhia foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que a Companhia tem o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos. Compromissos: o contrato de concessão da Entrevias prevê investimento de R$3.972.202 ao longo dos 30 anos. Serão alocados R$985.752 para obras de ampliação, R$1.917.461 na restauração de rodovias, R$615.847 em equipamentos e siste- [illegible] quanto o restante terá como destino outras ampliações e conservação da estrutura viária. Do valor a ser investido até junho de 2022, R$ 186.992 foram realizados até 31 de dezembro de 2021.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("*International Financial Reporting Standards - IFRS*") emitidas pelo "*International Accounting Standards Board* - ("IASB")" e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ("CPC") e pela Comissão de Valores Mobiliários - ("CVM"). A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 21 de março de 2022. 2.2. Bases de mensuração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real - R$, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. 2.3. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: (i) determinação de provisões para manutenção - nota explicativa nº 15; (ii) provisões para riscos processuais - nota explicativa nº 17, (iii) elaboração de projeções para teste de redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados à concessão e de realização dos ativos fiscais diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, estão relacionadas à probabilidade de eventos futuros - nota explicativa nº 08 e 10. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas a seguir: (i) Julgamentos - Contabilização do contrato de concessão: Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01 e *International Financial Reporting Interpretations Committee* - IFRIC 12, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplica- [illegible]

[illegible] tiva de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante [illegible]

os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e [illegible]

continua...

entrevias

Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.

CNPJ/ME nº 26.664.057/0001-89 - NIRE nº 35.3.0049866-6

Demonstrações Financeiras 2021

em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Principais práticas contábeis: A Companhia aplicou as práticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. 2.4. Caixa e equivalentes de caixa: Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e com insignificante risco de mudança no valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado. 2.5. Estoque: Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Companhia. 2.6. Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferidos: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. 2.6.1. Impostos correntes: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram apurados impostos correntes em função da Companhia apresentar prejuízo. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. 2.6.2. Impostos diferidos: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; • Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e • Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. Para um arrendamento específico, as diferenças temporárias de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento são consideradas pela base líquida (o arrendamento) para fins de reconhecimento do imposto diferido. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa do volume de tráfego, ao preço da tarifa de pedágio e seu reajuste, ao crescimento do PIB, a taxa de inflação esperada e o período projetivo da concessão. 2.7. Imobilizado - Reconhecimento e mensuração: O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição menos depreciação acumulada e qualquer perda acumulada por redução ao valor recuperável "impairment". O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos. Depreciação: A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada dos itens, limitada ao prazo de concessão, conforme divulgado na nota explicativa nº 09 às demonstrações financeiras. A depreciação é reconhecida no resultado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. 2.8. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida: A Companhia revisa anualmente o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis e avalia se que há algum indício de que tais ativos sofreram perda por impossibilidade de recuperação de seu valor. Por tratar-se de concessão, a Companhia não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos da UGC. Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão sempre relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço das tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before taxes* - EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles. Se o montante recuperável do ativo ou UGC calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Em caso afirmativo, estima-se o valor recuperável do ativo e a perda é registrada no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. 2.9. Intangível: A Companhia quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ela tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que a Companhia poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão, conforme divulgado na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras. 2.10. Fornecedores e outras contas a pagar: São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. 2.11. Credor pela concessão: Representa os valores a pagar ao Poder Concedente decorrentes das obrigações constantes no contrato de concessão. Os valores encontram-se contabilizados pelo valor presente, considerando os índices contratuais. 2.12. Provisões: As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. 2.13. Provisão para manutenção: Decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 9,83% ao ano, em 31 de dezembro de 2021 (Idêntico em 31 de dezembro de 2020). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa WACC definida no contrato de concessão. 2.14. Provisão para riscos processuais: A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, regulatórios e trabalhistas com base na avaliação de probabilidade de perda, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais 2.15. Debêntures a pagar - partes relacionadas: São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Prêmio de opção sobre debêntures conversíveis - No reconhecimento inicial o valor justo do componente passivo foi determinado por meio do valor presente dos fluxos de caixa contratados e descontados à taxa de 8,65% a.a. avaliada pela Companhia como sendo comparável a transação similar sem a cláusula de conversibilidade e contabilizado no patrimônio líquido. 2.16. Custos com debêntures: Os custos com debêntures atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial até ficarem disponíveis para uso, estão incluídos no custo de tais ativos até o momento em que são destinados ao uso. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com debêntures s específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com debêntures qualificadas para a capitalização. Todos os demais custos com debêntures são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos. 2.17. Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e mensuração inicial: As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. Classificação e mensuração subsequente - Ativos Financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - valor justo por meio do resultado abrangente ou ao VJR - valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2021 não há instrumentos classificados como VJORA. Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: (a) Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. (b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado: Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; - como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Desreconhecimento - Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: • os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. Passivos financeiros: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. Reforma da taxa de juros: Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, a Companhia atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas: • a mudança é necessária como consequência direta da reforma; e • a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior - ou seja, a base imediatamente anterior à mudança. Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, a Companhia atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, a Companhia aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 2.18. Prejuízo básico e diluído por ação: O cálculo do prejuízo básico por ação ação é feito por meio da divisão do prejuízo líquido do exercício, atribuível aos acionistas controladores da Companhia, pela quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação. 2.19. Reconhecimento de receita - a) Receitas de serviços: As receitas provenientes de pedágio e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contra prestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15). A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. b) Receitas de construção: A Companhia contabiliza receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços segundo o estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01 (R2) - contrato de concessão (IFRIC 12). A receita relacionada aos serviços de construção ou modernização segundo um contrato de concessão de serviços é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis da Companhia que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção. A receita de operações ou serviços é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de performance, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente. c) Receitas e despesas financeiras: Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. 2.20. Demonstração do valor adicionado ("DVA"): Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para empresas de capital aberto, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS. A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para perda de crédito esperada), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. 2.21. Informação por segmento: Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Companhia, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Companhia, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho. Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio. A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos). 2.22. Benefícios a empregados: A Companhia concede diversos planos de benefícios a empregados, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência. Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade pagava contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definitiva foram descontinuados devido a mudança do controle acionário. a) Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são reconhecidas como despesas de pessoal a medida que o serviço relacionado seja prestado. A Companhia não concede plano de benefício pós-empregos para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido. 2.23. Arrendamento Mercantil - CPC 06 (R2) / IFRS 16: No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária: Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Companhia, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento. Na data de início, a Companhia mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A partir de 1 de janeiro de 2021, a medida em que a base para determinar os pagamentos futuros do arrendamento muda conforme exigido pela reforma da taxa de de juros de referência, a Companhia reavalia o passivo do arrendamento descontando os pagamentos do arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada que reflete a mudança para uma taxa de juros de referência alternativa. Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo: A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento. 2.24. Mudanças nas principais políticas pronunciamentos contábeis: A Companhia não apurou e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas informações financeiras das alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7 e CPC 06/IFRS 16 sobre Reforma da Taxa de Juros de Referência. 2.25. Novos pronunciamentos contábeis: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021 . A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. (a) Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37): As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. (b) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12): As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. (c) Outras normas: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06/IFRS 16) 65 - Revisão anual das normas IFRS 2018-2020; • Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16); • Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3); • Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).66; • IFRS 17 Contratos de Seguros; • Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2); • Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8). Não há outras normas, interpretações e alterações às normas que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas informações financeiras.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021	2020
Caixa	1.371	1.704
Bancos	1.581	1.605
Aplicações financeiras (i)	105.654	213.671
Total	108.606	216.980

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de alta liquidez, com vencimentos não superior a 3 meses da data do investimento e prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e que visa atender compromissos de curto prazo. As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 23. (i) Referem-se a CDBs - Certificados de depósitos bancários que estão sujeitos às remunerações do Certificado de Depósito Interbancário - CDI à taxa média de 100% a.a. em 31 de dezembro de 2021 (100% a.a. em 31 de dezembro 2020).

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

Refere-se à aplicação financeira restrita investida em fundo sujeito à remuneração do Certificado de Depósito Interbancário - CDI à taxa média de 100% a.a. em 31 de dezembro de 2021 (100% a.a. em 31 de dezembro de 2020). A aplicação é destinada a atender determinadas obrigações contratuais, de curto prazo, relacionadas à 2ª emissão de debêntures (vide nota explicativa nº 13).

	2021	2020
Aplicação financeira - FIC Ref. DI	87.183	112.444
Total	87.183	112.444

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 23.

5. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	2021	2020
Pedágio eletrônico a receber (*)	33.058	25.753
Receitas acessórias a receber	1.603	1.645
Total	34.661	27.398
A vencer	34.661	27.177
Vencidos	-	221
Total	34.661	27.398

(*) Serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária.
A Companhia avalia, de forma individualizada, para fins de mensuração da provisão para perdas de crédito, a experiência histórica de perdas por clientes, o segmento, a situação do crédito (atual e vencido), e informações prospectivas (forward-looking). A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas de créditos esperados em 31 de dezembro de 2021 e 2020. O prazo de vencimento acordado em contrato é de até 30 dias. As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 23.

6. ESTOQUE

	2021	2020
Material para Pavimentação	-	4.098
Elementos de Proteção e Segurança	6.520	1.185
Material de Sinalização	1.690	1.834
Outros	820	635
Total	9.030	7.752

7. IMPOSTOS A RECUPERAR e IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

7.a. Impostos a recuperar

	2021	2020
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre aplicações financeiras	15.203	14.043
Antecipações do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre estimativa	688	688
Outros	3	3
Total	15.894	14.734
Não circulante	15.894	14.734

Compensação dos impostos	
2025	6.206
2026	9.688
Total	15.894

O cronograma de compensação dos impostos, foi elaborado com base no estudo preparado pela Administração, quanto à geração de lucros tributáveis que possibilitem a realização total desses valores de impostos a recuperar nos próximos anos. 7.b. Impostos, taxas e contribuições

	2021	2020
COFINS a recolher	6.113	4.323
PIS a recolher	1.140	976
ISS a recolher	2.829	2.668
Outros impostos a recolher	611	656
Total	10.693	8.623

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Ativo 2021	Ativo 2020	Resultado 2021	Resultado 2020
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	155.786	91.711	64.075	27.003
Provisão para manutenção	70.089	55.712	14.377	19.203
Provisão para riscos processuais	7.600	3.120	4.480	2.995
Outras diferenças temporárias	293	-	293	7.975
TOTAL	233.768	150.543	83.225	57.176

Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos:

Ativos	Saldo líquido em 1º de janeiro de 2020	Constituições reconhecidas contra o resultado	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	91.711	64.075	155.786
Provisão para manutenção	55.712	14.377	70.089
Provisão para contingências	3.120	4.480	7.600
Outras diferenças tremporárias	-	293	293
Total	150.543	83.225	233.768

Ativos	Saldo líquido em 1º de janeiro de 2019	Constituições reconhecidas contra o resultado	Saldo líquido em 1º de janeiro de 2020
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	64708	27.003	91.711
Provisão para manutenção	36.509	19.203	55.712
Provisão para contingências	125	2.995	3.120
Outras diferenças temporárias	(7.975)	(7.975)	-
Total	93.367	57.176	150.543

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue

	2021	2020
Imposto de renda diferido	171.888	110.694
Contribuição social diferida	61.880	39.850
Total	233.768	150.543
Não circulante	233.768	150.543

	2021	2020
Prejuízo do exercício	(247.418)	(165.019)
Taxa Combinada de impostos	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	84.122	56.106
Demais efeitos permanentes	(897)	1.070
Total imposto de renda e contribuição social	83.225	57.176
Alíquota efetiva	34%	35%

Embora a Companhia tenha apresentado prejuízo fiscal, os estudos elaborados pela Companhia fornecem evidências de que haverá disponibilidade de lucro tributável suficiente para compensação futura dos prejuízos fiscais acumulados apurados até 31 de dezembro de 2021. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa do volume de tráfego, ao preço da tarifa de pedágio e seu reajuste, ao crescimento do PIB, a taxa de inflação esperada e o período projetivo da concessão. Parte relevante do trecho sob concessão da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. vem de um histórico de concessão rodoviária de aproximadamente 20 anos, período que fora analisado para construção das projeções do nosso plano de negócios e contribui, atualmente, com mais de dois terços da arrecadação auferida pela Companhia. Trata-se do trecho denominado como remanescente, cujas praças de pedágio são localizadas em Sertãozinho, Pitangueiras, Sales Oliveira e Ituverava. As outras quatro praças de pedágio, pertencentes ao trecho existente, localizadas em Pongaí, Marília, Echaporã e Florínea, tiveram seus estudos de tráfego baseados em contagem de veículos antes do início da operação. O tráfego efetivo observado ao longo do exercício de 2021 apresentou-se aderente aos volumes levantados nos estudos prévios. A Companhia aplica as melhores práticas de mercado na construção e aprovação de seus orçamentos, tendo sempre como base o plano de negócios do projeto e garantindo assim um nível adequado de custos e despesas que possibilitem o cumprimento dos resultados projetados. b) Realização esperada do imposto de renda e da contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos em decorrência de estudos preparados pela Administração quanto à geração de lucros tributáveis que possibilitem a realização total desses valores nos próximos anos, além da expectativa de realização das diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis, conforme indicado a seguir:

Impostos diferidos	
2025	6.206
2026	10.906
2027	12.348
2028	15.481
2029 até 2039	188.827
Total	233.768

9. IMOBILIZADO

	Instalações	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Equipamentos de telefonia comercial	Caminhões	Outros	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
Custo do imobilizado									
Saldo em 31 de dezembro de 2020	96	1.125	5.225	3.565	192	1.545	197	2.245	14.190
Adições	-	37	243	776	63	4.716	41	96	5.972
Baixa	-	-	-	(163)	-	-	-	-	(163)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	96	1.162	5.468	4.178	255	6.261	238	2.341	19.999
Depreciação acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(21)	(163)	(818)	(1.336)	(125)	(641)	(11)	(83)	(3.198)
Adições	(18)	(117)	(532)	(798)	(44)	(1.051)	(13)	(76)	(2.649)
Baixa	-	-	-	4	-	-	-	-	4
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(39)	(280)	(1.350)	(2.130)	(169)	(1.692)	(24)	(159)	(5.843)
Imobilizado líquido									
Saldo em 31 de dezembro de 2020	75	962	4.407	2.229	67	904	186	2.162	10.992
Saldo em 31 de dezembro de 2021	57	882	4.118	2.048	86	4.569	214	2.182	14.156
Taxas de depreciação - a.a.	20	10	20	20	20	25	4	4	-

	Instalações	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Equipamentos de telefonia comercial	Caminhões	Outros	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
Custo do imobilizado									
Saldo em 31 de dezembro de 2019	96	848	5.124	2.600	192	1.326	184	1.134	11.504
Adições	-	277	410	978	-	219	13	1.111	3.008
Baixa	-	-	-	(13)	-	-	-	-	(13)
Transferências/reclassificações (*)	-	-	(309)	-	-	-	-	-	(309)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	96	1.125	5.225	3.565	192	1.545	197	2.245	14.190
Depreciação acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(12)	(58)	(354)	(690)	(87)	(278)	(2)	(10)	(1.491)
Adições	(9)	(105)	(512)	(656)	(38)	(363)	(9)	(73)	(1.765)
Baixa	-	-	-	10	-	-	-	-	10
Transferências/reclassificações (*)	-	-	48	-	-	-	-	-	48
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(21)	(163)	(818)	(1.336)	(125)	(641)	(11)	(83)	(3.198)
Imobilizado líquido									
Saldo em 31 de dezembro de 2019	84	790	4.770	1.910	105	1.048	182	1.124	10.013
Saldo em 31 de dezembro de 2020	75	962	4.407	2.229	67	904	186	2.162	10.992
Taxas de depreciação - a.a.	20	10	20	20	20	25	4	4	-

(*) São bens referentes ao contrato de concessão da rodovia, os quais foram reclassificados para o intangível.
Em 31 de dezembro de 2021, não há bens do ativo imobilizado vinculados como garantia das debêntures ou de processos de qualquer natureza.

10. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM ANDAMENTO

	Intangível em rodovias - obras e serviços (i)	Contratos de Concessão (ii)	Software	Direitos de Uso - CPC 06/IFRS 16 (iii)	Total intangível	Adiantamento a fornecedores	Infraestrutura em andamento (iv)	Total - infraestrutura
Custo								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	420.133	1.376.512	3.292	14.260	1.814.197	22.718	310.378	333.096
Adições	39.277	-	1.202	971	41.450	12.344	270.464	282.808
Alienações/baixas	(40)	-	-	(4.453)	(4.493)	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	(24.356)	24.356	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	459.370	1.376.512	4.494	10.778	1.851.154	10.706	605.198	615.904
Amortização acumulada								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(30.060)	(147.728)	(354)	(2.379)	(180.521)	-	-	-
Adições	(29.138)	(45.889)	(207)	(2.846)	(78.080)	-	-	-
Alienações/baixas	(4)	-	-	543	539	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(59.202)	(193.617)	(561)	(4.682)	(258.062)	-	-	-
Saldo líquido								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	390.073	1.228.784	2.938	11.881	1.633.676	22.718	310.378	333.096
Saldo em 31 de dezembro de 2021	400.168	1.182.895	3.933	6.096	1.593.092	10.706	605.198	615.904
Taxas anuais de amortização - %	(a)	(a)	20%	(a)		-	-	

	Intangível em rodovias - obras e serviços (i)	Contratos de Concessão (ii)	Software	Direitos de Uso - IRFS 16 (iii)	Total intangível	Adiantamento a fornecedores	Infraestrutura em andamento (iv)	Total infraestrutura
Custo								
Saldo em 31 de dezembro de 2019	173.574	1.376.512	2.765	10.053	1.563.084	7.659	291.982	299.641
Adições	89.305	-	532	7.816	97.653	28.866	161.553	190.419
Baixas	(92)		(5)	(3.609)	(3.706)	-	(107)	(107)
Transferências/reclassificações (*)	157.166	-	-	-	157.164	(13.807)	(143.050)	(156.857)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	420.133	1.376.512	3.292	14.260	1.814.195	22.718	310.378	333.096
Amortização acumulada								
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(5.284)	(102.068)	(178)	(2.469)	(109.999)	-	-	-
Adições	(24.459)	(45.947)	(178)	(2.909)	(73.493)	-	-	-
Baixas	18	-	2	2.999	3.019	-	-	-
Transferências/reclassificações (*)	(335)	287	-	-	(48)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(30.060)	(147.728)	(354)	(2.379)	(180.521)	-	-	-
Saldo líquido								
Saldo em 31 de dezembro de 2019	161.495	1.274.444	2.587	7.584	1.453.085	7.659	291.982	299.641
Saldo em 31 de dezembro de 2020	390.073	1.228.784	2.938	11.881	1.633.676	22.718	310.378	333.096
Taxas anuais de amortização - %	(a)	(a)	20%	(a)		-	-	

(*) Transferência de obras e serviços em andamento para obras e serviços em operação e adiantamento a fornecedores para intangível em andamento. (a) O contrato de concessão e o saldo de capitalização de juros sobre debêntures são amortizados ao resultado de forma linear, pelo prazo da concessão de 30 anos, (calculada a partir da entrada em operação por um período que não excede o prazo da concessão) esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa de amortização foi de 3,33% ao ano. O Direito de uso - CPC 06 (R2) / IFRS 16 é amortizado conforme tempo de contrato. (i) Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária e o direito de outorga. (ii) Vide nota explicativa nº 1.2. (iii) Saldos relacionados às operações de arrendamento da Companhia, cujos pagamentos são mensais. Em geral, estes contratos possuem prazos que variam entre 2 e 10 anos. A Companhia avalia, no início de cada arrendamento, se é razoavelmente certo que estas opções de extensão serão exercidas e reavalia tal conclusão em caso de ocorrência de evento significativo ou uma mudança nas circunstâncias dentro de seu controle. (iv) Refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos, o qual a política da Companhia é divulgar em conjunto com os demais ativos intangível. Sendo como principal natureza a execução de marginais, acostamentos, obras de arte especiais, terraplenagem, sinalização e outros. Análise de *impairment*: De acordo com o CPC01(R2) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua a análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos, utilizado o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras e não identificou possível desvalorização de seus ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Os cálculos do valor em uso e suas premissas subjacentes foram preparadas para o período do contrato de concessão. As principais premissas que afetam os fluxos de caixa são: curva de demanda de tráfego, crescimento do PIB e sua elasticidade, variação tarifária, nível de investimento e custos operacionais., bem como a taxa de desconto. As projeções foram feitas em reais, considerando efeitos inflacionários: 4,15% em 2022, 3,25% em 2023 e 3% de 2024 até o final da projeção. A taxa de desconto aplicada às projeções de fluxo de caixa corresponde ao Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI) estimado de acordo com a metodologia CAPM (Capital Asset Pricing Model), e é determinada pela média ponderada do custo dos recursos próprios e dos custo dos recursos externos. O correspondente custo médio ponderado de capital após impostos é de 11,6%.

11. FORNECEDORES

	2021	2020
Fornecedores de obras	30.320	21.536
Fornecedores operacionais	1.947	6.873
Fornecedores de tecnologia	2.121	1.187
Fornecedores diversos	3.583	3.830
Total	37.971	33.426

12. CREDOR PELA CONCESSÃO

	2021	2020
Ônus variável de concessão (*)	2.443	1.473
Taxa de fiscalização	493	347
Total	2.936	1.820

(*) Refere-se ao valor da outorga variável correspondente a 3% das receitas brutas mensais auferidas pela concessionária (pedágio, acessórias e rendimentos financeiros) bem como, 3% sobre a mesma base à título de taxa de fiscalização. Conforme nota explicativa nº 1.2 a outorga variável está atualmente isenta por prazo indeterminado.

13. DEBÊNTURES

1ª Emissão - partes relacionadas: Em 10 de maio de 2017, a Companhia ("Emissora") realizou a 1ª emissão de debêntures conversíveis em ações, da espécie quirografária, com vencimento final total em 31 de dezembro de 2030. As debêntures foram captadas junto à debenturista e parte relacionada Pátria III - Fundo de Investimento em Participa-

continua...

entrevias

Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.

CNPJ/ME nº 26.664.057/0001-89 - NIRE nº 35.3.0049866-6

Demonstrações Financeiras 2021

ções ("FIP ou debenturista"). O montante total da emissão foi de R$700.000, correspondentes a 70.000 debêntures com valor nominal unitário de R$10, em série única, para colocação privada, sem qualquer esforço de venda perante investidores, as quais são remuneradas pela variação de 100% do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA mais 8,5% ao ano, e os recursos foram destinados ao pagamento de parcela da outorga fixa relativa à concessão do Lote Centro-Oeste Paulista, junto à ARTESP - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo. Não haverá repactuação programada das debêntures. Não há cláusula de repactuação. O valor principal da dívida, bem como suas atualizações monetárias e os juros, são acumulados mensalmente no passivo circulante e não circulante, respeitando o cronograma definido na escritura das debêntures. Conversibilidade das debêntures - as debêntures poderão ser parciais ou totalmente convertidas em ações ordinárias de emissão da Emissora, a qualquer momento desde a data da emissão até a data de vencimento e a exclusivo critério do debenturista, mediante notificação do debenturista à Emissora indicando a quantidade de debêntures a serem convertidas, desde que o EBITDA tenha sido igual ou superior a R$100.000 (EBITDA, significa o lucro ou prejuízo líquido da Emissora, em bases não consolidadas, relativos aos 12 últimos meses anteriores, antes: (a) das despesas (receitas) financeiras líquidas; (b) do imposto de renda e da contribuição social; (c) das despesas de depreciação e amortização; (d) do resultado da equivalência patrimonial em coligadas, controladas e controladas em conjunto; (e) do efeito de "impairment" de ativos; e (f) de eventuais custos não caixa.). No reconhecimento inicial o valor justo do componente passivo foi determinado por meio do valor presente dos fluxos de caixa contratados e descontados à taxa de 8,65% a.a. avaliada pela Companhia como sendo comparável a transação similar sem a cláusula de conversibilidade. A diferença entre a taxa contratual e a taxa utilizada para determinação do valor justo da dívida na data da captação de R$11.509, foi contabilizada no patrimônio líquido. As principais cláusulas de vencimento antecipado das debêntures estão relacionadas à não existência de: (i) pedidos de falência e/ou recuperação judicial ou extrajudicial por parte da emissora; (ii) transformação societária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações ou ocorrência de mudança direta ou indireta, no controle acionário; (iii) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária assumida pela emissora; (iv) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação financeira assumidas pela Companhia igual ou superior a R$10.000; e (v) protesto de títulos da Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R$10.000. O 1º aditamento à escritura desta 1ª Emissão, celebrado em 27 de fevereiro de 2018, teve como objeto torná-la subordinada, júnior e sujeita ao pagamento prévio de todas as obrigações estabelecidas no âmbito do Financiamento Sênior (2ª Emissão). Não há cláusulas de "covenants" financeiros sobre as debêntures. 2ª Emissão: Em 15 de fevereiro de 2018, foi realizada a 2ª emissão de debêntures não conversíveis em ações, com vencimento final em 15 de dezembro de 2030. As debêntures foram captadas junto ao mercado. O montante total da emissão foi de R$1.000.000 as quais são remuneradas pela variação de 100% do IPCA mais 7,75% ao ano, e os recursos foram destinados ao pagamento da segunda parcela da outorga fixa relativa à concessão do Lote Centro-Oeste Paulista, junto à ARTESP - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (e aos gastos operacionais). Estão classificados no passivo circulante os juros e 0,5% do principal bem como suas atualizações monetárias com previsão de pagamento no dia 15 do mês de dezembro de 2022. As principais cláusulas de vencimento antecipado das debêntures estão relacionadas à não existência de: (i) pedidos de falência e/ou recuperação judicial ou extrajudicial por parte da emissora; (ii) transformação societária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações ou ocorrência de mudança direta ou indireta, no controle acionário; (iii) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária assumida pela emissora; (iv) deixar de ter o registro na CVM; (v) realizar qualquer pagamentos aos acionista até 31 de dezembro de 2024; (vi) contratação, pela Emissora, de qualquer forma de operação financeira; (vii) protesto de títulos da Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R$40.000; (viii) descumprimento de qualquer sentença judicial; (ix) cisão, fusão ou quando a emissora for incorporada; e (x) realizar qualquer pagamento referente a 1ª emissão de debêntures. Os índices financeiros indicados a seguir serão apurados semestralmente com base nas informações financeiras intermediárias da Companhia, devendo a próxima apuração ocorrer com base nas informações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021: (1) Para o período compreendido entre a data de emissão das debêntures e 31 de dezembro de 2024 (inclusive), relação EBITDA subtraído de tributos e variação de capital de giro e CAPEX, acrescido de receitas financeiras e aporte de capital e de posição realizada de caixa/amortização de principal acrescido de pagamento de juros igual ou superior a 1,2x. (2) Para o período compreendido entre 31 de dezembro de 2024 (exclusive) e a data de vencimento final, relação EBITDA subtraído de tributos e variação de capital de giro e CAPEX e acrescido de receitas financeiras e aporte de capital/amortização de principal acrescido de pagamento de juros igual ou superior 1,2x. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia encontra-se adimplente com a cláusula restritiva, tendo atingido o índice financeiro acima descrito (1) e (2) 2,4x. (3) Durante toda a vigência das debêntures, relação dívida líquida/EBITDA igual ou inferior a 3,75x. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia encontra-se adimplente com a cláusula restritiva, tendo atingido o índice financeiro acima descrito (3) 2,8x.

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	2021	2020
Principal (incluindo atualização monetária)	1.986.088	1.803.804
Remuneração (juros)	358.503	238.245
Custos de captação	(54.160)	(60.860)
Total	2.290.431	1.981.189
1ª Emissão de debentures	1.224.508	1.022.000
2ª Emissão de debentures	1.120.084	1.020.049
Custos de captação	(54.160)	(60.860)
Circulante	3.413	2.210
Não circulante	2.287.018	1.978.979

A seguir, a movimentação do saldo das debêntures no exercício de 2020:

Descrição	Saldo em 31/12/2019	Juros e atualização monetária	Pagamento principal	Pagamento de juros	Saldo em 31/12/2020
Debêntures	1.820.674	250.097	(11.125)	(78.456)	1.981.189

A seguir, a movimentação do saldo das debêntures no exercício de 2021:

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Juros e atualização monetária	Pagamento principal	Pagamento de juros	Saldo em 31/12/2021
Debêntures	1.981.189	401.325	(6.149)	(85.934)	2.290.431

Vencimento longo prazo	
2023	5.000
2024	2.500
2025	2.500
2026	110.000
2027 em diante	2.167.018
Total longo prazo	2.287.018

14. PARTES RELACIONADAS

Controlador e Controlador final: A Companhia tem como única controladora direta a Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A., que por sua vez tem como controladora a Infraestrutura Investimentos e Participações S.A e controladora final o Pátria III - Fundo de Investimento em Participações. Remuneração dos Administradores: Em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado o limite de remuneração global dos Administradores da Companhia para o exercício de 2021 em até R$7.896 (R$ 7.000 em 31 de dezembro de 2020), incluídos nesse valor os benefícios e encargos para o exercício social. Os Administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro). Em 31 de dezembro de 2021, foram pagos R$7.896 a título de benefícios de curto prazo, tais como salários, encargos e outros (em 31 de dezembro de 2020, foram pagos R$6.598). Transações com partes relacionadas

Contas a receber:

Parte relacionada	Transação (a)	Relação	Ativo Circulante 2021	Ativo Circulante 2020
EIXO*	Compartilhamento de despesas	Coligada	1.109	35
CART	Compartilhamento de despesas	Coligada	26	130
Total			1.135	165

Contas a pagar:

Parte relacionada	Transação (a)	Relação	Passivo Circulante 2021	Passivo Circulante 2020
EIXO*	Compartilhamento de despesas	Coligada	132	85
CART	Compartilhamento de despesas	Coligada	22	59
IBH I*	Compartilhamento de despesas	Coligada	265	-
Total			419	144

Resultado

Despesa	2021	2020
EIXO*	231	470
CART	483	885
IBH I*	(2.319)	-
Total	(1.065)	1.355

* Considerado como parte relacionada em atendimento às normas contábeis. (a) Refere-se ao rateio das despesas do Centro de Serviços Compartilhado (CSC) entre a Companhia, CART e Eixo e o valor de reembolso é apurado pelo custo incorrido. Debêntures: As debêntures conversíveis em ações foram captadas junto à debenturista e parte relacionada Pátria III - Fundo de Investimento em Participações ("FIP ou debenturista"), nas condições especificadas na nota explicativa nº 13.

15. PROVISÕES PARA MANUTENÇÃO

	2021	2020
Constituição da provisão para manutenção	246.738	196.905
Ajuste a valor presente	(40.595)	(33.046)
Total	206.143	163.869
Circulante	15.944	15.045
Não circulante	190.199	148.814

Descrição	Saldo em 2020	Adição	Consumo	Saldo em 2021
Provisão para manutenção	196.905	81.994	(32.161)	246.738
Ajuste a valor presente	(49.479)	(16.678)	-	(66.157)
AVP despesa financeira	16.434	9.127	-	25.561
Total	163.860	74.444	(32.161)	206.142

Descrição	Saldo em 2019	Adição	Baixa	Saldo em 2020
Provisão para manutenção	107.376	93.580	(4.051)	196.905
Ajuste a valor presente	(28.683)	(20.796)	-	(49.479)
AVP despesa financeira	5.285	11.149	-	16.434
Total	83.978	83.983	(4.051)	163.860

A provisão constituída no passivo não circulante, até 31 de dezembro de 2021, representa o saldo que será investido em conservação especial entre janeiro de 2023 e junho de 2027, conforme "aging" de gastos descrito abaixo:

	Saldo
De janeiro de 2023 a junho de 2023	15.944
De julho de 2023 a junho de 2024	122.193
De julho de 2024 a junho de 2025	29.070
De julho de 2025 a junho de 2026	13.098
De julho de 2026 a junho de 2027	25.177
Total	206.142

16. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

a) Composição dos saldos e movimentação - Passivo de arrendamento

	2021	2020
Saldo inicial	12.112	8.005
Adições	971	7.880
Baixas	(4.453)	(639)
Juros provisionados	635	1.065
Pagamento de juros	(635)	(1.065)
Pagamento de principal	(3.241)	(3.134)
Total	5.389	12.112
Circulante	2.398	2.307
Não circulante	2.991	9.805

17. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS

a) Provável: Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui processos de natureza cível e trabalhista e ações de natureza regulatória classificadas como perda provável pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos e, portanto, constituiu a provisão necessária conforme tabela abaixo.

	2021	2020
Provisão para contingência - ação cível	2.425	1.283
Provisão para contingência - ação trabalhista	445	361
Provisão para contingência - ação regulatória (*)	19.484	7.532
Total	22.354	9.176

(*) Notificações emitidas pela ARTESP resultantes de sua fiscalização sobre as atividades da concessionária. A variação nos saldos decorre da atualização monetária e evolução das causas na esfera administrativa.

Movimentação dos riscos prováveis:

	2020	Constituição	Reversões/ Pagamentos	Atualização Monetária	2021
Cível	1.283	2.197	(1.544)	489	2.425
Trabalhista	361	68	-	16	445
Regulatória	7.532	12.922	(2.106)	1.136	19.484
Total	9.176	15.187	(3.650)	1.641	22.354

b) Possível: Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui processos de natureza cível e ações de natureza regulatória classificadas como perda possível pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos, para os quais não foram constituídas provisões.

	2021	2020
Causas possíveis - ação cível	2.193	-
Causas possíveis - ação trabalhista	617	-
Causas possíveis - ação regulatória	46.492	44.463
Total	49.302	44.463

Ademais, a Companhia não possui causas de natureza tributária, ambiental, e outros processos administrativos que tenham sido considerados como perda provável ou possível pela Administração, apoiada nas posições e nas estimativas de seus advogados e assessores jurídicos externos.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito é de R$ 580.628 (R$ 580.628 em 31 de dezembro de 2020), representado por 580.628 ações (580.628 em 31 de dezembro de 2020), sendo todas ordinárias nominativas e sem valor nominal. O capital social subscrito é representado conforme segue:

Acionista	Ações	%
Infraestrutura Investimento e Participação II S. A.	580.628	100

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio: A segunda emissão de debêntures não conversíveis tem em sua escritura como evento que constitui situação de inadimplemento acarretando vencimento antecipado automático das obrigações decorrentes das debêntures, a proibição em realizar qualquer pagamento aos acionistas, inclusive dividendo mínimo obrigatório, no período compreendido entre a data de emissão e 31 de dezembro de 2024.

19. RECEITAS

Estão representadas por:

	2021	2020
Receita com arrecadação de pedágio	503.899	435.818
Receita acessória	1.655	4.066
Receitas com construção (a)	334.057	279.835
Outras	1.573	242
Receita bruta	841.184	719.961
Deduções de receita	(43.809)	(38.023)
Receita líquida	797.375	681.938

a) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento, pois não foi faturado foi reconhecido a construção de acordo com ICPC01/ IFRIC 12.

	2021	2020
Base de cálculo de impostos		
Receitas com serviços	505.554	439.884
Deduções		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%)	15.177	13.199
Programa de Integração Social - PIS (0,65%)	3.288	2.859
Imposto Sobre Serviços - ISS (2% a 5%)	25.344	21.965
Deduções da receita	43.809	38.023

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	2021	2020
Custo de construção de obra	(334.057)	(279.835)
Provisão para manutenção	(65.317)	(72.785)
Depreciações e amortizações	(80.729)	(75.212)
Pessoal	(44.069)	(43.190)
Serviços de terceiros (*)	(62.084)	(61.388)
Poder concedente	(16.240)	(26.334)
Conservação e manutenção	(15.876)	(15.255)
Provisão para contingências	(11.537)	(1.927)
Locações de imóveis e máquinas	(298)	(755)
Seguros	(2.942)	(3.268)
Outras despesas operacionais	(10.938)	(10.748)
Total	(644.087)	(590.697)
Custo dos serviços prestados	(601.086)	(545.174)
Despesas administrativas	(37.483)	(39.634)
Outras despesas	(5.518)	(5.889)
Total	(644.087)	(590.697)

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

21. RESULTADO FINANCEIRO

	2021	2020
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	12.132	7.532
Variação monetária sobre créditos fiscais	542	290
Outros	919	170
Total	13.593	7.992
Despesas financeiras:		
Juros e variação monetária sobre debêntures	(394.625)	(243.182)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(6.700)	(7.184)
Juros de arrendamento	(635)	(1.065)
AVP - Provisão de Manutenção	(9.127)	(11.148)
Outras	(3.211)	(1.934)
Total	(414.298)	(264.253)
Resultado financeiro, líquido	(400.705)	(256.261)

22. PREJUÍZO POR AÇÃO

	2021	2020
Prejuízo básico/diluído por ação das operações continuadas	(0,28)	(0,19)

a) Prejuízo básico/diluído por ação: O prejuízo e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do prejuízo básico/diluído por ação são os seguintes:

	2021	2020
Prejuízo referente aos doze meses atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do prejuízo básico/diluído por ação	(164.193)	(107.843)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do prejuízo básico/diluído por ação	580.628	580.628

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia administra seu capital para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e regula considerando as mudanças nas condições econômicas. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar a estratégia de crescimento e as decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado. A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital. Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração com base no Gerenciamento de Risco. a) Exposição a riscos cambiais: O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. Na data base 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira. b) Exposição a riscos de taxas de juros: O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e debêntures circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação, esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de debêntures a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas. De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. Considerações gerais: • Aplicações financeiras que representam investimentos, sujeitas a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. • Debêntures: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação. • As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas informações financeiras para o exercício de 2021, conforme quadro a seguir:

		2021	Nível
Ativos			
Caixa e Equivalentes de caixa (ii)	Custo amortizado	108.606	
Aplicações financeiras vinculadas	Custo amortizado	87.183	
Contas a receber	Custo amortizado	34.661	
Passivos			
Fornecedores (i)	Custo amortizado	37.971	
Debêntures (iii)	Custo amortizado	2.290.431	
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	5.390	

		2020	Nível
Ativos			
Caixa e Equivalentes de caixa (i)	Custo amortizado	216.980	
Aplicações financeiras vinculadas	Custo amortizado	112.444	
Contas a receber	Custo amortizado	27.398	
Passivos			
Fornecedores (i)	Custo amortizado	33.426	
Debêntures (iii)	Custo amortizado	1.981.189	
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	12.112	

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos determinado com base nos preços observados nos respectivos mercados. O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos: (i) Os saldos de fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em até 30 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pela Companhia. (ii) Os saldos de equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas são iguais ao valor justo na data do balanço patrimonial. (iii) Os valores justos das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas informações financeiras em virtude de serem indexados por taxas flutuantes (IPCA), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, a Companhia estima que seus valores justos se aproximam aos valores contábeis. *Hierarquia do valor justo:* A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros: Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente. Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. c) Risco de crédito: Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela Administração, como de primeira linha. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágios se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças, que são administradoras renomadas. Para os casos das receitas acessórias a Companhia interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta valores a receber de R$ 34.661 (R$ 27.398 em 31 de dezembro de 2020), sendo 95,4% deste total, valores a receber das Operadoras de Serviços de Arrecadação - "OSAs", decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágios. Desta forma, a administração da Companhia caracteriza como remoto o risco de crédito oriundo destes valores a receber. O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa, títulos e aplicações financeiras vinculadas e contas a receber, corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas nº 3, nº 4 e nº 5, respectivamente. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha, que apresentam ratings AAA, baseado nas avaliações das principais agências de rating. d) Risco de liquidez: O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia por meio de um modelo de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de Juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2022	2023	2024	2025 em diante	Total
1ª Emissão de debêntures (*)	IPCA + 8,5% a.a.	-	-	-	2.582.882	2.582.882
2ª Emissão de debêntures (*)	IPCA + 7,75% a.a.	94.408	97.050	96.234	1.814.696	2.102.388
Fornecedores		37.971	-	-	-	-
Passivo de arrendamento		2.398	2.991	-	-	-
Total		136.799	102.064	96.234	4.397.578	4.685.270

(*) Projeção do IPCA baseada no centro da meta divulgado pelo Banco Central do Brasil - BACEN. e) Análise de sensibilidade: A Companhia apresenta a seguir as informações sobre seus instrumentos financeiros, especificamente sobre a análise de sensibilidade requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Na elaboração dessa análise de sensibilidade, a Companhia adotou as seguintes premissas: • Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia. • Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável. • Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente). • Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia. No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos saldos de balanço patrimonial da Companhia, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Além do cenário provável, a Companhia determinou adequado a apresentação de dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. As taxas consideradas foram:

Referência para ativos e passivos financeiros risco redução	Cenário provável	Valorização 25%	Valorização 50%	Desvalorização 25%	Desvalorização 50%
DI Ativo (% ao ano)	10,75%	13,44%	16,13%	8,06%	5,38%
IPCA Passivo (% ao ano)	5,05%	6,31%	7,58%	3,79%	2,53%

Os indicadores utilizados para 2022 foram obtidos das projeções do BACEN no boletim Focus de 31/12/2021. Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário. *Análise de sensibilidade de variações na taxas de juros:* Em 31 de dezembro de 2021, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

Instrumentos	Exposição em 31/12/2021	Risco	Cenário provável (Nível 1) %	Cenário provável (Nível 1) Valor	Valorização (R$) (Nível 2) 25%	Valorização (R$) (Nível 3) 50%	Desvalorização (R$) (Nível 2) 25%	Desvalorização (R$) (Nível 3) 50%
Ativos e passivos financeiros								
Caixas e equivalentes de caixa	105.654	CDI	10,75%	11.358	14.197	17.037	8.518	5.679
Aplicações financeiras vinculadas	87.183	CDI	10,75%	9.372	11.715	14.058	7.029	4.686
Debêntures (*)	(2.356.100)	IPCA	5,05%	(118.983)	(148.729)	(178.475)	(89.237)	(59.492)
Total	(2.163.263)			(98.253)	(122.816)	(147.380)	(73.690)	(49.127)
Impacto no resultado e patrimônio líquido					(24.563)	(49.127)	24.563	49.127

(*) O valor da 1ª emissão de debêntures, está sendo apresentado sem o saldo redutor de prêmio de opção debêntures e inclui os custos de transação a amortizar.

24. SEGUROS E GARANTIAS

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. Em 31 de dezembro de 2021, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Cobertura - R$	Vigência
Responsabilidade civil	30.000	Até julho de 2022
Riscos nomeados e operacionais	205.800	Até julho de 2022
Veículos - frota	11.318	Até julho de 2022
D&O	30.000	Até junho de 2022
Risco de engenharia	542.163	Até julho de 2022
Seguro garantia	650.641	Até junho de 2022
Seguro Patrimonial	4.500	Até março de 2022
Fiança Locatícia	291	Até fevereiro de 2024
Seguro Garantia Judicial	4.008	Até novembro de 2026
Seguro Garantia Judicial	1.394	Até janeiro de 2027

25. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM O CAIXA

	2021	2020
Fornecedores (Intangível)	23.580	36.856

A DIRETORIA

CONTADOR: Manoel Henrique Muniz Lima - Contador CRC 1SP306770

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. - *Sertãozinho - SP.* **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros relacionados à concessão

Veja a Nota explicativa nº 2.3, 2.8 e 10 das demonstrações financeiras.

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu nas suas demonstrações financeiras, ativos não financeiros relacionados à concessão no valor de R$ 2.208.996 mil. A Companhia avalia anualmente a existência de indicadores de desvalorização dos valores contábeis desses ativos e estimou o valor recuperável, com base no valor em uso, da sua unidade geradora de caixa (UGC) às quais esses ativos estão alocados. A determinação do valor em uso da UGC é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontado a valor presente que envolve o uso de premissas tais como: (i) volume de trafego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA); (iv) período projetivo da concessão, (v) taxa de desconto calculada com base na metodologia do Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI). Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar o valor em uso da unidade geradora de negócios que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação do desenho dos controles internos chave; - Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas (*corporate finance*): (i) se a estimativa do valor em uso da UGC foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas; (ii) se as premissas utilizadas para estimar o valor em uso da UGC estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado e são condizentes com o orçamento aprovado pela Companhia e se os argumentos apresentados são razoáveis; (iii) se as premissas macroeconômicas utilizadas são condizentes com a data de elaboração e são provenientes de fontes confiáveis; (iv) se os cálculos matemáticos estão adequados e não apresentam qualquer erro que possa impactas as conclusões; (v) confirmação dos dados técnicos com a Administração. Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que são aceitáveis as estimativas utilizadas sobre os valores em uso da UGC, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Realização dos ativos fiscais diferidos

Veja a Nota explicativa nº 2.3, 2.6.2 e 8 das demonstrações financeiras.

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu, nas suas demonstrações financeiras, ativos fiscais diferidos no valor de R$ 233.768 mil. Os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias dedutíveis devem ser reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias possam ser utilizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros estão fundamentados em um estudo técnico preparado pela administração da Companhia e envolve certas premissas tais como: (i) volume de trafego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA)); (iv) período projetivo da concessão. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em ajustes materiais nos saldos das demonstrações financeiras.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação do desenho dos controles internos chave; - Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas (*corporate finance*): (i) se a estimativa utilizada para estimar os lucros tributários futuros foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas; (ii) se as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado e se são condizentes com o orçamento aprovado pela Companhia e se os argumentos apresentados são razoáveis; (iii) se as premissas macroeconômicas utilizadas são condizentes com a data de elaboração e são provenientes de fontes confiáveis; (iv) se os cálculos matemáticos estão adequados e não apresentam qualquer erro que possa impactas as conclusões; (v) confirmação dos dados técnicos com a Administração. Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos aceitáveis os valores reconhecidos de ativos fiscais diferidos, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 18 de março de 2021, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, emitiram relatório sem modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto , 21 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027666/F

Marcos Roberto Bassi
Contador CRC 1SP217348/O-5

Galgo Sistemas de Informações S.A.

CNPJ nº 25.197.090/0001-83

Demonstrações Financeiras para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - Em milhares de Reais (R$), exceto quando indicado.

Balanços patrimoniais	Notas	2021	2020
Ativo/Circulante		**20.636**	**15.712**
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.217	1.487
Aplicações financeiras	5	15.506	11.054
Contas a receber	6	2.344	1.774
Impostos e contribuições a recuperar	7	486	1.277
Despesas antecipadas	8	69	65
Adiantamentos	9	14	55
Não Circulante		**6.221**	**3.085**
Realizável a longo prazo: Impostos diferidos	21	3.752	–
Imobilizado	10	186	141
Intangível	11	2.283	2.944
Total do ativo		**26.857**	**18.797**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Notas	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	15	26.283	(9.726)	16.557
Lucro líquido do exercício		–	922	922
Saldos em 31 de dezembro de 2020	15	26.283	(8.804)	17.479
Lucro líquido do exercício		–	3.779	3.779
Saldos em 31 de dezembro de 2021	15	26.283	(5.025)	21.258

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Galgo Sistemas de Informações S.A., ("Companhia") é uma sociedade anônima, de capital fechado, constituída em 13 de julho de 2016, tem sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Santo Amaro, nº 48, Vila Nova Conceição, e tem por objeto social administrar sistemas informatizados destinados à padronização e otimização das transferências de informações entre instituições que atuam ou prestam serviços nos mercados financeiro e de capital. Todos os seus clientes fazem parte do sistema financeiro nacional e estão divididos em partes relacionadas e não relacionadas. A Galgo Sistemas de Informações S.A. é proprietária do Sistema Galgo e de todos os direitos a ele relativos, tendo autonomia absoluta para geri-lo, mantê-lo e desenvolvê-lo. O Sistema Galgo é um sistema de troca de informações padronizadas para os mercados financeiro e de capitais brasileiro, criado para funcionar como integrador entre as instituições que atuam ou prestam serviços para fundos de investimento, carteiras administradas e clubes de investimento nas atividades de administração, controladoria, custódia, distribuição e negociação de ativos. **2. Apresentação das demonstrações financeiras: a. Declaração de conformidade:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (CPC-PME), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) conforme adotado no Brasil por meio de aprovação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), ou seja, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC - T - 19.41). **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, a qual é moeda funcional da ("Companhia"). Todos os saldos apresentados em milhares de Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis da Companhia foram aprovadas em 14 de março de 2022. **3. Resumo das principais práticas contábeis: a. Apuração do resultado:** O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência; as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem, independente de recebimento ou pagamento. Anualmente é efetuado a apuração do resultado do exercício social de 1º de janeiro a 31 de dezembro. **b. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo. Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a noventa dias considerada a data de aquisição, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **c. Receitas:** As receitas são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência e compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Nas demonstrações do resultado a receita é apresentada líquida dos impostos. Em conformidade com o CPC-PME Seção 23 - Receitas, a receita é reconhecida quando, e somente quando: (i) a Companhia tenha transferido para o comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes ao serviço prestado; (ii) o valor da receita pode ser mensurado de forma confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos associados com a transação fluirão para a Entidade; (iv) as despesas incorridas ou a incorrer com relação à transação podem ser mensuradas de forma confiável. **d. Ativo imobilizado:** O ativo imobilizado é demonstrado ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Empresa as deprecia separadamente com base em suas vidas úteis específicas. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **e. Ativo intangível:** Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os gastos com desenvolvimento de *software* reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada, cinco anos, pelo método fiscal de amortização de 20% ao ano, com amortizações mensais. As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas, em 2021 os gastos incorridos no desenvolvimento do projeto (Border Pro) foram capitalizados e até o final do exercício de 2021 não sofreram nenhuma amortização pois se encontra ainda em desenvolvimento. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de amortização são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. O valor do Ativo intangível deve ser contabilizado deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas (impairment). Para mensurar estas perdas é necessário uma avaliação de expectativa de rentabilidade futura periodicamente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não foi identificado *impairment* no valor do Ativo intangível, desta forma, nenhuma provisão foi realizada. **f. Instrumentos financeiros: Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e pelo custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Companhia não possui ativos financeiros classificados como disponível para venda e mantido até o vencimento. (i) **Cotas de fundos de investimento:** As aplicações em cotas de fundo de investimento são atualizadas, diariamente, pelo respectivo valor da cota, divulgada pelos respectivos administradores e são classificadas como mensurados a valor justo por meio do resultado. **Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e os custos da transação são debitados ao resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxo de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por impairment, o qual é reconhecido no resultado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" e "Despesas financeiras" no período em que ocorrem. **g. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. São obrigações

Balanços patrimoniais	Notas	2021	2020
Passivo e Patrimônio Líquido/Circulante		**2.333**	**1.318**
Fornecedores	12	1.259	652
Obrigações trabalhistas	13	646	538
Obrigações tributárias	14	428	128
Não circulante		**3.266**	–
Provisões para contingências	20	3.266	–
Patrimônio Líquido		**21.258**	**17.479**
Capital social	15	26.283	26.283
Prejuízos acumulados		(5.025)	(8.804)
Total do passivo e do patrimônio líquido		**26.857**	**18.797**

a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, os saldos são apresentados no passivo não circulante. **h. Demais ativos e passivos circulantes:** Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **i. Provisões** As provisões são reconhecidas quando: (i) a entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **j. Impostos:** As receitas de prestação de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: PIS 1,65%, COFINS 7,6% e ISS 5%. **Regime de tributação:** A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro real tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque é calculado sobre uma base ajustada com deduções e adições requeridas pela legislação fiscal. A provisão para imposto sobre a renda é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. (i) **Imposto de renda pessoa jurídica:** à alíquota de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil; (ii) **Contribuição social sobre o lucro líquido:** à alíquota de 9% aplicado ao lucro tributável. A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes são calculadas com base nas leis e nos normativos tributários promulgados no decorrer do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco. (iii) **Impostos a recuperar:** Estão representados, basicamente, pelo tributos federais PIS, COFINS, IRPJ e CSLL que são oriundos das atividades da Empresa, cuja recuperação e compensação substancialmente ocorrerão no decorrer dos próximos exercícios.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	2021	2020
Bancos	2.217	1.487
	2.217	**1.487**

5. Aplicações Financeiras:

Data-base	Consolidado Fundos	Quantidade de cotas possuídas	Valor de mercado das cotas (R$)	Valor contabilizado
31/12/2021	Itaú Soberano Renda Fixa	71.340	50,98	3.637
31/12/2021	Itaú Corporate Crédito	655.120	18,118	11.869

As aplicações financeiras referem-se a cotas do fundo de investimento Itaú Corporate CP Diferenciado RF FICFI e o Itaú Soberano Renda Fixa as quais apresentam um risco de grau classificado como "baixo".

6. Contas a receber:

	2021	2020
No país - Terceiros	716	476
No país - Partes relacionadas (*)	1.716	1.389
(–) PDD	(88)	(91)
	2.344	**1.774**

(*) O saldo de contas a receber classificado como partes relacionadas pertence à utilização do sistema Galgo, pelos acionistas ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. A provisão para devedores duvidosos foi calculada com base na análise individual de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, e considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. Nos casos de inadimplência, o grupo adota o procedimento de cobrança direta ao cliente.

7. Impostos a recuperar:

	2021	2020
CSLL a compensar (***)	230	459
PIS/COFINS/CSLL a recuperar (**)	117	88
IRPJ a compensar (***)	107	623
IRRF s/ aplicações	32	89
COFINS a compensar (*)	–	15
PIS a compensar (*)	–	3
	486	**1.277**

(*) O saldos de PIS e COFINS a compensar referem-se aos créditos sobre o recebimento de serviços prestados. (**) O saldo de PIS/COFINS/CSLL a compensar refere-se a crédito de impostos que ainda não podem ser compensados, pois referem-se a notas fiscais de serviços que ainda não foram recebidas. (***) Os saldos de base negativa de IRRF e CSLL a compensar referem-se a valores que serão compensados futuramente quando a Companhia estiver operando com lucro em seu resultado.

8. Despesas antecipadas:

	2021	2020
Seguros prédios/bens/estoques	69	65
	69	**65**

9. Adiantamentos:

	2021	2020
Adiantamento de férias	13	54
Adiantamento a fornecedores	1	1
	14	**55**

10. Ativo imobilizado:

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Adições	Depreciação acumulada	Saldo em 31/12/2021	Valor líquido 31/12/2020
Equipamentos de informática	160	75	(64)	171	133
Equipamentos de comunicação	14	8	(10)	12	8
Móveis e utensílios	–	3	–	3	–
Total	**174**	**86**	**(74)**	**186**	**141**

Os ativos imobilizados foram avaliados pelo custo de aquisição e estão sendo depreciados mensalmente, exceto os bens imobilizados que estão em poder de terceiros.

11. Ativo intangível:

	%	Custo	Adição	Amortização acumulada	Valor líquido	Saldo em 31/12/2020
	Saldo em 31/12/2021					
Software (*)	20%	22.083	–	(22.083)	–	2.944
Software em desenvolvimento (**)	–	–	2.283	–	2.283	–
Total		**22.083**	**2.283**	**(22.083)**	**2.283**	**2.944**

(*) O software foi adquirido através da integralização do capital social. O valor desse ativo foi avaliado através do método de fluxo de caixa descontado. O Software está sendo amortizado mensalmente, a uma taxa de 20% a.a, conforme estipulado pelo laudo de avaliação do bem. (**) Após pesquisas realizadas, em fevereiro de 2021 a Galgo iniciou a fase de desenvolvimento do novo software "BORDER PRO - Plataforma de Roteamento de Ordens, Essa modelagem financeira tem por base a modelagem financeira elaborada no projeto "Business Case" dos novos serviços da Galgo S.A compra e venda de Cotas de Fundos. Durante o exercício de 2021, foi realizado o desenvolvimento do MVP, estruturação de Facilities, pessoal e Infraestrutura. Esse projeto considera uma curva de adesão das Instituições nos próximos 5 (cinco) anos da seguinte forma : 1º ano - 0%; 2ºano - 25%; 3ºano - 50%; 4ºano - 75% e 5º ano -100%. Com base em avaliação da administração não foi constatado que não há indicativo de redução ao valor recuperável "impairment" com relação ao valor do Sistema Galgo refletido no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2021.

Demonstrações dos resultados	Notas	2021	2020
Receita operacional líquida	16	**21.185**	**17.398**
(–) Custo dos serviços Prestados	17	(9.912)	(9.777)
Lucro Bruto		**11.273**	**7.621**
Despesas/receitas operacionais	18	**(10.970)**	**(6.561)**
Despesas com pessoal		(5.614)	(4.771)
Gerais e administrativas		(5.265)	(1.720)
Despesas Tributárias		(52)	(45)
Depreciação e Amortização		(39)	(26)
Outras receitas (despesas) operacionais		–	1
Resultado antes das receitas do resultado financeiro		**303**	**1.060**
Despesas Financeiras		(5)	(4)
Receitas Financeiras		791	224
Resultado financeiro líquido	19	**786**	**220**
Resultado antes do IR e da CS		**1.089**	**1.280**
IR e CS - Diferidos	21	3.752	–
IR e CS - Correntes	21	(1.062)	(358)
Lucro líquido do exercício		**3.779**	**922**
Lucro por ação atribuível aos acionistas da sociedade durante o exercício (expresso em R$ por ação)	23		
Lucro básico por ação		**0,14**	**0,04**

Demonstrações dos resultados abrangentes	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**3.779**	**922**
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**3.779**	**922**

12. Fornecedores:

	2021	2020
Fornecedores (*)	1.259	652
	1.259	**652**

(*) Nessa conta são classificadas as obrigações gerais que a companhia possui no decorrer de suas operações, os saldos referem-se basicamente a despesas com auditoria, contabilidade, assessoria jurídica, provedora de serviços para integração do mercado financeiro e prestadora de serviços para manutenção do sistema Galgo. As obrigações serão liquidadas até 30/01/2022.

13. Obrigações trabalhistas:

	2021	2020
Provisão de férias	332	274
Provisão de INSS	88	74
INSS a recolher	87	73
IRRF sobre salário	82	70
FGTS a recolher	30	25
Provisão de FGTS	27	22
	646	**538**

14. Obrigações tributárias:

	2021	2020
PIS/COFINS/CSLL retido a recolher	130	37
ISS a recolher	122	93
Provisão para imposto de renda	103	–
COFINS a recolher	40	–
IRRF a recolher	16	6
Provisão para CSLL	16	–
PIS a recolher	9	–
(–) Provisão de impostos sobre cancelamento	(8)	(8)
	428	**128**

15. Patrimônio líquido: Capital social: O Capital social é de R$ 26.283.000,00 (vinte e seis milhões e duzentos e oitenta e três mil reais), totalmente integralizado em moeda corrente nacional e em bens, dividido em 26.283.000 (vinte e seis milhões e duzentos e oitenta e três mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídos da seguinte forma: Integralização em dinheiro:

Acionista	2021
Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais	280
Banco BNP Paribas Brasil S.A.	280
Banco Bradesco S.A.	280
Banco BTG Pactual S.A.	280
Banco Citibank S.A.	280
Banco Santander (Brasil) S.A.	280
BB Banco De Investimento S.A.	280
B3 - Brasil, Bolsa, Balcão	280
BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.	280
Caixa Econômica Federal	280
Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão	280
HSBC Bank	280
Itaú Unibanco S.A.	560
Votorantim Asset Management DTVM Ltda.	280
	4.200

Integralização através do software:

Acionista	2021
Itaú Unibanco S.A.	2.944
Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA	1.472
Banco BNP Paribas Brasil S.A.	1.472
Banco Bradesco S.A.	1.472
Banco BTG Pactual S.A.	1.472
Banco Citibank S.A.	1.472
Banco Santander (Brasil) S.A.	1.472
BB Banco De Investimento S.A.	1.472
B3 - Brasil, Bolsa, Balcão	1.472
BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.	1.472
Caixa Econômica Federal	1.472
Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão	1.473
HSBC Bank	1.473
Votorantim Asset Management DTVM Ltda.	1.473
	22.083

O valor referente ao software foi incorporado ao capital social. O ativo foi avaliado através do método de fluxo de caixa descontado. Com as demonstrações contábeis e financeiras do exercício, a administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária a proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, calculado após a dedução das participações referidas no Artigo 189 da Lei da Sociedades por Ações, observado o disposto no Parágrafo 1º deste Artigo, observada seguinte ordem de dedução: (i) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até que esta atinja 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido do montante da reserva de capital, exceda a 30% (trinta por cento) do capital social, não é obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; (ii) a parcela necessária ao pagamento de um dividendo obrigatório não pode ser inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual, na forma prevista pelo Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; e (iii) a totalidade do lucro líquido remanescente, ressalvado o disposto no Parágrafo 3º deste Artigo, será alocada para a constituição de reserva estatutária que poderá ser utilizada para investimentos e para compor fundos e mecanismos necessários para o adequado desenvolvimento das atividades da Companhia.

16. Receita operacional líquida:

	2021	2020
Receita de serviços prestados	24.706	20.346
ISS, PIS e COFINS sobre receita	(3.521)	(2.948)
	21.185	**17.398**

A receita de serviços prestados é apropriada mensalmente conforme a execução dos serviços, os quais as notas fiscais são emitidas e contabilizadas dentro do próprio mês conforme a competência das receitas.

17. Custo dos serviços prestados:

	2021	2020
Serviços de Informática	(7.238)	(5.769)
Amortizações	(2.944)	(4.417)
PIS e COFINS sobre amortizações	270	409
	(9.912)	**(9.777)**

Os custos dos serviços prestados foram apropriados mensalmente conforme o regime de competência, o faturamento ocorre mensalmente conforme a execução do serviço, não gerando estoque de serviço em andamento, sendo assim, todo o custo foi considerado como incorrido dentro do próprio exercício.

18. Despesas e receitas operacionais:

	2021	2020
Salários e ordenados	(3.573)	(2.982)
Provisões para contingências	(3.266)	–
Serviços profissionais PJ	(1.100)	(953)
Encargos sociais	(986)	(962)
Benefícios	(910)	(772)
Utilidade e serviços	(472)	(392)
Despesas de ocupação	(388)	(350)
Provisões de férias	(130)	(60)
Impostos e taxas diversas	(52)	(45)
Despesas com propaganda	(39)	(25)
Depreciação e amortização	(39)	(26)
INSS e FGTS sobre férias	(15)	5
Outras receitas (despesas) operacionais	–	1
	(10.970)	**(6.561)**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	Notas	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		**3.779**	**922**
Ajustes: Depreciação		41	25
Impostos Diferidos	21	(3.752)	–
Provisões para contingências	20	3.266	–
Amortização	17	2.944	4.417
		6.278	**5.364**
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Contas a receber		(570)	37
Impostos e contribuições a recuperar		791	158
Adiantamentos		41	(42)
Demais ativos circulantes		(4)	3
Fornecedores		607	93
Adiantamento de clientes		–	(3)
Obrigações tributárias		300	33
Obrigações trabalhistas		108	1
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		**7.551**	**5.644**
Fluxo de caixa para atividades de investimentos			
Aplicações em fundos de investimento de longo prazo		(4.452)	(5.181)
Imobilizado	10	(86)	(129)
Intangível	11	(2.283)	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(6.821)**	**(5.310)**
Aumento no caixa e equivalentes de caixa:		**730**	**334**
Saldo inicial de caixa e equivalentes		1.487	1.153
Saldo final de caixa e equivalentes		2.217	1.487
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		**730**	**334**

19. Receitas e despesas financeiras:

	2021	2020
Receitas: Rendimento de aplicação	751	187
Juros e descontos obtidos	63	49
Variação cambial ativa	16	–
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(39)	(12)
	791	**224**
Despesas: Despesas bancárias	(5)	(4)
	(5)	**(4)**
	786	**220**

20. Contingências: A companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia reconheceu em suas demonstrações contábeis uma provisão para contingência referente a um processo trabalhista com probabilidade de perda provável, no montante de R$ 3.266. **21. Imposto de renda e contribuição social: A base de cálculo dos impostos correntes são os seguintes:**

	2021	2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.089	1.280
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	**(370)**	**(435)**
Efeito das adições permanentes	**(692)**	**77**
Outras adições permanentes (não dedutível)	(92)	(127)
Compensação de prejuízos de exercícios anteriores	449	136
Ajuste de adicional de IRPJ	89	85
Diferença temporária e prejuízo fiscal não reconhecido (i)	(1.138)	(17)
Despesa de impostos de renda e contribuição social	**(1.062)**	**(358)**

A base de cálculo dos impostos diferidos são os seguintes:	2021	2020
Prejuízo fiscal e base negativa	7.684	–
Adições/Exclusões temporárias	3.350	–
Base imposto diferido	11.034	–
Imposto de renda e contribuição social - 34%	**3.752**	–

Ativo	2021	2020
Impostos diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa	3.752	–
Imposto de Renda e Contribuição Social diferido	**3.752**	–

Imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) diferidos, os impostos e contribuições diferidos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro esteja disponível para ser utilizado na compensação de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e a reserva de reavaliação na extensão em que a sua realização seja provável. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia elaborou suas projeções para o próximo exercício. Adicionalmente, a Companhia auferiu lucro nos exercícios de 2020 e 2021. Baseado nos últimos dois anos e nas projeções positivas para 2022, foi constituído durante o exercício de 2021 o ativo diferido fiscal. Em 31 de dezembro de 2019, o prejuízo fiscal e base negativa da Companhia era de R$ 9.517, com os lucros auferidos nos últimos dois anos, em 31 de dezembro de 2021 o prejuízo fiscal a base negativa da Companhia é de R$ 7.684. **22. Partes relacionadas:** Existem transações que ocorreram no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, decorrentes de transações com partes relacionadas.

	Ativo/(Passivo) 2021	Ativo/(Passivo) 2020
Banco Bradesco S.A.	475	387
Itaú Unibanco S.A.	369	281
BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.	326	284
Banco BTG Pactual S.A.	238	206
Banco Santander (Brasil) S.A.	218	140
Banco BNP Paribas Brasil S.A.	37	47
Caixa Econômica Federal	35	25
Votorantim Asset Management DTVM Ltda.	15	16
B3 - Brasil, Bolsa, Balcão	3	3
	1.716	**1.389**

	Receita (*) 2021	Receita (*) 2020
Banco Bradesco S.A.	5.457	4.883
Itaú Unibanco S.A.	4.093	3.977
BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.	3.845	3.441
Banco BTG Pactual S.A.	2.539	2.169
Banco Santander (Brasil) S.A.	2.174	1.690
BB Banco de Investimento S.A.	1.023	941
Caixa Econômica Federal	379	348
Votorantim Asset Management DTVM Ltda.	187	197
B3 - Brasil, Bolsa, Balcão	38	19
Banco BNP Paribas Brasil S.A.	–	272
	19.735	**17.937**

Refere-se a "Receita de Serviços Prestados" e compõem o saldo divulgado na nota explicativa nº 16. Todos os saldos em aberto com estas partes relacionadas são precificados com base em condições de mercado e devem ser liquidados dentro de dois meses da data do balanço. Nenhum dos saldos possui garantias. Nenhuma despesa foi reconhecida no ano ou no ano anterior para dívidas incobráveis ou de recuperação duvidosa em relação aos valores devidos por partes relacionadas. **23. Lucro por ação:** Lucro básico por ação O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	2021	2020
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	3.779	922
Quantidade de ações ordinárias emitidas	26.283.000	26.283.000
	0,14	**0,04**

24. Impactos da COVID-19 nos negócios da Companhia: Desde o final de fevereiro de 2020, o mundo vem passando por um surto da doença chamada COVID-19 (Coronavírus), classificada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde - OMS. A Administração da Companhia está acompanhando os possíveis impactos em seus negócios e tem trabalhado com a implementação de planos de contingências para manter a continuidade das atividades operacionais em uma situação de normalidade Até a data de emissão dessas informações financeiras intermediários, não identificamos impactos sobre as operações que possam resultar em eventuais perdas devido à pandemia. **25. Eventos Subsequentes:** Não houve eventos subsequentes que ocasionaram ajustes ou divulgação para as demonstrações encerradas em 31 de dezembro de 2021.

Aloisio José Torres Corrêa - Diretor Superintendente - CPF 717.930.467-00 **Julian Clemente** - Contador - CRC 1SP 197.232/O-6

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da **Galgo Sistemas de Informação S.A.** São Paulo - SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da **Galgo Sistemas de Informação S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Galgo Sistemas de Informação S.A.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e com a International Financial Reporting Standard (IFRS) for Small and Medium-sized Entities (SMEs) emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** Valores correspondentes ao exercício anterior: Os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 16 de março de 2021, sem modificação. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e com a International Financial Reporting Standard (IFRS) for Small and Medium-sized Entities (SMEs) emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2022

RSM ACAL AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC - RJ - 4080/O-9

Cláudio Silva Foch - Contador - CRC-RJ - 102.455/O-4

Josias Pereira Cardoso - Contador - CRC-RJ - 115.515/O-1

Demonstrações Financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - Em milhares de reais

ATIVO	Nota	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	–	369.527	410.818	1.601.468	2.205.346
Títulos e valores mobiliários	–	116.530	723	2.425.201	1.976.436
Contas a receber	5	–	–	2.025.689	1.876.801
Estoques	–	–	–	366.280	366.405
Adiantamentos		1.217	121	124.467	63.311
Tributos a recuperar	–	–	–	79.815	87.615
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	–	19.557	33.956	134.043	187.830
Contas a receber na venda de controladas	–	–	–	76.292	593
Outros créditos	–	365	501	134.687	105.140
Debêntures a receber de partes relacionadas	–	278.609	418.059	–	–
Partes relacionadas - outros	–	2.986.929	179.225	–	–
Total do ativo circulante		**3.772.734**	**1.043.403**	**6.967.942**	**6.869.477**
Ativos mantidos para venda	–	–	912.633	–	2.402.541
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	14.237	15.026
Contas a receber	5	–	–	251.587	443.286
Tributos a recuperar	–	38.105	–	207.884	137.126
Contas a receber na venda de controladas	–	–	–	133.138	71.329
Outros créditos	–	–	–	43.671	92.043
Garantia para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	–	33.380	33.740	154.805	166.872
Depósitos judiciais	–	418	594	57.013	74.055
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–	–	904.160	838.338
Debêntures a receber de partes relacionadas	–	851.103	1.105.988	–	–
Partes relacionadas - outros	–	–	3.928.275	–	309.767
Investimentos	–	14.441.961	13.908.904	1.211	1.453
Imobilizado	–	–	–	4.201.251	4.344.174
Intangível	6	15.677	86.231	15.575.954	15.018.301
Total do ativo não circulante		**15.380.644**	**19.063.732**	**21.544.911**	**21.511.770**
Total do ativo		**19.153.378**	**21.019.768**	**28.512.853**	**30.783.788**

PASSIVO	Nota	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	–	–	–	237	229
Debêntures	7	2.092.743	1.827.320	2.120.340	2.048.808
Arrendamento por direito de uso	–	–	–	137.922	120.082
Fornecedores		2.649	236	654.064	533.590
Fornecedores risco sacado	–	–	–	310.157	284.808
Obrigações trabalhistas	–	–	–	387.082	313.917
Imposto de renda e contribuição social a pagar		–	–	28.488	39.276
Tributos a pagar	–	6.198	1.554	107.335	103.445
Adiantamentos de clientes		–	–	176.130	195.198
Impostos e contribuições parcelados		–	–	7.846	12.086
Contas a pagar - aquisições	–	–	–	117.554	100.728
Demais contas a pagar		44	54	40.844	19.844
Partes relacionadas - outros	–	148.728	153.735	–	–
		2.250.362	1.982.899	4.087.999	3.772.011
Passivos mantidos para venda	–	–	–	–	1.489.908
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	–	–	–	651	817
Debêntures	7	3.532.647	5.171.357	4.745.154	5.171.357
Arrendamento por direito de uso	–	–	–	2.889.449	2.912.368
Contas a pagar - aquisições		–	–	144.990	125.548
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis		35.023	35.451	568.130	428.614
Passivos assumidos na combinação de negócio	–	–	–	1.510.445	2.012.606
Impostos e contribuições parcelados		–	–	4.567	7.804
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	608.756	620.979	669.258	495.936
Demais contas a pagar		–	–	121.546	81.656
		4.176.426	5.827.787	10.654.190	11.236.706
Total do passivo		**6.426.788**	**7.810.686**	**14.742.189**	**16.498.625**
Patrimônio líquido					
Capital social		7.667.615	7.667.615	7.667.615	7.667.615
Reservas de capital		5.116.787	5.640.562	5.116.787	5.640.562
Ações em tesouraria		(57.812)	(99.095)	(57.812)	(99.095)
		12.726.590	13.209.082	12.726.590	13.209.082
Participação dos não controladores		–	–	1.044.074	1.076.081
Total do patrimônio líquido		**12.726.590**	**13.209.082**	**13.770.664**	**14.285.163**
Total do passivo e patrimônio líquido		**19.153.378**	**21.019.768**	**28.512.853**	**30.783.788**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - Em milhares de reais

	Nota	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Receita líquida de vendas e serviços	–	–	–	4.778.057	5.269.144
Custo das vendas e serviços					
Custo dos serviços prestados	–	–	–	(1.408.676)	(1.495.994)
Custo dos produtos vendidos	–	–	–	(495.034)	(450.930)
		–	–	(1.903.710)	(1.946.924)
Lucro bruto		–	–	2.874.347	3.322.220
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	–	–	–	(570.753)	(655.904)
Gerais e administrativas	–	(407)	(73.952)	(1.662.087)	(1.644.018)
Provisão para perda esperada	–	–	–	(537.596)	(1.637.511)
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	–	–	–	–	(2.050.424)
Outras receitas operacionais	–	–	–	6.028	32.409
Outras despesas operacionais	–	–	–	(33.092)	(609.346)
Equivalência patrimonial	–	(389.506)	(3.475.594)	1.557	5.665
(Prejuízo) lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos		(389.913)	(3.549.546)	78.404	(3.236.909)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	–	323.541	221.783	309.826	279.818
Despesas financeiras	–	(383.514)	(323.104)	(893.598)	(878.512)
		(59.973)	(101.321)	(583.772)	(598.694)
Prejuízo operacional antes dos impostos		(449.886)	(3.650.867)	(505.368)	(3.835.603)
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	–	–	–	(2.392)	(36.728)
Diferidos	–	12.223	24.447	46.237	245.946
		12.223	24.447	43.845	209.218
Prejuízo das operações continuadas		(437.663)	(3.626.420)	(461.523)	(3.626.385)
Resultado das operações descontinuadas	–	(51.462)	(2.179.415)	(51.462)	(2.179.415)
Prejuízo do exercício		(489.125)	(5.805.835)	(512.985)	(5.805.800)
Atribuído a:					
Acionistas controladores		(489.125)	(5.805.835)	(489.125)	(5.805.835)
Acionistas não controladores		–	–	(23.860)	35
Prejuízo básico por ação ON - R$ - operações continuadas	–	–	–	(0,25)	(1,96)
Prejuízo diluído por ação ON - R$ - operações continuadas	–	–	–	(0,25)	(1,93)
Prejuízo básico por ação ON - R$ - consolidado	–	–	–	(0,27)	(3,14)
Prejuízo diluído por ação ON - R$ - consolidado	–	–	–	(0,27)	(3,10)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - Em milhares de reais

	Capital Social	Reservas de capital	Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados: Reservas de lucros	Prejuízos acumulados: Lucros (prejuízos) acumulados	Controladora: Total do patrimônio líquido	Participação dos não controladores	Consolidado: Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	5.111.677	6.400.167	(121.428)	4.441.990	–	15.832.406	2.863	15.835.269
Resultado abrangente do exercício								
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(5.805.835)	(5.805.835)	37	(5.805.798)
Total do resultado abrangente do exercício	–	–	–	–	(5.805.835)	(5.805.835)	37	(5.805.798)
Contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas								
Aumento de Capital	2.555.938	–	–	–	–	2.555.938	–	2.555.938
Custos para emissão de ações	–	(74.618)	–	–	–	(74.618)	–	(74.618)
Custos para emissão de ações - IPO Vasta	–	(109.677)	–	–	–	(109.677)	(39.094)	(148.771)
Ganho patrimonial em emissão de ações	–	740.317	–	–	–	740.317	–	740.317
Opções outorgadas reconhecidas	–	54.988	–	–	–	54.988	7.395	62.383
Alienação de ações em tesouraria	–	(6.770)	22.333	–	–	15.563	–	15.563
Participação de acionistas minoritários	–	–	–	–	–	–	1.104.880	1.104.880
Destinação dos resultados do exercício								
Reserva para investimentos	–	(1.363.845)	–	(4.441.990)	5.805.835	–	–	–
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	2.555.938	(759.605)	22.333	(4.441.990)	5.805.835	3.182.511	1.073.181	4.255.692
Saldos em 31 de dezembro de 2020	7.667.615	5.640.562	(99.095)	–	–	13.209.082	1.076.081	14.285.163
Resultado abrangente do exercício								
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(489.125)	(489.125)	(23.860)	(512.985)
Total do resultado abrangente do exercício	–	–	–	–	(489.125)	(489.125)	(23.860)	(512.985)
Contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas								
Opções outorgadas reconhecidas	–	11.698	–	–	–	11.698	–	11.698
Alienação de ações em tesouraria (nota 28)	–	(46.348)	41.283	–	–	(5.065)	–	(5.065)
Participação de acionistas minoritários	–	–	–	–	–	–	(8.147)	(8.147)
Destinação dos resultados do exercício								
Reserva de capital	–	(489.125)	–	–	489.125	–	–	–
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	–	(523.775)	41.283	–	489.125	6.633	(8.147)	(1.514)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	7.667.615	5.116.787	(57.812)	–	–	12.726.590	1.044.074	13.770.664

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - Em milhares de reais

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Prejuízo do exercício	(489.125)	(5.805.835)	(512.985)	(5.805.800)
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente do exercício	(489.125)	(5.805.835)	(512.985)	(5.805.800)
Atribuído a:				
Acionistas controladores	(489.125)	(5.805.835)	(489.125)	(5.805.835)
Acionistas não controladores	–	–	(23.860)	35

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - Em milhares de reais

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Receita de vendas e serviços	–	–	5.282.731	5.899.183
Outras receitas	–	–	729.671	32.406
Provisão para perda esperada	–	–	(545.742)	(1.637.511)
	–	–	5.466.660	4.294.078
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	–	–	(493.547)	(442.937)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(51.509)	2.782	(1.243.810)	(1.092.409)
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	–	–	–	(4.126.163)
Valor adicionado bruto	(51.509)	2.782	3.729.303	(1.367.431)
Retenções				
Depreciação e amortização	(339)	(483)	(751.555)	(815.580)
Amortização mais-valia de ágio alocado	–	(71.903)	(293.526)	(329.426)
Amortização mais-valia do estoque	–	–	(1.486)	(7.995)
Valor adicionado líquido	(51.848)	(69.604)	2.682.735	(2.520.432)
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(389.506)	(5.655.009)	1.557	5.665
Receitas financeiras	323.541	221.783	321.273	285.053
Valor adicionado total a distribuir	(117.813)	(5.502.830)	3.005.565	(2.229.714)
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal:				
Remuneração direta	–	4.036	1.314.943	1.394.579
Benefícios	–	–	128.903	134.850
Encargos sociais	–	–	416.116	493.250
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	(12.220)	(24.447)	14.796	(119.679)
Estaduais	17	312	2.113	10.022
Municipais	1	–	1.720	3.929
Remuneração de capitais de terceiros:				
Despesas Financeiras	383.514	323.104	968.609	958.691
Aluguéis	–	–	565.610	590.487
Direitos autorais	–	–	105.740	109.957
Remuneração de capitais próprios:				
Prejuízo do exercício	(489.125)	(5.805.835)	(512.985)	(5.805.800)
Valor adicionado distribuído	(117.813)	(5.502.830)	3.005.565	(2.229.714)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - Em milhares de reais

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(449.886)	(5.830.282)	(505.368)	(5.969.151)
Ajustes para conciliação ao resultado:				
Depreciação e amortização	339	483	488.986	541.671
Depreciação IFRS-16	–	–	188.641	273.909
Amortização mais valia ágio alocado	–	71.903	275.534	329.426
Amortização mais valia de estoques	–	–	1.486	7.995
Custos editoriais	–	–	117.487	54.396
Provisão para perda esperada	–	–	537.596	1.637.511
Ajuste a valor presente do contas a receber	–	–	(6.519)	(91.453)
Atualização monetária em cessão de valores a controladas	(230.770)	(110.509)	–	–
Reversão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	(34)	(463)	(242.343)	(150.415)
Baixa da realização da garantia "escrow" de ex-proprietários	–	–	–	345.244
Provisão para perdas dos estoques	–	–	18.284	32.064
Atualização monetária de contas a receber na venda de controladas	–	–	(2.032)	(20.216)
Atualização monetária de conta *escrow*	–	–	–	(10.126)
Encargos financeiros	370.728	316.645	831.128	843.255
Outorga de opções de ações	1.420	641	11.698	62.383
Resultado na venda ou baixa de ativos e outros investimentos	–	–	31	188.130
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	–	–	–	4.126.163
Rendimentos sobre aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	(2.226)	(39.562)	(126.329)	(85.304)
Equivalência patrimonial	389.506	5.655.009	(1.557)	5.665
	79.077	63.865	1.586.723	2.121.147
Variações nos ativos e passivos operacionais:				
(Aumento) redução em contas a receber	–	–	(467.488)	(565.697)
(Aumento) redução em estoques	–	–	(135.407)	(72.436)
(Aumento) redução em adiantamentos	(1.096)	(121)	(61.156)	7.525
(Aumento) redução em tributos a recuperar	(22.678)	(22.169)	37.323	61.057
(Aumento) redução em depósitos judiciais	176	(232)	17.042	3.762
(Aumento) redução em partes relacionadas	(28.576)	(17.139)	–	–
(Aumento) redução em outros créditos	18.889	(11.138)	(6.372)	(10.267)
(Redução) aumento em fornecedores	2.413	(211)	115.548	33.510
(Redução) aumento em fornecedores risco sacado	–	–	25.349	(56.848)
(Redução) aumento em obrigações trabalhistas	–	–	69.579	(89.173)
(Redução) aumento em tributos a pagar	4.644	768	88.964	(54.587)
(Redução) aumento em adiantamento de clientes	–	(13)	(20.744)	(40.158)
(Redução) aumento em impostos e contribuições parcelados	–	–	(7.502)	(8.905)
Pagamento de contingências tributárias, trabalhistas e cíveis	(34)	(26)	(153.222)	(216.135)
(Redução) aumento nas demais contas a pagar	338	11.815	(4.170)	2.348
Caixa gerado pelas operações	53.153	25.399	1.084.467	1.115.143
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.028)	–	(44.534)	(32.803)
Juros de arrendamento por direito de uso pagos	–	–	(292.347)	(401.608)
Juros de empréstimos e debêntures pagos	(236.573)	(413.673)	(243.985)	(424.389)
Caixa líquido (aplicado na) gerado pela atividade operacional	(184.448)	(388.274)	503.601	256.343
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
(Investimento) resgate de títulos e valores mobiliários	(113.581)	42.942	(321.647)	(1.644.560)
Adições ao imobilizado	–	–	(133.277)	(152.400)
Adições ao intangível	–	–	(248.440)	(291.900)
Pagamentos por aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido	–	–	(183.099)	(111.994)
Aumento de Capital Controladas	–	(398.997)	–	–
Recebimento de garantia "escrow" de ex-proprietários	–	–	–	321.506
Recebimento pela venda de controladas	–	–	183.094	345.440
Cessão de valores em caixa a controladas	–	(3.964.000)	–	–
Recebimento de valores cedidos em caixa a Controladas	1.374.910	125.350	309.767	–
Recebimento de dividendos de controladas	–	2.414.520	–	–
Recebimento de debêntures privada	394.336	846.577	–	–
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	1.655.665	(933.608)	(393.602)	(1.533.908)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de Capital	–	2.481.320	–	2.481.320
Alienações (aquisições) de ações em tesouraria	(5.065)	15.564	(5.065)	15.564
Recebimento na oferta de controlada	–	–	–	1.681.342
Participação de não controladores	–	–	(8.147)	–
Custos de repactuação das debêntures	(51.479)	–	(62.633)	–
Emissão Debêntures	900.000	496.531	1.900.000	496.531
Captação de empréstimos	–	–	–	100
Pagamento de arrendamento por direito de uso	–	–	(121.565)	(144.205)
Pagamento de empréstimos e debêntures	(2.355.964)	(1.260.810)	(2.356.130)	(1.261.455)
Parcelas pagas em aquisição de empresas	–	–	(60.337)	–
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(1.512.508)	1.732.605	(713.877)	3.269.197
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(41.291)	410.723	(603.878)	1.991.632
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	410.818	95	2.205.346	371.683
Caixa e equivalentes no fim do exercício das operações continuadas	369.527	410.818	1.601.468	2.205.346
Caixa e equivalentes no fim do exercício das operações descontinuadas	–	–	–	157.969
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(41.291)	410.723	(603.878)	1.991.632

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cogna Educação S.A., aqui denominada "Companhia", "Controladora" ou "Cogna", com sede na Rua Santa Madalena Sofia, 25, na cidade de Belo Horizonte - MG, e suas controladas (em conjunto, o "Grupo") têm como principais atividades a oferta de cursos de ensino superior e pós-graduação presencial e à distância; editar, comercializar e distribuir livros didáticos, paradidáticos e apostilas, especialmente com conteúdo educacionais, literários e informativos e sistemas de ensino; ofertar, por meio de suas escolas educação básica, cursos preparatórios pré-universitários, cursos de idioma para crianças e adolescentes; soluções educacionais para ensino técnico e superior, entre outras atividades complementares, tais como o desenvolvimento de tecnologia da educação com serviços para gestão e formação complementar; a administração de atividades de ensino infantil, fundamental e médio; assessorar e/ou viabilizar a possibilidade de financiamento direto e indireto de alunos em relação às suas respectivas modalidades escolares e o desenvolvimento de software para ensino adaptativo e otimização de gestão acadêmica. O Grupo possui 58 empresas, incluindo a Controladora, sendo composto por 16 mantenedoras de instituição de ensino superior, 156 unidades de Ensino Superior, presentes em 22 estados e 130 cidades brasileiras, além de 2.810 polos de graduação EAD credenciados pelo MEC, localizados em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal. A Companhia ainda conta, na Educação Básica, com 115 unidades do Red Balloon e 4.508 escolas associadas em todo o território nacional. A Cogna exerce as suas atividades por meio de suas controladas diretas: Editora e Distribuidora Educacional S.A. ("EDE"), Anhanguera Educacional Participações S.A. ("AESAPAR"), *Vasta Platform Limited* ("Vasta"), e Saber Serviços Educacionais Ltda. ("Saber"). A Companhia é listada na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, no segmento especial denominado Novo Mercado, sob o código COGN3 onde negocia suas ações ordinárias. Adicionalmente, desde 31 de julho de 2020, a controlada Vasta possui capital aberto na bolsa de valores norte-americana NASDAQ, operando sob o código VSTA. Conforme divulgado nas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Cogna firmou, por meio de sua controlada Somos Sistemas, um Contrato de Compra e Venda de Ações e outras avenças ("CCV") junto à empresa Eleva Educação S.A. ("Eleva"), pelo qual pactuou a compra da totalidade dos direitos e ativos relacionados aos sistemas de ensino de educação básica comercializados pelo grupo Eleva ("Transação Sistemas"), em conjunto a uma parceria comercial com prazo de vigência de 10 (dez) anos, para o fornecimento de material didático pela Somos Sistemas à Eleva, considerando desconto comercial no montante de R$ 15.000 por ano, além da formação de uma parceria comercial entre Saber, Somos Sistemas e Eleva para o desenvolvimento de novas ferramentas educacionais e para a expansão da distribuição das escolas da Eleva no Brasil. Adicionalmente a esse movimento, a Saber, subsidiária integral, com anuência da Cogna, assinou contrato de compra e venda de ações e outras avenças em conjunto à Eleva, no qual pactuou a venda da totalidade das ações de emissão da Somos Operações Escolares ("SOE"), à Eleva ("Transação Escolas"). A Companhia, em 29 de outubro de 2021, através de suas controladas Somos Sistemas e Saber, realizou o fechamento da Transação Sistemas e da Transação Escolas, em conjunto a Editora Eleva. Com relação a Transação Sistemas, o preço base do sistema de ensino em 2021, foi de R$ 611.554. Com relação a Transação de Escolas, foi avaliado um preço mínimo de venda estimado no montante de R$717.177, com base nos resultados da SOE ao longo do exercício de 2021. O preço de venda das escolas pode ser positivamente impactado pelos resultados de 2022 a ser apurados no ano de 2023, sendo que o valor registrado nas Demonstrações Financeiras já é o mínimo previsto contratualmente. Os efeitos decorrentes desse reconhecimento, assim como os respectivos fluxos de pagamentos e recebimentos, estão apresentados com maior detalhamento na nota explicativa 4. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2022. **1.1. Contexto sobre os impactos da Covid-19 aos negócios da Companhia:** Em continuidade as divulgações realizadas durante o último exercício, a Companhia manteve suas medidas de segurança e prevenção de riscos, seguindo as recomendações das autoridades de saúde e do comitê interno de crise do Grupo. Mesmo procedendo com o fechamento de suas unidades presenciais, a Companhia manteve a prestação dos serviços educacionais a partir de suas plataformas virtuais, obtendo excelentes níveis de adesão e engajamento por parte dos alunos. Assim sendo não houve interrupção na prestação dos serviços contratados pelos alunos. Após avaliar os avanços ocorridos no processo de vacinação a partir do segundo semestre de 2021, e também considerar o recuo das medidas de distanciamento social e segurança, a Companhia realizou a reabertura parcial de algumas de suas unidades presenciais, seguindo todos os protocolos sanitários e de segurança de seus professores e alunos, exclusivamente para realização de aulas práticas e/ou estágios (aulas teóricas ainda seguem no modelo digital). A Companhia continuará atenta a novas orientações das autoridades de saúde, e também acompanhará os desdobramentos dos processos de vacinação, mantendo sempre seus acionistas atualizados sobre possíveis novos impactos da Covid-19 aos negócios do Grupo. Considerando um cenário que se apresenta de retomada da economia e de um retorno próximo a capacidade total de operação dos seus negócios, o Grupo continua monitorando as mudanças nas variáveis macroeconômicas dos negócios, bem como tem elaborado análises específicas em suas operações, a fim de obter a melhor estimativa de possíveis impactos em tempo real, permitindo com isso sua mitigação através de planos de reação e contingência.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Não houve alteração nas principais práticas contábeis praticadas pela Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adota estimativas e julgamentos contábeis, os quais são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis e relevantes para as circunstâncias. Com base nestas premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro e que podem resultar diferentes aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidades de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão descritas a seguir: **3.1. Julgamentos: a) Determinação do período de locação:** As controladas da Companhia possuem contratos de locação onde atuam como locatárias dos imóveis que são utilizados para realização das aulas presenciais (relacionados as operações do Ensino Superior). No Ensino Básico, as controladas da Companhia possuem contratos de locação para atuar como locatárias nos armazéns onde ficam alocados os produtos, além de contratos de locação dos equipamentos de computação utilizados nos sistemas de ensino e nas soluções educacionais ("*chromebooks*"). Ao determinar o prazo do arrendamento, a Administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para exercer uma opção de prorrogação. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) só são incluídas no prazo do arrendamento se for razoavelmente certo dessa opção ser exercida (ou o contrato não ser rescindido). Para as locações de prédios, armazéns, equipamentos ou mesmo computadores usados em soluções educacionais,os seguintes fatores normalmente são os mais relevantes: a) Se houver penalidades significativas por rescisão (ou não prorrogação), a Companhia está razoavelmente certa de prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento. b) Se houver benfeitorias no arrendamento com saldos residuais significativos, a Companhia está razoavelmente certa de estender (ou não rescindir) o arrendamento. c) Além disso, a Companhia considera outros fatores, incluindo práticas históricas relacionadas ao uso de categorias específicas de ativos (arrendados ou próprios), bem como a duração histórica dos arrendamentos e os custos necessários para substituir o ativo arrendado. **3.2. Estimativas: a) Avaliação da existência de perda por redução ao valor recuperável ("*impairment*") nos ágios:** Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas ("*impairment*") no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na nota explicativa 2.12 e 17(b). Os valores recuperáveis de UGCs foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas. A Companhia revisou suas premissas do modelo de longo prazo utilizado no cálculo do teste de *impairment* para o ano de 2021. Os novos critérios adotados foram apreciados e aprovados pela Administração, assim como as taxas utilizadas. Os cálculos e o teste de *impairment*, em si, foram elaborados pela administração, seguindo as normativas contábeis. **b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O método do passivo (conforme o conceito descrito na IAS 12 - "*Liability Method*") de contabilização do imposto de renda e contribuição social diferido é usado para as diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado na data de cada balanço e reduzido ao montante que não seja mais realizável por meio de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas para determinação dos ativos fiscais diferidos. Maiores detalhes estão apresentados na nota explicativa 27. **c) Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis:** O Grupo é parte em diversos processos judiciais e administrativos e constitui provisão para todos os processos judiciais cuja expectativa de perdas seja provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos, do Grupo e suas controladas. Adicionalmente o Grupo também constitui provisão para os processos judiciais com expectativa de perda possível decorrente as combinações de negócios, conforme descrito nas notas 2.17 e 25.5. A Administração acredita que essa provisão é suficiente e está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras. **d) Provisão para perda esperada de contas a receber:** Conforme descrito na nota explicativa 2.7, a Companhia efetua análises das contas a receber de mensalidades e outras operações, considerando os riscos envolvidos, e registra provisão para cobrir potenciais perdas na sua realização, conforme apresentado na nota explicativa 9 (c). **e) Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos:** Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. **f) Estoques - Provisão para obsolescência de estoque:** O Grupo adota como critério para provisionamento de obsolescência de estoque o *aging* de produção por tipo de produto e selo, por entender que este critério é mais aderente ao seu modelo de negócio. Por esse conceito, uma provisão para perda de estoque por obsolescência é realizada quanto mais antiga é a data de produção em relação à data base. A Companhia considera o calendário de renovação editorial dos seus produtos para determinar a quantidade de períodos em que os produtos podem sofrer obsolescência, o qual habitualmente ocorre entre o terceiro e quinto ano. Os saldos contábeis registrados em decorrência desta política estão apresentados com maior detalhamento na nota explicativa 10. **g) Reconhecimento de receita:** Para determinar o momento em que os cinco critérios para reconhecimento de receita, descritos na nota 2.24, são atingidos, a Administração exerce seu julgamento principalmente para os títulos referentes a alunos com financiamentos como PEP e FIES. Adicionalmente, para as mensalidades dos cursos de educação à distância - EAD, a Companhia reconhece apenas a receita sobre parcela referente à sua participação. **h) Alocação de preço de aquisição - Combinação de negócios e tratamento contábil dos compromissos assumidos para aquisição de participação remanescentes de não controladores:** Durante o processo de alocação do preço de aquisição em uma combinação de negócios, a administração utiliza premissas (taxa de crescimento, projeções, taxa de desconto, vida útil, entre outros) as quais envolvem um nível significativo de estimativas e julgamentos.

4. ATIVOS E PASSIVOS MANTIDOS PARA VENDA E OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

No contexto do CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, a Cogna assinou, por meio de sua controlada Saber, e em conjunto à empresa Eleva Educação S.A ("Eleva"), um contrato de compra e venda de ações, pelo qual pactuou a venda da totalidade das ações de emissão da Somos Operações Escolares "SOE", responsável atualmente por toda operação de escolas próprias do Grupo Cogna ("Saber Escolas"). Adicionalmente e conforme apresentado na nota explicativa 1 dessa Demonstração Financeira, em 29 de outubro de 2021, a Companhia através de suas controladas Somos Sistemas e Saber, realizou o fechamento da Transação Sistemas e da Transação Escolas, em conjunto a Eleva. Considerando a Transação Sistemas, o preço base do sistema de ensino considerado em 2021 foi de R$611.554, sendo que desse montante, (i) R$ 160.000 foi pago na data de publicação do Fato Relevante, e as demais parcelas serão pagas em três parcelas iguais e anuais de R$ 150.518, sendo a primeira com vencimento para 29 de outubro de 2024, e cada parcela corrigida pela variação positiva de 100% do CDI. Com relação a Transação de Escolas, foi avaliado um preço de venda estimado, em

continua ☆

continuação

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E SUAS CONTROLADAS
CNPJ/MF nº 02.800.026/0001-40

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31 de dezembro de 2020, no montante de R$ 912.633, considerando a melhor estimativa da Companhia até aquele momento. Durante o primeiro e segundo trimestres do ano de 2021, e com base nos resultados da SOE estimados, a Companhia entendeu pela necessidade de reconhecimento de uma perda adicional ao valor justo da operação, no montante de R$ 200.121. Assim sendo, e considerando os resultados da SOE para o ano de 2021, o preço de venda estimado da transação escolas foi de R$717.177. Esse valor pode ser positivamente impactado pelos resultados de 2022 a ser apurados no ano de 2023, sendo que o valor registrado nas Demonstrações Financeiras já é o mínimo previsto contratualmente, e esperado pela Companhia com base em sua melhor estimativa até o momento. Desse montante, (i) R$183.094 foram recebidos na data de emissão do Fato Relevante, (ii) R$ 440.000 serão pagos em parcelas ao longo de 5 anos, e (iii) o restante será integralmente recebido em caixa pela Saber até junho de 2022 (anteriormente esse montante poderia ser recebido em caixa ou através da integralização de debêntures conversíveis em ações. A Companhia decidiu pelo recebimento em caixa em um prazo menor que o vencimento anteriormente negociado). As parcelas em aberto serão corrigidas pela variação positiva de 100% do CDI. Se faz importante ressaltar que os pagamentos a serem efetuados à Editora Eleva pela Transação Sistemas estão inteiramente condicionados aos recebimentos de parcelas em decorrência da Transação Escolas. Assim sendo, temos o seguinte fluxo de pagamentos e recebimentos:

A Receber pela Venda das Escolas

	Data	Valor
Preço total:	29/10/2021	717.177
Parcela a Vista:	29/10/2021	183.094
1ª Parcela	29/10/2022	10.000
2ª Parcela	29/10/2023	10.000
3ª Parcela (i)	29/10/2024	145.000
4ª Parcela (i)	29/10/2025	145.000
5ª Parcela (i)	29/10/2026	130.000
Parcela Adicional:	15/06/2022	94.083

A Pagar pela Compra do Sistema Eleva

	Data	Valor
Preço total:	29/10/2021	611.554
Parcela a Vista:	29/10/2021	160.000
3ª Parcela	29/10/2024	150.518
4ª Parcela	29/10/2025	150.518
5ª Parcela	29/10/2026	150.518

(i) Conforme mencionado anteriormente, as Transações ocorridas com a Editora Eleva ("Transação Escolas" e "Transação Sistemas") são garantidas entre as partes, de forma que a Companhia procedeu com a compensação dos valores relativos as 3 últimas parcelas a receber na Transação Escolas, e que foram descontadas dos saldos a pagar a Editora Eleva na Transação Sistemas, totalizando o montante de R$ 420.000. Assim sendo, os valores apresentados nas rubricas de "contas a receber na venda de controladas", no ativo, e "contas a pagar - aquisições", no passivo, já se encontram líquidos dessa respectiva compensação. Considerando o contexto da operação apresentado anteriormente a Companhia, durante o ano de 2020, reclassificou os saldos constantes no Balanço Patrimonial da operação de escolas para a rubrica de "ativos mantidos para venda", e "passivos mantidos para venda", conforme orienta o referido CPC 31. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, considerando os impactos da baixa dessas operações, não existem saldos patrimoniais a ser destacados nessas rubricas. Com relação as movimentações ocorridas no resultado da Companhia oriundas da operação de escolas do Grupo, as mesmas estão sendo reclassificadas para linhas específica do Demonstrativo de Resultado, denominada "operações descontinuadas". A seguir apresentamos os principais impactos no período de 10 meses de 2021 (anterior ao fechamento da operação):

Demonstrativo de Resultado do Exercício

	31/10/2021
Receita líquida de vendas e serviços	503.898
Custo das vendas e serviços	(282.830)
Lucro bruto	221.068
Receitas (despesas) operacionais	
Com vendas	(8.560)
Gerais e administrativas	(226.835)
Provisão para perda esperada	(8.009)
Perda por redução ao valor recuperável (i)	(200.121)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas (ii)	240.043
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro e impostos	17.586
Resultado financeiro	
Receitas financeiras	12.006
Despesas financeiras	(75.570)
	(63.564)
Prejuízo operacional antes dos impostos	(45.978)
Imposto de renda e contribuição social	
Correntes	(8.588)
Diferidos	3.104
	(5.484)
Prejuízo das operações descontinuadas	(51.462)

(i) Composto substancialmente pelo resultado apurado na venda da operação de escolas do Grupo. (ii) Relativo a variação ao valor justo do ativo que foi mantido para venda entre 2020 e 31 de outubro de 2021, conforme descrito anteriormente. Apresentamos a seguir as principais notas explicativas das operações descontinuadas ao resultado da Companhia, conforme suas respectivas naturezas:

Receita Líquida

	31/10/2021
Receita bruta	647.130
Deduções da receita bruta	
Impostos	(37.594)
Descontos e devoluções	(105.638)
Receita líquida	503.898

Custos e despesas por natureza

	31/10/2021
Salários e encargos sociais	(288.740)
Perda ao valor recuperável dos ativos	(200.121)
Depreciação e amortização	(32.116)
Receita na venda de controladas	726.916
Custo na venda de controladas	(517.991)
Amortização mais-valia ágio alocado	(17.992)
Depreciação - IFRS 16	(41.812)
Demais custos e despesas operacionais	(114.456)
	(486.312)
Custo das vendas e serviços	(282.830)
Despesas com vendas	(8.560)
Provisão para perda esperada	(8.009)
Despesas gerais e administrativas	(226.835)
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	(200.121)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	240.043
	(486.312)

5. CONTAS A RECEBER

a) Composição:

31/12/2021	Contas a receber	Perda esperada	AVP	Contas a receber líquido
Cartão de Crédito (i)	54.357	–	–	54.357
Kroton	5.022.338	(3.315.716)	(87.694)	1.618.928
Parcelamento Privado (PEP/PMT)	3.787.296	(2.579.292)	(87.558)	1.120.446
PEP	2.824.671	(1.809.106)	(72.028)	943.537
PMT	962.625	(770.186)	(15.530)	176.909
Kroton sem parcelamento privado	1.235.042	(736.424)	(136)	498.482
Pagante	1.000.956	(599.984)	(136)	400.836
FIES (Parcelamento Público)	234.086	(136.440)	–	97.646
Platos	70.348	(39.165)	–	31.183
Saber (ii)	8.933	(1.432)	–	7.501
Vasta	551.000	(46.500)	–	504.500
Outros	88.719	(27.912)	–	60.807
Total	**5.795.695**	**(3.430.725)**	**(87.694)**	**2.277.276**
Total sem parcelamento privado e cartão de crédito	1.954.042	(851.433)	(136)	1.102.473
Ativo circulante				2.025.689
Ativo não circulante				251.587
				2.277.276

(i) Valores a receber decorrentes das vendas a prazo, realizadas por meio de cartão de crédito, provenientes de pagamentos dos serviços prestados pela Companhia.
(ii) Relativo as contas a receber nos serviços prestados pelas escolas de idiomas do Grupo.

31/12/2020	Contas a receber	Perda esperada	AVP	Contas a receber líquido
Cartão de Crédito (i)	16.658	–	–	16.658
Kroton	4.927.933	(3.130.563)	(81.175)	1.716.195
Parcelamento Privado (PEP/PMT)	3.500.804	(2.298.390)	(80.690)	1.121.724
PEP	2.599.592	(1.607.124)	(62.059)	930.409
PMT	901.212	(691.266)	(18.631)	191.315
Kroton sem parcelamento privado	1.427.129	(832.173)	(485)	594.471
Pagante	1.220.714	(697.415)	(485)	522.814
FIES (Parcelamento Público)	206.415	(134.758)	–	71.657
Platos	78.287	(24.511)	–	53.776
Saber (i)	12.034	(950)	–	11.084
Vasta	516.979	(32.055)	–	484.924
Outros	63.826	(26.376)	–	37.450
Total	**5.615.717**	**(3.214.455)**	**(81.175)**	**2.320.087**
Total sem parcelamento privado e cartão de crédito	2.098.255	(916.065)	(485)	1.181.705
Ativo circulante				1.876.801
Ativo não circulante				443.286
				2.320.087

(i) Os valores aqui apresentados já se encontram líquidos dos saldos reclassificados para a rubrica de "ativos mantidos para venda", em decorrência da negociação envolvendo a controlada indireta Somos Operações Escolares, por meio da Saber e da empresa Eleva Educação.

b) Análise dos vencimentos das contas a receber (*aging list*)

Consolidado	31/12/2021 (i)	31/12/2020 (i)
Valores a vencer	**2.446.454**	**2.567.656**
Valores vencidos		
Até 30 dias	199.745	164.061
Entre 31 e 60 dias	103.887	156.253
Entre 61 e 90 dias	169.704	201.032
Entre 91 e 180 dias	424.139	531.323
Entre 181 e 365 dias	687.133	751.593
Acima de 365 dias	1.764.633	1.243.799
Total vencidos	**3.349.241**	**3.048.061**
Provisão para perda esperada	(3.430.725)	(3.214.455)
Ajuste a valor presente	(87.694)	(81.175)
	2.277.276	2.320.087

(i) O *aging list* foi calculado considerando o vencimento de cada título, exceto para o produto Kroton Pagante, onde os títulos foram agrupados considerando a faixa de vencimento mais antiga do aluno (efeito arrasto).

Kroton - alunos pagantes

Consolidado	31/12/2021	%	31/12/2020	%
Valores a vencer	**50.134**	**5%**	**92.973**	**8%**
Vencidos				
Até 30 dias	41.641	4%	59.011	5%
Entre 31 e 60 dias	51.283	5%	54.225	4%
Entre 61 e 90 dias	84.857	8%	131.193	11%
Entre 91 e 180 dias	241.684	24%	320.989	26%
Entre 181 e 360 dias	290.563	29%	359.170	29%
Acima de 365 dias (i)	240.658	24%	202.668	17%
Total vencidos	**950.686**	**95%**	**1.127.256**	**92%**
Contas a Receber Bruto Pagante (–) AVP	**1.000.820**	**100%**	**1.220.229**	**100%**
(–) Saldo de PCLD	**599.984**		**697.415**	
Contas a Receber Líquido Pagante	**400.836**		**522.814**	
Percentual de PCLD/CR Bruto	***59,9%***		***57,2%***	

(i) Considera as contas a receber do aluno em seu maior atraso (efeito arrastro por CPF do aluno), isto é, a soma dos títulos que tem vencimento em até 365 dias, mas que devido a ter algum título do aluno com data de vencimento superior e que já foi baixado para perda, passa a ter provisionamento de PCLD de 100%.

c) Provisão para perda esperada (PCLD) e baixas: A Companhia constitui mensalmente a provisão para perda esperada analisando os valores de recebíveis constituídos a cada mês (no período de 12 meses para os segmentos Kroton, Platos e Saber e 18 meses para o segmento Vasta), e as respectivas aberturas por faixas de atraso, calculando sua "*performance*" de recuperação. Nessa metodologia, para cada faixa de atraso é atribuído um percentual de probabilidade de perda estimada levando em conta informações atuais e históricas da inadimplência de cada produto. Apresentamos a seguir as premissas aplicadas em cada segmento: Kroton: Pagante A metodologia de cálculo considera a probabilidade de perda na visão aluno, o qual considera todas as contas a receber em sua data de vencimento mais antiga, e as provisiona de acordo com o perfil de risco, definido por histórico de default, informações acadêmicas e dados financeiros, tais como, total da dívida, histórico de renegociação, entre outros. Cabe ressaltar que a Companhia considera a expectativa de entrada de caixa esperada para seus acordos sobre títulos renegociados. Parcelamento Privado: A perda esperada para os valores a receber do PEP e PMT é calculada principalmente com base na média entre i) expectativa de evasão e seu índice de inadimplência e ii) expectativa de alunos formados e evadidos, e seu índice de inadimplência. Platos: A probabilidade de perda é calculada com base na análise das rolagens mensais de recebíveis, do contas a receber vencido e a vencer e as respectivas aberturas por faixas de atraso, calculando a "performance" de recuperação. Nessa metodologia, a cada faixa de atraso é atribuído um percentual de probabilidade de perda conforme detalhado anteriormente, o qual é atualizado mensalmente. Cabe ressaltar que a Companhia considera a expectativa de entrada de caixa esperada para seus acordos sobre títulos renegociados com vencimento maior de 360 dias. Vasta: A Companhia constitui mensalmente a probabilidade de perda analisando os valores de recebíveis constituídos a cada mês, e as respectivas aberturas por faixa de atraso, calculando a "*performance*" de recuperação. Nessa metodologia, a cada faixa de atraso é atribuído um percentual de probabilidade de perda levando em consideração informações atuais e históricas de inadimplência, o qual é atualizado mensalmente. Cabe ressaltar que a Companhia considera a expectativa de entrada de caixa esperada para seus acordos sobre títulos renegociados com vencimento maior de 540 dias. Adicionalmente são desconsiderados do cálculo (i) as vendas para empresas do grupo Cogna (vendas "intercompany"), os quais não apresentam risco de perda relevante. Saber: A Companhia constitui mensalmente a probabilidade de perda analisando as rolagens mensais de recebíveis, o contas a receber vencido e a vencer e as respectivas aberturas por faixas de atraso, calculando a "performance" de recuperação. Nessa metodologia, a cada faixa de atraso é atribuído um percentual de probabilidade de perda. Cabe ressaltar que a Companhia considera a expectativa de entrada de caixa esperada para seus acordos sobre títulos renegociados com vencimento maior de 360 dias. **Movimentação das perdas esperadas:** As movimentações das provisões para perdas esperadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão demonstradas a seguir:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**(2.047.365)**
Adição por combinação de negócios	(734)
Baixa contra contas a receber	453.805
Ativos mantidos para venda	17.350
Constituição	(1.637.511)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(3.214.455)**
Baixa contra contas a receber	321.326
Constituição	(537.596)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(3.430.725)**

Quando o atraso atinge uma faixa de vencimento superior a 365 dias (para o segmento Kroton), e 540 dias (para o segmento Vasta), o título é baixado. Mesmo para os títulos baixados, os esforços de cobrança continuam e os respectivos recebimentos e renegociações são reconhecidos diretamente ao resultado quando de sua realização. **d) Parcelamento Privado (PEP/PMT):** O saldo de contas a receber do Parcelamento Privado (PEP/PMT) é composto pelos recebíveis dos produtos de parcelamento oferecidos no ensino Presencial da Kroton, que é segregado em dois principais produtos: i) Parcelamento Estudantil Privado (PEP). Este produto tem por objetivo viabilizar o acesso à educação de alunos que apesar de dependerem de financiamento estudantil não possuem acesso ao mesmo. Nessa modalidade, o aluno pagaria aproximadamente metade das mensalidades do curso após formado, com expectativa de encerrar os pagamentos no dobro do prazo de duração do curso. A partir do ciclo 2021 a Companhia decidiu não mais ofertar o produto PEP para novos ingressantes. ii) Parcelamento de Matrícula Tardia (PMT). Este produto é oferecido somente no semestre de ingresso dos alunos e tem por objetivo facilitar o pagamento para alunos que ingressam no meio do ciclo semestral. Ao invés de se cobrar as mensalidades acumuladas desde o primeiro mês do semestre até o mês de ingresso do aluno, inicialmente o aluno pagaria apenas uma mensalidade e teria as demais postergadas para pagamento após a formatura. No segundo semestre de 2021 a Companhia alterou a oferta desse produto onde, para os novos ingressantes, as mensalidades postergadas serão diluídas ao longo do curso e não mais pagas apenas após a formatura.

Composição do Saldo

	PEP 31/12/2021	PMT 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021	PEP 31/12/2020	PMT 31/12/2020	Consolidado 31/12/2020
Contas a Receber Bruto	**2.824.671**	**962.625**	**3.787.296**	**2.599.592**	**901.212**	**3.500.804**
(–) Ajuste a Valor Presente	(72.027)	(15.530)	(87.557)	(62.059)	(18.631)	(80.690)
Contas a Receber Bruto após AVP	**2.752.644**	**947.095**	**3.699.739**	**2.537.533**	**882.581**	**3.420.114**
(–) Saldo de PCLD (i)	(1.809.106)	(770.186)	(2.579.292)	(1.607.124)	(691.266)	(2.298.390)
Contas a Receber Líquido	**943.538**	**176.909**	**1.120.447**	**930.409**	**191.315**	**1.121.724**
Percentual de PCLD/CR bruto após AVP	-65,7%	-81,3%	-69,7%	-63,3%	-78,3%	-67,2%
Valores a vencer	1.207.728	409.970	1.617.698	1.348.558	486.372	1.834.930
Valores vencidos	1.616.943	552.655	2.169.598	1.251.034	414.840	1.665.874
Contas a Receber Bruto PEP/PMT	**2.824.671**	**962.625**	**3.787.296**	**2.599.592**	**901.212**	**3.500.804**

(i) Para o produto PMT, o valor da provisão realizada equivale a 100% do saldo de títulos vencidos dos alunos evadidos, e o saldo remanescente da provisão para perda equivale a 55,1% do saldo a vencer para os alunos ativos e formados. Da forma análoga, para o produto PEP, a representatividade do saldo em relação às contas a receber a vencer é de 16,9% e 100% para os valores de alunos evadidos e vencidos. Perfil do Contas a Receber do PEP: Os alunos que compõem as contas a receber do PEP podem ser classificados em três categorias principais: ativos, formados e evadidos, conforme demonstrado abaixo:

	Saldo Total 31/12/2021	A vencer e vencido até 360 dias (ii) 31/12/2021	Vencidos a mais de 360 dias 31/12/2021	Saldo Total 31/12/2020	A vencer e vencido até 360 dias 31/12/2020	Vencidos a mais de 360 dias 31/12/2020
Contas a Receber Bruto antes das baixas (i)	**3.357.277**	**1.867.288**	**1.489.989**	**2.913.632**	**1.941.327**	**972.305**
Alunos ativos	1.111.158	1.111.158	–	1.197.811	1.197.811	–
Alunos formados	520.341	385.770	134.571	205.699	168.460	37.239
Alunos evadidos	1.725.778	370.360	1.355.418	1.510.122	575.056	935.066

(i) O valor demonstrado nessas linhas refere-se ao total reconhecido de contas a receber durante todo o período em que ofertamos o produto PEP aos nossos alunos. Os saldos desconsideram os recebimentos e baixas ocorridos em diversos períodos, no montante total de R$ 532.606 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 314.040 em 31 de dezembro de 2020), com objetivo de demonstrar os valores gerados em cada categoria de alunos, informação relevante para o cálculo da perda esperada futura. (ii) Valores brutos de baixa por recuperação e recebimento. Expectativa de Recuperação do PEP e PMT: A perda esperada para os valores a receber do PEP e PMT é calculada principalmente com base na média entre i) expectativa de evasão e seu índice de inadimplência e ii) expectativa de alunos formados e evadidos, e seu índice de inadimplência. A projeção de perdas futuras calculada pela Companhia representa na data de sua mensuração a melhor estimativa da administração quanto à futura inadimplência, considerando dados históricos de recebimento para as turmas PEP e PMT evadidas e formadas, ajustadas pelas condições atuais de mercado, economia e percentual de estimativa de recuperação futura. Em 31 de dezembro de 2021, a expectativa de perda efetiva esperada com deterioração para os produtos PEP e PMT foi de 60% e 63,2%, respectivamente (59% e 64,6%, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020).

6. INTANGÍVEL

Consolidado	Softwares	Produção de conteúdo	Licença de Operação	Ágios e intangíveis alocados (ii)	Outros intangíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**607.564**	**156.182**	**13.283**	**19.641.308**	**103.888**	**20.522.225**
Adições	208.159	71.999	4.473	43.624	7.788	336.043
Adição por combinação de negócios	–	177	–	–	–	177
Baixas	(2.422)	(219)	(2.319)	(158)	–	(5.118)
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	–	–	–	(4.126.163)	–	(4.126.163)
Ativos mantidos para venda	(25.196)	(1.877)	–	(1.053.545)	–	(1.080.618)
Amortizações	(173.273)	(107.119)	(7.574)	(329.426)	(10.853)	(628.245)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**614.832**	**119.143**	**7.863**	**14.175.640**	**100.823**	**15.018.301**
Adições (i)	210.419	43.384	3.998	736.676	7	994.484
Ativos mantidos para venda	–	–	–	147.904	–	147.904
Baixas	(123)	(9)	(1.102)	–	(343)	(1.577)
Amortizações	(204.308)	(86.925)	(4.893)	(275.534)	(11.498)	(583.158)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**620.820**	**75.593**	**5.866**	**14.784.686**	**88.989**	**15.575.954**
Taxa média anual de amortização	20%	42%	33%	6%	12%	
Em 31 de dezembro de 2021						
Custo	1.278.977	299.104	15.660	14.956.543	118.183	16.668.467
Amortização acumulada	(658.157)	(223.511)	(9.794)	(171.857)	(29.194)	(1.092.513)

(i) Os valores de adições em softwares no exercício estão principalmente relacionados aos projetos para otimização nos sistemas de controle da Cogna e suas controladas. (ii) As adições de 2021 referem-se substancialmente a aquisição das empresas Editora de Gouges S.A ("Eleva"), Sociedade Educacional da Lagoa ("SEL"), Redação Nota Mil ("Nota Mil"), e EMME Produções de Materiais em Multimídia ("EMME"), todas ocorridas durante o ano de 2021, e apresentadas com maior detalhamento na nota explicativa 5. a) Ágio gerado em aquisição de controladas e intangíveis alocados em combinação de negócios: Nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, o ágio decorrente da diferença entre o valor pago na aquisição de investimentos em controladas e o valor justo dos ativos e passivos é classificado no ativo intangível. Parte do valor pago na aquisição das controladas foi alocado a ativos intangíveis identificáveis e de vida útil definida e indefinida após análise dos ativos adquiridos.

Consolidado	31/12/2021	31/12/2020
"Goodwill" (i)	12.972.816	12.321.977
Marca (ii)	1.940.981	2.071.358
Licença de operação e rede parceira de polo (iii)	679.717	688.618
Carteira de clientes (iv)	1.239.657	1.142.583
Acordo de não concorrência (iv)	1.939	1.528
	16.835.110	16.226.064
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos (v)	(2.050.424)	(2.050.424)
	14.784.686	14.175.640

(i) Refere-se ao ágio gerado por aquisições de controladas, classificado como decorrente de expectativa de rentabilidade futura. Não possui vida útil definida e está sujeito a testes anuais de recuperação. O montante aqui apresentado já se encontra líquido das perdas ao valor recuperável dos ativos. (ii) Ativo intangível com vida útil estimada entre 19 e 30 anos. (iii) Refere-se às licenças para operação de ensino presencial e à distância e à rede parceira de polos de ensino à distância. Não possui vida útil definida e está sujeita a testes anuais de recuperação. (iv) Ativo intangível com vida útil estimada entre 3 e 14 anos. (v) Relativo ao reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos ocorrida durante o ano de 2020. b) Testes do ágio para verificação de "*impairment*" por modalidade: A Companhia avalia no mínimo anualmente a recuperabilidade de seus ativos, ou quando existir indicativo de alguma desvalorização. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia avaliou eventos ocorridos em suas unidades geradoras de caixa que pudessem afetar sua expectativa de recuperação dos ativos não financeiros, sendo que, após essa avaliação, não foi verificado necessidade de reconhecimento de perda. As seguintes premissas de crescimento foram utilizadas nos cálculos:

Premissa	Kroton	Platos	Vasta	Outros
quantidade de alunos - base, captação e evasão	1. Taxa de crescimento na perpetuidade em 5,83% (anteriormente apresentado 5,48%) e taxa de desconto aplicada (WACC) de 12,30% (anteriormente apresentado 10,56%). 2. Crescimento no ticket médio de calouros presencial alinhado com a expectativa de inflação a partir de 2025 e meia inflação no EAD. O ticket médio de veteranos apresenta um crescimento acima da inflação, 5% conforme ajuste já praticado. 3. Crescimento na captação EAD com CAGR de 10% entre 2022 e 2025 e no Presencial com CAGR de 2% entre 2022 e 2025.	1. Taxa de crescimento na perpetuidade em 5,83% (anteriormente apresentado 7,10%) e taxa de desconto aplicada (WACC) de 10,98% (anteriormente apresentado 10,22%). 2. Receita Líquida cresce a um CAGR de 2022 a 2029 de 19%, principalmente pelo aumento constante de captação na modalidade EAD em cliente Kroton. 3. EBITDA ajustado com CAGR de 2022 a 2029 de 25%, com ganho de eficiência devido a escalabilidade do negócio.	1. Taxa de crescimento na perpetuidade em 5,83% (anteriormente apresentado 7,10%) e taxa de desconto aplicada (WACC) em 10,81% (anteriormente apresentado 10,22%). 2. A Receita Líquida cresce a um CAGR de 2022 a 2029 de 14%, com crescimento pautado em sistemas de ensino, soluções complementares e digital service. 3. EBITDA ajustado com CAGR de 2022 a 2029 de 21% e aumento de margem EBITDA.	1. Taxa de crescimento na perpetuidade em 5,83% (anteriormente apresentado 5,48%) e taxa de desconto aplicada (WACC) em 10,98% (anteriormente apresentado 10,22%).

Adicionalmente, alguns indicadores utilizados no modelo de testes são baseados em indicadores macroeconômicos que já podem ser obtidos e recalculados, como projeções de crescimento do país e alteração das taxas que são base para o WACC. A Companhia entende que esse procedimento atende a exigência normativa de realização de teste de *impairment* no mínimo uma vez ao ano ou em algum momento em que um indício claro de *impairment* seja notado. A seguir apresentamos a alocação do ágio e intangíveis alocados por nível de unidade geradora de caixa:

Consolidado	31/12/2021	31/12/2020
Kroton	8.799.179	8.883.600
Platos	74	74
Saber (i)	172.141	28.299
Vasta (ii)	5.423.482	4.811.613
Outros	389.810	452.054
	14.784.686	14.175.640

(i) O saldo remanescente nesse segmento refere-se as escolas de ensino de línguas ("Red Balloon"). (ii) Inclui as aquisições realizadas durante o ano de 2021, substancialmente Editora Eleva. Maiores detalhes estão apresentados na nota explicativa 5.

7. DEBÊNTURES

(a) Composição

	Remuneração	Emissão	Vencimento	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
EDE SARAIVA 4ª emissão debêntures série única	CDI + 2,75% a.a.	27/08/2018	15/08/2026	–	–	225.632	221.489
COGNA 1ª emissão debêntures série única	CDI + 0,65% a.a.	15/04/2019	15/04/2024	210.010	802.709	210.010	802.709
COGNA 2ª emissão debêntures 1ª série	CDI + 0,75% a.a.	15/08/2018	15/08/2021	–	985.611	–	985.611
COGNA 2ª emissão debêntures 2ª série	CDI + 1,00% a.a.	15/08/2018	15/08/2023	3.770.126	3.717.447	3.770.126	3.717.447
COGNA 2ª emissão debêntures 3ª série	IPCA + 6,7234% a.a.	15/08/2018	15/08/2025	130.163	117.946	130.163	117.946
COGNA 3ª emissão debêntures 1ª, 2ª séries e série única	CDI + 0,90% a.a. e CDI +1,70% a.a. + 1,15% a.a.	15/08/2018	15/08/2022	88.710	875.090	88.710	875.090
COGNA 6ª emissão debêntures série única	CDI + 2,95% a.a.	20/05/2020	20/05/2023	502.364	499.874	502.364	499.873
COGNA 7ª emissão debêntures 1ª e 2ª séries	CDI + 2,60% a.a. e CDI + 2,95% a.a.	20/08/2021	20/08/2024 e 20/08/2026	924.017	–	924.017	–
AESAPAR 1ª emissão	CDI + 2,95% a.a.	25/11/2021	25/11/2026	–	–	499.715	–
VASTA 1ª emissão debêntures série única	CDI + 2,30% a.a.	10/08/2021	05/08/2023	–	–	514.757	–
Total				**5.625.390**	**6.998.677**	**6.865.494**	**7.220.165**
Passivo circulante				2.092.743	1.827.320	2.120.340	2.048.808
Passivo não circulante				3.532.647	5.171.357	4.745.154	5.171.357
				5.625.390	6.998.677	6.865.494	7.220.165

As debêntures, emitidas sob a forma nominativa escritural, sem emissão de certificados e sem a possibilidade de conversão de ações, possuem as seguintes características:

Empresa	Emissão	Série	Quant.	Valor unitário	Valor emissão	Pagamento principal	Pagamento juros
COGNA	1ª	Única	80.000	10	800.000	No vencimento	Semestral (Abr e Out)
COGNA	2ª	1ª	112.966	10	1.129.660	Anual	Semestral (Fev e Ago)
COGNA	2ª	2ª	426.434	10	4.264.340	Anual	Semestral (Fev e Ago)
COGNA	2ª	3ª	10.600	10	106.000	Anual	Semestral (Fev e Ago)
COGNA	3ª	1ª/2ª	800.000	1	800.000	Anual	Semestral (Fev e Ago)
COGNA	6ª	Única	500.000	1	500.000	No vencimento	Semestral (Mai e Nov)
COGNA	7ª	1ª/2ª	900.000	1	900.000	No vencimento	Semestral (Fev e Ago)
EDE	1ª	Única	2.200	100	220.000	No vencimento	Semestral (Fev e Ago)
AESAPAR	6ª	Única	500.000	1	500.000	Anual	Semestral (Mai e Nov)
VASTA	1ª	Única	500.000	1	500.000	No vencimento	Semestral (Fev e Ago)

(b) Movimentação

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Saldo inicial	6.998.677	7.859.984	7.220.165	8.083.873
Adição - Principal (i)	900.000	500.000	1.900.000	500.000
Adição - Custos de emissão	(51.479)	(3.469)	(62.633)	(3.469)
Juros provisionados	344.812	306.239	380.531	314.079
Apropriação dos custos	25.917	10.406	27.318	10.810
Pagamento de juros	(236.573)	(413.673)	(243.923)	(424.318)
Pagamento de principal	(2.355.964)	(1.260.810)	(2.355.964)	(1.260.810)
Saldo final	**5.625.390**	**6.998.677**	**6.865.494**	**7.220.165**

(i) Em 19 de novembro de 2021 a Companhia através de sua controlada Anhanguera Educacional Participações S.A. ("Aesapar"), realizou emissão de debêntures não conversíveis em ações, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R$500.000. Em 30 de julho de 2021, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a realização da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única da controlada indireta Somos Sistemas de Ensino S.A., no valor de R$ 500.000. Adicionalmente, em 12 de julho de 2021, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a realização da 7ª (sétima) emissão de debêntures simples da Cogna, em até 2 (duas) séries, no valor total de até R$900.000. **(c) Índices de desempenho compromissados:** Emissões "Cogna", "EDE" e "AESAPAR" (cálculos trimestrais): As debêntures emitidas pela controladora Cogna e pelas controladas EDE e AESAPAR requerem a manutenção de índices financeiros "*covenants*", os quais são apurados trimestralmente, com base nas informações intermediárias e nas demonstrações consolidadas da Companhia. O período de apuração compreende, onde é necessário para o cálculo e como determinado na escritura, os 12 meses imediatamente anteriores ao encerramento de cada trimestre e o cálculo é o quociente da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado, sendo que o valor resultante não deve ser superior a 3,00. Esse índice não pode ser superado em 2 trimestres consecutivos ou em 3 trimestres alternados no prazo de vigência do contrato, o que não ocorreu até 31 de dezembro de 2021. O conceito de EBITDA ajustado significa, com base nas informações trimestrais (ITR) ou demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, conforme o caso, ao resultado obtido nos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração (conceito dos últimos 12 meses), deduzido do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro e do resultado de itens não recorrentes, adicionada a receita financeira operacional. O cálculo de *covenants* financeiros considera os resultados das operações continuadas e descontinuadas, sendo necessário considerar os efeitos apresentados à nota explicativa 4, em conjunto aos quadros apresentados nas respectivas notas explicativas. Em 06 de maio de 2021, conforme comunicado realizado ao mercado, os debenturistas da Companhia aceitaram, pela maioria do quórum presente, a consideração, para fins do cálculo do EBITDA ajustado dos últimos 12 meses, R$ 644.000 decorrentes de provisão de créditos de liquidação duvidosa (PCLD) que foram contabilizados pela Companhia ao longo de 2020 (R$ 229.000 no segundo trimestre de 2020 e R$ 415.000 no quarto trimestre de 2020), como ajuste extraordinário e, portanto, não incluídos na apuração do Índice Financeiro durante o período compreendido entre o 4º trimestre de 2020 até o 3º trimestre de 2021. O índice financeiro relativo ao cálculo do quociente da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado atingiu o resultado de 2,16, dentro das condições estabelecidas as cláusulas contratuais financeiras acima mencionadas. De acordo com a escritura de debêntures, com relação as demais obrigações, chamadas não financeiras, a Companhia informa que todas foram atendidas em 31 de dezembro de 2021. Emissão "Vasta" (cálculo anual): As debêntures emitidas pela controlada indireta Somos Sistemas requerem a manutenção de índices financeiros "*covenants*", os quais são apurados anualmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da controlada. O período de apuração compreende os 12 meses imediatamente anteriores ao encerramento de cada ano, e o cálculo é o quociente da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado, sendo que o valor resultante não deve ser superior a: (i) 4,25 (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos) vezes no 1º (primeiro) ano; (ii) 4,00 (quatro) vezes no 2º (segundo) ano; (iii) 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos) vezes no 3º (terceiro) ano, e; (iv) 3,50 (três inteiros e cinquenta centésimos) vezes no 4º (quarto) ano. Esse índice não pode ser descumprido por 2 períodos consecutivos ou por 3 períodos alternados durante a vigência da Emissão. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o índice financeiro relativo ao cálculo do quociente da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado atingiu o resultado de 4,47, sendo o primeiro ano a ter superado o indicador, mas ainda em cumprimento das cláusulas contratuais financeiras acima mencionadas. **(d) Cronograma de amortização**

31/12/2021	Vencimento	Controladora Total	Controladora %	Consolidado Total	Consolidado %
	Em até um ano	2.092.743	37,2	2.120.340	30,9
Passivo circulante		**2.092.743**	**37,2**	**2.120.340**	**30,9**
	Um a dois anos	2.328.287	41,4	2.380.688	34,7
	Dois a três anos	843.514	15,0	1.396.358	20,3
	Três a quatro anos	215.331	3,8	518.854	7,6
	Quatro a cinco anos	145.515	2,6	449.254	6,5

continua

continuação

cogna EDUCAÇÃO

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E SUAS CONTROLADAS
CNPJ/MF nº 02.800.026/0001-40

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		31/12/2021			
		Controladora		Consolidado	
	Vencimento	Total	%	Total	%
Passivo não circulante		3.532.647	62,8	4.745.154	69,1
		5.625.390	100,0	6.865.494	100,0

		31/12/2020			
		Controladora		Consolidado	
	Vencimento	Total	%	Total	%
	em até um ano	1.827.320	26,2	2.048.808	28,4
Passivo circulante		**1.827.320**	**26,2**	**2.048.808**	**28,4**
	um a dois anos	1.924.991	27,5	1.924.991	26,7
	dois a três anos	2.340.641	33,4	2.340.641	32,4
	três a quatro anos	834.740	11,9	834.740	11,6
	quatro a cinco anos	70.985	1,0	70.985	1,0
Passivo não circulante		5.171.357	73,8	5.171.357	71,6
		6.998.677	100,0	7.220.165	100,0

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

8.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social subscrito e integralizado da Companhia totalizava R$7.667.615, correspondente a 1.876.606.210 ações ordinárias nominativas. ***Follow on:*** Em 31 de janeiro de 2020, conforme Fato Relevante comunicado ao Mercado, a Companhia realizou oferta pública de distribuição de ações primárias, inicialmente no montante de 172.117.040 novas ações ordinárias de emissão, visando: (i) aquisições de sociedades que atuam no ensino superior, e (ii) otimização da estrutura de capital da Companhia. Em 11 de fevereiro de 2020, na data da realização da operação, a Companhia emitiu novo Fato Relevante informando ao Mercado e acionistas que, conforme reunião do Conselho de Administração, ficou aprovado o preço por ação de R$ 11,00, sendo realizado o efetivo aumento de capital, dentro do limite autorizado, no montante total de R$ 2.555.938, equivalentes à emissão de 232.358.004 novas ações da Companhia, bem como sua homologação, no âmbito da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. **Custos de distribuição:** Conforme apresentado no Fato Relevante em 11 de fevereiro de 2020, os custos de distribuição das ações primárias, tais como comissões, além das despesas com auditores independentes, advogados, consultores, taxas, traduções e publicidade relacionadas à Oferta, serão pagas pela Companhia. A soma de todos esses custos totalizou R$ 74.618, sendo alocados na rubrica de reservas de capital, conforme disposto no CPC 08(R1). **Posição de ações e valor do capital social:** Assim sendo, o capital social da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 fica disposto conforme segue:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade
Total de ações ex-tesouraria	7.609.803	1.873.745.608	7.568.520	1.868.967.805
Total de ações em tesouraria	57.812	2.860.602	99.095	7.638.405
Total de ações	**7.667.615**	**1.876.606.210**	**7.667.615**	**1.876.606.210**

Adicionalmente a seguir apresentamos as movimentações ocorridas nas ações em tesouraria:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade
Saldo inicial	99.095	7.638.405	121.427	9.113.832
Alienação de ações	(41.283)	(4.777.803)	(22.332)	(1.475.427)
Saldo final	**57.812**	**2.860.602**	**99.095**	**7.638.405**

8.2. Reserva de capital e opções outorgadas: A Companhia concede planos de remuneração baseado em ações aos executivos e empregados do Grupo e considerou a apropriação dos valores calculados a partir da data que eles passaram a dedicar-se as operações do Grupo de acordo com o CPC 10/IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações. Maiores detalhes estão apresentados na nota explicativa 29. Instrumentos patrimoniais decorrentes da combinação de negócios: Em 3 de julho de 2014, por decorrência da incorporação de ações na aquisição da controlada Anhanguera, houve a emissão de 135.362.103 ações ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia. Na mesma da data, a Companhia realizou aumento de capital com base no valor contábil de R$ 2.327.299, referente ao patrimônio líquido da Anhanguera em 31 de dezembro de 2013. A diferença entre o valor total da aquisição e o valor atribuído ao capital social de R$ 5.981.227 foi contabilizado como reserva de capital (instrumentos patrimoniais decorrentes da combinação de negócios). Ganho patrimonial em emissão de ações de controlada: Em 30 de julho de 2020, a Controlada Vasta Platform Ltda. ("Vasta") nos termos do US Securities Act de 1933 ("Oferta"), realizou a oferta pública inicial do negócio fixado no preço de US$ 19,00 por ação de classe A de emissão, perfazendo o montante total de US$ 352.934.438,00, mediante a emissão de 18.275.492 novas ações classe "A". Adicionalmente, foi outorgada aos coordenadores da Oferta uma opção de compra por 30 dias de até 2.786.323 ações classe A ao preço da Oferta, descontados o desconto de subscrição. Considerando o exercício integral pelos coordenadores da Oferta da opção para adquirir a totalidade das ações classe A adicionais, os recursos brutos da Oferta seriam de US$ 405.874.485,00. As ações classe A da Vasta começaram a ser negociadas na NASDAQ em 31 de julho de 2020 e foram liquidadas em 04 de agosto de 2020, sendo que o montante total recebido em caixa pela Vasta nessa operação foi de R$1.681,342, já líquido dos custos de emissão. Como resultado da subscrição e integralização das novas ações no momento da oferta, a Companhia registrou ajuste patrimonial de R$ 740.317 refletindo a valorização patrimonial ocorrida na Vasta, reduzindo a participação da Cogna na Vasta de 100% para 77,62%. Considerando os prejuízos ocorridos em 2021 e 2020 , a Companhia consumiu parcialmente os saldos dessa rubrica, no montante total de R$ 489.125 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 1.363.845 em 31 de dezembro de 2020). Dadas essas movimentações, o saldo de todas as contas de reserva de capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é R$ 5.116.787 (R$ 5.640.562 em 31 de dezembro de 2020). **8.3. Participação de acionistas não controladores:** Conforme mencionado na nota explicativa 28.2, em virtude da abertura de capital (IPO) da controlada direta Vasta Platform Ltda. ("Vasta"), ocorrido em julho de 2020, a Companhia procedeu com redução de sua participação acionária no patrimônio líquido, anteriormente de 100% para 77,62%, sendo o restante da participação pertencente a acionistas minoritários. Em 31 de dezembro de 2021 o montante pertencente ao controle de acionistas minoritários totalizava R$ 1.044.074.

9. PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADOS EM AÇÕES

9.1. Plano de outorga de ações restritas - RSU: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 3 de setembro de 2018 foi aprovado pelos acionistas da Companhia, a criação de um Plano de Outorga de Ações Restritas como forma de incentivo ao incremento do desempenho e permanência na Companhia dos administradores e/ou empregados da Companhia ou de outras empresas sob o seu controle direto ou indireto. Podem ser outorgados direitos ao recebimento de um número máximo de ações restritas que não exceda 19.416.233 (dezenove milhões, quatrocentas e dezesseis, duzentas e trinta e três) ações, quantidade correspondente a 1,18% do capital social total da Companhia na data de aprovação do Plano, excluídas as ações que se encontravam em tesouraria também nesta data. A liquidação dos contratos está condicionada à continuidade do vínculo empregatício e/ou de administrador por um período de carência pré-determinado nos contratos de outorga. O valor justo das ações restritas outorgadas é mensurado pelo preço de mercado das ações da Companhia na data da outorga e a concessão das ações restritas será realizada a título não oneroso aos participantes, por meio da transferência de ações mantidas em tesouraria. Ainda em 2018, a Companhia decidiu instituir um Plano de Outorga de Ações Restritas, onde poderiam ser outorgadas Ações Restritas aos executivos com o objetivo de promover a migração de opções de compras de ações outorgadas do Plano 2015, mediante aceitação expressa dos respectivos beneficiários e sua renúncia às opções de compra de ações ainda não exercidas. Foram fixados os termos e condições que seguem: a) seriam elegíveis à migração os beneficiários cujo contrato tivesse período de carência do último lote encerrando-se em 2020, 2021 ou 2022; b) seriam mantidos os períodos de carência dos contratos originais e preservados no cálculo da relação de troca os ganhos originais esperados pelos beneficiários. Houve o recalculo do valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da modificação separadamente para cada um dos lotes de cada outorga. Segue abaixo quadro representativo da movimentação realizada no exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

	Quantidade de ações restritas				
PLANOS	31/12/2020	Ações Restritas Liquidadas	Ações Restritas Canceladas	Ações restritas migradas (i)	31/12/2021
KROT_Plano 2015 - Migrados	279.798	(163.169)	(95.861)	(1.894)	18.874
KROT_Plano 2018 - Novos	9.840.926	(6.190.318)	(583.223)	(1.619.273)	1.448.112
TOTAL	**10.120.724**	**(6.353.487)**	**(679.084)**	**(1.621.167)**	**1.466.986**

(i) Os contratos vigentes em 30/04/2021 do Plano de Ações Restritas Cogna 2018 (RSU) de beneficiários alocados nas áreas de negócio denominadas Cogna, Platos ou Kroton serão parcialmente migrados para o novo Plano de Performance Shares (PSU). A quantidade de ações canceladas em RSU e outorgadas em PSU foi calculada com base no período remanescente de carência de cada contrato na data da migração 01/05/2021. As ações não canceladas e, portanto, não migradas para PSU serão liquidadas na data de vencimento de sua carência original no âmbito do Plano RSU. A Companhia reconheceu as despesas relativas às outorgas do Plano de Ações Restritas no montante de R$8.909 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R$ 26.031 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021) em contrapartida a reservas de capital no patrimônio líquido. Adicionalmente, foram reconhecidas como despesas de pessoal com encargos e atualização do saldo acumulados de encargos pelo preço de fechamento da ação Cogna o montante de (R$ 898) no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R$ (4.251) em 31 de dezembro de 2020), em contrapartida a provisão de encargos no Passivo. **9.2. Plano de Performance Shares - PSU:** Em 28 de abril de 2021 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a criação do Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano de Performance Shares"), e a consequente concessão de autorização ao Conselho de Administração e ao Comitê de Pessoas e Governança da Companhia para que adotem todas as medidas necessárias à implementação e efetivação do mesmo. Poderão ser outorgadas Opções, inclusive as decorrentes da migração, até o limite máximo de 2% (dois por cento) do capital social total da Companhia na data de aprovação deste Plano. Se qualquer Opção for extinta ou cancelada sem ter sido integralmente exercida, as Ações vinculadas a tais Opções tornar-se-ão novamente disponíveis para futuras outorgas de Opções. O Plano tem por objetivo permitir que os Outorgados recebam Opções que lhes darão o direito de, sujeito a determinadas condições de performance, adquirir e subscrever Ações com vista a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais e dos resultados da Companhia alinhando o benefício financeiro a ser obtido pelo Outorgado às Metas Anuais, conforme aplicáveis; (b) alinhar os interesses dos Outorgados aos acionistas da Companhia; (c) possibilitar à Companhia manter, no longo prazo, a ela vinculada ou às Subsidiárias, os Outorgados; e (d) incentivar a criação de valor de longo prazo à Companhia. Poderão ser eleitos como outorgados os administradores e empregados da Companhia ou de suas Subsidiárias que sejam considerados executivos-chave, ficando todos eles sujeitos à aprovação do Comitê. O valor justo das ações restritas outorgadas é mensurado pelo preço de mercado das ações da Companhia na data da outorga e o Preço de Exercício das Opções outorgadas será de R$ 0,01 (um centavo de real) por Ação. A totalidade das Opções Outorgadas em cada contrato está segregada em um período de 4 (quatro) anos, sendo outorgados 25% (vinte e cinco por cento) ao ano do total de Opções, com cumprimento de carência de 12 (doze) meses relativamente a cada outorga. A Companhia poderá emitir novas Ações dentro do limite do capital autorizado ou alienar ações em tesouraria para satisfazer o exercício das opções outorgadas. Segue abaixo quadro representativo da movimentação realizada no exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

	Quantidade de opções				
Outorgas	31/12/2020	Opções outorgadas	Opções Liquidadas	Opções Canceladas	31/12/2021
Contratos Migrados de RSU para PSU (i)	–	1.621.167	–	(67.148)	**1.554.019**
Novas Outorgas PSU	–	23.072.846	–	(1.372.310)	**21.700.536**
TOTAL	–	**24.694.013**	–	**(1.439.458)**	**23.254.555**

(i) Os contratos vigentes em 30/04/2021 do Plano de Ações Restritas Cogna 2018 (RSU) de beneficiários alocados nas áreas de negócio denominadas Cogna, Platos ou Kroton serão parcialmente migrados para o novo Plano de Performance Shares (PSU). A quantidade de ações canceladas em RSU e outorgadas em PSU foi calculada com base no período remanescente de carência de cada contrato na data da migração 01/05/2021. A Companhia reconheceu as despesas relativas às outorgas do Plano de Performance Share no montante de R$ 21.986 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 em contrapartida a reservas de capital no patrimônio líquido. Adicionalmente, foram reconhecidas como despesas de pessoal com encargos o montante de R$ 150 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **9.3. Planos de opção de compra de ações - SOP:** Os planos de opção para compra de ações emitidas pela Companhia foram encerrados para novas outorgas. Os períodos de carência referentes aos planos que possuem outorgas ainda não exercidas já foram todos cumpridos e possuem as seguintes características:

Programa	Data da Outorga	Preço de exercício	Prazo de carência	Opções outorgadas ativas
Plano2013	18/06/2013 a 03/07/2014	R$9,94 a R$11,20	3 lotes com prazo de 36 meses, 48 meses e 60 meses	31.967
Plano2013	26/11/2013 a 02/06/2015	R$5,67 a R$13,01	4 lotes com prazo de 6 meses, 18 meses, 30 meses e 42 meses	4.050.000
Plano2015	05/10/2015 a 01/02/2016	R$8,42 a R$9,65	4 lotes com prazo de 6 meses, 18 meses, 30 meses e 42 meses	8.095.000
				12.176.967

O preço de exercício será pago pelos beneficiários à Companhia à vista, no ato da aquisição ou da subscrição, ou na forma determinada pelo Conselho de Administração para cada contrato.

As variações na quantidade de opções de compra de ações em aberto e seus correspondentes preços médios ponderados, considerando o desdobramento de forma retrospectiva, estão apresentados a seguir:

	Quantidade de opções de compra de ações					
PLANOS	31/12/2020	Opções outorgadas	Opções Exercidas	Opções Canceladas / Abandonadas	31/12/2021	Preço médio do exercício
Plano 2010	85.655	–	–	(85.655)	–	R$6,20
Plano 2013	233.891	–	–	(201.924)	31.967	R$9,65
Plano 2009	586.667	–	–	(586.667)	–	R$2,93
Plano 2013	6.890.000	–	–	(2.840.000)	4.050.000	R$7,20
Plano 2015	18.416.500	–	–	(10.321.500)	8.095.000	R$8,85
TOTAL	**26.212.713**	–	–	**(14.035.746)**	**12.176.967**	

9.4. Cálculo do valor justo e despesa no resultado

O valor justo das opções de ações concedidas é reconhecido como despesa. A contrapartida é registrada a crédito na rubrica reservas de capital, no patrimônio líquido.

A partir de 2015, a Companhia passou a utilizar para cálculo do valor justo das opções de cada outorga o modelo Binominal. A Companhia não modificou as outorgas anteriores a 2015, de acordo com as normas estabelecidas no pronunciamento CPC 10, que foram calculadas pelo modelo *Black & Scholes*.

As premissas utilizadas para o cálculo do valor justo das outorgas de cada um dos Planos de opção de compras de ações vigentes são apresentadas abaixo:

	Planos		
	Kroton		AEDU
	Plano 2013	Plano 2015	Plano 2013
Preço das Ações	R$9,48 a R$15,84	R$8,81 a R$10,55	R$ 3,73
Taxa livre de risco	7,0% a 12,6%	15,3% a 16,5%	12,60%
Expectativa de Volatilidade anual	24,7% a 37,3%	38,4% a 40,4%	31,10%
Modelo de Cálculo de Volatilidade	Desvio Padrão ou EWMA	EWMA ou Garch	Desvio Padrão
Dividendos esperados	2,1% a 3,5%	3,50%	2,60%
Duração do programa em anos	5 a 8	5 a 8	5
Valor justo da opção na data de outorga (R$/ação)	R$2,44 a R$5,64	R$3,27 a R$5,38	R$ 5,55

Em 31 de dezembro de 2021 a totalidade dos planos de opção de compra de ações já haviam sido reconhecidos. (Em 31 de dezembro de 2020 foram reconhecidos R$ 4.035 referentes a despesas de valor justo de opções). **9.5. Plano de outorga de ações restritas VASTA:** Em 31 de julho de 2020 a Cogna Educação S.A., então única acionista da Vasta Platform Limited, aprovou a criação do Plano de Ações Restritas de sua subsidiária Vasta com o objetivo de aumentar o envolvimento dos beneficiários elegíveis na criação de valor e lucratividade da controlada, bem como incentivar que façam contribuições significativas para o desempenho e crescimento da Vasta Platform Limited a longo prazo. Foram outorgados direitos à funcionários e executivos do recebimento de ações Classe A da Vasta Platform limitado a 3% do total de ações da Vasta, o qual correspondem a 2.490.348 ações. A Vasta concedeu contratos de outorga de ações restritas ao beneficiário alocadas em até cinco tranches anuais diferentes, cuja aquisição estará sujeita à continuidade do emprego do beneficiário a serviço da Empresa ou a um membro aplicável do Grupo da Empresa. Cada tranche será liquidada de acordo com o cronograma de aquisição de direitos definido pelo Conselho de Administração nos contratos outorgados. O valor justo das ações restritas outorgadas é mensurado pelo preço de mercado das ações da subsidiária Vasta na data da outorga e a concessão das ações restritas será realizada a título não oneroso aos participantes, por meio da transferência de ações mantidas em tesouraria ou por meio de emissão de novas ações. Segue abaixo quadro representativo da movimentação realizada no exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

	Quantidade de ações restritas				
PLANOS	31/12/2020	Ações restritas outorgadas	Ações Restritas Liquidadas	Ações Restritas Canceladas	31/12/2021
Plano Vasta	932.604	450.123	(99.625)	(202.430)	1.080.672
TOTAL	**932.604**	**450.123**	**(99.625)**	**(202.430)**	**1.080.672**

A Companhia reconheceu o montante de R$23.971 relativo as despesas de outorgas do Plano de Ações Restritas da Vasta. Ainda, foram reconhecidas como despesas de pessoal com encargos e atualização do saldo acumulados de encargos pelo preço de fechamento da ação Vasta o montante de R$810, em contrapartida a provisão de encargos no Passivo.

Conselho de Administração

Nicolau Ferreira Chacur – Presidente
Rodrigo Calvo Galindo – Vice-Presidente
Juliana Rozenbaum Munemori – Conselheira Independente
Luiz Antonio de Moraes Carvalho – Conselheiro Independente
Thiago dos Santos Piau – Conselheiro Independente
Walfrido Silvino dos Mares Guia Neto – Conselheiro
Ângela Regina Rodrigues de Paula Freitas – Conselheira

Diretoria

Rodrigo Calvo Galindo – Diretor Presidente da Cogna
Frederico da Cunha Villa – Vice-Presidente Financeiro (CFO) e Diretor de Relações com Investidores
Leonardo Augusto Leão Lara – Diretor Jurídico
Roberto Valério Neto – Diretor Presidente da Kroton

Contador

Cesar Augusto Silva - CRC 1SP 312.377/O-7 - CPF 164.676.368-80

"As demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no endereço ri.cogna.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 24 de março de 2022, sem modificações".

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CORONEL MACEDO

Aviso de Licitação.

Edital Nº 018/2022.Tomada De Preço Nº 004/2022. Proc. Licitatório Nº 077/2022. Objeto: "Contratação de empresa especializada para a substituição de 187 conjuntos de iluminação pública vapor de sódio para 187 conjuntos de iluminação pública tipo led 150 w", **Cadastramento (CRC):** Até o Dia 14/04/2022 as 17h00min Horas. **Data de Credenciamento e Entrega De Envelopes:** 19 de abril de 2022 até as 09h00min horas, abertura dos envelopes: 19/04/2022 – Após Credenciamento. **LOCAL:** Prefeitura Municipal de Coronel Macedo / Av. Presidente Castelo Branco, 180, Conj. Habitacional Ico Tonon. Informações, no setor de licitações, pelo fone (14) 3767.8200, ou no e-mail: licitação@coronelmacedo.sp.gov.br. Coronel Macedo-SP, 29 de março de 2022. José Roberto Santinoni Veiga. Prefeito Municipal.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CORONEL MACEDO

Aviso de Licitação.

Edital Nº 022/2022.Tomada De Preço Nº 006/2022. Proc. Licitatório Nº 083/2022. Objeto: "Contratação de empresa especializada para a substituição de 241 conjuntos de iluminação pública vapor de sódio para 241 conjuntos de iluminação pública tipo led 150 w", **Cadastramento (CRC):** Até o Dia 25/04/2022 as 17h00min Horas. **Data de Credenciamento e Entrega De Envelopes:** 28 de abril de 2022 até as 09h00min horas, **abertura dos envelopes:** 28/04/2022 – Após Credenciamento. LOCAL: Prefeitura Municipal de Coronel Macedo / Av. Presidente Castelo Branco, 180, Conj. Habitacional Ico Tonon. Informações, no setor de licitações, pelo fone (14) 3767.8200, ou no e-mail: licitação@coronelmacedo.sp.gov.br. Coronel Macedo-SP, 29 de março de 2022. José Roberto Santinoni Veiga. Prefeito Municipal.

MUNICÍPIO DE NHANDEARA

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2022 - PROCESSO Nº 741/2022

O Município de Nhandeara comunica a todos os interessados que se encontra aberta a licitação na modalidade Tomada de Preços nº 004/2022, Processo nº 741/2022. Resumo do objeto: Contratação de empresa, por empreitada global, para execução de obras de reforma da iluminação da Praça Antônio Tognolli e Praça Urias Carlos Damasceno, no Município de Nhandeara, nos termos do Convênio nº 100312/2022, firmado entre o Município e o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Regional. Encerramento: 19/04/2022, às 14h00m. Valor estimado: R$ 217.220,71. Fonte do Recurso: Estadual e Municipal. Visita técnica facultativa. Os interessados poderão obter o Edital completo no endereço eletrônico www.nhandeara.sp.gov.br e no Setor de Licitações do Município de Nhandeara – Fone (17) 3467-4990. Nhandeara-SP, 29 de março de 2022. José Adalto Borini - Prefeito Municipal.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALESÓPOLIS - ESTADO DE SÃO PAULO

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

Prefeitura da Estância Turística de Salesópolis informa a abertura do PREGÃO ELETRÔNICO nº 29/2022 cujo objeto é REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PEDRA BRITADA Nº 3, PARA EXECUÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS, DO MUNICÍPIO DE SALESÓPOLIS-SP, RECEBIMENTO DE PROPOSTAS ATÉ as 09h:00min. do dia 19/04/2022, ABERTURA E ANÁLISE DAS PROPOSTAS:19/04/2022 – Horas 09h:01min. REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL www.bbmnetlicitacoes.com.br ou www.salesopolis.sp.gov.br. Maiores informações (11) 4696-1221.Estância Turística de Salesópolis, 29 de março de 2022.

Vanderlon Oliveira Gomes - Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura da Estância Turística de Salesópolis informa a abertura da TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2022, TIPO MENOR PREÇO, cujo O OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA EMEI VEREADOR RODRIGUES FERNANDES, agendada para o dia 25/04/2022, às 09h00min.A sessão pública realizar-se-á no Departamento de Licitações, sito à Praça Padre João Menendes, nº 64 - Centro - Salesópolis - SP. Maiores informações (11) 4696-1221. O Edital está disponível no endereço: www.salesopolis.sp.gov.br Estância Turística de Salesópolis, 29 de março de 2022.

Vanderlon Oliveira Gomes - Prefeito

QULTURE INFORMÁTICA S.A. - CNPJ/ME nº 20.893.135/0001-30 - Aviso aos Acionistas - Informamos que se encontram à disposição dos acionistas na sede da Qulture Informática S.A. ("Companhia"), localizada na Alameda Vicente Pinzon, nº 54, 11º andar, Vila Olímpia, CEP 04547-130, São Paulo/SP, os documentos relativos ao exercício findo em 31.12.2021 da Companhia, nos termos do artigo 133 da Lei nº 6.404/76. São Paulo/SP, 30 de março de 2022. Sergio Ricardo Mendes (Diretor).

UOL DIVEO TECNOLOGIA S.A. - CNPJ/ME nº 01.588.770/0001-60 - Aviso aos Acionistas - Informamos que se encontram à disposição dos acionistas na sede da UOL Diveo Tecnologia S.A. ("Companhia"), na Alameda Barão de Limeira, nº 425, 7º andar, Campos Elíseos, CEP 01202-900, São Paulo/SP, os documentos relativos ao exercício findo em 31.12.2021 da Companhia, nos termos do artigo 133 da Lei nº 6.404/76. São Paulo/SP, 30 de março de 2022. Marcelo Moojen Epperlein (Diretor).

UOL Edtech Tecnologia Educacional S.A. - CNPJ/ME nº 18.777.517/0001-57 - Aviso aos Acionistas - Informamos que se encontram à disposição dos acionistas na sede da UOL Edtech Tecnologia Educacional S.A. ("Companhia"), na Alameda Barão de Limeira, nº 425, 7º andar, Parte A, Campos Elíseos, CEP 01.202-900, São Paulo/SP, os documentos relativos ao exercício findo em 31.12.2021 da Companhia, nos termos do artigo 133 da Lei nº 6.404/76. São Paulo/SP, 30 de março de 2022. Sergio Ricardo Mendes (Diretor).

NORDON INDÚSTRIAS METALÚRGICAS S.A.

CNPJ/MF nº 60.884.319/0001-59

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Prezados Acionistas, Em consonância com as exigências legais e estatutárias, cumpre-nos apresentar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. Cabe ressaltar, entretanto, que mesmo considerando que suas atividades operacionais estejam paralisadas desde o exercício de 2000, as atividades dos gestores buscam viabilizar negociações que restabeleçam a condição de normalidade à Companhia, mediante negociações para a liquidação de todos os seus passivos. Atendendo ao disposto ao que determina a Instrução CVM nº 381/03, a Companhia não obteve dos auditores independentes ou pessoas a eles ligadas, nenhum outro serviço que não os de auditoria externa em 2021, conforme contrato firmado entre as partes. A Diretoria agradece a todos os seus colaboradores e coloca-se a disposição dos Senhores Acionistas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que eventualmente considerem necessários. Santo André, março de 2.022. A Diretoria.

BALANÇO PATRIMONIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31.12.2021 E 31.12.2020 (em milhares de Reais)

ATIVO	2021	2020
CIRCULANTE	**1.466**	**1.154**
Disponibilidades	5	26
Valores a receber	344	381
Outras Contas a Receber	1.117	747
NÃO CIRCULANTE	**16.195**	**16.071**
Realizável a Longo Prazo	**8.898**	**8.774**
Depósitos Judiciais	1.406	1.381
Depósitos Judiciais - Processos	7.492	7.393
Investimentos	**52**	**52**
Imobilizado	**7.245**	**7.245**
Imobilizações Técnicas	18.028	18.028
(-) Depreciação Acumulada	(10.783)	(10.783)
TOTAL DO ATIVO	**17.661**	**17.225**
PASSIVO	**2021**	**2020**
CIRCULANTE	**47.634**	**47.874**
Fornecedores	448	190
Obrigações Tributárias a Recolher	1.356	1.356
Obrigações Sociais e Trabalhistas	16	14
Provisões de Natureza Civil e Trabalhistas	15.928	16.428
Outras Contas a Pagar	739	739
Debentures	29.147	29.147
NÃO CIRCULANTE	**117.679**	**109.324**
Tributos a Recolher	103.825	96.038
Contas a Pagar	8.701	8.133
Provisões para Contigências com Depósito Judicial	5.153	5.153
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**(147.652)**	**(139.973)**
Capital Social	107.838	107.838
Reserva de Capital	79	79
Prejuízos Acumulados	(255.569)	(247.890)
TOTAL DO PASSIVO+PL	**17.661**	**17.225**

As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31.12.2021 E 31.12.2020 (em milhares de Reais)

	2021	2020
RECEITA BRUTA COM ALUGUÉIS	**1.985**	**1.626**
Receita com Aluguéis	1.985	1.626
DEDUÇÕES DA RECEITA	**(184)**	**(150)**
Impostos sobre a Receita	(184)	(150)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	**1.801**	**1.476**
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS	**(9.480)**	**(2.153)**
Despesas Administrativas	(2.862)	(2.166)
Depreciações	0	0
Financeiras Liquidas	(6.908)	(2.648)
Outras Receitas Operacionais	290	2.661
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	**(7.679)**	**(677)**
Quantidade de ações	6.621.487	6.621.487
Prejuizo por lote de mil ações	(1,1597)	(0,1022)

As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31.12.2021 E 31.12.2020 (em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldo em 31.12.2019	107.838	79	(247.213)	(139.296)
Resultado do Período	0	0	(677)	(677)
Saldo em 31.12.2020	107.838	79	(247.890)	(139.973)
Resultado do Período	0	0	(7.679)	(7.679)
Saldo em 31.12.2021	107.838	79	(255.569)	(147.652)

As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31.12.2021 E 31.12.2020 (em milhares de Reais)

	2021	2020
Resultado do Período	**(7.679)**	**(677)**
(+) Depreciações	0	0
Resultado do Período Ajustado	**(7.679)**	**(677)**
Atividades Operacionais		
(Aumento) Redução de Contas a Receber	37	(82)
(Aumento) Redução de Outras Contas a Receber	(370)	(294)
(Aumento) Redução de Depósitos Judiciais	(124)	(100)
(Aumento) Redução de Créditos Fiscais	0	0
Aumento (Redução) de Fornecedores	258	(85)
Aumento (Redução) de Obrigações Fiscais e Sociais	2	1
Aumento (Redução) de Provisões de Contingências	(500)	(1.414)
Aumento (Redução) de Outras Contas a Pagar	568	0
Aumento (Redução) de Tributos a Recolher	7.787	2.631
Caixa Liquido das Atividades Operacionais	**(21)**	**(20)**
Atividades de Investimentos	**0**	**0**
Aquisição de Imobilizados	0	0
Atividades de Financiamentos	**0**	**0**
Contratação de Empréstimos e Financiamentos	0	0
Variação Liquida das Disponibilidades	**(21)**	**(20)**
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	26	46
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Período	5	26
Aumento (Redução) do Caixa e Equivalente	**(21)**	**(20)**

As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31.12.2021 E 31.12.2020 (em milhares de Reais)

	2021	2020
1 - Receitas	**2.275**	**4.287**
Receitas Operacionais	1.985	1.626
Outras Receitas	290	2.661
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros	**(1.129)**	**(1.053)**
Outros	(1.129)	(1.053)
3 - Valor Adicionado Bruto	**1.146**	**3.234**
4- Retenções	**0**	**0**
Depreciações	0	0
5- Valor Adicionado recebido em Transferência	**121**	**101**
Juros Recebidos	121	101
6 - Valor Adicionado Liquido a Distribuir	**1.267**	**3.335**
7 - Distribuição do Valor Adicionado	**1.267**	**3.335**
Pessoal e Encargos	328	287
Impostos	1.589	976
Despesas Financeiras	7.029	2.749
Prejuízo do Exercício	(7.679)	(677)

As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (em milhares de Reais)

01 Contexto operacional: A Sociedade tem como atividade operacional preponderante a produção de bens de capital destinados ao mercado interno e externo para os setores químico, petrolífero, petroquímico, criogenia, alimentício e de bebidas. Suas atividades estão paralisadas desde o exercício de 2000 em função da inexistência de novos contratos. **02 Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas adotadas:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral das Leis nº 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade além de normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade, e foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC requer que a Administração da Sociedade faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, os resultados reais podem divergir das respectivas estimativas. Estimativas e premissas com relação ao futuro são revistas de maneira sistemática pela Sociedade e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja autorização para sua conclusão ocorreu em 10 de março de 2022. Conforme informado na Nota 01 as atividades da Companhia estão paralisadas desde o exercício de 2000 em razão da inexistência de novos contratos. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas considerando a normalidade de sua continuidade operacional. Entretanto, conforme estabelece o item 4.1 do CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, a Administração reconhece que estas demonstrações contábeis, ora apresentadas, não serão modificadas em sua forma de elaboração e apresentação, em caso de eventual impossibilidade de êxito quanto à sua continuidade. **a) apuração do resultado:** O resultado foi apurado pelo regime de competência de exercícios. **b) imobilizado:** Os bens do ativo imobilizado são registrados pelo custo de aquisição ou de construção corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas que levam em conta o tempo de vida útil dos bens e foi levada ao resultado do exercício em conta de despesas operacionais. Não foi identificada evidência de perdas não recuperáveis para as contas de terrenos e edificações em relação ao valor contábil. A Companhia, após julgamento da Administração em relação ao valor residual do ativo imobilizado, optou por manter os mesmos critérios de avaliação adotados em exercícios anteriores por considerá-lo mais justo, em face da situação econômica e financeira que vem atravessando desde a descontinuidade de suas atividades operacionais e que, qualquer acréscimo no imobilizado além de representar aumento nos custos operacionais em decorrência dos efeitos das depreciações, não representa benefício aos acionistas minoritários ou majoritários. **c) outros ativos e passivos circulantes não circulantes:** Os demais ativos circulantes e os não circulantes, quando aplicáveis, são reduzidos a seus valores prováveis de realização mediante provisão. Os passivos circulantes e os não circulantes são atualizados monetariamente e incluem os encargos incorridos. **d) clientes diversos:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e correspondem à aluguéis de imóveis próprios. **e) outros valores a receber:** Os valores registrados de adiantamentos a terceiros, impostos a recuperar e outros a serem compensados nas operações seguintes. **03 Depósitos judiciais**

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Impostos e contribuições		
Contribuição social sobre o lucro líquido	642	633
INSS	667	654
PIS	7	7
Sub Total	**1.316**	**1.294**
Ações Trabalhistas	90	87
Total	**1.406**	**1.381**

Impostos e contribuições: São valores de impostos e contribuições que estão em processo de contestação pela Companhia. **Ações trabalhistas**: Correspondem a depósitos para garantia de processos trabalhistas com recursos judiciais de embargos à execução e agravos de petições. Os saldos dos depósitos judiciais estão demonstrados pelos valores históricos e eventuais variações serão reconhecidas no resultado do exercício em que a Companhia tiver seus pleitos deferidos. **04 Depósitos judiciais tributários**

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
FINSOCIAL	445	439
INCRA	878	866
FUNRURAL	6.155	6.075
Imposto de renda sobre lucro líquido	14	13
Total	**7.492**	**7.393**

Com o amparo de ações judiciais, foram registrados créditos fiscais resultantes dos pagamentos indevidos de impostos e contribuições. Esses créditos quando e se julgados favoráveis para a Companhia serão utilizados na compensação de valores a pagar de impostos e contribuições de mesma natureza. A classificação no longo prazo levou em consideração a expectativa de compensação dos créditos ao longo do tempo. **05 Imobilizado**

Descrição	Custo Corrigido	Depreciações Acumuladas	Valor líquido 31.12.2021	Valor líquido 31.12.2020
Terrenos	7.245	-	7.245	7.245
Edificações	10.778	10.778	-	-
Equipamentos de informática	5	5	-	-
Total	**18.028**	**10.783**	**7.245**	**7.245**

Bens do ativo imobilizado foram oferecidos como garantia de ações judiciais em curso. **06 Obrigações fiscais e sociais**

Descrição7	31.12.2021	31.12.2020
IPTU – Santo André	45.818	38.149
Divida ativa - débitos previdenciários	28.011	27.833
Divida ativa - demais débitos federais	19.195	19.318
ICMS	10.741	10.672
Refis previdenciários	60	66
Total	**103.825**	**96.038**

No final do exercício de 2009 a Companhia optou pelo parcelamento com base na Lei 11.941/2009, Novo REFIS, de impostos e contribuições em atraso junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e aguardava o termo de consolidação dos débitos e a homologação do pedido para realizar a conciliação do saldo devedor e reconhecer possíveis ajustes decorrentes de redução de juros e multas moratórias e de ofício, no que couber, inclusive pelo aproveitamento de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social; bem como a utilização dos depósitos judiciais relacionados a algumas CDA's incluídas, indevidamente, no antigo REFIS. Como parte do processo de parcelamento do Novo Refis a Administração da Companhia havia autorizado seus consultores jurídicos a promover a desistência de todas as ações judiciais em curso. Em dezembro de 2015 a Companhia foi notificada do cancelamento de sua opção pelo REFIS. De modo a refletir esse fato foram registradas nas demonstrações contábeis daquele exercício a atualização do valor integral dos débitos tributários, de acordo com informações da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Consequentemente, foi efetuada a reversão dos prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social que haviam sido utilizados na redução da dívida tributária original; bem como outros benefícios concedidos pela legislação. **07 Outras contas a pagar:** Estão registradas responsabilidades da Sociedade, com prazos de pagamentos enquadrados como circulantes e não circulantes.

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Inepar S.A. Adm. Bens e Participações	739	739
Inepar Fem	5.769	5.769
IESA Projetos e Montagens S/A	2.849	2.282
INEPAR S/A Indústria e Construção	83	82
	9.440	**8.872**
Circulante	739	739
Não circulante	8.701	8.133
	9.440	**8.872**

08 Debêntures: Saldo refere-se às 1.895 debêntures de 3ª emissão nominativas simples com garantia flutuante não conversível em ações, com remuneração baseada na variação da TJLP acrescida de juros anuais de 3% (três por cento), registrados até a data do vencimento final, que ocorreu em fevereiro de 2003. A Administração da Companhia vem ultimando negociações deste instrumento, estando sob responsabilidade dos credores a avaliação da proposta da Administração da Cia. para sua repactuação, consistindo de alongamento de prazos e redução de juros em condições favoráveis à Organização. **09 Provisão para contingências: a) Parcela do circulante:** Provisões constituídas para fazer frente às ações cíveis, trabalhistas e autos de infração não correspondidos por depósitos judiciais. **b) Parcela do não circulante:** Refere-se a valores provisionados e não recolhidos de impostos e contribuições que vêm sendo contestados judicialmente pela Companhia, correspondidos por depósitos judiciais de mesmo montante descrito na nota explicativa **03**.

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Contingências Trabalhistas	5.308	5.808
Contingências Civis	10.620	10.620
Provisão p/ contingências Dep. Judicial	5.153	5.153
Total	**21.081**	**21.581**
Circulante	15.928	16.428
Não circulante	5.153	5.153
	21.081	**21.581**

10 Capital social: O Capital Social é composto por 6.621.487 (em 31 de dezembro de 2020 eram 6.621.487) ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. **11 Prejuízos fiscais:** A Companhia possui prejuízos fiscais em montante aproximado de R$ 186.278 mil (R$ 178.599 mil em 2020) e base negativa de contribuição social de R$ 202.754 mil (R$ 195.075 mil em 2020), a serem compensados com lucros tributáveis futuros ou outras formas estabelecidas na legislação aplicável. Esses valores incluem, além do prejuízo fiscal do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a reversão dos prejuízos fiscais e da base de cálculo negativa da Contribuição Social conforme explicado na nota 06. Em função da impossibilidade de assegurar, neste momento, a geração de resultados futuros, os correspondentes créditos fiscais não foram reconhecidos nos balanços patrimoniais dos exercícios anteriores e atual. **12 Despesas gerais e administrativas**

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Despesas com Pessoal	328	287
Despesas operacionais	1.459	1.058
Despesas tributárias	1.075	821
	2.862	**2.166**

13 - Resultados financeiros líquidos

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Receitas financeiras	121	101
Atualização de tributos e outros juros	(7.029)	(2.749)
	(6.908)	**(2.648)**

Composição da conta de atualizações de tributos:

	31.12.2021	31.12.2020
Descontos Concedidos	8	-
Juros Pagos ou Incorridos	20	14
Tributos Estaduais	69	55
Tributos Municipais	6.585	2.578
Tributos Federais	347	102
	7.029	**2.749**

DIRETORIA

Elizabeth do Rocio De Freitas - Diretora Administrativa e Financeira / Diretora de Relações com Investidores

Jussara do Rocio Gomes Ferreira Lopes - Diretora Comercial

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Elizabeth do Rocio de Freitas - Presidente

Eduardo Vinicius Guimarães - Alessandro Gomes Ferreira Lopes

José Ednilson Kós - Contador - CRC/PR - 37.970/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da **Nordon Indústrias Metalúrgicas S/A. Opinião Com Ressalva:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais da **Nordon Indústrias Metalúrgicas S/A.** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos mencionados na seção intitulada "Base para Opinião com Ressalva", as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Nordon Indústrias Metalúrgicas S/A.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base Para Opinião Com Ressalva:** Conforme Nota Explicativa nº 01 as atividades operacionais estão paralisadas desde o exercício de 2000 em função de inexistência de novos contratos. A Companhia tem sofrido contínuos prejuízos operacionais e apresentado deficiência de capital de giro e patrimônio líquido a descoberto. Sua continuidade está vinculada a decisão de seus acionistas em efetuarem investimentos e aportes de capital para identificação e desenvolvimento de novas atividades operacionais, além do sucesso nas negociações para a solução de seus passivos, especialmente trabalhistas, com debenturistas e tributários. Conforme Nota Explicativa nº 06 a Companhia foi notificada, em dezembro de 2015, do cancelamento de sua opção de parcelamento dos débitos tributários pelo REFIS. Para garantir a liquidação de seus passivos junto aos credores, a Companhia depende do sucesso nas negociações em andamento, bem como do êxito na realização planejada de seus ativos. Para a realização desse objetivo é essencial que haja o reenquadramento ao REFIS, ainda não concretizado pelos seus assessores jurídicos. Essas situações indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto a capacidade de continuidade operacional da entidade. As demonstrações contábeis não divulgam adequadamente este assunto. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do Auditor Pela Auditoria das Demonstrações Contábeis" no nosso relatório. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Base Para Opinião Com Ressalva", determinamos que os assuntos descritos abaixo, são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. **Continuidade:** O principal risco envolvendo a Companhia é com relação a sua continuidade operacional e condição de saldar seus passivos. O Patrimônio Liquido encontra-se a descoberto há vários exercícios e as negociações estabelecidas de sua atividade operacional normal e recuperação de sua situação, saldando seus compromissos. O cancelamento do parcelamento de suas dívidas tributárias, pelo REFIS, aumenta significativamente o montante devido, além de impactar negativamente na concretização de planos e objetivos estabelecidos. **Como o Assunto foi Conduzido em Nossa Auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a revisão das projeções de obtenção de caixa e dos resultados esperados nas negociações em andamento, a serem concretizados em futuro próximo. Parte desses objetivos encontra-se relatado no Relatório da Administração. Buscamos, também, avaliar o possível sucesso na reintegração da Companhia em processo especial de parcelamento de suas dívidas tributárias, com significativa redução de seu montante. Essa questão é extremamente relevante para alcançar os objetivos estabelecidos. No decorrer do exercício, bem como depois de apresentadas as demonstrações contábeis para nossos exames mantivemos contato com os responsáveis da Administração. O resultado destes nossos procedimentos de auditoria sobre as projeções e concretização dos objetivos estabelecidos mostrou que os mesmos dependem de fatores que não são totalmente controlados pela Administração. Consequentemente, as dúvidas de êxito desses planos são relevantes e não nos permitem concluir favoravelmente sobre a continuidade e liquidação de seus passivos em um prazo razoável. **Outros Assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado:** As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação as demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Auditoria dos Valores Correspondentes ao Exercício Anterior:** As demonstrações contábeis da **Nordon Indústrias Metalúrgicas S/A.**, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 apresentadas comparativamente foram por nós examinadas, sendo emitido relatório datado de 25 de março de 2021 contendo modificação de opinião equivalente a apresentada no parágrafo "Base Para Opinião com Ressalva" anterior. **Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. No parágrafo "Principais Assuntos de Auditoria", relatamos a discordância em relação ao plano estabelecido pela Companhia para obter as condições a sua continuidade. **Responsabilidade da Administração e da Governança Pelas Demonstrações Contábeis:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do Auditor Pela Auditoria das Demonstrações Contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Curitiba (PR), 23 de março de 2022.

ALPHA AUDITORES INDEPENDENTES

CRC-2PR nº 004687/O-6 S/SP

Vera Lucia Machado - Contador CRC-1PR nº 025266/O-9 S/SP

MUNICIPIO DE BÁLSAMO

Aviso de Licitação

Órgão: Prefeitura Municipal de Bálsamo Objeto: Registro de Preços para a Aquisição de Emulsão Asfáltica. Modalidade: Pregão Presencial nº 04/2022 – Processo 21/2022 – Tipo: Menor Preço Por Item. Abertura: 12/04/2022, Horário 09H00 Edital completo e demais informações serão obtidas na Secretaria desta Prefeitura Municipal, de 2ª a 6ª feira, das 8:00 às 12:00 horas ou no site www.balsamo.sp.gov.br. Carlos Eduardo C. Lourenço - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

AVISO DE LICITAÇÃO – Tomada de Preços nº 013/2022 – Processo nº 078/2022

Objeto: Contratação de empresa para execução das obras de reforma do prédio do ESF Dr. João Paccola Primo. Tipo: menor preço – Encerramento: 18 de abril de 2022 às 13h30 – Cadastramento: Poderá ser feito até as 17h00 horas do dia 14 de abril de 2022 – O edital encontra-se disponível no site www.lencoispaulista.sp.gov.br – Informações: Praça das Palmeiras nº 55, Lençóis Paulista, Fone: 14-3269.7022/3269.7088, Fax 14-3263.0040. Lençóis Paulista, 29 de março de 2022. LUIZ FERNANDO DE CAMPOS – Secretário de Suprimentos e Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATÁ

AVISO DE LICITAÇÃO – Encontra-se aberto na Prefeitura Municipal de Quatá, a Tomada de Preços nº. 007/2022, do tipo menor preço, para contratação de empresa especializada em serviços de execução do projeto de implantação do sistema de energia solar fotovoltaica. A abertura dos envelopes será no dia 20/04/2022, às 09h30m. O Edital Completo estará à disposição dos interessados de segunda à sexta feira, das 09h00m às 11h00m e das 13h às 17h, na Rua General Marcondes Salgado nº332, centro, CEP 19780-000, Município de Quatá-SP, pelo site oficial do município www.quata.sp.gov.br ou pelo telefone (18) 3366-9500. Marcelo de Souza Pecchio - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE EMILIANÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO - A Prefeitura do Município de Emilianópolis , TORNA PÚBLICO que acha-se aberta no Setor de Licitação e contratos, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2022, do tipo MENOR PREÇO – Objetivando contratação de empresa para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COM ESPECIALIDADE EM PSIQUIATRIA PARA ATENDIMENTO NA U.B.S DE EMILIANÓPOLIS, que será regida pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais alterações. O Edital na íntegra poderá ser obtido no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal, Rua Pe. Cornélio Knubler, 255 – Centro – Emilianópolis – CEP 19350-000 , de 2ª a 6ª feira , no horário das 8:30 as 11:30 e das 13:30 as 16:00 horas, e-mail: juridico@emilianopolis.sp.gov.br ou site: www.emilianopolis.sp.gov.br. A sessão de abertura das propostas será realizada no Paço Municipal , no endereço acima, iniciando-se no dia 12 de abril de 2022, as 09:00 horas e será conduzida pela Pregoeira e Equipe de Apoio. Emilianópolis, em 29 de março de 2022. João Batista Amaral - Prefeito

MUNICÍPIO DE SANDOVALINA

EXTRATO DE AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SANDOVALINA, torna público, que se acha aberta a presente licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2022, do tipo MENOR PREÇO, objetivando o Registro de Preços para futura e provável Registro de Preços para eventual e futura Aquisição de Aparelhos de Ar Condicionado Completos (Condensador e Evaporadora) para as Diversas Secretarias e Setores do Município de Sandovalina - SP, conforme este edital e seus anexos, que será realizada no dia 13/04/2022 a partir das 9hs00. O Edital em seu inteiro teor poderá ser retirado no prédio do Paço Municipal na Av. João Borges Frias, 435 Centro de segunda a sexta-feira no horário das 8hs00 às 11hs0 e das 13hs00 às 17hs00, ou ainda site www.sandovalina.sp.gov.br e pelo e-mail: sandovalina.licitacao@gmail.com. Sandovalina – SP, 29 de março de 2022. **FRANCISCO MENDES DA SILVA - PREFEITO MUNICIPAL**

MUNICÍPIO DE SANDOVALINA

EXTRATO DE AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SANDOVALINA, torna público, que se acha aberta a presente licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2022, do tipo MENOR PREÇO, objetivando Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia de segurança do trabalho ou medicina do trabalho objetivando a elaboração de LTCAT (Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho), Laudo Técnico de Insalubridade/Periculosidade e PPRA (Programa De Prevenção a Riscos Ambientais) e PCMSO (Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional) para os setores e departamentos da Prefeitura do Município de Sandovalina/SP, que será realizada no dia 12/04/2022 a partir das 9hs00. O Edital em seu inteiro teor poderá ser retirado no prédio do Paço Municipal na Av. João Borges Frias, 435 Centro de segunda a sexta-feira no horário das 8hs00 às 11hs0 e das 13hs00 às 17hs00, ou ainda site www.sandovalina.sp.gov.br e pelo e-mail: sandovalina.licitacao@gmail.com. Sandovalina – SP, 29 de março de 2022. **FRANCISCO MENDES DA SILVA - PREFEITO MUNICIPAL**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Estado de São Paulo

Guilherme Antônio dos Santos, Secretário Municipal de Planejamento Obras e Serviços do Município de São José do Rio Pardo, torna público que acha - se aberta a **Tomada de Preços Nº 12/2022**, para Contratação de empresa especializada com fornecimento de mão de obra e material, para prestação de serviços para Obra de recapeamento da Avenida Euclides da Cunha e a Rua André Luiz, conforme Projeto, Planilha Orçamentária, Memorial Descritivo e Cronograma Físico Financeiro, com encerramento dia 18/04/2022 às 09:00 horas. Os Editais estarão disponíveis no endereço eletrônico: http://saojosedoriopardo.sp.gov.br/. E para mais informações através do telefone (19) 3682-7831, no setor de Licitações e Contratos – Praça dos Três Poderes nº 01 – Centro, São José do Rio Pardo – SP.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR III

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - REDESIGNAÇÃO DE PERÍCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR 007/2021 - NOTIFICANTE: Comissão Municipal Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar III. **NOTIFICADO:** Vagner Bordom Fernandes, RG 165581360 e CPF 098.931.008-60, endereço na Rua Francisco Ortim Ramos, 360, Conj. Hab. Emilio Mininel, Fernandópolis - SP. O presidente da Comissão Municipal Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar III, nos termos do processo em epígrafe, instaurado pela Portaria 19.577, de 19 de agosto de 2021, no uso de suas atribuições e nos termos do disposto no art. 195 da Lei Complementar Municipal 01/1992, **INTIMA**, pelo presente Edital, o servidor Vagner Bordom Fernandes, RG 165581360 e CPF 098.931.008-60, da **REDESIGNAÇÃO DA PERÍCIA**, que será realizada pelo médico Marcelo Florindo, Matrícula 513774-1, servidor da Prefeitura Municipal de Fernandópolis - SP, na Secretaria Municipal de Recursos Humanos, situada no Paço Municipal, Rua Porto Alegre, 350, Jardim Santa Rita, CEP 15610-024, Fernandópolis - SP, no período vespertino, às 13h30min., em 05/04/2022.

Fernandópolis, 29 de março de 2022.

Márcio Cardoso Gomes

Presidente

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

PREGÕES ELETRÔNICOS

PE.195/2022 – PEC.00414/2022 – REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE URNA MORTUÁRIA, VÉU E CAIXA DE OSSOS - Abertura do Pregão em 13/04/2022 às 09:00 horas.

PE.196/2022 – PEC.00520/2022 – REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS - Abertura do Pregão em 12/04/2022 às 09:00 horas.

PE.200/2022 – PEC.00474/2022 – REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CURATIVOS - Abertura do Pregão em 14/04/2022 às 09:00 horas.

PE.201/2022 – PEC.00521/2022 – REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS - Abertura do Pregão em 12/04/2022 às 09:00 horas.

O(s) edital(is) encontra(m)-se disponível(is) no quadro de editais na Av. Kennedy, nº 1100 – "Prédio Gilberto Pasin", Pq. Anchieta - SBC, das 8:30 às 17 horas e no site www.compras.saobernardo.sp.gov.br. Telefones (11) 2630-5499/5498/5500/5495

Prefeitura da Estância Turística de Salto

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11084/2021

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Na qualidade de SECRETÁRIO DE SAÚDE, devidamente autorizado, no uso das atribuições que me são conferidas, conforme disposto no art. 2º do Decreto Municipal nº 08/2001, Lei Federal nº 8666/93 e posteriores alterações e Lei 10.520/02, HOMOLOGO todos os atos praticados pela Pregoeira e Equipe de Apoio no processo acima citado, cujo objeto é a convocação de empresa, através de Sistema de Registro de Preços, visando fornecimento eventual e futuro de materiais, insumos e medicamentos para uso odontológico para as unidades básicas e especializadas da rede municipal de saúde, conforme especificações e quantidades constantes no Anexo I, a cargo da Secretaria de Saúde às empresas:

- **Dental Prime – Produtos Odontológicos Médicos Hospitalares – Ltda**, para os lotes 1, 4, 6, 8, 10, 28, 42 e 43, no valor global da contratação de R$ 159.604,40 (cento e cinquenta e nove mil, seiscentos e quatro reais e quarenta centavos);
- **Dental Conceito Comércio de Produtos Odontológicos Médicos e Hospitalares Eireli – EPP**, para os lotes 2, 5, 7, 9, 11, 15, 18, 21, 24 e 25, no valor global da contratação de R$ 65.253,22 (sessenta e cinco mil, duzentos e cinquenta e três reais e vinte e dois centavos);
- **Possatto & Possatto Ltda – EPP**, para os lotes 3, 30, 36 e 40, no valor global da contratação de R$ 69.796,78 (sessenta e nove mil, setecentos e noventa e seis reais e setenta e oito centavos);
- **Dental Premium Ltda – ME**, para os lotes 12, 13, 14, 20, 37, 38 e 39, no valor global da contratação de R$ 36.869,76 (trinta e seis mil, oitocentos e sessenta e nove reais e setenta e seis centavos);
- **E.C. dos Santos Comercial Eireli**, para os lotes 17, 22, 23, 26 e 44, no valor global da contratação de R$ 44.018,62 (quarenta e quatro mil e dezoito reais e sessenta e dois centavos);
- **Cirúrgica União Ltda**, para o lote 19, no valor global da contratação de R$ 4.298,64 (quatro mil, duzentos e noventa e oito reais e sessenta e quatro centavos);
- **Dental Oeste Eireli EPP**, para os lotes 27, 31 e 41, no valor global da contratação de R$ 19.209,60 (dezenove mil, duzentos e nove reais e sessenta centavos);
- **Material Med Produtos Médicos Hospitalares Ltda**, para os lotes 35 e 45, no valor global da contratação de R$ 2.548,44 (dois mil, quinhentos e quarenta e oito reais e quarenta e quatro centavos);
- **Emigê Materiais Odontológicos Ltda**, para o lote 46, no valor global da contratação de R$ 2.415,60 (dois mil, quatrocentos e quinze reais e sessenta centavos).

Salto/SP, 29 de março de 2022.

Marcio Conrado - Secretário de Saúde

Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda

FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

CNPJ:00.628.107/0001-89

Balanço Patrimonial - 31 de dezembro de 2021 e 2020
(valores expressos em Reais)

Ativo	Ref. ANS	Nota	2021	2020
Circulante	12		538.180.722,80	461.302.496,20
Disponível	121	4.1	1.799.732,25	4.231.060,51
Realizável	122+123+124+125+126+127+128+129		536.380.990,55	457.071.435,69
Aplicações Financeiras	122		504.139.582,38	419.132.021,49
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	1221	4.2	235.359.658,66	226.199.788,34
Aplicações Livres	1222	4.3	268.779.923,72	192.932.233,15
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	123	5	29.374.957,28	35.725.197,13
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber	1231		28.365.873,29	34.858.612,16
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros indenizáveis	1233		268.308,70	181.226,71
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	1234		157.526,70	10.492,37
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	1239		583.248,59	674.865,89
Bens e Títulos a Receber	127	6	2.056.136,88	2.102.774,27
Despesas Antecipadas	128	7	810.314,01	111.442,80
Não circulante	13		52.927.596,00	52.369.623,92
Realizável a Longo Prazo	131		3.101.354,75	655.428,97
Depósitos Judiciais e Fiscais	1317	15	3.101.354,75	655.428,97
Investimentos	132	8	9.069.983,35	10.143.631,82
Participações Societárias Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	1321		382.999,00	382.999,00
Outros Investimentos	13231+13241+13281		8.686.984,35	9.760.632,82
Imobilizado	133	9	38.369.521,71	38.391.026,58
Imóveis de Uso Próprio	1331		33.280.651,78	32.182.172,02
Imobilizado de Uso Próprio	1332		4.308.620,42	4.636.577,89
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos	13322		4.308.620,42	4.636.577,89
Imobilizações em Curso	1333/1337		253.028,76	1.045.096,67
Outras Imobilizações	1334/1339		527.220,75	527.180,00
Intangível	134	10	2.386.736,19	3.179.536,55
Total do ativo			591.108.318,80	513.672.120,12

Passivo e patrimônio líquido	Ref. ANS	Nota	2021	2020
Circulante	21		146.824.220,13	122.862.846,31
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	211	11	131.807.254,28	111.405.882,60
Provisão de Eventos / Sinistros a Liquidar para o SUS	21111102 + 21111202 + 21112102 + 21112202		1.169.744,10	1.824.931,41
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais	21111103 + 21111203 + 21112103 + 21112203		74.354.366,14	67.742.626,99
Provisão para Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	21111104 + 21112104		56.283.144,04	41.838.324,20
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	213		707.254,32	678.435,35
Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios	2132		461.080,08	372.181,40
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	2135	12	246.174,24	306.253,95
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	216	13	5.475.780,57	5.089.955,80
Débitos Diversos	218	14	8.833.930,96	5.688.572,56
Não circulante	23		14.778.621,93	9.372.336,84
Provisões	235	15	8.717.477,96	9.372.336,84
Provisões para Ações Judiciais	23532		8.717.477,96	9.372.336,84
Débitos Diversos	238	16	6.061.143,97	-
Patrimônio líquido		17	429.505.476,74	381.436.936,97
Capital Social	251		381.436.936,97	228.042.964,39
Superávit do Exercício	256		48.068.539,77	153.393.972,58
Total do passivo			591.108.318,80	513.672.120,12

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Júnia Cristina França Santos – Diretora Administrativa-Financeira – CPF: 385.305.701-20
Joacyra Lya Sousa Ribeiro – Coordenadora Nacional de Contabilidade – CRC/DF - 021737/O-0 – CPF: 013.497.223-67
Sandra Regina Odeli – Atuária – MIBA: 1.209 – CPF: 796.233.879-20

Demonstração do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(valores expressos em Reais)

Demonstração do superávit/déficit	Ref. ANS	Nota	2021	2020
Contraprestações Efetivas de Operações Com Planos de Assistência à Saúde líquidas	31+321		902.745.525,84	929.692.842,45
Receita com Operações de Assistência à Saúde	31		902.745.525,84	929.692.842,45
Contraprestações Líquidas	311	18	902.745.525,84	929.692.842,45
Eventos Indenizáveis Líquidos	41	19	- 751.094.451,41	- 663.713.039,92
Eventos Conhecidos ou Avisados	411		- 736.649.631,57	- 666.951.386,17
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	414		- 14.444.819,84	3.238.346,25
Resultado das operações com planos de assist. à saúde			151.651.074,43	265.979.802,53
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	332		22.157.092,63	21.630.037,03
Outras Receitas Operacionais	33218 + 333	21	22.157.092,63	21.630.037,03
Outras Despesas Operacionais com Planos de Assist. à Saúde	441		- 54.945.673,32	- 57.168.265,96
Outras Despesas Operacionais com Planos de Assist. à Saúde	4413		-	- 5.997,37
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças	4415	23	- 46.286.796,08	- 44.410.706,91
Provisão para Perdas Sobre Créditos	4419		- 8.658.877,24	- 12.751.561,68
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora	442+443	22	- 8.984.896,10	- 1.765.654,70
Resultado bruto			109.877.597,64	228.675.918,90
Despesas Administrativas	46	20	- 88.258.277,82	- 85.588.007,36
Resultado Financeiro Líquido	35-45	24	24.886.638,16	8.684.188,15
Receitas Financeiras	35		29.576.794,22	11.464.308,01
Despesas Financeiras	45		- 4.690.156,06	- 2.780.119,86
Resultado Patrimonial	36-47	25	1.562.581,79	1.621.872,89
Receitas Patrimoniais	36		1.613.297,56	1.729.626,93
Despesas Patrimoniais	47		- 50.715,77	- 107.754,04
Resultado antes dos Impostos e Participações			48.068.539,77	153.393.972,58
Resultado Líquido			48.068.539,77	153.393.972,58

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Júnia Cristina França Santos – Diretora Administrativa-Financeira – CPF: 385.305.701-20
Joacyra Lya Sousa Ribeiro – Coordenadora Nacional de Contabilidade – CRC/DF - 021737/O-0 – CPF: 013.497.223-67
Sandra Regina Odeli – Atuária – MIBA: 1.209 – CPF: 796.233.879-20

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(valores expressos em Reais)

	2021	2020
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	48.068.539,77	153.393.972,58
	-	-
RESULTADOS ABRANGENTES	48.068.539,77	153.393.972,58

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Júnia Cristina França Santos – Diretora Administrativa-Financeira – CPF: 385.305.701-20
Joacyra Lya Sousa Ribeiro – Coordenadora Nacional de Contabilidade – CRC/DF - 021737/O-0 – CPF: 013.497.223-67

Demonstração de fluxo de caixa - Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(valores expressos em Reais)

Demonstração de Fluxo de Caixa	2021	2020
Atividades operacionais		
(+) Recebimento de Planos Saúde	939.460.380,80	954.633.866,05
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	662.843.125,56	728.810.570,37
(+) Juros de Aplicações Financeiras	184,27	-
(+) Outros Recebimentos Operacionais	335.303,51	1.023.056,18
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(762.709.523,03)	(710.690.593,43)
(-) Pagamento de Pessoal	(21.952.885,13)	(21.063.479,22)
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	(19.363.226,47)	(19.624.136,49)
(-) Pagamento de Tributos	(47.487.560,06)	(44.567.598,36)
(-) Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(5.861.971,41)	(4.198.447,25)
(-) Pagamento de Aluguel	(257.878,33)	(154.995,12)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(29.157,47)	(38.474,82)
(-) Aplicações Financeiras	(721.026.743,88)	(860.243.094,94)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(23.886.154,02)	(23.985.347,95)
Caixa líquido das atividades operacionais	63.894,34	(98.674,98)
Atividades de investimento		
(+) Recebimento de Dividendos	465.166,21	384.303,38
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros	(528.218,64)	(312.154,05)
Caixa líquido das atividades de investimento	(63.052,43)	72.149,33
Variação líquida do caixa	841,91	(26.525,65)
Caixa/Bancos – Saldo Inicial	114.886,02	141.411,67
Caixa/Bancos - Saldo Final	115.727,93	114.886,02
Aumento Líquido de caixa e equivalentes de caixa	841,91	(26.525,65)
Ativos Livres no Início do Período (*)	-	-
Ativos Livres no Final do Período (*)	192.932.233,15	192.932.233,15
Aumento/(Diminuição) nas Aplicações Financeiras – RECURSOS LIVRES	192.932.233,15	192.932.233,15
CONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO AO CAIXA OPERACIONAL:		
Resultado do exercício/período	48.068.539,77	153.393.972,58
(+) Depreciação e Amortização	1.419.847,56	1.889.245,62
(-) Equivalência Patrimonial	(250.270,14)	(465.166,21)
Caixa gerado pelas Operações	49.238.117,19	154.818.051,99
(-) Variações nos Ativos e Passivos	(49.238.117,19)	(154.818.051,99)
(-) Variação nas Aplicações	(82.575.390,72)	(139.152.278,64)
(+) Redução em Contas a Receber	6.350.239,85	(656.045,21)
(+) Aumento nas Despesas Antecipadas	698.871,21	(295.792,16)
(+) Aumento em Fornecedores e Contas a Pagar	5.980.855,25	(11.724.056,27)
(+) Aumento nas Provisões Técnicas	14.444.819,84	(3.238.346,25)
(-) Redução na Provisão para Contingências	(654.858,88)	496.554,79
(-) Outras Variações em Ativos e Passivos	6.517.346,26	(248.088,25)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Júnia Cristina França Santos – Diretora Administrativa-Financeira – CPF: 385.305.701-20
Joacyra Lya Sousa Ribeiro – Coordenadora Nacional de Contabilidade – CRC/DF - 021737/O-0 – CPF: 013.497.223-67

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(valores expressos em Reais)

	Capital Social	Ajuste Avaliação Patrimonial	Superávit / Déficit Acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	169.536.406,76	-	58.506.557,63	228.042.964,39
Transferência para Patrimônio Social	58.506.557,63		(58.506.557,63)	-
Superávit do Exercício	-	-	153.393.972,58	153.393.972,58
Saldos em 31 de dezembro de 2020	228.042.964,39	-	153.393.972,58	381.436.936,97
Transferência para Patrimônio Social	153.393.972,58		(153.393.972,58)	
Superávit do Exercício	-	-	48.068.539,77	48.068.539,77
Saldos em 31 de dezembro de 2021	381.436.936,97	-	48.068.539,77	429.505.476,74

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Júnia Cristina França Santos – Diretora Administrativa-Financeira – CPF: 385.305.701-20
Joacyra Lya Sousa Ribeiro – Coordenadora Nacional de Contabilidade – CRC/DF - 021737/O-0 – CPF: 013.497.223-67

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(valores expressos em reais)

1. Contexto operacional

A Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda - ASSEFAZ é uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos, com sede em Brasília, no Distrito Federal.

A Fundação tem como objeto social e atividade preponderante, diretamente ou pela participação em outras sociedades, prestar assistência, inclusive operando plano de saúde na modalidade autogestão multipatrocinada, em caráter coletivo, mediante convênio empresarial, a servidores do Órgão Patrocinador-Fundador e demais patrocinadores, da Administração Pública Direta e entidades autárquicas e fundacionais de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

No desempenho de suas finalidades a Fundação atua na área de assistência à saúde, através da oferta de diversificados Planos de Saúde na modalidade de autogestão multipatrocinada. A área social da Fundação, por sua vez, conta com 27 centros de Lazer, sendo 14 clubes, 2 pousadas, 3 hotéis e 8 colônias de férias, distribuídos no Distrito Federal e em outros Estados da Federação, cumprindo a função de propiciar bem-estar e qualidade de vida aos seus membros beneficiários. Dessa forma, a Fundação realiza atendimento a 59.203 mil beneficiários em todas as unidades da Federação.

A Pandemia do COVID-19 que se iniciou no país no ano de 2020 continuou afetando a população em 2021. Os eventos de saúde que em 2020 estavam reduzidos devido a vários fatores como o isolamento social determinado pelos órgãos governamentais e a prorrogação dos prazos máximos de atendimentos dos procedimentos eletivos pela ANS, entre outras medidas adotadas. No primeiro semestre de 2021, com o avanço da vacinação, ocorreu um relaxamento do isolamento social e a retomada do trabalho presencial, com isto também houve a retomada dos atendimentos eletivos, fazendo com que a partir de abril de 2021 ocorresse um aumento nos números relacionados a despesa assistencial se comparados com o ano anterior.

No ano de 2021 houve a homologação pelo Ministério Público Federal do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e registro em Cartório, do novo Estatuto da Fundação Assefaz, o qual foi objeto de aprovação na reunião conjunta dos Conselhos Consultivo, de Administração e Fiscal, no dia 30 de outubro de 2020. O novo Estatuto faz parte do projeto de adoção das boas práticas de governança corporativa, iniciado em 2019. As alterações tiveram por objetivo a implantação dos instrumentos de governança corporativa e o aprimoramento da gestão, com competências e alçadas de acordo com a segregação dos gestores/responsáveis, permitindo maior transparência, equidade, melhor prestação de contas, dentre outros. Convém registrar que a alteração mais significativa fica na instituição da Diretoria Executiva (DIREX), composta por quatro diretorias, fortalecendo a gestão pelo fato das decisões serem tomadas pelo colegiado, e não mais por um único dirigente/gestor. A DIREX é composta por um Diretor-Presidente, um Diretor Administrativo-Financeiro, um Diretor de Saúde e um Diretor Social, que exercem mandato, de acordo com dispositivos estatutários. O novo organograma está disposto abaixo.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com o Pronunciamento Técnico de Contabilidade, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) por meio de aprovação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), observando as normas aplicáveis as Entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a Interpretações Técnicas Gerais – ITG 2002 (Fundação sem Finalidade de Lucros).

As Demonstrações Contábeis foram apreciadas pelo Conselho Fiscal em 10 de março de 2022, encaminhadas à aprovação do Conselho Deliberativo, cuja reunião está pautada para 22 de março de 2022.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Os ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo;
- O passivo de provisões técnicas;
- A equivalência patrimonial dos investimentos;
- As provisões para ações judiciais.

2.3. Moeda funcional

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Fundação. Todas as informações contábeis apresentadas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Demonstração do fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas pelo método direto partindo das informações contábeis, em conformidade com as instruções contidas no Comitê de Pronunciamento Contábil nº 3 (CPC 3 – R2).

3. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir.

3.1. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as Entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais eventualmente podem variar dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais estimativas das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 são: a) a PEONA – Provisão de eventos ocorridos e não avisados; b) a PPSC - Provisão de Perda Sobre Crédito; c) as provisões para contingências.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa (Disponibilidades)

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco irrelevante de mudança de valor e limites previamente conhecidos.

3.3. Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras disponíveis para negociação são avaliadas a valor de mercado, e os rendimentos auferidos são reconhecidos no resultado. Os impostos tributados com base nesses rendimentos são reconhecidos na despesa, devido a forma de tributação em que a Fundação está inserida.

3.4. Crédito de operações com planos de assistência à saúde

Os créditos de operações com planos de assistência à saúde são avaliados no momento inicial pelo valor presente e deduzidas das Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). A Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa é estabelecida segundo critérios definidos pelo órgão regulador ANS, pelo total dos créditos de clientes com algum título vencidos há mais de 60 (sessenta) dias, tratando-se de pessoas físicas; e a totalidade dos créditos de clientes com títulos vencidos há mais de 90 (noventa) dias, tratando-se de cliente pessoa jurídica e créditos com outras operadoras de planos. Para os demais créditos a receber esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Fundação não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

O valor presente é calculado com base na taxa efetiva de juros das operações a prazo definidas contratualmente. Tal taxa é compatível com a natureza, prazo e riscos de transações similares em condições de mercado.

3.5. Contraprestações pecuniárias a receber

São registradas e mantidas no balanço e pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e apropriados à conta de resultado de contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde, pelo seu período de cobertura. A provisão para perdas sobre créditos de contraprestação efetiva é constituída sobre valores a receber de beneficiários com títulos vencidos há mais de 90 (noventa) dias, para os planos coletivos. A Administração da Fundação revisa periodicamente o critério de constituição para adequá-lo à evolução da inadimplência de sua carteira.

3.6. Depósitos judiciais

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Fundação.

3.7. Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2), para fins de demonstrações contábeis da controladora.

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial para fins de demonstrações contábeis da controladora, a Fundação determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Fundação cada uma de suas controladas. A Fundação determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Fundação calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controladora e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

Os demais investimentos da Fundação estão apresentados pelo seu custo de aquisição, eventualmente reduzidos ao valor recuperável.

3.8. Imóveis Destinados a Renda

Imóveis destinados à Renda, são os imóveis que a Fundação não utiliza para operação da empresa, por isso esses imóveis são alugados, assim, obtendo rendas que agregam a seu patrimônio. Esses imóveis estão registrados pelo valor de aquisição, o método usado é o de valor de custo. A utilização do valor justo como critério de mensuração para esses ativos não é permitida pela legislação da ANS.

3.9. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, se aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Fundação inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

3.10. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica, que é realizado por empresa especializada. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Fundação obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

3.11. Intangível

Softwares

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo cinco anos, conforme laudo de empresa especializada em mensuração de ativo intangível. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Fundação e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis também estimadas para 10 anos.

3.12. Outros ativos intangíveis

Os custos com a aquisição de patentes, marcas comerciais, licenças e direitos de exploração são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo das vidas úteis. Os ativos intangíveis não são reavaliados.

continua →

→ continuação

Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda

FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

CNPJ:00.628.107/0001-89

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (valores expressos em reais)

3.13. Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

3.14. Arrendamento mercantil

A Fundação não possui arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade ficam com o arrendador, ocasião em que estariam classificados como arrendamentos operacionais.

3.15. Provisões

As provisões estão subdivididas em provisões técnicas e demais provisões.

3.15.1. Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações contidas nas Resoluções Normativas (RN) da ANS nos 227/10, 393/15 e 442/18.

A provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) está constituída com base na RN 393/15, a ASSEFAZ desenvolveu metodologia própria que é aplicada desde o exercício de 2017.

A provisão de eventos a liquidar (PEL), incluindo os eventos com o SUS, foi constituída nos termos das Resoluções Normativas (RN) nos 227/10 e 393/15.

A provisão para eventos ocorridos e não avisados ao SUS (PEONA SUS) incluída na RN 393/15 pela RN 442/2018, foi constituída no ano de 2020, e mantém-se contabilizado com suas variações no ano de 2021, nesse ano é obrigatório sua constituição.

3.15.2. Demais provisões

As provisões são reconhecidas para passivos de termo ou valor incertos que surgiram como resultado de transações passada.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela Administração da Companhia e seus assessores jurídicos:

Ativos contingentes: trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações contábeis apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização (Classificação de Risco "Praticamente Certo"), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis (trânsito em julgado) sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

Passivos contingentes: decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal das atividades, movidos por terceiros, em ações trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são divulgadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

Os depósitos judiciais em garantia, quando existentes, são atualizados monetariamente de acordo com os índices oficiais dos tribunais de justiça.

3.16. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

O reconhecimento de um ativo ocorrerá no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Fundação e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a Fundação possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.17. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor presente pela prestação de serviços, observados os critérios estabelecidos na RN 435/18 da ANS, que versa sobre os padrões contábeis obrigatórios para as operadoras de planos, inclusive os critérios de contabilização das contraprestações de preço pré-estabelecido nas operações de assistência à saúde. A Fundação adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a competência em que o serviço é prestado no caso de serviços da modalidade de planos de pós pagamento e respeitando o período de cobertura das contraprestações nos contratos com preços pré-estabelecidos até a data-base do balanço.

As contraprestações provenientes das operações de planos na modalidade de preço estabelecido são apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário do período de cobertura individual de cada contrato e a parcela das contraprestações correspondente aos dias do período de cobertura referentes ao mês subsequente é contabilizada na Rubrica "Faturamento Antecipado".

3.18. Custos e despesas

Custos: os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada. Os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de provisão técnica.

Despesa: as despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência.

3.19. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Fundação exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

3.20. Crédito de operações com planos de assistência à saúde

O valor justo de crédito de operações com planos de assistência à saúde é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

4. Caixa, equivalentes de caixa e outras Aplicações

4.1. Caixa e equivalente de caixa - Disponibilidades

A Fundação adota como política de composição de caixa a manutenção dos recursos disponíveis suficientes para a liquidação de compromissos de curtíssimo prazo, permanecendo o excedente mantido em aplicações de alta liquidez, podendo ter sua conversão, a qualquer momento, em caixa. O saldo de caixa e equivalentes de caixa está assim representado:

Disponíveis	2021	2020
Caixa	52.214,81	44.388,59
Saldo Bancário	63.513,12	70.497,43
Aplicações de Liquidez Imediata	1.684.004,32	4.116.174,49
	1.799.732,25	4.231.060,51

4.2. Aplicações Garantidoras de Provisão Técnica

As aplicações garantidoras de provisão técnica têm por fim lastrear as provisões técnicas como a provisão de eventos a liquidar, provisão de eventos a liquidar SUS, provisão de eventos ocorridos e não avisados, provisão de eventos ocorridos e não avisados SUS. Abaixo a demonstração de suficiência nas aplicações.

ATIVOS GARANTIDORES	2021	2020
APLICAÇÕES GARANTIDORES DE PROVISÃO TÉCNICA	235.359.658,66	226.199.788,34
PROVISÃO DE EVENTOS A LIQUIDAR	74.354.366,14	67.742.626,99
PROVISÃO DE EVENTOS A LIQUIDAR – SUS	1.169.744,10	1.824.931,41
PROVISÃO EVENTOS OCORRIDOS E NÃO AVISADOS	55.197.648,64	41.620.329,20
PROVISÃO EVENTOS OCORRIDOS E NÃO AVISADOS - SUS	1.085.495,40	217.995,00
(-) DEDUÇÃO RESSARCIMENTO AO SUS	- 1.169.744,10	- 1.824.931,41
VALORES SUFICIENTES	104.722.148,48	116.618.837,15

A dedução referente ao ressarcimento ao SUS é baseado no índice de adimplência da Fundação Assefaz perante os pagamentos realizados ao ressarcimento ao SUS.

Abaixo as aplicações financeiras por instituição financeira.

Aplicações Garantidoras de Provisão Técnica	2021	2020
Aplicação Vinculada - Banco do Brasil	114.176.648,06	109.499.291,09
Aplicação Vinculada - Caixa Econômica Federal	121.183.010,60	116.700.497,25
	235.359.658,66	226.199.788,34

4.3. Aplicações Livres

As aplicações livres são os valores não utilizados para lastrear as provisões técnicas e disponíveis para resgate a qualquer momento, sem autorização prévia da Agência fiscalizadora (ANS).

Aplicações Livres	2021	2020
Aplicação Renda Fixa - Banco do Brasil	51.904.170,41	55.477.213,13
Aplicação em Tesouro Nacional	84.846.318,21	-
Aplicação Renda Fixa - Caixa Econômica Federal	89.30[illegible].475,[illegible]	9[illegible].731.448,71
Aplicação Renda Fixa - Bradesco	7.570.716,14	7.662.697,21
Aplicação Renda Fixa - SICOOB	35.15[illegible],03	3[illegible]74,10
	268.779.923,72	192.932.233,15

4.4. Rentabilidade das Aplicações

As aplicações da Fundação Assefaz estão divididas em Renda Fixa e Tesouro Nacional, as de Renda de Fixa são baseadas na rentabilidade do CDI/Selic que pode ser variável de acordo com a instituição financeira detentora da aplicação, abaixo a rentabilidade do CDI por instituição financeira.

Instituição Financeira	Conta	2021	2020	Rentabilidade CDI
Banco do Brasil - 11.839.215/0001-17	Ag. 3307-3 Conta 425019-2	114.176.648,06	109.499.291,09	111%
Caixa Econômica Federal - 09.548.725/0001-93	Ag. 4255 Conta 00939015-7	121.183.010,60	116.700.497,25	100%
		235.359.658,66	226.199.788,34	

Instituição Financeira	Conta	2021	2020	Rentabilidade CDI Dez-2021
Banco do Brasil - 02.296.928/0001-90 Perfor. Institucional	Ag. 3307-3 Conta 400016-1	4.589.802,26	2.232.672,39	95%
Banco do Brasil - 02.296.928/0001-90 Perfor. Institucional	Ag. 3307-3 Conta 425019-2	47.314.368,15	42.865.830,05	107%
Banco do Brasil - 08.080.680/0001-02 RF LP Prefixado	Ag. 3307-3 Conta 425019-2	-	10.378.710,69	0%
Banco do Brasil - NTN-B		84.846.318,21	-	
Caixa Econômica Federal - 10.384.413/0001-70 Safira Corporativo	Ag. 4255 Conta 00939015-7	66.948.667,88	74.237.205,75	99%
Caixa Econômica Federal - 19.769.018/0001-80 FIC TOP	Ag. 4255 Conta 00939015-7	22.359.807,95	21.494.242,96	99%
Bradesco 07.192.409/0001-04 - Corporate TOP DI	Ag. 3416-9 Conta 1377-3	0,10	46,01	111%
Bradesco 10.813.716/0001-61 - HFI RF CP LP Performance	Ag. 3416-9 Conta 1377-3	7.570.716,14	7.662.651,20	111%
Sicoob RDC-Escalonado CDI	Ag. 4221-8 Conta 42-6 - Aplic. 1	-	1.304.477,18	0%
Sicoob RDC-Escalonado CDI	Ag. 4221-8 Conta 42-6 - Aplic. 3	1.183.622,81	1.130.382,76	107%
Sicoob RDC-Escalonado CDI	Ag. 4221-8 Conta 42-6 - Aplic. 4	1.183.622,81	1.130.382,76	107%
Sicoob RDC-Escalonado CDI	Ag. 4221-8 Conta 42-6 - Aplic. 5	1.183.622,81	1.130.382,76	107%
Sicoob RDC-Escalonado CDI	Ag. 4221-8 Conta 42-6 - Aplic. 6	1.657.071,93	1.582.535,87	107%
Sicoob RDC-Escalonado CDI	Ag. 4221-8 Conta 42-6 - Aplic. 7	1.264.559,95	1.207.679,31	107%
Sicoob RDC-Escalonado CDI	Ag. 4221-8 Conta 42-6 - Aplic. 8	1.183.622,81	1.130.382,76	107%
Sicoob RDC-Escalonado CDI	Ag. 4221-8 Conta 42-6 - Aplic. 9	1.183.622,81	1.130.382,76	107%
Sicoob RDC-Escalonado CDI	Ag. 4221-8 Conta 42-6 - Aplic. 10	1.183.622,81	1.130.382,76	107%
Sicoob RDC-Escalonado CDI	Ag. 4221-8 Conta 42-6 - Aplic. 11	1.183.622,81	1.130.382,76	107%
Sicoob RDC-Escalonado CDI	Ag. 4221-8 Conta 42-6 - Aplic. 12	1.183.622,81	1.130.382,76	107%
Sicoob RDC-Escalonado CDI	Ag. 4221-8 Conta 42-6 - Aplic. 13	1.183.622,81	1.130.382,76	107%
Sicoob RDC-Escalonado CDI	Ag. 4221-8 Conta 42-6 - Aplic. 14	1.183.622,81	1.130.382,76	107%
Sicoob RDC-Escalonado CDI	Ag. 4221-8 Conta 42-6 - Aplic. 15	1.140.684,42	1.079.664,61	110%
Sicoob RDC-Escalonado CDI	Ag. 4221-8 Conta 42-6 - Aplic. 16	1.140.684,42	1.079.664,61	110%
Sicoob RDC-Escalonado CDI	Ag. 4221-8 Conta 42-6 - Aplic. 17	2.712.889,57	4.311.223,00	110%
Sicoob RDC-Escalonado CDI	Ag. 4221-8 Conta 42-6 - Aplic. 18	2.258.239,90	2.144.638,99	120%
Sicoob RDC-Escalonado CDI	Ag. 4221-8 Conta 42-6 - Aplic. 19	10.716.732,84	10.047.162,93	150%
Sicoob RDC-Escalonado CDI	Ag. 4221-8 Conta 42-6 - Aplic. 20	1.274.427,01	-	150%
Sicoob RDC-Escalonado CDI	Ag. 4221-8 Conta 42-6 - Aplic. 21	1.148.724,89	-	120%
		268.779.923,72	192.932.233,15	

5. Crédito de operações com plano de assistência à saúde

Representa a posição em 31 de dezembro de 2021 de valores a receber dos beneficiários dos planos de saúde da Fundação ASSEFAZ:

Créditos Operação Planos de Assistência à Saúde		2021	2020
Mensalidades a receber médico hospitalares	(1)	72.536.184,02	79.382.883,98
Mensalidades a receber odontológico	(2)	36.710,13	36.322,34
Participação dos beneficiários a receber	(3)	909.698,20	821.706,48
Operadoras De Planos De Assist. A Saúde	(4)	331.539,67	388.055,30
Outros créditos oper. Planos de Assist. à Saúde	(5)	3.989.800,35	4.284.287,02
		77.803.932,37	84.913.255,12
Provisão de Perda Sobre Crédito			
PPSC Mensalidades a receber médico hospitalares		(44.170.908,81)	(44.524.958,06)
PPSC Mensalidades a receber odontológico		(36.112,05)	(35.636,10)
Participação de beneficiários em eventos		(641.389,50)	(640.479,77)
PPSC Operadoras De Planos De Assist. A Saúde		(174.012,97)	(377.562,93)
PPSC Outros créditos oper. Planos de Assist.		(3.406.551,76)	(3.609.421,13)
		(48.428.975,09)	(49.188.057,99)
		29.374.957,28	35.725.197,13

5.1. Idade de Saldos

	Mensalidades a Receber Médico Hospitalar (1)	Mensalidades a Receber Odontológico (2)	Participação dos Beneficiários a Receber (3)	Operadoras De Planos De Assist. A Saúde (4)	Outros Créditos Oper. Planos (5)
A vencer	26.278.733,05	-	245.461,29	326.986,12	539.226,01
1 a 30 dias	1.789.227,56	523,32	19.384,06	-	46.276,25
31 a 60 dias	1.099.028,79	74,76	14.087,84	-	25.563,84
61 a 90 dias	570.168,79	74,76	11.521,67	-	25.774,79
a mais de 90 dias	42.799.025,83	36.037,29	619.243,34	4.553,55	3.352.959,46
Total	72.536.184,02	36.710,13	909.698,20	331.539,67	3.989.800,35

6. Bens e títulos a receber

Outros Bens e Títulos a Receber		2021	2020
Adiantamento à funcionários		176.877,07	165.076,39
Adiantamentos fornecedores	(a)	175.692,84	78.518,83
Aluguéis a receber		217.080,89	191.466,55
Participações em lucro a receber	(b)	250.270,14	465.166,21
Contribuição mensal a receber		2.907.671,64	2.911.293,96
Diárias centros de lazer		7,50	1.020,46
Mensalidade creches		79.659,67	89.840,02
Valores com lanchonetes e restaurantes			350,00
Outros valores a receber	(c)	51.961,86	20.038,78
Seguros a receber		185.278,87	174.283,05
Convênios UTI vida a receber	(d)	95.469,55	74.691,45
Outros convênios a receber		31.035,40	29.719,47
(-) PPSC sobre outros bens e títulos		(2.114.868,55)	(2.098.690,90)
		2.056.136,88	2.102.774,27

a) Os adiantamentos a fornecedores de 2021 aumentaram em relação a 2020.

b) Em 2021 houve uma redução nos lucros da Drogaria Vitabel se comparado com o resultado distribuído no ano anterior.

c) Aumento de inadimplência de outros valores a receber, nessa classificação é considerada a recuperação de despesa administrativa como condomínio, energia elétrica, água e IPTU's, além das mensalidades dos membros comunitários, valores esses destinados para que o associado possa usufruir dos centros de lazer.

d) Os valores decorrentes do convênio UTI Vida aumentaram em comparação com o ano de 2020, devido a inadimplência.

7. Despesas Antecipadas

Despesa Antecipada	2021	2020
Despesas Administrativas	46.500,89	27.312,45
Licença de Software	763.813,12	84.130,35
	810.314,01	111.442,80

As despesas antecipadas são apropriadas conforme a competência da sua cobertura. Na rubrica de despesa administrativa são alocados os valores de seguros de imóveis e veículos. A rubrica de software aumentou por causa da renovação da licença de uso dos softwares utilizados pela equipe administrativa da Fundação Assefaz como por exemplo o pacote Office 365 da Microsoft, que tem validade normalmente de 24 meses.

8. Investimentos

Investimentos	2021	2020
Drogaria Vitabel (a)	382.999,00	382.999,00
Imóveis destinados à renda (b)	8.498.558,97	8.498.558,97
Outros Investimentos (c)	188.425,38	1.262.073,85
	9.069.983,35	10.143.631,82

a) O investimento é avaliado pelo método da equivalência patrimonial, com participação da Fundação ASSEFAZ em 99,99% na Drogaria Vitabel, o valor referente ao Método de equivalência Patrimonial foi contabilizado em investimento e como ele será distribuído por força de contrato firmado entre a controladora e a controlada, o valor foi transferido para a conta de participações de lucros a receber, como demonstra o quadro de adições e baixa;

b) Imóveis destinados à locação de terceiros.

c) Outros investimentos são representados por participação em cooperativa de crédito (SICOOB), resgatado no valor de R$ 1.100.000,00 para aplicação em renda fixa, cujo investimento é avaliado ao método de custo, também por Obras de Arte e Títulos de Clube.

Custo	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Investimentos Drogaria Vitabel Ltda.	382.999,00	250.270,14	(250.270,14)	382.999,00
Terrenos	3.389.919,74	-	-	3.389.919,74
Outras edificações	5.108.639,23	-	-	5.108.639,23
Outros investimentos	120.506,73	-	-	120.506,73
Investimentos – CREDFAZ	1.116.398,14	29.723,71	(1.100.000,00)	46.121,85
Investimentos – Ações Telefônicas	25.168,98	5.572,27	(8.944,45)	21.796,80
	10.143.631,82	285.566,12	(1.359.214,59)	9.069.983,35

9. Imobilizado

Custo - Bens Não Hospitalar	Taxa de Depreciação	Saldo em 31.12.2020	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2021
Terrenos	-	12.211.544,62			12.211.544,62
Edificações	1,75% a 8,33%	38.280.304,07	1.657.764,38		39.938.068,45
Salas	1,82% a 10%	3.922.713,64			3.922.713,64
Instalações	1,69% a 14,29%	2.146.436,00	7.000,00	(2.197,92)	2.151.238,08
Máquinas e equipamentos	4% a 16,67%	2.757.470,10	117.416,16	(70.957,18)	2.803.929,08
Material Desportivo/Ginástica	16,67% a 20%	73.391,68			73.391,68
Computadores e periféricos	6,67% a 33%	5.581.409,63	188.808,79	(235.334,59)	5.534.883,83
Software operacional	4,55% a 20%	693.102,18		(6.585,75)	686.516,43
Móveis e utensílios	2,86% a 33%	3.305.053,03	398.145,40	(210.271,97)	3.492.926,46
Veículos	20% a 33%	960.087,08		(29.926,00)	930.161,08
Obras em andamento	-	1.045.096,67	861.776,47	(1.653.844,38)	253.028,76
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1,72% a 8,33%	354.032,14	148,89		354.181,03
Jazigos Outros	-	527.180,00			527.180,00
		71.857.820,84	3.231.060,09	(2.209.117,79)	72.879.763,14

Depreciação acumulada - Bens Não Hospitalar	Taxa de Depreciação	Saldo em 31.12.2020	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2021
Edificações	1,75% a 8,33%	(18.385.552,68)		(538.672,76)	(18.924.225,44)
Salas	1,82% a 10%	(3.846.837,63)		(20.611,86)	(3.867.449,49)
Instalações	1,69% a 14,29%	(930.664,43)	1.955,51	(93.003,51)	(1.021.712,43)
Máquinas e equipamentos	4% a 16,67%	(1.513.767,78)	64.336,15	(167.531,472)	(1.616.963,05)
Material Desportivo/Ginástica	16,67% a 20%	(24.496,96)		(2.965,96)	(27.462,92)
Computadores e periféricos	6,67% a 33%	(4.741.670,10)	232.038,72	(427.668,25)	(4.937.299,63)
Software operacional	4,55% a 20%	(689.876,71)	6.585,75	(2.759,94)	(686.050,90)
Móveis e utensílios	2,86% a 33%	(2.339.772,35)	97.629,73	(217.863,45)	(2.460.006,07)
Veículos	20% a 33%	(640.123,48)	29.926,00	(4.733,74)	(614.931,22)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1,72% a 8,33%	(354.032,14)		(108,14)	(354.140,28)
		(33.466.794,26)	432.471,86	(1.475.919,03)	(34.510.241,43)
		38.391.026,58	3.663.531,95	(3.685.036,82)	38.369.521,71

10. Intangível

Custo	Taxa de Amortização	Saldo em 31.12.2020	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2021
Aplicativos e softwares	20% a.a.	9.033.812,47	-	(29.146,53)	9.004.665,94
		9.033.812,47	-	(29.146,53)	9.004.665,94

Amortização acumulada		Saldo em 31.12.2020	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2021
Aplicativos e softwares	20% a.a.	(5.854.275,92)	29.146,53	(792.800,36)	(6.617.929,75)
		(5.854.275,92)	29.146,53	(792.800,36)	(6.617.929,75)
		3.179.536,55	29.146,53	(821.946,89)	2.386.736,19

As amortizações realizadas estão de acordo com o laudo da empresa especializada em mensuração da vida útil do intangível.

11. Provisões técnicas

	2021	2020
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para o SUS (a)	1.169.744,10	1.824.931,41
Provisão de eventos a liquidar - médico – hospitalar (b)	74.309.258,64	67.673.216,08
Provisão de eventos a liquidar – odontológico	45.107,50	69.410,91
PEONA - médico – hospitalar (c)	56.283.144,04	41.838.324,20
	131.807.254,28	111.405.882,60

a) A provisão de eventos a liquidar para o SUS (Sistema Único de Saúde) é realizada pela própria ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) e tem como fim cobrar os atendimentos realizados pelo SUS aos beneficiários da Fundação.

b) PEL – Provisões de eventos a liquidar - são provisões para garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos, cujo registro contábil é realizado pelo valor integral informado pelo prestador no momento da apresentação da cobrança à operadora. No ano de 2021 com o aumento das despesas assistenciais com planos de saúde, a PEL por consequência também teve um aumento de saldo maior do que no ano anterior.

c) PEONA – Provisão de eventos ocorridos e não avisados – estabelecida pela RN 393/15, em vigor. A PEONA trata de uma provisão para eventos ocorridos em tempo passado que não ainda não chegou ao conhecimento da operadora. A PEONA da Fundação Assefaz é calculada por metodologia própria. O aumento em 2021 se deu em razão do aumento da despesa de saúde e a morosidade dos prestadores em enviarem os documentos dos atendimentos, que podem ser guias, faturas, notas fiscais arquivos xml's, etc., fazendo com que o conhecimento seja em períodos futuros em relação a data do atendimento, o que tem ocorrido até 90 dias após o atendimento em alguns casos. A metodologia utilizada para constituição da provisão é a do Triângulo de RUN-OFF, a base fundamental para o método estatístico é de existência de padrão de regularidade no passado, associado aos eventos avisados, assumindo que este comportamento continuará no futuro.

12. Intercâmbio a pagar – Corresponsabilidade

	2021	2020
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	246.174,24	306.253,95
	246.174,24	306.253,95

Os intercâmbios a pagar são referentes aos atendimentos fora da rede credenciada. Exemplo, o beneficiário é atendido através de outro convênio, que não o da Assefaz. Esses eventos geram valores a pagar e são chamados de intercambio e contabilizado na rubrica acima.

13. Tributos e encargos sociais a recolher

		2021	2020
INSS a recolher	(a)	829.588,34	1.355.951,73
FGTS a recolher	(b)	258.240,52	225.077,22
PIS a recolher – Funcionários	(c)	42.458,36	37.224,40
IRRF – Funcionários	(c)	495.878,66	353.344,87
IRRF – terceiros	(c)	464.599,88	410.431,56
ISS a recolher	(c)	1.475.255,63	1.415.671,98
CSLL a recolher	(c)	291.474,85	262.480,43
COFINS a recolher	(c)	929.863,28	821.304,00
PIS a recolher	(c)	201.442,39	177.928,31
INSS Retido a recolher	(c)	29.506,20	30.541,30
Cofins Aplicação Financeira	(d)	457.472,46	
		5.475.780,57	5.089.955,80

a) INSS e FGTS são contribuições incidentes sobre folha de pagamento dos funcionários da Assefaz.

b) PIS a recolher – Funcionários é contabilizado os valores do Pis sobre a folha, cuja contribuição a Assefaz tem a obrigação de recolher por ser uma Fundação de direito privado.

c) Os demais tributos estão relacionados às retenções em folha de pagamento dos funcionários e pagamentos realizados aos prestadores de serviços, independentemente do tipo de serviço prestado, plano de saúde ou a outras atividades não relacionadas ao plano de saúde.

d) No ano de 2021 foi realizado a provisão de COFINS sobre aplicação financeira, devido a notificação recebida da Receita Federal em 27/07/2021. A Assefaz respondeu em 10/09/2021 através de contranotificação justificando a não obrigatoriedade de recolhimento da contribuição COFINS, pois entendeu-se que por ser uma entidade sem fins lucrativos a Assefaz é isenta da contribuição, contudo ainda está pendente resposta da Receita Federal.

14. Débitos diversos

		2021	2020
Obrigação com pessoal	(A)	5.942.501,20	5.020.488,52
Fornecedores	(B)	1.143.449,31	531.629,73
Outros débitos a pagar	(C)	1.747.980,45	136.454,31
		8.833.930,96	5.688.572,56

a) Obrigações com pessoal referente à folha de pagamento e provisões trabalhistas;

b) Fornecedor de despesa administrativa, o aumento decorre da renovação de uso do Pacote Office 365 da Microsoft que será pago em 2022;

c) Em 2021 houve ainda um aumento devido provisão de curto prazo do parcelamento de multas ANS registradas no CADIN. O valor total da dívida é de R$ 7.737.630,60 (sete milhões, setecentos trinta e sete mil, seiscentos e trinta reais e sessenta centavos) que foi contabilizado o valor de R$ 1.676.486,63 (um milhão, seiscentos setenta e seis mil, quatrocentos oitenta e seis reais e sessenta e três centavos) no curto prazo e no longo prazo o valor de R$ 6.061.143,97 (seis milhões, sessenta e um mil, cento e quarenta e três reais e noventa e sete centavos).

PROCESSOS	VALOR PRINCIPAL	MULTA MORA	SELIC	ENCARGOS LEGAIS	SALDO DEVEDOR
00424.211972/2021-80	307.800,00	80.813,66	96.268,32	96.976,40	581.858,38
00424.211980/2021-06	1.109.047,42	286.126,93	321.587,35	343.352,80	2.060.114,50
00424.211986/2021-01	1.411.191,56	374.673,76	465.180,01	449.608,54	2.700.653,87
00424.222364/2021-09	482.977,26	150.699,04	270.517,99	180.838,77	1.085.033,06
00424.222366/2021-90	252.120,00	62.356,70	66.116,74	76.118,68	456.712,12
00424222372/2021-47	287.040,00	70.952,04	80.720,87	87.742,57	526.455,48
00424.222381/2021-38	186.600,00	44.369,41	41.366,58	54.467,20	326.803,19
TOTAL	4.036.776,24	1.069.991,54	1.341.757,86	1.289.104,96	7.737.630,60

15. Provisões para contingências

Em 31 de dezembro as demonstrações contábeis, apresentavam os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Depósitos Judiciais		Provisões para Contingências	
	2021	2020	2021	2020
Contingências eventos e sinistros	125.871,34	27.236,67	4.864.627,47	4.566.352,74
Contingências trabalhistas e previdenciárias	222.908,27	271.583,76	113.474,56	342.676,98
Reclamações cíveis	500.333,52	231.193,54	3.739.375,93	4.463.307,12
Contingências fiscais e tributárias	2.252.241,62	125.415,00		
	3.101.354,75	655.428,97	8.717.477,96	9.372.336,84

No exercício de 2021 as provisões para contingências decorrentes das reclamações cíveis diminuíram, devido ao sucesso obtido nas ações judiciais.

Quanto aos depósitos judiciais sobre contingências fiscais, a justiça realizou na conta corrente da Fundação Assefaz o bloqueio de R$ 2.221.802,42 (dois milhões, duzentos vinte e um mil, oitocentos e dois reais e quarenta e dois centavos) que está sendo contestado no âmbito jurídico. Foi oferecido em garantia pela troca do bloqueio a penhora de imóveis, ainda pendente de deferimento pela Justiça Federal.

Movimentação da provisão no exercício de 2021:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	9.372.336,84	9.868.891,63
Adições	5.405.078,21	3.255.403,52
Baixas	(6.059.937,09)	(3.751.958,31)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	8.717.477,96	9.372.336,84

15.1. Natureza das contingências

A Fundação é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

continua →

→ continuação

Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda

FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

CNPJ:00.628.107/0001-89

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (valores expressos em reais)

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

Contingências trabalhistas e previdenciárias: consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas diferenças salariais, reclamações de 13º salário, horas extras entre outros;

Ações cíveis: as principais ações estão relacionadas a reclamações de beneficiários alegando danos morais, materiais, atendimento fora da rede credenciada entre outras inconsistências na prestação de serviço do plano de saúde.

15.2. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Fundação tem ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2021	2020
Cíveis	9.842.434,05	14.550.485,03
Trabalhistas	251.858,70	40.348,04
Tributário	2.012.034,44	8.323.742,73
	12.106.327,19	22.914.575,80

16. Multas Administrativas Parceladas ANS

As multas administrativas contabilizadas no curto prazo, também foram contabilizadas no longo prazo, o parcelamento foi realizado em 60 vezes. Em 2020 não houve parcelamento de dívida.

	2021	2020
Multas Administrativas Parceladas ANS	6.061.143,97	

17. Patrimônio Social

O Patrimônio social inicial da Fundação, acrescidos dos superávits e déficits apurados anualmente representam o Patrimônio Social da Fundação em 31 de dezembro de 2021, no valor de R$ 429.505.476,74, enquanto em 2020 apresentava R$ 381.436.936,97. Um aumento de R$ 48.068.539,77.

	2021	2020
Capital Social	381.436.936,97	228.042.964,39
Superávit do Exercício	48.068.539,77	153.393.972,58
	429.505.476,74	381.436.936,97

18. Receitas Contraprestações

A principal receita da Fundação é a de contraprestações de planos coletivos médico-hospitalar e planos odontológicos evidenciados abaixo.

	2021	2020
Contraprestações Emitidas Médico-hospitalar	910.026.572,09	938.389.132,93
Corresponsabilidade Assumida	5.498.993,21	4.661.012,79
Contraprestações Odontológico	198.082,97	229.012,77
(-) Contrap. Corresp. Transf. De Ass. À saúde	(12.971.422,65)	(13.586.180,42)
(-) Descontos	(6.699,78)	(135,62)
	902.745.525,84	929.692.842,45

a) A receita de contraprestação diminuiu em relação ao ano anterior, devido à redução de beneficiários, que ao final do ano de 2020 era de 64.095 e ao final de 2021 foi de 59.203 beneficiários, uma perda de 4.892 vidas, o que impactou diretamente na receita de contraprestação.
b) Corresponsabilidade Assumida é decorrente dos contratos de reciprocidade em que a Assefaz cede sua rede credenciada para atendimento a beneficiários de outras operadoras;
c) A contraprestação odontológica também diminui com a redução no número de beneficiários já exposto no item "a" da nota 16.
d) Contraprestação corresponsabilidade transferida de assistência à saúde são contabilizados nessa rubrica os valores dos atendimentos de beneficiários da Assefaz que usaram a rede credenciada de outras operadoras em contrato de reciprocidade de seus beneficiários.
Em atendimento a RN 446/2019, seguem as operações de corresponsabilidade cedida.

	Corresponsabilidade Cedida em Preço Preestabelecido		Corresponsabilidade Cedida em Preço Pós-Estabelecido	
CONTRAPRESTAÇÕES DE CORRESPONSABILIDADE CEDIDA DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR	2020	2021	2020	2021
1 – Cobertura Assistencial com Preço Preestabelecido			13.586.180,42	12.971.422,65
1.1 – Planos Individuais/Familiares antes da Lei				
1.2 – Planos Individuais/Familiares depois da Lei				
1.3 – Planos Coletivos por Adesão antes da Lei				
1.4 -Planos Coletivos por Adesão depois da Lei				
1.5 – Planos Coletivos Empresariais antes da Lei				
1.6 – Planos Coletivos Empresariais depois da Lei			13.586.180,42	12.971.422,65
2 – Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido				
2.3 – Planos Coletivos por Adesão antes da Lei				
2.4 -Planos Coletivos por Adesão depois da Lei				
2.5 – Planos Coletivos Empresariais antes da Lei				
2.6 – Planos Coletivos Empresariais depois da Lei				
Total			13.586.180,42	12.971.422,65

A Lei que se refere o quadro acima é a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que criou a regulação do mercado de saúde suplementar. A partir dessa lei a ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) segregou os planos de saúde em antes da lei e depois da lei.

19. Eventos Indenizáveis

O custo da operação de planos de saúde é denominado eventos indenizáveis e esses eventos são divididos em eventos médicos hospitalares, eventos odontológicos, ressarcimento ao SUS e a PEONA, que consistem na provisão de eventos ocorridos e não avisados (RN 393/15). Os valores estão evidenciados no quadro comparativo abaixo.

	2021	2020
Eventos Indenizáveis Médico-Hospitalar	734.023.832,88	664.171.326,23
Eventos Indenizáveis Odontológicos	306.196,62	366.173,84
Ressarcimento ao SUS	2.319.602,07	2.413.886,10
PEONA	14.444.819,84	(3.238.346,25)
	751.094.451,41	663.713.039,92

a) No exercício de 2021 os atendimentos aumentaram se comparados com o exercício anterior, devido a retomada da maioria dos atendimentos eletivos e o retorno das atividades presenciais no comércio, no serviço público e no ramo de serviço em geral, pós pandemia do COVID-19.
Em 2021, o valor da variação da PEONA foi maior em relação ao ano de 2020 em razão do aumento da despesa de saúde e a morosidade dos prestadores em enviarem os documentos dos atendimentos, que podem ser guias, faturas, notas fiscais arquivos xml's etc., fazendo com que o conhecimento seja em períodos futuros em relação a data do atendimento.
Em atendimento a RN 446/2019, seguem as operações de corresponsabilidade assumida.

	Carteira Própria (beneficiário da operadora)		Corresponsabilidade Assumida (beneficiário de outra operadora)	
EVENTOS/ SINISTROS CONHECIDOS OU AVISADOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE MEDICO HOSPITALAR	2020	2021	2020	2021
1 – Cobertura Assist. com Preço Preestabelecido	662.361.264,77	731.700.956,45	4.223.947,56	4.651.008,18
1.1 – Planos Individuais/Familiares antes da Lei				
1.2 – Planos Individuais/Familiares depois da Lei				
1.3 – Planos Coletivos por Adesão antes da Lei	5.737.703,58	4.465.789,23		
1.4 -Planos Coletivos por Adesão depois da Lei	86.565.340,0[illegible]	25.737.293,03		
1.5 – Planos Coletivos Empresariais antes da Lei				
1.6 – Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	570.058.221,13	701.497.874,19	4.223.947,56	4.651.008,18
2 – Cobertura Assist. com Preço Pós-Estabelecido				
2.3 – Planos Coletivos por Adesão antes da Lei				
2.4 -Planos Coletivos por Adesão depois da Lei				
2.5 – Planos Coletivos Empresariais antes da Lei				
2.6 – Planos Coletivos Empresariais depois da Lei				
Total	662.361.264,77	731.700.956,45	4.223.947,56	4.651.008,18

Em atendimento as exigências da Agência Nacional de Saúde dispostas na Resolução Normativa nº 435/2018, item 7.1.2, Anexo, Capítulo 1 – Normas Gerais, acerca dos registros de segregação de despesas e Ofício Circular nº. 01/2013/DIOPE/ANS enviado as operadoras de planos de saúde em novembro de 2013, demonstra-se a seguir os eventos indenizáveis:

Eventos médicos hospitalares do plano coletivos por adesão antes da lei:

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	TOTAL
Rede Própria	-	-	-	-	-	-	-
Rede Contratada	123.111,51	608.281,07	180.835,89	1.966.823,13	469.295,80	1.019.282,20	4.367.629,60
Reembolso	-	-	-	-	12.148,95	84.474,51	96.623,46
Intercâmbio Eventual	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	123.111,51	608.281,07	180.835,89	1.966.823,13	481.444,75	1.103.756,71	4.464.253,06

Eventos médicos hospitalares do plano coletivos por adesão depois da lei:

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	TOTAL
Rede Própria	-	-	-	-	-	-	-
Rede Contratada	1.004.874,59	5.547.230,24	2.852.941,76	8.415.947,03	2.389.705,17	5.231.209,61	25.441.908,40
Reembolso	-	-	-	-	237.730,54	57.654,09	295.384,63
Intercâmbio Eventual	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.004.874,59	5.547.230,24	2.852.941,76	8.415.947,03	2.627.435,71	5.288.863,70	25.737.293,03

Eventos médicos hospitalares do plano coletivo empresarial depois da lei:

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	TOTAL
Rede Própria	-	-	-	-	-	-	-
Rede Contratada	28.011.654,29	139.593.884,19	71.098.822,63	198.895.028,37	77.752.958,02	171.411.268,78	686.763.616,28
Reembolso	-	-	-	-	7.532.829,91	4.881.825,94	12.414.655,85
Intercâmbio Eventual	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	28.011.654,29	139.593.884,19	71.098.822,63	198.895.028,37	85.285.787,93	176.293.094,72	699.178.272,13

Eventos médicos hospitalares da corresponsabilidade assumida:

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	TOTAL
Rede Própria	-	-	-	-	-	-	-
Rede Contratada	210.190,03	1.003.946,60	120.234,87	1.140.461,63	852.121,43	1.324.053,63	4.651.008,19
Reembolso	-	-	-	-	-	-	-
Intercâmbio Eventual	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	210.190,03	1.003.946,60	120.234,87	1.140.461,63	852.121,43	1.324.053,63	4.651.008,19

20. Despesas administrativas

	2021	2020
Despesas com pessoal próprio (a)	48.980.987,68	45.433.673,49
Despesas com serviços de terceiros (b)	17.789.135,43	19.020.533,18
Despesas com localização e funcionamento (c)	8.960.192,18	11.292.252,24
Despesas com publicidade e propaganda	27.813,78	3.377,85
Despesas com tributos (d)	1.082.836,22	1.343.462,96
Despesas com Multas Administrativas (e)	7.790.430,60	-
Despesas administrativas diversas (f)	327.148,96	3.829.698,66
Despesas Judiciais (g)	3.299.732,97	4.554.390,99
Despesa Baixa Imobilizado - Fim de Vida Útil (h)	-	110.617,99
	88.258.277,82	85.588.007,36

Em 2021 ocorreu uma mudança do critério de classificação das despesas com serviços de terceiros, despesa com localização e funcionamento e despesas administrativas diversas, segregando das outras atividades de gestão a partir da origem, o que impactou diretamente a variação a menor em relação ao exercício de 2020, evidenciado na tabela abaixo.

	2021	2020
Despesas com serviços de terceiros	18.997.254,56	19.020.533,18
Despesas com localização e funcionamento	11.868.717,88	11.292.252,24
Despesas administrativas diversas	3.621.641,89	3.829.698,66
	34.487.614,33	34.142.484,08

a) Folha de pagamento, benefícios, cursos, viagens e outros gastos com colaboradores;
b) Prestadores de Serviços (vigilância, honorários advocatícios, consultoria e terceirização para mão-de-obra temporária);
c) Gastos com aluguel, água, luz, telefone, conservação e limpeza, material de expediente, malotes, fretes, manutenções em geral, depreciação e amortização;
d) Gastos com tributos no ano de 2021 reduziu em comparação ao ano de 2020, esses tributos são IPTU, IPVA e outras impostos municipais e estaduais.
e) Multas administrativas aplicadas pela ANS em 2021, que estavam inscritas no CADIN (Cadastro Informativo de Crédito Não Quitado do Setor Público Federal) e parceladas pela Fundação Assefaz.
f) Gastos intermediação de seguros, material centros de lazer, multas do poder público e eventos patrocínio, entre outros.
g) Despesas judiciais, valores provisionados para contingências e processo transitado em julgado favorecendo a parte contraria a fundação não contingenciado;
h) Em 2021 houve mudança de critério de contabilização da rubrica de baixa de imobilizado que em 2020 estava em despesa administrativa e foi alterado para a conta de baixa de bens do Ativo não circulante no grupo de despesas patrimoniais. Para manter o efeito comparativo segue tabela com os valores reconhecidos como despesa em 2021.

	2021	2020
Despesa Baixa Imobilizado - Fim de Vida Útil	50.715,77	110.617,99

21. Outras Receitas Operacionais

	2021	2020
Contribuição mensal - social	14.919.870,87	15.314.942,06
Receitas social	1.922.558,61	1.789.119,24
Convênios	5.034.852,35	4.263.764,00
Outras receitas operacionais	279.810,80	262.211,73
	22.157.092,63	21.630.037,03

22. Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde Não Relacionado com Planos de Saúde da Operadora

	2021	2020
Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde Não Relacionado com Plano de Saúde	16.101,42	0
Despesas Operacionais - Outras Atividades Autogestão	8.968.794,68	1.765.654,70
	8.984.896,10	1.765.654,70

Em 2021 ocorreu uma mudança de critério na classificação de Despesas Operacionais de Outras Atividades de Autogestão, com efeito direto na variação da conta acima. Para evidenciar o comparativo, abaixo a tabela sem o efeito da classificação.

	2021	2020
Despesas Op. Outras Atividades Autogestão	1.557.656,92	1.765.654,70
	1.557.656,92	1.765.654,70

23. Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças

O programa de promoção da saúde e prevenção de Risco e Doenças (PROMOPREV), foi contabilizado conforme a RN 418/2016, baseado nos critérios da INC 07/2012, que prevê o uso dos valores de PROMOPREV como redução da Margem de Solvência do ano subsequente até o limite de 10% da margem de solvência mensal necessária. Abaixo tabela comparativa do PROMOPREV.

	2021	2020
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças	46.286.796,08	44.410.706,91

24. Resultado financeiro

As receitas e despesas financeiras são relativas as movimentações bancárias e rendimentos de aplicações financeiras.

	2021	2020
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	26.233.840,75	9.186.008,36
Receitas Recebimentos em Atraso	929.000,75	1.062.943,80
Descontos Obtidos	1.866.655,07	832.294,79
Outras receitas	547.297,65	383.061,06
	29.576.794,22	11.464.308,01
Despesas financeiras		
Imposto de Renda	(2.512.642,57)	(1.191.050,03)
IOF sobre aplicações financeiras	(373.638,16)	(51.366,71)
Despesas bancárias	(1.027.993,07)	(1.058.308,24)
Outras Despesas Financeiras	(318.409,80)	(479.394,88)
Cofins sobre aplicação Financeira provisão	(457.472,46)	
	(4.690.156,06)	(2.780.119,86)
	24.886.638,16	8.684.188,15

Os rendimentos de aplicações financeiras no ano de 2021 foi maior em relação ao ano de 2020, devido à novas aplicações que ocorreram durante o ano e ao aumento da taxa de juros em 2021. Em 2021, após recebimento de notificação da Receita Federal, foi provisionado a COFINS sobre os rendimentos de aplicação financeira, sem o desembolso financeiro, até que seja sanado os esclarecimentos solicitados.

25. Resultado patrimonial

Resultado patrimonial decorre do valor de superávit ou déficit obtido com o patrimônio utilizado para investimento.

	2021	2020
Receita Patrimonial		
Receita com aluguel de imóveis para renda	1.340.373,36	1.187.410,16
Resultado de equivalência patrimonial	250.270,14	465.166,21
Lucro na Alienação de Bens do Ativo Imob.	22.654,06	77.050,56
Total Receita Patrimonial	1.613.297,56	1.729.626,93
Despesa Patrimonial		
IPTU - imóveis para renda	-	(4.871,00)
Condomínio - imóveis para renda	-	(102.883,04)
Prejuízo na Alienação de Bens / Baixa de Bens Ativo Não Circulante	(50.715,77)	-
Total de Despesa Patrimonial	(50.715,77)	(107.754,04)
Resultado Patrimonial	1.562.581,79	1.621.872,89

As receitas patrimoniais são derivadas de venda de imobilizado ou investimento, aluguel de salas ou imóveis que são utilizados por terceiros e resultado de equivalência patrimonial.
As despesas patrimoniais referem-se ao serviço de conservação e limpeza de imóveis, impostos e taxas de condomínios, entre outras despesas que não são inseridas nas anteriores.
Em 2021 houve mudança de critério de contabilização da rubrica de baixa de imobilizado que em 2020 estava classificada em despesa administrativa e foi alterado para a conta de baixa de bens do Ativo Não Circulante no grupo de despesas patrimoniais.

26. Transações com partes relacionadas

A Fundação ASSEFAZ efetua transações com a empresa controlada Drogaria Vitabel Ltda., praticando valores, prazos e encargos usuais de mercado:

	2021	2020
Ativo circulante	34.624,00	34.624,00
Valores a receber	34.624,00	34.624,00
Aluguéis a receber	34.624,00	34.624,00
Adto. A Controladas	-	-
Passivo circulante	201.751,52	195.129,00
Valores a pagar	201.751,52	195.129,00
Vitabel	201.751,52	195.129,00
Resultado	(4.496.559,63)	(6.930.462,00)
Receita	426.244,70	391.952,00
Receita Patrimonial	426.244,70	391.952,00
Locação de imóveis – Vitabel	426.244,70	391.952,00
Despesa	(4.922.804,33)	(7.322.414,00)
Eventos Indenizáveis	(4.922.804,33)	(7.322.414,00)
Reembolso – Vitabel	(4.922.804,33)	(7.322.414,00)
Resultado Equivalência Patrimonial	250.270,14	465.166,00
Resultado Líquido de IR e CSLL – Vitabel	250.270,14	465.166,00

Locação de imóvel refere-se ao estabelecimento situado na SCLS Quadra 303 – Bloco A – Loja 27, Brasília-DF que pertence a Fundação Assefaz cujo espaço é cedido sob forma de locação a Drogaria Vitabel pactuado em contrato.
O reembolso corresponde ao valor do incentivo de 50% no ato da aquisição do produto, cujo percentual é estabelecido pelos planos de saúde em modalidade específica (Diamante e Rubi) da Fundação Assefaz, para aquisição dos medicamentos alopáticos e fitoterápicos pelos seus beneficiários na Drogaria Vitabel.

27. Seguros

A Fundação adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dadas as suas naturezas, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis.

28. Eventos Subsequentes

A Agência Nacional de Saúde - ANS, por meio da publicação da RN 472/2021, recepcionou o CPC 06 – Arrendamentos e o CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes.
Em relação ao CPC 06 - Arrendamentos (ex.: aluguéis de imóveis operacionais e administrativos), o registro contábil que até 2021 era lançado nas despesas de aluguel passarão a ser registrado em uma conta de direito de uso no "ativo".
Já para o CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes, são os registros das operações em preço pós-estabelecido, onde as operadoras registravam em receita somente a remuneração pela intermediação. A partir de 2022, os valores serão contabilizados de forma líquida.
Com isso, de momento, não terá impacto nas demonstrações de resultado do exercício subsequente, bem como, outros impactos econômico-financeiros.
Está sendo inserido diariamente informações no site e redes sociais, sobre alterações nos fluxos envolvendo os beneficiários e prestadores de serviços. Assim, a Fundação Assefaz vem promovendo o cuidado e zelo com seus beneficiários, mitigando riscos.

JUNIA CRISTINA FRANCA SANTOS 2022.03.24 11:06:18 -03'00'
Júnia Cristina França Santos
Diretora Administrativa-Financeira
CPF: 385.305.701-20

JOACYRA LYA SOUSA RIBEIRO DE ABREU
Joacyra Lya Sousa Ribeiro
Coordenadora Nacional de Contabilidade
CRC/DF – 021737/O-0
CPF: 013.497.223-67

Assinado de forma digital por Sandra Regina Odeli - Atuária MIBA 1.209
Sandra Regina Odeli
Atuária
MIBA: 1.209
CPF: 796.233.879-20

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Conselheiros da
FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA FAZENDA - ASSEFAZ
Brasília – DF

Opinião:

Examinamos as demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA FAZENDA ("ASSEFAZ")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA FAZENDA** em 31 de dezembro de 2021, e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pela Agência Nacional de Saúde Complementar (ANS).

Base para opinião:

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **ASSEFAZ**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:

A Diretoria Executiva da **ASSEFAZ** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria Executiva é responsável pela avaliação da capacidade de a **ASSEFAZ** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **ASSEFAZ** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **ASSEFAZ** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **ASSEFAZ**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração da **ASSEFAZ**, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **ASSEFAZ**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **ASSEFAZ** a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que eventualmente identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 04 de março de 2022.

MOORE

MOORE VR AUDITORES E CONSULTORES S/S
CRC DF 002962/F
CVM 12807

Rodrigo Costa Silva
Contador CRC 1 GO 016905/O-4

GRUPIARA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 06.898.197/0001-04

Relatório da Administração

De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter a V.Sas., as Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 acompanhadas das Notas Explicativas. A Diretoria está à disposição dos senhores acionistas para as informações que julgarem necessárias. São Paulo, 30 de março de 2022. **A Diretoria**

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Ativo	2021	2020
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	20.800	23.285
Total do ativo circulante	**20.800**	**23.285**
Não circulante		
Créditos fiscais a compensar (Nota 6)	1.321	1.181
Investimento (Nota 7)	334.947	324.285
Total do ativo não circulante	**336.268**	**325.466**
Total do ativo	**357.068**	**348.751**

Passivo e patrimônio líquido	2021	2020
Circulante		
Obrigações tributárias	297	132
Dividendos a pagar (Nota 8, e)	7.923	4.581
Total do passivo	**8.220**	**4.713**
Patrimônio líquido (Nota 8)		
Capital social	232.649	232.649
Reserva de capital	81.665	81.665
Reservas de lucros	34.534	29.724
Total do patrimônio líquido	**348.848**	**344.038**
Total do passivo e patrimônio líquido	**357.068**	**348.751**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Em milhares de reais

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros: Legal	Reserva de Lucros: Investimentos	Lucros Acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2019	232.649	81.665	11.163	28.938	–	354.415
Lucro do exercício	–	–	–	–	18.325	18.325
Dividendos pagos (Nota 8, e)	–	–	–	(24.121)	–	(24.121)
Dividendos a pagar (Nota 8, e)	–	–	–	–	(4.581)	(4.581)
Constituição de reserva para investimentos	–	–	–	13.744	(13.744)	–
Reversão reserva legal (Nota 8, c)	–	–	(396)	396	–	–
Em 31 de dezembro de 2020	232.649	81.665	10.767	18.957	–	344.038
Lucro do exercício	–	–	–	–	31.690	31.690
Dividendos pagos (Nota 8, e)	–	–	–	(18.957)	–	(18.957)
Dividendos a pagar (Nota 8, e)	–	–	–	–	(7.923)	(7.923)
Constituição de reserva para investimentos	–	–	–	23.767	(23.767)	–
Em 31 de dezembro de 2021	232.649	81.665	10.767	23.767	–	348.848

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado
Exercícios Findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Demonstração do resultado do exercício	2021	2020
Participação nos lucros de investida (Nota 7)	31.043	17.998
Despesas operacionais		
Outras despesas operacionais, líquidas	(68)	(98)
Lucro operacional	30.975	17.900
Resultado financeiro (Nota 9)	1.012	557
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	31.987	18.457
Imposto de renda e contribuição social	(297)	(132)
Lucro líquido do exercício	31.690	18.325
Ações no fim do exercício em milhares (Nota 8)	13.167	13.167
Lucro por ação - R$	2,41	1,39

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado Abrangente
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Demonstração do resultado abrangente	2021	2020
Lucro líquido do exercício	31.690	18.325
	31.690	18.325

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios Findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	31.987	18.457
Ajustes		
Participação nos lucros de investida (Nota 7)	(31.044)	(17.998)
Aumento nos ativos e passivos		
Créditos fiscais a compensar (Nota 6)	(140)	(4)
Obrigações tributárias	(132)	(195)
Caixa líquido obtido nas atividades operacionais	671	260
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Dividendos recebidos (Nota 7)	2.295	–
Redução de capital na investida (Nota 7)	18.087	24.545
Caixa líquido obtido nas atividades de investimento	20.382	24.545
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos (Nota 8, e)	(23.538)	(26.000)
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(2.485)	(1.195)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 5)	23.285	24.480
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 5)	20.800	23.285

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais: A Grupiara Participações S.A. ("Companhia"), com sede na cidade de São Paulo, foi constituída em 17 de junho de 2004 e suas atividades compreendem: administração de bens próprios ou de terceiros e participação em outra sociedade, empresarial ou simples, como sócia ou acionista. A Companhia tem como principal controlador a Reynolds Metals Company LLC (Estados Unidos), uma subsidiária integral da Alcoa Corporation (Estados Unidos). A Companhia, em conjunto com as sociedades ligadas, compartilha as estruturas e os custos corporativos [illegible]

[illegible] premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **(a) Pronunciamentos emitidos que foram adotados pela primeira vez para o exercício iniciado em 1° de janeiro de 2021:** Reforma da IBOR - Fase 2: alterações ao CPC 48, CPC 38 e CPC 40 - "Instrumentos Financeiros" - reforma do *benchmark* da taxa de juros. A Fase 2 da reforma da IBOR traz as seguintes exceções temporárias na aplicação das referidas normas, que foram adotadas pelo Grupo, com relação a: • Fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros: permitido mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais sem ocasionar em desreconhecimento do contrato e, consequentemente, sem efeito imediato de ganho ou perda no resultado do exercício, desde que diretamente relacionada com a reforma da taxa de juros de referência e substituição da taxa de juros, e que a nova base seja considerada economicamente equivalente à base anterior, sendo assim a companhia avaliou que não foram identificados impactos. • Relações de hedge: a designação formal da relação de proteção deve ser alterada apenas para designar a taxa de referência alternativa como um risco coberto, alterar a descrição do item protegido e/ou alterar a descrição do instrumento de cobertura. Tal alteração na designação formal da relação de proteção não constitui descontinuação da relação de proteção e nem nova relação de proteção, portanto sem efeitos imediatos no resultado do exercício. A Companhia não espera que a adoção dessas normas tenha impacto relevante sobre as demonstrações financeiras em períodos futuros, porém, continuará a monitorar se, havendo alguma mudança, tais normas demandarão algum ajuste contábil. **2.2 Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional da Companhia e de sua investida, sendo também, a moeda de apresentação da Companhia. **(b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras, quando aplicável, são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais até três meses e com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas. **2.4 Ativos financeiros: (a) Classificação:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado por custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI") e valor justo por meio do resultado ("FVTPL"). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: • o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e • os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: • o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e • os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas [illegible]

[illegible] gação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.6 Imposto de renda e contribuição social corrente:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido, quando aplicável. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, que impactam a coligada AWA Brasil, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Tais estimativas podem divergir das premissas adotadas pela administração, sobretudo em função de flutuações relativas a variáveis macroeconômicas não controláveis. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, são: (a) provisões para contingências; (b) imposto de renda e contribuição social diferidos ativos; (c) impacto de *impairment* nos investimentos e no ativo imobilizado; (d) provisão para gastos ambientais; (e) revisão de vida útil do ativo imobilizado; (f) ajuste a valor presente do PIS, COFINS e ICMS sobre ativo imobilizado; **4 Gestão de risco financeiro:** As atividades da coligada da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo Alcoa no Brasil, segundo as políticas aprovadas pela matriz. A tesouraria central do Grupo identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo.

5 Caixa e equivalentes de caixa:	2021	2020
Conta corrente	1	8
Certificados de Depósitos Bancários (CDBs)	20.799	23.277
	20.800	23.285

Em 31 de dezembro, os títulos correspondem a certificados de depósitos bancários pós-fixados, denominados em Reais, com alto índice de liquidez de mercado. Os certificados de depósitos bancários foram remunerados em 2021 à base média de 100.2% do CDI (99.7% em 2020). **6 Créditos fiscais a compensar:**

	2021	2020
Antecipação de IRPJ e CSLL	1.321	1.181
	1.321	1.181

7 Investimentos: (a) Participação em sociedade coligada:

	2021	2020
Em 1° de janeiro	324.285	330.832
Redução de capital em coligada	(18.087)	(24.545)
Participação nos lucros de coligada (i)	31.044	17.998
Dividendos recebidos	(2.295)	–
Em 31 de dezembro	334.947	324.285

(i) Resultado de equivalência patrimonial apurado considerando a participação da Companhia de 5,318% sobre o lucro líquido da AWA Brasil de R$ 583.743 (2020 - lucro de R$ 338.424). A seguir a participação da Companhia nos resultados da coligada de capital fechado, como também no total de seus ativos (incluindo ágio) e passivos:

Nome	País	Ativo	Passivo	Receita	Lucro	Percentual de participação
2021						
Alcoa World Alumina Brasil Ltda.	Brasil	357.343	46.426	165.493	31.044	5,318%
2020						
Alcoa World Alumina Brasil Ltda.	Brasil	338.847	39.118	140.804	17.998	5,318%

[illegible] Brasil possuía lucros acumulados de R$ 483.010 (em 31/12/2020 lucro de R$ 44.154). Este resultado corrobora o retorno dos altos investimentos realizados nos últimos anos, com aumento de volume de produção bem como substanciais melhorias relacionadas à produtividade das operações. **8 Patrimônio líquido: (a) Capital social:** O capital social, em 31 de dezembro de 2021 é composto por 13.167.198 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A Companhia é controlada pela Reynolds Metals Company LLC que possui 97,702%, e pela Reynolds Metals Exploration Inc. que possui 2,298% do capital social da Grupiara Participações S.A., sendo a controladora final destas companhias a Alcoa Corporation. **(b) Reserva de capital:** A reserva de capital é constituída por valores decorrentes de transações entre acionistas da Companhia, as quais não afetaram o resultado da Companhia, ou seja, que não transitam pela sua Demonstração de Resultado. A referida reserva pode ser utilizada para absorção de prejuízos, quando estes ultrapassarem as reservas de lucros e resgate, reembolso e compra de ações. **(c) Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Considerando que, em 2019 a constituição de reserva legal para a Companhia já se mostrava desnecessária de acordo com o artigo 193 §1° da Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404/76 (reservas superavam 30% do Capital Social). Desse modo, durante o ano de 2020 a Administração da Companhia identificou que a reserva legal que havia sido registrada em 2019 no valor de R$ 396 seria desnecessária, sendo assim, decidiu pela reversão desta última constituição, conforme deliberação em Assembleia (reversão de R$396 em 2020). Durante o ano de 2021 a Administração da Companhia decidiu por não mais constituir valores ao saldo da reserva legal, pelos mesmos motivos já apresentados (no parágrafo anterior). **(d) Reserva de lucro para investimento:** A reserva de lucros para investimentos refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a qual tem por finalidade atender as necessidades e destinações futuras da Companhia, a ser deliberado na Assembleia Geral dos acionistas, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. O saldo desta reserva de investimento permanece à disposição da Administração da Companhia, e sua destinação será objeto de deliberação em Assembleia. Adicionalmente, essa reserva pode ser realizada para a distribuição de dividendos. **(e) Dividendos propostos:** A Companhia aprovou e distribuiu pagamento de dividendos aos acionistas durante o exercício de 2021 no total de R$ 23.538 (R$ 26.000 em 2020), referente ao montante da reserva para investimento em 31 de dezembro de 2020. A distribuição ocorreu proporcionalmente ao percentual de participação dos sócios, sendo R$22.997 (R$25.403 em 2020) para Reynolds Metals Company LLC e R$ 541 (R$ 597 em 2020) para a Reynolds Metals Exploration Inc. Referente ao exercício de 2021 foram propostos e provisionados o montante de R$ 7.923 que se referem aos dividendos mínimos obrigatórios, de 25% sobre o lucro líquido. **9 Resultado financeiro:**

	2021	2020
Receitas financeiras - aplicações financeiras	976	531
Outros	36	26
	1.012	557

Diretoria

Diretor-Presidente: Otávio Augusto Rezende Carvalheira | **Diretor:** Gisele Fernanda Salvador

Contador

Celso Ricardo Baccini - CRC n° 1SP-232884/O-3

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas **Grupiara Participações S.A.** - **Opinião** [illegible]

[illegible] mas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropria- [illegible]

[illegible] dimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos [illegible] ras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da coligada para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essa investida e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Companhia. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2022

pwc
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Mairkon Strangueti Nogueira
CRC 1SP255830/O-3

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUMIRIM - SP

COMUNICADO

A Prefeitura Municipal de Jumirim resolve SUSPENDER a sessão pública do **Pregão Presencial n° 01/2022** do dia 31/03/20221 que tem por objeto: **"Contratação de empresa especializada em locação de equipamentos educacionais do tipo chromebook educacional, gabinete móvel de recarga e painel interativo para utilização na Rede Municipal de Educação pelo período de 12 (doze) meses"**, frente às análises a serem efetuadas no Edital por conveniência e razões de interesse público. A nova sessão se dará no dia 05/04/2022 às 9h.

Jumirim, 29 de março de 2022, Daniel Vieira - Prefeito.

CSN MINERAÇÃO S.A.

CNPJ/ME 08.902.291/0001-15 - NIRE 31.300.025.144 - *Companhia Aberta*

Edital de Convocação

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser Realizada em 29 de Abril de 2022

Ficam os senhores acionistas da CSN Mineração S.A. ("Companhia") convocados para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") a realizar-se no dia 29 de abril de 2022, às 16h, de modo exclusivamente digital, nos termos da Instrução CVM 481/09, conforme alterada, por meio da plataforma *Ten Meetings* ("Sistema Eletrônico"), cujo link será disponibilizado pela Companhia aos acionistas no Manual para Participação na Assembleia, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **I. Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Relatório Anual da Administração, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **(ii)** a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e a distribuição de dividendos; e **(iii)** a remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2022. **II. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** consignar o pedido de renúncia apresentado por membro suplente do Conselho de Administração e eleger seu substituto; **(ii)** alterar o *caput* do artigo 5° do Estatuto Social da Companhia, a fim de refletir o aumento de capital social aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 12 de fevereiro de 2021; e **(iii)** consolidar o Estatuto Social da Companhia. **Participação dos Acionistas na AGOE e Apresentação de Documentos**: Poderão participar da AGOE os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, por meio do Sistema Eletrônico ou, ainda, via Boletim de Voto a Distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da AGOE, formas e documentos necessários para participação constam no Manual para Participação na Assembleia e nos Boletins de Voto a Distância (AGO e AGE) e, juntamente com a documentação relativa às matérias da ordem do dia, estão disponíveis nos websites de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.csnmineracao.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). **Participação por Meio do Sistema Eletrônico**: A AGOE será realizada de modo exclusivamente digital, nos termos da Instrução CVM 481/09, sendo que a participação dos acionistas se dará por meio do Sistema Eletrônico, nos termos indicados abaixo. Os acionistas que desejarem participar da AGOE deverão acessar o *link* disponibilizado no Manual para Participação na Assembleia, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação na AGOE, conforme indicados abaixo, até as 16h do dia 27/04/2022. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. **(a)** Extrato atualizado contendo a respectiva participação acionária expedido pelo órgão custodiante com, no máximo, 3 (três) dias de antecedência da AGOE; **(b) Para pessoas físicas**: documento de identidade com foto do acionista; **(c) Para pessoas jurídicas**: (i) estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (ii) documento de identidade com foto do representante legal; **(d) Para fundos de investimento**: (i) regulamento consolidado do fundo; (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iii) documento de identidade com foto do representante legal; e **(e)** Caso qualquer dos acionistas indicados nos itens (b) a (d) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar: (i) procuração com poderes específicos para sua representação na AGOE, que deverá ter sido outorgada há menos de 1 (um) ano; (ii) documentos de identidade do procurador presente, bem como, no caso de pessoa jurídica ou fundo, cópias do documento de identidade e ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato que comprovem os poderes de representação. Para esta AGOE, a Companhia aceitará procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico, assinadas com uso da certificação ICP-Brasil. **Participação por Voto a Distância**: Nos termos dos artigos 21-A e seguintes da Instrução CVM 481/09, conforme detalhado no Manual para Participação na Assembleia, os acionistas da Companhia poderão encaminhar por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador das ações da Companhia ou diretamente à Companhia, a partir desta data e até o dia 22/04/2022 (inclusive), suas instruções de voto em relação às matérias da ordem do dia da AGOE, mediante o preenchimento e envio dos Boletins de Voto a Distância (AGO e AGE), cujos modelos foram disponibilizados separadamente, nos websites de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.csnmineracao.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Tendo em vista a realização de modo exclusivamente digital, a AGOE será considerada como realizada na sede social da Companhia, nos termos da Instrução CVM 481/09. Os acionistas da Companhia interessados em acessar as informações ou sanar dúvidas relativas às matérias acima deverão contatar a área de Relações com Investidores da Companhia, por meio do e-mail: invrel@csnmineracao.com.br. Congonhas, 29 de março de 2022. **Benjamin Steinbruch** - Presidente do Conselho de Administração.

COGNA Educação S.A.

cogna

CNPJ n° 02.800.026/0001-40 - NIRE 31.300.025.187
Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas da Cogna Educação S.A. ("Companhia") convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a se realizar no dia 29 de abril de 2022, às 15h, de modo exclusivamente digital, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar acerca das demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; **(ii)** deliberar sobre a absorção, pela reserva de capital, do prejuízo apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; **(iii)** fixar o número de membros a compor o Conselho de Administração e eleger dos seus membros; **(iv)** deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal; **(v)** caso o Conselho Fiscal seja instalado, fixar o respectivo número de membros; e **(vi)** aprovada a composição do Conselho Fiscal, eleger seus membros e os respectivos suplentes, bem como fixar a sua remuneração. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** fixar o limite de valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2022; **(ii)** acrescentar nova atividade complementar e acessória às atividades educacionais e modificar atividade constante do objeto social da Companhia, com a consequente inclusão da alínea "l" e alteração da alínea "k" do art. 2° do estatuto social da Companhia; e **(iii)** alterar a sede da Companhia. Esclarecimentos: Conforme autorizado pelo Artigo 21-C, §3° da Instrução CVM n° 481/09, **a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital**, podendo os senhores acionistas da Companhia participar e votar por meio do sistema eletrônico, ou exercer o direito de voto mediante uso do boletim de voto a distância, em ambos os casos, nos termos da Instrução CVM n° 481/09. Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, em observância ao Artigo 133 da Lei n° 6.404/76, bem como no seu site de Relações com Investidores (https://ri.cogna.com.br/) e nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (https://www.gov.br/cvm) e da B3 (http://www.b3.com.br/), cópias dos documentos referentes às matérias constantes da ordem do dia, incluindo aqueles exigidos pela Instrução CVM n° 481/2009. O percentual mínimo de participação no capital social necessário à requisição da adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia. Esta faculdade somente poderá ser exercida pelos acionistas se observada a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas em relação ao horário de realização da Assembleia. A administração informa que não será conferido direito de retirada aos acionistas dissidentes da deliberação constante do item (ii) da Assembleia Geral Extraordinária, nos termos do art. 137 da Lei n° 6.404/76, uma vez que se trata de mera inclusão de atividade complementar e acessória ao objeto social da Companhia, bem como expansão do rol de sociedades em que a Companhia pode participar - que se trata de uma dentre as várias atividades previstas no seu objeto social da Companhia. Desse modo, a Companhia permanecerá exercendo, de maneira preponderante, as atividades já previstas em seu objeto social atualmente. Não há, portanto, incidência do direito de retirada, conforme entendimento já manifestado pela Comissão de Valores Mobiliários no âmbito do Processo Administrativo CVM n° RJ2015/3074, do Processo CVM n° RJ 2003/5457, do Parecer CVM/SJU n° 037/85 e do Parecer CVM/SJU/10 de 24.01.1983. Participação Por Meio Digital: Os acionistas que desejarem participar na Assembleia via Plataforma Digital, deverão acessar o endereço https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=3AE03EC18CC0, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data da Assembleia (ou seja, até o dia 27 de abril de 2022, inclusive) ("Cadastro"). Após a aprovação do Cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para Cadastro. A solicitação de Cadastro necessariamente deverá (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia, conforme abaixo indicado: Os seguintes documentos são de envio obrigatório pelo acionista para viabilizar a sua participação: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do Artigo 126 da Lei n° 6.404/76; e (ii) instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e do Estatuto Social da Companhia, na hipótese de representação do acionista, além dos seguintes documentos, em sua via original ou cópia autenticada:

Para pessoas físicas:	• Documento de identidade com foto do acionista.
Para pessoas jurídicas:	• Último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e • Documento de identidade com foto do representante legal.
Para fundos de investimento:	• Último regulamento consolidado do fundo; • Estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e • Documento de identidade com foto do representante legal.

Em relação aos documentos indicados acima, a Companhia solicita, conforme o caso, reconhecimento de firma, notarização, consularização (ressalvados os procedimentos alternativos eventualmente admitidos em razão de acordos ou convenções internacionais).

No caso de procurador ou representante legal, deverá realizar o Cadastro com seus dados no endereço https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=3AE03EC18CC0. Após o recebimento do e-mail de confirmação do Cadastro, deverá enviar, por meio do link enviado para o e-mail informado no Cadastro, a indicação de cada acionista que irá representar e anexar os respectivos documentos de comprovação da condição de acionista e de representação, conforme detalhado acima. O procurador ou representante legal receberá e-mail individual sobre a situação de habilitação de cada acionista registrado em seu Cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos nos termos e prazos requeridos pela Companhia. O procurador ou representante legal que porventura represente mais de um acionista somente poderá votar na Assembleia pelos acionistas que tiverem sua habilitação confirmada pela Companhia. Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, o acionista (ou seu procurador, conforme o caso) receberá as instruções e orientações para acesso à Plataforma Digital, incluindo, sem limitação, o login e a senha individual de acesso, que autorizará apenas um único acesso na Assembleia. Essas informações serão enviadas exclusivamente para o endereço de e-mail utilizado pelo acionista no Cadastro (ou seu respectivo procurador, conforme o caso). A Companhia ainda informa que, até 2 (duas) horas antes do horário de início da Assembleia, será enviado um lembrete acerca da realização da Assembleia, que não conterá os dados de login e de senha individual para acesso à Assembleia. Caso o acionista (ou seu procurador, conforme o caso) não receba as instruções de acesso, deverá entrar em contato com a Diretoria de Relações com Investidores, por meio do e-mail dri@cogna.com.br, com até 1 (uma) hora de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. Não poderão participar da Assembleia os acionistas que não efetuarem o Cadastro e/ou não informarem a ausência do recebimento das instruções de acesso à Assembleia na forma e prazos previstos acima. Os acionistas se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais única e exclusivamente para o acompanhamento remoto da Assembleia, (ii) não transferir ou divulgar, no todo ou em parte, os convites individuais a qualquer terceiro, acionista ou não, sendo o convite intransferível, e (iii) não gravar ou reproduzir, no todo ou em parte, nem tampouco transferir, a qualquer terceiro, acionista ou não, o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização da Assembleia. Em antecipação às informações de acesso que serão enviadas por e-mail ao acionista devidamente cadastrado, conforme acima descrito, a Companhia solicita que o acesso à Plataforma Digital ocorra por videoconferência (modalidade em que acionista poderá assistir a Assembleia e se manifestar por voz e com vídeo) a fim de assegurar a autenticidade das comunicações, exceto se o acionista for instado, por qualquer motivo, a desligar a funcionalidade de vídeo da Plataforma Digital. Solicita, ainda, com o objetivo de manter o bom andamento da Assembleia, que os acionistas respeitem eventual tempo máximo que poderá ser estabelecido pela Companhia para a manifestação do respectivo acionista após a sua solicitação de manifestação e a abertura do áudio pela Companhia. Na data da Assembleia, o acesso à Plataforma Digital estará disponível a partir de 30 (trinta) minutos antes e até o horário de início dos trabalhos da Assembleia, sendo que o registro da presença do acionista via Plataforma Digital somente se dará mediante o acesso ao sistema, conforme instruções e nos horários aqui indicados. A Companhia recomenda que os acionistas acessem a Plataforma Digital com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos do início da Assembleia a fim de evitar eventuais problemas operacionais, e permitir a validação do acesso e participação de todos os acionistas. Para acessar a Plataforma Digital, são necessários: (i) computador com câmera e áudio que possam ser habilitados; e (ii) conexão de acesso à internet de no mínimo 1mb (banda mínima de 700kbps). O acesso por videoconferência deverá ser feito, preferencialmente, por meio do navegador Google Chrome ou Microsoft Edge, observado que o navegador Safari do Sistema IOS não é compatível com a Plataforma Digital. Além disso, também é recomendável que o acionista desconecte qualquer VPN ou plataforma que eventualmente utilize sua câmera antes de acessar a Plataforma Digital. Caso haja qualquer dificuldade de acesso, o acionista deverá entrar em contato no telefone (11) 98912-8802 ou pelo e-mail dri@cogna.com.br. Em cumprimento ao artigo 21-C, §1°, II, da Instrução CVM n° 481/09, a Companhia informa que gravará a Assembleia, sendo, no entanto, proibida a sua gravação ou transmissão, no todo ou em parte, por acionistas que acessem a Plataforma Digital para participar e, conforme o caso, votar na Assembleia. A Companhia não se responsabiliza por problemas operacionais ou de conexão que os acionistas venham a enfrentar, ou quaisquer outras situações que não estejam sob o controle da Companhia (e.g., instabilidade na conexão do acionista com a internet ou incompatibilidade do equipamento do acionista com a Plataforma Digital) que dificultem ou impossibilitem a participação de um acionista na Assembleia. Os acionistas que participarem da Assembleia via Plataforma Digital, de acordo com as instruções acima, serão considerados presentes à Assembleia, e assinantes da respectiva ata e do livro de presença, nos termos do art. 21-V, III, da Instrução CVM n° 481/09. Participação Por Meio do Boletim de Voto a Distância: O acionista que desejar poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação a distância, nos termos da Instrução CVM n° 481/09, enviando o correspondente boletim de voto a distância por meio de seus respectivos agentes de custódia, ao agente escriturador ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes do item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia, do Manual de Participação na Assembleia e do Boletim de Voto a Distância. Belo Horizonte, 29 de março de 2022. **Rodrigo Calvo Galindo** - Presidente do Conselho de Administração.

Banco KDB do Brasil

Banco KDB do Brasil S.A. | CNPJ nº 07.656.500/0001-25

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400 - 15º andar - Conjunto 152 - CEP 04538-132 - Itaim Bibi - São Paulo - Brasil

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração do Banco KDB do Brasil S.A. submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras acompanhadas das Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, correspondente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021. As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

Circular nº 3.068/01 - BACEN
O Banco KDB do Brasil S.A. declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento", no montante de R$ 84.174 mil, representando 5,3% do total de Títulos e Valores Mobiliários.
Perfil Institucional:
O Banco KDB do Brasil S.A. é uma subsidiária do *The Korea Development Bank "KDB"*, instituição financeira do governo sul coreano. O KDB é o Banco comercial líder no mercado financeiro coreano e exerce um papel fundamental no crescimento econômico e no avanço da indústria da Coreia.

Desempenho financeiro:
O total de ativos montou R$ 1.736.288 mil em 31 de dezembro de 2021. O lucro líquido do exercício foi de R$ 7.771. Com isso, o Patrimônio Líquido apresentou um aumento de 3,1%, alcançando R$ 288.277 mil.
Índice da Basileia:
Em 31 de dezembro de 2021, o Índice de Basileia atingiu 81,89%, sendo 173,56% (2020).
Agradecemos ao acionista e nossos clientes pela confiança e credibilidade, e em especial aos nossos funcionários que tornaram possível tal desempenho.

São Paulo, 29 de março de 2022
A Administração

Balanço Patrimonial
Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020

(Em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	4	4.475	2.480
Instrumentos financeiros		1.730.472	1.503.482
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 e 5	19.206	179.460
Aplicações no mercado aberto		19.206	159.412
Aplicações depósitos interfinanceiros		–	20.048
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		1.594.126	1.296.673
Carteira própria	6	1.532.360	1.208.122
Vinculados à prestação de garantias	6	60.988	88.551
Instrumentos financeiros derivativos	7	778	–
Relações interfinanceiras		3.077	1.357
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central do Brasil		3.077	1.357
Carteira de crédito	8.a	74.709	25.985
Operações de créditos		74.709	25.985
Outros ativos financeiros		39.354	7
Carteira de câmbio	9	111	7
Outros créditos com característica de concessão de crédito	8	39.243	–
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(558)	(257)
Operações de crédito	8.b	(558)	(257)
Outros ativos	10	953	1.018
Imobilizado de uso	11.a	2.554	2.155
Outras imobilizações de uso		2.554	2.155
Intangível	11.b	875	772
Ativos intangíveis		875	772
Depreciações e amortizações		(2.483)	(2.366)
(Depreciações acumuladas)		(1.698)	(1.594)
(Amortização acumulada)		(785)	(772)
TOTAL DO ATIVO		1.736.288	1.507.284

PASSIVO	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos e demais instrumentos financeiros		1.441.758	1.224.458
Depósitos	12	157.270	672.184
Depósitos à vista		132.596	77.638
Depósitos a prazo		24.674	594.545
Obrigações por empréstimos e repasses	13	1.270.905	522.608
Empréstimos no exterior		1.270.905	522.608
Instrumentos financeiros derivativos	7	13.470	29.659
Instrumentos financeiros derivativos		13.470	29.659
Outros passivos financeiros	14	112	7
Carteira de câmbio		112	7
Provisões	16	904	1.071
Obrigações fiscais	15	5.010	1.823
Correntes		4.918	1.670
Diferidas		92	153
Outros passivos	17	340	339
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		288.277	279.593
Capital social:			
de domiciliados no exterior		552.891	552.891
Reserva de lucros		829	829
Outros resultados abrangentes		52	(861)
Prejuízos acumulados		(265.495)	(273.266)
TOTAL DO PASSIVO		1.736.288	1.507.284

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Para o 2º Semestre de 2021 e os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais - R$)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	552.891	829	(67)	(281.553)	272.100
MTM de títulos disponíveis para venda	–	–	(794)	–	(794)
Lucro líquido	–	–	–	8.287	8.287
Saldos em 31 de dezembro de 2020	552.891	829	(861)	(273.266)	279.593
Mutações do Período	–	–	(794)	8.287	7.493
Saldos em 31 de dezembro de 2020	552.891	829	(861)	(273.266)	279.593
MTM de títulos disponíveis para venda	–	–	913	–	913
Lucro líquido	–	–	–	7.771	7.771
Saldos em 31 de dezembro de 2021	552.891	829	52	(265.495)	288.277
Mutações do Período	–	–	913	7.771	8.684
Saldos em 30 de Junho de 2021	552.891	829	(861)	(273.266)	279.593
MTM de títulos disponíveis para venda	–	–	316	–	316
Lucro líquido	–	–	–	2.880	2.880
Saldos em 31 de dezembro de 2021	552.891	829	(545)	(270.386)	282.789
Mutações do Período	–	–	316	2.880	3.196

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado
Para o 2º Semestre de 2021 e os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ações)

	Nota explicativa	2º semestre/2021	31/12/2021	31/12/2020
Receitas da Intermediação Financeira		124.215	74.591	234.142
Operações de crédito	8.c	3.464	7.818	372
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.c	52.792	76.980	46.866
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		64.762	(1.353)	172.511
Resultado de operações câmbio	6.d	3.197	(8.854)	14.393
Despesas da Intermediação Financeira		(104.623)	(37.438)	(240.038)
Operações de captações no mercado		(1.601)	(4.404)	(6.649)
Operações de empréstimos e repasses	19.a	(103.022)	(33.034)	(233.389)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		19.592	37.153	(5.896)
Resultado de Provisão para Perdas		(387)	(301)	(257)
(Provisão)/Reversão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8.b	(387)	(301)	(257)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(9.854)	(22.337)	18.833
Receitas de prestação de serviços		1.082	2.285	2.707
Despesas de pessoal	23	(5.968)	(11.732)	(9.950)
Outras despesas administrativas	24	(3.131)	(6.148)	(5.477)
Despesas tributárias	25	(1.135)	(2.110)	(2.060)
Provisões/Reversões	26	(572)	(487)	1.455
Outras receitas operacionais	27	30	57	37.428
Outras despesas operacionais	28	(160)	(4.202)	(5.271)
Resultado Operacional		9.351	14.516	12.679
Resultado não Operacional		53	(17)	100
Resultado antes da Tributação e sobre o Lucro e Participações		9.405	14.499	12.779
Imposto de Renda e Contribuição Social		(3.973)	(5.931)	(3.749)
Provisão para imposto de renda	18	(2.323)	(2.949)	(1.993)
Provisão para contribuição social	18	(2.519)	(3.042)	(1.660)
Passivo fiscal diferido		869	60	(96)
Participações no Lucro		(541)	(798)	(743)
Lucro Líquido do Semestre/Exercícios		4.890	7.771	8.287
Lucro por Lote de Mil Ações - Em R$		0,01	0,01	0,01

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente
Para o 2º Semestre de 2021 e os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ações)

	2º semestre/2021	31/12/2021	31/12/2020
Lucro Líquido	4.890	7.771	8.287
Itens que serão reclassificados para o resultado			
Outros resultados abrangentes	597	913	(794)
Ganhos/(Perdas) não realizadas de ativos financeiros disponíveis para venda	1.193	1.826	(1.444)
Efeito fiscal	(597)	(913)	650
Resultado Abrangente	5.487	8.683	7.493

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto)
Para o 2º Semestre de 2021 e os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais - R$)

Atividades operacionais	Nota explicativa	2º semestre/2021	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido semestre		4.891	7.771	8.287
Depreciações e amortizações		127	236	196
Reversão/(Provisão) de processo trabalhista	26	–	–	(521)
Variação cambial de obrigações por empréstimos e repasses		100.399	28.150	(37.357)
Reversão de provisão de outras despesas administrativas	26	(38)	(113)	(600)
Reversão de provisão de PLR	26	–	(314)	(218)
Reversão de provisão de fundos de investimentos	26	–	–	(40)
Reversão/(Provisão) para perdas com títulos privados	26	611	915	(77)
Provisão para perdas associadas a carteira de crédito	8.b	387	301	257
Lucro líquido ajustado		106.377	36.947	(30.073)
Variação de ativos e passivos:		(191.262)	(945.394)	205.153
(Aumento) /Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		28.276	(229.676)	(202.897)
(Aumento) /Redução em relações interfinanceiras e interdependências		(813)	(1.720)	(764)
(Aumento) /Redução em operações de crédito		(78.757)	(87.783)	(25.985)
(Aumento) /Redução em outros ativos financeiros		347	(287)	8.053
(Aumento) /Redução em outros ativos		13	66	132
(Redução)/Aumento em depósitos		(42.333)	(514.914)	579.336
(Redução)/Aumento em obrigações por empréstimos e repasses		(100.233)	(113.718)	(139.568)
(Redução)/Aumento em outros passivos financeiros		(600)	104	(8.505)
(Redução)/Aumento em outros passivos		4.347	6.186	4.340
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.508)	(3.652)	(8.989)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades operacionais		(84.884)	(908.447)	175.080
Atividades de Investimento				
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários		(235.191)	(83.053)	(54.009)
Aquisição de imobilizado de uso		(471)	(518)	(114)
Aquisição de intangível		(14)	(104)	–
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos		(235.676)	(83.675)	(54.123)
Atividades de Financiamento				
(Redução)/Aumento em obrigações por empréstimos e repasses		231.847	833.862	27.375
Caixa líquido proveniente/(aplicado) nas atividades de financiamento		231.847	833.862	27.375
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(88.713)	(158.260)	148.331
Caixa e equivalentes de caixa - início do período	4	112.394	181.940	33.609
Caixa e equivalentes de caixa - final do período	4	23.681	23.681	181.940
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(88.713)	(158.259)	148.331

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de reais - R$)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco KDB do Brasil S.A. (Banco) com sede em São Paulo, foi constituído em 7 de outubro de 2005, tendo obtido a autorização para funcionamento do Banco Central do Brasil em 18 de outubro de 2005, atua como banco múltiplo, realizando operações e serviços bancários por intermédio das carteiras comercial e de investimento, além da execução de operações no mercado de câmbio.

2 ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei 6.404/76 e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.
Conforme estabelecido na Resolução BCB nº 02/20, que revogaram, respectivamente, a Resolução CMN nº 4.720/19 e Circular BACEN nº 3.959/19. O objetivo principal dessas normas é trazer similiaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, "*International Financial Reporting Standards* (IFRS)". Desta forma, o Banco realizou mudanças na apresentação das demonstrações financeiras atendendo aos requerimentos da respectiva norma, onde destacamos que as principais alterações foram:
• as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade (conforme artigo 5º da Circular BACEN nº 3.959/19). Mesmo a Resolução BCB nº 02 facultando esta apresentação, a Administração entende que essa forma de apresentação proporciona informações mais relevantes e confiáveis para os usuários. A abertura de segregação de circulante e não circulante está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas;
• os saldos do Balanço Patrimonial estão sendo apresentados comparativamente com o do final exercício social imediatamente anterior;
• as demais demonstrações devem ser comparadas com as relativas aos mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas;
• adoção de nova nomenclatura e agrupamento de itens patrimoniais, tais como: instrumentos financeiros, provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, outros ativos, depósitos e demais instrumentos financeiros, obrigações fiscais diferidas, provisão para contingências e outros passivos;
• mudança de alocação na demonstração do resultado "Resultado de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito" passando a ser apresentado logo após "Resultado bruto da intermediação financeira";
• apresentação na demonstração do resultado da provisão para contingências em linha específica em: "Reversões/(Despesa) de provisões para contingências";
• inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente (conforme artigo 25º da BCB nº 02);
• inclusão da apresentação de resultado recorrente e não recorrente de forma segregada.
Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis as instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são:
a) CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
b) CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
c) CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
d) CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
e) CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
f) CPC 24 - Evento subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
g) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
h) CPC 00 (R1) - Pronunciamento Conceitual Básico - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
i) CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15; e
j) CPC 46 - Mensuração ao valor justo - homologado pela Resolução CMN nº 4.748/19.
Na elaboração das demonstrações financeiras, certos valores são registrados por estimativa as quais são estabelecidas com a aplicação de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem o valor de realização dos ativos, o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, as provisões para perdas sobre títulos e valores mobiliários, provisões judiciais, entre outros.
A Administração do Banco revisa periodicamente as estimativas e premissas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo de sua apuração.
A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 29 de março de 2022.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Apuração do resultado
As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, sendo as receitas e despesas correspondentes a períodos futuros registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas e taxas flutuantes são atualizadas diariamente até a data das demonstrações financeiras.
b. Caixa e equivalentes de caixa
São representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo prazo das operações na data efetiva da sua aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor utilizados para gerenciamento de compromissos de curto prazo.
c. Títulos e valores mobiliários
Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo custo de aquisição, deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes a valor de mercado e classificados pela Administração de acordo com a intenção de negociação independente dos prazos de vencimentos dos papéis, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001.
(i) Títulos para negociação - Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos classificados nesta categoria estão sendo apresentados no ativo circulante do balanço patrimonial, independentemente do prazo de vencimento;
(ii) Títulos disponíveis para venda - Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e
(iii) Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.
d. Instrumentos financeiros derivativos
De acordo com a Circular nº 3.082/02 e a Carta-Circular nº 3.026/02 do Banco Central do Brasil, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações de "*swaps*" são contabilizados em conta de ativo e/ou passivo, respectivamente, apropriado como receita e/ou despesa "*pro rata*" dia até a data das demonstrações financeiras.
Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelos seus valores de mercado e a valorização ou desvalorização reconhecida no resultado do exercício. As posições desses instrumentos financeiros têm seus valores referenciais registrados em contas de compensação.
A avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é feita descontando-se os valores futuros a valor presente pelas curvas de taxas de juros construídas por metodologia própria, a qual se baseia principalmente em dados divulgados pela B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão. Se não houver cotação de preços de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços e modelos de cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.
i. Política de utilização:
O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, com o propósito de atender às necessidades de gerenciamento de riscos de mercado.
ii. Gerenciamento:
O gerenciamento das operações com esses instrumentos financeiros derivativos é efetuado com base nas posições consolidadas por taxas de juros locais, prefixada e dólar.
iii. Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado:
Para a apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, o Banco utiliza as taxas referenciais de mercado divulgadas principalmente pela B3 S.A. Os instrumentos financeiros derivativos são segregados nas categorias indexador, contraparte, local de negociação, valores de referência, faixas de vencimento e os valores de mercado.
e. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
As operações de crédito estão registradas pelo valor concedido acrescido dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações financeiras. Para as operações em atraso acima de sessenta dias o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento. As classificações estão de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira.
Em consonância com os critérios da Resolução CMN 4.512/16, a provisão para garantias prestadas é constituída com base nos requerimentos estabelecidos na Resolução CMN 2.682/99.
f. Operações em moeda estrangeira
As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, na data das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais e as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do período.
g. Imobilizado e Intangível
Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para sistema de processamento de dados, veículos e 10% a.a. para os demais itens.
De acordo com a Resolução nº 4.535/16 do Bacen, o imobilizado de uso é registrado os bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, destinados à manutenção das suas atividades ou que tenham essa finalidade por período superior a um exercício social.
Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Sociedade ou exercidos com essa finalidade, obedecendo os critérios da Resolução nº 4.536/16 do Bacen. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.
h. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - *(impairment)*
A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.
i. Depósitos e letras cambiais
São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro-rata dia.
j. Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, com um adicional de 10% incidente sobre o lucro tributável excedente R$ 240 mil para o exercício, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação. A alíquota de contribuição social é 20% e sofreu suas alterações com vigência a partir de 1º de março de 2020 que foi elevada de 15% para 20%, nos termos do art. 32 da Emenda Constitucional nº 103/2019. Conforme Lei 14.183, para o período de julho à dezembro de 2021, a alíquota de CSLL será de 25%, retornando para 20% a partir de janeiro de 2022.
Conforme estabelecido na Resolução BCB nº 4.842/20, que revogaram, respectivamente, a Resolução CMN nº 3.059/02 e a Resolução CMN nº 3.355/06, embora o Banco possua prejuízos acumulados de anos anteriores, a instituição não efetua o registro contábil de ativos fiscais diferidos por não atender cumulativamente todos os critérios do art. 4º da Resolução BCB nº 4.842/20.
k. Ativos e passivos contingentes, obrigações legais e provisão para passivos contingentes
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, obrigações legais e provisão para riscos são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 e Carta-Circular nº 3.429/10 do Banco Central do Brasil, obedecendo aos seguintes critérios:
Ativos contingentes - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
Passivos contingentes - São classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos e são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação.
Provisão para passivos contingentes - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - Referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os montantes discutidos são integralmente provisionados e atualizados de acordo com a legislação vigente.
l. Resultado recorrente e não recorrente
Conforme disposto na Resolução BCB nº 2, de 12/08/2020, o Banco KDB do Brasil S.A. classifica o resultado recorrente e não recorrente, em notas explicativas, de acordo com a política contábil aprovada pela diretoria. Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades não usuais da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades regulares e habituais da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.
Segue demonstrado em tabela os efeitos da majoração da alíquota sobre os valores correntes e valores diferidos na contribuição social, para as instituições financeiras, reconhecido na linha do Imposto da Contribuição Social e Passivo Fiscal Diferido.

Resultado Não recorrente

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	7.771	8.287
Provisão para contribuição social (1)	(608)	–
Passivo fiscal diferido (1)	84	–
Lucro líquido do exercício	7.247	8.287

(1) Efeitos da majoração da alíquota de CSLL que foi elevada de 20% para 25% com vigência a partir de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, nos termos do Art. 3º, inciso II-A Lei nº 7.689/88.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	4.475	2.480
Aplicações em operações compromissadas (1)	19.206	159.412
Aplicações depósitos Interfinanceiros	–	20.048
Total	23.681	181.940

(1) Referem-se a operações com prazo igual ou inferior a 90 dias.

5 APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a. Aplicações no mercado aberto:

Descrição	De 1 a 90 dias	De 91 a 360 dias	Após 360 dias	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações em operações compromissadas	19.206	–	–	19.206	159.412
Total	19.206	–	–	19.206	159.412
Circulante	19.206	–	–	19.206	159.412
Não Circulante	–	–	–	–	–

b. Aplicações depósitos interfinanceiros:

Descrição	De 1 a 90 dias	De 91 a 360 dias	Após 360 dias	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações dep.interfinanceiro	–	–	–	–	20.048
Total	–	–	–	–	20.048
Circulante	–	–	–	–	20.048
Não Circulante	–	–	–	–	–

6 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Apresentamos a seguir a composição da carteira de títulos, por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento, ajustados aos respectivos valores de mercado:

a. Composição da carteira de títulos e valores mobiliários:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Carteira própria		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.177.987	1.163.851
Letras do Tesouro Nacional - LTN	94.967	–
Debêntures	87.121	15.687
LF - Letra Financeira	20.109	–
Aplicações em Títulos no Exterior (i)	150.728	26.536
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	1.448	2.048
Subtotal	1.532.360	1.208.122
Vinculadas à prestação de garantias		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (ii)	60.988	88.551
Subtotal	60.988	88.551
Total	1.593.348	1.296.673
Circulante	949.298	900.997
Não Circulante	644.050	395.676

(i) As aplicações em títulos no exterior são compostas por títulos adquiridos no mercado secundário financeiro do exterior, no montante de 150.728 (R$ 26.536 em 31 de dezembro de 2020).
(ii) Vinculadas à prestação de garantias são compostas por Letras Financeiras do Tesouro garantias de B3 S.A. no montante de R$ 60.988 (R$ 88.551 em 31 de dezembro de 2020).
O valor de mercado utilizado para ajuste dos títulos de renda fixa foi apurado com base nas taxas médias dos títulos, divulgados pela ANBIMA.
Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC e os títulos privados estão custodiados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.
Os títulos no exterior estão custodiados na Euroclear pelo Banco KDB London. O valor de mercado utilizado para ajuste dos títulos foi apurado com base no preço dos títulos, divulgados pela Bloomberg.
Os valores de mercado das cotas dos fundos de investimento são apurados segundo modelo de precificação desenvolvido pelos seus Administradores e são divulgados diariamente para a CVM.

b. Classificação por categorias e prazos:

Descrição	31/12/2021 Até 360 dias	31/12/2021 Acima 360 dias	31/12/2021 Valor de mercado	Valor de custo	Ajuste de mercado	31/12/2020 Valor de mercado
Disponíveis para venda						
Letras do Tesouro Nacional - LTN	94.967	–	94.967	94.967	–	–
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (i)	806.872	432.103	1.238.975	1.238.794	180	1.252.401
Debêntures (ii)	2.946	–	2.946	2.946	–	2.902
Agro Brasil e Precatórios FIDC Não Padronizado (i)	–	1.448	1.448	1.448	–	2.048
Aplicações em Títulos no Exterior	27.965	–	27.965	27.965	(296)	26.537
Mantidos até o vencimento						
Debêntures (ii)	16.548	67.627	84.175	84.175	–	12.785
Letra Financeira - LF	–	20.109	20.109	20.109	–	–
Aplicações em Títulos no Exterior	–	122.763	122.763	122.758	–	–
Total	949.298	644.050	1.593.348	1.593.162	(116)	1.296.673

(i) O valor de mercado das Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Títulos e Valores Mobiliários e Cotas de Fundos, foram apurados com base em cotações de preços, índices e taxas imediatamente disponíveis para transações não forçadas e oriundas de fontes independentes. Portanto, classificados como Nível 1.
(ii) O valor de mercado das Debêntures foi obtido pela utilização de preços cotados para ativos e passivos semelhantes em mercados ativos, ou através de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente por taxas de descontos obtidos através de dados observáveis de mercado ou outras técnicas de avaliação baseadas em métodos matemáticos que utilizam referenciais de mercado. Portanto, classificados como Nível 2.
Em 31 de dezembro de 2021, foram registrados ajustes ao valor de mercado sobre os títulos classificados na categoria de títulos disponíveis para venda, no montante de R$ 116, (R$ (1.022) em 31 de dezembro de 2020) os quais foram reconhecidos em contrapartida do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários no montante de R$ 385 (R$ (861) em 31 de dezembro de 2020).

c. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

Descrição	2º semestre/2021	31/12/2021	31/12/2020
Títulos de renda fixa	38.509	58.465	31.277
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.869	8.199	4.641
Títulos e valores mobiliários no exterior	8.408	8.638	1.166
Aplicações em fundos de investimentos	7	1.679	9.780
Total	52.792	76.980	46.866

continua→★

Banco KDB do Brasil

Banco KDB do Brasil S.A. | CNPJ nº 07.656.500/0001-25 Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400 - 15º andar - Conjunto 152 - CEP 04538-132 - Itaim Bibi - São Paulo - Brasil

continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de reais - R$)

d. Resultado de operações com operações de câmbio:

Descrição	2º semestre/2021	31/12/2021	31/12/2020
Resultado com operações de câmbio	3.197	(8.854)	14.393
Total	**3.197**	**(8.854)**	**14.393**

7 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as posições dos instrumentos financeiros derivativos foram as seguintes:

a) Valores de diferencial a receber e a pagar:

Descrição	31/12/2021 Valor de mercado	31/12/2020 Valor de mercado
Swap - diferencial a receber	778	–
Swap - diferencial a pagar	(13.470)	(29.659)
Total *Swap*	**(12.692)**	**(29.659)**

b) Composição do valor de referência por vencimento:

Descrição	31/12/2021 Até 1 ano	31/12/2021 Total	31/12/2020 Total
Swap	1.029.732	1.029.732	496.827
Total	**1.029.732**	**1.029.732**	**496.827**

c) Composição por indexador:

	31/12/2021			31/12/2020		
Descrição	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência
Operações de *Swap*						
Posição	**778**		**1.029.732**	**–**	**(29.659)**	**496.827**
DOL x DI	778	(13.470)		–	(29.659)	496.827
Total	**778**	**(13.470)**	**1.029.732**	**–**	**(29.659)**	**496.827**

d) Valor de referência por local de negociação:

Descrição	31/12/2021 Balcão (B3 S.A.)	31/12/2020 Balcão (B3 S.A.)
Operações de *Swap*	1.029.732	496.827
Total	**1.029.732**	**496.827**

8 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira por tipo de operação

i. Concentração das operações de crédito, por tipo de operação e concentração por atividade

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Operações de crédito		
Capital de Giro	74.709	25.985
Outros Créditos com caracteristica de concessão de crédito		
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	39.059	–
Rendas a Receber de Adto. Concedido	184	–
Total	**113.952**	**25.985**

ii. Composição da carteira de crédito, por faixa de vencimento das operações

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Parcelas a vencer de 91 a 360 dias	113.952	25.985
Total	**113.952**	**25.985**

iii. Créditos concedidos por nível de risco

Descrição	31/12/2021 Saldo	31/12/2021 Provisão	31/12/2020 Saldo	31/12/2020 Provisão
Nível A	–	–	25.985	(257)
Nível AA (i)	113.952	(558)	–	–
Total	**113.952**	**(558)**	**25.985**	**(257)**

(i) Como a Resolução 2.682 menciona apenas os limites mínimos de provisão, a administração avaliou e decidiu constituir 0,49% de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, mesmo com a classificação da operação de crédito em "AA".

b) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A movimentação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de créditos é assim resumida:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	(257)	–
(Constituição)/Reversão	(301)	(257)
Saldo final	**(558)**	**(257)**

O saldo de operações recuperadas foi de R$ 727 (R$ 0 em 2020), em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 não houveram saldos de operações renegociadas e baixadas para prejuízo.

c) Resultado das operações de créditos

Descrição	2º semestre/2021	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de operação de crédito	2.737	3.664	372
Recuperação de Créditos	727	4.154	–
Saldo final	**3.464**	**7.818**	**372**

9 OUTROS ATIVOS FINANCEIROS - CÂMBIO

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Câmbio comprado a liquidar	111	7
Total	**111**	**7**

10 OUTROS ATIVOS

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Pagamentos a ressarcir	482	543
Depósitos para caução de aluguel	300	300
Adiantamentos e antecipações salariais	91	78
Depósitos judiciais	38	11
Despesas antecipadas	36	82
Outros	6	5
Total	**953**	**1.018**
Circulante	**615**	**707**
Não Circulante	**338**	**311**

11 IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

a. Imobilizado:

	31/12/2021			31/12/2020		
Descrição	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Instalações	188	(174)	14	188	(171)	17
Móveis e equipamentos de uso	309	(281)	28	300	(274)	26
Sistema de comunicação	418	(315)	103	431	(292)	139
Sist. de processamento de dados	1.017	(377)	640	612	(391)	221
Sistema de transporte	622	(552)	70	623	(466)	157
Total	**2.554**	**(1.698)**	**855**	**2.155**	**(1.594)**	**560**

b. Intangível:

	31/12/2021			31/12/2020		
Descrição	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Gastos com aquisição e desenvolvimentos logiciais	875	(785)	90	772	(772)	–
Total	**875**	**(785)**	**90**	**772**	**(772)**	**–**

12 DEPÓSITOS

Descrição	Sem vencimento	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 5 anos	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos à vista	132.596	–	–	–	132.596	77.638
Depósitos a prazo	–	23.572	355	747	24.674	594.545
Total	**132.596**	**23.572**	**355**	**747**	**157.270**	**672.184**
Circulante					**156.168**	**637.937**
Não Circulante					**1.102**	**34.247**

13 OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Obrigação em moedas estrangeiras - Exportação até 360 dias (i)	39.092	–
Obrigação em moedas estrangeiras - Outras Obrigações (ii)	1.187.169	496.627
Obrigação por empréstimo no exterior - Outras Obrigações (iii)	44.644	25.981
Total	**1.270.905**	**522.608**
Circulante	**1.103.498**	**522.608**
Não Circulante	**167.407**	**–**

(i) São representadas por recursos captados no The Korea Development Bank no valor principal de USD 7.000 incorrendo à variação cambial da respectiva moeda, acrescida de taxa de juros 1,75% com vencimento em até 1 ano. O empréstimo captado teve como finalidade a operação de Adiantamento de contrato de câmbio.

(ii) São representadas por recursos captados no The Korea Development Bank no valor principal de USD 207.500 incorrendo à variação cambial da respectiva moeda, acrescida de taxa de juros média 5,24% a.a. + LIBOR (em 2020 a taxa de juros média foi de 2,93% a.a. + LIBOR), com vencimentos em até 90 dias; até 365 dias e acima de 365 dias.

(iii) São representadas por recursos captados no The Korea Development Bank no valor principal de USD 5.000 incorrendo à variação cambial da respectiva moeda, acrescida de taxa de juros média 1,61% a.a. + 3 meses de LIBOR acrescido de 0,79% a.a., com vencimentos em até 1 ano. O empréstimo captado teve como finalidade a operação de repasse com atendimento a Resolução 2770 e IN RFB nº 1154/2011.

14 OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

a. Câmbio:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Cambio Vendido a Liquidar	37.063	7
Adiantamentos sobre contrato de câmbio	(36.952)	–
Total	**112**	**7**
Circulante	**112**	**7**
Não Circulante	**–**	**–**

15 OBRIGAÇÕES FISCAIS

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda a pagar	3.542	1.202
Provisão para impostos e contribuições diferidos	92	153
Impostos e contribuições sobre salários	593	308
Provisão para impostos - PIS, COFINS e ISS	224	49
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	77	111
Cobrança Arrecad. Trib. Assemelhados	482	–
Total	**5.010**	**1.823**
Circulante	**4.918**	**1.670**
Não Circulante	**92**	**153**

16 PROVISÕES

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Provisão a pagar sobre outras despesas administrativas	308	481
Provisão a pagar sobre 13º salário, férias e encargos	562	444
Provisão a pagar sobre outros	34	145
Cobrança Arrecad. Trib. Assemelhados	–	1
Total	**904**	**1.071**
Circulante	**904**	**1.071**
Não Circulante	**–**	**–**

17 OUTROS PASSIVOS

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sociais e estatutários	340	339
Total	**340**	**339**
Circulante	**340**	**339**
Não Circulante	**–**	**–**

18 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O quadro abaixo demonstra a apuração dos impostos referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**13.701**	**12.036**
Efeito das adições e (exclusões) na apuração do imposto:	**3.685**	**(177)**
- Despesas indedutíveis	6.463	3.905
- Outros	(2.778)	(4.082)
Compensação de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	5.216	3.557
Imposto de renda e contribuição social	**(6.061)**	**(3.711)**
Incentivos fiscais	69	58
Resultado de imposto de renda e da contribuição social	**(5.991)**	**(3.653)**

O total da base negativa da contribuição social em 31 de dezembro de 2021 totaliza R$ 222.771 (R$ 227.986 em 31 de dezembro 2020). Os prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social não possuem prazos prescricionais e sua compensação está limitada a 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base futuro.

19 PARTES RELACIONADAS

a. Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas estão representadas por:

		31/12/2021		31/12/2020	
Operações	Grau de relação	Ativo/ (Passivo)	Receitas/ (Despesas)	Ativo/ (Passivo)	Receitas/ (Despesas)
Depósitos à vista	Ligada	(151)	–	(551)	–
Depósitos à prazo	Ligada	(53)	(1)	(879)	(8)
Obrigações por empréstimos e repasses	Controlador	(1.270.905)	(33.034)	(552.608)	(233.389)

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração total do pessoal-chave da Administração para os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 6.375 (R$ 5.759 em 31 de dezembro de 2020), a qual é considerada benefício de curto prazo.

20 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado é de R$ 552.891 e está dividido em ações ordinárias nominativas com valor nominal de R$1,00 (um real) cada.

b. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

Atualmente, o Banco não distribui dividendos e não constitui o montante de reserva legal, pois destina 100% do lucro líquido do exercício para absorção de prejuízos acumulados.

21 GERENCIAMENTO DE RISCO

A Gestão de Riscos no Banco KDB do Brasil S.A. conta com quatro frentes de atuação: Gestão de risco de mercado, operacional, liquidez e crédito. A gestão de risco é efetuada por meio de políticas internas e equipes independentes das áreas de negócio do Banco, que monitoram os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos. Essas estruturas de gerenciamento podem ser assim resumidas:

a) Risco de mercado - A Gestão de riscos de mercado implica no monitoramento e a revisão da exposição à variação cambial e taxas de juros relacionada às atividades de transferência de valores, por aprovar contrapartes, designar taxas de risco internas e estabelecer limites de remessas. O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua.

Posições de instrumentos financeiros e análise de sensibilidade de riscos

O Banco apresenta três cenários de simulações sobre a apresentação de informações dos instrumentos financeiros, inclusive os derivativos de hedge, que incluem a análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração.

Essa análise incluiu simulações que medem o efeito dos movimentos das curvas de mercado e dos preços sobre as exposições mantidas pelo Banco, tendo como objetivo simular os efeitos no resultado diante de três cenários específicos, conforme apresentado a seguir:

1 - Situação considerada provável pela Administração que considerou uma deterioração de 1%, na variável de risco (câmbio e taxa de juros), que teve a intenção de demonstrar certa estabilidade.

2 - Situação com deterioração de, pelo menos, 25% (*) na variável de risco considerada (câmbio e taxa de juros).

3 - Situação com deterioração de, pelo menos, 50% (*) na variável de risco considerada (câmbio e taxa de juros).

I - Demonstrativo de Posições

Apresentamos, a seguir, os instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2021 e os respectivos montantes das carteiras protegidas por esses instrumentos:

Operação/Carteira protegida	Risco	Valor de referência Financeiro derivativo	Valor Ativo	Valor Passivo	MtM
Hedge Cambial	Câmbio	920.732	1.031.858	(1.044.549)	(12.691)

Operação	Risco	MTM Exposição Líquida	Cenário I Deterioração 1%	Cenário II Deterioração 25%	Cenário III Deterioração 50%
Hedge Cambial Dívida em moeda estrangeira	Derivativo (risco queda US$)	1.031.858	10.319	257.965	515.929
	Dívida (risco aumento US$)	(1.044.549)	(10.445)	(261.137)	(522.275)
	Efeito Líquido		**(127)**	**(3.173)**	**(6.346)**

b) Risco operacional - A natureza dos negócios do Banco KDB do Brasil S.A. é caracterizada por um pequeno número de operações diárias e depende de seus sistemas de processamento de dados e de tecnologias operacionais. A Gestão de risco operacional é uma importante ferramenta utilizada para sustentar e não interromper as operações em curso, assegurando a continuidade das atividades ainda que em situações adversas.

c) Risco de liquidez - É gerenciado de forma a manter a capacidade de liquidação das obrigações por pagamentos e retenção de ativos de alta qualidade e liquidez contra situações de crise e, portanto, estabelecer uma estrutura sólida tanto financeira quanto operacional. O Banco KDB do Brasil S.A. administra o risco de liquidez utilizando vários métodos tais como: descasamento de vencimentos, *stress tests* e etc.

d) Risco de crédito - Entende-se como risco de crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, a desvalorização do contrato de crédito decorrente de deterioração na classificação do risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, as vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. O Banco KDB do Brasil S.A. está preparado para identificar, mensurar, controlar e definir ações para mitigação dos riscos associados aos créditos, de acordo com a natureza e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos.

22 PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência ("PR") compatível com os riscos de suas atividades. O Banco Central do Brasil, através da Resolução CMN nº 4.193/13, instituiu nova forma de apuração do Patrimônio de Referência - PR, e entram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia III, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Esse índice é calculado de forma consolidada, conforme demonstrado a seguir:

Basileia	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de Referência Nível I	288.187	279.593
Capital Principal	288.187	279.593
Patrimônio Líquido	288.277	279.593
(-) Ajustes Prudenciais	(90)	–
Patrimônio de Referência - PR	**288.187**	**279.593**
Ativo Ponderado Pelo Risco - RWA	**351.931**	**161.089**
Risco de crédito	280.693	84.295
Risco de mercado	522	1.407
Risco operacional	70.716	75.387
Índice da Basileia	**81,89%**	**173,56%**

O Banco KDB do Brasil S.A., de acordo com a Circular nº 3.930/19, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e Patrimônio de Referência. O relatório com maior detalhamento, estrutura e metodologias encontra-se disponível no site do Banco.

23 DESPESAS DE PESSOAL

Descrição	2º semestre/2021	31/12/2021	31/12/2020
Pró-labore diretoria	(3.216)	(6.375)	(5.759)
Proventos	(1.634)	(3.200)	(2.453)
Benefícios e treinamento	(573)	(1.061)	(860)
Encargos sociais	(545)	(1.088)	(847)
Remuneração de estagiários	–	(8)	(31)
Total	**(5.968)**	**(11.732)**	**(9.950)**

24 OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	2º semestre/2021	31/12/2021	31/12/2020
Aluguéis	(519)	(1.070)	(1.190)
Serviços do sistema financeiro	(456)	(966)	(1.061)
Processamento de dados	(583)	(1.207)	(1.019)
Comunicações	(218)	(508)	(469)
Serviços técnicos especializados	(614)	(1.003)	(489)
Condomínio	(94)	(208)	(246)
Viagens	(18)	(30)	(88)
Depreciação e amortização	(127)	(236)	(196)
Serviços de terceiros	(83)	(165)	(139)
Propaganda, promoções e publicidade	(57)	(142)	(76)
Manutenção e conservação de bens	(39)	(79)	(100)
Materiais	(72)	(108)	(61)
Transportes	(86)	(155)	(91)
Água, energia e gás	(21)	(36)	(37)
Seguros	(9)	(25)	(27)
Taxas e emolumentos	(3)	(13)	(4)
Serviços de vigilância e segurança	(2)	(4)	(3)
Outras	(132)	(195)	(182)
Total	**(3.131)**	**(6.148)**	**(5.477)**

25 DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Descrição	2º semestre/2021	31/12/2021	31/12/2020
Contribuição à COFINS	(915)	(1.549)	(1.486)
Contribuição ao PIS	(149)	(252)	(242)
Imposto sobre serviços - ISS	(69)	(147)	(168)
Impostos municipais e outros	(3)	(162)	(164)
Total	**(1.135)**	**(2.110)**	**(2.060)**

26 PROVISÕES

Descrição	2º semestre/2021	31/12/2021	31/12/2020
Provisão/(Reversão) de contingências trabalhistas	–	–	521
Provisão/(Reversão) para perdas com Títulos Privados	(611)	(915)	77
Reversão de Provisão PLR	–	314	218
Reversão de Provisão Outras Despesas Adm Indedutíveis	38	113	600
Reversão de Prov Fundos de Investimentos	–	–	40
Total	**(572)**	**(487)**	**1.455**

27 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	2º semestre/2021	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Variação Cambial Positiva	–	–	37.357
Outras Receitas Operacionais	30	57	71
Total	**30**	**57**	**37.428**

28 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	2º semestre/2021	31/12/2021	31/12/2020
Variação cambial	–	–	(4.310)
Despesa Proc Jud. Civeis	–	(3.784)	–
Despesa Proc Jud. Trabalhista	(15)	(116)	(510)
Manutenção de conta no exterior	(145)	(303)	(354)
Juros e multas sobre recolhimento em atraso	–	(0)	–
Outras	–	–	(97)
Total	**(160)**	**(4.202)**	**(5.271)**

29 OUTROS ASSUNTOS

O Banco KDB mediante a decretação do estado de calamidade Pública em decorrência da Pandemia da Covid-19 adotou medidas seguindo as recomendações dos órgãos competentes, para minimizar os impactos, priorizando a saúde e bem estar. Implantou o sistema de trabalho Home Office para 100% dos colaboradores, adequando o formato de atendimento e formalizações para o novo ambiente de trabalho.

A Diretoria

Contador

Marcelo Ferreira Ubida - CRC 1SP 262447/O-9

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

À
Diretoria
Banco KDB do Brasil S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco KDB do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercícios findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco KDB do Brasil S.A. ("Banco") em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercícios findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2022

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP014428/O-6

Luciana Liberal Sâmia
Contadora - CRC 1SP198502/O-8